

uff Universidade Federal Fluminense
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

**AS LUTAS DOS TRABALHADORES DA EDUCAÇÃO:
DO NOVO SINDICALISMO À RUPTURA COM A CUT**

Kênia Aparecida Miranda

Orientador: Marcelo Badaró Mattos

- Niterói, agosto de 2011 -

KÊNIA APARECIDA MIRANDA

**AS LUTAS DOS TRABALHADORES DA EDUCAÇÃO:
DO NOVO SINDICALISMO À RUPTURA COM A CUT**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense como requisito para a obtenção do Grau de Doutor em História. Área de Concentração em História Social e Política.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Badaró Mattos

- Niterói, agosto de 2011 -

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Marcelo Badaró de Mattos (orientador) - UFF

Prof. Dr. Eurelino Coelho - UEFS

Prof. Dr. Roberto Leher - UFRJ

Profa. Dr. Sonia Maria Rummert - UFF

Profa. Dra. Virgínia Fontes - UFF

RESUMO

Este trabalho tem como objeto as lutas dos trabalhadores da educação, organizados no Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação do Rio de Janeiro (SEPE-RJ) e no Sindicato Nacional dos Docentes do Ensino Superior (ANDES-SN), no período compreendido entre a eclosão do *Novo Sindicalismo* e meados da década de 2000, quando ocorreu a desfiliação dessas entidades da Central Única dos Trabalhadores (CUT).

O processo histórico de constituição dos trabalhadores da educação como uma nova força política é analisado a partir dos embates travados entre esses atores sociais e o Estado nos momentos de radicalização da luta de classes, as greves. Também são abordadas as transformações no processo de trabalho docente, durante o mesmo período.

Palavras-Chave: Sindicalismo docente, Sindicalismo, Luta de classes, Estado e Políticas Educacionais.

ABSTRACT

This research discusses the fight for better working conditions in which teachers and other education related professionals, who are organized in labour unions (SEPE-RJ and ANDES-SN) have been being engaged since the beginning of a movement called *Novo Sindicalismo* until the mid of the 2000's decade, when those unions were separated from CUT (a central labour union).

The struggle between organized education professionals and the Government during strikes is the starting point to analyze the arising of a new political power. The changes in the teaching process during the same period is also studied.

Key words: unions among teachers, unions, class struggle, State and educational policies.

Aos companheiros, sujeitos dessa história, e *aos que vierem depois de nós*

Aos meus pais

Ao José, companheiro amoroso de travessias

SUMÁRIO

Resumo	4
Abstract	5
Introdução	15
CAPÍTULO I A CONSOLIDAÇÃO DE UMA FORÇA POLÍTICA: OS PROFESSORES E O Novo Sindicalismo	22
I.1 Associativismo e sindicalismo docente	23
I.2 A organização sindical nacional dos docentes	36
I.3 O Novo Sindicalismo	45
CAPÍTULO II SEPE: DO NOVO SINDICALISMO À RUPTURA COM A CUT	52
II.1 As greves do SEPE (1979 - 1989): a formação da classe	53
II.1.1 A construção do Centro Estadual de Professores do Rio de Janeiro (CEP-RJ)	53
II.1.2 As Greves de março e agosto de 1979: A unificação da categoria e a resposta repressiva do Estado	56
II.1.3 A mais longa greve da entidade: 1988	79
II.1.4 O Significado das lutas da década de 1980	104
II. 2 Da Escola Nova à Nova Escola: política, educação e luta de classes no Rio de Janeiro	106
II.2.1 A década de 1990: as disputas pela política educacional e o refluxo das mobilizações de massa	108
II.2.2 Do discurso da reforma do Estado à sua realização	128
II.2.3 A Nova Escola: produtividade, eficiência e heteronomia	161
II.2.4 O SEPE e a ruptura com a CUT: crise de hegemonia na direção e reorganização da classe	184
CAPÍTULO III ANDES: DO NOVO SINDICALISMO À RUPTURA COM A CUT	199
III.1 A Consolidação do movimento: Da Andes ao Andes	200
III. 1.1 A GREVE DE 1980 E A FUNDAÇÃO DA ANDES: "Éramos colegas; hoje somos companheiros de lutas"	200
III.1.2 A Greve de 1982: O ano da Defesa do Ensino Público e Gratuito	215
III.1.3 A ANDES, os Congressos da Classe Trabalhadora e a transição conservadora	225
III.1.4 Explicitação das divergências na Andes: disputa eleitoral e convergência crítica à CUT	231
III.1.5 O ANDES, um sindicato nacional combativo e cutista	243
III.1.6 Da ANDES ao ANDES: considerações sobre a década de 1980	248
III.2 Das políticas neoliberais à reorganização da classe	250
III.2.1 A Greve dos 100 dias contra a privatização da universidade pública	253
III.2.2 Neoliberalismo e Crise sindical: O ANDES na contracorrente da ideologia da conciliação de classes	260
III.2.3 O Movimento Docente nos anos FHC	270
III.2.4 O Governo Lula e a contrarreforma da previdência	299
III.2.5 A Ruptura do ANDES com a CUT	304
CAPÍTULO IV A NATUREZA SÓCIO-HISTÓRICA DO TRABALHO DOCENTE	313
IV.1 Interfaces entre trabalho e educação	314
IV.2 As especificidades do trabalho docente	318
IV.2.1 Trabalho produtivo e trabalho improdutivo	321
IV.2.2 – Trabalho Imaterial	322
IV.2.3 – Trabalho Intelectual e a subsunção do trabalho ao Capital	324

IV.3 Transformações contemporâneas no mundo do trabalho e no processo de trabalho docente	328
IV.3.1 Breves Considerações sobre as alterações no padrão produtivo	328
IV.3.2 Transformações contemporâneas no Trabalho Docente	333
IV.2.3 Proletarização e inserção de classe dos trabalhadores da educação	335
Considerações finais	343
Bibliografia	356
Anexos	366

LISTA DE SIGLAS

ABE: Associação Brasileira de Educadores
ABI: Associação Brasileira de Imprensa
ADs: Associações Docentes da Educação Superior
AG: Assembléia Geral
AI: Ato Institucional
ALCA: Área de Livre Comércio das Américas
ALN: Aliança Libertadora Nacional
AMORJ Arquivo Memória Operária do Rio de Janeiro, UFRJ
ANDE: Associação Nacional de Educação
ANDES: Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior
ANDES-SN: Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições do Ensino Superior
ANFOPE: Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação
ANL: Aliança Nacional Libertadora
ANPED: Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação
AOERJ: Associação dos Orientadores Educacionais do Estado do Rio de Janeiro
AP: Ação Popular
APEOESP: Associação dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo
APERJ : Associação dos Professores do Estado do Rio de Janeiro
APERJ: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro
ARENA: Aliança Renovadora Nacional
ARTSIND Articulação Sindical (PT)
ASSEERJ: Associação dos Supervisores Educacionais do Rio de Janeiro
CAPES: Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CBE: Conferência Brasileira de Educação
CEA: Confederação de Educadores Americanos
CEDES: Centro de Estudos Educação & Sociedade
CEFETs: Centros Federais de Educação Tecnológica
CEP-Rio: Centro de Professores do Rio de Janeiro
CEPAL: Comissão Econômica para a América Latina
CEP/RJ - Centro Estadual dos Professores do Rio de Janeiro
CEPE/RJ - Centro Estadual dos Profissionais de Educação do Rio de Janeiro
CESGRANRIO: Centro de Seleção de Candidatos ao Ensino Superior do Grande Rio
CGT: Central Geral dos Trabalhadores
CIEPS: Centros Integrados de Educação Pública
CIOSL: Confederação Internacional de Organizações Sindicais Livres
CLT: Consolidação das Leis do Trabalho
CMOPE: Confederação Mundial de Organizações de Profissionais de Ensino
CNPq: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CNTE: Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação
COED - Congresso Estadual de Educação
CSP-CONLUTAS: Central Sindical e Popular - Coordenação Nacional de Lutas
CONADs: Conselho Nacional das Associações Docentes do Ensino Superior
CONARCFE (depois ANFOPE): Associação Nacional de Formação dos profissionais da Educação
CONCLAT: Congresso Nacional da Classe Trabalhadora
CONED: Congresso Nacional de Educação
CONLUTAS: Coordenação Nacional de Lutas
CONTAG: Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura

CONTEE: Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino
COPPE: Coordenação dos Programas de Pós-Graduação de Engenharia da UFRJ
CPB: Confederação dos Professores do Brasil
CPI: Comissão Parlamentar de Inquérito
CPMF: Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira
CPP: Centro do Professorado Paulista
CPPB: Confederação dos Professores Primários do Brasil
CRUB: Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras
CS: Convergência Socialista
CTB: Confederação dos Trabalhadores do Brasil
CUT: Central Única dos Trabalhadores
DASP: Departamento Administrativo do Serviço Público
DE: Dedicção Exclusiva
DGIE: Divisão Geral de Investigações Especiais, da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro
DIAP: Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar
DIEESE: Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos
DNTE: Departamento Nacional dos Trabalhadores em Educação
DOI: Destacamento de Operações Internas
DOPS: Departamento de Ordem Política e Social
DS: Democracia Socialista, (Corrente PT - Organização Marxista Revolucionária- Democracia Socialista ORM-DS)
ENAD: Encontro Nacional de Associação Docente do Ensino Superior
ENCLAT: Encontros Estaduais da Classe Trabalhadora
ENEM - Exame Nacional do Ensino Médio
ENExAD: Encontro Extraordinário das Associações Docentes do Ensino Superior
FAEP: Fundação de Apoio à Escola Pública
FAMERJ - Federação das Associações de Moradores do Estado do Rio de Janeiro
FASUBRA: Federação das Associações dos Servidores das Universidades Brasileiras
FGTS: Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FHC: Fernando Henrique Cardoso
FIOCRUZ - Fundação Instituto Oswaldo Cruz
FISE: Federação Internacional Sindical de Ensino
FMI: Fundo Monetário Internacional
FNDEP: Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública
FORUNDIR: Fórum de Diretores das Faculdades/Centros de Educação das Universidades Públicas Brasileiras
FSM: Federação Sindical Mundial
FUNDEB: Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
FUNDEF: Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério
GERES/MEC: Grupo Executivo para Reformulação do Ensino Superior do MEC
GLP: Gratificação por Lotação Prioritária - SEE-RJ
GRIPE: Gratificação Individual de Produtividade do Ensino
GT: Grupo de Trabalho
IEES: Instituições Estaduais de Ensino Superior
IES: Instituição de Ensino Superior
IFES: Instituições Federais de Ensino Superior
INEP: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais

INPC: Índice Nacional de Preços ao Consumidor
IPES: Instituições Particulares de Ensino Superior
LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LIBELU: Organização Socialista Internacionalista (Liberdade e Luta)
LSN: Lei de Segurança Nacional
MARE: Ministério da Administração Federal e da Reforma do Estado
MEP: Movimento de Emancipação do Proletariado
MD: Movimento Docente
MDB: Movimento Democrático Brasileiro
MEC: Ministério da Educação e Cultura / Ministério da Educação
MOAP: Movimento de Oposição Aberto dos Professores
MP: Medida Provisória
MR - 8: Movimento Revolucionário – Oito de Outubro
MST: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MUP: Movimento de União dos Professores Movimento de Oposição Aberto dos Professores (MOAP)
OAB: Ordem dos Advogados do Brasil
OIT - Organização Internacional do Trabalho
PC do B: Partido Comunista do Brasil
PCB: Partido Comunista Brasileiro
PCS: Plano de Cargos e Salários
PCN: Parâmetros Curriculares Nacionais
PDT: Partido Democrático Trabalhista
PDV: Plano de Demissão Voluntária
PEC: Proposta de Emenda à Constituição
PFL: Partido da Frente Liberal
PMDB: Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNE: Plano Nacional de Educação
PNUD: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
POLOP: Organização Revolucionária Política Operária
PRN: Partido da Renovação Nacional
PSD: Partido Social Democrático
PSDB: Partido da Social Democracia Brasileira
PSP: Partido Social Progressista
PSTU: Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado
PT: Partido dos Trabalhadores
PTB: Partido Trabalhista Brasileiro
PUC: Pontifícia Universidade Católica
PUCRCE: Plano Único de Classificação e Redistribuição de Cargos e Emprego
SAEB: Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica
SAEP: Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Público
SBPC: Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
SEP: Sociedade Estadual dos Professores
SEPE/RJ: Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação do Rio de Janeiro
SESU: Secretaria de Ensino Superior
SIEB: Sistema Integrado de Educação Básica
SINPRO/RJ - Sindicato dos Professores do Rio de Janeiro
SNI: Serviço Nacional de Informação
SUS: Sistema Único de Saúde
UBE: União Brasileira de Estudantes

UBES: União Brasileira de Estudantes Secundaristas
UDN: União Democrática Nacional
UDR: União Democrática Ruralista
UNATE: União Nacional dos Trabalhadores da Educação
UNDIME: União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação
UNE: União Nacional de Estudantes
UPRJ: União dos Professores do Rio de Janeiro
USAID: Agência Internacional dos Estados Unidos para o Desenvolvimento

AGRADECIMENTOS

A tarefa de realizar uma pesquisa de doutoramento, sem dúvida, envolve muitas pessoas de formas distintas, ainda que algumas de forma (quase) compulsória. Nesse sentido, tenho a agradecer àquelas que fizeram parte deste trabalho e àquelas que fazem parte de minha vida.

Agradeço a Marcelo Badaró, orientador que cultiva amizades, pelo realismo da razão e otimismo da vontade sempre presentes na interlocução dessa pesquisa.

Agradeço à colaboração das diretorias do ANDES-SN, ADUFF-SSind., SEPE-RJ que tornaram possível o meu acesso aos arquivos. Em especial às pessoas com as quais tive a sorte de trabalhar nos referidos arquivos, Eniete Dias (SEPE), Alitane dos Santos (ADUFF), Alírio da Silva, Maria de Fátima da Silva e Osvaldeir Júnior (CEDOC).

Agradeço aos funcionários do APERJ e do AMORJ pelo trabalho competente e indispensável. Por falar em trabalho competente devo também agradecer aos funcionários do PPGH-UFF, sempre muito solícitos.

Agradeço às contribuições fundamentais de Roberto Leher, Sonia Rummert e Virgínia Fontes na profícua ocasião do exame de qualificação.

Agradeço, formalmente, a concessão de licença da Secretaria Municipal de Educação de Niterói, organizada sob a forma de fundação, no período de disciplinas do doutorado e aos colegas do Colégio Pedro II, SINDSCOPE E ADCPII que pressionaram a Direção Geral do CPII para que me concedesse os exíguos dois meses e dezenove dias que tive de licença para o término do doutorado, em especial aos amigos Valéria Vargas, Glória Tonácio, Albano Teixeira e Denise Sayde,.

Agradeço a convivência e os debates com os companheiros do GT Mundos do Trabalho da UFF, em especial aos amigos Felipe Demier, Demian Melo e Renake Neves.

Agradeço aos militantes sindicais que me concederam entrevistas a fim de dar conta das muitas lacunas dessa tese: Albano Teixeira, Alcebíades Teixeira Filho, Edmundo Dias e Márcio Oliveira.

À Paula Kleve agradeço por ser companheira de uma caminhada contínua rumo à emancipação.

Às amigas de todos os momentos Marcélia Carraro, Valéria Vargas, Sílvia Bittencourt e Andréa Oliveira, agradeço pelo apoio incondicional.

Agradeço aos companheiros de militância do SEPE-Central e do SEPE-Niterói e aos valorosos amigos e amigas que fiz na vida de professora da escola pública. Seria difícil tentar nomeá-los.

Agradeço aos meus pais Dalva e Sílvio, que através do sonho e empenho pelos estudos de seus filhos, me fizeram experimentar, pela primeira vez, o valor da educação pública para a classe trabalhadora. Agradeço ainda pelo carinho e torcida dos Mirandas, Silvinho e Fernanda, irmãos compulsórios e amigos escolhidos.

Ao Leonardo, mais que um agradecimento por receber o seu afeto cotidiano, declaro findos os dias-sem-cinema-infantil!

Ao José não seria suficiente agradecer, mas afirmar que o sei companheiro de todas as horas e inscrever aqui uma declaração de amor.

INTRODUÇÃO

Não são apenas os trabalhadores que ela [a greve] nos apresenta, mas a classe dos empregadores, o Estado e a opinião pública, tal qual aparecem no espelho posto a sua frente pelos trabalhadores. Uma greve é uma relação dinâmica.¹

Esta é uma tese sobre o sindicalismo dos trabalhadores em educação no Brasil, a história da educação da classe trabalhadora e, portanto, das políticas educacionais, a partir da análise das experiências de luta de duas de suas entidades mais representativas, ao longo das três últimas décadas. A investigação sobre o SEPE-RJ e o ANDES-SN revelou que a história da luta desses trabalhadores não poderia ser analisada sem a mediação das greves, pois o recurso a esse instrumento de intervenção política marcou o processo de construção dessas entidades.

Conforme a epígrafe de Michelle Perrot destaca, o dinamismo da greve coloca-nos frente a frente ao conjunto das relações sociais do tempo histórico analisado, revelando os posicionamentos dos atores envolvidos, a complexidade e a riqueza dos momentos de radicalização dos trabalhadores, quando emergem os elementos centrais da luta de classes, determinantes para a análise e a escrita de sua história.

Na trajetória de pesquisa sobre o sindicalismo de trabalhadores da educação, que teve o seu início em 2003², ao entrarmos em contato com as diversas fontes produzidas ou arquivadas pelos sindicatos, destacou-se o volume dos materiais existentes sobre as greves, inicialmente no SEPE.

O mesmo ocorreu no primeiro contato com as fontes sobre o ANDES, no arquivo da ADUFF³, houve grande incidência de materiais sobre as greves. Nesse sentido, percebemos que a análise desses sindicatos docentes deveria passar, necessariamente, pela história de suas principais greves.

Tal hipótese, a da centralidade das greves na experiência desses trabalhadores com o Estado, com a comunidade escolar, com os partidos políticos e as centrais sindicais nacionais e internacionais, certamente mostrou-se importante fio condutor de

¹ PERROT, Michelle. *Workers on strike. France, 1871-1890*. New Haven, Yale Univ. Press, 1987, p. 4-5. Apud. MATTOS, Marcelo Badaró (*et al*). *Greves e repressão policial ao sindicalismo carioca*. Rio de Janeiro: APERJ/FAPERJ, 2003.

² A pesquisa sobre o sindicalismo docente teve início com a monografia, produzida em 2003: *Tradições e contradições da organização dos trabalhadores em educação de Angra dos Reis: SEPE e SINSPMAR e*, em seguida, com a dissertação, produzida em 2005: *A Organização dos trabalhadores em Educação no capitalismo neoliberal: O pensamento pedagógico e a prática sindical do SEPE, do SINPRO e da UPPES*.

³ Seção Sindical do ANDES-SN, Associação dos Docentes da Universidade Federal Fluminense.

grande parte das mudanças no rumo da pesquisa, do projeto, do plano de redação e de seus resultados.

Os sindicatos aqui analisados recorreram às greves em vários formatos: greves por longos períodos (mais de cem dias), greves de advertência por tempo determinado, greves com piquetes, greves com marchas e passeatas, greves com ocupação de prédios públicos e de praças públicas, através de acampamentos, greves de natureza corporativa ou eminentemente políticas. Além de greve de fome. A resposta preponderante do Estado foi a de aplicação de medidas repressivas, inclusive policiais.

No SEPE-RJ, a maior parte das greves ocorreu na rede estadual de educação do Rio de Janeiro e, no ANDES-SN, no setor das Instituições Federais de Ensino. A lógica de exposição dos capítulos que analisam as entidades organiza-se de acordo com a cronologia das greves realizadas.

Nos momentos de radicalização do antagonismo de interesses entre a categoria dos trabalhadores da educação e o Estado - na cessação do trabalho e na produção de formas públicas de luta -, emergiram cenários ricos para a análise dos aspectos em disputa: as políticas educacionais, a organização da classe e os projetos societários.

A escolha dos objetos de pesquisa, o SEPE-RJ e o ANDES-SN, deu-se no sentido de compreender como os sindicatos docentes, o da Educação Básica e o da Educação Superior construíram-se em antagonismo à estrutura sindical oficial, existente no país desde a Era Vargas. Assim, trabalhamos com uma entidade nacional e outra estadual, de distintos níveis educacionais a fim de refletir sobre a unidade e/ou diversidade do movimento docente.

Da concepção à execução da pesquisa, os conceitos de classe social e luta de classes, em Marx e Engels, foram as categorias fundamentais da presente análise da realidade social. O conceito de classe social só faz sentido para as análises históricas se tomado em seu movimento, portanto, na sua relação com a luta estrutural das sociedades divididas em classe, conforme destacam os autores da *Ideologia Alemã*, "Os indivíduos isolados só formam uma classe na medida em que têm que manter uma luta comum contra outra classe"⁴.

A abordagem de E.P.Thompson de formação da classe a partir da noção de relação histórica nos permitiu outro olhar para o sindicalismo docente que não aquele,

⁴ MARX E ENGELS (1987, p.84).

presente nas análises da área, fundado no estruturalismo marxista. Thompson afirma em *A Formação da Classe Operária Inglesa*:

Não vejo a classe como uma “estrutura”, nem mesmo como uma “categoria”, mas como algo que ocorre efetivamente (e cuja ocorrência pode ser demonstrada) nas relações humanas. Ademais, a noção de classe traz consigo a noção de relação histórica⁵.

Tomados os objetos a partir do materialismo histórico, analisamos o processo de consolidação dos trabalhadores da educação enquanto uma nova força social, o seu processo de formação/organização/reorganização enquanto classe e a luta contra as políticas de transformação da educação em mercadoria, objetivo capitalista, mediado pelo Estado.

Como é do conhecimento dos pesquisadores do movimento operário, o trabalho com as fontes nos sindicatos é tarefa complexa, por vários aspectos. Em primeiro lugar, a repressão ditatorial fez com que, em determinados períodos, parte do acervo dos sindicatos e/ou de sindicalistas fosse destruída. Nesse sentido, os acervos da APERJ, em especial o da Polícia Política do Rio de Janeiro, e do AMORJ foram fundamentais para a conclusão do trabalho. Em segundo lugar, os sindicatos oriundos do *Novo Sindicalismo* parecem ter começado a preocupar-se com o acervo apenas recentemente, quando se depararam com a não perenidade de seus materiais, cerca de vinte anos depois de sua fundação. É também do conhecimento de pesquisadores e militantes a forma com que, em muitos casos, fontes sindicais foram irremediavelmente extraviadas em faxinas, mudanças de sede e em inconsequentes amontoamentos dos mesmos, por anos. Em parte dos sindicatos com os quais trabalhamos, visto como problema, o grande volume de materiais sobreviveu mais por razões contingentes do que pelas políticas de preservação da memória das entidades.

Em que pesem as dificuldades apontadas acima, encontrei em dois sindicatos, a ADUFF e o SEPE arquivos em condição de consulta, embora não exatamente nas condições mais adequadas.

Na ADUFF, seção sindical do ANDES-SN, o projeto, “Reformulação da Organização e acesso às informações do arquivo da ADUFF-SSind”, da diretoria, permitiu a preservação de fontes que já não estavam mais disponíveis na Regional do

⁵ THOMPSON, 1987, p. 9

Rio de Janeiro do ANDES-SN, pois esta última descartou todo o seu acervo quando o ANDES-SN construiu o Centro de Documentação do ANDES-SN.

Neste último arquivo, adequadamente construído e conservado, situado na sede da entidade nacional, em Brasília, foi possível localizar fontes fundamentais para a análise das greves, tais como a documentação dos Comandos Nacionais de Greve e dos Comandos Locais de Greve, bem como um acervo rico de jornais e publicações da entidade.

No SEPE, o monumental acervo que, durante décadas, esteve acumulado em precárias condições foi transferido para uma sala da Rua Alcindo Guanabara - sede lacrada pela Ditadura Militar, em 1979 - no centro do Rio de Janeiro, com a proposta de recuperação e organização do mesmo. Porém, faz-se necessário chamar à atenção para o fato que, parte do acervo ainda encontra-se em processo de deterioração, em uma sala da Avenida Presidente Vargas.

A dificuldade inicial de localizar as fontes históricas capazes de nos permitir o trabalho de análise das entidades sindicais, superada no caso do ANDES-SN, pelo arquivo nacional e, no SEPE, pelo trabalho persistente, que contou com o apoio fundamental de uma funcionária da entidade, colocou-nos diante de uma vastidão de fontes diversificadas. Nesse sentido, trabalhamos com as seguintes fontes primárias: atas de congressos e assembleias, jornais das entidades, jornais da grande mídia (*clipping* elaborado pela imprensa sindical), manifestos, documentos de avaliação das greves (Comandos de Greve), relatórios de congressos e demais encontros, cadernos de teses de congressos, panfletos eleitorais, publicações (revistas e cadernos), fotografias, faxes, telegramas.

No arquivo da Polícia Política do Estado do Rio de Janeiro, trabalhamos com documentos relativos às atividades rotineiras do Departamento Geral de Investigações Especiais (DGIE)⁶, tais como informes, relatórios de informações, pedidos de buscas, registros de detenções e depoimentos materiais apreendidos e dossiês de investigação do CEP e de sindicalistas.

A relação dos partidos políticos com os sindicatos, de relevância para a análise das entidades, foi tarefa que demandou a realização de entrevistas com dirigentes sindicais para uma aproximação de seu mapeamento, já que o mesmo não se mostrou

⁶ O Departamento Geral de Investigações Especiais (DGIE), ligado à Secretaria de Segurança Pública do Estado, foi criado em 1975 como órgão de "inteligência policial" cuja função era reunir informações a fim de colaborar nas tarefas de repressão social.

viável através das fontes primárias. A dinâmica da constituição das correntes políticas atuantes nas entidades, em seu movimento de fragmentação e de rearticulação, nem sempre permitiu que estas fossem identificadas com precisão. No caso do SEPE, esse movimento foi mais tensionado do que no ANDES, pois este último construiu uma corrente sindical que atuou, em grande parte das vezes, sobre as correntes políticas.

Como resultado desse processo de reconstrução histórica das entidades, mediado pelas g'reves, objetivamos responder qual é a relação estabelecida entre os sindicatos dos trabalhadores da educação, organizados e antagônicos à estrutura sindical oficial, e o Estado. Em consequência, qual é o papel da luta de classes na história da política educacional brasileira, durante a transição conservadora e a consolidação da democracia burguesa.

No primeiro capítulo, *A consolidação de uma força política: Os professores e o Novo Sindicalismo*, tivemos o intuito de realizar um balanço da literatura sobre o movimento docente e, através da recuperação de algumas das experiências do associativismo docente, oferecer um panorama, ainda que parcial, das ações que comprovam que o movimento docente não é uma organização sem passado - mas que o mesmo não é idílico - e que tais experiências influenciaram, de certa forma, no processo de formação da categoria enquanto classe. Para tal, a consolidação dos trabalhadores da educação enquanto força política é analisada no contexto dos embates presentes no seio da sociedade e do sindicalismo brasileiro, orgânico à constituição das entidades pesquisadas, a partir da eclosão do *Novo Sindicalismo*.

No segundo capítulo, *SEPE-RJ: Do Novo sindicalismo à ruptura com a CUT*, analisamos a trajetória do sindicato da Educação Básica, fundado em 1977 (SEP), até o processo de ruptura com a CUT, em 2006. Durante esse período, o SEPE realizou cerca de vinte greves, na rede estadual, confrontando a resposta repressiva do Estado, buscando o apoio da população, melhores condições de vida e trabalho e a intervenção na política educacional e no cenário político brasileiro. Investigamos como as transformações no Estado, ocorridas no Rio de Janeiro, funcionaram, na década de 1980, como laboratório de experimentação das políticas de modernização do Estado, sob inspiração neoliberal e, no campo específico da política educacional, como realizou a expansão precarizada da rede de ensino. Nas décadas de 1990 e 2000, pesquisamos como se deu a consolidação de políticas de reestruturação administrativa do Estado através de políticas de produtividade, competitividade e heteronomia dos trabalhadores da educação. Esse capítulo aborda ainda as disputas em torno da organização da classe

trabalhadora, desde a fundação da entidade até a turbulenta ruptura com a CUT.

O terceiro capítulo, *ANDES: Do Novo Sindicalismo à ruptura com a CUT*, trata do processo de construção, pela base, de uma entidade nacional de docentes do ensino superior à sua construção enquanto entidade tipicamente sindical. O processo de consolidação do caráter sindical da entidade significou a construção de uma relação orgânica com o conjunto das organizações da classe trabalhadora, destacando-se o enfrentamento à estrutura sindical oficial e a busca de uma nova prática sindical, democrática. O capítulo empreende o resgate da trajetória da entidade, através da greves contra a política educacional de privatização da educação, em curso desde a ditadura civil-militar⁷. Procuramos ainda abordar a capacidade de formulação de projetos para a educação e o contexto social brasileiro da entidade em contextos decisivos de elaboração de políticas estatais.

Nesse terceiro capítulo e no anterior, a luta de classes, que molda a Política Educacional Estatal, foi posta em primeiro plano por esse viés metodológico de análise.

No quarto capítulo, *A natureza sócio-histórica do trabalho docente*, para compreendermos o universo das lutas dos trabalhadores da educação, particularmente dos professores, assim como a construção de uma identidade de classe, julgamos necessário nos determos às especificidades desses trabalhadores. Nesse sentido, realizamos o debate em torno das categorias marxianas de trabalho produtivo e improdutivo, imaterial e intelectual - debate que permeou as entidades docentes - bem como dos processos de alienação no interior deste último e da subsunção à lógica do capital, na sociedade contemporânea. Analisamos as especificidades do processo de trabalho docente e as transformações pelas quais o trabalho docente passou no embate desses trabalhadores com o Estado contra a expropriação do conhecimento, elemento chave do processo de proletarianização docente.

Na conclusão, *Unidade e Diversidade no movimento sindical docente: A formação da classe e o refazer-se da classe*, apresentamos os problemas em aberto da pesquisa e os avanços e os limites dos sindicatos analisados na luta de classes, tal como se deram do final da década de 1970 até o processo de ruptura com a CUT, em 2006, que significou um marco no processo de reorganização da classe trabalhadora no Brasil, ainda em curso.

⁷ DREIFUSS, 2006, p. 419.

CAPÍTULO I

A CONSOLIDAÇÃO DE UMA FORÇA POLÍTICA: OS PROFESSORES E O *NOVO SINDICALISMO*

I.1 ASSOCIATIVISMO E SINDICALISMO DOCENTE

Neste capítulo, objetiva-se destacar aspectos fundamentais no que tange à formação da categoria docente ao longo do século XX. Em primeiro lugar, que o caráter organizativo e até mesmo reivindicativo dos professores não teve início nas décadas de 1970 e 1980, conforme consolidado na literatura da área. E, em segundo lugar, que a organização docente só obteve a expressividade vista nestas décadas pela imbricação de alguns aspectos: 1) A expansão do ensino público e a forma como o mesmo ocorreu; 2) as experiências, ainda que fragmentárias, vividas até o momento da eclosão do *Novo Sindicalismo*. 3) A convergência entre as lutas pela democratização do ensino na tradição dos movimentos operários e as lutas corporativas dos professores parece ter sido o ponto de encontro dos professores com os demais trabalhadores, cujo exemplo de ampliação e da unificação das lutas foram aquelas que se deram em oposição a ditadura e pela democratização da educação.

I.1.1 Algumas experiências organizativas anteriores ao *Novo Sindicalismo*

As organizações dos trabalhadores da educação, particularmente dos professores, não é inaugurada com o movimento conhecido como *Novo Sindicalismo*, ainda que, decerto, este seja o período de seu crescimento e amadurecimento como força social expressiva.

Portanto, cabe aqui uma digressão. Antes da Constituição da República de 1988, que assegurou o direito de sindicalização aos servidores públicos, os professores da rede pública reuniam-se sob a forma associativista e, os professores da rede privada, já sob a forma sindical. Um recuo ao século XIX e início do século XX nos permite encontrar associações de auxílio mútuo ou de caráter reivindicativo de tipo sindical, tal como ocorreu com o movimento operário.

No artigo *Esquecidos e mal pagos*⁸, Daniel Cavalcanti Lemos, reproduz a reivindicação dos professores públicos primários da Corte Imperial: “Não vedes que, tratados os professores como escravos, só conseguireis moldar por eles uma sociedade indigna do século em que viveis?”

Em manifesto aberto à população,

⁸ Revista de História da Biblioteca Nacional. Número 32, maio de 2008. Disponível em <http://www.revistadehistoria.com.br/v2/home/?go=detalhe&id=1600>.

eles exigiam melhores condições de trabalho, respeito por parte do poder público, pagamento dos prêmios a que tinham direito, a desistência do Estado de promover uma reforma do ensino e, principalmente, aumento dos salários⁹.

O autor destaca a luta dos professores pelo reconhecimento do governo, no contexto abolicionista, tanto da educação quanto da própria categoria. Os professores teriam encaminhado o primeiro “Manifesto dos Professores Públicos de Instrução Primária da Corte” à Assembléia Legislativa, o qual não recebeu resposta. Assim, acrescentaram a esse primeiro manifesto outros e um deles foi endereçado à população, na forma de um pequeno livro de 21 páginas, em que os professores denunciavam:

Em uma época de patriotismo e de reformas, quando parece despontar nos horizontes da pátria uma nova era de prosperidade; uma classe inteira de funcionários públicos, classe talvez a mais importante dos servidores do estado, vive oprimida, ludibriada e escarnecida, e, o que mais é, humilhada pela injustiça com que os poderes do estado a apelidam constantemente de ignorante¹⁰.

Outros trabalhos de Daniel Lemos, frutos de sua pesquisa sobre o associativismo docente¹¹ na Corte Imperial, são relevantes para a compreensão da organização corporativa dos professores no período, dos quais poderíamos ainda destacar mais dois. O primeiro, em co-autoria com Angélica Borges, trata dos jornais organizados pelos professores públicos na Corte, na década de 1870: *A Instrução Pública, A Verdadeira Instrução Publica, A Escola, O Ensino Primário, A Gazeta da Instrução Publica, A Revolução Social*.¹² E o segundo, no qual o autor, a partir da atuação de um personagem, o “professor Reis”, analisa como as associações docentes influenciaram na construção da profissão docente e como um grupo de professores entrou em contato, por intermédio do governo republicano, com organizações docentes de Portugal e da Espanha, como a União Ibero-Americana de Madri e a Associação de Professores de Lisboa¹³.

Cabe destacar o contexto de exercício do trabalho docente de desorganização estrutural do ensino público, no referido período. Por um lado, tratava-se de um sistema

⁹ LEMOS, Daniel Cavalcanti. Uma luta antiga. Revista de História da Biblioteca Nacional. Número 32, maio de 2008. Disponível em <http://www.revistadehistoria.com.br/v2/home/?go=detalhe&id=1600>.

¹⁰ LEMOS, 2008, p.1.

¹¹ LEMOS, D. C. A. O Discurso da Ordem: O movimento associativista docente na Corte Imperial. Rio de Janeiro: UERJ, 2006. Dissertação de mestrado em educação.

¹² BORGES e LEMOS (2009).

¹³ LEMOS (2009).

dual de ensino, assim configurado desde o Império e consolidado na República, ou seja, uma “educação da classe dominante (escolas secundárias acadêmicas e escolas superiores) e a educação do povo (escola primária e escola profissional)”¹⁴. Além das escassas escolas primárias, a restrita dimensão do ensino, em 1888, pode ser percebida pelos números a seguir: 250.000 alunos para uma população de 14 milhões de habitantes (idem, p. 40). Por outro lado, a marca da educação sexista no processo formativo dos estudantes estendia-se, na forma de divisão sexual do trabalho, ao magistério, destinando às mulheres o trabalho nas escolas primárias. Ainda que a Reforma Leôncio de Carvalho, em 1879, tenha aberto espaço para o ingresso feminino no magistério, a promoção destas para o cargo de inspetor escolar era vedada, por decreto de 1922¹⁵.

Somente ao final do século XIX foram instituídos os grupos escolares:

na estrutura anterior, as escolas primárias, então chamadas também de primeiras letras, eram classes isoladas ou avulsas e unidocentes. Ou seja, uma escola era uma classe regida por um professor, que ministrava o ensino elementar a um grupo de alunos em níveis ou estágios diferentes de aprendizagem. E essas escolas isoladas, uma vez reunidas, deram origem, ou melhor, foram substituídas pelos grupos escolares¹⁶.

Nesse período, exemplos de organizações de caráter mutualista não faltam pelo extenso território brasileiro e suas capitais, o mais antigo, citado por CUNHA (2000), é O Grêmio dos Professores Primários, em Pernambuco, em 1879.

Em 1907, Cláudio Batalha¹⁷ localizou, no Rio de Janeiro, a Caixa Beneficente da Corporação Docente do Rio de Janeiro, composta por professores do ensino superior, secundário e primário oficial e particular. De caráter mutualista, a organização prestava-se ao socorro dos sócios em casos de moléstia, velhice e falecimento, em um Estado sem os dispositivos de previdência social.

Nas duas primeiras décadas do século XX, aquelas que marcam a tentativa de uma oferta da educação primária pelo Estado, a Associação Beneficente do

¹⁴ ROMANELLI, 1989, p. 41.

¹⁵ Cf. ANDRADE, 2001, p.27.

¹⁶ SAVIANI, 2007, p.172.

¹⁷ BATALHA (2009).

Professorado Público de São Paulo destacou-se como exemplo de aglutinação profissional¹⁸.

Nas décadas seguintes, localizamos outras referências a entidades de mesmo perfil. Pesquisadores da Universidade Federal de Pelotas, CARDOSO, TAMBARA e ALMEIDA (2009), investigaram a Associação Sul Riograndense de professores (ASRP), criada em Pelotas, de caráter marcadamente mutualista e elitista. Os autores demonstram que antes da ASRP, criada em 1930, outras tentativas de organização de associações de socorro mútuo entre os professores de Porto Alegre se deram.

De caráter diverso foi a Associação Brasileira de Educação (ABE). Fundada em 1924, no Rio de Janeiro, a tônica da atuação da Associação era de fundo cultural e debate pedagógico e não de assistência, dada a própria composição de seus membros. Nela reuniam-se professores do Ensino Superior e secundário conhecidos pelo lançamento do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, redigido por Fernando de Azevedo, cujas propostas tinham evidentes influências liberais.

Na Primeira República a abrangência da educação para a população era quase nula. RESES (2008)¹⁹, analisou os dados censitários demográficos para revelar as condições materiais de surgimento do associativismo e sindicalismo docente no referido contexto demonstrando a dimensão ainda incipiente tanto da educação, majoritariamente responsabilidade das famílias, quanto da categoria de professores:

Desvalorização e desorganização se evidenciaram no alarmante analfabetismo, chegando à cifra de 90% da população em idade escolar no Brasil. Apesar do antigo Distrito Federal, coração do país e centro mais culto, ter uma situação privilegiada em relação ao restante do país, o censo de 1906 concluiu que de cada 100 habitantes, 48 eram analfabetos. A capital do país, nesta data, tinha uma população de 811.413 habitantes e, contava com 438 escolas municipais e particulares e 1.373 docentes, ou seja, 03 professores para cada escola²⁰.

Conclui o autor que tais números demonstravam “insuficiência para atender a demanda escolar e também formar sindicato”²¹.

¹⁸ Tal associação foi analisada por CATANI (1989) em: Educadores à meia-luz: um estudo sobre a Revista de Ensino da Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo (1902 – 1919).

¹⁹ O autor analisa o percentual de analfabetismo, o número de docentes, de estudantes e de escolas, bem como a relação docentes / estudantes por escolas e dados sobre assalariamento.

²⁰ RESES, 2008, p. 216.

²¹ Idem, Ibidem.

Em linhas gerais, é possível afirmar que a organização sindical brasileira foi, originariamente, determinada pela diversidade da classe trabalhadora que se formava no início do século XX²², pela influência das propostas organizativas já consolidadas na Europa, como a anarquista e, mais adiante, também pela experiência da Revolução Russa e fundação do Partido Comunista do Brasil, em 1922.

Nesse período, o Brasil, tinha uma economia de base agrário-exportadora, direcionada ao atendimento do mercado externo, voltada principalmente à produção cafeeira que coexistia com indústrias de pequeno porte. A predominância da produção agrícola condicionava o país à importação de produtos industrializados. Porém, a reorientação do comércio internacional, gerada pela I Guerra Mundial, e a grave crise de superprodução de 1929 colocaram em xeque esse fragilizado modelo político-econômico. Assim, segundo MENDONÇA, o projeto modernizador, assegurado pelo golpe de 1930, representou a

ruptura no que diz respeito ao avanço da acumulação capitalista no país, no sentido da implantação de um núcleo básico de indústrias de bens de produção, bem como da redefinição do papel do Estado em matéria econômica, visando tornar o pólo urbano-industrial o eixo dinâmico da economia²³.

A classe dominante, composta por diversas forças sociais²⁴, pressionava pela intervenção do Estado na organização dos trabalhadores, através da repressão e até mesmo da formulação de políticas compensatórias, almejando a recuperação do capital nacional através da industrialização. Foi nesse quadro que o primeiro governo de Getúlio Vargas deu início ao processo que se convencionou chamar de industrialização por substituição de importações, promovendo o controle das forças sociais antagonistas através da legislação sindical e trabalhista e da repressão.

Dessa forma, as concessões à classe trabalhadora, através da regulamentação de direitos trabalhistas, próprios do padrão de acumulação fordista, como férias, salário mínimo, carteira de trabalho, previdência e serviços assistenciais visavam, dentre outros objetivos, arrefecer a força social do movimento operário.

Mas a mais eficaz e importante forma de controle sobre os trabalhadores seria aquela direcionada às suas organizações sindicais, política imprescindível para o

²² Sobre a formação da classe trabalhadora carioca ver MATTOS (2008).

²³ MENDONÇA, 1985, p. 15.

²⁴ MENDONÇA (1985, p. 20) destaca como principais a elite industrial brasileira e frações das oligarquias agrárias tradicionais.

governo impor a ideologia de colaboração de classes. Foi criado, então, o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (MTIC), órgão responsável pela regulação sindical, e junto a ele, um aparato jurídico para a solução dos conflitos de classes, tais como as juntas de conciliação e os dissídios coletivos que somente os sindicatos oficiais podiam recorrer. Esse novo modelo - chamado de sindicato oficial - era tutelado pelo Estado, composto por um sistema corporativo e financiado pelo imposto sindical compulsório²⁵. Estavam construídos, assim, os pilares de sustentação da estrutura sindical corporativa, que marcaria a experiência organizativa dos trabalhadores até os dias de hoje, no Brasil.

A nova etapa do desenvolvimento capitalista brasileiro, fundada no processo de industrialização, impôs novas exigências à organização da sociedade, dentre as quais a necessidade de ampliação do ensino, ou parafraseando ROMANELLI (1989), surgiu uma demanda social por educação. O ministério da Educação e Saúde foi criado para organizar as políticas governamentais em torno do binômio educação-desenvolvimento, bases do discurso desenvolvimentista. Foi neste período que o grupo de educadores da ABE, tratado anteriormente, divulgou o “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova”, cuja proposta era “construir e aplicar um programa de reconstrução educacional de âmbito nacional” (idem, ibidem: 146) que visava, dentre outras demandas, a universalização da escola. Ao longo dessa década o debate em torno da educação ganhava maior dimensão, e, os movimentos de professores começavam a ganhar maior consistência. O analfabetismo ganhou centralidade no debate.

No Rio de Janeiro, então distrito federal, duas experiências sindicais distintas elucidaram as conseqüências do sindicalismo corporativista.

Em 1931, é fundado o Sindicato dos Professores do Ensino Secundário e Comercial do Distrito Federal, sob a chancela do governo getulista e no contexto de regulamentação da profissão docente, através do Registro de Professores no Departamento Nacional de Educação. Durante alguns poucos meses, a primeira entidade conviveu com o Sindicato dos Trabalhadores do Ensino do Rio de Janeiro²⁶ de orientação anarco-sindicalista.

²⁵ Eram permitidas, pela legislação, organizações sindicais que não ultrapassem o âmbito estadual e a filiação às confederações nacionais, mas eram vedadas as filiações às centrais sindicais e às centrais internacionais. Da mesma forma, a utilização do imposto sindical obrigatório também era regulada. O imposto, equivalente a um dia de trabalho de todos os trabalhadores de uma base sindical, filiados ou não, deveria ser destinado a atividades assistenciais comprovadas em relatórios submetidos ao MTIC.

²⁶ A esse respeito ver COELHO (1988).

Entretanto, este último sindicato, que já unificava todas as categorias dos trabalhadores em educação, teve uma existência muito curta, de julho a novembro de 1931, justamente por não se organizar no marco da estrutura sindical.

Os sindicatos oficiais disputaram a base com os sindicatos autônomos que continuaram resistindo, mas em desigualdade de condições uma vez que a política estatal vinculava benefícios ao enquadramento das entidades, e legitimava-as através da obtenção da Carta Sindical²⁷.

Cabe destacar que o Sindicato dos Professores do Distrito Federal, denominação que recebeu em 1932, foi classificado pelo Ministério do Trabalho como pertencente à categoria de profissionais liberais, até 1938. Nesse período, a educação brasileira, organizada através de cursos seriados e cursos preparatórios, conferia aos docentes um trabalho, majoritariamente, semi-assalariado²⁸. Na condição de prestadores de serviços privados, os professores podiam se sindicalizar.

Os professores públicos, dada a proibição de sindicalização pela constituição, organizavam-se sob a forma associativista, como exemplifica ANDRADE:

Apesar das poucas informações a respeito, sabemos que em 1933, foi fundado no Distrito Federal o Instituto dos Professores Públicos e Particulares (IPPP). Além disso, existiam a Liga dos Professores, a Associação dos Professores Primários do Distrito Federal e a Ordem dos Professores que, em 1937, fundiram-se, originando a União dos Educadores do Distrito Federal²⁹.

Em São Paulo, foi fundado o Centro Paulista do Professorado (CPP), em 1931, atrelado aos moldes corporativistas. VIANNA afirma que:

Na Revista do Professor, órgão de divulgação do CPP, a questão salarial e a baixa remuneração do professorado eram temas presentes, mas tratados com extrema ponderação (1999, p. 84).

Cabe ressaltar que a publicação da revista, antes combativa, adquiriu tal postura frente ao financiamento recebido do Estado para a manutenção do periódico³⁰.

²⁷ Documento conferido pelo Ministério do Trabalho atestando a legitimidade e a unicidade sindical.

²⁸ Para os cursos preparatórios, de caráter propedêutico, os alunos buscavam as aulas-particulares e para os seriados, as escolas. Isso viabilizava o exercício do trabalho docente como atividade liberal. Os professores vendiam serviços àqueles alunos que podiam pagar pela preparação para os exames e/ou empregavam-se através do Estado ou de empresa privada de ensino.

²⁹ ANDRADE (2001, p. 43)

³⁰ Idem, Ibidem.

O processo de associativismo docente, do qual as experiências acima podem ser consideradas pioneiras, se explica pela organização incipiente, mas em expansão do ensino público e, conseqüentemente, da docência na relação com as transformações ocorridas em diversos âmbitos da vida nacional, mas fundamentalmente, àquela concernente ao projeto de modernização do país via industrialização.

Em todo o país existiam organizações de caráter assistencialista, em especial no Sudeste do país, a Associação dos Professores Primários do Estado de Minas Gerais, era uma dessas, fundada também em 1931.

O forte caráter associativista é marca relevante para a compreensão do movimento sindical docente, não na perspectiva de classificá-lo como um sindicalismo tardio quando comparado ao sindicalismo operário, tal como o caracterizam DAL ROSSO e LUCIO (2004), mas para apreender a tradução dessas experiências na formação da categoria enquanto classe.

Para DAL ROSSO e LÚCIO:

É marcante do sindicalismo docente a formação tardia das organizações associativas e sindicais. Se o sindicalismo brasileiro em outros setores de atividade, tais como a indústria, começou a organizar-se ao final do século XIX, o sindicalismo docente começa a estruturar-se setenta e cinco anos mais tarde. Como explicar organização tão tardia se os docentes representam numericamente uma categoria tão ampla? Por volta de 1945, quando se organiza a primeira associação profissional de professores, a Associação dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo, já existem no Brasil mais de 120.000 trabalhadores em educação, incluídos neste número os auxiliares e técnicos. Os sindicatos de docentes constituem-se depois de 1975 apenas³¹.

Se com relação à afirmação do sindicalismo docente como um sindicalismo tardio já demonstramos que há organizações de professores pelo menos desde a Corte, e sindicalismo, no setor privado³², desde 1931, por outro lado, cabe destacar que mesmo a organização dos trabalhadores urbanos não foi homogênea, tampouco linear, e sua diversidade acabou por influenciar o processo de formação da classe, na Primeira República (MATTOS, 2008).

³¹ DAL ROSSO, LUCIO (2004, p. 114).

³² A forma jurídica sindical só é conquistada pelos servidores públicos com a promulgação da Constituição de 1988.

Sem dúvida, a vinculação ao Estado, as práticas assistencialistas, as direções burocráticas e colaboracionistas não foram exclusividade do movimento docente. O conjunto da classe trabalhadora se construiu, no Brasil, através e contra tal modelo sindical.

Voltando ao texto de DAL ROSSO e LÚCIO, os autores levantam "dois fatores estruturais básicos" para a organização tardia dos docentes:

- a) um de controle institucional e estatal sobre a atuação dos trabalhadores em educação e b) outro relacionado à concepção vocacional da educação que moldava a subjetividade e a concepção de identidade dos educadores³³.

No que diz respeito ao primeiro aspecto, *o controle institucional e estatal sobre a atuação dos trabalhadores em educação*, ao contrário de diminuir, tal controle, através das políticas estatais educacionais intensificou-se³⁴ nas últimas décadas. Logo, a resposta para o processo de sindicalização dos docentes, ou seja, de transformação da prática sindical, está em outro lugar, ou, em outros lugares.

Já no que diz respeito à ideologia da vocação, se tomada de forma dialética às transformações materiais, avançaremos no campo da análise do processo de formação da categoria docente enquanto classe.

O trabalho de RESES (2008), sobre as entidades do Rio de Janeiro, na linha do trabalho anterior, acrescenta outros elementos para a explicação de uma organização tardia dos professores da rede pública, no Rio de Janeiro:

- 1) Desorganização estrutural do ensino público e sua desvalorização pelo Estado;
- 2) Baixa densidade de professores até 1920;
- 3) Elitismo dos professores na primeira República;
- 4) Enquadramento sindical e, conseqüente, ausência de sindicalismo autônomo;
- 5) Limitação legal do Estado para a organização sindical no serviço público;
- 6) Ambigüidade da identidade social da profissão de professor;
- 7) Existência de vocação, missão ou dom para o exercício do magistério³⁵.

Da mesma forma, há na argumentação teórica acima exposta elementos que não explicam o processo de formação de classe, tal como a *ausência de sindicalismo autônomo* e a *limitação legal do Estado para a organização sindical no serviço público*. Ambos aspectos permaneceram na história da organização docente, a possibilidade de

³³ Idem, Ibidem.

³⁴ Como veremos nos capítulos 2 e 3.

³⁵ RESES (2008, p.3).

sindicalização dos servidores públicos somente foi garantida na Constituição de 1988, portanto, quando muitas entidades docentes de caráter sindical já existiam.

Contudo, dois aspectos levantados por RESES devem ser considerados, o da inexistência das condições estruturais da educação e a ideologia da vocação, funcionando, este último aspecto, como a base sobre a qual ocorreu o processo de expansão da força de trabalho.

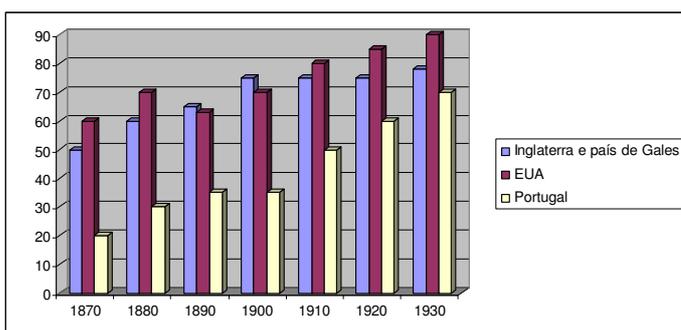
Sem condições estruturais da educação, tais como destacamos pelo baixo número de matrículas e escolas no início do século XX, não seria possível existir uma organização dos professores nos moldes daquela dos trabalhadores da indústria.

A ideologia da vocação no interior das organizações docentes deve ser considerada a partir da especificidade do trabalho feminino³⁶, ou seja, do impacto da inserção da mulher em determinados setores do mercado de trabalho.

O processo de feminização³⁷ do magistério não é fenômeno recente, tampouco uma especificidade do caso brasileiro, como afirma HIPÓLITO (1997). O autor, através da análise de literatura da Inglaterra, dos Estados Unidos, de Portugal e da Espanha demonstra que, ainda que em ritmos diferentes, tal processo se generalizou no ocidente, na virada do século XIX para o XX.

O gráfico elaborado por Hypólito é bastante elucidativo:

Gráfico 1- Evolução, em percentual, da participação feminina no corpo docente do ensino primário na Inglaterra e no País de Gales, em Portugal e nos Estados Unidos na América, entre os anos de 1870 e 1930



Fonte: HYPOLITO (1997, p. 52)

³⁶ SILVEIRA (2003, p.42) afirma que "a nível nacional, segundo dados do Censo Demográfico de 1990, 86,6% do magistério brasileiro é do sexo feminino. Destes, 99% trabalham no ensino pré-escolar e 96,2% no ensino de 1.ª a 4.ª séries". Apenas nas universidades o quantitativo de mulheres é próximo ao de homens na função do magistério, segundo os dados do Censo da Educação Superior: sinopse estatística 2005 (BRASIL, 2007).

³⁷ Assim é conhecido o fenômeno de transição da força de trabalho masculina para a feminina na educação, em geral, a partir do século XXI. HYPOLITO (1997).

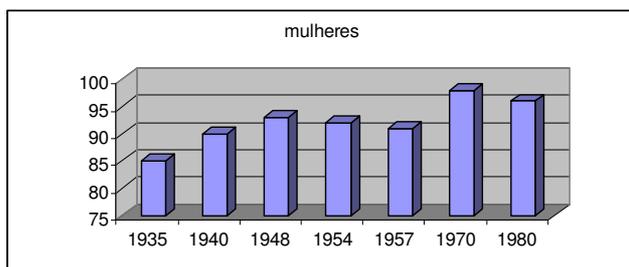
O processo de industrialização, de acordo com as especificidades de cada país, produziu a necessidade de incorporação da mulher ao mundo externo à residência familiar. No entanto, essa inserção nasceu sob os signos *da precarização e da emancipação*³⁸.

A ideologia do sacerdócio e da vocação feminina, associadas à educação, traduziram a perspectiva dominante de subordinação econômico-social e política da mulher. A ideologia, funcional ao capitalismo em expansão, que precisava conceder e controlar o espaço feminino, produzia a justificativa de baixa remuneração no magistério através de um conjunto de argumentos. De sorte que, para a mulher, tal ofício significaria uma renda complementar; haveria uma redução de carga horária se comparado à jornada fabril, possibilitando a presença no lar e a extensão da maternidade ao dedicar-se à educação das crianças³⁹. Desta maneira o trabalho feminino constituiu-se sob o invólucro das relações de gênero na sociedade capitalista (TOLEDO, 2001).

No Brasil, o mestre-escola⁴⁰ possuía perfil diferente do exposto imediatamente acima. A ele era atribuído a encarnação da lei, atributo condizente aos valores tradicionais de masculinidade. Tal perfil docente, que substituiu o jesuítico, foi paulatinamente, destinado a outras funções.

HYPÓLITO mostra o movimento ascendente de participação feminina na configuração desta força de trabalho também no caso brasileiro:

Gráfico 2- Participação feminina, em percentual, no corpo do ensino primário no Brasil entre os anos de 1935 e 1980



Fonte: HIPOLITO, 1997.

Entretanto, a entrada da massa feminina para o mercado de trabalho, configurou-se como elemento contraditório. Se por um lado, a ideologia do sacerdócio e a da

³⁸ Cf. NOGUEIRA (2004).

³⁹ APPLE, Michael W. Trabalho docente e textos: economia política das relações de classe e de gênero em educação. Porto Alegre, Artes Médicas, 1995.

⁴⁰ Ver ROMANELLI, 1989.

vocação marcaram a entrada das mulheres no mercado de trabalho naqueles setores que demandavam cuidado com outros - tais como educação, saúde e alimentação - por outro lado, foi através desse processo de inserção das mulheres na esfera pública que ocorreu a ocupação em áreas da vida social e política majoritariamente masculinas, como por exemplo, nas organizações da classe trabalhadora: associações e sindicatos.

Consideramos demonstrado que embora a primazia dos estudos sobre a organização docente tenha como enfoque o sindicalismo docente, não é correto considerá-lo a única forma organizativa dos professores, tendo em vista que as condições objetivas para a consolidação da organização desta categoria tenha se dado somente a partir da década de 1960.

Em muitos estados brasileiros, da década de 1940 a 1960, muitas associações de professores foram construídas.

CRUZ recuperou aquelas associações que precederam a criação da APEOESP, a maior associação de professores criada até então, e analisou o quadro de transformações políticas que a entidade passou ao longo de sua trajetória. A prática associativista foi contestada em muitos momentos pelas disputas no interior da entidade, levando a autora a propor uma periodização, dividida em seis momentos, da APEOESP:

O primeiro período de surgimento da APEOESP que data de 1945 e se caracteriza por essa associação ter nascido como uma organização combativa. Esse seria um ano da APEOESP de luta. O segundo período vai de 1945 a 1963; nessa fase essa entidade pode ser tomada como assistencialista, porém de maneira muito incipiente. Ainda está em fase de consolidação e a prestação de serviços é embrionária. O terceiro período vai de 1963 a 1968, pode-se afirmar que essa fase se caracteriza por ter tido dois momentos pontuais de luta, de retomada da combatividade, intercalados por uma atuação tímida diante do rigor do regime ditatorial implantado pelos militares em 1964. O quarto período vai de 1968 a 1978, a APEOESP retorna a atuação assistencialista, dessa feita, um assistencialismo essencialmente jurídico individual⁴¹.

O momento em que o Movimento de União dos Professores (MUP) e Movimento de Oposição Aberto dos Professores (MOAP) se aliam na construção de uma chapa de oposição para a direção é considerado pela autora como o 5º momento:

O quinto período refere-se à década de 1978 a 1988, a APEOESP atua de forma

⁴¹ CRUZ, 2008, p.257.

combativa, vanguarda do movimento sindical docente. Embora esse movimento de transformação da APEOESP tenha se iniciado por volta de 1976, a grande mudança acontecerá realmente a partir de 1978. O sexto e último período circunscreve-se aos anos mais recentes, observa-se que a combatividade da APEOESP se mantém em relação ao governo estadual. Pode-se dizer, que como os demais sindicatos, a APEOESP vive nas últimas décadas um período de reconstrução da luta sindical⁴².

Em 1945, no Rio de Janeiro, surgem outras grandes associações. Segundo a análise de ANDRADE do relatório sobre a remuneração dos professores no período, apresentado por Lourenço Filho, podemos ter a dimensão do corpo docente no país:

O número total de professores primários em serviço no país, no ano de 1942, era de 86.471, dos quais cerca de 65 mil serviam em escolas públicas, mantidas pelos estados ou municípios. Temos também que em 1942, 72% dos integrantes do magistério era do sexo feminino.⁴³

Em 1945, é fundada a União dos Professores Estaduais - (UPE), que logo após a aprovação do estatuto teve a denominação modificada para União do Professores Primários Estaduais - UPPE. Nesse período a cidade do Rio de Janeiro era a capital do país e a capital do Estado do Rio de Janeiro, Niterói, onde a entidade construiu a sua sede.

Uma passeata de reivindicação salarial, da qual participariam professores de várias regiões do estado do Rio de Janeiro para uma audiência com o interventor Ernani do Amaral Peixoto, marcou a fundação dessa associação. Ao contrário do que indica este ato fundacional, a UPPE se consolidou como uma entidade colaboracionista⁴⁴ com os governos, o que a permitiu não sofrer intervenções, mesmo durante os períodos mais repressivos das ditaduras forjadas no país.

A Constituição de 1946 legalizou a possibilidade de organização docente através de associações, o que fez com que a recém criada UPPE, trabalhasse na construção de uma outra associação no Distrito Federal (ANDRADE, 2001, p.92), resultando na fundação da União dos Professores Primários do Distrito Federal (UPPDF), em 1948.

Foi a todas essas experiências que o movimento docente precisou se contrapor para buscar outras formas de ação reivindicatória. A APEOESP fez frente ao CPP

⁴² Idem, Ibidem.

⁴³ ANDRADE (2001, p. 46).

⁴⁴ A esse respeito ver MIRANDA (2005).

(Centro Paulista do Professorado), O Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais (Sind-UTE) à Associação dos Professores Primários do Estado de Minas Gerais (APPMG)⁴⁵, o Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação (SEPE) à União dos Professores Públicos do Estado- Sindicato (UPPES)⁴⁶.

Não nos cabe aqui realizar um aprofundamento das características e ações das entidades destacadas acima, tampouco do conjunto de organizações docentes surgidas no Brasil desde a República, objetivo que escapa aos limites deste texto. Apenas temos o intuito de através da recuperação de algumas das experiências do associativismo docente oferecer um panorama, ainda que parcial, das ações que comprovam que o sindicalismo docente não é uma organização sem passado e que tais experiências, de certa forma, marcaram o processo de formação da categoria enquanto classe.

I.2 A ORGANIZAÇÃO SINDICAL NACIONAL DOS DOCENTES

O esforço para uma tarefa de recompor a história nacional do sindicalismo docente representaria, por si só, uma pesquisa de doutoramento, tendo em vista, pelo menos dois aspectos responsáveis por obstaculizar esse processo.

O primeiro refere-se à fragmentação, de inúmeras ordens, dos estudos sobre o sindicalismo docente, no Brasil. Assim, poderíamos destacar, pelo menos, 1) a dimensão territorial brasileira associada a inexistência de um sistema nacional de ensino⁴⁷; 2) a divisão entre os níveis e as modalidades de ensino; e 3) a heterogeneidade das formas organizativas.

Vejam os pontos a ponto os aspectos supracitados.

A dimensão territorial brasileira e a inexistência de um sistema nacional de educação:. Ao tratar do locus de trabalho dessa categoria temos que considerar a existência de 26 estados brasileiros e a do Distrito Federal, bem como a subdivisão dos municípios. Há a rede federal de ensino, as redes estaduais e as municipais e a cisão entre os serviços públicos e privados. Esse conjunto de professores reunidos por região geográfica, muitas vezes não tem suas lutas compartilhadas.

⁴⁵ Ver FIGUEIREDO (2006).

⁴⁶ União dos Professores Públicos do Estado.

⁴⁷ A esse respeito ver SAVIANI (1998, 2007).

A divisão entre os níveis e as modalidades de ensino. Nesse ponto, encontramos fundamentalmente a divisão entre os estudos sobre o sindicalismo da Educação Básica e o da Educação Superior.

A heterogeneidade das formas organizativas. A diversidade das organizações, por sua vez, pode se dar quanto à forma - associação ou sindicato -, pode circunscrever-se apenas aos professores ou reunir o conjunto de trabalhadores das escolas e, por fim, quanto a dimensão política, as entidades podem ser ligados à estrutura sindical ou terem construído como oposição a ela, resultando em diferentes formas de relacionamento entre as entidades e o Estado. Há sindicatos municipais, estaduais e nacionais, vinculados a diversas centrais sindicais ou confederações.

O segundo problema diz respeito à prevalência, em determinada área geográfica, de tais estudos. É possível afirmar que os estudos sobre a temática do sindicalismo docente possuem expressividade na produção acadêmica, no entanto, estão majoritariamente localizados nas regiões Sudeste e Sul do país. A região Sul fica em segundo lugar no número de pesquisas, ao que tudo indica esta e o sudeste foram os estados que tiveram mais greves, ao final da década de 1970. A região Norte quase não possui pesquisas acerca da temática.

Agrava-se a isso o fato de que pesquisas de estados brasileiros, que não o do Sudeste, geraram uma quantidade irrisória de publicações⁴⁸. O acesso é dificultado a tais materiais e suas contribuições pouco conhecidas para avançar na compreensão, senão, mapeamento da organização sindical docente nacional.

Tais aspectos, o da fragmentação e o da concentração geográfica das pesquisas acerca do sindicalismo docente, podem ser, em parte, apreendidos no artigo de Claudia Vianna (2001), publicado na Revista *Educação & Sociedade*, que sistematiza as produções acerca da temática até o final da década de 1990.

Pelo acima exposto, podemos afirmar que não há trabalhos no Brasil que tenham apresentado uma visão do que seria o sindicalismo docente em âmbito nacional, na sua diversidade. Destarte, uma análise que trate das especificidades da realidade do sindicalismo docente brasileiro é tarefa ainda a ser realizada, lacuna a qual não temos o propósito de suprir. Entretanto, é necessário, seguirmos com o apontamento de experiências constitutivas do movimento docente no país.

⁴⁸ Por exemplo, não conseguimos ter acesso às pesquisas sobre o sindicalismo docente de DIEDERICHS (1992), em Manaus e de CANESIN (1993), em Goiás.

Sobre a primeira experiência de constituição de uma organização docente nacional da educação básica no Brasil, temos a consistente tese de FERREIRA Jr. (1998), *Sindicalismo e Proletarização: a saga dos professores brasileiros*, que analisa a Confederação dos Professores do Brasil (CPB), no período de 1964-1985. Nesse episódio do movimento docente, em que o professorado paulista teve um papel de vanguarda, é possível perceber o fortalecimento das demais organizações estaduais e as disputas travadas no interior do movimento. Ademais, o estudo traz contribuições relevantes sobre a relação orgânica entre o movimento docente e as organizações de esquerda no enfrentamento à ditadura militar.

A primeira experiência, de caráter nacional, a ser construída foi a de professores da Educação Básica. Na década de 1960, em Recife, foi fundada a Confederação dos Professores Primários do Brasil (CPPB). A participação de entidades de diversos estados brasileiros em congressos, desde a década anterior, sendo o primeiro o de 1953 ocorrido na Bahia, resulta na fundação da CPPB⁴⁹.

Há registros de mobilizações durante o governo de João Goulart em São Paulo, Rio de Janeiro e no Sul do país, entretanto, após o Golpe, a confederação estabelece um caráter cooperativo com a ditadura.

FERREIRA JR, destaca a adesão da CPPB ao regime militar, explícita no seu estatuto de “colaboração com os poderes públicos no estudo e solução de todos os problemas”, mas também em muitas outras fontes documentais da entidade, como no reconhecimento da legitimidade do Golpe de 1964⁵⁰.

As questões reivindicativas da categoria só começariam a ganhar espaço nos congressos da entidade nacional a partir da década de 1970,

os primeiros congressos destacavam temas de cunho eminentemente pedagógico, enquanto os temas relativos à formação e a carreira do professor primário ficavam em plano secundarizado⁵¹.

⁴⁹ São responsáveis por esse movimento inicial o Centro do Professorado Paulista, a União dos Professores Primários do Estado Rio de Janeiro, a Associação dos Professores Primários de Minas Gerais, a União dos Professores Primários do Estado da Guanabara, o Centro dos Professores Primários do Rio Grande do Sul, a União do Magistério Primário Acreano, a Associação dos Professores Primários de Goiás, Sociedade Unificadora dos Professores Primários da Bahia, a Associação dos Professores Primários do Amapá, o Centro de Estudos e Recreação do Magistério Primário do Ceará e o Centro dos professores Primários de Pernambuco.

⁵⁰ FERREIRA Jr. (1998, p. 19 - 51).

⁵¹ ANDRADE, 2001, p.177.

Sob o marco da reforma educacional da ditadura (Lei 5692/71) a CPPB promoveu a mudança de seu estatuto, ampliando a sua base, transformado-se na Confederação dos Professores do Brasil (CPB), em 1973⁵².

FERREIRA Jr. destaca a limitação dessa entidade:

A Confederação dos Professores do Brasil era muito mais uma organização sindical de "carimbo", isto é, só existia mesmo no papel no qual estava grafado os seus estatutos. Com um contingente de apenas 75.783 filiados, numa categoria social composta de 1.205.771 membros, a entidade nacional dos professores brasileiros revelava toda a sua fragilidade organizativa para viabilizar as demandas reivindicativas que formulava nos seus encontros congressuais⁵³.

Contudo, o caráter antidemocrático e o atrelamento ideológico à política do regime militar, marcante na trajetória da CPPB, e mantido na CPB⁵⁴, enfrentaria a crítica de setores do movimento docente, que divergiram quanto a melhor tática para a derrubada da política do colaboracionismo e a unificação da luta sindical nacional.

A disputa em torno dos rumos da entidade nacional adquiriu posição central no interior do movimento, de tal forma que posições antagônicas manifestaram-se, ou seja, forças políticas que defendiam a ruptura com a CPB e a criação de uma nova entidade sindical nacional⁵⁵ e outras que defendiam a sua redemocratização⁵⁶.

Segundo FERREIRA Jr,

A tática adotada pelos partidos de esquerda, que defendiam a criação de uma estrutura sindical nacional com estratégia de unificação do movimento de professores, foi a organização dos fóruns nacionais de discussões sobre a luta sindical do movimento de professores. Ocorreram dois Encontros Nacionais de Professores: o primeiro, na cidade de São Paulo (julho de 1979) e, o outro, em Belo Horizonte (março de 1980)⁵⁷.

⁵² Idem, Ibidem, p. 51.

⁵³ FERREIRA Jr. (1998, p. 70).

⁵⁴ ANDRADE (2001:176) encontrou nos estatutos da CPB, de abril de 1973, a mesma formulação de colaboração com os "poderes públicos", anteriormente destacado por FERREIRA Jr.

⁵⁵ As organizações de esquerda que defendiam a criação da Central Única dos Trabalhadores da Educação eram : Movimento de Emancipação do Proletariado (MEP), a Convergência Socialista (CS), a Liberdade e Luta (LIBELU), a Organização Socialista Internacionalista (OSI) e a Organização Revolucionária Marxista – Democracia Socialista (DS), (FERREIRA Jr., 2009, p. 27).

⁵⁶ Aqueles que defendiam a possibilidade de conversão da CPB em uma entidade democrática eram o Partido Comunista Brasileiro (PCB), o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8) e o Partido Comunista do Brasil (PC do B). Idem, Ibidem, p.26.

⁵⁷ Idem, Ibidem, p.22.

Baseado no relatório da Comissão Organizadora do Encontro Nacional de Professores (ENP), o autor afirma que o 1º encontro contou com a presença de professores, oposições e entidades de 13 estados brasileiros (Idem, *Ibidem*). A posição vitoriosa foi a das forças políticas que defendiam a democratização da CPB.

Nesse contexto, o grupo minoritário, composto pelas correntes trotskistas e o MEP, anunciava a eclosão de uma concepção sindical que viria questionar a prática atrelada ao Estado, as direções burocráticas e o conseqüente afastamento das bases por parte das direções sindicais, em particular da CPB. As divergências no interior do movimento chegaram, ao longo do ano de 1981, a se materializar na fundação de uma nova entidade, a União Nacional dos Trabalhadores em Educação (UNATE)⁵⁸.

Já as organizações docentes universitárias começam a tomar corpo na década de 1960, por meio das Associações Docentes (ADs), não por uma contingência, mas pelo fato que a educação superior brasileira apresentava sinais de crescimento desde a década de 1950, como decorrência tanto das políticas de federalização, anteriores a Juscelino Kubitschek quanto das lutas estudantis por sua ampliação e, por conseqüência, crescia também a categoria de professores.

ROMANELLI (1989,p. 77) demonstra que, em 1945, havia 3.432.062 alunos no primário e, em 1959, o número de matrículas no mesmo nível saltou para 7.783.736. A expansão da matrícula também pode ser verificada, no mesmo período, nos outros níveis de ensino. No ensino médio, em 1940, havia 260.202 matrículas e, em 1960, 1.177.427 (Idem, *ibidem*). Por fim, o Ensino Superior com 21.235 matrículas em 1939, passa a 37.548 matrículas, em 1949, e salta para 86.603, em 1959⁵⁹.

O movimento docente da esfera pública⁶⁰, nesse momento originário, começa a se organizar nas universidades brasileiras, com atuações políticas diferenciadas, das quais era possível encontrar motivações de cunho reivindicativo, acadêmico-científico ou ainda cultural.

Se o quadro da educação básica foi longamente marcado pela elitização do acesso, o Ensino Superior não poderia ter seguido caminho diverso⁶¹. Entretanto, as

⁵⁸ Tal divisão reflete, em grande medida, aquela que está ocorrendo no plano mais geral no sindicalismo brasileiro, que foi materializada no grupo dos "sindicalistas autênticos" e no da Unidade Sindical, da esquerda tradicional.

⁵⁹ (Idem, p.78).

⁶⁰ Cabe lembrar que a esfera privada possuía representação desde a década de 1930, com a criação dos SINPROs.

⁶¹ Luiz Antônio Cunha analisa, em profundidade, a universidade brasileira através na trilogia: *A Universidade Crítica* (CUNHA, 1983); *A Universidade Temporã* (CUNHA, 1986); e *A Universidade Reformada* (CUNHA, 1988).

instituições universitárias, criadas a partir da década de 1920, começam a adquirir maior expressividade a partir da década de 1960, conforme os dados supracitados.

Para a educação brasileira, a chegada à década 1960, seria particularmente mobilizadora. Os debates em torno da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional⁶² e a reunião de diversos setores em torno da Campanha em Defesa da Escola Pública, como resposta ao projeto privatista da LDB em tramitação, e em torno da Reforma Universitária, demonstravam que a direção da política educacional precisava ser disputada com maior organicidade por parte dos movimentos populares e o de professores. Não nos parece possível dimensionar o impacto que o acirramento das lutas dos trabalhadores, através das chamadas reformas de base, causou no movimento docente, seja o da Educação Básica, seja o de nível universitário, mas, certamente, ele não foi homogêneo. Na luta da reforma universitária, por certo, o papel de vanguarda coube ao movimento estudantil.

Nem todas as Associações Docentes, criadas na década de 1960, tinham como objetivo o posicionamento da categoria frente à conjuntura brasileira, primeiro no que dizia respeito ao acirramento da luta de classes e, posteriormente, ao Estado ditatorial.

DONATONI (1999), na tese *Trajetória do Movimento Docente do Ensino Superior: um resgate histórico da origem e desenvolvimento da ANDES*, mostra como emergiram essas primeiras ADs.

A professora Cecília Westphalen, da Universidade Federal do Paraná, afirma como se deu a organização da Associação dos Professores da Universidade Federal do Paraná (APUFPR), em 1960:

Surgiu, então, esse grupo de professores, liderados pelo professor Júlio Moreira, e criou uma sociedade, uma Associação de amigos da Universidade. Professores dispostos a sustentar e defender a Universidade. Não tínhamos nenhum programa de luta ou reivindicações funcionais. A nossa reivindicação era de estar juntos, ao lado da Universidade. A metodologia adotada pela Associação para congregar os professores, trazê-los para dentro da entidade, foi promover reuniões sociais como almoço e jantares.⁶³

Caminho outro seguiu a Associação dos Professores Universitários da Universidade Rural do Estado de Minas Gerais (APUREMG), criada em 1963, na

⁶² Lei 4024, promulgada em 1961.

⁶³ *Apud* DONATONI (1999, p. 100).

cidade de Viçosa. Em documento de reivindicação salarial, encaminhado ao governador do Estado de Minas Gerais, assinavam os Presidentes das Associações de Professores em conjunto com os Servidores e Operários da Universidade Rural do Estado de Minas Gerais⁶⁴.

Na Revista ASPUV. *Dois períodos de sua história*,⁶⁵ DONATONI encontrou o seguinte relato sobre o contexto que antecedeu a fundação da APUREMG:

Em 1962, antes da fundação da Associação dos Professores da Universidade Rural do Estado de Minas Gerais (APUREMG) existiu um movimento de greve em Viçosa que chegou a organizar a Comissão de Negociações para reivindicar, junto ao governador em Belo Horizonte, aumento de salários. Instalou-se no período uma séria crise, tanto que foi enviada para Viçosa outra pessoa para ocupar o cargo de Reitor a fim de solucionar o problema.

Dessa forma, os professores fundadores da Associação compreendem que a entidade foi resultante dessa experiência de luta de caráter nitidamente reivindicatório.

No Sul do país, foi criada, em 1967, a Associação dos Professores de Santa Maria, no âmbito da repressão militar. Considerada modelo de associação para as universidades, pelo governo militar, a entidade restringia-se à esfera cultural de atuação,

Somente em 1977, portanto, dez anos após a criação da mesma, é que os professores universitários de Santa Maria conseguem reverter esse quadro, fazendo da AD uma das mais combativas do movimento docente do 3º grau. (DONATONI, 1999: 104)

Em meados da década de 1970 foram fundadas as APUFSC e ADUSP, Associação dos Professores da Universidade Federal de Santa Catarina e a Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo. Esta última tinha como antecedentes a Associação de Auxiliares de Ensino, de 1956, e Associação Paulista de Professores do Ensino Superior, que representava todos os professores universitários do Estado de São Paulo. A ADUSP teve papel relevante na construção de outras ADs de São Paulo, como por exemplo, no ano seguinte ao de sua fundação, 1976, a participação na criação da

⁶⁴ *Apud* por DONATONI (1999, p.102).

⁶⁵ Revista ASPUV. *Dois períodos de sua história*. Viçosa, 1993. Citada por DONATONI 1999, p.101).

ADUNESP e da APROPUC⁶⁶. Ambas nasceram de ações reivindicatórias e contra a ditadura, a primeira, do isolamento político dos *campi* da UNESP pelo interior de São Paulo e, a segunda, dos pagamentos atrasados na instituição privada⁶⁷.

A Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) influenciou o processo de organização do movimento docente universitário. Em um primeiro momento, pelo seu caráter científico, chegou a ser polo aglutinador dos professores, que ali se reuniam para discutir a universidade. Nesse espaço, de forma paralela, reuniam-se as ADs (RIDENTI, 1995). A força da SBPC pode ser percebida, tanto por ter sediado o encontro de várias ADs, pela primeira vez, para a discussão de uma entidade nacional quanto pelo fato que havia ADs que a defendiam como modelo da entidade nacional, ou seja, como entidade científico-acadêmica.

Em entrevista à Revista Universidade e Sociedade⁶⁸, Eduardo Malhado Baldijão, relata que no ano de 1978, “em julho, convocados por um cartaz colocado pela ADUSP, na secretaria da 30ª reunião da SBPC, dezessete ADs de vários Estados reuniram-se pela primeira vez”.

Outra entrevista é elucidativa quanto ao papel da SBPC na direção de modelo ao movimento nacional, a de Pinguelli, que seria o segundo presidente da entidade nacional:

Na época que se discutiu a fundação do sindicato, a Andes, participei de uma reunião na Fluminense (UFF) como membro de uma delegação da UFRJ. Durou um fim de semana inteiro e perdemos. O grupo entendia que a Andes deveria ser uma entidade mais próxima do que eram entidades como a SBPC e a OAB, mesmo mantendo suas características sindicais⁶⁹

Para Osvaldo de Oliveira Maciel,

A reunião das ADs, em julho de 1978, foi o catalizador que deu início a uma reação em cadeia, no sentido da revitalização política do trabalho das Associações

⁶⁶ Associação dos Docentes da Universidade Estadual Paulista e Associação dos Professores da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, respectivamente.

⁶⁷ Além das ADs anteriormente citadas, identificamos, através dos históricos presentes nos sites das respectivas entidades, a fundação das seguintes ADs: ASPUV SEÇÃO SINDICAL (1963), APUB SEÇÃO SINDICAL (F) 1968, ADUNIFESP (1976), ADUSP SEÇÃO SINDICAL (1976), ADUFES (1978), ADUFRGS (1978), APESJF (1978), ADUFF SEÇÃO SINDICAL (1978), ADUFPB (1978), APRUMA (1978), ADUnB (1978), ADUFG (1978), ADUFMAT (1978), ADUFRJ (1979), ADUR-RJ (1979), ASDUERJ (1979), ADUFAC (1979), ADURN (1979), ADUFPB (1979), ADUFPI (1979), ADUFEPE (1979), APROFURG (1980), ADFURRN (1980), ADUFC (1981).

⁶⁸ Revista Universidade e Sociedade. ANDES SN, nº1, 1991.

⁶⁹ (ROSA, 1996).

e do crescimento do movimento docente, par e passo com o crescimento da luta de resistência democrática contra o autoritarismo⁷⁰.

Quando ocorreu a reunião na SBPC, em 1978, já estavam organizadas parte das ADs das federais, estaduais e até mesmo privadas. Não é nosso propósito resgatar a história de cada uma delas, mas parece imprescindível citá-las para dimensionar o movimento docente que se colocava como tarefa uma forma de unificação das lutas em âmbito nacional⁷¹.

Em 1977, foram fundadas a Associação dos Docentes da Universidade Estadual de Campinas, a ADUNICAMP; a Associação dos Professores da Universidade Federal de Belo Horizonte, APUBH, que chegou a ser uma associação de professores universitários de Belo Horizonte e a ADUNIMEP, Associação dos Docentes da Universidade Metodista de Piracicaba.

No ano seguinte, houve a fundação das seguintes ADs: Associação dos Docentes da Universidade Federal do Espírito Santo, a ADUFES; a Associação dos Docentes da Universidade de Brasília, a ADUnB, a Associação dos Docentes da Faculdade de Medicina de Marília ADFM e a Associação dos Professores da Universidade Federal do Maranhão, a APRUMA.

Em 1979, surgem mais duas ADs: a Associação dos Docentes da Universidade Federal de Pernambuco (ADUFEPE) e a Associação dos Docentes da Universidade Federal de Uberlândia (ADUFU).

Mesmo com a repressão militar sobre o conjunto dos trabalhadores e sobre as universidades o contexto nacional começou a ganhar novos contornos, ao final da década de 1970. As greves nas montadoras de São Paulo anunciaram um posicionamento de enfrentamento dos trabalhadores contra a ditadura militar e a sua política econômica. Neste momento, os professores da educação básica e os professores universitários estavam envolvidos com a organização de entidades nacionais e a unidade, tanto interna do movimento, quanto na relação com os demais trabalhadores.

O I Encontro Nacional de ADs ocorrido em São Paulo, em 1979, contou com 24 ADs participantes e 3 comissões Pró ADs, associava a democratização da universidade à democratização da sociedade:

a democratização da Universidade Brasileira está subordinada ao processo geral de

70 MACIEL, 1988, p. 71.

71 As datas de fundação de cada entidade apóiam-se no trabalho já citado de DONATONI (1999).

democratização da Sociedade Nacional. Ela exige como condição para sua realização a eliminação de todos os mecanismos repressivos que, enfiados no estado autoritário implantado no país, após 1964, cerceiam a organização e a livre manifestação de amplos setores da Sociedade, inclusive da Comunidade Universitária⁷²,

Na Reunião Extraordinária das ADs, ainda em 1979, em Salvador foi organizada a Coordenação Nacional de ADs, passo importante na direção da criação da entidade nacional. Para MACIEL, “o ano de 1980 é marcado pelo aumento da organização, da mobilização e das conquistas do movimento. Em fevereiro, realizou-se o II ENAD, com a participação de cerca de 180 docentes, representando 38 ADs.” (Idem, *ibidem*).

Após o II ENAD teve início, a partir da UFG, a primeira greve nacional das IES Autárquicas, centelha que aguçou a mobilização docente que decidiu convocar um Congresso Nacional para fundar e deliberar sobre a Entidade Nacional capaz de fazer avançar a unidade do movimento.

Uma nova fase da luta de classes se abriu no Brasil, nesse período, com a eclosão de greves em todos os estados, inclusive na educação.

I.3 O NOVO SINDICALISMO

O final da década de 1970 foi marcado pela explicitação da luta de classes no Brasil, efervescência política essa que a classe no poder, seja aquela presente na sociedade política, seja aquela situada na sociedade civil⁷³, buscou arrefecer através de um projeto de transição conservadora⁷⁴.

O governo ditatorial militar, edificado na sociedade política, desde o Golpe de 1964 - que apesar de se mostrar um golpe conduzido pelos militares, teve a abrangência de um “movimento civil-militar”⁷⁵ - entrava em profunda crise tanto pela opção de modelo econômico implantado, quanto pelo crescimento dos conflitos internos ao próprio bloco no poder, mas principalmente pela ascensão organizativa da classe trabalhadora e dos movimentos sociais.

⁷² Citado por MACIEL (1991).

⁷³ Tomamos aqui o conceito de Estado ampliado em GRAMSCI (2000), conforme “Maquiavel, notas sobre o Estado e a política”, caderno 13.

⁷⁴ FLORESTAN, 1986, p. 11.

⁷⁵ DREIFUSS, 2006, p. 419.

A saída buscada pelos militares, frente à crise, de uma transição segura e gradual à democracia não liquidou as insatisfações presentes no seio da classe da trabalhadora. A prova disso foi o ciclo de greves que se abriu no ano de 1978 e estendeu-se pela década de 1980. Segundo MATTOS, o período assistiu a 6593 greves. Para o autor:

A onda grevista foi apenas o principal indício de uma retomada das lutas sindicais que iniciou-se numa conjuntura ditatorial, forçando os limites da legislação de controle sobre os sindicatos e das regras de exceção do Estado Autoritário⁷⁶.

A expressiva retomada das lutas, ao final da década de 1970, contou, segundo a sistematização de ANTUNES⁷⁷, dos dados do DIEESE (setembro de 1980), com meio milhão de trabalhadores em greve em 1978 e ultrapassou os três milhões, no ano seguinte. Tal período, apesar da heterogeneidade dos movimentos que o constituiu ficou conhecido como *Novo Sindicalismo*.

Entretanto, a força que os trabalhadores demonstraram nesse período só pode ser compreendida como processo. Ou seja, sua configuração é construída a partir das experiências travadas na historicidade brasileira que permitiram a diversidade de organizações, de formas políticas e de ações de enfrentamento ou colaboração com o Estado e a burguesia desde a sua formação e, inclusive, nesse período de origem. Caso consideremos o *Novo Sindicalismo* como a estreia combativa da classe trabalhadora na luta de classes, não compreenderemos sequer o período imediatamente anterior, o da radicalização política em 1964.

Nesse ponto, o das análises da classe trabalhadora no pré-Golpe, não foi a perspectiva acima que se consolidou na historiografia. Como exemplo, poderíamos citar as análises do sindicalismo brasileiro no pré-Golpe filiadas à matriz interpretativa do populismo como Francisco Weffort⁷⁸ e Octavio Ianni⁷⁹.

Segundo MATTOS, os autores que trabalharam com o conceito de sindicato populista

acabaram por construir uma análise da classe operária no negativo, caracterizada pelo que ela não era: não era consciente, nem autônoma, nem mobilizada e

⁷⁶ MATTOS (1998, p.33).

⁷⁷ ANTUNES (1995, p. 12)

⁷⁸ Por exemplo em "O populismo na política brasileira" (WEFFORT, 2003).

⁷⁹ Por exemplo em "O colapso do populismo no Brasil". (IANNI, 1975).

organizada⁸⁰.

Em oposição ao papel passivo da classe trabalhadora frente ao Estado, a categoria analítica criada por Ângela de Castro Gomes (1994), de Trabalhismo, atribuiu um novo rumo às pesquisas. Nesse sentido, os trabalhadores passaram a ser vistos não como vítimas do populismo, mas como atores sociais que estabeleciam uma relação política com o Estado⁸¹.

Em Novos e Velhos Sindicalismos, MATTOS afirma que havia indícios em direção divergente daqueles que embasavam o sindicalismo populista:

O contato com fontes dos três mais importantes sindicatos cariocas- de metalúrgicos, de bancários e ferroviários- permitiu-me divisar melhor um quadro de efervescência, na década que antecedeu o golpe militar. (...) Índices elevados de sindicalização, variadas e ativas organizações por local de trabalho, diversidade de áreas de atuação dos sindicatos e sólidos laços de representatividade entre dirigentes e bases eram algumas das características mais visíveis naqueles sindicatos⁸².

Segundo o historiador, o período interposto entre a década de 1950 e o Golpe Militar contou com significativa ascensão do movimento sindical brasileiro, conduzida por organizações de base, organização de entidades intersindicais e expansão de greves por todo o país. Dentre as greves podemos destacar: a greve dos 300 mil, em São Paulo, e a constituição do Pacto de Unidade Sindical, em 1953; a greve do setor de transportes e a formação do Pacto de Unidade e Ação, em 1960; a criação do Comando Geral dos Trabalhadores do Brasil, em 1962. Nesse momento, um novo entendimento da organização sindical, independente, desatrelada do Estado, e comprometida com os interesses dos trabalhadores podia ser encontrado nas organizações da classe.

Tal perspectiva foi duramente reprimida pelo Golpe civil-militar⁸³. Os sindicatos sofreram intervenções e suas direções mais combativas tiveram os direitos políticos cassados e inquéritos instaurados, resultando em prisões, exílios ou mortes. Na universidade brasileira não foi diferente. Tornou-se clara a política de desmonte e esvaziamento dos sindicatos pelos militares, condição indispensável à implementação de sua política econômica, já que

⁸⁰ MATTOS (2005, p. 8).

⁸¹ Sobre a polêmica em torno do conceito de trabalhismo ver MATTOS (2003).

⁸² MATTOS (1998, p.218)

⁸³ DREIFUSS (Idem, Ibidem).

A articulação de militares com empresários ligados ao grande capital nacional e estrangeiro, apoiada pelos latifundiários e políticos conservadores, se deu, entre outros objetivos em torno da proposta de conter os avanços dos movimentos organizados de trabalhadores do campo e da cidade. Por outro lado, a crise econômica que só fazia crescer desde o fim do governo JK seria combatida pela ditadura com uma receita cujo principal remédio era o arrocho salarial. Para tanto, controlar os sindicatos era fundamental⁸⁴.

A base sindical foi diminuindo por causa da perseguição aos trabalhadores chamados “subversivos”. Os dirigentes sindicais foram escolhidos e indicados pelo governo, que por sua vez tinham como compromisso dar sustentação ao bloco no poder, através, basicamente, de ações assistencialistas e patrimonialistas.

Contudo o movimento combativo não havia sido completamente aniquilado e ainda dava respostas à postura governamental, tendo como ápice as greves metalúrgicas ocorridas em Contagem-MG e Osasco-SP no ano de 1968. A preocupação com o rumo de tais greves causou o acirramento dos militares no trato com as forças sociais opositoras, sendo, em seguida, baixado o Ato-Institucional número 5 (AI-5). A legitimação da ditadura dava-se através da política desenvolvimentista. O chamado Milagre Econômico, período marcado por altas taxas de crescimento, sustentou-se à custa de grande endividamento externo e intensificação da exploração da força de trabalho. Devido à crise instalada nos países financiadores de seu modelo de desenvolvimento econômico e às crises internas, a ditadura brasileira tornava-se insustentável no poder.

Em outras palavras, a grave crise que o Brasil atravessava dava os sinais de fracasso do “milagre econômico”, seja através das altas dívidas externa e interna, seja da inflação crescente, ou ainda das precárias condições de trabalho e remuneração, o arrocho salarial, - reflexo também do esgotamento das formas de acumulação nos países centrais do sistema.

O momento de reorganização da classe trabalhadora, ao final da década de 1970, buscou opor-se à experiência do sindicalismo vinculado ao Estado, trazendo para a ação sindical o fortalecimento de uma prática combativa. A própria denominação *Novo Sindicalismo*, do movimento que reunia os "sindicalistas autênticos", do ABC paulista, e

⁸⁴ MATTOS (2003, p.49).

as Oposições Sindicais, anunciava uma posição relacional ao que significava o velho sindicalismo:

Dizer “novo sindicalismo” é opor as atitudes dos dirigentes sindicais considerados mais combativos às atitudes de seus contemporâneos ditos pelegos. Mas é opor também novas práticas às consideradas tradicionais no sindicalismo brasileiro de antes do golpe militar⁸⁵.

Desse modo, o *Novo Sindicalismo* caracterizou-se pela tentativa de construção de um sindicalismo autônomo, combativo, que buscava novas formas de relacionamento com as bases e contra a legislação sindical corporativista. A diversidade das greves representou uma inovação importante na estratégia política, houve “greves com ocupação, greves ‘pipoca’, operações ‘padrão’, ‘vaca brava’ e ‘tartaruga’”⁸⁶. Esse conjunto de transformações da ação sindical teve o sindicato dos metalúrgicos de São Bernardo como epicentro e o sindicalista “autêntico” Luís Ignácio da Silva, o Lula, como grande expoente.

Ao final da década de 1970 um grande número de greves, diversificadas na forma e no conteúdo como exposto acima, de várias categorias se espalhava do ABC paulista a outras partes do país. Houve sindicalização expressiva de setores como o de serviços, de assalariados médios, de trabalhadores rurais. Vencidos os dois primeiros anos de retração da década de 80, o movimento sindical brasileiro reordenou a luta de classes no cenário político nacional. A crescente necessidade de organização destas lutas pelos sindicatos e outros movimentos sociais impulsionou a construção de uma entidade classista, capaz de unificar as lutas empreendidas contra o capital.

No entanto, os sindicatos brasileiros experimentavam uma realidade contrastante à conjuntura internacional, pois esse quadro expansivo das organizações classistas e de lutas por direitos não correspondia às transformações na base do processo produtivo, já em curso nos países de capitalismo centrais do capitalismo, tais como:

mudanças do padrão de trabalho estabelecido pelo cronômetro taylorista e pela produção em série fordista, criação de novas formas de gestão da força de trabalho, desconcentração da produção, flexibilização dos processos de produção, desregulação dos direitos sociais do trabalho, diminuição do contingente fabril,

⁸⁵ MATTOS (2002, p. 55).

⁸⁶ MATTOS (2002, p. 81).

diminuição das taxas de sindicalização, predomínio de políticas defensivas etc⁸⁷..

Contrariando o movimento de retração do operariado internacional - resultante do desgaste do Estado de Bem-Estar-Social e o decorrente esgotamento do padrão de acumulação fordista/ taylorista - a classe trabalhadora brasileira, avançou em uma antiga aspiração: a construção de uma Central Sindical que representasse o coletivo de trabalhadores do país.

Em 1981, foi realizada, em São Paulo, a Conferência Nacional da Classe Trabalhadora (CONCLAT) com o objetivo de fundar uma central dos trabalhadores, para tanto criou a Comissão Nacional Pró-CUT. Porém as divergências entre as suas principais forças políticas, aquelas que criaram a Articulação Nacional do Movimento Popular e Sindical (ANAMPOS) e promoveram em seguida o Encontro Nacional de Entidades em Oposição à Estrutura Sindical (ENTOES) e a Unidade Sindical, composta especialmente pelos sindicalistas ligados aos partidos comunistas tradicionais, impossibilitaram, no ano seguinte, a fundação da Central.

Em 1983, “o bloco combativo”, representado pelas forças que participaram do ENTOES, liderado por sindicalistas metalúrgicos de São Bernardo e pela Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo, realizou I Congresso das Classes Trabalhadoras (I CONCLAT), criando a Central Única dos Trabalhadores (CUT), definida como entidade de oposição ao modo de produção capitalista. As concepções que se tornaram majoritárias originariamente correspondiam à proposta do *Novo Sindicalismo* e direcionaram a entidade para um sindicalismo classista, de confronto e de enfrentamento ao capitalismo ao longo da década de 1980.

As divisões no seio da classe trabalhadora, no plano da conjuntura nacional, estavam diretamente relacionadas às estratégias que as correntes políticas organizadas defendiam na luta contra a ditadura civil-militar. A ANAMPOS, composta pelas correntes políticas que fundaram o PT, combatia o pacto social, exigia eleições diretas para a presidência e a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte, em divergência à Unidade Sindical - composta fundamentalmente pelos partidos comunistas e MR-8⁸⁸.

Na disputa pela direção do movimento, a Unidade Sindical organizou, no mesmo ano da fundação da CUT, a Coordenação Nacional das Classes Trabalhadoras

⁸⁷ ANTUNES (1995, p.11).

⁸⁸ Nos capítulos 2 e 3 aprofundaremos essa divergência do movimento sindical brasileiro no que se relacionou às disputas no interior do sindicalismo docente.

(CONCLAT) que mais tarde seria transformada na Central Geral dos Trabalhadores (CGT). Em 1988, a CGT tornou-se confederação, a fim de receber verbas do imposto sindical. A suposta neutralidade frente à disputa entre capital e trabalho difundida pela confederação foi desmontada quando a entidade se posicionou contrária às greves gerais e a favor do sindicalismo de resultados.

O longo processo de organização docente sob a forma associativista, aqui tratado na sua fragmentação e limite de construção de uma entidade nacional que abarcasse o conjunto dos trabalhadores da educação, chegava ao fim no período do *Novo Sindicalismo*. A disputa em torno da democratização da CPB ao final da década de 1970 foi uma evidência desse processo e também a fundação de entidades docentes de caráter nitidamente sindical, como o Centro Estadual dos Professores (CEP) e a Associação Nacional dos Docentes das Instituições do Ensino Superior (ANDES), conforme analisaremos nos capítulos seguintes.

CAPÍTULO II

SEPE: DO *NOVO SINDICALISMO* À RUPTURA COM A CUT

II.1 AS GREVES DO SEPE (1979 - 1989): A FORMAÇÃO DA CLASSE

II.1.1 A construção do Centro Estadual de Professores do Rio de Janeiro (CEP-RJ)

O nascimento do Centro Estadual de Professores (CEP), em 1979, é momento relevante da história da organização docente no Rio de Janeiro, tanto porque tal experiência representou a construção de um instrumento de luta superior àqueles existentes, ao reunir grande parte da categoria docente em uma mesma entidade, quanto pela inserção que foi capaz de realizar nas mobilizações pelo fim da ditadura civil-militar no país, aproximando-se das demais organizações da classe trabalhadora.

A fusão da Sociedade Estadual dos Professores (SEP) - fundada em 1977 - com outras entidades mais antigas, como a União dos Professores do Rio de Janeiro (UPRJ)⁸⁹ e a Associação dos Professores do Estado do Rio de Janeiro (APERJ)⁹⁰ configurou um processo de fortalecimento da categoria docente no Rio de Janeiro que, em meio a contradições e avanços, apresentou ao Estado e à sociedade uma força política capaz de dirigir as lutas pela educação na década de 1980 - o Centro Estadual de Professores (CEP/ RJ).

Além das reivindicações docentes dos anos 1970, tais como a aposentadoria especial⁹¹ e a elaboração de um estatuto do magistério⁹², a fusão dos Estados do Rio de Janeiro e da Guanabara, em 1975, trouxe uma conjuntura de indefinições e desigualdades salariais aos servidores públicos:

Tanto os aposentados, como os funcionários em atividade enfrentaram problemas com a diferença que havia entre os salários dos dois antigos estados. A equiparação do pessoal da ativa seria lenta. O magistério, que representava 60% do total do funcionalismo, foi o setor que mais esperou. Somente em 1977, os vencimentos foram nivelados. Por sua vez, os aposentados, não fazendo jus à equiparação salarial que foi sendo feita com os funcionários da ativa, ficaram com seus salários defasados, o que pode ter motivado o início da organização desse setor do

⁸⁹ Fundada em 1948, como União dos Professores Primários do Distrito Federal. Quando o Rio de Janeiro deixou de ser a capital do país, a entidade passou a denominar-se, em 1963, União dos Professores Primários do Estado da Guanabara (UPPEG).

⁹⁰ Para um aprofundamento das entidades que deram origem ao CEP ver a dissertação: ANDRADE, Teresa Ventura de. A União dos Professores do Rio de Janeiro: Um capítulo da história da organização docente (1948-1979). Niterói, UFF, 2001.

⁹¹ A reivindicação da aposentaria dos professores aos 25 anos de trabalho, encaminhada pela CPB.

⁹² Idem, *Ibidem*, p.181.

funcionalismo e do magistério⁹³.

Nesse quadro, a UPRJ, entidade mais estruturada das três, iniciou o debate de unificação das entidades tal qual a orientação da CPB, nos marcos de uma legislação sindical que proibia a sindicalização do funcionalismo público, mas abria-lhe a possibilidade de associar-se em entidades (recreativas, assistenciais, culturais) sem poder legal de representação. Em 1975, Rio de Janeiro e Niterói contavam com oito associações docentes:

Associação dos Educadores de Música do Estado da Guanabara, Associação dos Professores de Educação Física do Rio de Janeiro, União dos Educadores da Cidade do Rio de Janeiro, Instituto de Professores Públicos e Particulares (RJ), Associação de Professores Públicos do Ensino Médio (Niterói), União dos Professores Primários do Estado (Niterói), Associação dos Professores do Estado do Rio de Janeiro, além da própria UPRJ⁹⁴.

O processo de unificação de parte das associações docentes foi possível através da reunião de aspectos referentes ao contexto político e às demandas econômicas da categoria. Tal processo contou com a liderança da Sociedade Estadual dos Professores do Rio de Janeiro, fundada em 1977.

As reivindicações iniciais da SEP – equiparação dos quadros do magistério do antigo Estado do Rio de Janeiro com o Estado da Guanabara; a revogação do decreto do Prefeito Marcos Tamoyo (ARENA⁹⁵) que aumentou a carga horária semanal obrigatória de 15h para 18h com a manutenção do salário, dentre outras – foram entregues, através de um abaixo-assinado, à Secretaria Estadual de Educação, à Assembleia Legislativa e à Câmara de Vereadores. Naquele momento de aumento de participação no movimento, a SEP lançou um manifesto, convocando os professores à união por melhores condições de trabalho e vida.

Podemos considerar como resultado desse movimento seminal, ao final de 1977, a discussão, no interior da categoria, de uma pauta unificada para a campanha salarial de 1978.

⁹³ ANDRADE (2001, p. 182).

⁹⁴ ANDRADE (2001, p. 191).

⁹⁵ A Aliança Renovadora Nacional (ARENA) foi criada como partido político de sustentação ao regime militar, no sistema de bipartidarismo (1966-1979), do qual também fazia parte o partido de oposição, Movimento Democrático Brasileiro (MDB).

Conforme matéria publicada no jornal *O Globo*, os professores municipais, estaduais e particulares reivindicavam:

Piso de Cr\$ 41,49 para os que lecionam em turmas de até 35 alunos e de Cr\$ 47,11 para os que lecionam em turmas maiores; proibição de que haja turmas com mais de 50 alunos; pagamento obrigatório das aulas de recuperação e dos tempos vagos entre as aulas; abatimento de 50% para os filhos de professores nas decisões referentes ao ensino, como ocorria anos atrás; participação dos professores nas decisões referentes ao ensino; liberdade de manifestação e organização; adicional universitário aos professores primários municipais; pagamento de triênio aos professores contratados; equiparação salarial dos professores do antigo Estado do Rio e do antigo Estado da Guanabara, sem perda de vantagem, como ocorreu⁹⁶.

Além das reivindicações econômicas, percebemos na pauta acima aquelas referentes à melhoria das condições de trabalho, liberdade de organização e participação no debate e formulação das políticas estatais educacionais. Certamente, um campo mais amplo de lutas que as estritamente econômicas.

Em outubro de 1978, os professores entregaram uma proposta salarial para a categoria à secretária estadual de educação, Mirtes Wenzel, juntamente com uma Carta aberta à população sobre a crise educacional e as precárias condições de trabalho dos docentes. Nessa Carta Aberta, os docentes solicitavam apoio à comunidade, na figura dos estudantes, pais e trabalhadores, e denunciavam a situação econômica da categoria - "que precisava trabalhar em até três escolas" – e que aos docentes não era permitido “opinar sobre as diretrizes, leis e reformas que, tramadas em gabinetes, nos são impostas como soluções milagrosas”⁹⁷.

A manifestação foi recebida, em frente ao prédio da Secretaria Estadual de Educação, pela polícia militar. Segundo o jornal *Última Hora*, a presença ostensiva da polícia no local surpreendeu até mesmo a secretária, que teria afirmado “Professores não são desordeiros”, “Eu entendo que a luta de vocês é seria. Não é para se confundir com o período, com a época do ano e com a desordem”⁹⁸.

Entretanto, o movimento docente estava mesmo se modificando. Os dirigentes da SEP demonstravam um perfil mais combativo, de lideranças oriundas da militância

⁹⁶ “PROFESSORES reúnem-se hoje para a campanha salarial”. *O Globo*, Rio de Janeiro, 03 dez. 1977.

⁹⁷ “PROFESSORES debatem com a secretária de Educação e entregam proposta salarial”. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 27 out. 1978.

⁹⁸ “MIRTES ouve reivindicações de mais de duzentos professores”. *Última Hora*, Rio de Janeiro, 27 out. 1978.

socialista e anarquista⁹⁹, e imprimiram à nova entidade, resultado da unificação de parcela do movimento docente do Rio de Janeiro, esta que seria a marca do *Novo Sindicalismo*, as grandes mobilizações.

No ano de 1979, duas greves realizadas pela categoria seriam decisivas para a organização dos professores no estado do Rio de Janeiro.

A primeira greve de 1979 foi dirigida pela Sociedade Estadual dos Professores (SEP) e, a segunda, já pelo Centro Estadual dos Professores (CEP), entidade que unificou diferentes correntes do movimento, inclusive aqueles mais moderados. A composição heterogênea da diretoria desta nova entidade demonstraria, posteriormente, divergências nos períodos de radicalização do movimento.

II.1.2 As Greves de março e agosto de 1979: A unificação da categoria e a resposta repressiva do Estado

Se é fato que a SEP, uma entidade recém criada, em 1977, possuía pequena parcela da base a ela vinculada em comparação a outras entidades docentes coetâneas, não se pode afirmar que o movimento docente era uma categoria sem tradição de ação coletiva anterior, ainda que sob o modelo do associativismo, conforme tratamos no primeiro capítulo. Entretanto, as greves de 1979 serão as primeiras reivindicações de massa da categoria. Nesse momento de eclosão do *Novo Sindicalismo*, cabe destacar que também ocorriam as primeiras greves de professores em diversos estados brasileiros, como, por exemplo, São Paulo e Paraná¹⁰⁰.

No início do ano letivo de 1979, no dia 11 de março, em assembleia realizada no Sindicato dos Operários Navais, em Niterói, com a presença de cerca de cinco mil professores das escolas municipais e estaduais de 1º e 2º graus¹⁰¹, a categoria decidiu entrar em greve por melhores condições de vida e trabalho. Em oposição ao plano de cargo proposto pelo governo Faria Lima¹⁰² (ARENA) que, dentre outras medidas, aumentava a carga horária de 12 para 20 horas semanais de aulas, o movimento contou

⁹⁹ Entrevistas realizadas por ANDRADE (2001) com as associadas da UPRJ demonstram que a fusão não foi um processo consensual e que o perfil socialista, de oposição à ditadura militar, dos militantes da SEP era a principal causa de conflitos com a ala mais conservadora da UPRJ.

¹⁰⁰ A esse respeito ver LUGLI (1997), FIGUEIREDO (2006), FERREIRA (1998).

¹⁰¹ Denominação à época.

¹⁰² Floriano Peixoto Faria Lima, da ARENA. “Em julho de 1974, foi sancionada a lei federal determinando a fusão dos estados do Rio de Janeiro e da Guanabara numa só entidade federativa – o novo estado do Rio de Janeiro. Em 10 de setembro do mesmo ano, foi anunciada oficialmente a indicação de Faria Lima para o cargo de governador do Estado”. Cf. VELOSO, Verônica Pimenta. Verbete Floriano Peixoto Faria Lima. In: ABREU, Alzira Alves de *et AL* (coords.). Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro Pós-1930. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/> Acesso em 10/03/2011.

com grande adesão de professores do município e do estado do Rio de Janeiro, mesmo com a repressão da ditadura e a ilegalidade das greves do funcionalismo público.

No quarto dia da greve, assumiu o novo governador do Estado, Chagas Freitas (MDB)¹⁰³. Com o compromisso público do governador de negociar com o movimento a greve foi encerrada pela categoria de professores, no dia 24 de março, com a condição de aguardar as negociações no prazo de um a, no máximo, dois meses.

Entretanto, ao final do prazo estabelecido, no mês de abril, o acordo não foi cumprido pelo governo. Nesse momento, a assembleia realizada em 24 de junho de 1979 consolidou o processo de fusão das entidades reunidas em torno do comando de greve de março, A UPRJ, SEP e APERJ, sob a denominação **Centro de Professores do Rio de Janeiro, CEP-RJ**. Em julho, a diretoria provisória do CEP-RJ foi aprovada¹⁰⁴, o presidente da extinta SEP, Godofredo da Silva Pinto, foi eleito para a direção provisória da entidade.

Sem o atendimento das reivindicações prioritárias pelo governo e com a greve da Sociedade Estadual das Merendeiras, Inspetoras, Trabalhadores e Serventes (SEMITS) em curso, os professores anunciavam a possibilidade de nova greve em agosto do mesmo ano.

Assim, o novo período de greve, que ocorreu após a unificação das entidades citadas, ocorreu fora das escolas, sem a assinatura do ponto de frequência e introduziu a estratégia de piquete entre as professoras¹⁰⁵. A resposta do governo não foi a de retomada das negociações, ao contrário, demonstrou a truculência das forças ditatoriais, que fez uso da coerção direta e do aparato jurídico como tentativa de aniquilamento do movimento já no primeiro dia de greve:

o Ministro do Trabalho, Murilo Macedo, atendendo solicitação do Sr. Chagas Freitas, enviou telex ao Delegado Regional do Trabalho, Luiz Carlos de Brito,

¹⁰³ Antônio de Pádua Chagas Freitas, do MDB, ex-governador do Estado da Guanabara, foi eleito pelo colégio eleitoral do estado em setembro de 1978 e tomou posse em 15 de março de 1979, mesmo dia da posse de João Batista Figueiredo, renovando o compromisso de dar prosseguimento à política de abertura. Cf KELLER, Vilma e XAVIER, Libânia. Verbete Antônio de Pádua Chagas Freitas. In: ABREU, Alzira Alves de *et AL* (coords.). Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro Pós-1930. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/> Acesso em 10/03/2011.

¹⁰⁴ A partir de entrevistas realizadas com os ex-dirigentes do SEPE, Alcebiades de Souza Teixeira Filho e Albano Luiz Francisco Teixeira, nos foi possível mapear as principais forças políticas atuantes nas direções do Sindicato, ao longo de sua história, uma vez que tais informações não se encontram disponíveis nas fontes primárias. No caso da Diretoria Provisória, é possível afirmarmos que ela possuía a representação de militantes do Movimento Democrático Brasileiro (o MDB comportava sob a sua sigla ex-militantes da Ação Popular -AP- e militantes dos partidos comunistas, como PCB e MR-8), além de militantes de correntes que fundariam, no ano seguinte, o PT.

¹⁰⁵ Conforme destaca MASSON (1988, p.101).

comunicando a ilegalidade da greve. (TRIBUNA DA IMPRENSA, 02-08-79)¹⁰⁶

O ministro reconheceu o estado de greve na rede pública de ensino do Estado do Rio de Janeiro, despacho “suficiente para declarar a ilegalidade de greves nos setores incluídos no decreto 1.632¹⁰⁷, como essenciais à segurança nacional”¹⁰⁸.

Ao mesmo tempo, o secretário estadual de educação, Arnaldo Niskier e o prefeito do município do Rio de Janeiro, Israel Klabin¹⁰⁹, declaravam à imprensa que a greve não contava com a adesão da categoria¹¹⁰. Entretanto, o segundo semestre não foi iniciado na maioria das escolas da rede pública estadual e municipal e até mesmo a Secretaria Municipal de Educação foi paralisada. Também houve prisões de professores em Caxias (RJ) e no centro do Rio, conforme noticiou o jornal *Última Hora*:

Policiais do Departamento de Polícia Política e Social – DPPS- detiveram, na tarde de ontem, próxima à sede da secretaria de educação, dois professores e uma professora que, na ocasião, faziam piquete.¹¹¹

Tal atitude se repetiria durante toda a greve. Para citar apenas dois exemplos, a prisão do presidente do CEP, Godofredo da Silva Pinto, na sede da entidade, e, em São João de Meriti, das professoras Maria da Glória Gomes de Oliveira, Isabel Silva Melo, Rita Maria da Silva e Helena Arantes da Rosa, essas últimas levadas para o DOPS¹¹².

Os piquetes foram uma estratégia amplamente utilizada durante a greve e até mesmo um recurso inusitado foi utilizado para dispersar os grevistas durante a realização desse instrumento, na porta da Secretaria Municipal de Educação,

Um caminhão-pipa da Comlurb, chamado a pretexto de encher a cisterna do edifício, ocupou a calçada onde estavam os grevistas. No momento em que o

¹⁰⁶ “ALUNOS apóiam magistério na greve contra a fome”. *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, 02 ago. 1979.

¹⁰⁷ Decreto-lei 1.632/78, dispõe sobre a proibição de greves no serviço público e em atividades, consideradas pela ditadura, essenciais de interesse de segurança nacional.

¹⁰⁸ “MINISTRO do Trabalho reconhece estado de greve no ensino do Rio”. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 02 ago. 1979.

¹⁰⁹ Amigo pessoal de Chagas Freitas, foi indicado por ele para a prefeitura do Rio de Janeiro, em março de 1979, ficando no cargo somente por 14 meses, por divergências em torno da fusão dos estados. ABREU, Alzira Alves de *et AL* (coords.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro Pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/> Acesso em 10/03/2011.

¹¹⁰ “MINISTRO do Trabalho reconhece estado de greve no ensino do Rio”. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 02 ago. 1979.

¹¹¹ “MINISTRO do Trabalho declara ilegal a greve do magistério”. *Última Hora*, Rio de Janeiro, 02-08-79.

¹¹² Conforme a matéria “Líder dos Professores é preso e solto pelo DPPS”. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 04-08-79.

piquete estava maior, os garis receberam ordens de lavar a porta do prédio. Espalharam água com espuma por todo lado, afastando os professores¹¹³.

A ação da Polícia Política do Estado do Rio de Janeiro das mobilizações realizadas pelo CEP intensificou-se na segunda greve de 1979. Houve acompanhamento diário das atividades do CEP pelo Departamento Geral de Investigações Especiais, da Secretária de Segurança Pública (DGIE).

O professor Jaime de Souza Vieira Filho teve a sua atuação na greve investigada pela Polícia Política, da qual é exemplo o relato da realização de piquete na escola Herberth Moses: "além de impedir o comparecimento dos professores, teria ameaçado a diretora da escola pois a mesma se recusara a deixá-lo assinar o ponto de comparecimento do trabalho"¹¹⁴.

Boletins pró-greve foram apreendidos com os professores Irene da Silva Vianna¹¹⁵ e Willian do Vale Melo¹¹⁶, esses detidos e obrigados a prestarem esclarecimentos.

No dia 20-08-1979¹¹⁷, o ato Ecumênico dos professores no Clube Maxwell também seria alvo da chamada "Operação Educação". Segundo o registro policial estavam presentes muitos professores, deputados federal e estadual do MDB-RJ, representantes do sindicato dos metalúrgicos do Rio de Janeiro, do sindicato da FIAT/DIESEL, do Comitê Brasileiro de Anistia (CBA/RJ) e do DCE/UFF. Durante o culto, o presidente do "ex-CEP" teria feito o seguinte discurso:

A luta continua, não adianta ameaça. Fico satisfeito vendo a classe reunida pela sua finalidade. Estamos aqui para dar uma resposta ao governo e reivindicar. Não ameaçamos ninguém. A nossa arma é a religião, a união e a força de vontade.¹¹⁸

Dentre os materiais apreendidos¹¹⁹, vale ainda destacar a Nota Oficial da Diretoria Provisória do CEP, em 08-08-1979 contra as medidas repressivas:

Rejeitamos a aplicação da LSN contra grevistas, vendo neste instrumento nada

¹¹³ ESTADO convoca às salas de aulas os professores sem turma. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 03-08-79.

¹¹⁴ Informe nº 205 - 20/79/PM-2/PMERJ. Fundo Polícia Política, série DGIE, p. 280.APERJ.

¹¹⁵ Livro de Ocorrências, nº 39/ Reg. nº 89/79. Fundo Polícia Política, série DGIE, p. 561.APERJ.

¹¹⁶ Registro de Ocorrência, 06/08/1979. . Fundo Polícia Política, série DGIE, p. 524.APERJ.

¹¹⁷ Relatório Culto Ecumênico dos Professores do RJ. . Fundo Polícia Política, série GREVE, p.609. APERJ.

¹¹⁸ Idem, Ibidem.

¹¹⁹ Desse momento de cassação do registro do SEPE até 1983 nenhuma fonte primária foi preservada no CEP.

mais que uma justificativa para que os governos perpetrem violências contra o exercício dos mais elementares direitos democráticos. Por isso, estamos certos que a ameaça de inquérito não diminuirá a disposição da luta do professorado¹²⁰.

Tanto a secretaria estadual de educação quanto a municipal do Rio de Janeiro anunciaram a medida emergencial de convocação de professores para a substituição dos grevistas. O secretário Arnaldo Niskier solicitou o levantamento do número de professores grevistas aos setores da administração e a relação de professores extra-classe, universitários e normalistas que poderiam substituir os grevistas. As retaliações aos grevistas foram de inúmeras ordens, como a remoção de dirigentes do CEP, Hildésia Medeiros e Leny Rocha, para outros municípios.

À pedido do governador Chagas Freitas, o presidente-general João Figueiredo cassou o processo de registro do CEP. Por sua vez, o Departamento de Polícia Política e Social prendeu lideranças do movimento¹²¹ e lacrou a sede da entidade na Rua Alcindo Guanabara, 24, sala 1006. Outra medida anunciada por Chagas Freitas foi a suspensão do pagamento de professores que “faltassem” seis dias consecutivos ao trabalho.

A importância do conteúdo da nota distribuída pelo gabinete do governador, na noite de 07/08/79 justifica a longa citação:

O secretário da Justiça do Estado e o procurador geral, respectivamente srs. Erasmo Martins Pedro e Raul Soares de Sá, requereram ontem no Cartório do Registro Civil das Pessoas Jurídicas a sustação do registro dos estatutos do Centro de professores (CEP), resultante da fusão da Sociedade Estadual dos Professores (SEP) com outras agremiações. A legislação em vigor estabelece que qualquer entidade que incite a greve de funcionários públicos, como os professores terá o seu funcionamento suspenso ou o seu registro impedido pelo Poder Judiciário. Ontem mesmo, o processo de registro foi enviado ao juiz da Vara de Registro Públicos, onde opinará o Ministério Público, tendo em vista a declaração da ilegalidade do movimento grevista pelo Ministério do Trabalho. No processo deverá intervir também a Procuradoria Geral da República para apurar a responsabilidade da Sociedade Estadual dos Professores (SEP), da União dos Professores do RJ (UPRJ) e da Associação dos Professores do RJ (APERJ), a fim de propor ação judicial de dissolução das mesmas.

¹²⁰ Apreensão da Nota Oficial do CEP. Fundo Polícia Política, série DGIE, APERJ.

¹²¹ Por exemplo, Godofredo Pinto, Luciano D'Ângelo e Hildésia Medeiros (PERETE e OLIVEIRA, 1989).

Ainda ontem, o secretário de Segurança Pública, general Adolpho Murgel, converteu em inquérito policial a sindicância que vinha sendo realizada pelas autoridades em torno da greve de uma parcela do professorado. Hoje, será designado o promotor público que acompanhará o processo, do qual poderá resultar a denúncia dos responsáveis como incursos na Lei de Segurança Nacional ou outros dispositivos legais¹²².

A greve prosseguiu, apesar da cassação da entidade. Em 17 de agosto, o CEP realizou uma assembléia onde as opiniões se dividiram entre a continuidade ou não do movimento grevista, mas a proposta defendida pela professora Hildésia Medeiros, de continuidade, venceu a do professor Godofredo Pinto. Começou a definir-se, neste momento, uma corrente de oposição à diretoria do CEP¹²³.

Contudo, a assembleia realizada na semana seguinte colocaria fim ao movimento grevista, "com o compromisso de que o governo pagaria, ainda em 1979, o aumento prometido em março, o que realmente aconteceu em dezembro"¹²⁴.

As greves de 1979 evidenciam no CEP a relação entre o novo e o velho sindicalismo, ou seja, do conflito entre as suas tradições e a tentativa de emergência sob novas formas:

o CEP, de cuja juventude e caráter legal não sindical parecia derivar uma coesão maior, dividia-se claramente entre uma corrente identificada com o fazer greve como instrumento de combate à estrutura sindical e à ditadura (além de arma para conquistas salariais) – na linha que se afirmava com o novo sindicalismo-, e um grupo que recomendava prudência na estratégia de aprofundamento da transição democrática¹²⁵.

Apesar de surgirem divergências no interior da direção¹²⁶ da entidade, principalmente por causa da condução da greve, e em torno da proposta de manutenção do calendário do governo para o pagamento dos novos pisos, o movimento conseguiu fazer da greve de 1979 uma experiência indelével na história do sindicato ao conquistar um piso de cinco salários-mínimos, marco que seria transformado em principal reivindicação salarial da categoria nos momentos posteriores.

¹²² Governo pede a suspensão do funcionamento do CEP: Líderes da greve podem ser enquadrados na LSN. *O Globo*, Rio de Janeiro, 08-08-79.

¹²³ PERETE E OLIVEIRA (1989, p.14).

¹²⁴ Idem, *Ibidem*.

¹²⁵ MATTOS (1998, p. 198).

¹²⁶ As divergências estavam localizadas basicamente entre os militantes da esquerda tradicional e do PT.

Mesmo na ilegalidade, com o registro cassado e a sede sob intervenção da repressão ditatorial, o CEP realizou uma expressiva eleição de sua primeira diretoria¹²⁷, cuja chapa única referendava a diretoria provisória. Cerca de sete mil e quinhentos professores filiados à entidade participaram da eleição apesar das ameaças recebidas, conforme vemos a seguir:

A diretoria provisória do CEP já recebeu, durante a última semana, inúmeras denúncias de repressão às eleições. A principal vem da própria secretaria estadual de educação e cultura, que enviou ofício a todos os diretores de escolas, proibindo qualquer atividade do CEP dentro desses estabelecimentos, até mesmo a colocação de cartazes convocando para a votação¹²⁸.

As adversidades para a continuidade do movimento foram inúmeras com a repressão do Estado materializada não somente na cassação da entidade, mas no acompanhamento das atividades dos militantes. Nos anos em que o CEP esteve fechado, a Polícia Política apreendeu materiais e infiltrou policiais em atividades, produziu relatórios sobre a entidade que se recusava a interromper as atividades.

Os materiais nos arquivos da Polícia Política (APERJ)¹²⁹ e fontes secundárias¹³⁰, nos permitem afirmar que o CEP promoveu campanhas salariais, debates em torno da condição de trabalho de funcionários das escolas, realizou eleições para a diretoria da entidade, assembleias, paralisações e até mesmo a greve dos professores conveniados, que contribuiu sobremaneira para a construção da entidade no interior.

Quanto à organização junto a outros movimentos sociais, podemos, como último exemplo destacar o relato do DGIE sobre as "atividades subversivas" do CEP:

Nos bairros, o Movimento dos Amigos de Bairro (MAB), o Centro Estadual dos

¹²⁷ Chapa Construção: Godofredo da Silva Pinto (presidente), Ítalo Moriconi (1º vice-presidente), Hildézia Alves Medeiros (2ª vice-presidente), Luciano D'Ângelo Carneiro (secretário-geral), Maria Helena Castro Azevedo (1ª secretária), Heloísa Almeida Fernandes (2ª secretária), Maria Ângela Moreira Pinto (1º tesoureira), Rosanita Zanon Monteiro (2ª tesoureira), Matiléa da Cruz (Diretora de assuntos da rede estadual), Magda Frediani Martins (Diretora de assuntos da rede municipal) e Marcos Gomes (Diretor de assuntos da rede particular). Dessa forma, a diretoria provisória tornou-se diretoria eleita, configurando a mesma composição das forças políticas. O MDB, que possuía força representativa dentro da diretoria, enfrentava-se com o governo estadual do MDB.

¹²⁸ PROFESSOR elege direção do CEP. Última Hora. Rio de Janeiro, 29/10/1979.

¹²⁹ O Fundo de Polícias Políticas do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ) contém acervo de informações da Polícia desde 1918 até 1983. Com a criação do "Novo Estado do Rio de Janeiro", em 1975, na Secretaria de Segurança Pública do Estado, é criado o Departamento Geral de Investigações Especiais (DGIE) como órgão de "inteligência policial" cuja função é reunir informações a fim de colaborar nas tarefas de repressão social.

¹³⁰ (Cf. PERETE e OLIVEIRA, 1989).

Professores (CEP), o Movimento de Mulheres (MM), o Movimento Negro (MN) e a Pastoral Operária (PO) implantam a desordem, incentivando o povo a pegar em armas contra o regime"¹³¹

Como estratégia de luta pela reabertura da entidade, o CEP buscou além do apoio dos movimentos sociais e da sociedade, o apoio do movimento docente nacional, através da CPB. Contudo, a relação com a entidade nacional também seria marcada por divergências da mesma ordem que aquelas presentes no seio das organizações da classe trabalhadora, cindida entre os CONCLATs de 1981 e 1983. A atuação de militantes ligados ao CEP teve papel relevante tanto na construção da UNATE, quanto no fortalecimento da CPB.

Cabe ainda destacar que o debate dos rumos do movimento da classe trabalhadora como um todo estava entrelaçado ao do movimento nacional dos professores. No documento “Organização Nacional do Magistério”, assinado pelo presidente do CEP, Godofredo da Silva Pinto, e pelos diretores Maria Ângela Moreira Pinto e Marcos Gomes, há o posicionamento de parte da diretoria do CEP quanto ao debate da organização dos docentes, ou seja, a defesa de uma estrutura federativa. Os autores criticam o Congresso Nacional de Profissionais da Educação (CNPE), reunido em São Paulo, visando criar uma nova entidade nacional. Desta forma, propõem uma avaliação crítica da situação das entidades estaduais concordando que há um problema na organização nacional para, contudo, apresentar posteriormente uma saída diferente daquela apresentada pelo CNPE:

No bojo do processo de lutas que o professorado encaminhou a partir de 1978, entidades tradicionais de grande peso e reconhecimento junto ao professorado aumentaram sua representatividade ao encaminharem greves vitoriosas em seus estados, como são o caso da CEPERGS gaúcho e da ALP e APP paranaenses. Em alguns poucos estados foram criadas entidades estaduais novas (por exemplo UTE-MG), no Rio houve a função [sic] de antigas entidades originando o CEP, e em vários outros estados as entidades locais foram tomadas e transformadas pelas forças que impulsionaram as lutas (CPG em Goiás, APEOESP em São Paulo, AMEP na Paraíba, APENOPE em Pernambuco, ASPAC no Acre, etc.)¹³²

¹³¹ Atividades Subversivas - Pedido de Busca nº 028/116/ARJ/81 Setor Comunismo, p. 224

¹³² PINTO, Godofredo da Silva, PINTO, Maria Ângela Moreira e GOMES, Marcos. Organização Nacional do Magistério. Rio de Janeiro, s/d.

No entanto, para os autores da proposta, embora tais entidades tenham atingindo certo nível de representatividade, ainda não estariam suficientemente ligadas às bases. E continuam:

A combinação de representatividade “genérica” com precariedade de real inserção no professorado é verificável em quase todas as entidades acima mencionadas. Elas atravessam um período de séria crise, fato este reconhecido pelas próprias direções dessas entidades estaduais¹³³.

Assim, em oposição à criação da UNATE, apresentam como proposta:

A partir da constatação de que urge FORTALECER as entidades estaduais de base, fazendo delas o único CANAL DE REPRESENTAÇÃO e de ENCAMINHAMENTO das lutas do magistério em cada estado, é que julgamos essencial para o movimento dos professores que a articulação nacional do magistério se dê em torno de uma entidade de tipo FEDERATIVO, vale dizer, uma entidade a qual se filiam ENTIDADES ESTADUAIS (e não professores avulsamente).(Grifos no original)¹³⁴

Com isso, tais dirigentes do CEP, pretendiam reformar a CPB e garantir eleições indiretas para a direção nacional, através das entidades estaduais, via voto dos delegados estaduais. Essa política, defendida pela presidência do CEP, foi a vitoriosa nos debates nacionais, conforme vimos no capítulo anterior.

Outra estratégia alternativa à intervenção ditatorial que não obteve sucesso foi a tentativa do CEP de refundar-se sob o nome Campanha Estadual dos Professores¹³⁵.

Em novembro de 1981, a Campanha Estadual dos Professores teve aprovado, em assembléia, o seu estatuto. A eleição da direção presidencialista, através de chapa única, reconduzia a direção do Centro Estadual dos Professores.

Essa tática do movimento docente de alterar o nome da entidade não alterou em nada a situação prática da mesma e a reabertura do CEP somente foi conquistada em 1983.

O retorno à vida legal foi marcado pelas disputas pela direção política da entidade, novamente a chapa situacionista venceu as eleições¹³⁶.

¹³³ Idem, Ibidem.

¹³⁴ Idem, Ibidem.

¹³⁵ CEP. Ata da Assembléia Geral Ordinária. Rio de Janeiro, 08 outubro de 1981.

Na avaliação da chapa oposicionista¹³⁷, composta majoritariamente por militantes do PT e da comissão Pró-CUT, os anos difíceis do CEP deveriam ser atribuídos não exclusivamente à ditadura militar, mas também à posição negociadora da direção da entidade frente à conjuntura. Ao avaliar a decadência dos salários desde 1979 - com a perspectiva de valer menos que dois salários mínimos em 1984 - a proposta do plano de classificação de cargos do governo e a ação dos dirigentes do CEP, militantes organizados em torno de uma chapa de oposição às eleições, avaliavam que tais problemas seriam:

frutos da prática imobilista e anti-democrática, respaldada num estatuto igualmente autoritário que leva a direção do CEP a abandonar as lutas, a mobilização da categoria, em troca de acordos com o governo. Essa prática liquidou e esvaziou diversos núcleos e zonais¹³⁸.

Nessa direção, a chapa oposicionista, reivindicava as bandeiras da CUT e defendia o seu reconhecimento como instrumento da classe capaz de fazer oposição ao governo ditatorial, através das seguintes insígnias: fim da política econômica do governo; rompimento dos acordos com o FMI; não pagamento da dívida externa; fim da Lei de Segurança Nacional; fim do regime militar; eleições diretas para presidente da república; liberdade e autonomia sindical e reconhecimento da CUT como órgão máximo de organização dos trabalhadores.

Em 1985, Godofredo Pinto¹³⁹, reeleito desde a fundação da entidade, licenciou-se para assumir a vice-presidência da CPB, sob a presidência de Hermes Zanetti.

¹³⁶ A Chapa 1 “Caminhar Juntos” vence com maioria esmagadora dos votos. Direção eleita para o período de novembro de 1983 a novembro de 1985.: Godofredo Saturnino da Silva Pinto (presidente), Maria Cerqueira (1ª vice-presidente), Hildézia Alves Medeiros (2ª vice-presidente), Marilda Reis de Almeida (Secretária geral), Máximo Augusto Campos Masson (1º secretário), Idhy Matheus (1º tesoureiro), Maria José Ramos Jordão (2ª tesoureira), Jane de Melo (Departamento e Assistência Educacional), Lea Carvalho Reis (Departamento Jurídico) e Ítalo Mariconi Junior (Departamento de Imprensa). Na composição da chapa havia militantes do PMDB, do PCB, do PSB, do PDT e até mesmo setores do PT.

¹³⁷ Compõem a chapa 2: CEP. Retormar a Luta!: Presidente; Florinda Moreira Lombardi. Vice-presidente: João Gonçalves de Andrade, Vice-presidente: Jailson Alves dos Santos, Secretaria Geral: Maria Cristina Pereira da Silva, 1º secretário: Marilda Hemigues, Tesouraria: Mônica Rabello de Castro, 1º tesoureiro: Sérgio Moura, Suplentes Pedro Tórtima, Marisa Cardoso Martins, Teresa Cristina da Costa Matos, além dos Representantes e Suplentes das Zonais, Representantes e Suplentes das Secretarias Regionais e dos Departamentos Jurídico, Educacional e de Imprensa e Divulgação. A Chapa 2 contava com a representação majoritária de militantes do PT.

¹³⁸ CEP. Retormar a Luta! Chapa 2. Rio de Janeiro, 1983.

¹³⁹ Godofredo Pinto elegeu-se deputado estadual pelo MDB (1983-1986), apesar do desgaste dos professores com o governo estadual do MDB, Chagas Freitas.

Assumiui, então, a presidência do CEP Hildézia Medeiros, que, em seguida, seria eleita presidente da entidade, para o biênio seguinte¹⁴⁰.

Em documento de setembro de 1985, o movimento oposicionista¹⁴¹, avaliava que havia um esvaziamento progressivo no CEP, realizava críticas ao processo eleitoral e demandava o resgate da democracia interna, da combatividade e da independência. Segundo eles, tais aspectos deixaram o movimento impotente frente à política de desvalorização do setor educacional implementada pelos governos.

A perda salarial, iniciada com o reajuste de 14% em 1980, continua até hoje com a colaboração do CEP, que tem estendido a mão ao governo Leonel Brizola desde o início de seu mandato, quando em 1983 dado o reajuste de 73%, dizia da necessidade de darmos um crédito de confiança ao governador, e no ano seguinte, 1984, propôs ao governo, e foi aceito, a elevação das referências que representaram um reajuste real de 222,9% para o prof. IV e 216,8% para o prof. I, mas que, quando comparado com o salário-mínimo, representavam muito pouco, demonstrando o seu caráter ilusório, enganoso, do reajuste. No ano de 1985, a campanha salarial nem existiu e tivemos um reajuste de 80,3% no mês de julho quando o próprio governo federal dava um reajuste de 89%¹⁴².

Os professores oposicionistas avaliavam que a condução do processo eleitoral, que obstaculizava a participação de novos quadros tornara-se um entrave para a composição de chapas vinculadas às bases.

Nova greve só ocorreria em 1986, seja pelos efeitos da repressão estatal, seja pelas opções políticas da direção da entidade de realizar um sindicalismo mais moderado. Outro aspecto relevante para a ausência das greves era a expectativa que parte da militância do sindicato criou com o governo de Leonel Brizola, eleito com a plataforma política focada nas questões sociais, particularmente na educação, e também

¹⁴⁰ DIREÇÃO ELEITA PERÍODO: 1985/1987: Presidente: Hildézia Alves Medeiros, Vice-Presidente: Marilda Reis de Almeida, 2º Vice-Presidente: Léa Carvalho Reis, Secretário Geral: Máximo Augusto Campos Masson, Primeiro Secretário: Antonio Rodrigues da Silva, Tesoureiro-Geral: Hedy Mateus Primeiro Tesoureiro: Cléa Correa de Mello, Assuntos Jurídicos e Funcionais: Denise Rosa Lobato, Diretor de Imprensa e Divulgação: Vilson Freitas Teixeira, Diretor de Assuntos Intersindicais: Murilo Martins Jordão, Diretor de Assuntos Culturais e Educacionais: Maria M. Oliveira Kyoss Diretor-Geral: Elisabete Mascenas,, Ivonete Fontelles Sugahara, Maria das Dores P. Motta, Sebastião José e Silva, Zelma Gomes Santos Masson. A composição das forças políticas é praticamente a mesma da anterior.

¹⁴¹ Assinam o documento: Pedro Tortima, Jailson Alves dos Santos, Marilda de Jesus Henriques, Gilberto Lyra Lopes, Rosa Maria Silva de Souza, Carlos Saito, Roseli Elias, Ângela Maria da Fonseca e Silva Corrêa, Rosa Maria de Aguiar, Luis Eduardo Magalhães e Nelson Rodrigues Filho.

¹⁴² A OPOSIÇÃO e a atual diretoria do CEP. Rio de Janeiro, 1985.

por ter sido o governador que devolveu ao CEP a legalidade. Porém, o quadro de arrocho salarial no governo Brizola atingiu grandes proporções:

Quando o governador Brizola assumiu, os pisos eram de 2,94 = regência e 4,35 + regência (profs. IV e I). O confisco salarial realizado por Brizola foi de 38,77% e 40,23% dos poderes aquisitivos dos salários dos professores IV e I, respectivamente. Em 84, segundo ano do governo Brizola, a categoria foi premiada com um piso do prof. IV reduzido para 1,8 e do prof. I para 2,74 SM, onde seus poderes aquisitivos tinham caído para 63,6% e 63%, respectivamente¹⁴³.

Resultado desse contexto, a greve de 1986 reivindicou a instituição do plano de carreira, bandeira de luta presente desde antes da unificação das entidades, e a defesa da escola pública para todos, antagônica à experiência seletiva dos Centros Integrados de Educação Pública (CIEPs), que começou a ser implantada na rede pública de educação¹⁴⁴.

Os números de presentes às assembleias de greve eram surpreendentes, oscilavam entre vinte e trinta mil¹⁴⁵ professores no estádio do Maracanãzinho. A adesão ao movimento contava com cerca de 130 mil professores, em todo o estado¹⁴⁶. Pela ampla participação da categoria, esse movimento foi considerado a maior greve realizada pela entidade e a primeira greve geral, de professores do município e do estado do Rio de Janeiro, desde 1979.

A expectativa, de parte da militância, com o governo Brizola foi se desfazendo, pois:

A luta pelo Plano de Carreira vai se estender até o ano de 1986 sem qualquer resposta por parte do governo. No dia 23 de março – domingo –, a categoria votou pela greve a partir do dia 31 daquele mês, derrotando a proposta da diretoria de continuar com a política de paralisações durante todo o mês de abril¹⁴⁷.

O quadro nacional era de ascensão das lutas contra o Plano Cruzado e o arrocho salarial. O Plano Cruzado consistia na criação de uma nova moeda, o Cruzado, a fim de controlar os altos índices de inflação através do congelamento de preços e salários.

¹⁴³ CEP. Caderno de Teses. II Congresso Estadual de Professores Samora Machel. Rio de Janeiro, 1986, p.34.

¹⁴⁴ Sobre a descrição do projeto educacional de Leonel Brizola ver CUNHA (2009, p.140-150).

¹⁴⁵ A este respeito ver as dissertações de SILVEIRA (2002) e MASSON (1988).

¹⁴⁶ MATTOS (1998, p. 204).

¹⁴⁷ SILVEIRA (2002, p. 113).

Contudo, após as eleições para o Congresso Constituinte somente os preços foram descongelados.

As atas de assembleias da entidade, durante o período grevista de 1986, demonstram o difícil processo de negociação com o prefeito do Rio de Janeiro, Saturnino Braga. Inicialmente, a categoria exigia que as seguintes reivindicações estivessem contempladas no plano de carreira: piso salarial de cinco salários mínimos, enquadramento por formação, progressão por tempo de serviço a cada três anos para todos os professores e eliminação do quadro celetista do corpo docente do Estado. Com a manutenção da participação massiva nas assembleias, os professores votaram sistematicamente pela continuidade da greve e pelo enfrentamento nas negociações com o governo.

A posição do governo do estado não era favorável ao avanço das negociações. Para o governador a greve dos professores não era um movimento legítimo, pois possuía cunho deliberadamente político:

- O governador não pode se submeter a um grupo de pequena burguesia radicalizada e destituída de bom senso. Se fizermos esta concessão, estaremos abrindo um péssimo precedente. Amanhã, a polícia militar faz a mesma coisa. É preciso levar em conta que o pacote econômico afetou a arrecadação do ICM. Respeito e tenho simpatia pelas aspirações do professorado, mas não posso concordar com a greve. O princípio é cortar o ponto de todos que faltarem ao trabalho¹⁴⁸.

Saturnino Braga¹⁴⁹, por sua vez, apresentou contrapropostas que foram recusadas pelas assembleias de 10 e 16 de abril de 1986.

Em 23 de abril de 1986, frente às ameaças do governo ao movimento como, por exemplo, a suspensão do salário e a ameaça de convocação de professores concursados para o reinício das aulas, o movimento, ao avaliar a nova proposta do governo, deliberou pelo final da greve e pela aceitação, dentre o conjunto de medidas, do piso de três salários mínimos e meio para a categoria. A greve de 27 dias chegou, assim, ao final.

A esta greve se seguiram paralisações cujo objetivo era pressionar o governo para o cumprimento do acordo, objetivo que não foi de todo alcançado. Destacou-se,

¹⁴⁸ ATO público reúne 3 mil professores na Cinelândia. O Globo. 03/04/1986.

¹⁴⁹ Roberto Saturnino Braga foi o primeiro prefeito do Rio de Janeiro eleito pelo voto direto, pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT).

como maior conquista da greve, o plano de carreira elaborado pela categoria ter se transformado em lei no estado e no município do Rio de Janeiro, baseado em 12% de aumento entre os níveis por progressão por tempo de serviço, a cada cinco anos, além de 5% por enquadramento por formação (graduação, cursos de aperfeiçoamento, mestrado, doutorado).

As avaliações de greve, realizadas ao longo do ano, muito nos disseram sobre a dinâmica política do CEP naquele momento. No II Congresso Estadual de Professores Samora Machel, a III Tese, a "Tese da Oposição" dedicou uma seção inteira ao balanço da greve de 1986. Para os autores, a concepção da diretoria do SEPE era, desde o início da campanha salarial em 1985, de negociação. Nesse sentido, a direção do CEP teria conduzido o movimento ao rebaixamento dos eixos centrais de reivindicação: piso de cinco salários mínimos, enquadramento por formação e por tempo de serviço para todos. Ao contrário desta proposta original, quando, nos dias 9 e 10 de abril, o governo apresentou a sua contraproposta, a diretoria defendeu, em assembleia, a redução do piso para quatro salários mínimos, abdicação do enquadramento para todos e a alteração da progressão por tempo de serviço para o intervalo de cinco anos.

Após a proposta da direção, o movimento dividiu-se. O governo apostou na desorganização e ameaçou demitir os contratados e de corte de ponto os demais. Frente à cisão estabelecida, a maioria dos 15 mil presentes na assembleia deliberou pelo final da greve, aceitando a proposta de piso de três e meio salários mínimos. Ainda assim o acordado não foi implementado:

Quando a categoria percebeu que as negociações à base do “consenso” não davam resultado, tomou a mobilização para voltar à greve. Saturnino enviou correndo seu plano à Câmara Municipal e Brizola fez o mesmo enviando o seu à assembleia Legislativa. Nenhum dos dois cumpre na íntegra o acordo oral do fim da greve¹⁵⁰.

Não se tratava apenas de uma divergência em torno do piso salarial docente o debate dos rumos da mobilização naquele momento. A cunha posta nas assembleias dizia respeito aos diferentes posicionamentos políticos na luta de classes, emersos com a greve.

A posição da CUT, de oposição ao governo da Nova República, e da CGT, de conciliação, e, particularmente, as avaliações em torno da eleição de Tancredo Neves,

¹⁵⁰ CEP. Caderno de Teses. II Congresso Estadual de Professores Samora Machel. Rio de Janeiro, 1986, p.36.

tornaram-se o centro da disputa das três teses que foram apresentadas ao II Congresso Estadual de Educação, a Tese da Diretoria (Tese I), a Tese de Professores Cutistas (Tese II) e a Tese da Oposição (Tese III).

Para a diretoria, segundo a tese apresentada, a população acompanhou a eleição de Tancredo Neves entendendo que, na prática, este foi um marco importante no sentido de formalizar o fim do regime militar, embora concretamente, tenha havido uma reversão de expectativas por parte dos setores progressistas, devido ao não enfrentamento da questão concreta de remoção do chamado “lixo autoritário”¹⁵¹. Assim, a tese afirma que:

Todos concordamos que a adoção de medidas que configuram o chamado “Plano Cruzado” foi fundamental para conter o perigoso caminho econômico e financeiro que trilhávamos¹⁵².

Ao mesmo tempo, a direção do CEP realizava críticas ao sistema educacional brasileiro e ao do Rio de Janeiro, que ao implementar as políticas da ditadura teria agravado o quadro educacional, gerando:

adultos e jovens analfabetos. Professores mal formados e mal remunerados. Acesso ao magistério via apadrinhamento político. Emprego de verbas públicas na manutenção de escolas privadas de boa e má qualidade. Tudo isso faz parte dos problemas do nosso sistema educacional¹⁵³.

Contudo a diretoria mostrava-se contrária ao enfrentamento com o Estado, na linha da CGT:

Somos contrários à política do confronto que, na prática, tem levado, ao impasse e não às vitórias e a qualquer política de apoio à Nova República que signifique imobilismo¹⁵⁴.

Para tal, cita a argumentação do 1º Congresso Estadual dos Trabalhadores da CGT:

¹⁵¹ CEP. Caderno de Teses. II Congresso Estadual de Professores Samora Machel. Rio de Janeiro, 1986, p.2.

¹⁵² Idem, Ibidem.

¹⁵³ Idem, Ibidem

¹⁵⁴ CEP. Caderno de Teses. II Congresso Estadual de Professores Samora Machel. Rio de Janeiro, 1986, p.7

A tarefa política mais importante que hoje se coloca perante o movimento sindical, como de resto perante todas as forças democráticas do país, consiste precisamente em contribuir da forma mais eficaz para uma grande unidade de todas as forças interessadas em conduzir a nossa pátria a um regime de plena democracia, no plano político, e de progresso, e independência no plano econômico e social, apoiando o processo de transição democrática, sustentando e direcionando os seus cursos até a construção e consolidação do Estado de Direito Democrático¹⁵⁵.

Com relação à polêmica em torno da estrutura sindical, a direção mostra-se favorável a unicidade sindical, ao avaliar que “a convenção 87 da OIT, embora seja positiva no terreno das liberdades sindicais, é negativa ao possibilitar o pluralismo orgânico”¹⁵⁶. Por certo, estamos diante de uma visão liberal da organização sindical, tal qual a que FRANÇA¹⁵⁷ identifica nas teses do 4º CONCURTO, mas já presente no interior do *Novo Sindicalismo* desde a sua origem. Assim, os autores da tese justificam a sua posição contrária àquela defendida pela CUT, de ratificação da convenção 87 da OIT:

Consideramos um risco político para o movimento sindical, a divisão de uma categoria de trabalhadores em várias entidades, porque isto tornaria ainda mais precária as condições de organização que temos. Fatalmente os patrões usariam a divisão do movimento para melhor controlá-lo¹⁵⁸.

A Tese I faz ainda mais críticas à CUT, quais sejam as de permissão de oposições sindicais e entidades não filiadas em seus congressos e às de propostas de “comissões de fábrica”. Ambas contribuiriam para o paralelismo sindical criticado, segundo a Tese da Diretoria.

Mais um ponto relevante a ser considerado na posição da diretoria do CEP é aquela referente ao imposto sindical:

Assim como a CUT e a CGT, somos favoráveis à autonomia sindical. Porém, concordamos com a visão expressa pela CGT de que a extinção do imposto sindical seja gradativa e não imediata, na medida em que o desaparecimento abrupto do imposto sindical significaria um maior enfraquecimento do

¹⁵⁵ *Apud* CEP. Caderno de Teses. II Congresso Estadual de Professores Samora Machel. Rio de Janeiro, 1986, p.7.

¹⁵⁶ *Idem*, *Ibidem*.

¹⁵⁷ FRANÇA, Teones. *Sindicalismo no Brasil e estrutura sindical (1978-1997)*. Lutas e Resistências, nº2. Londrina, 2007.

¹⁵⁸ *Idem*, *Ibidem*, p.6.

movimento¹⁵⁹.

Já a Tese de Professores Cutistas, ao tratar das várias categorias que se insurgiram contra o governo da chamada Nova República e a suposta contradição entre os indicadores econômicos do país e o estado de miséria da população, destaca:

Nossa categoria é um bom exemplo: nos últimos 18 meses houve greve de professores e demais trabalhadores do ensino em quase todos os estados. Em 1985, ano que abrigou o maior volume de greves da história recente no país, cerca de 900 greves e sete milhões de grevistas, começou a ser expresso o descontentamento dos trabalhadores com a política pseudo-liberal, mas claramente mantenedora das oligarquias da classe dominante, da “Nova República”¹⁶⁰.

Com a ascensão das lutas, não demoraria o contra-ataque do Estado:

Em 1986, após uma expectativa quanto ao Plano Cruzado, o volume de greves aumenta. Em resposta, ministro e outras “autoridades” vão à televisão ameaçar os grevistas com severas punições, buscadas na lei “anti-greve” da ditadura (o chamado “entulho autoritário”, do qual tanto se falou, mas se guardou para o momento devido). Pior é que não são apenas ameaças. Trabalhadores são demitidos por participarem de movimentos reivindicatórios. A repressão policial aumenta dia a dia. Os acontecimentos de Leme-SP, quando cortadores de cana foram espancados e dois jovens brutalmente assassinados pela polícia militar, atestam tal violência. Além disso, 160 trabalhadores rurais foram assassinados só neste ano, sem que um único mandante tenha sido responsabilizado e punido¹⁶¹.

A Tese II, frente à imposição do governo Sarney de um congresso com poderes constituintes, no lugar da reivindicação da classe trabalhadora de uma Assembleia Nacional Constituinte, propõe o avanço das mobilizações:

Devemos nos unir a todos os setores e entidades que buscarão formas de lutas e pressão sobre o congresso constituinte, por que esta é a única possibilidade concreta de assegurar algumas conquistas e criar condições reais para intervenção dos parlamentares efetivamente comprometidos com os interesses da classe trabalhadora. Esta mobilização deverá brotar das fábricas, dos bairros populares,

¹⁵⁹ Idem, Ibidem, p.6.

¹⁶⁰ Idem, Ibidem, p. 11.

¹⁶¹ Idem, Ibidem.

das roças, das escolas, das repartições e escritórios¹⁶².

Nesse sentido, defende as propostas políticas da CUT:

O congresso constituinte convocado pelo atual governo é mais uma tentativa de legitimar o governo conservador da Nova República: constituinte amarrada por leis arbitrárias e pronta para ser manipulada em favor dos interesses da classe dominante¹⁶³.

E a revogação da lei anti-greve:

A lei nº 4.330 promulgada pela ditadura militar, que inviabiliza o direito de greve e permite ao governo e aos patrões o direito de repressão, não foi alterada. A nova lei de greve enviada pelo governo ao Congresso Nacional nada altera de essencial, mantendo, na prática a proibição do livre exercício de greve. A estrutura sindical fascista, corporativista, atrelada e controlada pelo Estado não foi modificada¹⁶⁴.

Nesse sentido, a tese cutista defendia a liberdade e autonomia da organização sindical e a Convenção 151 da OIT¹⁶⁵, por se antagonizar à ingerência do Estado na vida administrativa e financeira dos sindicatos através da carta sindical, do imposto compulsório, do controle das eleições e da intervenção do Ministério do Trabalho nos conflitos.

A estrutura sindical garantirá a mais ampla liberdade sindical em todos os locais de trabalho, em todas as instâncias e em todas as formas de relacionamento e solidariedade nacional e internacional. O sindicato será soberano em suas decisões e manterá autonomia em relação ao Estado, à classe patronal, aos partidos políticos, aos credos religiosos e às concepções filosóficas¹⁶⁶.

Para tanto, os professores cutistas apresentavam um programa com eleições sindicais com garantia de iguais condições a todos; abolição das formas impostas pelo Estado de sustentação financeira e ampla democracia e liberdade de expressão das correntes internas, com unidade de ação.

¹⁶² Idem Ibidem, p.13.

¹⁶³ Idem, Ibidem, p.15.

¹⁶⁴ Idem, Ibidem, p. 21.

¹⁶⁵ Trata da organização de trabalhadores da função pública.

¹⁶⁶ Idem Ibidem.

A tese propôs a ampliação dos quadros do CEP e maior participação nas lutas coletivas da classe trabalhadora, através das seguintes alterações estatutárias:

Transformação das zonais da capital em núcleos com diretorias eleitas, à semelhança dos núcleos municipais, possibilitar a filiação de todos os trabalhadores no ensino ao CEP/RJ; organizar o CEP nas escolas, através de comissões de base; formar conselhos municipais e zonais, possibilitar a participação do CEP nas lutas gerais da classe trabalhadora¹⁶⁷.

A protelação quanto à decisão de filiação do CEP e da CPB a uma central sindical é tomada, pela Tese II, como responsabilidade dos setores ligados à CGT que tem como argumento a construção da unidade do movimento e a defesa que o II Congresso não realize esta votação. Entretanto, para a tese as duas correntes possuem posições inconciliáveis, de um lado a CGT “prioriza a organização de cúpula e não pelas bases, e se coloca favorável a esse governo de transição burguesa” e, de outro, a CUT que representa um “projeto de autonomia político sindical de independência de classes face aos interesses da burguesia nacional”¹⁶⁸. Por isso, a tese propõe que o CEP e a CPB saiam do isolamento e filiem-se à CUT.

A Tese III, intitulada “Teses da Oposição”, também uma tese cutista, afirma que:

De todas as categorias profissionais, o magistério é a que sofreu maior arrocho salarial. A safra militar reduziu em 51% o poder aquisitivo do salário do professor, enquanto o do salário mínimo foi reduzido em 38%, aproximadamente¹⁶⁹.

No que diz respeito ao fim da Ditadura, esses professores avaliam que a burguesia manobrou a campanha pelas Diretas Já, articulando-se ao Estado através da “Nova República”:

A alternativa escolhida pela “Nova República” para resolver a crise, foi o plano de Estabilização Econômica (Pacote Econômico) que tem como objetivo político principal assegurar a continuidade da transição política conservadora que se iniciou através da composição da Aliança Democrática (AD) no Colégio Eleitoral. Em segundo lugar este Pacote pretende garantir algumas bases eleitorais para que os Partidos da AD disputem as eleições de novembro para os governos dos Estados e Constituinte. Finalmente o pacote tem como alvo principal o movimento operário e

¹⁶⁷ Idem, Ibidem, p 23.

¹⁶⁸ Cf. CEP (1986, p. 25)

¹⁶⁹ Idem, Ibidem, p. 28.

sindical. Quebrar a tendência ao ascenso das lutas e desarticular as conquistas que estavam sendo impostas pela classe trabalhadora através das greves é uma das preocupações mais importantes do pacote. Isto quer dizer que este pacote quer impor o Pacto Social¹⁷⁰.

A tese demonstra o impacto do arrocho salarial, citado anteriormente, e as contradições entre o discurso democrático do governador Brizola e a prática de baixar resoluções sobre o funcionamento das escolas tais como, a promessa de realizar eleições para diretores e o regimento interno (Diário Oficial de 28-02-86) de nomeações de diretores pelo secretário de educação. Da mesma forma, ocorreu com a lei que proibia a cobrança de taxa nas escolas oficiais (Diário Oficial de 10-10-84) em contraposição à regulamentação das contribuições facultativas, através de carnês pagos no BANERJ.

A Tese III, em muitos pontos convergente com a Tese dos professores cutistas, avalia que o estatuto do CEP está organizado sob estrutura discriminatória entre capital e interior do estado, bem como não prevê organização ao nível de escola e ou local de trabalho, fundamentais ao funcionamento democrático da entidade.

Cabe destacar que a apresentação de duas teses cutistas, embora convergentes em muitos pontos, e fundamentalmente quanto à filiação do CEP à CUT, representavam, por parte da Tese II, a esquerda cutista e, Tese III, a aliança de outros setores com a Articulação Sindical.

Apesar da tentativa da direção do CEP de adiar a votação da filiação do CEP à CUT, no II Congresso Estadual do CEP, os delegados votaram por: defesa da convenção 87 da OIT; fim imediato do imposto sindical liberdade e autonomia sindical; sindicalização dos funcionários públicos; direito irrestrito de greve e revogação da lei de greve; fim da atual estrutura sindical e filiação imediata à CUT.

As deliberações do congresso e a condução do movimento grevista, mas não só, irromperam uma crise de direção no CEP que se aprofundaria no ano seguinte. Certamente, a filiação do CEP à CUT mostrou-se a primeira grande derrota da diretoria do CEP, que permanecia à frente da entidade desde a sua fundação.

No II Congresso, também foi debatido a oposição à política dos CIEPs, do governo Leonel Brizola¹⁷¹, enfrentada pela greve de 1986.

¹⁷⁰ Idem, Ibidem, p. 29.

¹⁷¹ A esse respeito ver a ata da plenária de política educacional em: CEP. ATA do Congresso do CEP. Nova Iguaçu, 1986, p.2.

O enfrentamento, por diferentes segmentos sociais, que o projeto político-pedagógico do governo do PDT gerou no estado do Rio de Janeiro foi analisado por MIGNOT¹⁷².

Ao analisar o Plano de Desenvolvimento Econômico e Social (PDES), 1984/1987, o Plano Quadrienal de Educação (PQE) – 1984/1987 e o Programa Especial de Educação (PEE), MIGNOT destaca que o discurso dos referidos documentos não se restringia à construção de escolas, mas

As novas escolas faziam parte de um plano de impacto que pretendia revolucionar o sistema educacional brasileiro e ajustar a escola pública ao “aluno popular”. Elaborado por técnicos dos órgãos representados na Comissão Coordenadora de Educação e Cultura, o PQE demonstra ser desejo do governo “devolver à escola pública, prestígio e qualidade”, antecipar a escolaridade para crianças fora da faixa de obrigatoriedade, atendendo crianças com cinco, seis anos; construir novas escolas e assegurar condições de nutrição, saúde e locomoção aos alunos da escola pública¹⁷³.

Através de propaganda em rede nacional, os CIEPs foram apresentados como um projeto de escola integral, baseado no desenvolvimento de múltiplas esferas de formação, tais como a física, social e cultural:

Estas múltiplas atividades da escola estavam bem sintetizadas na propaganda em rede nacional de TV, financiada pelo **BANERJ**, que dizia: “Vocês vão ver agora, em 30 segundos, o que uma criança faz em nove horas no CIEP: café da manhã, ginástica, aula, almoço, estudo dirigido, sala de leitura, banho, jantar. Já fizemos 60, vamos fazer 500. CIEP – uma aula de futuro”. (grifo no original)¹⁷⁴

O caráter de universalização da política educacional que o discurso oficial empenhava-se em anunciar não correspondeu ao número de escolas construídas, contratação de novos docentes e quantitativo de alunos atingidos.

Por um lado, os partidos políticos opositoristas ao governo Brizola questionaram o volume de gastos públicos, a utilização de concorrências simplificadas e a ausência para a redução do tempo das obras, tomadas como políticas de cunho

¹⁷² MIGNOT, Ana Crystina Vanancio. CIEP - Centro Integrado de Educação Pública – Alternativa para a qualidade de ensino ou nova investida do populismo na educação? Em Aberto. Brasília, ano 8, nº 44, 1989.

¹⁷³ MIGNOT (1989, p. 46-47).

¹⁷⁴ MIGNOT (1989, p. 48).

eleitoral, cujo calendário de inauguração das escolas coincidia com os anos eleitorais dos municípios¹⁷⁵. O gasto público com a educação também era compreendido como uma retirada de verbas de outros setores considerados como essenciais.

Por outro lado, o movimento docente questionou a lógica de criação de uma rede paralela de educação, absorvendo grande parte dos recursos educacionais, restando a escassez às escolas regulares. Destarte, questionava-se a incapacidade de generalização dos CIEPs e da qualidade na educação através da escola de tempo integral, através de uma política assistencialista e compensatória - que via na escola a solução à marginalidade, sem a valorização dos trabalhadores a ela vinculada.

Em 1987, as perdas salariais detonaram outro movimento grevista, apesar da posição contrária da direção do CEP que apostava na negociação com o governo através de uma comissão paritária. Porém, essa estratégia de negociação foi derrotada pela assembleia de 13 de junho, no Instituto de Educação, que deflagrou a greve. A direção defendia caminhos diferentes para a rede municipal e estadual do Rio de Janeiro.

A visão da diretoria é que, no caso da rede estadual, só caberia uma greve no 1º semestre, junto com o funcionalismo pelas questões gerais; ou no 2º semestre, uma greve do magistério, caso não fôssemos atendidos na comissão paritária¹⁷⁶.

Já no município do Rio de Janeiro, como não havia se constituído um caminho de negociação e propostas do governo a direção "aceitava" a greve.

Na prática a greve não se constituiu como uma greve unificada, como defendiam setores do movimento. Além de não adquirir a participação da anterior, esta greve, que enfrentou o recém-eleito governador Moreira Franco, teve como desfecho, a separação das negociações entre os professores do município e do estado.

Havia uma preocupação com a apatia da categoria e a diretoria buscava reverter esse quadro com investimento na maior organização do movimento com a utilização de piquetes, comandos de greve, cartas à população, reforço de informações na imprensa, recolhimento de fundo de greve nos municípios e regionais, aula pública na Quinta da Boa Vista (Rio de Janeiro), etc. Por outro lado, o governo do Estado passa a reprimir ostensivamente o movimento, assim como explora as divergências existentes no interior do sindicato. Uma medida de teor

¹⁷⁵ “Em 1985, o D.O. registra inauguração de escolas nos municípios com eleições municipais: Rio, Caxias, Volta Redonda, Angra dos Reis. O calendário de inauguração tem efetiva correspondência com o calendário eleitoral. A vitória do PDT no Rio é atribuída aos CIEPs. (MIGNOT, 1989: 49).

¹⁷⁶ CEP-RJ. Informa. Carta enviada pela diretoria aos seus associados. Rio de Janeiro, 16-11-1987, p.1.

repressor foi a ameaça de corte do ponto a partir de três de agosto. No entanto, a categoria não se intimida reiterando a continuidade da greve na assembléia de 13 de agosto. Após 69 dias de greve, em 25 de agosto, a rede estadual decidiu-se pela suspensão da greve¹⁷⁷.

A crise de direção do CEP tornou-se ainda mais evidente com a greve, realizada apesar da participação da direção na comissão paritária com o governo. Além das derrotas do ano anterior tais como as tentativas de suspensão do movimento grevista de 1986, e as deliberações congressuais de filiação à CUT e da não participação do CEP no Conselho Estadual de Educação, o III Congresso deliberou pela ampliação do quadro social da entidade a todos os trabalhadores do ensino.

Para a diretoria, presidida por Hildézia Medeiros, a deliberação de transformação do CEP em uma entidade dos trabalhadores da educação foi considerada uma “decisão prematura, inconseqüente e anti-democrática”¹⁷⁸.

Ao apostar que a proposta da oposição - de incorporação dos funcionários ao CEP - motivaria o elitismo dos professores, a diretoria pretendia recuperar a base social e a direção do movimento. Ao contrário, a ampliação do quadro social do CEP, associado aos outros aspectos tratados, levou a diretoria à renúncia.

Após a realização do terceiro congresso da entidade, ocorrido entre 30 de outubro e 02 de novembro, na UERJ, a diretoria anunciou a sua renúncia para o ano seguinte. Eram vários os argumentos, o mais incontornável referia-se a incapacidade de dirigir o movimento, conforme demonstrava a carta enviada aos associados:

Nossa visão política, expressa em nossas propostas, vem sendo sucessivamente derrotada nos espaços de deliberação da entidade (Assembléias, Conselhos Deliberativos, Congressos). Isso significa que não somos hoje representativos da parcela da categoria que tem participado destes espaços.¹⁷⁹

Embora a direção tivesse sofrido as referidas derrotas em eleições ocorridas nos espaços deliberativos, afirmava na carta:

Temos uma visão do mundo sindical que nos distingue destes setores de oposição: não concordamos com decisões artificiais de cúpula, que não contribuem para o fortalecimento do movimento. Não concordamos com as visões sindicais

¹⁷⁷ SILVEIRA (2002, p. 116).

¹⁷⁸ CEP-RJ. Informa. Carta enviada pela diretoria aos seus associados. Rio de Janeiro, 16-11-1987.

¹⁷⁹ CEP-RJ. Informa. Carta enviada pela diretoria aos seus associados. Rio de Janeiro, 16-11-1987.

vanguardistas que, por considerarem suas propostas as mais “avançadas”, fazem delas pacotes a serem engolidos pelos setores ditos atrasados¹⁸⁰.

Neste contexto, com a ampliação dos quadros da entidade, em meio a debates iniciados anos antes, e a aprovação da incorporação dos funcionários administrativos, o CEP passou a ser o CEPE: Centro Estadual dos Profissionais da Educação¹⁸¹.

Portanto, a partir de 1987, a base do CEPE abarcava também os profissionais da educação básica do Estado do Rio de Janeiro, tais como merendeiras, inspetores e serventes e não apenas a categoria docente, podendo filiar-se quaisquer profissionais das redes municipais de educação da capital e interior do estado, assim como servidores da rede estadual e da rede privada.

II.1.3 A mais longa greve da entidade: 1988

A campanha salarial de 1988 iniciou-se em fevereiro, sob a direção de uma comissão provisória¹⁸², eleita no Conselho Deliberativo de 05 de fevereiro de 1988. A comissão provisória, que permaneceria até as novas eleições, em setembro, declarou no documento *Por que assumimos o CEP/RJ?* que a divisão no seio do movimento sindical brasileiro, também seria a razão da crise aberta com a renúncia da direção:

O movimento sindical é demarcado hoje por duas visões claras: uma que apóia a política “Nova República” com seu projeto de arrocho contra a classe trabalhadora e outra que é radicalmente contra. Temos visto que todos aqueles que apóiam esta política estão se desgastando junto aos trabalhadores, seja no movimento popular, seja no movimento sindical, que os tem atropelado sucessivamente. Foi isto o que aconteceu com a antiga diretoria do CEP/RJ, que, ao perceber que não era mais porta-voz dos anseios da categoria, apresenta sua renúncia, esquecendo que faz

¹⁸⁰ Idem, *Ibidem*, p.3.

¹⁸¹ De acordo com o novo estatuto do CEPE, o quadro social do CEPE seria constituído por profissionais da educação, segundo o artigo 4º, § 1º- “São profissionais da Educação todos os funcionários que atuem nos órgãos públicos da Educação (federais, estaduais e municipais), nos estabelecimentos de ensino particulares, ou aqueles que comprovem habilitação específica para o magistério”; § 2º- Não poderá pertencer ao quadro social do CEPE/RJ, salvo se membro da rede oficial, o profissional que como acionista, quotista ou proprietário participar da direção de empresa que empregue, assalarie, gratifique ou remunere outro profissional da educação. CEPE/RJ. Estatuto. Rio de Janeiro, 1988.

¹⁸² Composição da Comissão Provisória de Direção do CEPE: Jaílson Alves dos Santos (presidente), Mário Pinheiro da Silva (1º vice-presidente), Ângela Maria Gomes Ribeiro (2ª vice-presidente), Valério Roedel (tesoureiro geral), Ely Ferreira Torres (1ª tesoureira) Margarida Maria Garcia(secretária geral), Florinda Moreira Lombardi (1ª secretária), Lana Magdinier da Costa (diretora geral), Marcionila Ramires de Oliveira (diretora geral), Maria Beatriz Lugão Rios (diretora geral), Maria de Fátima Castro Figueira (diretora geral), Maria do Ó de Lima (diretora geral), Regina Celi Faria da Cruz (diretora geral) e Rosa Maria Terço Dias (diretora geral). Majoritariamente, tratava-se de uma composição de militantes do PT, Cutistas.

parte da democracia respeitar as decisões da maioria, independentemente da origem das propostas.

Renúncia no momento mais crucial. Renúncia no momento da campanha salarial, no momento em que o CEPE é ampliado para o conjunto dos trabalhadores do ensino e prepara um congresso extraordinário, campanha eleitoral para nova direção em setembro e ainda, no momento em que os trabalhadores vivem a pior crise econômica da nossa história¹⁸³.

A comissão provisória destacava que além de constituir-se para evitar o surgimento de entidades paralelas e a decomposição do sindicato, assumiu a entidade por um compromisso político no interior da organização da classe trabalhadora:

Temos um papel a cumprir, enquanto comissão provisória, no sentido de combatermos a política da “Nova República”, cujo objetivo é render-se ao FMI e ao pagamento da dívida externa¹⁸⁴.

O mesmo documento nos permite ter a dimensão da entidade naquele momento: 14.598 filiados, sendo que 7.527 filiados do estado descontaram a contribuição em folha de pagamento, no mês de março e, no município do Rio de Janeiro, 4.723.

Em abril, o movimento nacional, organizado na CPB, convocou a “Paralisação Nacional em Defesa da Escola Pública e Gratuita” cuja pauta reivindicava: reposição de perdas salariais, garantia de emprego; Plano Nacional de Carreira, piso salarial e concurso público; democracia nas escolas, fim da municipalização do ensino; defesa das entidades do magistério; não pagamento da dívida externa ; reforma agrária, “Fora Sarney” e “Diretas, Já”.

As assembleias que antecederam a decretação do estado de greve, em maio, prepararam o movimento , levando às comunidades escolares o debate em torno das características e objetivos da greve: se dentro ou fora das escolas, com assinatura ou não de ponto, reposição ou não das aulas.

Em carta aos trabalhadores do ensino, a direção do CEPE/RJ listava as atividades que deveriam ser buscadas pela categoria, dentre elas: discutir com os pais e as associações de moradores o significado da greve, realizar campanha de filiação e de finanças, discutir as reivindicações específicas da categoria, organizar atividades

¹⁸³ CEP/RJ. Por que assumimos o CEP/RJ? Rio de Janeiro, 1988.

¹⁸⁴ Idem, Ibidem.

culturais tais como teatros e palestras, produzir material para dar visibilidade à greve e ao seu conteúdo.

A inexistência de propostas de reajuste salarial em tentativas de negociação com o governo estadual levou a categoria a aprovar o estado de greve, no dia 21 de maio. Entretanto, a indiferença do governo frente à medida de advertência do movimento, os trabalhadores do ensino do Estado – professores e outras categorias reunidas desde o último congresso - deflagraram a Greve Geral no dia 11/06/88. Recorrendo à Carta Aberta à comunidade, o CEPE explicitava a situação econômica que levou à greve:

Os salários de todo o funcionalismo público estadual estão congelados desde março de 1987, sem definição de data e índice para os reajustes, que ficam á mercê do arbítrio do Sr. Governador. Essa situação de injustiça, resulta em salários de Cz\$ 6.498,97. A ilegalidade de um salário menor do que o mínimo é mascarada pela junção do salário-família, triênios e outros complementos, com os quais a remuneração bruta chega ao limite do salário mínimo igualmente para todos os funcionários com até 30 anos de serviço¹⁸⁵.

A greve, que seria a mais longa da história do CEPE, foi deflagrada como “Greve de Ocupação”, com o comparecimento dos trabalhadores às escolas nos horários previstos para discussão, encaminhamento e preparação de materiais referentes ao movimento. A caracterização da greve gerou, de imediato, confronto aberto do CEPE com Raphael de Almeida Magalhães que assumiu a Secretaria Estadual de Educação e Cultura, no primeiro dia da greve. O ex- Ministro da Previdência Social, que havia enfrentado greves de previdenciários de forma truculenta – ocasião em que não aceitou negociar com os grevistas e impôs punições aos que dela participaram – anunciou que tomaria as mesmas medidas com o CEPE: enviaria funcionários da secretaria estadual para fiscalizar o ponto dos funcionários, cortaria o pagamento dos salários. O secretário ameaçou grande parte das direções de escolas, recém eleitas pela comunidade, que não se submeteram às determinações de repressão ao movimento grevista.

Na primeira semana a greve atingiu cerca de 90% da rede estadual, tanto na capital quanto no interior. Contudo, como sói acontecer, os números da greve eram alvo de divergências entre a Secretaria de Educação e o CEPE. A primeira afirmava que o movimento teria “afetado 50% das 3.935 escolas da rede estadual”, enquanto no

¹⁸⁵ CEP/RJ. Os professores e demais trabalhadores do ensino do Estado estão em greve. Rio de Janeiro, junho de 1988.

balanço divulgado pelo CEPE a paralisação teria sido total nas escolas estaduais, “envolvendo 88.840 professores e mais funcionários de apoio, como serventes merendeiras e inspetores”¹⁸⁶.

Segundo o presidente do CEPE, Jailson Alves dos Santos,

Até o final da tarde, o CEP só tinha informação de que uma das 30 escolas de Nilópolis tinha furado o movimento. Jailson informou que a paralisação foi total nos principais municípios do Estado, como Barra do Pirai, Nova Friburgo, Araruama, Cabo Frio, São Pedro da Aldeia, Arraial do Cabo, Nova Iguaçu, Magé, São João de Meriti, São Gonçalo, Duque de Caxias e Nilópolis¹⁸⁷.

De fato, muitos materiais foram produzidos pelo movimento, como “Problemas da Educação Brasileira: o caso do Rio de Janeiro”, cujo objetivo era explicar as razões da greve através da análise da situação das verbas insuficientes no ensino público brasileiro e as especificidades do Rio de Janeiro: precariedade física das escolas, aumento do número de alunos por turma – por exemplo, de 35 para 48, no 2º grau - e a defasagem salarial da categoria. Ao mesmo tempo, O CEPE relatava os caminhos de negociação buscados antes do recurso à greve, através de uma comissão paritária que buscou durante 90 dias a resolução dos impasses causados pelo governo estadual e dava orientações sobre a greve de ocupação, ou seja, com a assinatura dos profissionais nas escolas.

O Conselho Estadual de Educação, diferentemente de sua atuação anterior, manifestou-se sobre a greve da rede estadual na forma de uma moção, solicitando ao governador que encaminhasse a negociação com o CEPE, com maior rapidez a fim de evitar que a greve se estendesse e que o calendário escolar sofresse prejuízos.

A repercussão da greve era evidente e a Secretaria de Educação reconheceria que cerca de cem mil trabalhadores da educação do estado do Rio de Janeiro estavam com as atividades suspensas.

A política salarial do governo, apresentada em junho, congelava as perdas salariais de 1987 e 1988, dividia a categoria entre o início e o final da carreira entre os ativos e aposentados, não contemplava as reivindicações dos funcionários, eliminava a data-base e não fixava um indexador de salários.

¹⁸⁶ ESTADO só negocia se greve acabar. *O Globo*. Rio de Janeiro. 14-06-1988.

¹⁸⁷ Idem, *Ibidem*.

Ao mesmo tempo, os trabalhadores da educação do município do Rio de Janeiro incorporaram-se ao movimento grevista. O documento *Desmascarando o parcelamento aos profissionais da educação do município /RJ*¹⁸⁸, mostrava que, de acordo com o que determinava a Lei do Reajuste Salarial do Funcionalismo Municipal (Lei 1016/87), o reajuste deveria se basear em dois princípios fundamentais: 1) reajuste semestral, com datas-base nos meses de março e setembro, tendo como índice 100% do IPC acumulado no semestre; 2) sempre que o IPC acumular 30% no trimestre, a prefeitura antecipará um abono de 25%, descontáveis no reajuste do semestre.

Entretanto, na proposta de reajuste aprovada pela Assembleia Legislativa, o governo vinculou os reajustes à receita do Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICM) e retirou o ajuste semestral, em franco descumprimento da legislação supracitada.

Em torno do cumprimento da legislação municipal, o CEPE passou a organizar as demandas do conjunto dos trabalhadores do município frente à perspectiva de agravamento da crise no poder público municipal. A principal reivindicação seria a implementação da Lei 1.016, além das reivindicações da categoria de trabalhadores da educação de cumprimento do plano de carreira conquistado com a greve de 1986: pagamento imediato do enquadramento por formação dos aposentados, gratificações e equiparações entre os níveis. Tal situação levou à formação do Comando Unitário dos Servidores, do qual faziam parte os professores, e ao início de um movimento que ganharia força ao longo do ano.

Por não terem recebido ainda a última parcela do aumento concedido em março, os servidores da Prefeitura do Rio de Janeiro decidiram deflagrar, ontem, greve por tempo indeterminado. Com essa decisão, sobe para 200 mil o número de professores em greve e para 1 milhão e 500 mil, os alunos sem aula. Líderes do movimento decidiram colocar a partir de hoje, piquetes na porta do Centro Administrativo, onde funcionam dez secretarias¹⁸⁹.

A prática dos piquetes foi amplamente utilizada pelo CEPE nas greves organizadas pelos servidores municipais.

¹⁸⁸ CEPE/RJ. *Desmascarando o parcelamento aos profissionais da educação do município /RJ*. Rio de Janeiro, agosto de 1988.

¹⁸⁹ SERVIDORES do Rio engrossam greve do magistério estadual. *O Fluminense*. Estado do Rio de Janeiro. 14-06-1988.

O CEPE, cumprindo papel de liderança do movimento, convocava a união do funcionalismo público municipal do Rio de Janeiro, frente à conjuntura, buscando a reversão do arrocho salarial provocado pela Nova República, através de uma luta por um indexador de salário e garantia das conquistas dos planos de carreira, bem como pela recuperação da data-base. No entanto, o movimento recuaria na expectativa de atendimento de parte das reivindicações pela prefeitura.

O mesmo não ocorreria na rede estadual. A intransigência do governador Moreira Franco levou o movimento à continuidade da greve, grandes atos públicos, inclusive de vigílias. As tentativas de atos no Palácio Guanabara foram, sem exceção, marcadas pela repressão da polícia militar.

Após o fracasso da primeira passeata em chegar ao Palácio Guanabara, o CEPE organizou nova passeata, no dia 23 de junho, a fim de cobrar uma audiência com o governo estadual. Porém, para conter cerca de 4 mil manifestantes, dentre os quais, professores, merendeiras, inspetores e serventes, além da apreensão dos carros de som da passeata,

uma verdadeira praça de guerra começou a ser montada, sob o comando do coronel PM Henrique, do 2º BPM, que com cerca de 400 homens de 16 forças de choque de diversos batalhões da PM, estrangulou todos os acessos que levam ao Palácio Guanabara¹⁹⁰.

A proibição do governo de concentrações e passeatas no Palácio Guanabara e a crescente repressão aos movimentos, da qual a última passeata tinha sido exemplo, trouxe para o centro das preocupações do CEPE a manutenção das manifestações com segurança aos manifestantes. Como estratégia para a demonstração do caráter pacífico desta nova passeata convocada, o movimento decidiu levar rosas.

A cena de professores cantando a música de Geraldo Vandré *Pra não dizer que não falei das flores* e oferecendo flores aos policiais perfilados, com cassetetes, escudos e bombas, ganhou as páginas dos jornais cariocas¹⁹¹.

A comissão de negociação do CEPE foi recebida pelo secretário estadual de educação e cultura, por intervenção de parlamentares¹⁹², porém o acordo realizado não foi, posteriormente, reconhecido pelo governador.

¹⁹⁰ 400 policiais para conter professores. *O Dia*. Rio de Janeiro, 24-06-1988.

¹⁹¹ Por exemplo a matéria: NEM com Flores. *O Dia*. Rio de Janeiro, 24-06-1988.

¹⁹² Godofredo Pinto (PSB), Luís Henrique Lima, Jandira Feghali (PCdoB), Carlos Minc, Fernando Lopes (PTB), Ernane Coelho (PT), Carlos Correa, Anthony Garotinho.

O movimento conseguiu transporte gratuito ao ato, a CONERJ¹⁹³ cedeu uma barca para o transporte de professores de Niterói e São Gonçalo e o Metrô permitiu a gratuidade do transporte dos professores ao local da assembleia. Contudo, barreiras policiais posicionadas no entorno do Palácio Guanabara, principalmente na Rua Pinheiro Machado, revistavam a população e exigiam a exibição da carteira profissional para identificar e proibir o acesso dos professores ao local da convocação.

Em frente ao Palácio Guanabara, outra tentativa de abertura de negociação, adquiriu notabilidade devido à repressão policial dispensada ao movimento:

No dia 7 de julho, quando os profissionais da educação, realizando uma passeata até o Palácio Guanabara e pretendendo que o governador recebesse uma comissão de negociação, foram impedidos por tropas de choque da Polícia Militar de chegar ao seu destino, sendo bárbara e covardemente agredidos com cassetetes e bombas, o que resultou em dezenas de feridos (alguns com gravidade) e repercussão que chegou a nível internacional¹⁹⁴.

O CEP denunciou os métodos repressivos do governo:

Na quinta-feira (7/7) o povo do Rio de Janeiro teve mais uma demonstração de quem é responsável pela violência: cassetetes, bombas de gás e de efeito moral contra nossa manifestação pacífica e mais de 40 feridos!¹⁹⁵

Aos 75 dias de greve, os professores participaram do Dia Nacional de Luta, contra a política econômica do governo Sarney e em defesa das estatais, da qual participaram ainda bancários, previdenciários, securitários, petroquímicos, comerciários, fazendários, telefônicos, enfermeiros, portuários, trabalhadores em consultoria, funcionários da Embratel, Eletrobrás, Fiocruz, IBGE, Dataprev, IAPAS, INPS, Pró-Memória¹⁹⁶.

Após a assembleia que deliberou a continuidade da greve os professores realizaram um ato no MEC, com a participação de estudantes secundaristas (AMES, UNE e UEE¹⁹⁷) e de lá seguiram em passeata até a Candelária, integrando as manifestações dos trabalhadores da estatais pelo pagamento das URPs congeladas,

¹⁹³ Companhia de Navegação do Estado do Rio de Janeiro.

¹⁹⁴ (PERETE e OLIVEIRA, 1989: 20).

¹⁹⁵ CEP/RJ. Moreira Franco demonstra como “acabar” com a violência. Rio de Janeiro. 1989.

¹⁹⁶ RIO em dia de muitas greves. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro. 25-08-1988.

¹⁹⁷ Associação Municipal dos Estudantes, União Nacional dos Estudantes e União Estadual dos Estudantes, respectivamente.

contra o pagamento da dívida externa, as demissões e contra as privatizações, anunciando a agenda neoliberal.

Segundo o jornal *Tribuna da Imprensa*,

A primeira manifestação dos trabalhadores e funcionários públicos, após a greve de 48 horas realizada em maio último contra o congelamento da URP, reuniu ontem, no Rio, mais de cinco mil pessoas que fizeram passeata pela Avenida Rio Branco, da Candelária até a Cinelândia, protestando contra a política econômica do governo do presidente Sarney¹⁹⁸.

Ao mesmo tempo, a rede privada de ensino e a rede pública municipal carioca discutiam a sua condição salarial, com paralisação de dois dias e a possibilidade de greve por tempo indeterminado.

Segundo o *Jornal do Brasil*,

A estratégia do governo estadual segue o conselho de Maquiavel aos príncipes pressionados por reivindicações dos súditos: tirar-lhes o que já tem, de forma que passarão a lutar pelo que perderam e esquecerão os problemas originais¹⁹⁹.

O governo estadual anunciou o corte de ponto da categoria para o dia 05 de setembro. A campanha do secretário de educação estadual, Raphael de Almeida Magalhães, pelo cumprimento do calendário previsto e validação do ano letivo ganhou espaço na imprensa e as suas declarações apelavam à afetividade, compromisso e colaboração dos docentes para não prejudicarem os alunos:

Repor as aulas é um dever da Secretaria e um dever de ofício dos professores, que com o vínculo afetivo que mantém com os alunos, não vão querer que a escola pública não cumpra a sua obrigação, que é a de cumprir o calendário oficial²⁰⁰.

Ao gasto publicitário do governo contra a greve, amplamente denunciado pelo CEPE, somaram-se medidas de contestação de diretoras e responsáveis de alunos através da criação da Associação de Pais e Alunos em Defesa da Escola Pública - contra os professores e demais funcionários, por exemplo, na criação de piquetes para impedir a assinatura do ponto pelos professores. A medida de substituição dos professores por

¹⁹⁸ PROTESTO contra arrocho leva cinco mil ao centro do Rio. *Tribuna da Imprensa*. Rio de Janeiro. 25-08-1988.

¹⁹⁹ PM e grevistas tomam a rua. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro. 01-09-1988.

²⁰⁰ GOVERNO quer cumprir o ano letivo. *O Dia*. Rio de Janeiro. 26-08-1988.

voluntários chegou a ser anunciada pelo subsecretário estadual de educação, Wilmar Garcia Barbosa, e estudantes chegaram a montar grupos de estudos em turmas de 2º grau, conforme noticiou o *Jornal do Brasil* em um dos últimos dias do movimento²⁰¹.

No dia 30 de agosto, a decisão de realizar nova vigília em frente ao Palácio das Laranjeiras mobilizou cerca de 700 grevistas, o apoio da UNE, da CUT, FAMERJ, MST, Grupo Tortura Nunca Mais, CPB e União dos Professores do Espírito Santo e Associação dos Professores de Minas Gerais. A polícia militar, armada com revólveres, cassetetes, escudos e capacetes, fechou as ruas de acesso ao Palácio Guanabara:

Seiscentos policiais militares ocuparam ontem as principais vias de acesso ao palácio laranjeiras, onde mora o governador Moreira Franco. Segundo o tenente-coronel PM Manoel Henrique de Amorim, estavam mobilizados 480 homens dos 2º, 6º, 10º, 13º, 15º e 16º Batalhões de Polícia Militar, além de 120 policiais militares femininas. Alguns soldados carregavam uma bolsa de lona cheia de bombas de gás lacrimogêneo e de efeito moral²⁰².

Os professores mantiveram a vigília, o presidente do CEPE, Jailson Alves do Nascimento, afirmou à imprensa que a mesma seria realizada no Largo do Machado até sexta-feira, já que a PM resolvera impedir a manifestação prevista para os portões do Palácio Laranjeiras²⁰³. A vigília havia sido organizada na forma de rodízio, dividindo assim os manifestantes por região do Estado em grupos para cada dia. Naquela noite, os manifestantes permaneceram acampados na rua, deitados em colchonetes, enquanto o governador Moreira Franco, em cadeia estadual de rádio e de televisão, paga pelo Estado, anunciava as medidas punitivas ao movimento. As medidas, tomadas na forma de decreto e de resolução, diziam respeito à contratação, em regime urgência, de docentes e funcionários, suspensão do pagamento e regularização do calendário escolar.

O decreto nº 11.785, assinado ontem pelo governador Moreira Franco, autoriza a Fundação de Apoio à Escola Pública (FAEP) a contratar, em regime de urgência, professores de disciplinas que integram o currículo da 3ª série do segundo grau e pessoal de apoio. Os contratos terão prazo de vigência determinado: da data de sua formalização até o término do ano letivo de 1988, de acordo com o calendário a ser elaborado pela secretaria estadual de educação. O decreto estabelece que aos novos contratados serão assegurados salários iguais aos dos demais servidores

²⁰¹ ALUNOS exigem fim da greve. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro. 30-08-1988.

²⁰² MOREIRA suspende salário de grevistas. *O Globo*. Rio de Janeiro. 31-08-1988.

²⁰³ ESTADO corta o ponto dos professores. *O Dia*. Rio de Janeiro. 31-08-1988.

contratados pelo regime celetista em exercício nas escolas oficiais do Estado²⁰⁴.

A esta medida estavam associadas a suspensão de salário e direitos, como licença-prêmio dos grevistas, afastamento de diretores eleitos que permitissem a continuidade da greve de ocupação com a assinatura de ponto e a criação de uma comissão para o acompanhamento da implantação das punições.

No domingo, sob barracas de acampamento, os professores realizaram atividades lúdicas com crianças do bairro, e com seus filhos que os acompanhavam. Alguns jornais cariocas ao realizarem a cobertura de determinadas atividades ocorridas durante a vigília de seis dias as trataram como atividade de lazer.²⁰⁵

No 87º dia de greve, após a vigília que durou seis dias no Largo do Machado, os trabalhadores da rede estadual de ensino decidiram continuar a greve, em assembleia realizada no local, que contou com mais de 2.500 participantes. Segundo o Jornal do Brasil,

O comando de greve anunciou a elaboração de mandados de segurança contra a contratação de novos professores, conforme anunciou o governador Moreira Franco na semana passada, e contra a exoneração dos diretores das escolas Ferreira Viana, na Tijuca, e João Alfredo, em Vila Isabel. Os professores agradeceram aos moradores de Laranjeiras pelo apoio e solidariedade que prestaram durante os seis dias em que estiveram acampados no meio da Rua das Laranjeiras²⁰⁶.

A fim de pressionar pelo recebimento de uma comissão de negociação do CEPE pelo governador, a assembleia organizou mais uma passeata ao Palácio Guanabara. Segundo a diretora do CEPE, Florinda Lombardi, o Conselho Deliberativo do CEPE avaliava que "o movimento ainda está forte e deve prosseguir, até a abertura de negociações e o fim das punições"²⁰⁷.

A passeata seguiu do Largo do Machado, atrás de um cordão de isolamento realizado por policiais femininas, até a Praça São Salvador, a 200 metros do Palácio Guanabara, obstruída pela polícia de choque. A audiência com o governador não foi concedida e o movimento retornou à vigília, no Largo do Machado, para encontro com o Comando de Greve. Ao passarem pela Rua Martins Ribeiro, os grevistas foram saudados pelos moradores com palmas e papéis picados jogados das janelas.

²⁰⁴ Idem, Ibidem.

²⁰⁵ VIGÍLIA de professor vira lazer no Rio. *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro. 05-09-1988.

²⁰⁶ GREVE dos professores continua. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro. 06-09-1988.

²⁰⁷ PASSEATA ao Palácio e retorno à vigília. *O Dia*. Rio de Janeiro. 06-09-1988.

Os professores municipais do Rio de Janeiro faziam uma paralisação de advertência no dia 05 de setembro pela exigência do cumprimento da Lei 1.016. Entretanto a maior apreensão da categoria seria a incerteza quanto ao pagamento do mês de setembro do funcionalismo municipal, devido a dívida contraída pela Prefeitura.

A postura pró-governo, quase unânime, da imprensa era alvo de críticas do CEPE, nas assembleias, atos e cartas à população.

Não obstante, o jornalista Janio de Freitas, publicou na Folha de São Paulo, em 31 de agosto, a crônica “Democracia em greve”, na contramão da mídia carioca, com uma avaliação sobre a amplitude e persistência do movimento:

Os professores da rede estadual do Rio de Janeiro estão em greve há 81 dias. Tal duração basta, por si, para atestar a justiça básica das reivindicações, pelo fato definitivo de que não há greve capaz de durar tanto – quase três meses- se motivada por reivindicações despropositadas. Por maior que seja a disposição inicial, pretensões inapropriadas levam sempre, diante das contrapropostas, a cisões que esvaziam a greve. No caso dos professores fluminenses, note-se ainda que o movimento é integrado igualmente por esquerda, centro e direita, simpatizantes de todos os partidos e de nenhum, gente em todos os níveis de vencimentos²⁰⁸.

Ademais, Freitas destacava a reação policial do governo Moreira Franco ao movimento:

Transformou o palácio do governo em “bunker”, negando-se a receber uma comissão de professores, e mandou a polícia cercar os grevistas em passeatas e cair sobre eles com bombas, porretes, coronhas de fuzis e metralhadoras. Por três vezes repetiu esta exibição de sua índole²⁰⁹.

Além de acusar a imprensa carioca de ter em Moreira Franco uma espécie de redator-chefe dos assuntos fluminenses, o jornalista destacou a inversão do noticiário que sobrepôs às notícias de greve, aquelas de substituição de docentes e de criação da Associação de Pais e Alunos contra o movimento.

Na data limite imposta pelo governador para o retorno das aulas ou a decretação de inviabilização do ano letivo os professores saíram da greve.

²⁰⁸ FREITAS, Janio de. A Democracia em Greve. *Folha de São Paulo*. São Paulo. 31-08-1988.

²⁰⁹ Idem, *Ibidem*.

No dia nove de setembro, a greve de professoras e funcionários foi suspensa em assembléia realizada no Sambódromo (Rio de Janeiro). A greve foi suspensa sem haver consenso e unanimidade, chegando a votação ser repetida por duas vezes. Segundo alguns diretores da atual gestão, após sustentar 89 dias de greve, não era fácil para a categoria aceitar a saída da mesma sem conseguir conquistar o indexador de salários²¹⁰.

Segundo a autora, as conquistas da greve pela categoria foram de caráter mais geral, tais como:

reforma das escolas; atualização do Estatuto do Magistério; exame das políticas pedagógicas do 1.º e 2.º Graus, além do Supletivo; revisão da legislação sobre a eleição de diretores de escolas; efetivação dos professores celetistas; concessão de licença sindical e o exame das situações concretas decorrentes da paralisação²¹¹.

Nesse contexto conturbado ocorreu a eleição para a direção do CEPE. Os dois candidatos a presidente pertenciam à Comissão Provisória. Márcio Pinheiro concorreu a presidente, na chapa 1, em uma composição de militantes do PT e PDT, enquanto Florinda Lombardi, tesoureira provisória, militante do PT e dirigente do núcleo de Caxias, liderou a chapa 2. Esta última foi a chapa vencedora²¹².

²¹⁰SILVEIRA (2002, p. 118).

²¹¹ Idem, *Ibidem*.

²¹² **Chapa 2 – “O Cepe é para lutar e vencer – unidade da CUT”** Presidente: Florinda Moreira Lombardi; Vice-presidente Metropolitano: Alcebíades S. T. Filho; Secretário Geral: Maria de Fátima Pacheco; Vice-Regional V: Carlos Alberto S. Costa; Vice-Regional II: Fátima A. Covas; Vice-Regional III: Interior: Maria José Bruno Marins; Vice-Regional IX: Interior: Elder S. Medeiros; Secretário de Apoio: Benedito Dimas de Oliveira; Secretário de Inativos: Dayse Calazans Soares; Secretário do Magistério: Emílio P. Araújo; Departamento Jurídico: Marcionila Ramirez de Oliveira; Departamento Imprensa e Divulgação: Edmar de Paula da Silva; Departamento Formação Sindical: Lana Magdínier da Costa; Departamento Relações Intersindicais: José Dutra Viana; Departamento Cultura-Educacionais: Rosa Maria Silva de Souza; Departamento Inativos e Pensionistas: Marilda J. Henriques; Departamento de Patrimônio: Carlos Pedro Correa da Silva; Tesouraria Geral: Jussara Ferreira Nunes dos Reis; 1º Tesoureiro: Paulo M. Lopes; Vice-Presidente Capital I: Adi da Cunha Abreu; Vice-Presidente Capital IV: Cremilda Teixeira Moreira; Vice-Presidente Capital III: Cemy Vargas Fraga; Vice-Presidente Capital VI: Rita de Cássia Mainenti; Vice-Presidente Capital VII: Edson José de Souza; Vice-Presidente Capital XII: Tânia Maria Dorneles Hauser; Vice-Presidente Capital II: Maria Sônia de Melo; Vice-Presidente Capital IV: Luís Américo Figueiredo; Vice-Presidente Capital V: Raimundo Ramos Correa Filho; Vice-Presidente Capital VI: Dayse Oliveira Gomes; Vice-Presidente Capital VII: Luís Carlos Manhães de Carvalho; Vice-Presidente Capital VIII: Arlene Carvalho Gomes; Vice-Presidente Capital X: Carlos Emílio Viegas; Vice-Presidente Capital XI: Luís Otávio Neves Matos, Vice-Presidente Capital I: Ana Clara Santiago de Freitas; Vice-Presidente Capital XIII: Sônia Barroso Barnabé; Vice-Presidente Capital XIV: Carlos Hiroo Saito; Vice-Presidente Capital XV: Sibila do Amaral Oliveira; Suplentes: Regina Cláudia O.M. Cardoso; Fernando Cavalcanti; Albano L. F. Teixeira e Antônio dos Santos.

Com o fim da greve, o calendário escolar assumiu a centralidade dos embates entre o movimento dos trabalhadores da educação e o governo, na figura da secretaria de educação.

Em Diário Oficial foi publicada a resolução que determinava o cumprimento dos 180 dias letivos e das 720 horas de aula, assim como a desvinculação entre o ano civil e o ano letivo. O cumprimento desta resolução estenderia as aulas até janeiro de 1989.

No dia 16/09/1988, o *Jornal dos Sports* divulgava uma alternativa buscada pelo governo, em claro esforço de substituição do trabalho presencial do professor e demais trabalhadores da educação:

A secretaria municipal de educação poderá lançar mão da TV educativa e da Rádio Roquete Pinto para reforçar as aulas dos estudantes da 3ª série do 2º grau das escolas de sua rede, os quais estão prejudicados com a greve geral do magistério público²¹³.

Para a análise da especificidade das greves do setor da educação, sem dúvida, o debate em torno da reposição ou não de aulas é um importante aspecto, uma vez que revela o caráter de um setor prestador de serviços, portanto de relevante vínculo com a comunidade, marcadamente um trabalho imaterial.

Em documento para o debate interno à categoria, a direção chamava a atenção para o significado da reposição dos dias paralisados para o cumprimento dos 180 dias letivos previstos na legislação:

No momento em que todas as categorias não repõem os dias parados, fica o professor estigmatizado pelo discurso do “atendimento à criança carente”. Temos que nos livrar desses grilhões colocados em braços errados. Cabe ao executivo, e exclusivamente a ele, o cumprimento dessa lei.

Escolas sem condições físicas de funcionamento, com falta de professores, com alunos em casa aguardando aulas; sem material didático adequado, sem distribuição, por parte do Estado, do material escolar; sem curso de reciclagem/atualização para o corpo docente; sem remuneração digna para o profissional de Educação; salas de aula superlotadas, abandono dos CIEPs, tudo isso já é um saldo negativo para a comunidade. E quem é o responsável por esta situação? A política implementada pelos governos do Estado e do Município, que

²¹³ CONSELHO pensa em repor aulas usando TV e Rádio. *Jornal dos Sports*. Rio de Janeiro. 16-09-1988.

não vêm priorizando a Educação²¹⁴.

Nas negociações entre o CEPE e o governo estabeleceu-se a criação e funcionamento de uma comissão paritária para deliberar sobre o calendário escolar de 1988, pós-greve.

O "Documento Preliminar de Estudos sobre a Não-Reposição"²¹⁵ analisou a lei vigente do ensino, nº 5.692/1971, e trouxe à tona as contradições da rede oficial quanto ao cumprimento da carga horária mínima.

O trabalho da comissão do SEPE comprovou o não cumprimento por parte do Estado da carga horária prevista²¹⁶ através da precariedade das condições de funcionamento de toda a rede, como nos casos de escolas cujo início do ano letivo ocorreram fora do calendário previsto por causa de obras; de inauguração de escolas sem a infra-estrutura mínima necessária ao seu imediato funcionamento; de escolas que funcionaram como alojamento aos desabrigados de chuvas; de falta de professores em diferentes disciplinas por todo o ano ou parte dele; de adaptação curricular de alunos transferidos; de contagem de atividades extra-classe quando da conveniência da secretaria estadual de educação²¹⁷.

Dessa forma, a comissão do CEPE avaliou que os representantes do Estado tensionavam a discussão para uma única solução, a de reposição dos dias não trabalhados, através do argumento legal de dias mínimos de aulas. O que de fato estava claro era a prática de culpabilização e retaliação ao movimento por parte do governo e, ao mesmo tempo, uma tentativa de mostrar à população que restabelecera o controle da situação e que garantiria o direito à educação, ainda que a qualidade da mesma não fosse objeto de discussão.

Assim, a categoria decidiu pela não reposição de aulas, por considerar:

- que a legislação, conforme analisado, não faz opção pela quantidade, mas pela qualidade efetiva do trabalho escolar, no momento que valoriza o saber do aluno

²¹⁴ CEPE. Documento para discussão: reposição ou não de aulas? Rio de Janeiro. S/d.

²¹⁵ CEPE. Documento Preliminar de Estudos sobre a Não-Reposição: Subsídios para a comissão pedagógica do CEPE participante da comissão paritária. Rio de Janeiro. Setembro de 1988.

²¹⁶ A comissão realizadora do estudo ressaltou que, em certos casos, as escolas oficiais de 1º grau não cumpriam a legislação, mesmo sem ocorrer qualquer excepcionalidade, como era o caso das escolas cujo funcionamento era de 3h e 30 min. diárias, ou seja, tal carga horária multiplicada por 180 dias letivos, resultaria em carga horária de 630 h, quando o previsto era de 720 h. Já no que tange o 2º grau, a carga horária trabalhada anualmente pela rede estadual excedia a prevista. A análise do Capítulo III da Lei 5692/71 (do Ensino de 2º grau) traria novos argumentos aos representantes do CEPE na Comissão Paritária.

²¹⁷ Idem, Ibidem.

acima de sua frequência;

- que a legislação, ao abrir referenciais diversos, permite que se faça a adequação da proposta escolar às necessidades e objetivos da população para a qual se volta;

-que nem sempre a legislação vem sendo cumprida, em função das condições em que a rede pública atua (...);

- que a escola deve rever, com autonomia, os objetivos e conteúdos previamente fixados, replanejando o programa em função de sua clientela, de modo a propor novas metodologias de trabalho²¹⁸.

As propostas de radicalização nas formas de luta, tais como a vigília permanente e a greve de fome, com acompanhamento médico, foram defendidas e aprovadas na reunião do Conselho Deliberativo de 30 de agosto de 1988²¹⁹.

Em 01-09-88, no município de Macaé, interior do estado, cinco professores entrariam em greve de fome, Ivânia Ribeiro, Helena Cabral, Sandra Waytt, Pedro Paulo Mussi e Leonildo Ramos, conforme noticiado pelo jornal Tribuna da Imprensa²²⁰.

O movimento foi suspenso após avaliação do comando de greve e dos professores. A integrante do comando Rita de Fátima Barreto afirmou à imprensa que dois professores apresentaram variação de pressão e “como a greve de fome não é pela morte, pois o salário já é de morte, a alternativa foi a suspensão”²²¹.

O desfecho em torno da reposição de aulas duraria, entretanto, até o final do ano seguinte, quando a Associação de Pais e/ou Responsáveis de Alunos do Estado do Rio de Janeiro (APERJ) entraria com um pedido de medida cautelar no poder judiciário da capital, contra o CEP e o Estado do Rio de Janeiro.

A Juíza Leila Maria Ribeiro Mariano não concedeu a liminar solicitada para que os professores cumprissem os 180 dias letivos previstos, conforme explícito abaixo:.

Pela MM. Dra. Juíza foi dito que deixava de conceder a liminar porquanto não tinha meios para fazê-la objetivamente se concretizar. Que não bastaria uma simples decisão para que o professorado, convencido de seus objetivos, voltasse a sala de aula; que igualmente entende que não atingiria o objetivo da Associação

²¹⁸ Idem, Ibidem, p.3.

²¹⁹ CEPE. Ata do Conselho Deliberativo. Rio de Janeiro, 30-08-1988.

²²⁰ VIGÍLIA de Professor vira lazer no Rio. *Tribuna da Imprensa*. Rio de Janeiro, 05-09-1988. A matéria tratava com ironia a realização de uma “farta feijoada” na vigília realizada na Rua das Laranjeiras e o início de greve de fome, em outro município.

²²¹ Idem, Ibidem.

autora a condenação do Estado ou do Centro Estadual dos Profissionais da Educação a multa cominatória. Que pelos depoimentos prestados em audiência verificava-se que o objetivo tanto da autora quanto dos réus é o mesmo, qual seja que se propicie aos alunos um ensino público quantitativo e qualitativamente adequado²²².

A decisão estava baseada na Resolução nº 1469, de 08 de dezembro de 1988, da secretaria estadual de educação, que delegava ao corpo docente e às equipes técnicas das escolas a reorganização do calendário escolar de acordo com as suas peculiaridades, sem determinar o cumprimento dos 180 dias letivos e também no depoimento da presidente do CEPE, professora Florinda Lombardi. No referido depoimento, Florinda afirmou que o CEPE considerava os 180 dias fixados em lei muito aquém da carga horária necessária à formação do aluno, tanto no aspecto intelectual, quanto social. Contudo, a posição dos professores era de não reposição das aulas e que não foi apenas o aspecto econômico que levou a categoria à greve, mas a luta pela qualidade do ensino. Assim, encontramos nos autos do processo, as reivindicações do CEPE ao Estado, consideradas essenciais à melhoria na qualidade de ensino e razões para a greve:

1- material de trabalho, desde papel, giz e material áudio-visual hoje restrito a algumas unidades, não havendo sequer na maioria das escolas retro-projetor, rádio ou aparelho para projeção de slides (sic); 2- falta de material de limpeza que vai desde papel higiênico até a obstrução de banheiros nas escolas; 3- falta de profissionais de educação quer professores quer profissionais de apoio, aient, digo, aí entendido, merendeiras, inspetores; 4- por falta de condições de uso paralisação de cerca de 530 escolas no Estado; 5- atualização profissional através de seminários, cursos e possibilidades de participação em projetos já que hoje a simples autorização é dificultada; 6 – participação da comunidades nas escolas, que hoje é feito precariamente²²³.

Imediatamente após o fim da greve na rede estadual, o funcionalismo público do município do Rio de Janeiro retomou a greve.

Esta greve teve os profissionais da área da educação e da saúde como vanguarda na organização das demais categorias do funcionalismo público municipal do Rio de

²²² AUDIÊNCIA de instrução e julgamento. Comarca da Capital. Juízo de Direito da 8ª Vara da Fazenda Pública. Medida cautelar, processo nº 2.360. Rio de Janeiro, 12 de dezembro de 1988.

²²³ Idem, Ibidem.

Janeiro. Os professores e demais trabalhadores da educação municipais entraram em greve no dia 21-09-1988.

O primeiro prefeito eleito no Rio de Janeiro apresentou um projeto eleitoral que o travestia de representante das forças populares e de esquerda, em oposição às forças de direita, que tinha no deputado Rubem Medina, do partido da Frente Liberal (PFL), o seu candidato²²⁴. O discurso de prioridade educacional e a promulgação da Lei 1.016 que representava um “gatilho salarial” aos servidores não se sustentaram, na prática. Ao discurso inicial, frente à crise da administração pública municipal, o prefeito amalgamou as diretrizes liberais, mais especificamente, aquelas que seriam conhecidas como neoliberais, na década seguinte.

No dia 15 de setembro de 1988, Saturnino Braga anunciou, em cadeia de TV, a falência da prefeitura do Rio de Janeiro, ao que esperava chamar a atenção da Câmara Municipal e do governo federal para as dificuldades de governar a prefeitura desde a crise com o PDT²²⁵.

A suspensão do pagamento dos servidores municipais levou cerca de três mil servidores às ruas, em passeata no centro do Rio de Janeiro. Várias categorias em estado de greve como os professores, o setor da saúde e da Comissão Nacional de Energia participaram da assembleia que deliberou por greve por tempo indeterminado.

Segundo o jornal *O Fluminense*:

A manifestação contou com a presença maciça dos professores municipais, do CEPE, Sindicato dos Médicos, Associação dos servidores, do Hospital Souza Aguiar, e entre todos, cerca de 17 secretarias estavam representadas na passeata²²⁶

A ampla adesão das bases não teria como único fator o convencimento da legitimidade das reivindicações, mas, como podemos ver abaixo, a condição objetiva dos trabalhadores:

²²⁴ COUTO, André; GALVÃO, Claudia; DANTAS, André. Verbete: Francisco Saturnino Braga. In: ABREU, Alzira Alves de et AL (coords.). Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro Pós-1930. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/> Acesso em 05/04/2011.

²²⁵ Em julho, Saturnino desfilia-se do PDT por divergência com a bancada dos vereadores do PDT da Câmara Municipal. Para o prefeito, a crise financeira pela qual o município passava deveria ser combatida com reformas na administração, com o aumento dos impostos municipais e cortes nos gastos públicos, bem como pela aproximação do empresariado. Dessa forma, anunciava com certa antecipação a tônica do discurso neoliberal que predominaria na década seguinte. Ao final de seu mandato, em setembro de 1988, Saturnino retornou ao PSB, após tentativa fracassada de aproximação do Partido dos Trabalhadores. Durante a sua administração rede municipal tinha cerca de 1000 escolas, além das creches e municipalizou 55 cieps.

²²⁶ PASSEATA reúne 3 mil servidores. *O Fluminense*. Estado do Rio de Janeiro. 21-09-1988.

Uma primeira avaliação do CEPE, realizada pela manhã, apontava sucesso no movimento, que já vinha sendo articulado antes mesmo de anúncio de da crise na Prefeitura. Na zona oeste segundo uma secretária da entidade, a paralisação foi de 100%. Conforme os comentários do pessoal da liderança do movimento muitos professores não estão indo trabalhar não somente pela greve, mas porque estão sem dinheiro para pagar suas passagens²²⁷.

Em seguida, a matéria do *Jornal dos Sports* destaca a ação dos professores nos piquetes:

Nos setores da Secretaria Municipal de Educação, no entanto, os organizadores do movimento agiram com uma certa violência para impedir que os servidores que desejavam trabalhar tivessem acesso às suas salas (...) o comando da greve fez um cordão de isolamento na entrada e vaiava e agredia os que tentavam furar o bloqueio²²⁸.

No dia 28 de setembro, os servidores municipais fizeram um grande ato que cercou o Palácio da Cidade. No mesmo dia, o presidente José Sarney decidiu não receber o Conselho de Emergência do município do Rio de Janeiro, criado para buscar soluções ao colapso do município.

Os servidores decidiram, então, em assembleia realizada no Clube Municipal, encaminhar o pedido de auditoria à Câmara Municipal e ao Tribunal de Contas para analisar a falência decretada pelo prefeito.

A greve geral dos servidores municipais da cidade do Rio de Janeiro, durante a decretação da falência da prefeitura, iniciada em 1988, só foi finalizada em março de 1989. Ou seja, o funcionalismo permaneceu em greve por quase sete meses (de 21 de setembro de 1988 a 1º de março de 1989), período dramático para a população do município do Rio de Janeiro e, principalmente, para os servidores municipais.

Certamente um momento de grande tensão para o movimento foi a aproximação do final do período letivo e a preocupação com o esvaziamento da greve²²⁹. Contudo, mesmo com a prefeitura decretando férias no mês de janeiro, o CEPE decidiu colocar faixas nas escolas com o seguinte conteúdo: “Não estamos de férias, estamos em greve”!²³⁰

²²⁷ ESCOLAS municipais param. È a crise financeira. *Jornal dos Sports*. Rio de Janeiro. 22-09-1988.

²²⁸ Idem, *Ibidem*.

²²⁹ Como fica claro na avaliação de militantes na Ata da Assembleia do SEPE do dia 21 de dezembro de 1988. SEPE. Ata de Assembleia. Rio de Janeiro. 21-12-1988.

²³⁰ SEPE. Ata da Assembleia do SEPE. Rio de Janeiro, 04-01-1988.

Em assembleia, foram aprovadas como atividades dos 100 dias de greve, dentre outras, um *panelaço* e a organização de uma *feira da miséria* ou *enterro dos governantes*. Da mesma forma, ficou deliberado que os 180 dias letivos não seriam cumpridos pela rede e o encaminhamento pedagógico para a questão seria a promoção automática.

Ao final de 1988, o funcionalismo havia recebido apenas 11 salários e a mobilização se prolongou até que questões específicas da educação como a aprovação automática, e questões gerais como o pagamento dos atrasados e a lei salarial de reajuste do funcionalismo, a Lei 1.016, fossem negociadas entre o comando unificado de greve e o poder público municipal.

Em meio à greve, com a promulgação da Constituição Federal de 1988, que garantiu ao funcionalismo público o direito a sindicalização, o CEPE tornou-se, o Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação (SEPE), conforme deliberação da assembleia de 12 de dezembro de 1988²³¹. A transformação da entidade em sindicato era tema de debate antes da possibilidade conquistada na Constituição e ocorreu sem polarizações entre sindicalizar-se ou não, pois a categoria deu passos importantes na construção de sua identidade enquanto classe trabalhadora, ao longo da década de 1980.

As polêmicas em torno da sindicalização não ocorreram internamente, porém os problemas surgiram na medida em que outras entidades buscaram o reconhecimento como sindicato da categoria com vista a obter o repasse da contribuição sindical obrigatória. A União dos Professores Primários do Estado (UPPE) apresentou ao governo a solicitação de registro de sindicato estadual e o SINPRO do Rio de Janeiro decidiu incorporar à sua base os professores do município do Rio e os professores do estado lotados na capital. Segundo o SEPE,

No dia 17 de fevereiro, o Sindicato dos Professores do Rio de Janeiro, publicou nota nos jornais, exigindo que, em março, o governo do Estado e a Prefeitura, descontem de todos os professores, um dia de trabalho referente ao imposto sindical obrigatório²³².

Enquanto tais sindicatos buscavam o imposto sindical obrigatório fruto da legislação varguista, o SEPE havia decidido pela devolução do mesmo aos filiados, assim que descontado.

²³¹ Tal decisão seria referendada no IV Congresso, no ano seguinte.

²³² Boletim do SEPE, fevereiro de 1989, p. 5.

Em janeiro de 1989, as assembleias do sindicato, que contaram com o apoio dos pais de alunos ao movimento, deliberaram pela exigência do pagamento pela prefeitura das multas de contas atrasadas dos servidores e de transporte gratuito, pelo questionamento quanto às autarquias que receberam o pagamento de dezembro, pela denúncia da ameaça de demissão dos diretores que colaboraram com o movimento e pela exigência da eleição direta para tais cargos. Ao mesmo tempo iniciava-se a preparação, por parte do SEPE, de um núcleo pró-greve geral através da convocação de sindicatos, associações de moradores, partidos políticos a fim de organizar atos públicos e um fundo de greve.

Com a possibilidade da revogação da Lei 1.016, o movimento decidiu por uma vigília na Câmara, não sem antes debater a proposta original do movimento unificado de vigília de 24 h e fechamento da Avenida Rio Branco. As avaliações em torno da força do movimento para tais atos mostraram que o movimento contava com um número menor de adesões, nas atividades mais radicalizadas.

O IV Congresso Ordinário do SEPE, Congresso Chico Mendes, foi adiado por causa da greve do funcionalismo municipal. Sobre a pauta – Políticas Nacional, Educacional e Sindical, Reforma do Estatuto e do Regimento Financeiro e Plano de Lutas - o movimento mantinha grandes expectativas, principalmente no que dizia respeito ao enfrentamento ao Governo Sarney. A preparação do congresso continuou a ser realizada na base, através da inscrição e debate de teses, mas também da organização da Greve Geral de 14 e 15 de março, convocada pela CUT e CGT, contra o Plano Verão²³³. Sobre o Plano Verão, o sindicato avaliava que:

O governo Sarney baixou o “Plano Verão” na tentativa de ganhar fôlego e estabelecer medidas que unifiquem as elites, preparando-as para os embates previstos para os próximos meses.

Depois de patrocinar a divulgação do plano, uma alta de desenfreada de preços, o governo, no dia 15 de janeiro, congelou os salários pela média dos doze meses de 1988. os preços dos produtos, que mesmo após a decretação do plano ainda continuam subindo, foram congelados nos valores praticados na data do congelamento.

²³³ Conforme o Boletim do SEPE, fevereiro de 1989.

Para o SEPE, o novo plano de estabilização do governo Sarney era mais um plano de arrocho salarial, de profundos prejuízos aos trabalhadores e beneficiamento do setor financeiro do capital, a fim de realizar o pagamento dos juros da dívida externa. Contrários a qualquer tentativa de pacto social com o governo e o empresariado a greve geral era vista, pelo SEPE, como importante momento de unificação dos trabalhadores, bem como a possibilidade de apresentar à sociedade uma proposta classista de solução à crise econômica²³⁴.

Ao mesmo tempo, no XXII Congresso da CPB, realizado em janeiro de 1989, em Campinas, o Plano de Lutas do movimento apontava além da Greve Geral dos Trabalhadores, para uma Greve Geral dos Trabalhadores do Ensino, através da Campanha Nacional Unificada (CNU), a ser deflagrada em abril de 1989. Nesse congresso, houve a ampliação da base para todos os profissionais da educação e a entidade passou a ser a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação (CNTE)²³⁵.

Como eixo da Greve Geral havia as seguintes resoluções: 1) Fora Sarney; 2) Contra o pagamento da dívida externa; 3) Contra a política econômica subordinada ao FMI; 4) Contra a intervenção dos militares na vida política do país; 5) Em defesa da reforma agrária anti-latifundiária, sob o controle dos trabalhadores. E como eixo da Greve nacional, específica dos trabalhadores da educação: 1) Piso salarial unificado a nível nacional – 1 salário mínimo, de acordo com o DIEESE, para a jornada máxima de 20 horas semanais; 2) Reajustes mensais de acordo com a inflação, 3) Reposição das perdas; 4) Unificação das datas-base (1º de maio); 5) Paridade para os inativos.

As greves no setor da educação ocorreram em todo o país, como em São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Distrito Federal. Nesse sentido, as lutas nos diversos setores foram compreendidas como um fenômeno nacional que deveria adquirir um caráter organizativo nacional, unificando a pauta do movimento, principalmente em torno da construção de um piso salarial unificado e da qualidade da escola pública no país.

As características das greves ocorridas no Rio Janeiro também seriam percebidas nos demais estados:

Nos últimos anos, face à intransigência dos governos municipais, nós profissionais

²³⁴ Boletim do SEPE, fevereiro de 1989, p.2.

²³⁵ Boletim do SEPE, fevereiro de 1989, p.3.

de educação, temos sido obrigados a fazer sucessivas greves, muitas delas bastante longas. Os resultados destas greves têm sido muito limitados, quando não o foram negativos. O exemplo disso foi a última greve realizada no Rio de Janeiro pelos profissionais da rede estadual. Mas este não foi o único exemplo. O ano de 1988 foi marcado por greves longas na educação em vários estados do Brasil que além da intransigência contou também com a repressão policial.

Todo este processo de greves mostrou que a situação dos profissionais de educação em todo o país é semelhante; o descaso com a escola pública é uma prática em todos os Estados e que a política de privatização imposta pelo FMI ao governo Sarney tem sido seguida também pelos governos estaduais. Portanto, a luta contra toda esta situação tem que se dar de forma unificada²³⁶.

A mudança na prefeitura do Rio, com a eleição de Marcelo Alencar, não significou uma alteração da situação dos servidores públicos no Rio de Janeiro,

Se no início da greve a grande dificuldade do movimento era a de discutir com um prefeito omissivo e impotente em apresentar uma proposta, pelo menos discutível; neste momento, a grande dificuldade está em superar a política de falsidade desenvolvida pelo atual prefeito, que usa dos meios de comunicação para jogar a população contra os servidores, dizendo que está atendendo a principal reivindicação da categoria- o cumprimento da lei 1016²³⁷.

A questão da extensão da greve era vista pelo movimento como negativa:

As últimas greves dos servidores públicos no Brasil tem sido longas e, por isso, bastante desgastantes. Temos que buscar um caminho para resolver isto, que é um grave problema para o movimento sindical²³⁸.

No que diz respeito à terminalidade do ano letivo de 1988, os professores do município do Rio de Janeiro decidiram adotar a proposta de promoção automática de todos os alunos. Nesse contexto, questionaram a estrutura pedagógica existente, apontando para a necessidade urgente de uma profunda reformulação do ensino, na ocasião da construção da nova LDB, afirmando que “ela tem que ser fruto das

²³⁶ Idem, Ibidem, p. 3.

²³⁷ Idem, Ibidem, p. 4.

²³⁸ Idem, Ibidem, p. 4.

experiências que o movimento tem proporcionado e não de uma teorização formulada nos gabinetes”²³⁹.

Tal encaminhamento, o da promoção automática no ano de 1988, abriu um importante debate no interior do movimento, reunido em assembleia: o da estrutura organizativa seriada do trabalho pedagógico. Nesse sentido, mais que resolver uma determinação legal, a categoria questionou o modelo seriado corrente, avaliando os seus pilares e votando pela aprovação automática com reformulação curricular²⁴⁰.

A secretária de educação, Fátima Cunha, apelou ao Conselho Estadual de Educação, solicitando parecer quanto à decisão de aprovação automática no ano de 1988, tomada pela categoria. Da mesma forma, o governo municipal se empenhou em realizar ampla campanha na mídia tratando a aprovação automática como uma proposta inconseqüente²⁴¹.

Os impasses em torno da Lei 1.016 se estenderiam, o novo prefeito buscava formas de cumprir parcialmente a lei, pagando apenas o valor referente ao mês de janeiro de 1989, ainda que isso significasse o pagamento abaixo do salário mínimo a determinadas categorias do funcionalismo municipal. Frente ao insucesso dessa tática, surgiram, no início do segundo mês da prefeitura de Marcello Alencar ameaças de corte de ponto do mês de fevereiro ao movimento:

Segundo o prefeito, com o pagamento do salário atrasado de dezembro, do 13º, do salário de janeiro e com o cumprimento da lei de 1016 que concede reajuste de 69,42% - pagamentos que começaram a ser efetuados na semana passada – a greve dos servidores que já dura mais de 130 dias, não tem mais sentido²⁴².

Não faltaram problemas aos servidores para o recebimento dos salários atrasados há dois meses. As condições aviltantes de pagamento dos salários atrasados dos servidores podiam ser percebidas nas imensas filas das agências do BANERJ. Servidores faziam filas, desde o dia anterior àquele anunciado para o início do pagamento. Mais uma vez, os trabalhadores em situação de extrema privação seriam contidos pela polícia.

O mesmo tumulto registrado na sexta-feira, quando começou o pagamento dos servidores municipais, atrasado há 2 meses, repetiu-se ontem, no BANERJ de

²³⁹ Idem, Ibidem, p. 4.

²⁴⁰ SEPE. Ata de Assembleia. 11-01-1989.

²⁴¹ Idem, Ibidem.

²⁴² PREFEITO ameaça não pagar grevistas no Rio. *Folha de São Paulo*. São Paulo, 03/02/1989.

Coelho Neto. Por pouco as portas de vidro do banco não foram quebradas pelos que passaram a noite na fila para chegar primeiro ao guichê. Quinze policiais do 9º BPM tentavam conter os mais exaltados, empurrando-os com cassetetes e obrigando-os a se manterem atrás do cordão de isolamento²⁴³.

Não foi incomum a repetição da situação ocorrida no bairro de Coelho Neto, e Campo Grande, no Rio de Janeiro, e Niterói. A dramaticidade da situação dos servidores municipais manifestou-se ainda em diversos episódios no Rio de Janeiro, como nos casos relatados abaixo:

Gilberto Cunha da Silva, 38 anos, arquivista do município, está catando papelão e ferro-velho para sustentar a família. Ele reside com os sogros, a esposa e cinco filhos, e recebe um salário de NCz\$ 42,00 para manter a casa. “Para pagar as despesas saio de manhã cedo para catar papel, garrafas e ferro-velho. A minha mulher também está lavando e passando roupas para ajudar”, disse²⁴⁴.

A Legião Brasileira de Assistência (LBA) doou alimentos ao comando de greve para a distribuição aos servidores municipais:

“Quero saber onde estão as bolsas de comida”, gritava a merendeira, Iolanda Maldonado Cavalcanti, inconformada por haver entrado na fila às 5 horas para receber 2 quilos de sopa e 1 quilo de leite em pó²⁴⁵.

O movimento já avaliava que a Campanha do Quilo poderia trazer problemas à categoria, tais como o tamanho das filas, a questão da distribuição e a consequente exposição da situação de miséria do funcionalismo²⁴⁶.

O final da longa greve do funcionalismo gerou um refluxo do movimento. Os dirigentes²⁴⁷ buscavam caminhos, conforme a ata do conselho deliberativo de 15 de julho de 1989, através de seminários e palestras para reunir a categoria²⁴⁸.

²⁴³ SERVIDORES madrugam para sofrer na fila. *O Dia*. Rio de Janeiro. 31-01-1989.

²⁴⁴ Idem Ibidem.

²⁴⁵ Idem, Ibidem.

²⁴⁶ SEPE. Ata de assembleia. Rio de Janeiro. 05-01-1989.

²⁴⁷ Direção eleita para o biênio 1989-1991: Presidente: Florinda Moreira Lombardi, Vice-Presidente: Alcebíades de Souza Teixeira Filho, Secretário Geral: Maria de Fatima Pacheco, Secretário de Apoio: Benedito Dimas de Oliveira, Secretário de Inativos: Daise Calazans Soares, Secretário de Assuntos de Magistério: Emílio P. Araújo, Tesoureiro Geral: Jussara Ferreira Nunes dos Reis, Tesoureiro: Paulo Muller Lopes, Departamento Jurídico: Marcionila Ramirez de Oliveira, Departamento de Imprensa e Divulgação: Edmar de Paula da Silva, Departamento de Formação Sindical: Lana Magdínier da Costa, Departamento de Relações Intersindicais: José Dutra Viana, Departamento Cultural e Educacional: Rosa Maria Silva de Souza, Departamento de Inativos e Pensionistas: Marilda de Jesus Henriques, Departamento de Patrimônio: Carlos Pedro Correa da Silva.

A greve do Estado, em julho, contou com pouca repercussão. O desânimo da categoria, a extensão do período de lutas e a falta de licenças sindicais foram levantados como aspectos que comprometeram o movimento grevista do estado, em 1989, reduzindo a adesão da base do movimento. Colocaram-se as seguintes questões, a partir das avaliações dos dirigentes no conselho deliberativo: "como despertar a participação?, Como construir outra forma de luta que não a greve? Como lidar com as dificuldades após longo período de greve?, Como manter o elo com a comunidade? Por que a categoria precisa de uma entidade paternalista que resolva todos os seus problemas?"²⁴⁹

Em 18 de julho, o conselho deliberativo trouxe a proposta da secretária estadual de educação de reverter as punições e retomar as negociações se houvesse o encerramento da greve e reposição das aulas²⁵⁰.

A proposta de suspensão da greve de dois conselhos da entidade foi compreendida como equívoco da direção²⁵¹, na condução do movimento. A necessidade de um maior enraizamento do SEPE em cada uma das escolas colocou o debate da organização por local de trabalho, somando assim, à estrutura organizativa da entidade uma maior representação da base nos conselhos em funcionamento.

A raiz comum da crise das greves, a extensão das mesmas, recolocava o polêmico debate em torno da reposição ou não de aulas, o impacto das mesmas sobre a comunidade e, sobretudo, como os demais trabalhadores pensavam essa especificidade da organização dos trabalhadores em educação.

A apatia nas escolas ganhava também a forma de licenças médicas e aumento dos pedidos de exonerações.

O desgaste das longas greves ficou marcado na categoria, conforme podemos verificar no documento "De que tipo de greve precisamos?". Nele expressava-se o impacto da última greve, de 89 dias e 13 assembleias semanais no interior do movimento:

O temor de uma greve muito longa, que pudesse comprometer nossa aliança com a comunidade em defesa da escola pública, fez com que a expressão "greve por tempo indeterminado" passasse a ser sinônimo, para muitos, de greve de meses e

²⁴⁸ SEPE. Ata do conselho deliberativo do município do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 06-07-1989.

²⁴⁹ Idem, Ibidem.

²⁵⁰ SEPE. Ata do Conselho Deliberativo, 18-07-1989.

²⁵¹ Nesse momento a direção da entidade era composta pelas correntes do PT (DS, Trabalho, Articulação Sindical) e membros do Coletivo Gregório Bezerra, este último rompido com o PCB. Houve a tentativa de construção de uma única chapa através do critério de proporcionalidade qualificada da convenção cutista, porém uma segunda chapa "O SEPE é para lutar mesmo", rompeu com os setores da Chapa 1.

meses, quando sabemos que um movimento grevista só é democrático se todos os envolvidos, a cada assembleia, assumirem em suas mãos os destinos da continuidade ou suspensão da luta.²⁵²

O movimento compreendia a dificuldade em sair das greves e a sua limitação:

Seria uma ilusão pensar que podemos resolver definitivamente nossa questão salarial e a defesa da escola pública através de uma greve apenas. Nós, profissionais da educação, precisamos entender que a conquista duradoura de uma escola pública e de qualidade – o que pressupõe salários dignos para todos os profissionais que garantem o funcionamento desta escola – exigirá transformações mais profundas na realidade política e social do país²⁵³.

Mas, ao mesmo tempo, o SEPE entendia ser necessária a luta para arrancar uma negociação favorável, ou seja, o salário mínimo do DIEESE e a integração do pessoal de apoio nos quadros da educação:

O quadro nacional é razoavelmente positivo e reforça a nossa luta: São Paulo entrou em greve nacional no mesmo dia em que nós e já prolongou a sua greve, pelo menos, até a semana que vem. Apesar dos estados em greve serem apenas 11, o peso de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Bahia, Pernambuco e Goiás imprimem uma qualidade à greve e já se articula nos estados uma caravana conjunta, durante a convenção do PMDB.

Quando o projeto de plano de carreira do governo estadual foi enviado à ALERJ, em dezembro, tornaram-se evidentes as dificuldades de mobilização no SEPE que até então manifestaram-se diante da pouca adesão às paralisações e da recusa da base em fazer nova greve ou até mesmo entrar em estado de greve.

II.1.4 O Significado das lutas da década de 1980

As greves da década de 1980 dos professores e, posteriormente, dos trabalhadores da educação, foram fundamentais para entendermos dois processos indissociáveis, quais sejam, a consolidação de uma força política no cenário do Rio de Janeiro e até mesmo nacional e a construção da identidade desta categoria. Para isso,

²⁵² SEPE. De que tipo de greve precisamos? Rio de Janeiro. S/d, p.1.

²⁵³ Idem, Ibidem.

recuamos até as greves seminais de 1979, que fizeram a década de 1980, neste caso, começar um pouco antes.

A reunião das experiências organizativas anteriores ao CEP possibilitou que a organização atingisse um novo patamar na luta de classes. Tal processo não ocorreu sem contradições, marcado por profunda disputa política, entretanto, a entidade adquiriu um caráter de massa que até então não existia no interior do movimento docente. É fato que uma importante determinação desse crescimento foi a expansão do ensino público e a forma como o mesmo ocorreu, tais aspectos deram as condições materiais para uma nova forma de inserção desta categoria na luta de classes.

Ao mesmo tempo, as lutas travadas, em grande parte de caráter corporativo, mas de imensa combatividade acabaram por promover a convergência, de um lado, das lutas de caráter mais geral, de combate a ditadura civil-militar e as lutas pela democratização da educação, presentes na tradição dos movimentos operários. Comprova essa hipótese a construção de uma identidade de trabalhadores da educação forjada nessas lutas em oposição a de profissional, presente majoritariamente nas experiências anteriores.

Em outras palavras, a identificação dos professores e funcionários com os demais trabalhadores foi construída na materialidade das lutas sociais no período da transição da ditadura à democracia controlada pelas classes dominantes do país. Nesse contexto, é necessário destacar a participação do CEP na construção de instrumentos organizativos da classe trabalhadora, como o Partido dos Trabalhadores e a Central Única dos Trabalhadores, e, em âmbito nacional, nas disputas em torno da política da Nova República, através da Campanha pelas "Diretas Já" e da convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte e, em âmbito estadual, contra as políticas de Reforma do Estado e contra as políticas educacionais propostas por diferentes partidos, em especial, o PDT.

O processo de inserção dos militantes do CEP nas lutas pela democratização da sociedade não foi linear, como vimos. A ampliação do quadro social do CEP, bem como a filiação à CUT significaram a ruptura com o grupo político que dirigia a entidade, com algumas alterações na sua composição, desde 1979.

A década de 1980 foi para os trabalhadores da educação, mas não só, o ápice mas também o fechamento de um ciclo de lutas do movimento sindical brasileiro.

II. 2 Da Escola Nova à Nova Escola: política, educação e luta de classes no Rio de Janeiro

A crise sindical chega ao Brasil

A vitória de Fernando Collor de Mello, nas eleições presidenciais de 1989, significou a derrota de um projeto político para o país vinculado, em grande parte, com as organizações da classe trabalhadora e, por consequência, a ascensão da reforma do Estado, via política neoliberal, já defendida por setores burgueses desde o governo Sarney.

O acúmulo organizativo da classe trabalhadora, ao longo da década de 1980, através da construção do Partido dos Trabalhadores e da maior central sindical do país, a CUT, sofreria os ataques da política neoliberal e da reestruturação em curso no mundo do trabalho. Assim, um ciclo de lutas, de fato, é fechado no ano de 1989.

Na década de 1990, no Brasil, uma nova correlação de forças pressionava interna e externamente à adesão ao modelo neoliberal. De um lado, o modelo desenvolvimentista que fizera crescer e diversificar o parque industrial brasileiro à custa de um grande endividamento externo, já dera sinais de esgotamento desde a estagflação da década de 1980. Por outro, a queda da taxa de lucro nos países centrais e a disputa intercapitalista por esta recomposição fazia com que a burguesia internacional, em especial a estadunidense, provocasse uma nova ofensiva aos países periféricos exigindo a abertura do comércio, a privatização de empresas estatais, a contenção de verbas nos setores sociais e das organizações da classe trabalhadora, além do desmonte dos direitos conquistados.

Ainda que a CUT tivesse importantes divergências internas desde a sua fundação, na década de 1980, atuou em uma perspectiva classista contra o capital, dirigiu greves gerais, atuou em importantes lutas e defendeu a autonomia da classe trabalhadora. Contudo, pelo menos desde o III Congresso da CUT (III CONCURT), realizado em Belo Horizonte, em 1988, considerado o último congresso de massas da central²⁵⁴, as resoluções congressuais caminharam no sentido de diminuir a participação da base e a democracia interna nos fóruns da entidade.

²⁵⁴ O III CONCURT, o maior da história do sindicalismo brasileiro, aprovou alterações no estatuto da central que reduziria drasticamente, nos congressos seguintes, o número de delegados de base que passariam a ser eleitos nos congressos estaduais. O peso das diretorias foi ampliado e o das oposições sindicais reduzido através da configuração de uma estrutura congressual verticalizada, proposta pela corrente Articulação Sindical. Segundo MATTOS (2002, p. 93) : "Enquanto no Congresso de 1988

A reestruturação produtiva implementada no Brasil, na década de 1990, e as consequências geradas no mundo do trabalho produziram uma profunda crise sindical, dos quais os sintomas mais notados foram a ameaça de perda de direitos dos trabalhadores, inclusive o de vender a sua própria força de trabalho, a fragmentação e a retração das bases dos sindicatos²⁵⁵.

Entretanto, apesar da reestruturação produtiva, dos ataques aos direitos trabalhistas e às organizações da classe trabalhadora empreendidos pelo capital não há por que supor, segundo MATTOS:

que as lideranças sindicais estivessem diante de uma única alternativa. Possibilidades diferenciadas de resposta sempre existiram e os debates no interior da CUT demonstraram que a “via única” foi questionada por setores significativos da central²⁵⁶.

Dessa forma, conclui o autor que as mudanças em curso no interior da Central devem ser compreendidas também como resultado de opções da direção da Central em colaborar com o capital, ainda que também as determine a pressão da reestruturação, criando uma ampliação da insegurança estrutural das bases sindicais, e a permanência da estrutura sindical.

A criação da Força Sindical (FS) também deve ser considerada como uma influência ideológica e prática no redirecionamento da CUT, pois, em certa medida, a FS polarizou com a CUT as negociações entre capital e trabalho. A nova Central patrocinada pelo governo Collor combinou a velha estrutura sindical com o ideário neoliberal, apresentando-se aos trabalhadores como alternativa de negociação à crise do sindicalismo e ao desemprego²⁵⁷.

Teones França (2005) analisou como ocorreu o processo de fortalecimento da concepção de negociação e conciliação entre Capital e Trabalho na CUT, através da

estiveram presentes 50,8% de delegados de base e 49,2% de dirigentes, em 1991, no IV CONCURT, o percentual de dirigentes delegados tinha subido a 83%, contra 17% de delegados de base”.

²⁵⁵ Como referência cito os trabalhos de Ricardo Antunes: “Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho”, publicado em 1995 e “Os Sentidos do Trabalho: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho”, publicado em 1999.

²⁵⁶ MATTOS, 2009, p. 160.

²⁵⁷ Cabe, contudo, destacar o papel inicial da Força Sindical, fundada no governo Collor, da naturalização do capitalismo e da etapa da reestruturação produtiva. Os preceitos da FS são assim listados por Antunes: reconhecimento da vitória do capitalismo e da inevitabilidade da lógica do mercado; a limitação e restrição da luta sindical, que deve ater-se à busca de melhorias nas condições de trabalho, não cabendo aos sindicatos extrapolar este âmbito da luta; a papel da ação política cabe exclusivamente aos partidos, que devem ser totalmente desvinculados da ação sindical; o Estado deve reduzir a sua ação, em favor de uma política privatizante.(ANTUNES, 1995, p. 38)

proposta do “sindicalismo orgânico”, Como aspectos importantes são destacados, pelo autor, as alterações nas resoluções congressuais; a filiação da CUT à CIOSL²⁵⁸ e a aproximação de centrais sindicais européias social-democratas; e, por fim, a disposição da Central em negociar com o capital e participar dos chamados fóruns tripartites, conforme veremos.

Diante dessas opções, a CUT abandonou a perspectiva originária, ainda que não consensual, de constituir-se sob novas bases organizativas, herança do *Novo Sindicalismo*, em oposição à estrutura sindical e, cada vez mais, aproximou-se desta.

II.2.1 A década de 1990: as disputas pela política educacional e o refluxo das mobilizações de massa

Conforme demonstramos, a greve de 1989 gerou profundo debate no interior do movimento dos trabalhadores da educação que buscava compreender o quadro de ofensiva neoliberal e o refluxo do movimento. Não seria um equívoco caracterizarmos esse momento como uma crise no interior do SEPE. A crise sindical aberta era resultado de múltiplas determinações, das quais poderíamos destacar a derrota da classe trabalhadora no projeto eleitoral de 1989, a experiência da greve também de 1989 e a crise da educação pública no estado, através de um acentuado processo de rebaixamento do salário da categoria que levava tais trabalhadores a uma literal desistência de seu trabalho:

Em média, a cada mês, 500 professores de 1º e 2º graus deixam a rede pública estadual e municipal. Cansados da profissão, eles estão abandonando o magistério em busca de novos empregos e melhor remuneração [...] Em apenas seis meses, os governos estadual e municipal registraram a saída de 3.000 professores²⁵⁹.

Na ata do Conselho Deliberativo do Sindicato, de 23 de fevereiro de 1990, nos deparamos com mais uma objeção à força das mobilizações: a ínfima participação da Central Única dos Trabalhadores durante toda a greve do ano anterior²⁶⁰.

Houve deliberação de estado de greve da rede estadual, em março, na ocasião dos enfrentamentos ao projeto de Moreira Franco, aprovado na ALERJ, que permitia a

²⁵⁸ Confederação Internacional de Organizações Sindicais Livres, central sindical internacional que segundo FRANÇA (2005, p.199) foi dominada pelo "*sindicalismo de negócios* norte-americano, viveu um longo período de subordinação à lógica da Guerra Fria e, mais recentemente passou a ser expressão da social-democracia européia".

²⁵⁹ O MAGISTÉRIO sem incentivos. Jornal do Brasil. 10/07/1990.

²⁶⁰ SEPE. Ata do Conselho Deliberativo. Rio de Janeiro, 23/02/1990.

contratação por cinco meses de servidores sem concurso público. Contudo a realização de uma nova greve enfrentava a resistência da categoria e o movimento buscou avaliar, nos espaços deliberativos ocorridos no primeiro semestre, se a sua realização teria perspectivas de vitória.

Em junho, a II Grande Marcha em Defesa da Educação, convocada pelo SEPE, funcionou como um termômetro do apoio da base e da população ao movimento. A grande participação da comunidade escolar no ato paralisou o centro do Rio de Janeiro, fechando por duas horas a Avenida Rio Branco, uma das duas principais vias do Centro do Rio de Janeiro. A passeata contou com a participação de cerca de cinco mil manifestantes²⁶¹, dentre trabalhadores da educação, pais de alunos, alunos, trabalhadores da saúde e do BANERJ. Sob as palavras de ordem **“arroz, feijão, saúde e educação”**, a comunidade escolar reivindicava melhores salários e a recuperação das escolas da rede pública²⁶².

Mais um sintoma do quadro desfavorável aos trabalhadores foi o cancelamento da greve geral, convocada pela CUT e em processo de organização pelo SEPE. No Conselho Deliberativo, de 23 de junho, foi aprovada, por ampla maioria, uma moção crítica à decisão da Executiva Nacional da CUT de cancelamento da greve geral, cuja pauta era composta pelas lutas contra as demissões, as privatizações e o arrocho salarial, implementados por Collor. Contudo, prevaleceu, na CUT, a avaliação de que a greve geral seria parcial e que uma greve mal sucedida seria pior para o conjunto dos trabalhadores²⁶³.

O SEPE anunciou na ocasião a possibilidade de greve na categoria para agosto, caso o prefeito do Rio de Janeiro e o governador não iniciassem negociações. Em busca da ampliação do apoio popular e como forma de pressionar pela abertura das negociações, o SEPE aprovou a realização de ampla campanha na TV e em *outdoors*, espalhados pela capital, denunciando a realidade das escolas. Para custear as ações promoveu a venda de camisetas e postais com imagens de CIEPs abandonados e uma campanha de contribuição financeira extra. Enquanto a rede pública denunciava as mazelas da educação, a rede privada do Rio de Janeiro, em campanha salarial, realizava uma greve de 28 dias.

²⁶¹ PASSEATA do SEPE mobiliza 5 mil. *O Dia*. Rio de Janeiro. 27/06/1990.

²⁶² ARROZ, feijão, saúde e educação. *Última Hora*. Rio de Janeiro, 27/06/1990.

²⁶³ SEPE. CONSELHO de Classe, nº 2. Rio de Janeiro, julho de 1990.

A II Grande Marcha em Defesa da Educação e a campanha publicitária exacerbaram o conflito de interesses entre os trabalhadores e os representantes do Estado. A secretária estadual de educação, Fátima Cunha, convocou uma coletiva de imprensa e fez as seguintes declarações sobre o “órgão de duvidosa liderança entre os professores”:

A proposta deles é tumultuar o trânsito carioca, chamar a atenção da TV e botar na rua a campanha de candidatos que se dizem professores, mas que sempre fugiram de uma sala de aula como o diabo da cruz. [...] Seria bom que se apurasse de onde vem os 2 milhões de cruzeiros gastos com anúncios na TV pelo SEPE, segundo publicou hoje (quarta-feira) o jornal O Globo. O governo faz sua publicidade com verba própria. Mas o SEPE, que não tem dinheiro – e utiliza contribuições sindicais indevidas dos professores, já que não é ainda um órgão reconhecido- onde vai buscar tais verbas?²⁶⁴.

Outros jornais noticiaram o mesmo conteúdo, como por exemplo, o jornal *O Dia*. Fátima Cunha além de desmerecer o SEPE como órgão representativo dos trabalhadores da educação, levantou suspeitas acerca do financiamento da campanha publicitária e fez ofensas pessoais aos dirigentes com licença sindical, prevista na legislação.

O sindicato, em resposta à coletiva de imprensa convocada pela secretária, afirmou que os defensores do poder têm medo dos sindicatos combativos, “a ponto de fazerem, em nosso estado, a titular da secretaria de educação se exasperar e descer a afirmações públicas tão impertinentes e mesquinhas que chegam a resvalar a baixaria”²⁶⁵. O SEPE também combateu os argumentos utilizados contra a legitimidade da entidade, a licença sindical e as verbas utilizadas nas campanhas.

Assim como o governo Fernando Collor, para desqualificar a CUT, buscou na Força Sindical uma interlocução confiável para os conflitos entre o Capital e o Trabalho, o governo Moreira Franco e a secretária Fátima Cunha descobriram que a UPPEs era a entidade capaz de realizar papel análogo no Rio de Janeiro.

A estratégia do governo estadual de desqualificação do SEPE levaria à recepção da presidente da UPPEs, Teresinha da Silva, pelo governador Moreira Franco em audiência. A UPPEs solicitou a realização de estudos para o percentual de reposição

²⁶⁴ FÁTIMA Cunha diz que Sepe detesta salas de aula. *Última Hora*. Rio de Janeiro, 28/06/1990.

²⁶⁵ SEPE. Conselho de Classe, nº2. Rio de Janeiro, julho de 1990.

salarial, contudo, o sindicato cartorial não obteve propostas a partir da audiência. Claro ficaria, assim, a finalidade do governo estadual em combater o SEPE²⁶⁶, explicitando o seu caráter de classe.

Sem nenhuma perspectiva de diálogo com os governos, o SEPE recorreu à greve, desta vez por tempo determinado, de seis dias. A adesão maior na rede estadual à greve, com cerca de 11 mil trabalhadores, teve como mote o veto de Moreira Franco à proposta de equiparação salarial entre professores de nível superior e arquitetos e engenheiros do estado, além da reivindicação pela unificação do plano de carreira com o pessoal de apoio e pelo índice de reajuste salarial. Durante a greve de advertência, as ações dos governos para desmobilizar os trabalhadores passaram pela calúnia ao SEPE. Diretores de escolas realizaram reuniões para afirmarem, segundo documentos divulgados pelos governos, que o SEPE era uma entidade clandestina, portanto o representante da categoria era a UPPEs, no estado, e o SISEP, no município do rio de Janeiro²⁶⁷.

A adesão à greve de seis dias seria positiva, na avaliação do SEPE:

mais de 80% dos profissionais da educação aderiram à greve de seis dias, que deu uma nova demonstração da capacidade de luta de nossa categoria. Na rede estadual a adesão foi maior, atingindo todos os municípios, apesar dos ataques que o governo Moreira fez durante toda a semana ao SEPE e do descaso desse governo com nossas reivindicações e com a grave situação pelas escolas públicas²⁶⁸

Entretanto, a mobilização não alcançaria os seus objetivos, sendo em seguida, retomada:

Os deputados estaduais compraram briga com os professores ao se negarem a votar a equiparação salarial da categoria com engenheiros e arquitetos do Estado e o reajuste de 73% proposto pelo governador Moreira Franco para o magistério. Os professores decidiram entrar em greve hoje e ficar sem trabalhar até que os deputados se reúnam em sessão plenária para aprovar esses projetos de lei²⁶⁹.

²⁶⁶ Frente à propaganda do governo, no jornal Conselho de Classe, o SEPE esclareceu que recebeu o registro do Ministério do Trabalho ainda no governo Sarney/ Dorotheia e estava registrado em cartório do Rio de Janeiro. Cf. CONSELHO de Classe. *Jornal da Greve*. Agosto de 1990.

²⁶⁷ No jornal Conselho de Classe, o SEPE esclareceu que recebeu o Registro Sindical do Ministério do Trabalho ainda no governo Sarney/ Dorotheia e estava registrado no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas do Rio de Janeiro. CONSELHO de Classe. *Jornal da Greve*. Rio de Janeiro, agosto de 1990.

²⁶⁸ CONSELHO de Classe. *Jornal da Greve*. Agosto de 1990.

²⁶⁹ PROFESSOR ficará em greve até que deputados aprovem aumento. *Jornal do Brasil*. 20-09-1990.

O presidente da ALERJ, Gilberto Rodriguez, tentou suspender as atividades da ALERJ até o dia 4 de outubro, em clara manobra para evitar a votação do aumento da categoria antes das eleições²⁷⁰. Cerca de 1.500 e professores protestaram nas escadarias da ALERJ e frente ao resultado insatisfatório da votação resolveram fazer uma anti-campanha eleitoral para recomendar aos filiados, cerca de 30 mil, que não votassem naqueles parlamentares que votaram contra os interesses da categoria.

Sem vitórias significativas, chegou ao fim a mobilização pela equiparação salarial no estado entre os servidores com ensino superior. As avaliações do movimento marcaram o debate eleitoral do SEPE daquele ano.

Para a chapa oposicionista, a defesa da greve pela direção do sindicato tinha caráter eleitoreiro, pois pretendia arrancar um reajuste salarial com o objetivo de se beneficiar politicamente com a vitória – que não ocorreu²⁷¹.

Para a direção, a chapa oposicionista, que se posicionara contra a greve durante a campanha salarial, pretendia apenas se destacar nas assembleias e desconsiderava o arrocho salarial da categoria²⁷².

As eleições referendariam a chapa 1, reconduzindo a direção²⁷³, de composição majoritariamente cutista, especialmente a corrente sindical "CUT pela Base".

Os profissionais da educação, através de sua luta, tornaram reconhecidos os seus projetos de Plano de Carreira com as greves da década de 1980, contudo, a existência legal dos planos não garantiu o seu pagamento. Este foi o caso da rede municipal do Rio de Janeiro, que após discutir o aperfeiçoamento do plano, conforme a proposta da prefeitura, deparou-se com outro projeto aprovado na Câmara, excluindo os aposentados. Assim, na rede municipal, as lutas pelo Plano de Cargos e Salários seriam

²⁷⁰ PROFESSOR faz protesto na ALERJ. *O Dia*. Rio de Janeiro 28-09-1990.

²⁷¹ AVALIAÇÃO do Movimento. Chapa 2 Oposição Unir e Lutar. In: Conselho de Classe, nº 3. Rio de Janeiro, outubro de 1990, p.5.

²⁷² EM DEFESA do sindicato. Chapa 1 SEPE que te quero forte. In: Conselho de Classe, nº 3. Rio de Janeiro, outubro de 1990, p.5.

²⁷³ Diretoria executiva eleita em 1990: Florinda Lombardi (presidente), Alcebíades Teixeira (vice-presidente), Emílio Araújo (secretário-geral), Dulce Rodrigues Alvarenga (1º secretário), Adriana Maria de Freitas (2º secretário), Regina Claudia O. Cardoso (tesoureiro geral), Wilton Porciúncula (1º tesoureiro), Celso Moreti de Araújo (2º tesoureiro), Maria das Dores Pereira Mota (diretor de magistério), Robson Lopes Trajano (diretor de funcionários de apoio administrativo); Lena Bastos (diretor de inativos e pensionistas), Regina Silveira (diretor de imprensa e divulgação), Eduardo Peixoto da Silva (diretor de patrimônio), Maria Beatriz Lugão (diretor formação sindical), Dayse Oliveira (diretor relações inter-sindicais), Marcionila Ramirez (diretor de assuntos jurídicos), Suely Rosa (diretor de assuntos educacionais), Fátima Lobato (diretor de assuntos culturais) Albano Teixeira (diretor geral das regionais da capital), Deise Calazans (diretor dos núcleos municipais) e demais vice-presidentes das regionais metropolitanas. A composição desta diretoria, montada através do método da convenção cutista, demonstrava que as correntes petistas assumiram a direção do sindicato.

a principal reivindicação durante os anos de 1991 e 1992, seguida da luta pela gestão democrática.

No dia 10 de março de 1992, pais, alunos, professores e funcionários das escolas públicas do município do Rio de Janeiro, em greve há 33 dias, ocuparam o prédio do Centro Administrativo da Prefeitura para forçar a abertura de negociações com o poder público municipal, exigidas desde o ano anterior.

Em documento divulgado à sociedade e ao governo municipal após a ocupação, que aliás não garantiu a abertura de negociações, o sindicato denunciou a situação de calamidade da educação pública no município do Rio de Janeiro, as tentativas de impedir o direito de organização da categoria e demais formas de coerção implementadas na rede municipal, tais como a ameaça de demissão de diretores eleitos, corte de pagamento e devolução de pessoal²⁷⁴. Assim, o SEPE reivindicava que tanto o governo municipal quanto o estadual, garantissem à população:

vagas nas escolas em número suficiente para todos os que procuram a escola pública; professores de todas as disciplinas para todas as turmas; profissionais de apoio em número suficiente; respeito às decisões internas da comunidade escolar, assim como à eleição de diretores; tratamento igual – funcional e em relação a material didático-escolar- para os CIEPs e escolas da rede escolar; salários dignos para todos os profissionais da educação, ativos e aposentados; respeito ao sindicato da categoria²⁷⁵

Em junho, a prefeitura encaminhou à votação o projeto de lei de Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores da Secretaria Municipal de Educação. A este plano original o SEPE encaminhou vinte e duas emendas para a votação final, aprovadas em assembleia pela categoria²⁷⁶.

Porém, o mais polêmico artigo do Plano de Cargos e Salários, o artigo nº 13, facultava aos professores aposentados a volta ao trabalho em regime de 30 ou 40 horas por, no mínimo cinco anos, para que tivessem direito à inclusão no plano. O artigo nº 13

²⁷⁴ A “devolução” de pessoal é uma ação praticada por diversos governos que, de forma arbitrária, suspendem a lotação do servidor, colocando-o à disposição da secretaria ao qual está vinculado, para que esta decida para que local encaminhá-lo, de acordo, com as supostas necessidades da administração pública.

²⁷⁵ SEPE. Nós, os partidários da coerência. Rio de Janeiro, março de 1992.

²⁷⁶ As divergências davam-se em torno do piso salarial – Cr\$ 525 mil, na proposta da prefeitura e Cr\$ 901 mil, na do sindicato; a garantia de data-base e uma forma de reajuste mensal pelo Índice de Reajuste do Salário Mínimo (IRSM), não previsto na proposta da prefeitura; a determinação de período para atividades complementares dentro das quatro possibilidades de carga horária contratual e a garantia de ascensão dos funcionários através de tempo de serviço e de idade.

foi vetado, contudo o resultado do Plano de Cargos e Salários ficaria distante da proposta do sindicato.

Na rede estadual, o documento “Menos Educação com o orçamento para 1992”²⁷⁷ aprofundaria a crítica do sindicato à política do governo de Leonel Brizola, seja no aspecto pedagógico *stricto sensu*, seja na aplicação dos recursos públicos. A análise da proposta de orçamento para 1992 apontava para a aplicação de verbas prioritariamente nos CIEPs:

ao destinar 110 bilhões de cruzeiros para a construção e recuperação de CIEPs e CIAs e pouco mais de 16 bilhões de cruzeiros para a reforma das escolas convencionais, o governador confirma seu capricho perverso: para afirmar a supremacia dos CIEPs sobre as escolas convencionais é preciso destruir estas²⁷⁸.

A limitada abrangência dos CIEPs era prova incontestável, para o SEPE, do caráter discriminatório da política estatal para a educação:

O governador confirma assim seu mais profundo desprezo pela escola pública convencional, esta que absorve cerca de 1 milhão de alunos, comprimidos em 3 turnos diários e sem direito a uma educação de boa qualidade²⁷⁹.

Por isso, o SEPE participou da elaboração de emendas ao orçamento encaminhado à Assembleia Legislativa, propondo junto às bancadas do PT, PSDB e PMDB:

A transferência de recursos previstos para a construção de CIEPs CIACs para a recuperação das escolas já existentes (13,5 bilhões de cruzeiros), para a construção de novas escolas convencionais (13,5 bilhões), para aumento salarial dos profissionais da educação (31,6 bilhões) e para o pagamento dos benefícios aos aposentados (6,8 bilhões). Aos CIEPs ficaram destinados outros 13,5 bilhões²⁸⁰.

Ademais, o documento colocou em relevo a profunda vinculação entre as propostas pedagógicas e os seus fins políticos. Para o SEPE, a proposta de aprovação automática apresentada pela secretaria de educação para os CIEPs visava acabar com os

²⁷⁷ SEPE. Conselho de Classe, nº 8: janeiro de 1992.

²⁷⁸ Idem, Ibidem, p. 4.

²⁷⁹ Idem, Ibidem.

²⁸⁰ Idem, Ibidem.

dados equivalentes de reprovação entre as escolas de tempo integral e as escolas regulares (cerca de 2.700 unidades), diferenciando-as.

Nesse sentido, o sindicato promoveu o debate da política educacional em torno da aprovação automática:

A promoção automática nas quatro primeiras séries do 1º grau – ou a avaliação permanente progressiva – surge como proposta dos governos para responder ao mais agudo sintoma de que a escola vai mal: estimativas indicam que das 200 mil crianças matriculadas neste ano na 1ª série da rede estadual, cerca de 40% serão reprovadas!²⁸¹

A diretora do SEPE Caxias, Nádya Simões, levantou reflexões em seu artigo sobre questões específicas da ação pedagógica, como a avaliação:

A avaliação de fato é necessária. Não falo da avaliação tradicional, aprendida em nossa precária formação – “a da pedagogia do exame”- que é usada para traçar o destino do aluno (seleção escolar que se transforma em seleção social: os excelentes e os insuficientes, os capazes e os incapazes), a usada como controle disciplinar (“para quem fizer bagunça menos um ponto na prova”), a que sacraliza a prova (afinal, é pela prova que medimos o saber! – como se este de fato pudesse ser medido) e finalmente, aquela sempre unilateral, onde apenas o aluno é avaliado e não o conjunto das condições oferecidas para o processo de ensino-aprendizagem. Temos que admitir: transformamos a avaliação num fetiche tão eficaz que nos domina!

Mas também questionamentos no que diz respeito ao caráter mais geral do fenômeno educativo ao destacar a:

necessidade de repensarmos o papel que a educação historicamente vem cumprindo em favor das classes dominantes neste país. Não é uma discussão que se possa fazer apenas pelo viés do reducionismo metodológico, mas fundamentalmente, pela dimensão político-social da prática pedagógica. E eu ousar pensar uma escola pública comprometida com a formação de uma cidadania militante, uma escola que, de fato, instrumentalize a classe trabalhadora para ser dirigente.

²⁸¹ SIMÕES, Nádya de Aquino. Promoção automática: levantando a polêmica. In: Conselho de Classe, nº 8, janeiro de 1992, p. 4.

Evidentemente, os CIEPs e a aprovação automática não foram tomados, pelos trabalhadores da educação, como solução aos sintomas educacionais do estado. No estudo anteriormente citado de MIGNOT²⁸², claro estava que não se tratava apenas da visão dos sindicalistas e militantes de base, mas da maioria dos trabalhadores vinculados aos CIEPs, que não desejavam ter seus filhos estudando ali e destacavam que os conteúdos escolares eram preteridos frente à assistência social, esta por sua vez insuficiente.

Ora, o Programa Especial de Educação (PEE) criado por Leonel Brizola, e sob a coordenação de Darcy Ribeiro²⁸³, de acordo com Libânia Xavier:

do ponto de vista teórico, o PEE conciliava duas correntes pedagógicas que resultaram de experiências históricas concretas: a experiência escolanovista, que daria ao projeto um tom liberal e a experiência com Educação Popular dos anos 60, responsável por imprimir a este um caráter mais progressista e libertário²⁸⁴.

De fato, as críticas do SEPE sobre o projeto educacional do PDT identificavam elementos da concepção escolanovista, construída a partir do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, em 1932.

Para Saviani, os escolanovistas tomam a educação como instrumento da equalização social, portanto de superação da marginalidade:

As esperanças de que se pudesse corrigir a distorção expressa no fenômeno da marginalidade, através da escola, ficaram de pé. Se a escola não vinha cumprindo essa função, tal fato se devia que o tipo de escola implantado – a Escola Tradicional – se revelara inadequado²⁸⁵.

²⁸² MIGNOT, Ana Crystina Vanancio. CIEP - Centro Integrado de Educação Pública – Alternativa para a qualidade de ensino ou nova investida do populismo na educação? Em Aberto. Brasília, ano 8, nº 44, 1989.

²⁸³ Vice-governador de Brizola, Secretário de Estadual de Ciência e Cultura e Diretor do PEE, de 1983 a 1987. Filiado ao PDT, Darcy Ribeiro retornou ao PEE na segunda gestão de Brizola no governo do estado do RJ. Também fora fundador, junto com Anísio Teixeira, da UnB e reitor 1961-1962, Ministro da Educação 1962-1963, Chefe do Gabinete Civil da Presidência da República de João Goulart, 1963-1964, e senador pelo RJ de 1991 a 1997. Relevante ainda reafirmar que Darcy Ribeiro foi o autor do projeto de LDB aprovado, do governo de FHC. Ver sobre Darcy Ribeiro o verbete biográfico: GALVÃO, Claudia. In: ABREU, Alzira Alves de et AL (coords.). Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro Pós-1930. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/> Acesso em 05/04/2011.

²⁸⁴ XAVIER, Libânia Nacif. Inovações e (des) continuidades na política educacional fluminense (1975-1995). 24ª Reunião Anual da Associação Nacional de Pós –graduação e Pesquisa em Educação. Caxambu, 2001.

²⁸⁵ SAVIANI (2003, p.3)

Outros elementos destacados na análise do autor revelam a proximidade dessa concepção com a experiência educacional fluminense em questão:

A pedagogia nova começa, pois, por efetuar a crítica da pedagogia tradicional, esboçando uma nova maneira de interpretar a educação e ensaiando implantá-la, primeiro, através de experiências restritas; depois, advogando sua generalização no âmbito dos sistemas escolares²⁸⁶

No que diz respeito às relações entre educação e sociedade:

Concebe-se a educação com uma ampla margem de autonomia face da sociedade. Tanto que lhe cabe um papel decisivo na conformação da sociedade evitando sua desagregação e, mais do que isso, garantindo a construção de uma sociedade igualitária²⁸⁷.

A concepção liberal da Escola Nova poderia ser identificada no PEE, no projeto de escola em tempo integral dos CIEPs²⁸⁸. No entanto, o efeito de desmobilização que o Manifesto dos Pioneiros adquiriu sobre os projetos marxistas e anarquistas de educação²⁸⁹, não se repetiu com as escolas de tempo integral do PDT, no Rio de Janeiro. Para o SEPE, o projeto tal como foi realizado, à margem da Secretaria Estadual de Educação - portanto, construído em uma rede paralela ao sistema educacional regular - demonstrava que a política das escolas integrais não poderia generalizar-se e mostrar-se uma alternativa educativa à classe trabalhadora.

No decorrer de 1992, outros importantes debates ocorreriam no campo pedagógico na sua interface com a prática sindical. O I Congresso de Educação e Unificação foi um marco desse processo, nele o sindicato avançou em uma proposta de educação para o conjunto da classe trabalhadora, unificou mais categorias de trabalhadores da educação- os especialistas em educação-, promoveu uma reforma estatutária instituindo a direção colegiada e enfrentou o debate da divisão técnica e social do trabalho presente na organização da escola, questionando o papel educador conferido exclusivamente ao professor²⁹⁰.

²⁸⁶ Idem, Ibidem.

²⁸⁷ Idem, Ibidem, p.4.

²⁸⁸ CUNHA (2009, p. 143) destaca dez princípios metodológicos presentes no projeto dos CIEPs que demonstram a sua relação com o escolanovismo.

²⁸⁹ SAVIANI (1998).

²⁹⁰ SEPE. Ata do Congresso Extraordinário de Educação e Unificação do SEPE. Rio de Janeiro. Agosto de 1992. Reforma Estatutária com aprovação de: Unificação entre o SEPE, a Associação dos Orientadores

No I Congresso de Educação e Unificação houve uma pesquisa para o conhecimento do perfil dos delegados, solicitada pela CNTE e o Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI)²⁹¹, cujos principais dados, pela relevância no conhecimento desses sujeitos sempre tratados aqui coletivamente ou por grupos políticos, apresentamos abaixo.

O público era majoritariamente feminino, representando 86% dos participantes, com idade entre 26 e 45 anos. Quanto a atuação profissional de cada trabalhador, constatou-se que cerca de 48% dos delegados era professor de área específica (Professor I), ou seja, atuante nas séries finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio, 36% de professores das séries iniciais (Professor II), 11% apenas de funcionários e 7% de especialistas em educação.

Cerca da metade dos trabalhadores frequentou a escola pública, 49% no 1º e 2º graus, obtendo formação superior a de seus pais. Em 70% dos casos, a renda familiar não dependia exclusivamente do trabalhador. No item referente à vinculação política partidária, 78% afirmaram que possuíam senão filiação partidária, pelo menos proximidade política a partidos, destes 66% ao PT e pequenos percentuais para o PFS, o PCB, o PCdoB, o PDT e a CS.

Quanto à função do sindicato os delegados apresentaram as seguintes respostas: ser um instrumento de organização da categoria (52%), ser um instrumento de luta por melhorias salariais e de condições de trabalho (79%), ser um instrumento de luta em defesa da escola pública (69%), ser um local para discussão de novas propostas para a sociedade, envolvendo questões econômicas, políticas e culturais (29%). Tais opções não eram excludentes entre si, conforme ressalva da metodologia de pesquisa, porém certo é que todas rechaçavam o sindicato como uma sociedade de auxílio mútuo e de fornecimento de serviços e eventos culturais.

Nesta enquete, duas principais dificuldades foram atribuídas à organização sindical: a recessão/desmobilização/refluxo do movimento sindical (46%) e a falta de prioridade dos governos com a educação (24%). De certa forma, o conjunto de dados

Educacionais do Rio de Janeiro (AOERJ) e Associação dos Supervisores Educacionais do Rio de Janeiro (ASSERJ) e de Direção Colegiada do SEPE.

²⁹¹ SEPE. Perfil dos delegados ao I Congresso de Educação e Unificação. Rio de Janeiro. Agosto de 1992. Conforme o documento, responderam ao questionário 256 (71%) dos 362 delegados presentes e quanto à metodologia da tabulação da pesquisa é destacado que: 1) os percentuais de cada item são proporcionais ao número total de respostas, 2) há questões que comportam mais de uma resposta, 3) nem todas as questões foram respondidas.

apresentados, ratificou informações dispersas sobre parcela da categoria que frequentava os espaços deliberativos do sindicato.

A maior contribuição teórica e política do I Congresso de Educação e Unificação foram as resoluções em torno da concepção socialista de educação na seção “carta de intenções e projeto de ação”. No ponto “Nossa concepção de escola” recebe lugar de destaque a proposta de escola unitária, em clara referência à proposta político-pedagógica de Antônio Gramsci. O sindicato reivindicava para a educação da sociedade um projeto alternativo:

que rompa com a lógica de educar para ser mão-de-obra, seja ela barata ou cara; que contribua para a construção de uma sociedade igualitária e democrática de fato, rompendo com a alienação imposta; que assegure a formação crítica do sujeito histórico, do homem e da mulher conscientes de seu papel na transformação do mundo, livres de preconceitos de raça, credo e de sexo. Que ajude na construção do novo homem e da nova mulher, que valorize a sua cultura, procurando compreendê-la e superá-la; que respeite os limites alheios, não deixando, no entanto, de questionar valores contrários à transformação. Uma escola que forme cidadãos capazes de compreender as bases científicas que regem a natureza e a sociedade²⁹².

Para tal, “essa escola deverá ser unitária”.²⁹³

Como método, a escola deverá:

adotar o trabalho como princípio educativo, livre da exploração e da alienação impostas pela sociedade de classes, buscando romper com a dicotomia entre trabalho manual e trabalho intelectual, teoria e prática, formação geral e formação profissional²⁹⁴.

Cabe aqui discutir as implicações políticas do conceito pedagógico tomado pelo SEPE como a sua formulação para o conjunto da classe trabalhadora. A formulação de *escola unitária* de Gramsci²⁹⁵ teve como referência a produção de Marx sobre a

²⁹² SEPE. 1º Congresso de Educação e Unificação. Resoluções. Rio de Janeiro, 1992, p. 13.

²⁹³ Idem, Ibidem.

²⁹⁴ Idem, Ibidem.

²⁹⁵ A esse respeito ver nos Cadernos do Cárcere “Apontamentos e notas dispersas para um grupo de ensaios sobre a história dos intelectuais” GRAMSCI (2000).

educação *politécnica*²⁹⁶ e foi construída como conceito a luz das necessidades históricas italianas, no bojo dos debates e propostas de formação da classe trabalhadora durante um período que se estendeu da 1ª Guerra Mundial, passando pelo biênio vermelho (1919-1920) e chegando aos seus escritos carcerários durante o período fascista. Segundo NOSELLA:

o interesse de Gramsci para as questões culturais formativas era motivado e orientado, portanto, pela objetiva preocupação de preparar os quadros dirigentes que haveriam de governar o novo Estado Proletário²⁹⁷.

Inserido no debate político do Partido Comunista Italiano, colocava-se para Gramsci a necessidade urgente de pensar - e fazer - a formação do proletariado. Como, onde, por quem, qual a essência e qual o tipo de organização da educação seriam necessários à formação de um novo homem liberto da cisão produzida pela divisão técnica e social do trabalho capitalista e consolidada pela escola dualista italiana? Em outras palavras, Gramsci construía a proposta de uma escola *desinteressada* – de amplo alcance – que atendesse aos interesses da coletividade – a construção do socialismo - e não aos interesses imediatos da produção – a consolidação do capitalismo²⁹⁸.

A formação humana para Gramsci encontrava-se intimamente relacionada a um projeto classista, portanto, uma proposta educacional à classe trabalhadora deveria caminhar *pari passu* ao seu objetivo político. Ou seja, se a propriedade privada e o trabalho alienado tornaram os homens unilaterais, antagonicamente, a finalidade formativa desta educação só poderia ser a omnilateralidade, “um desenvolvimento total, completo, multilateral, em todos os sentidos das faculdades e das forças produtivas, das necessidades e da capacidade da sua satisfação” (MANACORDA, 1991, p. 78), e a sua finalidade política “a luta pelas formas sociais novas do trabalho” (PISTRAK, 2000, p 44).

Outro ganho organizativo fundamental do sindicato, além da unificação das últimas categorias de trabalhadores da educação - os especialistas orientadores e

²⁹⁶ O contexto de utilização dessas expressões sinônimas é apresentado por SAVIANI (2003), e o histórico do conceito de educação politécnica no Brasil e as disputas no seu entorno por RODRIGUES (1998, 2006).

²⁹⁷ NOSELLA, 1992, p. 14.

²⁹⁸ A formação humana integral de cunho socialista, que Marx e Gramsci desenvolveram como contraproposta àquela dualista elaborada pelo capital, deveria unificar três tipos de formação, a educação intelectual, a educação corporal e a educação tecnológica (MARX, ENGELS, 1992: 60), articulados para oferecer os fundamentos científicos gerais do trabalho, tornando-o princípio educativo, tanto na fase da formação desinteressada, quanto na fase posterior de especialização para o trabalho.

supervisores - foi o crescimento da participação dos funcionários, nos espaços do SEPE, tais como na diretoria, conselhos, assembleias, congressos, direções de núcleos municipais e regionais. A criação do departamento de apoio, o II Encontro de Funcionários de Apoio, com 800 participantes, e a apresentação de uma tese no V Congresso da entidade – “Colocando o dedo na ferida: Funcionário de Apoio e Professores estão mesmo unificados?”²⁹⁹ - mostravam tais resultados.

Dessa maneira, os funcionários apontavam os avanços no processo de unificação dos trabalhadores da educação, mas denunciavam o principal obstáculo a ser superado pelo conjunto do movimento: uma visão conservadora alicerçada na divisão técnica e social do trabalho, no interior das escolas:

Entendemos que cada um de nós tem a tarefa de, no interior das escolas, “comprar briga” contra o elitismo de setores da nossa categoria que ainda se consideram superiores (mesmo com os salários massacrados!) e acham que o “lugar do apoio é na cozinha”. Quantas vezes acontecem reuniões nas escolas para discutir questões do movimento (que dizem respeito a **todos**) e o apoio fica de fora, aparecendo em cena apenas para servir o cafezinho? Culpa só do apoio? Não! Responsabilidade de todos nós – que pensamos em transformar o mundo e muitas vezes não somos capazes de alterar as relações desiguais no interior da nossa própria categoria!³⁰⁰

Assim, poderíamos caracterizar que a compreensão acerca do trabalho dos funcionários criticada pela tese reivindica a dimensão pedagógica desse trabalho, não restrita à lógica do trabalho manual. Deste problema fundamental derivam dois outros, a saber, o fortalecimento da lógica da divisão técnica e social do trabalho nas relações intracategoria e, portanto, na organização sindical e o tratamento pela esfera estatal do trabalho dos funcionários como um trabalho em geral :

Nunca houve qualquer preocupação, por parte dos governos, com a formação e a qualificação profissional dos funcionários. E, apesar de as Constituições Federal e Estadual e leis orgânicas dos municípios determinarem que qualquer trabalhador só pode ingressar no serviço público através de concurso, os governos inventam mil maneiras de “driblar” as leis – assim fez recentemente e a prefeitura do Rio, ao “contratar” funcionários de apoio para as escolas municipais sem concurso (para “prestação de serviços”). Precisamos acabar com este tipo de prática. Além disso,

²⁹⁹ SEPE. Caderno de Teses do V Congresso do SEPE/RJ. Rio de Janeiro. Junho de 1992.

³⁰⁰ COLOCANDO o dedo na ferida: funcionários de apoio e professores estão mesmo unificados? In: SEPE. Caderno de Teses do V Congresso do SEPE/RJ. Rio de Janeiro. Junho de 1992.

não se valorizam os trabalhadores colocando as suas tarefas em patamares elementares³⁰¹.

Nesse sentido, os funcionários propuseram uma reflexão sobre as relações de trabalho no interior da escola de subjugação entre diretores, professores e funcionários ao I Congresso de Educação e Unificação e um deslocamento do olhar sobre os funcionários, serventes, merendeiras, inspetores e secretárias, de agentes de “apoio” ao processo educativo para integrantes desse processo, na condição de educadores.

O manifesto de agitação da categoria, intitulado “A conversa tem que chegar na cozinha”, destacava a participação dos funcionários nas greves, nas reuniões e assembleias e a necessidade de avanço nas discussões para a efetiva inclusão das questões específicas dos funcionários administrativos³⁰².

Tal ganho organizativo culminou na I Conferência de Funcionários, espaço em que houve destaque para as questões relacionadas à saúde dos funcionários, a denúncia dos acidentes, ocorridos nas escolas, com merendeiras, serventes e o encaminhamento de criação de Comissões de Prevenção de Acidentes (CIPAS) e, por fim, a organização de um seminário sobre saúde do trabalhador³⁰³.

A especificidade do sindicalismo de trabalhadores da educação como sindicalismo de maioria feminina também ganhou maior força com o Congresso de Educação de 1992. Diretoras do SEPE, inseridas na construção da CUT, propuseram a defesa da cota de mulheres nas direções da CUT por compreender que cabia, não exclusivamente, mas principalmente ao movimento docente, majoritariamente feminino, encaminhar a questão.

Em artigo apresentado ao jornal da categoria, diretoras do SEPE chamavam a atenção pra o contraste entre a inexpressiva presença numérica de mulheres nas direções sindicais e a inserção no mercado de trabalho, a militância nas bases cutistas, a participação das mulheres nas oposições sindicais e nas greves.

Além das “medidas afirmativas” aprovadas no IV CONCUR, tais como a organização de creches em todos os eventos sindicais e a inclusão da questão de gênero nas atividades de formação as dirigentes do movimento docente defendiam que:

a Plenária Nacional aprove uma cota mínima de mulheres nas direções da Central.

³⁰¹ Idem, Ibidem.

³⁰² SEPE. A Conversa Tem que Chegar na Cozinha. Departamento de Apoio do SEPE. Rio de Janeiro, 17/03/1992.

³⁰³ SEPE. Conselho de Classe. Rio de Janeiro, ano III, nº 10, outubro/92.

O percentual seria a média entre a inserção das mulheres no mercado de trabalho (35,5%) e o índice de mulheres sindicalizadas (25,6%)³⁰⁴.

De fato, a decisão tomada na Plenária Nacional Estatutária foi favorável a implantação de cota de mulheres nas direções da CUT, de acordo com a composição de gênero da base sindical. Sem dúvida, o movimento docente trazia a experiência pouco comum na organização da classe trabalhadora, no Brasil, das mulheres como dirigentes.

No campo das lutas mais gerais, o movimento de oposição ao governo Collor ganharia forças. A greve geral contra o governo Collor, realizada pela CUT em 1991, não teve o impacto que o SEPE esperava³⁰⁵, pois explicitou a prática negociadora que a direção da CUT começava a implementar, como por exemplo, a participação no *Fórum Capital-Trabalho*.

O governo Collor conseguiu reunir empresários, universidades e sindicalistas com o governo para realizar um diagnóstico dos problemas do país, dentre eles, os referentes à educação. O Fórum Capital-Trabalho³⁰⁶ concluiu algo muito similar ao receituário neoliberal: faltava às escolas eficiência. Também no campo do debate educacional, começava a ganhar corpo uma concepção de concertação social a qual a CUT parecia ávida para aderir. Senão vejamos o diagnóstico apresentado na *Carta Educação*, assinada pela CUT e pela FIESP, dentre outros:

identificam-se duas questões na educação brasileira: uma associada à superação da ineficácia do sistema educacional regular, a outra ao tratamento emergencial das carências educacionais acumuladas decorrentes, em última análise, daquela mesma ineficácia. A primeira questão mereceu proposta de ação articulada com os meios de comunicação, legislativos e executivos para que se implante um sistema permanente de avaliação e recuperação do sistema escolar. A segunda demanda ações emergenciais relativas a analfabetismo e outras carências culturais da

³⁰⁴ FREITAS, Adriana e PONTES, Lílian. Por que defendemos cota de mulheres nas direções da CUT? *In*: SEPE. Conselho de Classe. Rio de Janeiro, ano III, nº 9, junho de 1992.

³⁰⁵ Cf. avaliação das teses 6 e 8. SEPE. Caderno de Teses do V Congresso do SEPE/RJ. Rio de Janeiro. Junho de 1992.

³⁰⁶ Organizado a fim de estabelecer e legitimar a colaboração entre representantes do Capital e do Trabalho, composto pelas seguintes entidades: Central Única dos Trabalhadores (CUT), Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT), Força Sindical (FS), Pensamento Nacional das Bases Empresariais (PNBE), Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), Federação do Comércio do Estado de São Paulo (FCESP), Confederação Nacional do Transporte (CNT), Sociedade Rural Brasileira (SRB) e Organização das Cooperativas do Brasil (OCB).

população adulta³⁰⁷.

Quanto à questão da educação dos trabalhadores, o Fórum realizava a proposta de ações focalizadas e mutirões educacionais, conservando a forma marginal e residual com que a educação dos trabalhadores tem sido tratada no país, desde a década de 1940³⁰⁸.

Contudo, essa tentativa de construção harmônica entre diversos setores sociais seria abalada pelos escândalos de corrupção no governo Collor que fariam crescer a oposição ao governo.

Nas eleições para a direção do sindicato, ao final de 1992, a chapa única “Os governos passam... e o sindicato fica!”³⁰⁹ mostrou-se otimista com a mobilização nacional pelo “Fora Collor”. Acusado de integrar uma rede de corrupção, o presidente sofreu um processo de *impeachment* a partir das mobilizações dos estudantes “carapintadas”, liderados pela UNE, partidos de oposição e outros setores da sociedade civil organizada, inclusive setores das classes dominantes, e também, segundo a avaliação dos candidatos à direção do SEPE pela grave crise econômica e altos níveis de inflação que o país enfrentava³¹⁰. Nesse sentido, para aqueles que viriam a dirigir o SEPE, o

³⁰⁷ FÓRUM Capital-Trabalho. Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo. São Paulo, s/d. Disponível em <http://www.iea.usp.br/iea/textos/forumcapitaltrabalho.pdf>, acesso em 15/01/2011.

³⁰⁸ Sobre uma visão crítica das políticas educacionais para a EJA consultar VENTURA, Jaqueline Pereira. Educação de Jovens e Adultos ou Educação da Classe Trabalhadora? Concepções em disputa na contemporaneidade brasileira. Universidade Federal Fluminense, Faculdade de Educação. Niterói, 2008.

³⁰⁹ Chapa eleita: “**Os Governos Passam, O Sindicato Fica!**” Coordenação Geral: Albano Luiz Francisco Teixeira, Alcebíades de Souza Teixeira Filho, Emílio Luiz Pedroso Araújo, Dalva Stella Pinheiro da Cruz, Bluma Salomão. Coordenação do Interior: Florinda Moreira Lombardi, Ana Paula Motta de Oliveira Pinto, Maria Beatriz Lugão Rios, Danilo Garcia Serafim, Robson Terra Silva, Carlos Alberto Gomes de Carvalho, Suely Rebello Pereira, Dayse Oliveira Gomes. Coordenação do Grande Rio: Adriana Maria Almeida de Freitas, Cristina Marques dos Santos, Soneli Antunes Arltd. Coordenação da Capital: Luiza Tereza Cavalcanti de Matos, Luciene Lira Campos, Maristela de Ávila Abreu, Maria de Fátima Soares da Silva, Janice Rosane Silva Souza, Monica Regina Ferreira Lins. Secretaria de Imprensa: Talita Vidal Pereira, Carla Elisa Trindade Carvalho, Maria Del Carmen Tubio, Secretaria de Formação e Cultura: Liliam Pontes da Silva, Ivano Costa Souza, Sandra Millene Taranto da Silva, Secretaria de Organização: Veraci Souza da Cunha Alimandro, Marcia Teixeira Andrade dos Santos. Secretaria de Assuntos Educacionais: Suely Pereira da Silva Rosa, Claudia Hernandez Barreiros, Nadia A. Simões, Andrea da Silva Aguiar. Secretaria de Assuntos Jurídicos: Léa de Carvalho Reis, Bernadete Ferreira Fernandes, Sandra Regina do Rêgo Barreto. Secretaria de Finanças: Regina Claudia Oliveira de Moraes Cardoso, Regina Rublescki Silveira, Rogério Norberto da Cunha Alimandro. Secretaria de Funcionários Administrativos: Robson Lopes Trajano, Vera Lucia Pinheiro Satyro, Paulo Cesar Romão da Silva, José Zumba Clemente da Silva. Secretaria de Aposentados: Maria Sonia de Melo Souza, Jusciara Machado dos Santos, Dilcéa Batista Corrêa e Eronei Leite Pereira. As forças políticas presentes na direção eram majoritariamente da corrente sindical “CUT pela Base”, Convergência Socialista (CS), Articulação Sindical (AS), Força Socialista (FS), militantes do ex-Coletivo Gregório Bezerra e do PT sem ligação à correntes.

³¹⁰ CHAPA 1. Os governos passam... e o sindicato fica! Rio de Janeiro, 1992.

papel da CUT, dos sindicatos e dos partidos de esquerda seria o de não aceitar o governo de Itamar Franco, vice-presidente e convocar novas eleições:

O povo brasileiro tem o direito de não esperar até janeiro de 1995 para passar a limpo um país que é seu. Mecanismos constitucionais não faltarão: emenda constitucional de iniciativa popular antecipando as eleições para 1993, a própria reforma constitucional prevista para abril próximo etc. Este é para nós o sentido da bandeira de eleições gerais: que o governo Itamar seja visto como algo provisório, nada mais; nenhum compromisso com a governabilidade de um governo que não é capaz de absorver as reivindicações dos trabalhadores; que lutemos para antecipar as eleições previstas apenas para o final de 1994³¹¹.

Contudo, a recomposição da direção política burguesa foi capaz de evitar que a proposta de nova eleição presidencial se materializasse. E a queda do presidente Collor não significou a queda do neoliberalismo.

Nos anos seguintes, o governo de Itamar Franco levaria à frente a lógica das parcerias, do período Collor, entre empresários, governo e trabalhadores. A Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), caminhou na direção negociadora da CUT, e, visando alcançar o Piso Nacional, integrou o Pacto pela Valorização do Magistério e Qualidade da Educação Pública³¹².

Nesse contexto, ações diversificadas foram buscadas pelo SEPE, no ano de 1993, para encaminhar as lutas no âmbito estadual:

continuamos a luta de outra forma, diferente da greve. Não podemos parar de denunciar o autoritarismo, a demagogia e a miséria a que somos condenados pelo Tiranossauro que diz que a “Educação é prioridade” do seu governo. Somos teimosos e persistimos na exigência da negociação imediata com o governador, da incorporação imediata dos abonos para todos e extensivos aos aposentados, professores extra-classe e funcionários administrativos, por um piso salarial de 5 salários-mínimos para o magistério e de 3,5 salários mínimos para os funcionários³¹³.

³¹¹ Idem, *Ibidem*.

³¹² Documento síntese das propostas contidas no Plano Decenal de Educação para Todos (1993-2003) elaborado pelo MEC/ Ministro Murilo Hingel, a partir das orientações de organismos internacionais multilaterais - PNUD, UNESCO, UNICEF, Banco Mundial-, na Conferência Mundial de Educação para Todos, (Jomtien, Tailândia, 1990).

³¹³ BOLETIM do SEPE da Rede Estadual, outubro de 1993.

O movimento buscava, naquele momento, diversificar as formas de luta como alternativa a greve por tempo indeterminado realizou-se abaixo-assinados com a comunidade para a abertura de negociações com o governo, greves de 24 horas e meias-paralisações, assim como campanhas publicitárias, novamente financiadas com descontos extras dos filiados. Muitas dessas ações possuíam como foco o enfrentamento à descentralização administrativa através das municipalizações que foram aceleradas como política estatal para a educação.

Ao que tudo indica, a busca do SEPE pela diversidade de ações estava vinculada não só ao desgaste da categoria com as extensas greves, questionadas desde o início da década de 1990, mas ao contexto de ofensiva prática e ideológica da política neoliberal contra as organizações e métodos de luta dos trabalhadores, seja através da tentativa de convencimento, com a convocação de novos “representantes da classe” para fóruns de negociação, seja através da coerção, expressa na reestruturação produtiva visando a progressiva diminuição dos empregos estáveis³¹⁴.

Tais elementos da crise que tinha como sintoma a desorganização sindical já estavam presentes nos debates no interior da CUT e na construção de um consenso, nas diversas esferas da sociedade civil, de conciliação entre as classes sociais³¹⁵. Senão vejamos a forma que a Convergência Socialista olhou para esta conjuntura,

A crise do SEPE está contida na crise geral do movimento sindical. A partir de 89, com a vitória de COLLOR, fortaleceu-se o movimento neo-liberal: ataque as conquistas e direitos dos trabalhadores e de suas entidades, políticas de arrocho salarial e desemprego, privatizações aberturas do mercado para o capital internacional. Obviamente as políticas financiadas pelo Estado, como a educação e a saúde, já sucateadas pelos governos anteriores, sofrem um golpe brutal nessa nova conjuntura.

Junto a esse ataque dos governos patronais, contudo, combinou-se uma evolução nos sindicatos, mesmo os cutistas e na própria CUT, no processo de burocratização dessas entidades, onde cada vez mais as direções se afastam da realidade de suas categorias e, ainda, a transferência do eixo da luta direta para as tentativas de articulações, sem as pressões da base, com os governos e entidades patronais

³¹⁴ Avaliações nessa direção seriam encontradas no caderno de tese do congresso seguinte. Por exemplo, ver a tese “A Escola da Sociedade Capitalista” In: SEPE. Caderno de Teses do VI Congresso do SEPE-RJ. Rio de Janeiro, 25 a 27 de novembro de 1994, p. 19.

³¹⁵ A título de exemplo serve a entrevista no jornal *O Globo* de Luiz Antônio de Medeiros : “A era do enfrentamento está acabando” (22-06-1992).

(pactos, câmaras setoriais...)³¹⁶

Contudo, a greve não fora descartada pelo movimento. Em setembro, os professores realizaram uma greve de oito dias, assim deliberada em assembleia e avaliada como um acerto, pois:

Essa força já começou derrubando um mito: o de que greves não adiantam, por que o governador não se importa com elas. O que se viu, durante oito dias, foi uma guerra, onde contamos com a nossa greve e limitados recursos para disputar espaço com o governo nos veículos de comunicação. Já na véspera da assembleia, ao anunciar, no dia 30 de agosto, a tabela de pagamento para o início de outubro, o secretário Noel de Carvalho dizia que, assim, queria evitar que a greve fosse deflagrada³¹⁷.

À greve, que durou de 9 a 16 de setembro, o governo de Leonel Brizola respondeu com tentativas de silenciar as denúncias da realidade educacional no estado, através dos meios de comunicação, com o impedimento de realização de dois descontos extras na folha do funcionalismo, conforme solicitação do SEPE e enviando uma claquete do PDT para provocar os manifestantes no ato de 16 de setembro, no Largo do Machado. Mas a mais inusitada contestação ao movimento deu-se via Justiça, que concedeu liminar ao governador, caçando dos profissionais de educação o direito de utilizar o *Brizolassauro*, grande boneco nas manifestações da categoria, símbolo jocoso do descontentamento da categoria com o governador³¹⁸.

Com as intervenções grotescas do governador, principalmente o corte do repasse financeiro, o SEPE organizou o ato “Em defesa da liberdade sindical e do SEPE/RJ” reunindo muitas entidades da classe trabalhadora, educadores, consolidados em um manifesto amplamente divulgado.

Dessa forma, os trabalhadores da educação insistiam nos movimentos considerados anacrônicos pelos políticos neoliberais. Os professores de São Paulo realizaram uma longa greve com adesão de 80% dos profissionais do interior e 70% da capital e uma passeata com cerca de 100 mil participantes que sofreu forte repressão policial. Em Pernambuco, os professores arrancaram do estado algumas conquistas com a greve de 32 dias. Houve greve nas redes municipais de Belo Horizonte e Contagem.

³¹⁶ SEPE. Caderno de Teses do VI Congresso do SEPE-RJ. Rio de Janeiro, 25 a 27 de novembro de 1994, p. 19.

³¹⁷ BOLETIM do SEPE da Rede Estadual, setembro de 1993.

³¹⁸ Idem, Ibidem.

No Espírito Santo houve greve de 109 dias, em Santa Catarina de 30 dias e no Rio Grande do Norte de 41 dias. No Piauí, os trabalhadores conquistaram reposição salarial de 120% com o movimento grevista.

O debate sobre a forma sindicato como uma frente única -tal qual a proposta gramsciana- garantiu a alteração estatutária da composição da direção do sindicato e a primeira eleição, sob os critérios de proporcionalidade, em 1995³¹⁹. Tal fato, obviamente, mudaria a correlação de forças no interior da entidade. Da mesma forma, mais uma importante tentativa de ampliação da democracia sindical seria aprovada: a eleição de representantes do SEPE na escola – organização por local de trabalho. Entretanto, a resposta imediata da categoria, através da eleição de cerca de mil representantes - para considerarmos apenas os números da rede municipal do Rio de Janeiro -, não garantiu o enraizamento do sindicato nos locais de trabalho, fazendo esse número decrescer sem uma política de manutenção dos representantes, por parte da direção da entidade.

Mesmo com o conjunto de problemas apontados, as mobilizações dos anos seguintes enfrentaram e frearam, por certo tempo, as políticas de cunho neoliberal, tais como a inserção da lógica da produtividade, as terceirizações e a busca de abertura do espaço público à iniciativa privada.

II.2.2 Do discurso da reforma do Estado à sua realização

O neoliberalismo se consolidaria no país como opção política com a eleição de Fernando Henrique Cardoso à presidência. Através de Itamar Franco a recomposição burguesa em torno do neoliberalismo ficou garantida com o enfrentamento da crise hiperinflacionária através do Plano Real. O efeito de regulação da inflação através da moeda criada, o Real, deu-se obviamente não apenas pela desindexação da economia,

³¹⁹ Eleição por critério de proporcionalidade. A direção foi composta, majoritariamente, pela Chapa "Dignidade para quem educa" (84% dos votos): Genésia Vasconcelos, Celso Moreti, Soneli Antunes, Carmem Túbio, Danilo Serafim, Daise Calazans, Joel Mraques, Vera Nepomuceno, Regina Cláudia, Edna Félix, Mariza Gonzaga, Geisa Linhares, Dilceia Batista, Nair Schocair, Eliane Castro, Veraci Alimandro, Almir fernandes, José dos santos, Alix Brantes, Carla Elisa, Jalmir Gomes, Adriana Freitas, Vandreleia Nunes, Dilza Bezerra, Angélica Cabral, Luiza Cavalcante, Gualberto Isaías, Rogério Alimandro, Claudio Paolino, José Muniz Navegantes, Mário Edyr, Alcebíades Teixeira, Azoílda Loreto, Bluma Salomão, Jusciara machado, Carlos Alberto de Carvalho, Fátima Mendes, Maria Penha, Fábio Leopoldo, Bismark Pereira, Cica, Mônica Lins, Robsob Trajano, paulo Romão, Roberto de Paulo, Maxwell Monteiro, Márcia Guerra, Tereza Ventura, Bernadete Ferreira, Graça Rodrigues. As forças políticas da gestão anterior permaneciam presentes na composição dessa diretoria, principalmente CUT pela Base (PT), PSTU e Articulação Sindical.

mas a partir de um conjunto de medidas tais como as privatizações, a redução dos gastos públicos e a abertura da economia, tal qual se mostrava necessário para uma etapa mais avançada da política neoliberal, do que aquela ensaiada por Collor. O plano da moeda Real levou à derrota na disputa presidencial, mais uma vez, do candidato Luís Inácio da Silva e à vitória do último ministro da fazenda de Itamar Franco, Fernando Henrique Cardoso.

O jornal do sindicato chamou a atenção da categoria para o teor das políticas neoliberais na educação, atreladas aos conceitos de produtividade e eficiência da gestão:

Não é por acaso que, ao assumir a presidência, FHC anunciou suas metas na área da educação: Currículo Básico Nacional, Avaliação do desempenho da escola, elaboração e distribuição do livro didático, educação à distância (formação docente e discente) e fortalecimento da gestão escolar (alocação de recursos)³²⁰.

A política federal ao normatizar e padronizar o currículo básico visava o controle sobre o desempenho escolar e sobre a distribuição e alocação dos recursos, modelo seguido pelo estado do Rio de Janeiro:

a proposta de implementação nas unidades escolares da rede estadual/RJ, das Associações de Apoio à escola, se enquadram no plano federal, abrindo caminho para a escola buscar na iniciativa privada, formas de garantir os recursos necessários ao seu funcionamento³²¹.

Em contexto adverso às greves, na rede estadual realizaram-se, além de paralisações de 24h e 48h, greves pipocas e greves de advertência pela ausência de política de reajuste salarial do governador Marcello Alencar³²² e o avanço das reformas no Estado.

A suspensão das atividades por 26 dias, sem o desconto dos dias parados, obteve algumas conquistas tais como a audiência com Marcello Alencar - depois de três anos de tentativas, o abono das faltas funcionais decorrentes das paralisações da rede pública durante os governos Leonel Brizola e Nilo Batista, a recuperação do desconto em folha da contribuição sindical, retirada por Brizola, e a abertura da discussão em torno da

³²⁰ PEREIRA, Talita Vidal. O Neoliberalismo e a educação: as “prioridades” de FHC. SEPE. Conselho de Classe, ano IV, nº 16. Rio de Janeiro, 14/09/1995, p.5.

³²¹ Idem, Ibidem.

³²² Governador 1995-1999, filiado ao PSDB.

recuperação das licenças sindicais. Contudo a solicitação do aumento salarial emergencial prolongaria o movimento de 1995.

Os professores exigiam:

A liberação de um piso salarial de emergencial de R\$ 297,69 para os professores e de R\$ 207,90 para os funcionários, que hoje recebem respectivamente R\$ 72,00 e R\$ 65,00³²³.

Mesmo com o aumento da arrecadação do Estado de 77%³²⁴, a proposta do secretário de Administração, Augusto Werneck, foi de aumento do piso para R\$ 215,00 e teto de R\$ 294,84. Dessa forma, a proposta do governo significava uma realocação de recursos, uma vez que ao estabelecer o referido teto, a proposta governamental aniquilava os interníveis do plano de carreira. Na proposta do SEPE de piso de R\$ 294,84 o teto representaria cerca de R\$ 737,08.

Mariléia da Cruz, secretária estadual de educação, através de publicação no Diário Oficial de 27 de novembro de 1995 da Resolução nº 1974, concretizou a municipalização do ensino das séries iniciais e pré-escolar impedindo a abertura de novas matrículas. A política da municipalização de parte do 1º grau, embora sob a ideologia da descentralização administrativa como forma de democratização do poder, configurava-se como mais uma ação de readequação da gestão do espaço público, restringindo o seu alcance e abrindo-o à captação de recursos fora da esfera estatal, uma vez que muitos municípios não teriam como arcar com tais despesas, conforme levantamento realizado pelo SEPE³²⁵. Em reuniões promovidas entre a SEE, os municípios e a Comissão de Educação da ALERJ, muitos secretários das redes municipais declarariam a impossibilidade de assumirem à demanda rejeitada pelo Estado e que a promessa de repasse de verbas pelo Estado não poderia ser tomada como garantia, tendo em vistas experiências similares anteriores.

A resolução extinguiu ainda o 3º e 4º turnos, implantando um sistema de rodízio de turmas, sem a devida solução para a defasagem de condições materiais para o processo educacional. A comunidade escolar em busca de matrículas nas séries iniciais enfrentou um contexto caótico, resultante da exclusão instantânea de vagas na rede estadual.

³²³ PROFESSOR do Estado pára durante 48 h. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 10/05/2011.

³²⁴ AUMENTO para funcionalismo estadual sai em 1º de julho. O Fluminense. Niterói, 18/05/1995.

³²⁵ SEPE. Conselho de Classe, ano IV, nº18. Rio de Janeiro, 29/12/1995.

No município do Rio também houve greves contrárias às reformas. Por exemplo, a greve de três dias (19, 20, 23 maio de 1995) começando em um turno e no último dia de caráter integral. A categoria, além da insatisfação com o as propostas de gratificação por produtividade do prefeito César Maia, anunciadas sem dados concretos pela secretária Regina de Assis, também protestava contra as propostas de terceirização da educação e privatização.

Para o SEPE, tais políticas, além de anunciarem uma forma de privatização dos serviços públicos, atingiam a concepção sindical de que todos os trabalhadores são educadores, ao propor a terceirização dos funcionários:

Patrícia Ashley – Secretária Municipal de Assuntos Extraordinários – responsável pelo programa de terceirização e privatização, deve desconhecer o universo de trabalho escolar. Em sua defesa da terceirização, expressa sua concepção de que os únicos responsáveis pelo processo educacional são os professores e os diretores de escola, minimizando a importância do trabalho realizado por serventes, merendeiras e agentes administrativos³²⁶.

O sindicato destaca a ideologia neoliberal da nova proposta de gestão do município:

Em entrevista ao jornal Folha Dirigida, Patrícia Ashley apresentou a proposta de implementação de um programa de demissões voluntárias, que teria o objetivo de atingir 30 mil funcionários, oferecendo uma indenização ao funcionário e a possibilidade de trabalhar como terceirizado. Sob o rótulo da modernidade, tenta-se vender a idéia de terceirização associando-a ao conceito de parceria³²⁷.

Já no ano seguinte seriam implantados o Plano de Exonerações Incentivadas e a proposta de Qualidade da Educação da SEE do Rio de Janeiro.

O impacto negativo da reforma do Estado, tanto no governo estadual, quanto no municipal, na educação pública seria evidente pelas condições materiais recorrentes, tais como a insuficiência do salário para a manutenção da categoria, a precariedade dos prédios públicos e a falta de recursos didáticos, mas também pela inserção da concepção de uma gestão eficiente dos recursos disponíveis, através de terceirizações,

³²⁶ SEPE. Conselho de Classe, ano IV, nº 16. Rio de Janeiro, 14-09-1995.

³²⁷ Idem, Ibidem.

municipalização, e a implementação da lógica da produtividade associada à competitividade intra-categoria.

A associação entre o aumento da receita - o ICMS cresceu 57% e o IPVA, 194% - e a restrição de gastos da política estatal, esgotou outras formas de mobilização da categoria que, em assembleia, no dia 08 de agosto decidiu pela greve por tempo indeterminado³²⁸. Contudo, polêmicas em torno das táticas do movimento, tais como se seria uma greve de ocupação, de meio período ou em horário integral ou ainda com ou sem a assinatura de ponto, retardaria o início da mesma para 26 de agosto daquele ano.

O movimento enfrentava uma longa pauta de reformas, a saber, a ameaça de demissão de professores e funcionários da Fundação de Apoio à Escola Pública (FAEP), o Plano de Exonerações Incentivadas - que oferecia indenizações aos funcionários que solicitassem exoneração do cargo; o anteprojeto que visava desviar verbas do salário-educação - imposto federal - para pagar “gratificação-incentivo” para aqueles que estivessem em programas da secretaria de educação, ao contrário de sua utilização para o aumento dos salários e, por fim, o projeto de unificação das carreiras de Professor I e II, com aumento de carga horária.

Devido às consequências do avanço das formulações político-pedagógicas do estado do Rio de Janeiro, principalmente, através da proposta de Qualidade da Educação, o SEPE convocou um congresso para debater o anteprojeto e divulgou análises realizadas nos periódicos do sindicato, como a de Carmen Lúcia Pessanha Lozza:

a proposta de Qualidade da Educação da SEE do Rio de Janeiro tem um teor bastante claro. Ela é uma expressão da poderosa ofensiva econômica, política ideológica, que podemos presenciar hoje em várias partes do mundo, daqueles que pensam que a sociedade, a economia, a educação e todas as esferas da vida social funcionam melhor se regidas pela lei do mercado. Afirmam os defensores desta visão, denominada neoliberal por ressuscitar, pelo menos no discurso, o primado da liberdade de mercado, que o Estado é intrinsecamente ineficiente e perturbador da ordem natural das coisas, configurando-se num obstáculo á distribuição harmoniosa dos recursos naturais, humanos e materiais³²⁹.

³²⁸ BOLETIM do SEPE. Rio de Janeiro, 25-07-1996.

³²⁹ Conselho de Classe, nº 20, 22-03-1996.

Nesse sentido, ainda com base no documento da SEE-RJ, Lozza destaca a ressignificação do termo qualidade, sob a lógica da mercadoria:

Para entendermos o documento “Proposta de Qualidade da Educação”, precisamos situá-lo dentro das linhas gerais do projeto neoliberal, que pretende enfatizar um tipo de qualidade (voltada para a competitividade) para uma minoria. Não é por acaso que o documento não fala em nenhum momento na dimensão quantitativa da educação, dando a entender que o problema educacional é puramente qualitativo, como se não houvesse falta de professores, falta de material, falta de salário, falta de escolas, etc.³³⁰.

Enquanto o discurso da qualidade na educação buscava encobrir a restrição de verbas públicas para o setor o subsecretário de planejamento do estado, Antonio Carlos Pinheiro, anunciava a previsão de R\$ 1 bilhão para pagamento de juros e amortizações da dívida pública. O desmascaramento da política educacional através da denúncia do SEPE mostrava que a verba que poderia ser utilizada para o aumento dos servidores possuía outro destino, o de pagamento de juros da dívida pública estadual:

O Estado afirma não ter dinheiro para investir na melhoria das escolas, hospitais e na valorização dos servidores. Mas estranhamente, o dinheiro aparece no caixa na hora de honrar os compromissos com a especulação do mercado financeiro³³¹.

A reforma do Estado nos anos 1990 caminhava na direção de supostamente capacitar o Estado em competência gerencial em benefício do mercado e contra os trabalhadores, recuperando as perdas - materializadas nos direitos sociais, resultantes da correlação da luta de classes da década de 1980. Nesse sentido, a classe trabalhadora enfrentava um conjunto articulado de contrarreformas, tais como a reforma da previdência, a sindical e a administrativa. O posicionamento da CUT, de participar de negociações com o governo federal sobre a reforma previdenciária e realizar o "acordo da previdência" seria a principal fonte de polêmica no interior do movimento sindical. O presidente da CUT, Vicente Paulo da Silva, aceitou negociar a proposta do sistema previdenciário, que substituía o modelo da “aposentaria por tempo de serviço” pelo da “aposentadoria por tempo de contribuição”.

Para o SEPE, instalou-se um paradoxo entre aquela ação e os princípios cutistas:

³³⁰ Idem, Ibidem.

³³¹ Idem, Ibidem, p.4.

O acordo-protocolo acertado entre o presidente da nossa Central, companheiro Vicentinho, e o Governo Federal, é contrário à manutenção e avanço dos direitos da classe trabalhadora, defendidos pela CUT³³².

Nesta perspectiva, o Conselho Deliberativo do SEPE decidiu pelos seguintes encaminhamentos à Direção Nacional da CUT:

a CUT não pode nem deve abrir mão de qualquer conquista da classe trabalhadora, seja do setor público ou privado; 2) a CUT deve se retirar desta negociação, já que nestas condições, o resultado é conhecido e significa perda de direitos por parte dos trabalhadores. [...]; 3) se o governo quiser negociar seriamente com a CUT, antes disso deve retirar o seu projeto de reforma previdenciária que está tramitando no Congresso; 4) a CUT deve chamar, imediatamente uma plenária de base, com o objetivo de fazermos um balanço da situação que os trabalhadores e a CUT estão atravessando e de decidirmos os próximos passos da nossa luta contra a reforma da previdência do governo FHC e seus planos neoliberais³³³.

O SEPE reagiu de maneira diametralmente oposta à ideologia da conciliação de classes, a qual a CUT já semeava em seu interior, de acordo com as disputas visíveis nos CONCURTs do período em torno do modelo de “sindicalismo orgânico”³³⁴.

No setor específico da educação, seria criado como política estatal federal o Fundo de Manutenção de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), que, em poucas palavras, estava estruturado sob a lógica de repassar para os estados e municípios a responsabilidade pelos investimentos na educação básica³³⁵, de acordo com o quantitativo de alunos, estabelecendo a média anual de gastos por aluno em R\$ 300,00. Ou seja, a política estatal não representava novos recursos financeiros para o setor, mas uma realocação da verba existente. Os municípios que possuíam um baixo número de matrículas no ensino fundamental repassavam verbas, via fundo, àqueles com situação diversa. Ao realizar a análise do

³³² CONSELHO de Classe, ano V, Edição Especial. Rio de Janeiro, 09/02/1996.

³³³ Idem, Ibidem.

³³⁴ Grosso modo, tratava-se de um modelo de atuação sindical que se apresentava capaz de viabilizar a negociação e, mais que isso, a superação do antagonismo entre o capital e o Trabalho. A ideia central da proposta era submeter as entidades de base a um controle (financeiro e político) mais estreito da direção da central sindical, ao mesmo tempo que começava a processar-se um amalgamento entre a estrutura da central (seus departamentos por ramo de atividade) e a estrutura sindical oficial (as confederações nacionais). Sobre tal debate nos CONCURTs ver: FRANÇA, Teones Pimenta de. Mundo do trabalho e sindicalismo no Brasil (1988-2000): Uma análise sobre as principais causas da crise sindical. Niterói: UFF, 2005.

³³⁵ Cabe destacar que o FUNDEF estava vinculado a contribuição dos seguintes impostos: ICMS, Fundo de participação dos Estados, Fundo de participação dos Municípios e IPI/ Exportações.

FUNDEF, Nicholas Davies afirmou que o governo federal fazia “cortesia com o chapéu de estados e municípios”³³⁶.

O estado do Rio de Janeiro, que perdia verbas com o fundo, instituiu um GT para discutir a regulamentação da fiscalização do Fundo em nosso estado, do qual, inicialmente, participou um integrante do SEPE³³⁷.

Como não poderia deixar de ser, o eixo do 7º Congresso, em 1996, foi a resistência ao neoliberalismo. Nele deliberou-se pela crítica específica às políticas educacionais, do qual o FUNDEF fazia parte, mas também ao conjunto da política de Fernando Henrique Cardoso a ser debatida em um congresso nacional, popular e democrático que reunisse todas as entidades e organização de trabalhadores de oposição ao governo, organizado pela CUT; reafirmação da CUT de priorizar o pluralismo sindical; promoção, em conjunto com o SINPRO, de um seminário de unificação dos sindicatos de educação do estado, e pela realização de uma Conferência Popular Aberta e Unificada, para discutir um projeto educacional alternativo, dentre outras³³⁸.

Na contramão das reformas, a rede municipal carioca garantiu uma importante vitória, a aprovação do Plano de Cargos e Salários, nas disputas na base governista de César Maia³³⁹.

O ano letivo de 1997 não começou na data prevista, dia três de março, na rede estadual por falta de professores e falta de pagamento do 13º salário dos docentes, relativo ao ano anterior. Em entrevista coletiva no dia 19 de fevereiro, o novo secretário, deputado Fernando Pinto, anunciou a carência na rede de mais de 11 mil docentes, segundo o jornal do sindicato:

O fato que o SEPE denunciou durante todo o ano de 96, só agora está sendo reconhecido oficialmente pelo governo estadual: os baixos salários e a falta de perspectiva de ascensão profissional estão provocando uma verdadeira diáspora dos profissionais de educação do estado³⁴⁰.

O SEPE entrou com ação na justiça contra o estado do Rio de Janeiro, enviou ofícios e pedidos de audiência à SEE, denunciou na imprensa, junto ao Conselho da

³³⁶ DAVIES, 1999.

³³⁷ No ano seguinte seria implantando o Conselho Estadual composto por um representante do poder público estadual, um dos poderes executivos municipais, um representante de pais e alunos e professores das escolas públicas de ensino fundamental, UNDIME, SEPE, e delegacia regional do SEPE.

³³⁸ CONSELHO de Classe, ano IV, nº 23. Rio de Janeiro, 27/12/1996.

³³⁹ Prefeito do Rio de Janeiro (1993-1996), filiado ao PMDB.

³⁴⁰ CONSELHO de Classe. Ano IV, nº24, 04-03-1997, p. 2.

Criança e do Adolescente, à Comissão de Educação e Cultura da ALERJ a situação da educação pública no estado. Até mesmo durante os desfiles das escolas de samba do Grupo Especial, no carnaval, e no interior do estado, os professores protestaram levando faixas. Contudo, outra forma de resistência cresceria no interior da categoria, a da desistência do trabalho:

Sem reajuste desde 1995 e sem qualquer perspectiva de valorização profissional, os professores da SEE deram uma verdadeira goleada no ranking do programa de exonerações incentivadas do governo estadual: dos 9,8 mil servidores que aderiram ao programa, 6,2 mil era da área da educação³⁴¹.

As promessas de fartura com a implantação do FUNDEF logo mostraram-se ilusórias. Nicholas Davies demonstrou que, só no ano de 1997, a proposta orçamentária da educação, no estado do Rio de Janeiro, contaria com R\$ 600 milhões abaixo do devido legalmente.³⁴²

Se não houve a valorização do magistério pelo FUNDEF, preconizada nos documentos oficiais, tampouco o aumento do ICMS garantiu o reajuste salarial aos docentes - embora o governo houvesse condicionado, para fins de aprovação, o aumento do imposto ao aumento salarial dos trabalhadores da educação. Com o aumento da arrecadação garantido, o governo solicitou aos docentes que aguardassem pelo reajuste, uma vez que as verbas do FUNDEF não cobriam o 2º grau e que o Estado havia perdido verbas com o FUNDEF para as redes municipais, pois estas possuíam maior número de matrículas no ensino fundamental.

Conforme destacamos acima, em julho, o SEPE aprovaria a participação crítica no conselho fiscalizador do FUNDEF, elegendo o coordenador geral da entidade, Danilo Serafim. Através desta participação e dos debates realizados no interior do movimento, ao final do ano, o SEPE já levantaria os principais problemas do fundo, apontados na longa citação abaixo, porém justificável pela sua precisão:

1) a criação do Fundo pelo Governo Federal atropelou o movimento nacional dos profissionais da educação que defendia um piso salarial e um plano de carreiras nacionais, 2) O fundo não acrescenta recursos ao setor educacional. Apenas cria a “cota única” restrita a quatro impostos. A Constituição Federal já estabelece uma destinação de verbas para educação bem superior a esta. 3) O segundo grau, a

³⁴¹ CONSELHO de Classe. Ano IV, nº24, 04-03-1997, p. 2.

³⁴² DAVIES, 2000, p.66.

educação infantil, os aposentados e os funcionários não podem receber os recursos do fundo. Estão excluídos. As matrículas no supletivo e na Educação Especial não contam para efeito de recebimento das verbas – o que significa que estados e municípios vão abandoná-las. 4) o custo aluno/ ano é de R\$300,00 não garante a qualidade. Neste custo estava tudo incluído, inclusive a previsão do gasto com professor. 5) Há o risco de superlotação das salas de aula, já que o cálculo para receber as verbas do fundo é por aluno³⁴³.

Além dos aspectos levantados acima, o sindicato chamava a atenção dos trabalhadores para as questões vinculadas à dificuldade de fiscalização do fundo pela sociedade; à vinculação do Fundo ao ICMS, imposto fartamente renunciado pelo estado em prol de empresas e, sobretudo, a promoção dos trabalhadores por produtividade e mérito e a diminuição entre o piso salarial e o teto nos planos de carreira, conforme as diretrizes nacionais definiam.

Como se verificaria nos anos seguintes, a classe trabalhadora sofreu importantes derrotas quanto aos direitos sociais conquistados. Particularmente, no caso da reforma da previdência os docentes viram alterada uma conquista que teve singular relevância na construção da sua organização nacional³⁴⁴, a aposentadoria especial.

A Constituição em vigor garantia para todos os professores aposentadoria aos 30 anos e, às professoras, aos 25 anos de trabalho. Segundo a nova proposta de reforma previdenciária para fazer jus à aposentadoria especial os professores teriam que comprovar exclusivamente tempo de exercício na educação infantil, fundamental ou ensino médio, associando o tempo de contribuição à idade mínima, no caso dos homens 30 anos de contribuição e 55 anos de idade e, para as mulheres, 25 anos de contribuição e 50 anos de idade.

Outra alteração na situação funcional dos trabalhadores foi o aumento de dois para três anos para que tivesse direito à estabilidade, o chamado estágio probatório. Contudo, a proposta do deputado federal Moreira Franco (PMDB), velho conhecido da categoria, se fosse completamente vitoriosa em seus objetivos teria mesmo destruído o próprio direito à estabilidade.³⁴⁵

³⁴³ CONSELHO de Classe, ano IV, nº 27. Rio de Janeiro, 27/10/2011.

³⁴⁴ FERREIRA Jr., Amarílio. A Confederação dos Professores do Brasil e a Aposentadoria aos 25 anos. In: III Seminário Internacional da Rede de Pesquisadores em Associativismo e Sindicalismo de Trabalhadores em Educação 2011, acesso em abril de 2011: <http://nupet.iesp.uerj.br/arquivos/AmarilioFerreira3.pdf>.

³⁴⁵ BOLETIM do SEPE. Rede estadual. Rio de Janeiro, 29-08-97.

A fim de organizar a pauta de lutas frente aos ataques em curso, o SEPE realizou um Congresso Extraordinário de Educação, em abril. Como síntese desse debate, o congresso elaborou a Carta da Educação que definiu as lutas centrais dos profissionais da educação no campo da política educacional como o enfrentamento à política do FUNDEF (Lei federal 9.424/1996) e à nova LDB (Lei federal 9394/96), e também àquelas relacionadas às reformas restritivas dos direitos sociais, tais como os ataques à estabilidade dos funcionários públicos e à isonomia, a redução do quadro de pessoal, a criação de programas de demissões voluntárias e a disseminação das contratações irregulares e das terceirizações.

Vista como vitória da concepção neoliberal sobre as reivindicações da classe trabalhadora, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 foi um dos focos de análise do congresso. A avaliação do movimento não comportava esperanças perante a nova legislação educacional. Para o SEPE o processo de construção da LDB, durante os oito anos de tramitação da lei no Congresso Nacional, descartou as reivindicações sociais de luta pela educação pública no Brasil. Na mesma direção, o projeto gestado no MEC, cujo relator foi Darcy Ribeiro, diferente do projeto vindo da câmara, diminuiu as responsabilidades do Estado³⁴⁶.

O jornal da categoria reproduziu, na íntegra, o artigo da deputada federal do PT, Esther Grossi, “Nova LDB já nasce antiga”. No artigo, a deputada demarcou a substituição do projeto original apresentado à Câmara dos Deputados, cujas emendas foram propostas por diversas entidades da sociedade civil, em particular aquelas vinculadas à educação, por um projeto do MEC. Dessa maneira, derrotava-se a concepção de que o orçamento deveria estar a serviço das necessidades educacionais apontadas pela luta pela educação pública no país:

A argumentação do atual governo é a de que a Lei de Diretrizes e Bases deve ser uma lei do possível, isto é, que possa ser cumprida a partir dos recursos financeiros disponíveis nos esquemas orçamentários convencionais. É um absurdo lógico- e crime político – regular necessidades essenciais dos cidadãos pelos recursos orçamentários³⁴⁷.

³⁴⁶ SAVIANI, Dermeval. Da nova LDB ao novo plano nacional de educação: por uma outra política educacional. Campinas, SP: Autores Associados, 1998.

³⁴⁷ CONSELHO de Classe, ano IV, nº 24. Rio de Janeiro, 04/03/1997, p.5.

Desnecessário seria ressaltar, que para a política neoliberal do governo FHC, os esquemas orçamentários convencionais, para o atendimento dos serviços públicos, cada vez representariam um montante de verbas menor.

Após um longo processo de debate na sociedade, em particular nas instituições educacionais e sindicais, em torno da formulação da lei e da apresentação da proposta de Dermeval Saviani - assumida formalmente pelo deputado Otávio Elísio (PSDB-SP) - e outros tantos substitutivos (Jorge Hage, Ângela Amim, Darcy Ribeiro), a LDB votada e aprovada em 1996, mostraria poucos avanços em relação às legislações anteriores, do ponto de vista das reivindicações da classe trabalhadora e estaria coadunada aos interesses acolhidos pela burguesia brasileira, os do neoliberalismo³⁴⁸.

Se a promulgação da lei avançava com relação ao conjunto disperso de leis educacionais (tais como a LDB 4.024/61, Lei 5.550/68, Lei 5.692/71, lei 7.44/82, dentre outras) recuava na definição da estrutura e funcionamento da educação no Brasil, posto que não definia a sua forma de realização. Nesse sentido, CUNHA a chamou de minimalista³⁴⁹, pela adequação aos novos contornos de Estado mínimo, proposto pela reforma do Estado do governo de Fernando Henrique Cardoso. Pela ampla flexibilidade, a Lei 9.394/96 abriria a possibilidade de inúmeras regulamentações, através de ações posteriores do MEC, ou de outros órgãos deliberativos.

O caráter liberal da nova legislação educacional estava explícito no seu primeiro artigo: a responsabilidade da família com a educação dos sujeitos sobrevinha à do Estado, colocando, desta forma, a questão da responsabilidade pública como complementar a da família, invertendo explicitamente o que estava inscrito na Constituição de 1988, aliás. As forças privatistas ganharam espaço dentro da Lei 9.394/96, em especial, quando a lei garantiu a expansão da iniciativa privada na educação superior. A educação infantil foi incorporada à educação básica, mas sem a perspectiva de sua universalização. Com os exemplos supracitados, destacamos que a renúncia a flexibilidade do texto final da legislação educacional, demonstrava o compromisso político assumido de continuidade da reforma do Estado, via educação.

A ideia da “exclusão social” como consequência das políticas neoliberais, parece ter permeado as análises críticas, de diversas matizes, àquela forma histórica de

³⁴⁸ SAVIANI (1998).

³⁴⁹ CUNHA (1996).

manifestação do capitalismo³⁵⁰. Com o SEPE não foi diferente. O seminário que antecedeu o congresso extraordinário de educação, “Por uma pedagogia sem exclusão: respeitando as diversidades”, debateu questões relativas ao currículo escolar como instrumento político da prática pedagógica e o papel excludente das políticas estatais neoliberais para setores da sociedade.

Além da legislação federal, acima apontada, o congresso extraordinário também discutiu a gestão da escola, a política educacional da Multieducação³⁵¹, a concepção de sindicato orgânico e as propostas de reforma estatutária do sindicato.

Os conceitos de sindicalismo cidadão e sindicalismo orgânico estavam na ordem do dia, no debate sindical cutista. Das seis teses apresentadas ao congresso, três se posicionaram sobre a questão que visava dar resposta à reconhecida crise sindical.

A Tese 5, a *Tese do Movimento por uma Tendência Socialista (MTS)*, combatia o caminho já em curso na CUT e na CNTE de buscar o consenso com os patrões e governos:

O papel de Vicentinho na “negociação” da emenda da Previdência, que abriu caminho para que FHC trocasse o “tempo de serviço” por “tempo de contribuição” na aposentadoria, é o exemplo claro dos efeitos dessa política: nós trabalhadores saímos perdendo. Cada vez mais se abandona a concepção de independência de classe que norteava a fundação da CUT³⁵².

A transformação política da CUT caminhava no sentido das reformas dentro do capitalismo para a Tese 5:

Atualmente a direção majoritária procura políticas dentro do capitalismo para ter “crescimento econômico com distribuição de renda”. Nada mais utópico, já que o capitalismo tem uma tendência crescente a concentrar renda e riquezas nas mãos de uma minoria, gerando cada vez mais milhões de miseráveis³⁵³.

³⁵⁰ Poderíamos arriscar afirmar que a ideia do combate a exclusão social que ganhou força no interior do SEPE seria uma manifestação, ainda que obscura, da proposta política do movimento petista que COELHO (2005) denominou como “esquerda para o capital”. Eurelino Coelho defendeu a tese que o conceito gramsciano de transformismo explicaria o processo histórico de deslocamento do PT no terreno da luta da classes, antes um partido de massas e combativo a uma “esquerda do capital”, através de um projeto de desenvolvimento econômico com distribuição de renda.

³⁵¹ Projeto para a Educação da SME Rio de Janeiro.

³⁵² SEPE. Caderno de Teses. Congresso Extraordinário de Educação do SEPE/RJ. Rio de Janeiro, abril de 1997, p.8.

³⁵³ Idem, Ibidem.

Em oposição à corrente e à prática reformistas, que vinha se fortalecendo na CUT, a tese reivindicava a construção de uma nova direção:

Para nós do MTS, a construção dessa nova direção exige a unidade de todas as correntes organizadas, companheiros e companheiras de opções partidárias variadas que se contrapõem às políticas de capitulação privilegiadora da pressão institucional que levou a CNTE após participar dos diversos fóruns de discussão do governo para a aplicação do Plano Decenal de Educação, a assinar o Pacto de Valorização do Magistério, que apontava para um piso de R\$ 300,00, para uma proposta rebaixada mais tarde abandonada pelo próprio governo e das câmaras setoriais (os pactos firmados entre patrões, governo e trabalhadores, na prática aumentaram a produtividade das empresas, sem diminuir os índices de desemprego na região do ABC paulista)³⁵⁴.

A tese 6, *Estatutos e Construção do SEPE*, da Alternativa Sindical Socialista reivindicava a melhoria da organicidade da estrutura sindical cutista, contrária à unicidade e a vinculação à CLT, sem contudo, explicitar as suas principais divergências da direção majoritária cutista:

Somos contra o “sindicato orgânico” da maneira com que a corrente majoritária na CUT está se preparando para defender no Congresso Nacional de agosto³⁵⁵.

Já a tese 3, *Radicalizar na democracia para revolucionar a educação*, ao afirmar que havia uma distância entre a direção do SEPE a base da categoria, defendia que a decisão sobre o tema havia sido adiada para o congresso extraordinário devido ao desconhecimento da base:

No ponto sobre estrutura e organização sindical, a grande polêmica se manifestou na discussão sobre o “sindicalismo orgânico”. Enquanto uma ínfima minoria dominava a discussão encerrando entre eles tal divergência, a falta de acúmulo da quase totalidade dos delegados postergou a decisão em relação ao tema para o congresso extraordinário³⁵⁶.

No contexto de crise do movimento sindical brasileiro, a delegação do SEPE, presente no Congresso seguinte da CUT, fez uma opção contrária à proposta de

³⁵⁴ Idem, Ibidem.

³⁵⁵ Idem, Ibidem, p. 10.

³⁵⁶ Idem, Ibidem, p.6.

moderação dos sindicatos, via modelo do "sindicalismo orgânico", defendido pela corrente majoritária da CUT.

Na conjuntura adversa de 1997 o SEPE realizou um conjunto de paralisações nas duas redes, a municipal e a estadual do Rio de Janeiro, e manifestações públicas. Embora o sindicato tenha encaminhado a proposta de greve, na assembleia realizada na UERJ, em 04 de agosto, os quase quatro mil profissionais presentes rejeitaram a proposta. Na avaliação de Adriana Freitas, uma das coordenadoras do SEPE:

Estamos chamando essa estratégia de ataque-recuo. Queremos pressionar o governo, mas ao mesmo tempo continuar trabalhando. Nesta semana, vamos mobilizar toda a comunidade: pais, alunos e funcionários³⁵⁷.

Tratou-se, assim, de construir um plano de lutas para o segundo semestre, cujo destaque foi a “Semana SOS Educação” que contou com aulas públicas sem paralisações durante a primeira semana de setembro, dia 2 de setembro na SEE, dia 3 na ALERJ e dia 4 no Palácio Guanabara. No último dia, 7 de setembro, a categoria integrou o Grito dos Excluídos e, em protesto pelo período sem aumento e pela falta de perspectiva de obtê-lo, realizou uma queima de contra-cheques que chamou a atenção da imprensa.

Fazia parte ainda da "Semana SOS Educação" o envio de cartas públicas de denúncia da situação das escolas para a imprensa e para o governo, produzidas por alunos e demais membros da comunidade escolar, com o apoio dos trabalhadores. No boletim preparativo da atividade³⁵⁸ era possível encontrar uma coluna com uma lista dos endereços e telefones de programas de TV como o “Jô 11 e meia” (SBT-SP), Programa “Sem Censura” (TVE) e de jornais: O Globo (RJ), Jornal do Brasil (RJ), O Dia (RJ), O Fluminense (Niterói), Tribuna da Imprensa (RJ), Rádio Globo/CBN (RJ), Rádio Tupi e o endereço residencial do governador Marcello Alencar.

No município do Rio, o eixo da luta salarial exigia a incorporação de gratificações e a oposição à concepção empresarial do projeto Multieducação³⁵⁹. As avaliações feitas em torno do modelo empresa-escola e do Multieducação, são, sinteticamente, as seguintes: a contradição entre o discurso democrático e a prática impositiva, cuja implementação não buscou o debate com a comunidade escolar e as

³⁵⁷ PROFESSORES adiam decisão. *Jornal dos Sports*. Rio de Janeiro. 05-08-1997.

³⁵⁸ BOLETIM do SEPE. Rede Estadual, 29-08-97.

³⁵⁹ Conselho de Classe, ano IV, nº 27. Rede Municipal. Rio de Janeiro, 30-09-1997, p.3.

mudanças na avaliação escolar deram-se por decreto e a abertura às parcerias com a sociedade civil. O argumento da autonomia administrativo-pedagógica do Conselho Escola-Comunidade (CEC), presente no projeto, era um eufemismo para a busca de verbas na iniciativa privada, pois a prefeitura:

elabora o Projeto Rio-Escola e divulga a idéia de que os CECs poderão buscar verbas junto à iniciativa privada inclusive para premiar e dar gratificações a professores³⁶⁰.

Para o SEPE, estava

cada vez mais nítido o perfil neoliberal do governo municipal, que tenta fazer valer a lógica empresarial para as escolas. A lógica da concorrência entre os trabalhadores, da exclusão de muitos e beneficiamento de poucos. Enfim, a lógica cruel da produtividade. Na visão neoliberal, o aluno passa a ser um produto e se transforma em número percentual. O professor passa a ser avaliado pela sua produtividade³⁶¹.

A tese 3, *Radicalizar na democracia para revolucionar a educação*³⁶², apresentada ao Congresso Extraordinário do SEPE, afirmava que a direção do SEPE não havia sido capaz de realizar uma análise profunda do projeto. De fato, o SEPE não se dedicou à necessária análise do projeto político pedagógico da SME-Rio, contudo o caráter central do documento curricular, expressão da hegemonia de um modelo político em difusão desde a esfera federal, ficaria evidente.

A primeira publicação do projeto³⁶³ daria indícios de que, além dos princípios declarados, a sua principal função seria a de realizar diretrizes curriculares, embora não se restringisse a tal. O documento curricular, na corrente das determinações internacionais e da LDB, ao criar um currículo mínimo o vinculava a um processo avaliativo.

O próprio MEC³⁶⁴ destacaria a necessidade de vinculação da construção de um currículo básico nacional às avaliações também de âmbito nacional, como determinado

³⁶⁰ Idem, Ibidem.

³⁶¹ Idem, Ibidem.

³⁶² SEPE. Congresso Extraordinário de Educação do SEPE/RJ. Caderno de Teses. Rio de Janeiro, abril de 1997, p.4.

³⁶³ Os fundamentos do projeto encontram-se no documento: Secretaria Municipal de Educação. Multieducação: núcleo curricular básico. Rio de Janeiro: SME, 1996.

³⁶⁴ Brasil. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais. Brasília: MEC/ SEF, 1997.

nos fóruns de construção desta política, do qual se destaca a Conferência Mundial de Educação para Todos, em 1990, convocada pelo Banco Mundial, UNESCO, UNICEF, PNUD, além do Plano Decenal de Educação para Todos e a nova LDB.

Desde momentos anteriores, principalmente em congressos³⁶⁵, a Educação Profissional fora objeto de debate e de lutas no sindicato, tais como a regularização dos concursados da FAEP³⁶⁶. Se o sindicato criticava o modelo vigente no Ensino Médio e Técnico no Estado, a criação da Fundação de Apoio às Escolas Técnicas (FAETEC), com a extinção da FAEP, representaria um estágio superior do processo de fragmentação da educação e privatização do setor:

A recém-criada FAETEC, e o que ela representa, significa um ataque ao sistema público de ensino técnico, rompendo com uma concepção de formação integral de nossos estudantes, adaptando as escolas técnicas a uma visão mercadológica. A FAETEC já nasce velha e viciada.

Após mais de uma década, não houve disputa pela direção do sindicato. A diretoria do SEPE se elegeu sob a chapa única “Plantar, lutar, colher os frutos”³⁶⁷, com o maior quórum das eleições realizadas no sindicato³⁶⁸.

As manifestações públicas voltariam à cena, com significativa participação da categoria e da comunidade escolar, na semana de comemoração ao dia do professor. No

³⁶⁵ Sobre o Ensino Médio e Técnico ver, principalmente, as resoluções da Conferência de Educação do SEPE, realizado em 1992.

³⁶⁶ Fundação de Apoio à Escola Pública.

³⁶⁷ DIREÇÃO ELEITA PERÍODO 1997-1999. Chapa Única: “Plantar, lutar, colher os Frutos”, Obteve 11.524 votos, que correspondem a 94,02% dos votos. Coordenação Geral: Adriana Maria Almeida de Freitas, Bluma Salomão, Danilo Garcia Serafim, Gesa Linhares Corrêa, Gualberto Isaías de Oliveira. Coordenação da Capital: Alcebíades de Souza Teixeira Filho, Eliane Ramos da Rocha, Guilhermina Luzia da Rocha, Luiza Tereza Cavalcante de Matos, Jusciara Machado dos Santos, Plácídia Célia Cunha dos Santos. Coordenação do Interior: Ângela Maria Barbosa de Souza, Celso Moreti de Araújo, Isolda Silva de Lima Andrade, José Muniz Navegantes, Jorge Barros de Souza, Maria das Dores Pereira Mota, Pedro Ney Maximiano Alves, Tânia Maria Coelho C. de Faria. Coordenação do Grande Rio: Denise Mendes Cárdua, Mariza Gonzaga da Silva. Secretaria de Aposentados: Anaite Coriolano Cardoso, Inaura Correa da Silva, Liège do Nascimento, Sebastião José e Silva. Secretaria de Funcionários: Paulo Cesar Romão da Silva, Aldracir Casanova Cunha, Eliane de Paula Pinto, Silva Rejane Vianna Sobrinho de Souza. Secretaria de Organização: Bismarck Pereira Mendes de Jesus e Vera Lúcia Guedes. Secretaria de Imprensa: Antonio Claudio de Andrade, Edna Oliveira Félix e Robson Lopes Trajano. Secretaria de Finanças: Maria Angélica da Gama Cabral, Maristela de Ávila Abreu e Rogério Norberto da Cunha Alimandro. Secretaria de Assuntos Jurídicos: Joel Marques de Moraes e Maria de Oliveira Penha. Secretaria de Assuntos Educacionais: Mara Regina Alves de Andrade, Maxuel Monteiro Bastos, Monica Regina Ferreira Lins, Rosaldo Bezerra Peixoto e Veraci Souza da Cunha Alimandro. Secretaria de Formação e Secretária de Gênero, Anti-Racismo e Opções: Alexandre Batista da Silva, Luciene Lira Campos, Sérgio Paulo Aurnheimer Filho, Suzana Elias Bezerra. Suplentes: Dione Lins, Erodice Garcia, Maria Beatriz Lugão Rios, Bernadete Fernandes, Natalino Pontual, Vanderlea Ramos, Cléa Diniz, Marta Moraes, Lilian Pontes, Jurema Ramos Alix Brantes, Roberto de Paula, Dylsa Castilho. A hegemonia política dessa gestão pertencia à esquerda cutista, anteriormente demarcada.

³⁶⁸ Cf. BOLETIM do SEPE. Rio de Janeiro, 21/07/1997.

dia 15 de outubro houve paralisação nas duas redes de ensino, passeatas pelo centro e show, na Cinelândia, de Sá e Guarabyra.

A aula-pública cujo tema foi “De Cabral a FHC: a Educação no Brasil”, proferida por Chico Alencar, tomou como objeto de crítica a intervenção de organismos internacionais no política educacional contemporânea, em particular, a proposta de Bill Clinton de unificação do ensino básico nos moldes americanos.

Simultaneamente, CUT-RJ, UEE, DCEs, União dos Professores de Duque de Caxias, professores do CPEI e grêmios de escolas técnicas e federais organizaram um protesto contra as políticas imperialistas e a visita do presidente americano ao Rio de Janeiro.

A Central Única dos Trabalhadores (CUT-RJ) distribuirá hoje, na Praça do Lido, em Copacabana, cerca de uma tonelada de bananas para protestar contra a visita do presidente Bill Clinton. “Nós não somos o quintal dos Estados Unidos”, gritavam em coro estudantes e professores durante manifestação ontem no centro do Rio contra os governos federal, estadual e municipal e a visita de Clinton. Com faixas do tipo “Go home, Bill Clinton”, estudantes, professores, aposentados e funcionários da educação rejeitaram a proposta de unificação, ao estilo americano, do ensino de segundo grau no país³⁶⁹.

As notícias estampadas nos jornais do dia seguinte, curiosamente, relatariam o seguinte episódio:

Terminou em pancadaria e prisões a manifestação de sindicalistas e estudantes que distribuíam bananas na Praça do Lido, em Copacabana, para satirizar o que classificaram como prepotência dos americanos em relação ao Brasil. Nem a metade das bananas havia sido distribuída, quando cerca de 20 policiais do 19º BPM, chefiados pelo capitão Dario Dias, tomaram as bananas à força. Houve reação e sete pessoas foram detidas, entre elas o presidente da CUT estadual, Alcebíades Teixeira, e a doméstica Maria Amélia Cândida, que afirmou ter passado só para pegar bananas mas foi acusada de jogar uma pedra na polícia³⁷⁰.

No encerramento das comemorações da semana do professor, o SEPE recebeu a Medalha Pedro Ernesto, da Câmara de Vereadores, proposta pelo vereador Eliomar

³⁶⁹ PROFESSORES fazem ato contra Marcello, Conde, FH e Clinton. *Tribuna da Imprensa* – RJ, 15-10-1997.

³⁷⁰ ATO de sindicalistas acaba em pancadaria. *O GLOBO*. Rio de Janeiro. 16-10-1997.

Coelho (PT), pelo pioneirismo, na década de 1970, na mobilização contra a ditadura militar e pela redemocratização do país³⁷¹. Curiosamente, a secretária municipal de educação também recebeu a medalha Pedro Ernesto, por indicação do vereador Paulo Cerri (PFL).

O grau de avanço do desmonte do Estado com uma explicitação maior de suas devastadoras consequências sociais garantiu à mobilização dos trabalhadores da educação, em greve desde o início do ano letivo de 1998, forte apoio popular.

Novamente, as ruas seriam ocupadas por protestos contra a grave crise pela qual passava a educação pública no estado. Através do Plano de Demissão Incentivada, só no ano de 1997, 3,5 mil docentes abandonaram as suas matrículas. Mas esta era apenas uma face da moeda do aviltamento dos profissionais da educação:

Mesmo se os professores da rede estadual não estivessem em greve, grande parte dos 1.133.261 alunos da rede estaria sem aulas. Dados do SEPE mostram que 10.013 professores abandonaram as escolas de setembro de 1994 a agosto do ano passado – a maioria por causa dos baixos salários³⁷²

A greve de março de 1998 obteve índices históricos de adesão, na maioria das cidades do interior, acima de 75% e, na capital, acima de 80%. Caravanas das cidades do interior, como Porciúncula, Volta redonda, Valença, Itaperuna, Natividade, Região dos Lagos, Baixada Fluminense e Grande Rio somavam-se aos professores da capital nos atos e à participação de estudantes e de pais de alunos.

Uma das razões desse fortalecimento das reivindicações do sindicato foi o compromisso público assumido e não cumprido pelo governador Marcello Alencar em setembro de 1997, na grande mídia. O governador afirmou que o piso salarial dos professores passaria de R\$ 100,00 para R\$ 600,00, com o reforço das verbas do FUNDEF e propôs um abono, ao final das contas, de R\$ 164,08 para professores e R\$ 50,00 para funcionários.

Jornais como *O Dia* e *O Povo* realizaram enquetes com trabalhadores como domésticas, mecânicos e pedreiros que declararam apoio ao movimento em resposta à pergunta “Você concorda com a greve dos professores?”:

Se ninguém for às ruas reivindicar o Brasil não vai para frente. Chega de comodismo e de se contentar com pouco. Não só o ensino no país está carente de

³⁷¹ CONSELHO de Classe. Rio de Janeiro, ano IV, nº 27, 30/09/1997, p.5.

³⁷² ESTADO perde 10 mil professores. *Jornal do Brasil*. 23-04-1998.

investimentos, como a saúde também. Concordo com a greve. (Raimundo dos Santos, 52 anos, zelador)

Claro que concordo, uma vez que a categoria está há três anos sem receber reajustes. Minhas crianças estão sem aula devido à greve, mas se ninguém reivindicar isso permanecerá assim como está, uma bagunça. (Denise Teixeira, 42 anos, doméstica)³⁷³

Também se percebia o apoio nas cartas aos jornais:

Como mãe de um adolescente que frequenta a escola pública estadual quero me solidarizar com a greve dos professores, esses heróis anônimos. Fui convidada para conhecer a realidade de uma escola da zona sul. Como está distante da veiculada nos meios de comunicação! Tive acesso aos contracheques dos professores de meu filho. Fiquei estarecida³⁷⁴.

Ou nos atos nas ruas do Rio de Janeiro:

Os professores realizaram passeata no centro, com a participação de adolescentes do grupo AfroReggae. Durante 45 minutos, os manifestantes quebraram o ritmo frenético do trânsito na Avenida Rio Branco, transformando o local numa espécie de sucursal do carnaval baiano. Cerca de mil pessoas se concentraram na Candelária (...) No trajeto, professores e alunos de escolas públicas foram saudados com uma chuva de papel picado³⁷⁵.

Estudantes do Instituto de Educação e das Escolas Estaduais Ferreira Viana, Júlia Kubitschek e Oscar Tenório fecharam a Rua Marise Barros, na Tijuca, em apoio à greve dos professores e funcionários estaduais e protestaram contra a administração da Fundação de Apoio às Escolas Técnicas (FAETEC).

Indignados com a situação dos professores e com o que eles consideram descaso do governador, os alunos resolveram mostrar que, apesar de estarem sem aulas, há dezesseis dias, não estão contra a greve dos professores. “Muitos alunos que estão aqui, amanhã, estarão numa sala dando aulas. Como poderemos sonhar com um futuro nessas condições? disse a estudante Ana Paula de Castro Oliveira, 17

³⁷³ VOCÊ concorda com a greve dos professores? *O Povo*. Rio de Janeiro, 17 de março de 1998.

³⁷⁴ A OPINIÃO dos leitores. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro. 17 de março de 1998.

³⁷⁵ PROFESSORES mantém greve. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro. 10-03-1998.

anos³⁷⁶.

Segundo os manifestantes, a administração da FAETEC, que se instalou no Instituto de Educação, ameaçava os professores que aderissem à paralisação e imprimia outras práticas coercitivas, como perseguições políticas a professores do Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro (ISERJ) e de outras oito escolas técnicas e a estudantes, responsabilizando por tais atos principalmente a primeira presidente da FAETEC e secretária de ciência e tecnologia, Nilda Teves. A rede de escolas foi transferida da secretaria de educação para a FAETEC, vinculada a Secretaria de Ciência e Tecnologia, fragmentando a educação profissional e a base dos trabalhadores. Para a dirigente do SEPE, Edna Félix, o governo Marcello Alencar desejava implantar ilhas de excelência em escolas-modelo, abandonando o resto da rede de ensino³⁷⁷.

Aos quatorze dias de greve e utilizando o mote da semana santa, o sindicato realizou a *Via crucis* pela Educação denunciando os “quatorze desmandamentos” do governo Marcello Alencar. O principal *desmandamento* foi a manobra política do governo em aprovar o aumento da alíquota do ICMS com o discurso de que tais recursos seriam aplicados na educação. Como era notório, nem o aumento do ICMS, aprovado na ALERJ, tampouco a verba obtida com as privatizações de empresas fluminenses, foram revertidos em melhoria de condições da educação e salários dos profissionais. Na avaliação do sindicato, mais de mil manifestantes participaram do ato, apesar da forte chuva:

As chuvas que desabaram na cidade durante toda a segunda-feira não intimidou (sic) os professores e demais funcionários da rede pública estadual, que realizaram pela manhã uma grande passeata entre o Largo do Machado, no Flamengo, zona sul do Rio, ao palácio Guanabara, sede do governo do estado³⁷⁸.

Ao mesmo tempo, a greve denunciou a não aplicação das verbas do FUNDEF na remuneração dos trabalhadores da educação. Segundo demonstravam as contas do SEPE, com a aplicação da lei, ou seja, 60% dos recursos do FUNDEF, 25% do orçamento dos estados e 15% da arrecadação dos municípios seria possível que os

³⁷⁶ ESTUDANTE fecha com mestres. *A Notícia*. Rio de Janeiro. 19-03-1998.

³⁷⁷ PROFESSORES estaduais do Rio denunciam perseguição política. *Tribuna da Imprensa*. Rio de Janeiro, 19/03/1998.

³⁷⁸ PROFESSORES fazem a via Crucis do ensino. *Folha Dirigida*. Rio de Janeiro, 17 de março de 1998.

salários dos docentes chegassem a R\$ 1.000,00 no município do Rio e R\$ 1.600,00, no estado³⁷⁹.

Os exemplos de professoras realizando atividades extra-escolares, os chamados bicos, ganhavam as matérias de jornais como o da professora Ivanilda Araújo de Carvalho, com duas matrículas na rede estadual na disciplina de matemática, que virou depiladora nas horas vagas para complementar o salário de docente³⁸⁰. O debate sobre as condições de trabalho dos docentes ganhou singular visibilidade, em parte porque, como dissemos, para aprovar o aumento da alíquota do ICMS e privatizar empresas Marcello Alencar afirmara que a população seria beneficiada, através da melhoria dos serviços públicos, o que não ocorreu.

O Plano Estadual de Desestatização (PED), que resultou na privatização de estatais fluminenses e a redução do estado nas áreas sociais, acelerou a experiência dos trabalhadores do estado do Rio de Janeiro com a aplicação do receituário neoliberal pelo governo Marcelo Alencar.

Marcado pelo confronto entre seguranças da ALERJ e professores, o ato realizado na ALERJ pressionou o governo quanto à malversação do dinheiro público. O jornal *O Dia* classificou como “tumulto” e “pancadaria” a ação dos manifestantes:

Ontem, professores e funcionários da rede estadual - em greve há 24 dias - invadiram o plenário da Casa para protestar contra o governo do estado. As galerias estavam lotadas. Cerca de 450 manifestantes foram buscar ajuda dos deputados para negociar com o governador Marcello Alencar o reajuste da categoria. Por volta das 17h30, quando o presidente da Alerj, Sérgio Cabral Filho (PSDB), já estava reunido com uma comissão do SEPE e da CUT, em seu gabinete, cerca de 100 pessoas pularam das tribunas para o plenário, subiram nas bancadas e ocuparam as cadeiras dos parlamentares.

Os 50 seguranças foram acionados e houve confronto no plenário. Manifestantes e seguranças trocaram socos e empurrões. Policiais militares do 5º BPM (Praça da Harmonia) e do Batalhão de Choque foram chamados e cercaram o Palácio Tiradentes, mas não entraram na casa. Do lado de fora havia outros 500 manifestantes³⁸¹.

³⁷⁹ MARCELLO e Conde poderiam pagar piso de até R\$ 1.600,00 a professores. *O Dia*. Rio de Janeiro, 27 de março de 1998.

³⁸⁰ PROFESSOR aprende a multiplicar salário. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro. 24-03-1998.

³⁸¹ ALERJ vira campo de batalha. *O Dia*. Rio de Janeiro. 25-03-1998.

Ao contrário do noticiado, na versão do SEPE, Sérgio Cabral³⁸² havia marcado de receber uma comissão às 14h e, após horas aguardando, os manifestantes ocuparam o plenário.

Diante do quadro de pressão dos trabalhadores, o governador Marcello Alencar anunciou a concessão de gratificação aos docentes de 1º e 2º graus e aos inspetores, merendeiras e serventes, excluindo os aposentados.

O plebiscito: “Você acha justo que o governador exclua aposentados e pensionistas do reajuste salarial, quebrando a paridade garantida na Constituição?”, foi a resposta pública do SEPE.

Outra manifestação do sindicato foi realizada por um grupo de professores aposentados que montou uma banca na Central do Brasil – principal estação de trens do estado - em referência ao filme homônimo, para que a população, usuária dos trens suburbanos, escrevesse e assinasse cartas a serem enviadas ao governador pedindo a inclusão dos aposentados no abono concedido aos trabalhadores da ativa. Segundo noticiou O Globo, as professoras enveloparam duas mil cartas³⁸³.

Em passeata do Largo do Machado ao Palácio Guanabara, professores, merendeiras, serventes e outros funcionários do estado queimaram um exemplar do Diário Oficial de 25 de março, com o decreto nº 24.185, que não concedia o aumento aos aposentados. Na Rua das Laranjeiras, a passeata foi aplaudida pelos moradores e alguns jogaram flores pelas janelas, em apoio aos aposentados.

No dia 08 de abril, as demonstrações de insatisfação da população com os governos materializaram-se em seis protestos, na cidade do Rio de Janeiro. No ato “Páscoa dos Miseráveis”, em frente a escadaria da Câmara dos Vereadores, os manifestantes do SEPE serviram pão e água para denunciar a situação da categoria.

ONGs que desenvolvem trabalhos com crianças em situação de vulnerabilidade social – Casa São Miguel Arcanjo, Associação Vida no Crescimento e na Solidariedade, Associação Beneficente São Martinho- organizaram a “Caminhada das Sete Chagas de Cristo na Cidade Grande” para denunciar as mazelas sociais: a crise da educação e da saúde, a fome, o desemprego e a exploração, o abandono, a falta de moradia e a violência. Professores de universidades federais, em greve desde 31 de março, queimaram um boneco de FHC, chamado de “Judas FHC” na porta do Palácio Capanema. Agentes do controle de endemias realizaram ato contra demissão em massa

³⁸² Presidente da ALERJ (PSDB.)

³⁸³ GREVISTAS continuam assinando ponto. *O Globo*. Rio de Janeiro, 04-04-1998.

no estado, na Zona Portuária, e, em Copacabana, metroviários realizaram passeata com apitação, devido aos problemas causados pela privatização. Os trabalhadores do IBGE também protestavam contra a política de FHC, na Avenida Chile.

As manifestações contaram com grande apoio popular, ainda que, no caso da greve da educação muitos pais e mães de alunos tenham declarado as dificuldades e os prejuízos, inclusive maiores gastos de alimentação, para manter os filhos em casa, em geral, responsabilizavam o governo pelo impasse e atribuíam legitimidade à luta categoria.

Ela veio do município de Belo Jardim, em Pernambuco, com apenas o primário completo. Não pôde estudar mais, mas depois de tantos anos ontem Maria Nunes de Santana, de 52 anos, chorou por causa da educação dos filhos, que também estão fora das salas de aula. No caso deles, por causa da greve dos professores da rede estadual de ensino, que ontem completou 36 dias. Para tentar garantir um futuro melhor para seus filhos, a costureira que chega a trabalhar 12 h por dia para ganhar R\$ 150 mensais se uniu ontem ao protesto de pais e alunos do Ginásio Estadual César Pernetta, na Favela Nova Holanda, que saíram às ruas, ao lado dos professores, pedindo a reabertura de negociações do governo do estado com o magistério para que as aulas recomecem³⁸⁴.

O impacto negativo da crise educacional sobre a classe trabalhadora frequentadora da escola pública atingia enorme dimensão, agravado, sempre, pela extensão das greves. Os responsáveis pelos alunos anunciavam a piora de suas vidas com os filhos sem aulas, tanto nas condições objetivas, quanto nas expectativas que cultivavam quanto a um futuro melhor, mediado pela escolaridade.

Diante do antagonismo de interesses entre os trabalhadores da educação e o governo do estado e a continuidade crescente do conflito, o Estado, através da secretária estadual de educação, Ana Maria Galheigos, lançou mão de medidas coercitivas nada originais, tais como o corte de ponto dos grevistas e de resolução, publicada em diário oficial, prevendo a punição aos diretores que não realizassem inspeção nos diários de classe, evitando a assinatura de pontos dos professores, bem como a ameaça de demissões. Em coordenadorias do interior do estado, a SEE cobrou a identificação de grevistas, ao que muitos diretores se recusaram a fazer. Em entrevista coletiva, a

³⁸⁴ PAIS e estudantes fazem protesto pela volta às aulas. *O Globo*. Rio de Janeiro, 08/04/1998.

secretária de educação Ana Galheigos deu por encerrada a negociação com a categoria e ameaçou:

Quem faltou ao trabalho vai ser descontado e quem insistir na greve será punido com as sanções do código do Estatuto do Funcionário, podendo até ser demitido por justa causa³⁸⁵.

Da mesma forma, a secretária, acusou a greve de manobra político-eleitoreira do PT e da CUT, atribuindo a consistência do movimento, além da capital, a cidades como Niterói, Volta Redonda e Angra dos Reis, onde haveria maior influência dessas forças políticas.

O SEPE estava irredutível e afirmava que havia verbas para o atendimento das necessidades da categoria, segundo Alcebíades Teixeira, coordenador do SEPE:

Está escrito na mensagem datada de 27 de dezembro de 1997, que as novas alíquotas do imposto, ao produzirem R\$ 837 milhões/ano de arrecadação adicional, cobririam a perda de receita proveniente do FUNDEF e ainda permitiriam dar o aumento da educação, previsto na mesma mensagem com o valor de R\$493 milhões/ano. Entretanto, os abonos concedidos agora, em meio à greve, (R\$ 164,08 ao professor e R\$50 ao funcionário da escola), somarão um custo de 108 milhões/ano apenas³⁸⁶.

Com a determinação da SEE de exigir dos diretores o mapa de frequência, houve por parte da administração a possibilidade de realizar o desconto de dias paralisados no pagamento de abril. Aos quarenta e três dias de paralisação, a greve foi encerrada em 13 de abril, na assembleia do Clube Municipal, no bairro da Tijuca. Embora o discurso das lideranças fosse o de que o governo blefava com as ameaças, elas já estavam implementadas e definiriam o retorno às aulas. Apesar de a proposta de retorno ao trabalho ter sido aprovada por pequena margem de votos, cerca de 60% dos presentes à assembleia votaram pelo fim da greve e pela definição de um calendário de luta que mantivesse as reivindicações.

Em entrevista ao jornal O Globo, Alcebíades Teixeira, coordenador do SEPE justificou:

- A decisão de encerrar a greve tem uma razão tática central. O governo vem

³⁸⁵ PROFESSOR unido. *A Notícia*. Rio de Janeiro. 09-04-1998.

³⁸⁶ NEGOCIAÇÃO já. *O Globo*. Rio de Janeiro. 14-04-1998.

dizendo, nos últimos dez dias, que não negocia com a categoria em greve. Optamos então por fazer um teste: voltamos às aulas e veremos se, agora, a secretária vai nos receber, como prometera³⁸⁷.

Embora o discurso dos dirigentes estivesse unificado, as divergências internas entre as lideranças do sindicato ficariam explícitas com a crítica à condução majoritária de centralização das decisões e a falta de alternativa ao desmonte da escola pública orquestrada pelos governos.

No ano seguinte, o grupo crítico à condução da greve de 1998 explicitaria suas posições na disputa eleitoral através da apresentação de uma chapa concorrente com a situação.

Sem uma solução para os aposentados, a Secretaria de Aposentados do SEPE/RJ, no XXII Encontro Estadual de Aposentados da Educação, elaborou a Carta de Duque de Caxias – por ter sido realizado naquela cidade, a ser entregue aos candidatos a presidência da república com as suas reivindicações, da qual se destacava a da paridade salarial.

Ao final do mandato, o governador, curiosamente, prometeu a paridade aos professores aposentados.

Nuances à parte, a política para a educação no município do Rio de Janeiro com o prefeito Luiz Paulo Conde (PFL)³⁸⁸ caminhava na mesma direção de modernização do Estado sob a ótica gerencial, ou seja, abrindo mão das responsabilidades do Estado na manutenção da escola pública. O governo municipal vinculou a concessão de aumento aos trabalhadores da educação ao FUNDEF, propondo um aumento médio aos profissionais de 29%, porém a ser pago em agosto. O piso aumentou para R\$ 300,00, porém com redução da gratificação.

A implementação do Projeto de Aceleração da Aprendizagem, pela SME-Rio, com o objetivo oficial de diminuir a defasagem de série-idade recebeu duas principais críticas do SEPE. A primeira, pela ausência de discussão com a comunidade escolar e, a segunda crítica, pela falta de transparência na gestão pedagógica e financeira. O programa era aplicado aos professores por técnicos do CETEB (Centro Tecnológico de

³⁸⁷ PROFESSORES estaduais encerram a greve. *O Globo*. Rio de Janeiro. 14-04-1998.

³⁸⁸ Em 1996, Conde derrotou Sérgio Cabral Filho (PSDB) nas eleições municipais. De 1997 a 2000 foi prefeito do Rio de Janeiro, sob a legenda do Partido da Frente Liberal.

Brasília) ligado à Fundação Ayrton Senna³⁸⁹. O alcance do projeto, segundo o SEPE, já era de 10% da rede.

A comunidade escolar não sabia qual a parcela do financiamento público era destinado à Fundação Ayrton Senna³⁹⁰, mas o SEPE denunciou ao Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro que a prefeitura estava destinando percentual aquém do legal, ou seja, pouco mais de 23% do orçamento em educação, quando a Lei Orgânica fixava 35%. Como se tornou comum nas administrações públicas, gastos com setores que não podem ser computados no orçamento da educação, como merenda escolar e manutenção de teatros, eram incorporados à prestação de contas.

O Sindicato levantou críticas à forma com a qual a SME-Rio tratava a eleição para diretores, e de uma forma mais ampla, à inexistência de uma gestão democrática. Para o SEPE havia duas propostas em disputa: a primeira de autoria da SME-Rio, cujo objetivo era a gestão da escola de acordo com as necessidades do mercado e de forma empresarial e, a segunda, do movimento dos trabalhadores da educação, de gerir a escola numa perspectiva da educação como direito e baseada nos princípios da auto-organização e participação de todos.

O modelo de "gestão democrática" proposto pelo governo municipal³⁹¹ travestia uma concepção privatista da escola pública, através das seguintes ações: 1) a criação do conselho-escola-comunidade (CEC) como órgão captador de recursos para as escolas. Ou seja, o CEC estaria incumbido buscar junto à iniciativa privada, sob a forma de parcerias, recursos; 2) a utilização do espaço escolar por empresas que se beneficiariam de equipamentos públicos; 3) a descentralização administrativa, incentivando a comunidade a participar do gerenciamento da escola; 4) o veto à participação do SEPE no conselho gestor estadual do FUNDEF; 5) a avaliação prévia das CREs³⁹² sobre as chapas concorrentes às eleições. Além da desresponsabilização da prefeitura como financiamento, a SME colocava a gestão política das escolas sob o controle privado.

Pelo menos mais duas importantes lutas unificariam as redes estadual e municipal cariocas: a divulgação das condições de trabalho e adoecimento dos trabalhadores da educação e o Plano Nacional de Educação.

³⁸⁹ CONSELHO de Classe, ano V, nº 29. Rio de Janeiro, 10/12/1998.

³⁹⁰ Idem, Ibidem.

³⁹¹ Em consonância com Lei sobre a autonomia nas escolas da rede estadual (Lei 3067, de 28-09-98), que visava a descentralização administrativa das escolas.

³⁹² Coordenadoria Regional de Educação.

A crescente mobilização de serventes e merendeiras despertou o interesse da Fundação Oswaldo Cruz em realizar uma pesquisa sobre as condições de trabalho geradoras de doenças e acidentes nas escolas, com o apoio do sindicato. A redução de funcionários, anteriormente discutida, e a sobrecarga de trabalho geraram um quadro de intensificação do trabalho para aqueles que permaneceram em atividade. O exemplo chocante é da situação de trabalho de merendeiras que chegavam a produzir 400 refeições diárias. A precariedade e a degradação de equipamentos, os baixos salários, a intensificação do ritmo de trabalho e a contaminação química traziam danos físicos e psíquicos, alarmantes, aos trabalhadores³⁹³.

Segundo a pesquisa realizada pela Fiocruz, as maiores queixas referiam-se ao quadro de lesões por esforço repetitivo e aos danos na coluna, conjunto de problemas do aparelho cardiovascular e distúrbios do sono, tensão, depressão. A análise dos dados coletados na rede estadual sobre os casos de readaptação profissional mostraram que, entre os anos de 1993-1995, as principais causas, de acordo com a classificação da perícia médica, foram para as merendeiras doenças cardiológicas, psíquicas, osteomusculares e reumatológicas e, para os professores, doenças psíquicas, cardiológicas, doenças otorrinolaringológicas e osteomusculares³⁹⁴.

Ora, o problema do adoecimento dos trabalhadores da educação, investigado pela pesquisa, já vinha sendo debatido desde, pelo menos, a I Conferência de Funcionários, em 1992, quando os delegados deliberaram pela criação de Comissões de Prevenção de Acidentes (CIPAS) nas unidades escolares, a fim de prevenir e denunciar situações de trabalho de vulnerabilidade.

Em outubro de 1998, as condições de trabalho nas escolas que geravam o adoecimento dos funcionários já comporiam a pauta de reivindicação do setor, além da exigência de um piso emergencial de R\$ 250,00 e a implementação do abono de 15% garantido por decreto.

O VII Congresso de Educação “PNE Popular e Democrático. Conquistar a Pedagogia da Inclusão e de Qualidade Social” debateu a principal disputa política em torno dos rumos da educação enquanto política estatal, depois do desfecho da LDB, nitidamente desfavorável às lutas da educação. Como vimos, tais lutas, desde meados da década de 1980, passaram pela tentativa de construção de uma política para a educação na concepção do direito público, via LDB.

³⁹³ Conselho de Classe. Ano V, n. 29. Rio de Janeiro, 10/12/1998.

³⁹⁴ Conselho de Classe. Ano V, n. 29. Rio de Janeiro, 10/12/1998.

Com os avanços das políticas neoliberais na educação, da qual a LDB 9.394/96 era expressão, que objetivaram a transferência da educação da esfera do direito para a esfera da mercadoria, a sociedade civil organizou-se em torno do processo de configuração de um Plano Nacional de Educação (PNE).

Várias entidades reunidas deram origem ao *Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública*³⁹⁵ para intervir no Plano Plurianual, conforme indicado pela Constituição Brasileira de 1988 e previsto pela LDB. O *Plano Nacional de Educação: Proposta da Sociedade Brasileira* foi construído a partir de um amplo debate nacional, através dos Congressos Nacionais de Educação (CONEDs) e visava combater as políticas neoliberais na educação.

Cabe destacar o papel dos CONEDs como ponto de partida para as lutas pela Educação Pública no país, a partir da perspectiva dos trabalhadores da educação e suas organizações sindicais. Até então, o debate sobre a política educacional ocorria por iniciativa das entidades científicas através da Conferências Brasileiras de Educação (CBEs).

O Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública identificou na proposta do PNE do governo, elaborada para se contrapor a da "sociedade civil", e na exposição de motivos do ministro Paulo Renato de Sousa, o objetivo de transferir a responsabilidade do poder público para a sociedade no financiamento da educação, através da:

retomada da concepção tecnocrática de gestão da década de 1970, com a pretensão de ajustá-la às novas exigências da conjuntura internacional. Centrada nos eixos “produtividade, eficiência e racionalização de recursos”, a proposta do ministro objetiva fundamentalmente o corte dos gastos públicos em educação e o

³⁹⁵ Durante a década de 1990, diversas entidades da sociedade civil reuniram-se no Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública. Do Fórum surgiu a proposta do Plano Nacional de Educação (PNE da Sociedade Brasileira), projeto de lei 4.155/98, dirigido por Ivan Valente (PT) e subscrito por mais de 70 deputados, síntese dos I e II CONEDs, de 1996 e 1997. O Fórum foi composto inicialmente pelas seguintes entidades: AELAC (Associação de Educadores da América Latina e Caribe), ANDE (Associação Nacional de Educação), ANDES-SN (Associação Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior), ANFOP (Associação Nacional pela Formação dos Profissionais de Educação), ANPAE (Associação Nacional de Políticas Pesquisa e Pós-graduação em Educação), CAED (Comissão Nacional de Assuntos Educacionais do PT), CEDES (Centro de Estudos de Educação e Sociedade), CFP (Conselho Federal de Psicologia), CNTE (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação), CONTEE (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino), CUT (Central Única dos Trabalhadores), ENECOS (Executiva Nacional dos Estudantes de Comunicação Social), ExNEPe (Executiva Nacional dos Estudantes de Pedagogia), FASUBRA Sindical (Federação de Sindicatos de Trabalhadores das Universidades Brasileiras), FORUMDIR (Fórum Nacional dos Diretores de Faculdades e Centros de Educação das Universidades Públicas Brasileiras), MST (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra), SINASEFE (Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica e Profissional), UNIDIME (União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação Estadual), UNE (União Nacional dos Estudantes), dentre outras organizações estaduais, como o SEPE e municipais.

barateamento de seus custos³⁹⁶

Em linhas gerais, tais projetos divergiam quanto ao objetivo-fim da educação e naquilo que pode o materializar, o financiamento³⁹⁷. O PNE da Sociedade Brasileira pretendia o fortalecimento da escola pública estatal e a universalização da Educação Básica, através do aumento do financiamento público, do percentual em relação ao PIB aplicado pelo Estado em Educação. Já o PNE do governo, pretendia buscar o co-financiamento da educação, realizando uma aproximação entre o espaço público e o privado, ao mesmo tempo em que buscava centralizar a formulação das políticas educacionais. Foi o PNE do MEC o aprovado ao final dessa disputa³⁹⁸.

No contexto de fortalecimento da lógica privatista na educação, a crise educacional foi apresentada pelos defensores da política neoliberal como crise na gestão de recursos - não escassos, mas mal utilizados - tratando-se, portanto, de um problema de gerência, o que tornava inexorável a aplicação de mecanismos de combate à exclusividade do controle estatal, a promoção de avaliação de produtividade dos trabalhadores e de flexibilização das relações trabalhistas, para que a ineficiência estatal fosse superada.

O papel das agências internacionais multilaterais, como Banco Mundial e UNESCO foram determinantes nas reformas educacionais de países europeus e América Latina e, em particular, no Brasil, na direção acima apontada³⁹⁹. Os discursos dos organismos multilaterais quanto à reforma educacional recorreram ao crescimento econômico e à redução da pobreza destes países, assim como a eliminação do analfabetismo e a melhoria da eficácia do ensino para justificarem a sua intervenção. Contudo, o capital buscava, através da reforma, tomar a educação como um profícuo campo para o mercado, através de projetos de diferentes matizes da educação básica à educação superior.

³⁹⁶ Conselho de Classe. Ano V, N°28. Rio de Janeiro, 27-10-1998, p.5.

³⁹⁷ O Fórum em Defesa da Escola Pública elaborou um Quadro Comparativo entre os PNEs do MEC e da Sociedade Brasileira, que contou com ampla circulação.

³⁹⁸ O projeto que foi aprovado em 2001 incorporou os pontos mais genéricos do PNE da sociedade civil, sem garantir verbas para a sua efetivação. A proposta de PNE sofreu inúmeros vetos presidenciais quanto ao financiamento, tal qual a “sugestão” do FMI de redução de verbas para o setor. Inscrevia-se, assim, na página da história, mais uma derrota das lutas pela escola pública. É nesse sentido que Ivan Valente, o deputado que assinou o PNE da Sociedade Brasileira, levantou a pergunta retórica: PNE: Plano Nacional de Educação ou Carta de Intenção? (VALENTE, Ivan, ROMANO, Roberto. PNE: Plano Nacional de Educação ou Carta de Intenção? Educ. Soc., Campinas, vol.23, n.80, setembro /2002, p. 96-107. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br/revista/rev/rev80.htm>.)

³⁹⁹ Sobre os elementos centrais das políticas promovidas pelos organismos internacionais do Capital (CEPAL, UNESCO, FMI, BM, OMC) ver: LIMA, Kátia Regina de Souza. Organismos Internacionais: O Capital em busca de novos campos de exploração. In: NEVES (2002).

Nesse sentido, inúmeros encontros internacionais foram promovidos sob a bandeira da cidadania e competitividade, tendo como horizonte a *Conferência Internacional de Educação para Todos*, ocorrida no início da década de 1990, que com o suporte da UNESCO pretendia construir uma proposta unificadora de reforma educacional para a América Latina.

A orientação presente nos documentos do Banco Mundial e do MEC, como podemos ter acesso através da análise crítica de Roberto Leher e Raquel Barreto, deriva de uma assertiva:

É preciso reformar de alto a baixo a educação, tornando-a mais flexível e capaz de aumentar a competitividade das nações, únicos meios de obter o passaporte para o seleto grupo de países capazes de uma integração competitiva no mundo globalizado⁴⁰⁰.

Os autores, contudo, se perguntam: “mais flexível em relação a quê?” e prosseguem a análise:

A flexibilidade almejada se contrapõe ao Estado (burocrático, autoritário) e se aloja na sociedade civil e nas empresas inovadoras, isto é, na esfera privada.

Portanto, as reformas educacionais, como não poderiam deixar de ser, estavam dentro de um projeto maior de Reforma do Estado.

Ao analisarmos as lutas dos trabalhadores da educação do estado do Rio de Janeiro, percebemos que diziam respeito, na essência, ao combate ao caráter de classe do Estado⁴⁰¹.

Para Marx e Engels, a idéia do Estado como um Estado de classe, transcrita abaixo no *Manifesto Comunista*, permanecerá, embora muito mais nuançada, ao longo de suas obras:

a burguesia acabou por conquistar, com o estabelecimento da grande indústria e do mercado mundial, o domínio político exclusivo no moderno Estado parlamentar. O executivo do Estado moderno não é mais do que um comitê para administrar os

⁴⁰⁰ GOULART, Raquel e LEHER, Roberto. Trabalho Docente e as Reformas Neoliberais. In: OLIVEIRA, Dalila Andrade. Reformas Educacionais na América Latina e os Trabalhadores Docentes. Belo Horizonte: Autêntica, 2003, p.39.

⁴⁰¹ Como ficou evidente na consolidação da "Nova República" com o êxito dos setores dominantes em realizar a transição da ditadura militar à democracia, sob o seu controle FERNANDES (1986).

negócios coletivos de toda a classe burguesa⁴⁰².

Para os autores, o Estado não é uma instituição supraclassista; ele surge da necessidade de proteção à propriedade privada criada nas sociedades organizadas em classes e, cada vez mais, se torna um objeto estranho a essa sociedade. Em *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*, Engels afirma:

como o Estado nasceu da necessidade de conter o antagonismo das classes, e como, ao mesmo tempo, nasceu em meio ao conflito delas, é, por regra geral, o Estado da classe dominante, classe que, por intermédio dele, se converte também em classe politicamente dominante e adquire novos meios para a repressão e exploração da classe oprimida⁴⁰³.

Contudo, o Estado não se apresenta como Estado burguês, mas sob a aparência de universalidade. Na Introdução à *Guerra Civil na França*, de Karl Marx (1981), Engels destaca que "a crença supersticiosa no Estado transferiu-se da filosofia para a consciência geral da burguesia e, até mesmo, de muitos trabalhadores"⁴⁰⁴. De tal compreensão ideológica do Estado derivaria a naturalização do próprio Estado, ou seja, de que "os negócios e interesses comuns a toda sociedade não podem ser geridos de outra maneira do que aquela em que o foram no passado, isto é, mediante o Estado"⁴⁰⁵ e que teria sido "dado um grande passo ao se superar a crença na monarquia hereditária e prestar juramento à república democrática"⁴⁰⁶. Porém a alteração no regime não significaria a alteração do Estado como "máquina para a opressão de uma classe por outra, e isso vale para a república democrática não menos que para monarquia".⁴⁰⁷

Gramsci, posteriormente, destacaria que a complexificação da sociedade permitiu a ampliação do próprio Estado, que não mais se circunscreveria à sociedade política, mas também abarcaria a sociedade civil, com os seus "aparelhos privados de hegemonia". Dessa forma, O Estado para arrefecer a luta de classes incorporaria, de forma subordinada, os interesses das classes submetidas à dominação, o que tomamos como explicação à sua pseudoconcreticidade, ou seja, de sua aparência neutra. Nessa

⁴⁰² MARX, ENGELS (1998, p. 7).

⁴⁰³ ENGELS (1982, p. 193).

⁴⁰⁴ ENGELS, Fredrich. Introdução à Guerra Civil na França, de Karl Marx (1981). In: MARX, Karl. A Guerra Civil na França; seleção de textos, tradução e notas Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2011, p.196-197.

⁴⁰⁵ Idem, Ibidem.

⁴⁰⁶ Idem, Ibidem.

⁴⁰⁷ Idem, Ibidem.

perspectiva, Gramsci, formularia que o Estado contemporâneo deve ser compreendido como "sociedade política + sociedade civil, isto é, hegemonia couraçada de coerção"⁴⁰⁸.

Nesse sentido, também para Gramsci o Estado não teria perdido o seu caráter de classe, pois ainda que a classe dominante incorpore reivindicações da classe trabalhadora, o faz para a manutenção da hegemonia⁴⁰⁹, ou seja, das relações de dominação na sociedade contemporânea:

O fato da hegemonia pressupõe indubitavelmente que sejam levados em conta os interesses e as tendências dos grupos sobre os quais a hegemonia será exercida, que se forme um certo equilíbrio de compromisso, isto é, que o grupo dirigente faça sacrifícios de ordem econômico-corporativa; mas também é indubitável que tais sacrifícios e tal compromisso não podem envolver o essencial, dado que, se a hegemonia é ético-política, não pode deixar de ser também econômica, não pode deixar de ter seu fundamento na função decisiva que o grupo dirigente exerce no núcleo decisivo da atividade econômica.⁴¹⁰

Não há, em Gramsci, portanto, uma positividade da ampliação do Estado, com a incorporação da sociedade civil, mas, antes, uma complexificação das relações de poder nas sociedades de classe modernas.

Dessa forma, a análise da relação do Estado capitalista com os trabalhadores do setor público, particularmente os da educação, aqui tematizados, não comporta reducionismos. Não podemos tomar o Estado como um padrão como os demais capitalistas, tampouco afirmar que os trabalhadores da educação integram a burocracia do Estado ou são seus representantes junto à sociedade⁴¹¹.

Retomando a formação histórica em questão, o Estado brasileiro contemporâneo no período de ascenso do neoliberalismo, podemos afirmar que a condensação das propostas neoliberais de Reforma do Estado, deu-se no primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso (PSDB) através da criação do Ministério da Administração Federal e da Reforma do Estado (MARE), ainda que não tenham, obviamente começado nesse

⁴⁰⁸ GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Vol. 3. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2000, p.244.

⁴⁰⁹ Para Gramsci hegemonia é o meio pelo qual uma determinada classe social constrói e consolida uma direção política e cultural sobre as demais. Em outras palavras, a direção ético-política de uma classe sobre as demais, função da hegemonia, é construída a partir da relação coerção-convencimento, em diferentes proporções, dependendo do contexto histórico, usando seu poder. Dessa forma, apresenta como interesses de toda a sociedade seus interesses particulares através dos aparelhos privados de hegemonia, estabelecendo uma relação pedagógica (GRAMSCI, 1999).

⁴¹⁰ GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Vol. 3 (Caderno 13). Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2000, p. 48.

⁴¹¹ Voltaremos a esse debate no capítulo IV.

momento. Não tardaram as propostas de "choque de gestão" nas administrações públicas estaduais, baseadas na eficácia e produtividade⁴¹².

O Plano Diretor da Reforma do Estado ao afirmar que a crise brasileira da última década era a crise do Estado, defendia a Reforma do Estado como "instrumento indispensável para consolidar a estabilização e assegurar o crescimento sustentado da economia. Somente assim [seria] possível promover a correção das desigualdades sociais e regionais"⁴¹³.

Nessa direção, o documento apontava para a transformação da administração pública baseada em conceitos de administração gerencial e eficiência, através da privatização de empresas estatais, flexibilização da estabilidade dos servidores públicos e permissão de regimes jurídicos diferenciados e, no campo dos serviços sociais, a descentralização para o setor público não-estatal⁴¹⁴. Este último, chamado de processo de "publicização" pretendia retirar da esfera estritamente estatal a "execução de serviços que não envolvem o exercício do poder do Estado, mas devem ser subsidiados pelo Estado, como é o caso dos serviços de educação, saúde, cultura e pesquisa científica"⁴¹⁵.

No que diz respeito aos trabalhadores da educação, as reformas visavam incidir sobre os seus direitos trabalhistas, as suas organizações sindicais e visavam a expropriação do conhecimento no exercício do trabalho.

II.2.3 A Nova Escola: produtividade, eficiência e heteronomia

O projeto de reforma do Estado andaria a passos largos, ao final da década de 1990, fosse no âmbito federal, com Fernando Henrique Cardoso, fosse no plano estadual, com o governo de Anthony Garotinho⁴¹⁶, além do município do Rio de Janeiro, com Luiz Paulo Conde.

⁴¹² Ver, por exemplo, o papel pioneiro da administração mineira em FIGUEIREDO (2006).

⁴¹³ BRASIL, MARE. Plano Diretor da Reforma do Estado. Brasília: 1995, p.6.

⁴¹⁴ Idem, Ibidem, p. 7-12.

⁴¹⁵ Idem, Ibidem, p. 13.

⁴¹⁶ Anthony Willian Matheus de Oliveira concorreu às eleições para o governo estadual pela legenda do PDT, perdendo para Marcelo Alencar. Foi eleito em 1998, com o apoio da direção nacional do PT (que o substituiu pelo candidato do diretório estadual – Vladimir Palmeira), e do PSB, PCdoB e PCB. Antes de ser expulso do PDT por desentendimentos com Leonel Brizola saiu do partido e concorreu à presidência da república pelo PSB. Por realizar críticas ao governo federal, estando o PSB na base de sustentação do governo, Anthony Garotinho foi expulso do PSB. Em 2004, filiou-se ao PMDB. SILVA, Fabrício Pereira da. Anthony Garotinho. In: ABREU, Alzira Alves de et AL (coords.). Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro Pós-1930. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/> Acesso em 05/04/2011. Cabe destacar, que a vida política de Anthony Garotinho, como prefeito, governador e demais cargos nos primeiros escalões dos governos foram marcados por denúncias de corrupção.

A crise econômica, como expressão da vitória conjuntural do capital sobre os trabalhadores, atingia enormes proporções. O SEPE registrava:

O país vive uma das piores crises econômicas da sua história, com aumento do desemprego e falta de investimentos nas áreas sociais. Em menos de dois meses o salário-mínimo foi desvalorizado em quase 50%, se levarmos em consideração a sua relação com o dólar (hoje ele vale cerca de US\$ 60), um dos menores já pagos no país. A crise também aumentou a recessão, com o desaquecimento da economia e a conseqüente diminuição dos postos de trabalho⁴¹⁷.

A sobrevalorização da moeda frente ao dólar, durante a criação do Real, o aumento dos juros, a privatização de empresas estatais e os cortes nas áreas sociais levariam a economia à recessão e os trabalhadores a uma profunda crise de desemprego e social. Na educação fluminense, as exonerações entre os funcionários da rede estadual continuavam revelando a superexploração do trabalho:

De julho de 1996 a dezembro de 98 exatos 1.842 funcionários das escolas da rede estadual se aposentaram ou exoneraram. É uma média de afastamento de mais de três pessoas por dia útil. Esses números são do Diário Oficial. O que assusta é que o número de pedidos de exonerações aumentou mais de quatro vezes no ano passado em relação a 1997⁴¹⁸.

Em março, a CUT convocou para o “Dia Nacional de Luta”, no Rio de Janeiro, o SEPE levou às ruas a bandeira da campanha salarial “Não devo, nego e não pago” contra a responsabilização dos servidores públicos pela dívida do Estado, o pagamento da dívida externa e a política econômica do governo federal estadual⁴¹⁹.

No pacote da reforma administrativa do estado, Anthony Garotinho anunciou um Plano de Demissão Voluntária (PDV) e o aumento da carga horária docente para 40 horas, preparando assim, o terreno para a política educacional que apresentaria à sociedade em janeiro do ano seguinte. Ao afirmar que ampliaria a jornada de trabalho para 40 horas, Garotinho acusou os servidores de não cumprirem o horário de trabalho nas repartições públicas e que, portanto, recorreria a mais um instrumento coercitivo: o ponto eletrônico.

Para o SEPE a articulação entre as políticas federais e estaduais era evidente:

⁴¹⁷ BOLETIM do SEPE. Rede Estadual. Rio de Janeiro, 05-03-1999.

⁴¹⁸ Conselho de Classe. Ano VI, nº 30, 28-01-99.

⁴¹⁹ BOLETIM do SEPE. Rede Estadual. Rio de Janeiro, 19?03/1999.

As práticas adotadas pelo governo estadual são as mesmas que tem sido aplicadas por diversos governos neoliberais, que são o arrocho salarial, o aumento da jornada de trabalho, as demissões e os ataques aos direitos adquiridos como paridade para os aposentados, a criação de fundos de previdência e o aprofundamento do desmantelamento do Estado⁴²⁰.

Em resposta, o SEPE entregou estudo à SEE sobre os vencimentos dos professores concursados para 40 horas, comprovando que havia horas de trabalho não pagas, quando comparadas a situação salarial dos professores de 16h. O estudo embasou a exigência de reparação salarial (correção dos R\$ 873,60 para R\$ 1.103,60) ou redução de carga horária para 26 tempos de aulas semanais, através do restabelecimento da proporcionalidade entre as cargas horárias diferenciadas.

A previdência social dos servidores também seria reestruturada pelas ações político-administrativas do governo. De acordo com a Emenda Constitucional nº 20 aprovada no Congresso Nacional - que determinava a criação de fundos previdenciários para o funcionalismo público em um prazo de seis meses - o Governo de Anthony Garotinho enviou à ALERJ o PL nº 03/99, instituindo o Fundo Único de Previdência Social, o “Rio Prev”. Sem qualquer discussão com as entidades representativas do funcionalismo público ou até mesmo deputados da base governista, o projeto de lei recebeu uma proposta de substitutivo excluindo o Poder Judiciário, o Tribunal de Contas do Estado, o Ministério Público e o Poder Legislativo do fundo previdenciário e mantendo-os no regime anterior.

Para o SEPE, outra faceta da política neoliberal, a municipalização da educação das séries iniciais, incidia sobre o movimento dos trabalhadores em educação por, pelo menos, dois ângulos principais, tanto o do desmonte da educação, pela incapacidade dos municípios de atenderem a demanda renunciada pelo estado, quanto pelo desmonte da estrutura sindical destes trabalhadores através da fragmentação sindical por municípios. Ambos os aspectos preocupavam o SEPE:

A municipalização por si só não garante a democratização do ensino, nem a descentralização do poder de decisão, não assegura a participação da sociedade, podendo favorecer o clientelismo local. Não são poucos os municípios onde há denúncias de malversação de verbas públicas, favorecimento político e incompetência administrativa. Em função disso, o SEPE tem se colocado contra a

⁴²⁰ Boletim do SEPE. Rede Estadual. Rio de Janeiro. 29-09-1999, p.3.

municipalização. E não apenas isso. Um problema que muito nos tem preocupado é a desestruturação da organização sindical, particularmente nos municípios onde as redes não estão filiadas ao SEPE – o que já é fato em vários municípios como Barra do Piraí e Angra dos Reis onde o sindicato dos servidores do município se julgam [sic] representantes dos trabalhadores da educação⁴²¹.

No que diz respeito ao primeiro problema apontado pelo SEPE ao projeto, aqueles municípios que não conseguiram arcar com suas despesas, via FUNDEF e demais impostos, deveriam buscar a iniciativa privada, recorrendo à solução privatista. Já com relação ao segundo apontamento do SEPE, o da fragmentação da categoria, tratava-se, em grande parte, de uma questão corporativa, uma vez que revelava que o SEPE não tinha a mesma inserção no interior do estado que na capital e que, teoricamente, não havia impedimentos para que os trabalhadores compusessem a base do SEPE através dos núcleos municipais, ainda que seja necessário considerar a recusa de certos municípios em realizar o recolhimento voluntário da contribuição dos filiados.

O Coordenador do SEPE, Danilo Serafim, avaliou que os momentos de recuo da política de municipalização no governo Marcelo Alencar, tiveram menos relação com a resistência da categoria e mais com a política de financiamento regulamentada pelo FUNDEF:

Pela lógica do FUNDEF, dos 91 municípios do Estado do Rio de Janeiro, 35 perdem recursos com o fundo. Incluindo o governo do Estado que perdeu em 1998 cerca de R\$ 350 milhões, referentes ao ICMS, FPE e IPI. Em função desta situação, o ex-governador Marcello Alencar, que imprimiu nos anos de 95, 96 e metade de 97 uma política de municipalização do ensino, congelou este processo a partir do 2º semestre de 1997. Não por que ele era contra a municipalização mas sim, em função da perda de recursos com relação ao FUNDEF. Espertamente, ao apagar das luzes e já prestes a deixar o cargo, o ex-governador no dia 17/12/98 municipalizou centenas de escolas. Esta atitude não só desrespeitou a democracia, como também, deixou milhares de professores e funcionários sem escola⁴²².

⁴²¹ CONSELHO de Classe, ano VI, nº 30. Rio de Janeiro, 28/01/1999. Cabe indicar que as disputas pela representação dos trabalhadores em educação e a construção do núcleo do SEPE no município de Angra dos Reis foi analisada em meu primeiro trabalho monográfico sobre o sindicalismo da educação (MIRANDA, 2003).

⁴²² MUNICIPALIZAÇÃO do ensino de 1º grau. In: Conselho de Classe. Ano VI, nº 30, 28-01-99.

Duas mobilizações nacionais denunciariam o quadro de insatisfação dos trabalhadores da educação com as reformas de redução das chamadas políticas sociais do estado⁴²³.

As manifestações do dia 26 de agosto de 1999, das quais participaram os militantes do SEPE, levaram mais de 100 mil pessoas à Brasília pelo “Fora FHC e o FMI”. A partir desse quantitativo de trabalhadores que a oposição ao governo federal conseguiu reunir, a discussão em torno da greve geral voltou à tona. Definiu-se também a realização da Marcha em Defesa da Educação, para o combate às políticas de destruição da escola pública, através da apresentação de uma pauta reivindicativa nacional, ao que o SEPE somou a das reivindicações estaduais.

As reivindicações nacionais dos trabalhadores da educação diziam respeito às seguintes questões: 1) ampliação dos recursos para a educação: 10% do PIB nacional para a educação em todos os níveis e modalidades; 2) Garantia de vagas na escola pública para todos, em todos os níveis e modalidades; 3) Erradicação do analfabetismo; 4) Garantia de custo aluno–qualidade; 5) Realização de um amplo censo escolar que abranja todos os alunos; 5) Situação sobre a violência nas escolas; 6) Críticas às diversas formas de racismo praticadas na educação e na sociedade; 7) Realização de um censo educacional, demonstrando o índice real de desescolarização; 8) Ênfase contra o trabalho infantil; 9) Prejuízos da nova legislação para a educação profissional; 10) Falta de política dos profissionais da educação; 11) Pseudo-avaliação educacional desenvolvida pelo MEC⁴²⁴.

E, quanto à realidade das lutas estaduais, traduziam-se pelas bandeiras: 1) Chega de decreto!; 2) Não mexa no plano de carreira! 3) Concurso para os funcionários da educação! 4) Não aceitamos calote: pagamento imediato dos atrasados; 5) 5 anos sem reajuste: aumento já para todos; 6) Bolsista não, concursados sim!⁴²⁵

No Rio de Janeiro, no dia 5 de outubro, mais de mil profissionais de educação das redes municipal carioca e estadual se somaram à população para o lançamento da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, organizado pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), pelo Fórum Nacional de Luta por Trabalho,

⁴²³ Cf. SAVIANI (1998, p. 2), na medida em que a sociedade capitalista se constitui, tendo no Estado o seu elemento regulador, favorecerá os interesses privados sobre os interesses da coletividade. Assim, configura-se o caráter anti-social da “política econômica” e para “contrabalançar” os seus efeitos é que se produz, no âmbito do Estado, a política social. SAVIANI, Dermalval. Da nova LDB ao novo plano nacional de educação: por uma outra política educacional. Campinas, SP: Autores Associados, 1998.

⁴²⁴ SEPE. Boletim Especial. Rio de Janeiro. Nº 1, setembro, 1999.

⁴²⁵ Idem, Ibidem.

Terra e Cidadania e por outros sindicatos. As redes estadual e municipal carioca realizaram paralisação integral para denunciar também o corte de verbas no setor educacional nos governos Anthony Garotinho e Luiz Paulo Conde.

As mobilizações que antecederam ao ato nacional repercutiram positivamente para o movimento. Embora tenha ocorrido um enfrentamento entre policiais e manifestantes, com a apreensão do carro de som do SEPE pela polícia militar, uma comissão foi recebida pelo subsecretário de educação Lincoln Araujo. A comissão⁴²⁶ cobrou a revogação do ofício que aumentava a carga horária de professores e funcionários e o descongelamento do plano de carreira. Na semana seguinte, a secretaria estadual de educação recuaria em relação à implementação das 40h semanais de trabalho na rede.

A medida era considerada inconstitucional, pois feria o contrato de trabalho dos professores, não correspondendo a nenhum aumento de salário; ao contrário, aumentaria o arrocho salarial, pois o profissional ficaria sujeito a trabalhar mais e receber menos. Foi colocado, também, que o não pagamento dos triênios congelados desde 95 dos 12% entre os níveis do Plano de Carreira é considerado um calote por parte do governo, já que são direitos adquiridos pelos profissionais de educação⁴²⁷.

O descongelamento do plano de carreira foi objeto da audiência com a nova secretária de educação, Lia Faria, que se comprometeria com o pagamento do direito.

Na Cinelândia, o movimento exigiu dos vereadores que vetassem a segunda parte do projeto da reforma administrativa do prefeito Luiz Paulo Conde, das quais podemos aqui destacar a mudança no regime de admissão de servidores, através da substituição do RJU pelo regime celetista e o desmonte do plano de carreira via pagamento de gratificações, na direção da reforma do Estado anteriormente apontadas.

Após o ato na Central do Brasil e o lançamento da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, organizados em uma caravana de vinte e dois ônibus, os trabalhadores seguiram para Brasília, para integrarem a marcha contra as políticas neoliberais do governo FHC para a educação.

⁴²⁶ Composta pelos coordenadores do sindicato Danilo Serafim, Beatriz Lugão, Roberto Simões, Gualberto Tinoco e Gesa Linhares.

⁴²⁷ CONSELHO de Classe. Ano V, nº 28. Rio de Janeiro, 07/10/1999.

No primeiros dias do ano de 2000, a equipe técnica do governador Anthony Garotinho, por meio do decreto 12.959⁴²⁸, instituiu o programa “Nova Escola”. Sem dúvida, a política neoliberal alçava novo patamar no campo educacional, no estado do Rio de Janeiro.

O pacote administrativo e educacional, além do aprofundamento da política de gratificações através da hierarquização de um prêmio de R\$ 100,00 para professores e de R\$ 50,00 para os funcionários, precarizou mesmo a situação contratual de professores estáveis através da criação da GLP (Gratificação por Lotação Prioritária). A GLP dobrava a carga horária docente sem o equivalente salarial, através do pagamento de uma gratificação no valor de R\$ 370,00, para que professores aumentassem provisoriamente a sua carga horária, sem o pagamento de direitos tais como o 13º salário e férias⁴²⁹.

Tais medidas governamentais, ao contrário de seu objetivo proclamado, não impediram que as manifestações da crise da educação pública voltassem a ocorrer no início do período letivo. As dificuldades vivenciadas pela população no acesso às vagas das escolas públicas estaduais suscitaram não apenas o confronto do SEPE com o governo, mas do governo com os pais e destes com o governo.

Muitos pais não conseguiram vagas para os seus filhos em colégios situados nos bairros próximos a sua residência, através do sistema telefônico de pré-matrícula, o chamado Disque-Educação. Diante do volume de reclamações da comunidade escolar em torno da incapacidade do Estado em garantir o acesso dos estudantes às escolas públicas, a secretária estadual educação culpabilizou as vítimas, na imprensa:

“Tem pai que é acomodado e só considera a escola próxima quando o aluno pode ir a pé”, justificou a secretária estadual de educação, Lia Faria. “A lei permite o passe livre aos estudantes uniformizados da rede pública”, lembrou⁴³⁰.

Em seguida, a matéria do jornal *O Dia*, trazia exemplos do ocorrido:

A “acomodada” Lucinéia Aguiar Menezes Machado, 35 anos, está há três dias tentando conseguir a transferência de seu filho. Leandro Aguiar Menezes Machado, 14, morador de Campo Grande, foi alocado no Ciep que fica na Rocinha, São Conrado, a cerca de 70 quilômetros de sua casa. Para chegar à escola, ele precisa

⁴²⁸ Decreto nº 25959 de 12 de janeiro de 2000 do Rio de Janeiro, institui o Programa Estadual de Reestruturação da Educação Pública – Programa Nova Escola.

⁴²⁹ Apesar de não ser compulsória, a GLT contou com muitas adesões devido aos baixos salários.

⁴³⁰ COLÉGIO longe, greve perto. *O Dia*. Rio de Janeiro. 03-02-2000.

pegar três conduções. São duas horas de viagem⁴³¹.

E o de um aluno matriculado em escolas inexistentes:

A empregada doméstica Maria Célia Cantuária, 49, recebeu uma carta confirmando a vaga do filho para o Colégio Municipal Professora Luisa Marinho, à Rua Pereira da Costa 101. Quando chegou ao endereço, descobriu que a escola não existia. No prédio, funcionava um colégio particular.(...) A secretária Lia Faria explicou que, devido ao aumento da procura por vagas, 24 prédios foram alugados para oferecer novas salas de aula. O edifício à Rua Pereira Costa foi um deles, mas, por questões jurídicas, o contrato ainda não foi oficializado⁴³².

Frente às ofensivas do governo Garotinho à educação, a categoria deliberou por uma greve de advertência nos dias 22, 23 e 24 de fevereiro, para dar início à campanha salarial. Ao mesmo tempo, o sindicato iniciou uma campanha publicitária, através da distribuição de cerca de cem *outdoors*, contra as políticas de Garotinho, denunciando, por exemplo, a falta de estrutura nas escolas, que não garantiu o atendimento da demanda da comunidade por vagas e a incapacidade da Gratificação por Lotação Prioritária (GLP) em resolver a falta de professores.

O SEPE avaliou que a greve de advertência provocou o governo:

Garotinho não poupou verbas públicas para comprar espaço nos grandes jornais e publicar matérias pagas contra o SEPE e ameaçando diretores com a demissão. Irritado com a campanha publicitária do sindicato, que desmascarou a farsa da sua política educacional, Garotinho pressionou o prefeito Conde a promover a retirada dos *outdoors* do SEPE e, até, a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) na ALERJ para apurar a atuação do SEPE⁴³³.

As retaliações do governo chegariam ao corte do repasse da contribuição voluntária dos filiados ao SEPE⁴³⁴. Tal estratégia, ilegal, recorrentemente utilizada pelos governos, desestruturava o funcionamento da entidade que, concomitante às lutas da categoria, buscava soluções através do Tribunal de Justiça do Estado do RJ, da OIT, e de campanhas aos filiados para a realização de depósito da contribuição em conta aberta para tal fim. Contudo, o déficit financeiro atacava politicamente às ações sindicais.

⁴³¹ Idem, Ibidem.

⁴³² Idem, Ibidem.

⁴³³ BOLETIM do SEPE. Rede Estadual. Rio de Janeiro, 25/02/2000.

⁴³⁴ Em cinco meses, cerca de R\$ \$50 mil foram retidos pelo governo estadual.

Os mecanismos de controle e de privatização da educação, via Programa Nova Escola⁴³⁵, tornavam-se evidentes com a instituição do Sistema Permanente de Avaliação das Escolas da Rede Pública Estadual de Educação e a divulgação dos critérios dessa avaliação a ser realizada pela iniciativa privada, a Fundação Cesgranrio. A avaliação das escolas estava diretamente vinculada à concessão de gratificações que poderiam variar de R\$ 100,00 a R\$ 500,00. Cabe adiantar que para atingir os maiores índices na avaliação as escolas deveriam conseguir investimentos privados:

Na ótica do Nova Escola, fará jus à maior gratificação a escola que menos reprovar seus alunos e mais dinheiro arrecadar junto à empresas privadas para reforma da infra-estrutura, o que compromete o caráter da escola pública em nosso estado⁴³⁶.

No Artigo 2º, do Decreto 25959/00, a precedência quanto a “Gestão Escolar”, em detrimento do “Processo Educativo” revelava que a base sobre a qual se assentava o projeto era a da transformação das relações administrativas nas unidades escolares. Podemos demonstrar essa hipótese através dos aspectos considerados para a avaliação: a) o gerenciamento de recursos humanos, b) a aplicação dos recursos financeiros, c) a infra-estrutura física, d) o programa Nutrição escolar, e) integração da escola com a comunidade.

O objetivo fim da educação, o processo educativo propriamente dito, ocuparia posição secundária na escala avaliativa. Para tal, a avaliação do processo educativo deveria considerar a evasão escolar, o aproveitamento escolar e a repetência e a distorção série-idade.

A política do Programa Nova Escola trouxe impactos salariais negativos e imediatos ao conjunto da categoria. Para ficarmos em dois exemplos, neste momento, há o dos professores lotados em escolas municipalizadas e o ataque ao plano de carreira.

No primeiro caso, os professores do estado, que com o processo de municipalização do ensino fundamental foram transferidos para unidades escolares administradas pelas prefeituras, ficaram excluídos da gratificação do projeto Nova Escola.

No segundo, o plano de carreira, conquista das greves de 1986 a 1989, era atacado em vários aspectos, principalmente através da avaliação por desempenho que

⁴³⁵ Decreto nº 25959 de 12 de janeiro de 2000.

⁴³⁶ BOLETIM do SEPE. Rede Estadual. Rio de Janeiro, 31-07-2000.

estabelecia uma gratificação por produtividade, mas também quanto à exclusão dos aposentados e pensionistas, ou seja, quebrava a isonomia salarial⁴³⁷.

Além disso, o programa previa a alteração dos contratos de trabalho, através da extinção dos Cargos de Docentes I e II, na carga horária de 16 e 20 horas e a ampliação para 30 horas do Cargo de Professor I, e para 40 horas a do Cargo de Professor II. Porém, o governo foi obrigado a recuar neste aspecto.

No IX Congresso “500 Anos de Resistência Indígena, Negra e Popular” as sete teses defendidas no plenário⁴³⁸ debateram o avanço das políticas neoliberais, a repercussão para os movimentos da classe trabalhadora e a crise no interior do SEPE⁴³⁹.

A relação entre as forças políticas presentes na composição da diretoria do SEPE nunca foi de consensos, entretanto, neste momento, as dificuldades de organização da categoria emergiam e seriam atribuídas a diferentes causas⁴⁴⁰.

Em pelo menos duas teses, a 2 e a 7, as causas de tais dificuldades seriam responsabilidade da direção do sindicato. Para os integrantes da tese 2, a atuação do sindicato era diretamente responsável pela dificuldade em resistir às políticas dos governos municipal, estadual e federal. Para os autores, havia um processo de burocratização da diretoria e o critério da proporcionalidade na eleição deveria ser alterado.

Para a tese 5, a questão do distanciamento entre a diretoria e base também se colocava, no entanto não se tratava de uma questão política. Em outras palavras, a paralisia política do SEPE não seria culpa de uma determinada tendência política, mas da própria estrutura do sindicato.

⁴³⁷ A referida paridade contida no plano diz respeito aos salários de professores I e II, quando possuem a mesma formação. Contudo, os pisos salariais não são paritários e a carga horária é diferenciada, resultando ao professor do 1º segmento um salário menor que o do professor de 2º segmento. Tal discriminação nunca se constitui como objeto de luta, no SEPE, pela equiparação.

⁴³⁸ Conselho de Classe. Ano VI, nº30, 08-06-2000, p.6.

⁴³⁹ Principais bandeiras de luta aprovadas no congresso: Todo apoio à luta dos trabalhadores de todo o mundo; Contra a intervenção dos EUA na Colômbia; Apoio à luta dos estudantes da Universidade Nacional do México; Imediata libertação de Múmia Abu Jamal; Fora o FMI de toda a América Latina; Fora FHC; Apoio ao MST e à reforma agrária dos trabalhadores; Apoio à luta por um salário mínimo digno e aumento já para todos os salários; Contra o pagamento das dívidas interna e externa; Contra as privatizações e pela reestatização sem indenizações das empresas privadas; Pela redução da jornada de trabalho sem redução de salário; Pela taxação das grandes fortunas; Pela manutenção dos nossos direitos e construção da greve geral (Cf. Conselho de Classe. Ano VI, nº30, 08-06-2000, p.4).

⁴⁴⁰ Não é possível identificar as forças políticas que propuseram as teses, posto que as mesmas foram reorganizadas até a realização do congresso, porém, há o registro dos representantes de cada tese que realizaram a sua defesa, *In*: Conselho de Classe. Ano VI, nº30, 08-06-2000, p.6, a saber: Tese 1- Wilton Porciúncula, Tese 2- Marco Túlio, Tese 3 - Danilo Serafim, Alcebíades Teixeira e Guilhermina Rocha, Tese 4- Gualberto Pitéu e Mônica Lins, Tese 5 - Vera Freitas e Guaraci, Tese 7 Marcos Romão, Beatriz Lugão e Alayr, Tese 8 - Roberto Simões.

Nas teses acima, colocava-se a questão da burocratização e incapacidade de avançar no enfrentamento ao conjunto das políticas neoliberais.

Com um confronto aberto no interior da direção, houve a deliberação de greve na rede estadual, no dia 2 de outubro, pela incorporação de abonos e gratificações ao piso salarial, pelo cumprimento da lei dos planos de carreira e pela realização de concurso público. Enquanto a SEE falava de um percentual de 1% de adesão, o SEPE afirmava que a greve atingia de 50 a 60% dos professores das quase duas mil escolas estaduais.

As duas semanas de greve garantiram a aprovação pela Assembleia Legislativa de incorporação dos abonos de 1995 e 1998, para professores e funcionários. Em seguida, o Supremo Tribunal Federal derrubou o recurso do estado contra uma ação do SEPE e da UPPEs, aberta há três anos, pelo cumprimento do Plano de Cargos e Salários. Cabe lembrar que o referido Plano fora objeto de negociação entre o sindicato e a secretário do governo Anthony Garotinho, no ano anterior. Se a negociação não garantiu o pagamento do Plano de Carreira, tampouco a vitória jurídica.

Naquele primeiro ano de exercício do Projeto Nova Escola, as avaliações externas classificaram todas as escolas que se inscreveram no programa no nível 1, o que significou uma gratificação de R\$ 150,00 para docentes e de R\$ 50,00 para funcionários.

No município do Rio de Janeiro, o maior repasse de verbas do FUNDEF dentre os municípios brasileiros não foi revertido em valorização profissional e prefeito Luiz Paulo Conde⁴⁴¹ chegou ao final do mandato acusado de desvio de verbas dos recursos do FUNDEF. Cabe destacar que o prefeito já havia sido denunciado ao Tribunal de Contas por superfaturamento na compra da merenda escolar, que foi comprovado no Processo TCMRJ- 12840/97⁴⁴².

A campanha salarial de 2001 da rede estadual poderia ter sido a de, praticamente, qualquer ano da década de 1990. Não por coincidência, receberia o tema: “Nova escola, velhas mentiras” e teria os seguintes eixos: reajuste para todos em 1º de maio; trabalho igual, salário igual, paridade com integralidade; manutenção do calendário de eleição de diretores; cumprimento do plano de carreira; fim da municipalização do ensino; manutenção das 30 horas semanais para funcionários

⁴⁴¹ Como aliado de Anthony Garotinho também filiou-se ao PDT.

⁴⁴² COELHO, Eliomar. O Caos do Conde ou o Conde do Caos. IN: Conselho de Classe, ano VI, nº 29. Rio de Janeiro, 01/03/2000.

administrativos. Depois se acrescentaria às reivindicações o repasse da contribuição dos filiados descontado em folha e a anulação do corte de parte das licenças sindicais.

Todavia o sindicato deparava-se com a introdução de um novo mecanismo de desorganização da categoria via projeto Nova Escola, o da competitividade intra-categoria. Ao vincular gratificações diferenciadas aos profissionais de acordo com o resultado da avaliação - paga com dinheiro público à CESGRANRIO – o Programa Nova Escola além de afetar a isonomia salarial da categoria, introduziu o critério de produtividade no trabalho e a hierarquização das unidades escolares.

Segundo a avaliação da CESGRANRIO, publicada no Diário Oficial (06/02/2001),

Para as escolas classificadas no nível 2 (1.505), 46.495 professores terão direito à uma gratificação de R\$200,00 e 17.823 funcionários administrativos R\$ 100,00. No nível 3, 261 unidades terão direito à gratificação de R\$300,00 para os professores e R\$ 150,00 para os funcionários. Somente 98 escolas foram classificadas no nível 4 e nenhuma no 5⁴⁴³.

Para o SEPE:

Esta ação causa, acima de tudo, uma profunda e completa indignação da categoria, pois além do caráter arbitrário e injusto do processo de avaliação, fomenta um espírito de competição entre os profissionais, o que parece ser a intenção velada de mais uma aberração do governo⁴⁴⁴.

O corte do repasse financeiro ao sindicato, em contrariedade à liberdade sindical, denunciado à organização Internacional do Trabalho (OIT) e ao Tribunal de Justiça permanecia sem solução. Em entrevista na rádio CBN, Garotinho justificou o corte do repasse das contribuições da seguinte forma:

Cortei o repasse por que o SEPE estava gastando o dinheiro da contribuição dos professores para colocar mentiras em outdoors sobre a minha política educacional⁴⁴⁵.

Para a promoção da política educacional do governo de Garotinho, além dos ataques aos trabalhadores da educação em sua organização coletiva, ao estabelecer a

⁴⁴³ CONSELHO de Classe. Ano VI, nº31, 08-02-2001, p.3.

⁴⁴⁴ Idem, Ibidem

⁴⁴⁵ BOLETIM do SEPE. Rede Estadual. Rio de Janeiro. 09-05-2001.

premiação pela suposta meritocracia, o governo dissimulava a realidade das escolas públicas. Não faltaram denúncias do sindicato quanto ao lançamento de notas fictícias em documentação oficial dos alunos em disciplinas em que os mesmos não tiveram professores, quanto à postergação do calendário de eleição para diretores e de alugueis superfaturados de prédios de estabelecimentos de ensino particulares falidos ou em crise financeira. Com relação a esta última ação da secretaria estadual, a categoria exigiu a estatização dessas escolas, sem direito à indenização, conseguindo que a SEE suspendesse o pagamento irregular de tais contratos.

A intransigência do governo do estado resultou na radicalização das manifestações, votando por greve de ocupação por tempo indeterminado, em assembleia, no Clube Municipal, com cerca de 600 pessoas – um número significativamente inferior a greves anteriores, tendo como eixos: a incorporação de todos os abonos e o cumprimento da lei dos planos de carreira dos professores e funcionários administrativos; fim do projeto Nova Escola; audiência com o governador Anthony Garotinho.

Mais uma vez o governo tentou encaminhar a incorporação de gratificação somente para os docentes, mas a unificação do movimento garantiu a incorporação ao conjunto dos trabalhadores da educação, inclusive aos aposentados. A greve chegou ao fim com a aprovação das gratificações de R\$164,00 e de R\$115,00 aos salários dos professores e de R\$ 30,00 e R\$ 50,00 aos salários dos funcionários. Não se tratava, no entanto, do fim do Programa Nova Escola.

Para o movimento:

A greve foi vitoriosa porque derrotamos uma lógica própria da política neoliberal que busca derrubar os salários com mecanismos de abonos⁴⁴⁶.

No entanto, o SEPE afirmava que:

Embora o índice de adesão dessa greve não fosse o que estamos acostumados antes, conquistamos o abono dos dias parados. Essa vitória deixa claro que quanto mais unidade tivermos, menos ameaçados estaremos pelo código 61 e pelas direções autoritárias, porque temos força para derrotar o próprio governo⁴⁴⁷.

⁴⁴⁶ BOLETIM do SEPE. Rede Estadual. Rio de Janeiro. 26-10-2001, p.1.

⁴⁴⁷ Idem, Ibidem.

Entretanto, um dos itens negociados durante a greve, o envio à ALERJ de mensagem com a incorporação das gratificações dos professores de 40h não foi cumprido pelo governo. A assembleia de 24 de novembro decidiu que caso a pauta negociada - gratificação aos professores de 40h e de cumprimento do plano de carreira - não fosse plenamente atendida, seria realizada greve no início do ano de 2002.

O cumprimento do plano de carreira estava intimamente vinculado, no caso, à extinção do Programa Nova Escola, o que não ocorreu. Na avaliação anual do programa, nenhuma escola atingiu o nível máximo (nível 5), a maioria ficou no nível 2 (78,4% ou 1.505 escolas), o que significava gratificações de R\$ 200,00 para os docentes e de R\$100,00 para funcionários.

As eleições para o sindicato contaram com a disputa de quatro chapas e o seu resultado garantiu a maioria à duas forças políticas⁴⁴⁸ na composição da diretoria⁴⁴⁹ de acordo com os critérios de proporcionalidade.

O final do governo de Anthony Garotinho – antecipado devido a disputa para as eleições presidenciais- seria marcado por greve decretada no início do período letivo e

⁴⁴⁸ Resultado das eleições para a direção do SEPE 2001-2003: **Chapa 1:** “Juntos na luta fazemos o SEPE mais forte!” obteve 6.183 votos, o que corresponde a 39,83% do total de votos; **Chapa 2:** “SEPE de Luta e Democracia se faz com a Categoria”, obteve 4.895 votos, o que corresponde a 31,53% do total de votos; **Chapa 3:** “Oposição Muda SEPE” obteve 2.563 votos, o que corresponde a 16,51% do total de votos; **Chapa 4:** Renovar, Democratizar, Fortalecer o SEPE – no Chão da Escola”, obteve 1.884 votos, o que corresponde a 12,14% do total de votos. O Resultado das eleições garantiu na composição proporcional da diretoria, a maioria dos cargos à militantes da corrente Democracia Socialista (PT) e ao PSTU, além das demais forças políticas tais como Articulação Sindical (PT), Força Socialista (PT) e Movimento Terra Trabalho e Liberdade (MTL). Ver a composição das chapas nos anexos.

⁴⁴⁹ **Coordenação Geral:** Sérgio Paulo Aurnheimer Filho, Soneli Antunes Ardt, Vera Lúcia da Costa Nepomuceno, José Messias dos Santos, Adelfson Ribeiro Telles e Maria Beatriz Lugão Rios. **Coordenação da Capital:** Paulo Cesar Souza/Greyce Kelly Fernandes de Almeida, Gualberto Izaias de O. Tinoco, Wilton Porciúncula Alves, Claudio Monteiro de Andrade, Maria Ribamar Pinheiro de Moura/Suzete Paiva dos Santos. **Coordenação do Grande Rio:** Carlos Henrique Sampaio de Farias/José Carlos Mayrink da Costa, Ana Claudia Nery de Mesquita e Alex Sandro Trentino. **Coordenação do Interior:** Paulo Cesar Rimes, Danilo Garcia Serafim, Maria das Dores Pereira Mota, Jerônimo Oliveira Silva/Amaro Sergio da Silva Azevedo, Maria Izabel Bastos Rocha, Pedro Ney Maximiano Alves e Delma Maria Médici. **Secretaria de Finanças:** Adelaide Cavalcanti Santana, Humberto dos Santos e Pedro Paulo Sampaio de Farias/Kátia Cristina de Moraes Cardoso. **Secretaria de Organização:** Maria Angélica da G. C. Coutinho, Claudio Lacerda e Silva/Tatiana Jacinto Borges. **Secretaria de Imprensa:** Alayr Rodrigues Pessoa Filha, Dione Souza Lins e Edna de Oliveira Félix. **Secretaria de Assuntos Jurídicos:** Lilian Pontes da Silva, Maristela de Ávila Abreu e Wanderley de Jesus Gonçalves. **Secretaria de Assuntos Educacionais:** Eugênio Maria de A. Almeida, Antonio Claudio de Andrade e Renato Gonçalves dos Santos/Isabella Motta de Oliveira Pinto. **Secretaria de Cultura e Formação:** Marco Túlio Paolino e Roberto Alves Simões. **Secretaria de Gênero, Anti-Racismo e Opção:** Cesar de Miranda e Lemos e Marize de Oliveira Pinto. **Secretaria de Saúde:** Gesa Linhares Correa, Alcebíades de Souza Teixeira Filho e Eduardo Henrique S. de Almeida. **Secretaria de Funcionários:** Paulo Cesar Romão da Silva, Augustus Miguel Arcanjo da Paixão, Jalmir Gomes Ribeiro da Silva, Carlos Alberto de S. Pimentel. **Secretaria de Aposentados:** Sibila do Amaral Oliveira, Dulcinéia de Lima Pereira e Neuza Maria Fonseca Estrella. **Suplentes:** Teones Pimenta de França, Guaraci Antunes de Freitas, Augusto Ferreira, Vera Lucia de Freitas, Robson Lopes Trajano, José Muniz Navegantes, Maria de Fátima Soares, Andrea de Araújo Cassa, Dylsa Bezerra de Castilho, Armando Ferreira de Lima/Vagner Gomes de Souza, Isabel Cristina Gomes da Costa e Rosa Ferreira Neves.

solicitação do SEPE aos deputados da ALERJ de abertura de um processo de *impeachment* de Garotinho por causa do seu descumprimento da determinação da Justiça Federal de pagamento do Plano de Carreira, congelado desde 1996.

Pressionado pelo movimento e pelo Tribunal de Justiça, Anthony Garotinho publicou um decreto para o pagamento do plano de carreira em seis parcelas, excluindo funcionários administrativos e professores de 40h.

Em passeata até a Secretaria Estadual de Educação, o movimento simulou um cortejo fúnebre do governador, com um boneco de pano com corpo do mosquito *aedes aegypti*, dentro de um caixão, no dia 26 de março, às vésperas da saída de Garotinho do governo, para concorrer às eleições presidenciais. A saída do PDT do governo do Estado foi marcada pela lavagem da escadaria da ALERJ, ato de protesto realizado pelo SEPE.

A recém empossada governadora Benedita da Silva, então vice-governadora de Anthony Garotinho, e o secretário de educação Willian Campos receberam o SEPE nos primeiros dias do mandato do PT, formando uma comissão entre o governo e os dirigentes do SEPE para estudo e negociação das reivindicações da categoria que mantinha a greve.

Criou-se uma expectativa, no seio do movimento e em grande parte dos dirigentes sindicais, de que o governo do Partido dos Trabalhadores estaria aberto à negociação com o sindicato. Contudo, rapidamente a governadora Benedita da Silva demonstraria o contrário. Também por decreto, Benedita definiu o pagamento do plano de carreira em parcelas de até 13 meses e, como resposta à continuidade de greve da categoria, determinou o corte de salários dos grevistas.

A greve durou 77 dias e foi considerada, pelo sindicato, a de maior participação dos últimos dez anos, conforme o balanço da greve publicado no Boletim do SEPE⁴⁵⁰. Entretanto, as conquistas imediatas da greve se resumiram à criação de três comissões de trabalho com o governo, para o suposto atendimento das reivindicações. As reivindicações que levaram a categoria a uma longa greve, nos meses de março, abril e maio, seguiram sem solução ao longo dos encontros das comissões propostas pelo governo.

O SEPE avaliou que a greve como vitoriosa,

Resultou na incorporação das duas principais gratificações para toda a categoria-, a

⁴⁵⁰ BOLETIM do SEPE. Rede Estadual. Rio de Janeiro, 19/06/2002, p. 3.

greve de 2002 conseguiu recuperar o reconhecimento oficial do plano de carreira do magistério. Claro que isso não ocorreu nos moldes do que pretendíamos, mas não pode deixar de ser considerado um avanço⁴⁵¹.

Uma análise, apresentada no Congresso seguinte da entidade, concordaria com a importância da greve, porém destacou que a mesma ocorreu apesar da direção da entidade, cujo papel de "traição" ao movimento ficaria evidente na eleição e no governo estadual do PDT/PT:

A direção do SEPE traiu, quando pediu votos a Garotinho/Benedita na expectativa de que um governo do PDT/PT pudesse atender às reivindicações da categoria. Inocência ou oportunismo? Traiu quando participou de comissões de trabalho junto com o governo, enquanto a categoria se desarmava para a luta. Traiu quando, ao invés de denunciar o PT por ter construído um “Cavalo de Tróia” para a categoria – O Programa Nova Escola-, na Subsecretaria de Educação, jogou água na fervera da revolta da categoria frente a este programa perverso, que quebra a isonomia e estimula o individualismo. Traiu quando, somente após três anos de governo, a categoria atropela a direção e organiza, em 2002, 77 dias de uma das maiores greves da história do SEPE⁴⁵².

Na rede municipal do Rio de Janeiro, o sindicato reivindicaria condições de trabalho, reajuste salarial e a construção de um plano de carreira unificado de todos os trabalhadores da educação, através de seguidas paralisações. A insegurança e a violência, no interior das escolas, há muito vinha sendo denunciada pela categoria, contudo agravava-se com a falta de profissionais:

A falta de funcionários, como serventes e porteiros contribuiu para a insegurança nas escolas, com a ocorrência de acidentes (por vezes fatais) e a entrada e circulação de pessoas estranhas ao ambiente escolar⁴⁵³.

Entendida pelo SEPE como tática eleitoral para afirmar o sucesso do Projeto Nova Escola, as avaliações externas, divulgadas em 2002, garantiram aumento nas gratificações dos trabalhadores da maioria das escolas públicas: 24 escolas ficaram no

⁴⁵¹ VITÓRIA na greve comprova força da mobilização da rede estadual em 2002. Boletim do SEPE. Rio de Janeiro. 14/01/2003.

⁴⁵² TESE da Oposição Sindical: Resgatar o SEPE da direita. SEPE. Caderno de Teses do XI Congresso do SEPE/RJ. Rio de Janeiro, 9 a 11 de junho de 2005, p. 73.

⁴⁵³ BOLETIM do SEPE.Especial Estado/Municípios. Rio de Janeiro. 24-09-2002.

nível 5, o mais alto da hierarquia avaliativa e, a maioria, no nível 3 (1039 escolas ou 55,3%).

As eleições estaduais foram vencidas pela esposa de Anthony Garotinho, Rosinha Garotinho.

Com o não pagamento do 13º salário aos servidores estaduais pelo governo Benedita, em fevereiro, cerca de 70% dos 400 mil servidores do Estado entraram em greve, consolidando o MUSPE (Movimento Unificado dos Servidores Públicos Estaduais). O MUSPE contava com a possibilidade de adesão dos policiais civis e servidores penitenciários⁴⁵⁴. Os trabalhadores da educação sofreram ainda o corte do pagamento das gratificações do Programa Nova Escola, fato que provocou a reação imediata da categoria⁴⁵⁵.

No dia 17 de fevereiro, as escolas da rede da Fundação de Apoio às Escolas Técnicas do Estado do Rio de Janeiro (FAETEC) engrossaram a greve geral dos servidores públicos estaduais, em passeata até o Palácio Guanabara. Os docentes continuavam a protestar contra as perseguições políticas no Instituto de Educação Normal Superior (ISERJ).

A passeata do movimento unificado dos servidores do judiciário, saúde, transporte e educação confrontou-se com a polícia e manifestantes pró-Rosinha. Tal tática, até então inabitual, da presença de militantes pagos pró-governo tornou-se constante nas mobilizações contrárias a governadora⁴⁵⁶.

A repressão do governo Rosinha seria maior ao longo da greve. O abraço dos servidores a ALERJ, ato promovido pelo MUSPE, terminou com a prisão de um dirigente do SEPE. Convocado pela Secretaria de Segurança do Estado para depor no inquérito que apurava o cerco ao carro da governadora Rosinha - que saía pelos fundos do palácio durante o ato público, Gualberto Tinoco, conhecido como Pitéu, foi detido em função de um mandato de prisão expedido em 1976. Pitéu, funcionário da rede estadual desde 1994, lotado no cargo de servente do Colégio Estadual Mário de Andrade, fora preso em passeata estudantil em 1972, em plena ditadura militar, acusado de lesão corporal, dano ao patrimônio público, resistência à prisão e desacato à

⁴⁵⁴ SERVIDORES param por salário em dia. Rio de Janeiro. 17-01-2003.

⁴⁵⁵ A gratificação do Nova Escola deixou de ser paga, em fevereiro, sob a alegação da Secretaria de Educação (SEE) e Secretaria de Administração (SARE), que o governo anterior não implementou as avaliações nas escolas estaduais e tal fato inviabilizaria o pagamento.

⁴⁵⁶ BOLETIM do SEPE. Rede Estadual. Rio de Janeiro, 14/03/2003.

autoridade⁴⁵⁷. Obviamente a prisão configurava-se uma retaliação às lideranças ao movimento.

A truculência da polícia militar marcou as manifestações ocorridas em mais de dois meses de greve. No CETEP Quintino, três mulheres foram agredidas por seguranças da FAETEC e PMs em ato da APEFAETEC⁴⁵⁸ e MUSPE. A professora Themis de Melo, que sofreu fratura no braço registrou queixa na delegacia local⁴⁵⁹. As professoras de Volta Redonda, Nair da Silva Chocair e Carmélia Bafa de Sales, que sofreram escoriações nos braços, pediram abertura de inquérito policial, na 9ª DP, contra Clarissa Matheus, filha da governadora, por incitar os manifestantes pró-Rosinha contra os servidores estaduais⁴⁶⁰.

Embora não houvesse propostas do governo para a regularização do calendário de pagamento dos servidores, escândalos do governo Anthony Garotinho, ao qual Rosinha Garotinho dava continuidade, como o do desvio de verbas de fiscais de renda da Secretaria Estadual de Fazenda⁴⁶¹ revelou o uso indevido da verba pública. As renúncias fiscais do governo também agravariam a situação dos cofres públicos:

Levantamento feito pelo jornal O Dia com base nos dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e com informações de autos de infração da Secretaria de Estado de Fazenda mostra que pelo menos quatro empresas fiscalizadas pela Inspetoria Grande Porte, entre janeiro de 1999 e abril de 2001, doaram R\$899.920 dos R\$ 3.479.229,91 arrecadados na campanha eleitoral pela atual governadora. O montante perdoado dessas quatro empresas chega ao valor de R\$ 9.794.375,58⁴⁶².

Sem um calendário de pagamento salarial por parte do governo, que atrelava a regularização do mesmo ao pagamento dos *royalties* do petróleo, a governadora afirmava que levaria até oito meses para regularizar o pagamento⁴⁶³. Somavam-se às denúncias o descumprimento de direitos trabalhistas, por parte das empresas contratadas pela Secretaria Estadual de Educação, para a limpeza e conservação das escolas e merenda e a renúncia fiscal por parte do governo.

⁴⁵⁷ O SÍMBOLO de uma luta. *Folha Dirigida*. Rio de Janeiro. 11-03-2003.

⁴⁵⁸ Centro de Educação Tecnológica e Profissionalizante (CETEP) de Quintino - unidade da Fundação de Apoio à Escola Técnica do Estado do Rio de Janeiro (FAETEC).

⁴⁵⁹ Cf. BOLETIM do SEPE. Rede Estadual. Rio de Janeiro, 14/03/2003, p. 4.

⁴⁶⁰ Cf. BOLETIM do SEPE. Rede Estadual. Rio de Janeiro, 21/03/2003, p. 4.

⁴⁶¹ No início do governo Rosinha Garotinho foi aberta a CPI do Propinoduto, na ALERJ para apurar denúncias de corrupção na Secretaria Estadual de Fazenda.

⁴⁶² PERDÃO de multas causa falência administrativa do Estado. Boletim do SEPE. Rede Estadual. 10-03-2003.

⁴⁶³ 13º em parcelas. *O Dia*. Rio de Janeiro. 16-01-2003.

Com os salários reduzidos e sem os pagamentos de parcela dos direitos trabalhistas, a campanha realizada pelo SEPE “Governadora, devolva o dinheiro que você nos tirou” chegou às rádios Globo, CBN e TV Bandeirantes e contou com 100 outdoors.

Ao contrário de realizar o pagamento imediato do 13º salário dos servidores, conforme a decisão do Órgão Especial de Justiça e sob a ameaça de ser denunciada pelo Ministério Público por crime de responsabilidade caso não o fizesse, a governadora cortou o salário dos trabalhadores em greve. Além da aplicação do código 61 – greve e desconto - ao controle de frequência dos trabalhadores a secretária de educação Darcília Leite, em audiência com o SEPE, afirmou que os grevistas perderiam o direito à GLP, que, a esta altura, representava significativa parte do orçamento dos trabalhadores da educação. Com essa ameaça, o movimento grevista perdeu a viabilidade.

A incapacidade de sobrevivência dos trabalhadores naquelas condições extremamente adversas - sem a gratificação e sob a ameaça de corte da GLP -, levou o movimento a sair da greve sem qualquer reivindicação atendida. A CUT não apoiara o movimento, pelo menos desde o governo petista de Benedita da Silva.

A experiência dos trabalhadores da educação com o corte súbito da gratificação, em um primeiro momento fortaleceu a greve e, dali para frente, teria como repercussão a radicalização da oposição ao Nova Escola sintetizada nas bandeiras de extinção do programa e incorporação da gratificação, com nível máximo para todos.

Ao final de 2002, o Partido dos Trabalhadores venceu as eleições presidenciais. A eleição de Luís Inácio da Silva mostrou-se, em pouco tempo, um ponto de inflexão na organização da classe trabalhadora brasileira. Essa situação não passou à margem dos posicionamentos dos trabalhadores de educação do Rio. Na avaliação do SEPE, que apoiou o PT através de deliberação congressual⁴⁶⁴, ao destacar a importância da eleição de Lula como reação eleitoral às políticas neoliberais, e as suas contradições:

Lula não vem sozinho. Carrega o peso de enormes contradições entre a origem no movimento sindical de vanguarda e as alianças por que optou em nome de chegar enfim à presidência. As alianças por si só já dizem alguma coisa, mas o que nos diz mais é o programa imposto por elas: a retirada do PT da organização do plebiscito nacional sobre a ALCA e o não apoio explícito do então candidato Lula, são

⁴⁶⁴ O X Congresso aprovou o apoio à candidatura de Luiz Inácio Lula da Silva à presidência, da Coligação Lula Presidente: PT, PL, PCdoB e PMN.

exemplos de uma moderação programática condenável⁴⁶⁵.

Assim, alertava o movimento:

O movimento tem diante de si uma conjuntura muito complexa e, nesse contexto da luta de classes, o nosso maior patrimônio é, sem dúvida, a independência de classe. Afastar-se da perspectiva colaboracionista, manter-se na perspectiva histórica de construção de uma nova ordem, sem explorados, é não se promiscuir em políticas de pacto social de governabilidade que só viabilizam o bem estar e a tranqüilidade do capital em detrimento dos direitos do trabalhador⁴⁶⁶.

A Reforma da Previdência foi este ponto de inflexão. Desde o governo Fernando Henrique Cardoso, com a aprovação da PEC 33/1995, aprovada em 1998 e o PL nº 9/1999 - a primeira tentativa de construção de uma previdência privada-, a categoria dos trabalhadores da educação mobilizou-se contra a totalidade da proposta de reforma previdenciária e, em particular, contra o fim da aposentadoria especial dos professores. Diante da proposta de nova reforma, comprimindo ainda mais os direitos dos trabalhadores (especialmente do serviço público), o SEPE enviou uma carta ao presidente e ao Ministro da Previdência, Ricardo Berzoini, com críticas à proposta, que o governo buscava levar à votação ainda no primeiro semestre de 2003. Criticava-se não só o fim da aposentadoria especial, mas também as propostas de teto único, aposentadoria complementar e idade mínima, bem como a responsabilização dos servidores públicos por um suposto déficit na previdência social.

Em agosto de 2003, sob a liderança do Partido dos Trabalhadores, a Reforma da Previdência foi aprovada. No dia 6 de agosto a Proposta de Emenda Constitucional nº 040 (PEC 040) foi aprovada na Câmara dos Deputados (358 votos a favor, 126 contra e nove abstenções) e, em 27 de agosto, os deputados voltaram ao plenário e aprovaram a reforma e a taxação dos aposentados.

A primeira vitória neoliberal capitaneada pelo PT contra os trabalhadores abriria uma crise sem precedentes no interior do SEPE. A força dos militantes petistas na direção do sindicato poderia ser notada pelo resultado da eleição para o período de 2003

⁴⁶⁵ AGORA é Lula. E agora Lula? Conselho de Classe. Rio de Janeiro. 07/01/2003.

⁴⁶⁶ Idem, Ibidem.

a 2006⁴⁶⁷. Certamente, com outras organizações da classe trabalhadora não seria diferente.

Ainda que o PT tenha chegado à vitória do maior cargo executivo do país por meio de profunda reformulação de sua tática e estratégia política, conforme demonstrado por COELHO (2005), em crescente processo de deslocamento da sua posição na luta de classes, a maioria do movimento organizado da classe trabalhadora mantinha expectativas de que o governo representaria também os interesses da classe trabalhadora.

Contudo, antes de ser um governo da classe trabalhadora, o governo Lula não tardou em demonstrar que era um governo capaz de governar sobre as classes trabalhadoras, através da Reforma da Previdência. Esta avaliação não foi compartilhada pelo conjunto da classe trabalhadora, tampouco foi consensual no interior da direção do SEPE, como veremos nas teses do XI Congresso.

Os laços tênues da unidade da direção sindical começaram a se fragmentar na direção proporcional do SEPE. Os periódicos da entidade não reproduziram grande parte destas divergências de avaliação do movimento e da organização sindical.

⁴⁶⁷ **Resultado das eleições para 2003-2006:** Chapa 1: Obteve 3.393 votos, o que corresponde a 20,688% do total de total de votos, indicando dez membros efetivos e dois suplentes. Chapa 2: Obteve 5.022 votos, o que corresponde a 30,620% do total de votos, indicando quinze membros efetivos e quatro suplentes. Chapa 3: Obteve 1.685 votos, o que corresponde a 10, 274% do total de votos, indicando cinco membros efetivos e um suplente. Chapa 4: Obteve 2.108 votos, o que corresponde a 13,463% do total de votos, indicando seis membros efetivos e dois suplentes. Chapa 5: Obteve 1.746 votos, o que corresponde a 19,646% do total de votos, indicando cinco membros efetivos e um suplente. Chapa 6: Obteve 2.347 votos, o que corresponde a 14,310% do total de votos, indicando sete membros efetivos e dois suplentes.

Composição da Direção para 2003-2006: Coordenação Geral: Guilhermina Luzia da Rocha, Marco Túlio Paolino, Gualberto Izaías de Oliveira Tinoco, Rosana Maria do Nascimento Mendes Skinner e Gesa Linhares Corrêa. **Coordenação da Capital:** Wiria Christiane Livoli de Alcântara Cabral, Isabel Cristina Gomes da Costa, Vera Lúcia da Costa Nepomuceno, Rosana do Amaral Guimarães, Marilda Dias da Costa. **Coordenação do Grande Rio:** José Carlos Peixoto de Campos, Roberto Serrano Henriques e Ivanete Conceição da Silva. **Coordenação do Interior:** Danilo Garcia Serafim, Dionéia Edilma Santos de Melo, Pedro Ney Maximiano Alves, Alex Sandro da Silva Trentino, Maria das Dores Mota, Luisa Helena Guimarães Gomide e Carlos Pletsh. **Secretaria de Finanças:** Rosaldo Bezerra Peixoto, Greyce Kelly Fernandes de Almeida e Jalmir Gomes Ribeiro da Silva **Secretaria de Organização:** Vera Lucia Alvarenga de Oliveira e Josimar de Oliveira Coelho **Secretaria de Imprensa:** Marta de Moraes Lima Silveira, Fábio Gustavo Viana Siqueira e Wilton Porciúncula Alves. **Secretaria de Assuntos Jurídicos:** Fernando Linhares Gomes, Élon Simões de Paiva e Maria de Lourdes de Oliveira Monteiro. **Secretaria de Assuntos Educacionais:** Lila Mara Oliveira, Ronei de Aguiar Carvalho e Maria Beatriz Lugão Rios. **Secretaria de Cultura e Formação:** Antonio Claudio de Andrade e Robson Lopes Trajano **Secretaria de Gênero, Anti-Racismo e Opção:** Claudio Marcio Paolino e Marize de Oliveira Pinto. **Secretaria de Saúde:** Paulo Cesar Romão da Silva, José Messias dos Santos e Marco Aurélio Ramalho Gandra. **Secretaria de Funcionários:** Mario Sérgio Martins, Roberto Alves Simões, Odete Pereira da Rocha Duarte e Anete Silva Ramos Trindade. **Secretaria de Aposentados:** Vera Lucia de Freitas, Sibila do Amaral Oliveira e Leda Teixeira. **Suplentes:** Josi Meire Louzada, Rogério Norberto da Cunha Alimandro, Afonso Celso Teixeira, Claudio Monteiro de Andrade, Mariana de Paula Caetano, Edna de Oliveira Felix, Murilo Pestana do Amaral, Silvia Rejane Vianna Sobrinho de Souza, Carlos Eduardo Giglio, Maria José Ferreira de Mello e Marcio Claudino de Magalhães.

No campo das lutas locais contra o governo de Rosinha Garotinho e a administração municipal de César Maia não haveria maiores divergências políticas. O SEPE continuaria o movimento de denúncia de desmonte da escola pública via políticas de caráter neoliberal. Os embates contra o governo do estado se dariam em torno da falta de trabalhadores nas escolas, da continuidade do projeto Nova Escola - e o avanço dos princípios empresariais de produtividade e competitividade, bem como de destruição dos projetos político-pedagógicos das escolas com a inserção, sob novas bases, da avaliação e certificação dos trabalhadores da educação.

As políticas estatais para a educação no Rio de Janeiro resultariam, nos anos de 2003 e 2004, em superlotação as salas de aula e carência de 26 mil docentes e 10 mil funcionários, deixando parcela significativa dos alunos sem aulas em várias disciplinas ao longo de todo o ano letivo⁴⁶⁸.

O avanço conservador sobre a educação provocaria ainda dois graves resultados, o da inserção do ensino religioso confessional⁴⁶⁹ na grade curricular e a suspensão da eleição para diretores, substituindo-a por uma consulta e elaboração de uma lista tríplice, na gestão do secretário estadual de educação Claudio Mendonça⁴⁷⁰. Cabe ainda destacar a explosão da violência nas escolas⁴⁷¹, a redução da matriz curricular, de 30 tempos para 25 e o corte de 23 licenças sindicais do SEPE pelo secretário, ex-presidente da FAETEC.

A intensificação e a precarização do trabalho atingiria também a educação municipal:

Durante suas sucessivas gestões, o prefeito César Maia manteve uma política de poucos investimentos no setor da Educação marcada pelo arrocho salarial e pela pouca preocupação com a construção de novas unidades escolares. Com o aumento da demanda por matrículas na rede, a crise de falta de vagas aumenta de ano para

⁴⁶⁸ BOLETIM do SEPE. Rede Estadual. Rio de Janeiro, 25/06/2003.

⁴⁶⁹ Cabe destacar que o casal Garotinho possuía como base eleitoral as igrejas neo-pentecostais. A proposta do ensino religioso de Rosinha foi além da LDB, que estabelecia a obrigatoriedade da oferta, mas o caráter facultativo da matrícula no ensino religioso, pois a legislação carioca previa o vínculo dos professores com as instituições religiosas.

⁴⁷⁰ O Supremo Tribunal Eleitoral (STF) concedeu liminar ao pedido do partido Social Cristão (PSC), partido da base da governadora, contra a eleição de diretores, alegando inconstitucionalidade das eleições diretas.

⁴⁷¹ O SEPE elaborou um dossiê sobre impacto da violência nas escolas, para alunos e docentes. Várias escolas municipais e estaduais ficaram fechadas por causa da violência em áreas consideradas de risco. Entre fevereiro e outubro do ano de 2004, 148 escolas municipais fecharam no período de oito meses, dezenas de unidades tiveram suas atividades interrompidas mais de uma vez durante os 74 dias por causa de guerras entre o narcotráfico, incursões policiais aos morros e luto pela morte de criminosos. Cf. SECRETÁRIA diz que fechamento é parcial. *Extra*. Rio de Janeiro. 28/11/2004.

ano, obrigando a SME a reconhecer que irá implementar o rodízio e o regime de três turnos para atender à carência de novas salas e, também de profissionais na sua rede⁴⁷².

A Conferência Estadual de Educação, promovida ao final do ano de 2003, teve como tema, *Educação Hoje: Direitos, Reformas e Resistências*. O debate em torno das políticas educacionais nacional, estadual e municipal e as reformas da previdência, sindical e trabalhista objetivou construir um plano de lutas. Na plenária do Plano de Lutas não houve deliberação específica sobre as políticas do governo Lula, tampouco repúdio às ações do ministro da previdência Ricardo Berzoini, e sobre a posição da CUT⁴⁷³.

O espaço seguinte de avaliação e planejamento das lutas ocorreu em novembro de 2004, através de mais uma conferência. Na conferência, os delegados se posicionaram contrários às reformas propostas pelo governo federal: sindical, trabalhista e universitária; pela retirada da CUT do Fórum Nacional do Trabalho e pela autonomia na organização dos trabalhadores. Nesse sentido, as críticas à atuação da CUT e da CNTE definiram a estratégia de:

Abrir o debate com toda a categoria sobre a relação do nosso sindicato com a CUT. Apontamos para o próximo congresso do SEPE, como fórum apropriado, para definir se o sindicato se manterá ou não filiado àquela central. Até lá, a direção deverá garantir: a) publicação de jornal específico sobre o tema, com espaço equivalente para as diversas posições. Este jornal será enviado a todos os filiados e distribuído nas escolas; b) organizar seminários em todos os núcleos e regionais até a primeira quinzena de junho/2005, garantindo a presença de companheiros que defendam as posições em debate sobre a CUT e demais temas da pauta do congresso⁴⁷⁴.

As resoluções referentes à produção de jornais e seminários, no entanto, não foram implementadas, em grande parte, pelas disputas intra-direção.

⁴⁷² SME anuncia rodízio de turmas para 2005. Boletim do SEPE. Rede Municipal. Rio de Janeiro. 18-03-2005.

⁴⁷³ CONSELHO de Classe, ano VI, nº 33. Rio de Janeiro, 18/12/2003.

⁴⁷⁴ BOLETIM do SEPE. Rede Estadual. Rio de Janeiro, 26/11/2004.

II.2.4 O SEPE e a ruptura com a CUT: crise de hegemonia na direção e reorganização da classe

Durante a preparação do XI Congresso e da sua realização, em 2005, a polêmica em torno da relação do SEPE com a CUT adquiriu não só a centralidade, como praticamente todo o debate congressual se restringiu a ela.

Como tratamos anteriormente, a resistência às reformas neoliberais na década de 1990, expressas em políticas educacionais e em políticas de reestruturação administrativa do Estado, foi capaz de reunir o campo da esquerda que compunha a direção do SEPE. Contudo, a chegada do PT ao governo do Estado do Rio de Janeiro, através de Benedita da Silva (vice de Anthony Garotinho), mostrou-se precursora de uma “crise de hegemonia” na direção da entidade, que ganharia contornos mais evidentes no primeiro governo de Luís Inácio Lula da Silva. No caso do SEPE, a convergência entre os caminhos da CUT e do PT de moderação das lutas e da institucionalização dos organismos da classe chegou ao ápice no ano de 2003, com a experiência dos servidores públicos na reforma da previdência do governo petista. De fato, a CUT e o PT passaram da oposição ao capitalismo, nos anos de 1980, à defesa de posições liberais, na década seguinte, buscando soluções para o desenvolvimento do capitalismo no país – “mas com distribuição de renda” -, conforme demonstram França (2005), no caso da análise do braço sindical dos trabalhadores, a CUT, e Coelho (2005), na análise do PT, o seu braço político.

Desta forma, as críticas à direção majoritária da CUT que ocorriam dentro do SEPE, desde a década de 1990, ganharam maior amplitude devido às consequências da experiência com o governo Lula, já nos seus primeiros meses. Composta, majoritariamente por militantes do PT, a direção do SEPE entrou em crise com as avaliações de parcela do movimento do governo Lula e da CUT, promovendo, assim, o adiamento do XI Congresso.

O XI Congresso do SEPE/RJ, Congresso Florestan Fernandes⁴⁷⁵, realizado em 2005, recebeu 13 teses, em que todas trataram da referida problemática. As posições dos grupos e correntes, com teses inscritas no congresso, sobre a relação do SEPE com a CUT eram as seguintes: desfiliação da CUT; desfiliação da CUT e adesão à Conlutas;

⁴⁷⁵ Houve um número superior a 1.000 inscrições de delegados eleitos na base da categoria, na proporção de 10 trabalhadores (mesmo que não fossem filiados) para 1 delegado, cuja participação deu-se com o financiamento do próprio sindicato.

não-pagamento da contribuição mensal à CUT; permanência da filiação à CUT; permanência da filiação à CUT e realização de plebiscito na base, em novembro de 2005; permanência da filiação à CUT e realização de plebiscito em 2006.

Das posições explicitadas acima, a partir da análise do conjunto de teses, podemos organizá-las em três blocos políticos, a partir de suas estratégias.

O primeiro bloco realizava a crítica à CUT, propondo a ruptura com a central e a construção de uma alternativa de luta, da qual faziam parte as teses: 2 – *Romper com a CUT e construir a Conlutas para derrotar as reformas e defender nossos direitos*⁴⁷⁶, 8 – *SEPE: 28 anos de luta e resistência. Adaptar-se jamais!*⁴⁷⁷ e 12 – *Tese da oposição Sindical: resgatar o SEPE da direita* (Oposição Sindical).

A unidade do segundo bloco dava-se em torno da crítica à CUT, propondo a disputa no interior da central para reconstruí-la através de uma unidade de ação contra as reformas neoliberais e em defesa dos direitos trabalhistas, da qual faziam parte as teses: 1- *Nem partidos, nem patrões: Sepe forte é a categoria*; 3 – *Para lutar pelos direitos: unidade dos profissionais da educação pelas reivindicações, sim! Divisão e acomodação, não!*⁴⁷⁸, 4 – *Radicalizar na democracia para transformar a CUT e o SEPE*⁴⁷⁹, 5 – *Tese do Sindicalismo Socialista Brasileiro*⁴⁸⁰, 6 – *Por uma educação que contribua para o avanço da classe trabalhadora rumo ao socialismo*⁴⁸¹, 7 – *Unir a classe trabalhadora para derrotar as reformas políticas neoliberais*⁴⁸², 9 – *Sepe na luta: dignidade para quem educa*⁴⁸³ e 11- *Tese da CSC/ Educação: Por um SEPE classista, unitário, autônomo e de luta*⁴⁸⁴. Embora defensora da permanência da filiação do SEPE à CUT, a tese 9 apresentava uma proposta diferente das demais. Se a tese partilhava da estratégia de reconstrução da central, através da construção da Oposição Cutista, não se detinha a ela, propondo a realização de um plebiscito na base sindical para a deliberação sobre a continuidade ou ruptura da filiação à CUT.

O terceiro bloco, composto pelas teses: 10 – *Um outro mundo é possível, outro SEPE é necessário!*⁴⁸⁵, e 13 – *SEPE – 28 anos: unidade e reformas para avançar na*

⁴⁷⁶ Tese proposta por militantes do PSTU e militantes “independentes”.

⁴⁷⁷ Tese proposta por militantes do PSOL (MTL).

⁴⁷⁸ Assinatura individual de Renato Gonçalves.

⁴⁷⁹ Tese de grupo petista e cutista ligado ao dirigente Marco Túlio Paolino.

⁴⁸⁰ O Sindicalismo Socialista Brasileiro é corrente sindical do PSB.

⁴⁸¹ Tese proposta por militantes da Unidade Classista (PCB).

⁴⁸² Tese proposta por militantes da Ação Popular Socialista (PT/APS).

⁴⁸³ Tese proposta por militantes do PSOL (ENLACE).

⁴⁸⁴ Tese proposta por militantes do PCdoB.

⁴⁸⁵ Tese proposta por militantes do PT (CUT Socialista e Democrática).

*luta*⁴⁸⁶ (Articulação Sindical-PT), unificavam-se pela defesa da política da CUT, portanto, de permanência da filiação à Central e a defesa de um tensionamento dos rumos do governo Lula por parte dos movimentos sociais.

Vejamos as teses da direita do movimento, aquelas que validam as opções da direção majoritária da CUT e, portanto, do PT.

Para a Tese 13, *SEPE – 28 anos: unidade e reformas para avançar na luta*, o alvo das críticas é política neoliberal e o imperialismo norte-americano que, conduzido pelo autoritarismo do Partido Republicano, tem tornado as relações internacionais muito difíceis para os países “em desenvolvimento”. A tese realiza uma avaliação positiva da CUT, das reformas e do governo Lula, de um modo geral, e das suas ações internacionais, em particular, que “revelam um projeto de inserção do país como importante líder regional” (Tese 13, SEPE, 2005). Os aspectos apontados pela corrente Articulação Sindical podem ser identificados no trecho abaixo:

É preciso construir um projeto de entendimento nacional, em torno das variáveis-chave da economia (juros, impostos, câmbio, preços, política de recuperação salarial, redução de jornada, limitação das horas extras e outras), capaz de garantir o desenvolvimento sustentável para a economia brasileira. A referida proposta aponta para uma transição rumo a um novo modelo de crescimento sustentável com redistribuição de renda. Seu objetivo é libertar a economia nacional da armadilha monetária e cambial, que subordina o País aos humores dos capitais especulativos (Tese 13, SEPE: 2005).

O projeto do governo petista de chegar ao poder visando o desenvolvimento capitalista com distribuição de renda, explícito na tese acima, segundo COELHO (2005), resulta de um processo de *transformismo*, na acepção gramsciana, das concepções originais contra-hegemônicas dos chamados sindicalistas autênticos, fundadores do PT. Para o autor, o PT, através da corrente Articulação Sindical que conquistou a hegemonia no interior do partido, transitou durante a crise do socialismo real de uma posição contra-hegemônica, oriunda da tradição marxista rumo a uma ação reformista já explicitada no projeto de correntes internas como a Nova Esquerda. Para propor o uso do conceito gramsciano aos grupos petistas e a sua incorporação ao bloco dominante o autor destaca a “dissolução dos vínculos orgânicos com a classe trabalhadora”, através da via burocrática – eleita pelo PT como prioridade a inserção no

⁴⁸⁶ Tese proposta pela Articulação Sindical, corrente majoritária do PT.

aparelho de estado - e a via intelectual – a moderação dos intelectuais de esquerda à crítica ao capitalismo, abdicando da perspectiva de sua superação e, portanto, do marxismo⁴⁸⁷. Tal processo só pode ser compreendido através de suas múltiplas determinações e mediações, não sendo, portanto resultado inexorável da crise aberta no interior das organizações da classe trabalhadora pela reestruturação produtiva e o neoliberalismo:

Nem toda a esquerda abandonou o marxismo. Mesmo sofrendo o impacto das derrotas na luta de classes, muitos intelectuais e organizações sustentaram as referências marxistas de seus projetos políticos. No caso do PT, a reviravolta do campo majoritário exigiu a derrota e o isolamento das posições à esquerda, que se mantiveram, muitas, no campo do marxismo⁴⁸⁸.

Coadunada à opção de emprestar uma face social ao capitalismo, a Articulação Sindical reivindica o modelo “inédito no Brasil”, (desconsiderando a experiência seminal da Força Sindical) do sindicalismo cidadão como uma inovação necessária no terreno da organização da classe trabalhadora no Brasil:

Trata-se de um sindicalismo que, de modo ousado, por meio de propostas e mobilizações, enfrenta as transformações ocorridas no mundo do trabalho. Um sindicalismo que não abre mão das lutas e mobilizações de massa, mas que, ao mesmo tempo, incorpora a luta institucional e faz agregar à agenda sindical novos elementos essenciais para a conquista da plena cidadania, que valoriza o processo de negociação seja na esfera bipartite (capital e trabalho), tripartite (capital, trabalho e governo) ou multipartite⁴⁸⁹.

O argumento de falência da luta de classes, substituído pela conciliação de classes, via negociações, parece ter adquirido a centralidade do processo de reformismo programático da esquerda, ou seja, do projeto do PT, através principalmente, da Articulação Sindical.

Ao mesmo tempo em que a Articulação Sindical caracterizava o governo petista como um governo para todos, anunciava a sua tendência natural à gestão do capital, uma vez que, se não houvesse organização popular, os interesses dos trabalhadores seriam preteridos no âmbito das políticas estatais:

⁴⁸⁷ COELHO, 2005, p. 466

⁴⁸⁸ COELHO, 2005, p. 457.

⁴⁸⁹ SEPE. Caderno de teses do XI Congresso do SEPE/RJ. Rio de Janeiro, 9 a 11 de junho, 2005, p. 78.

A experiência destes dois anos [do governo Lula] mostra que os avanços nas políticas públicas dependem sempre da capacidade de proposição, mobilização e negociação dos trabalhadores (as) e da sociedade⁴⁹⁰.

Em linha política próxima a da AS, aponta a tese 10- *Um outro mundo é possível, outro SEPE é necessário!*, da CUT Socialista e Democrática, ao afirmar que a crítica radical ao governo Lula:

Seria desperdiçar um momento político onde se abriu uma brecha para superar o neoliberalismo no Brasil. Por outro lado, afirmar que se trata de uma efetivação do projeto neoliberal seria não reconhecer que o governo se encontra em uma armadilha, que sua atual “governabilidade” só funciona no Congresso se for para aprovar medidas conservadoras⁴⁹¹.

Embora tenhamos reunido em um bloco aquelas teses que realizam críticas à CUT, trata-se de um conjunto bastante heterogêneo de correntes políticas, daquelas mais próximas à correntes de direita – mas que encontra na crítica à CUT legitimação de sua base por causa da reforma previdência - até aqueles setores mais à esquerda, cuja tradição cutista de enfrentamento propõem-se a resgatar. Como consequência, as teses se unificam em torno da proposta de reconstrução da CUT.

A Tese 1, embora realize críticas ao governo federal e a direção majoritária da CUT avalia que ruptura com a CUT levaria à divisão dos trabalhadores:

Ainda é possível se reconstruir a Central. Muito trabalho isso dará. Mas a luta de classes no Brasil passa também por isso. Não se pode mais ficar construindo e abandonando as obras de nossa construção⁴⁹².

Além do argumento acima, a Tese 1 defendia que a CUT ainda representava o maior patrimônio construído pelos trabalhadores e que, em um momento de ofensiva através das reformas, propostas pelo governo do PT, o caminho seria a unidade da classe trabalhadora em contraposição a política divisionista. Somam-se a estes o argumento, presente na maioria das teses, de que os movimentos sociais deveriam pressionar o governo Lula para a realização de um governo dos trabalhadores. A lógica da mobilização para o direcionamento à esquerda do governo Lula revelava, mesmo

⁴⁹⁰ SEPE. Tese 13, 2005, p.77.

⁴⁹¹SEPE. Caderno de teses do XI Congresso do SEPE/RJ. Rio de Janeiro, 9 a 11 de junho, 2005, p. 59.

⁴⁹² SEPE. XI Congresso do SEPE/RJ. Rio de Janeiro, 9 a 11 de junho de 2005, p. 7.

sem ser esta a intencionalidade das correntes, que não havia diferença para a classe trabalhadora entre um governo de direita ou de esquerda, do ponto de vista da estratégia de luta. A Tese 3 – *Para lutar pelos direitos: unidade dos profissionais da educação pelas reivindicações, sim! Divisão e acomodação, não!*, afirma:

A exigência endereçada ao governo é que rompa com atual política e respeite o mandato recebido em 2002. O SEPE reafirma a luta para cobrar de Lula o cumprimento do mandato: ruptura com as políticas do FMI e Banco Mundial para atender às reivindicações do povo trabalhador⁴⁹³.

Na tese 4 - *Radicalizar na democracia para transformar a CUT e o SEPE* a crítica à sociedade capitalista não pressupõe rupturas com esse sistema e tem como expectativas que o governo petista assuma a forma de “um governo democrático-popular, que enfrente as desigualdades sociais e distribua as riquezas”⁴⁹⁴. Para os autores a radicalização da democracia, que não se confunde com a via revolucionária, é sinônimo de:

Articular nossa ação pelas macro-transformações com micro-revoluções no nosso cotidiano, romper com dualismos maniqueístas e com a farsa em que as finalidades “nobres” justificam quaisquer meios para atingi-la⁴⁹⁵.

Esta tese critica os danos da política neoliberal e a adesão parcial do governo Lula a este modelo, via “condução das políticas macroeconômicas da dupla Meirelles/Palocci”⁴⁹⁶, realizando uma cisão teórica entre a direção econômica e a direção política de um governo. Realiza críticas à CUT e, sem ruptura com a Central, propõe mudanças na sua direção, que tem tornado a entidade “hesitante para encaminhar algumas lutas importantes, como no caso da reforma da previdência e não demonstra a independência necessária para confrontar o governo Lula na defesa dos interesses dos trabalhadores”, enfim, possuem a proposta de resolução de “uma CUT independente e socialista”⁴⁹⁷.

Há nesse grupo outras correntes, como dissemos no início da seção, que fazem críticas ainda mais incisivas ao governo Lula, à CUT e às reformas.

⁴⁹³ SEPE. XI Congresso do SEPE/RJ. Rio de Janeiro, 9 a 11 de junho de 2005, p. 19.

⁴⁹⁴ SEPE. XI Congresso do SEPE/RJ. Rio de Janeiro, 9 a 11 de junho de 2005, p. 24.

⁴⁹⁵ SEPE. Tese 4, 2005.

⁴⁹⁶ Idem, Ibidem, p.23.

⁴⁹⁷ Idem, Ibidem, p. 24.

As teses 5 – *Tese do Sindicalismo Socialista Brasileiro* - e 6 - *Por uma educação que contribua para o avanço da classe trabalhadora rumo ao socialismo*, defenderam a unidade da esquerda cutista contra as reformas e em defesa dos direitos trabalhistas. Para a tese 5:

A Central Única dos Trabalhadores, sob a hegemonia da social democracia (Articulação), vem apresentando dificuldades e limitações na condução das lutas dos trabalhadores. A adesão da CUT às propostas de flexibilização das leis trabalhistas e da Reforma Sindical apresentadas pelo atual governo – que, em geral, retiram direitos trabalhistas adquiridos e dificultam a organização dos trabalhadores, vem enfraquecendo as suas ações e dificultando a atuação dos comunistas em seu interior⁴⁹⁸.

A Tese 7 – *Unir a classe trabalhadora para derrotar as reformas políticas neoliberais*, aposta na construção de uma frente de esquerda e anti-neoliberal. Contudo, para derrotar as reformas seria também necessário derrotar a direção majoritária da CUT:

A aceitação dos consensos e da proposta de reforma sindical, por parte da maioria direção da CUT, tem raiz numa concepção sindical do Campo Majoritário na central desde os anos 90 e que agora, no governo Lula, encontra uma nova e maior oportunidade de se exprimir; inclusive, porque os que hoje no governo estão à frente desta política, são os mesmos que a elaboraram no interior da CUT⁴⁹⁹.

A desfiliação à CUT não era vista como uma saída para o movimento, segundo esta tese:

Entendemos que as propostas de desfiliação e a de suspensão do pagamento à CUT, na prática, antecipam a reforma sindical, com a divisão da classe trabalhadora e enfraquecem a luta contra a reforma sindical / trabalhista. A nossa recusa à proposta de formação de uma nova central (Conlutas), defensora da fragmentação da organização sindical fundamenta-se numa razão óbvia: a história não registra vitórias do proletariado sobre a burguesia em meio a classe dispersa em múltiplos organismos com objetivos desencontrados⁵⁰⁰.

⁴⁹⁸ Idem, Ibidem, p. 33.

⁴⁹⁹ Idem, Ibidem, p. 38.

⁵⁰⁰ Idem, Ibidem.

Da argumentação acima percebemos, de forma subliminar, o retorno ao debate da unicidade *versus* pluralidade sindical, tão presente na fundação do SEPE e da CUT que também seria tratado por outras teses, por exemplo, a tese 11 - *Por um SEPE classista, unitário, autônomo e de luta*:

A crise que o movimento sindical vive hoje não decorre do modelo da unicidade e sim devido ao desemprego em massa, que reduziu o número de trabalhadores sindicalizados, determinando uma diminuição da capacidade de mobilização dos sindicatos.

Certamente a crítica majoritária à CUT dava-se pela perda de sua independência frente ao governo. Um exemplo “curioso” de crítica nessa direção é o da tese 11, da CSC, ligada ao PCdoB, partido que tomava parte do governo Lula de forma nada crítica. O caso, porém, é que à CSC também interessava criticar a direção majoritária da CUT e por isso abordava a relação simbiótica entre a CUT e o governo de Luís Inácio Lula da Silva:

Desde a sua origem, a central é hegemônica de maneira exclusivista pela Articulação Sindical (Artsind), que a utiliza como um aparelho para suas pretensões. Além disso, na fase recente são visíveis os sinais de burocratização e acomodação da central. Com a vitória de Lula, esse problema se agravou, beirando certa subserviência diante do novo governo. Essa limitação ficou patente em diversas ocasiões, como na batalha contra a privatista e fiscalista reforma da previdência e, agora, diante dos graves riscos da reforma sindical⁵⁰¹.

Para a tese 9, a linha conciliadora da CUT com o governo e os patrões deu-se antes da eleição do governo de Luís Inácio, porém adquire novo patamar com esta. A expectativa da CUT de participar do Fórum Nacional do Trabalho, contando com o apoio do governo às reivindicações revela o equívoco da central, particularmente ao aprovar a seguinte resolução na Reunião Ampliada da Executiva da CUT, transcrito abaixo:

“V -... sem perder de vista a oportunidade histórica de reformar a legislação sindical, a CUT tem chamado os trabalhadores a mobilizarem-se nacionalmente e tem procurado organizar na sociedade uma ampla articulação do setor produtivo, envolvendo empresários, governo, centrais sindicais e trabalhadores com objetivo

⁵⁰¹ Idem, *Ibidem*, 67.

de construir um projeto de entendimento nacional capaz de garantir um cenário de crescimento sustentável para a economia brasileira”. (Resolução da Diretoria Executiva Nacional da CUT, aprovada na Reunião Ampliada do dia 06/12/2004, páginas 1-2, grifos nossos)⁵⁰².

A tese mais crítica ao governo, deste segundo bloco, compreende que esta resolução desnuda a “relação entre a Reforma Sindical e o Pacto Social”⁵⁰³, perdendo dessa forma a sua independência de classe:

A CUT tem se tornado uma resignada repetidora das políticas governamentais, uma correia de transmissão de um governo nada comprometido com os interesses e as reivindicações dos trabalhadores. Realizar o 1º de maio chamando o governo e o patronato para o palanque e para o financiamento da atividade, é um escândalo e uma traição. Tentar “amaciar” a greve dos bancários e petroleiros para evitar o confronto com o governo é outro absurdo, assim como calar-se frente ao irrisório aumento do salário mínimo e frente ao ataque desferido pelo governo através da reforma da previdência.⁵⁰⁴

Como consequência desta avaliação os autores propuseram uma manutenção provisória da filiação do SEPE à CUT e, após os desdobramentos da reforma sindical e trabalhista, a realização de um processo de debates na base e definir a partir de um plebiscito. Esta tese teve um peso fundamental no Congresso, conforme veremos adiante.

Passemos ao último bloco, o de vanguarda no processo de ruptura com a filiação à CUT.

A tese “SEPE: 28 anos de luta e resistência. Adaptar-se jamais!”, analisa a posição de subordinação dos países latino-americanos com relação ao imperialismo americano, em particular, o papel do governo Lula como “subxerife do setor sul” ao defender a ALCA e a continuidade do projeto neoliberal através das reformas sindical, trabalhista e universitária. A tese defende a desfiliação à CUT pela postura de contenção das lutas da classe trabalhadora à derrubada das reformas do governo. Assim, propõem à categoria a:

construção de uma alternativa combativa, classista e, no mínimo anticapitalista.

⁵⁰² Idem, Ibidem, p. 56.

⁵⁰³ Idem, Ibidem.

⁵⁰⁴ Idem, Ibidem.

Unir campo e cidade não pode ser mais uma simples bandeira e, sim, constituir-se numa prática cotidiana e classista – não à proposta “ongueira” de aglutinar a “sociedade civil organizada”⁵⁰⁵.

A tese 8 recupera a trajetória da CUT rumo à burocratização e domesticação da entidade, quando, a partir da década de 1990 houve a filtragem:

do número de delegados em congressos (CONCUTs) – de 5 mil para menos da metade – o que restringiu a participação da base. A CUT se propunha a representar os trabalhadores, mas os burocratas a levaram a só representar (e mal) sindicatos de “carteira assinada”, excluindo as oposições sindicais e os trabalhadores rurais. Desse modo, passou a ser sustentada basicamente por convênios com órgãos de governo, comprometendo sua independência. Já no congresso de 2000 colocávamos em nossas teses que a CUT estava sendo sustentada em apenas 35% de seu orçamento pelas contribuições sindicais⁵⁰⁶.

Então, conclui:

Com a total degeneração da Central, agora pode-se dizer que ela é praticamente um Ministério – contra o trabalho e a favor do capital. Nesse sentido, não há mais espaço de disputa na CUT.⁵⁰⁷

Assim, a estratégia apresentada pela tese é a de reorganização das lutas, cujo primeiro passo deveria ser a ruptura com a CUT e, em seguida, “a construção de uma alternativa combativa, classista e, no mínimo anticapitalista”⁵⁰⁸.

Cabe ainda destacar mais um ponto relevante da análise da tese sobre a causa da alteração da configuração política no interior da direção do SEPE, ao tratar da vitória em ratificar, no X Congresso, o princípio da proporcionalidade direta e qualificada para a composição da diretoria:

A despeito do que pensam alguns, a fragmentação da direção não se deu por conta do número de chapas que concorreram à direção. O que houve foi um realinhamento e uma fragmentação pós-eleição dentro das próprias forças políticas que compunham as chapas – engendrada pela conjuntura geral de crise instaurada

⁵⁰⁵ Idem, Ibidem.

⁵⁰⁶ Idem, Ibidem, p.45.

⁵⁰⁷ Idem, Ibidem.

⁵⁰⁸ Idem, Ibidem, p. 50.

na esquerda, particularmente após a eleição de Lula⁵⁰⁹.

A Tese 2 – *Romper com a CUT e construir a Conlutas para derrotar as reformas e defender nossos direitos*, destaca a função contrarrevolucionária do governo Lula na América Latina. Consequentemente a tal avaliação, a tese define o governo Lula como um governo:

de frente popular, de colaboração de classes. Agregamos a esta, outras definições. Em primeiro lugar, o governo de Lula se comprovou como uma frente popular distinta de experiências anteriores, como a de Allende, por ser claramente pró-imperialista. [...] Em segundo lugar dissemos que este era um governo que incorporava setores da burguesia. Dissemos que existia uma aliança tão ampla ao redor de Lula que no primeiro momento havia traços de unidade nacional. [...] Em terceiro lugar, caracterizamos que esse era um governo preventivo, para evitar uma primeira onda de mobilizações revolucionárias⁵¹⁰.

Para os autores da tese, a retomada das lutas não poderia ser comandada pelas entidades da classe construídas na década de 1980, tendo em vista os pontos já levantados por outras teses, tais como a moderação e contenção das lutas, a posição frente às reformas neoliberais, em particular, a reforma da previdência e o FNT:

O ciclo histórico de reorganização do PT-CUT acabou (não significa que essas organizações deixaram de existir), e uma nova etapa da reorganização começou com o governo Lula. Estamos perante uma transição, em que predominam os elementos de ruptura com o velho, sem ter ainda uma expressão clara do novo, pela ausência de um ascenso mais amplo⁵¹¹.

A CUT possuía vínculos materiais com o Estado burguês, através das verbas do FAT, mas não só:

No governo Lula, a CUT deu um salto em sua traição com os trabalhadores. Hoje é um braço do governo no movimento sindical, e está submetida ao Estado burguês, aos seus cargos e as suas verbas. Por isso não cabe mais disputar por dentro e participar dos fóruns burocratizantes da central⁵¹².

⁵⁰⁹ Idem, Ibidem.

⁵¹⁰ Idem, Ibidem, p.11.

⁵¹¹ Idem, Ibidem, p.12.

⁵¹² Idem, Ibidem, p. 13.

Mais um elemento, argumentado pela tese, da inviabilidade de disputas no interior da CUT, foi a aprovação na Plenária Nacional Estatutária de apoio à reforma sindical⁵¹³. Para a tese, o processo de burocratização ocorrido na direção do SEPE é resultado de uma hegemonia das forças políticas ligadas ao governo Lula e à CUT, resultando em uma moderação das lutas. Nesse sentido, a retomada das lutas, mais que ações judiciais e benefícios à categoria – tais como convênio de plano de saúde – é que seria capaz de aumentar o número de filiações, propiciar o surgimento de novos dirigentes e o avanço da consciência de classe⁵¹⁴. No âmbito mais geral da organização da classe, tal retomada das lutas deveria ocorrer através de um novo instrumento de lutas:

A CONLUTAS é um projeto em construção e que pode significar uma alternativa real para coordenar as lutas que virão no próximo período. Mas entendemos que será necessário que o SEPE conheça e faça experiência não só com a CONLUTAS mas com outras alternativas que estão sendo construídas, como foi o MUSPE nas mobilizações da rede estadual e o Fórum Fluminense, principalmente na luta contra a Reforma da Previdência⁵¹⁵.

A Tese da oposição Sindical: resgatar o SEPE da direita, tese nº 12, também apresentava a proposta de filiação à CONLUTAS. Para a tese, concorde com grande parte das avaliações sobre o governo Lula e a CUT do terceiro bloco, o SEPE estaria hegemonizado pelas forças governistas, pois apenas uma das chapas concorrentes às eleições de 2003, defendeu a independência sindical e convocou a luta contra a reforma da previdência:

A chapa 6, constituída e apoiada por signatários desta tese – hoje integrantes da Oposição Sindical -, por independentes e pelo PSTU, representou, ao final da eleição, cerca de 15% da Direção Estadual. Isto significa dizer que 85% da direção representa os governos Lula e Rosinha. Soma-se a este grande percentual chapa branca a conciliação do PSTU com estes setores, na sua busca incessante por espaços no interior do aparato sindical. Levando-se em consideração que eles ocupavam 65% da Chapa 6, uma simples regra de três nos aponta mais de 95% da direção unificada em torno de acordos que sedimentaram a crescente

⁵¹³ Idem, Ibidem.

⁵¹⁴ Idem, Ibidem, p.16.

⁵¹⁵ Idem, Ibidem, p. 14.

burocratização do SEPE nos último anos⁵¹⁶.

As disputas em torno dos rumos da organização da classe trabalhadora no XI Congresso, a partir do ponto de inflexão que significou à chegada do governo petista à presidência da república, resultaram na permanência da filiação à CUT, remetendo a decisão à base da categoria, através da realização de um plebiscito.

A correlação de forças já se mostrava favorável à permanência da filiação à CUT, conforme demonstramos ao longo da análise das teses, porém o encaminhamento das votações também deve ser considerado para a compreensão desse resultado. Embora tenham chegado à plenária final do congresso seis posições para votação sobre a relação com a CUT - desfiliação da CUT, desfiliação da CUT e adesão à Conlutas, não-pagamento da contribuição mensal à CUT, permanência da filiação à CUT, permanência da filiação à CUT e realização de plebiscito em novembro de 2005, permanência da filiação à CUT e realização de plebiscito em novembro de 2006 – a primeira votação ocorreu em torno da polarização entre a continuidade da filiação à CUT e a desfiliação à CUT.

Tal encaminhamento garantiu que os blocos de "reconstrução" e o de "defesa" da CUT votassem pela continuidade da filiação à CUT, mesmo sem a unidade em torno da proposta do plebiscito, obtendo 445 votos dos delegados contra 278.

Dessa forma, a votação sobre o plebiscito na base para decidir pela relação com a CUT, sobreveio àquela. Nessa votação, a maior parte do bloco de "reconstrução" da CUT votou com o bloco que defendia a "ruptura" com a CUT. Assim, ficou aprovada a realização do plebiscito na base da categoria e, sem quórum para definir a data e critérios, a decisão organizativa do plebiscito foi remetida ao Conselho Deliberativo.

Contudo, resoluções congressuais, como a de conjuntura nacional, mostrariam que a vitória parcial dos setores cutistas no Congresso não liquidou a crítica à CUT e que a luta pela reorganização da categoria ganhou forças no congresso:

a maioria da direção da CUT tem sido fiadora, no movimento sindical, das políticas governamentais. Dessa forma, abandonou a autonomia e a independência frente aos governos, princípios que deram origem à Central. O apoio do campo majoritário da CUT às reformas sindical e universitária – além de sua omissão frente à reforma da

⁵¹⁶ Idem, Ibidem, p. 72-73.

previdência - são reveladoras dessa opção⁵¹⁷.

E nesse sentido,

Não é papel dos trabalhadores disputarem esse governo. Temos que aperfeiçoar nossa organização, ampliar o debate e intensificar nossas lutas para derrotar suas políticas. Precisamos retomar a independência de classe, a autonomia frente a quaisquer governos e partidos, a prática democrática e o rumo estratégico socialista⁵¹⁸.

O Conselho de Classe Especial do XI Congresso⁵¹⁹ levou à categoria as posições existentes no SEPE sobre o plebiscito que ocorreria junto com a eleição para a diretoria da entidade. Com a participação de 20 mil eleitores, a maior do sindicato, no plebiscito realizado de 19 a 23 de junho, 61% decidiram pela ruptura com a CUT.

Aquelas forças que apresentaram teses ao XI Congresso do SEPE organizaram em torno de quatro chapas concorrentes à direção do sindicato. As chapas 2 e 4 (compostas por militantes do PSTU, MTL, NOS, Reage Socialista) que defendiam a desfiliação da CUT tiveram maioria no processo eleitoral⁵²⁰.

⁵¹⁷ BOLETIM do SEPE. Rede Municipal. Rio de Janeiro. 15-06-2005.

⁵¹⁸ Idem, Ibidem.

⁵¹⁹ SEPE. Conselho de Classe Especial do XI Congresso. Rio de Janeiro, 01-11-2005.

⁵²⁰ **Resultado da eleição:** Chapa 1: “MUDAR PARA VENCER: OUTRO SEPE É PRECISO!”, obteve 24,16% dos votos; Chapa 2: “SEPE NA LUTA! DIGNIDADE PARA QUEM EDUCA!”, obteve 30,73% dos votos; Chapa 3: “UNIR A CATEGORIA E RESGATAR A DEMOCRACIA”, obteve 11,52% dos votos; Chapa 4: “O SEPE É DE LUTA E DA EDUCAÇÃO. A CUT, NÃO!”, obteve 33,60% dos votos.

Direção eleita para o período 2006-2009: Coordenação Geral: Danilo Garcia Serafim, Guilhermina Luzia da Rocha, Maria Beatriz Lugão Rios, Maria das Dores Pereira Mota e Vera Lúcia da Costa Nepomuceno. **Coordenação da Capital:** Paulo Roberto Filgueira de Oliveira, Thaís Rodrigues Martins, Rosaldo Bezerra Peixoto, Jalmir Gomes Ribeiro da Silva e Maristela de Ávila Abreu. **Coordenação do Grande Rio:** Ivanete Conceição da Silva, Roberto Serra Henriques e Leila da Silva Xavier **Coordenação do Interior:** Carlos Plesch, Adriano José dos Santos, Sirley Antunes Silva, Sidney Sebastião de Moura e Silva, Odete Pereira da Rocha Duarte, Odisséia de Carvalho Aldred Pinto e Janete Cruz Maximiano Alves. **Secretaria de Finanças:** Gesa Linhares Corrêa, Maria Oliveira da Penha e Soneli Antunes Arltd. **Secretaria de Organização:** Carlos Eduardo Giglio e Edna de Oliveira Felix. **Secretaria de Imprensa:** Bruno Rêgo Deusdará Rodrigues, Marco Túlio Paolino e Alex Sandro da Silva Trentino. **Secretaria de Assuntos Jurídicos:** Jerônimo Lucena Ferreira, Wiliam Guedes Pinheiro e Maria de Lourdes de Oliveira Monteiro. **Secretaria de Assuntos Educacionais:** Wiria Christiane Livoli de Alcântara Cabral, José Carlos Madureira Siqueira e Marta de Moraes Lima Silveira. **Secretaria de Cultura e Formação:** Maria Paula Pereira da Silva e Tarcísio Motta de Carvalho. **Secretaria de Gênero, Anti-Racismo e Opção:** Eva da Conceição Dionísio e Rosana Maria do Nascimento Mendes. **Secretaria de Saúde:** Elisabeth Soriano, Marco Aurélio Ramalho Gandra, Maria José Rodrigues Carvalho. **Secretaria de Funcionários:** Mario Sérgio Martins, Ângela Maria Barbosa de Souza, Gualberto Izaías de Oliveira Tinoco e Ricardo Fonseca Igeuz. **Secretaria de Aposentados:** Sibila do Amaral Oliveira, Graciete Santana Nogueira Nunes e Leontina Pereira Alves. **Suplentes:** Marize de Oliveira Pinto, Landia de Paulo Tavares, Eva de Jesus Ferreira, Gilson Andreza Dias, Leda Teixeira, Sandra Maria de Melo Bertagnoni, Rosilene do Carmo Macedo Conceição, Angelina Sonia Correa, Adelaide Cavalcanti Santana, Dayse de Oliveira Gomes, Mariana de Paula Caetano e Yara de Souza Ferreira.

O resultado expressivo do repúdio da categoria à CUT se manifestou em todas as regionais da capital e na maioria dos núcleos do interior, após duas décadas de filiação à Central. O fechamento deste ciclo cutista do SEPE, antes de significar uma solução para a crise sindical dos trabalhadores em educação, em particular, e da classe trabalhadora, em geral, representava a necessidade de avançar no processo de reorganização das lutas.

O descompasso temporal entre as avaliações críticas à CUT e a desfiliação à Central revelava a fragmentação do debate e as intensas disputas de partidos e correntes organizadas no interior do movimento, conforme demonstramos.

Se por uma lado o peso que a direção petista tradicionalmente teve no SEPE contribuiu para a extensão desse processo, também é possível afirmarmos que a unidade construída pelas correntes que formaram o PSOL em torno da oposição de esquerda ao governo Lula e ao PT não teve correspondente em uma posição sindical unitária, ainda que tenha a tese dos militantes do Enlace tenha obtido centralidade no congresso com a proposta do plebiscito. A tese 8, conforme citação anterior, indicava que tal fragmentação na direção do sindicato era resultado de um "realinhamento e uma fragmentação pós-eleição dentro das próprias forças políticas que compunham as chapas – engendrada pela conjuntura geral de crise instaurada na esquerda, particularmente após a eleição de Lula"⁵²¹.

Em síntese, a desfiliação da CUT pelo SEPE mostrava o resultado da experiência da categoria com o governo de Luís Inácio Lula da Silva e com a CUT e, sobretudo, que a crise aberta não era específica do SEPE, mas do conjunto das organizações classistas.

O processo de reorganização da classe através da construção e da consolidação de uma alternativa à CUT permaneceu em aberto no interior do SEPE, assim como na maioria dos sindicatos combativos. A crise de identidade de um sindicato construído na luta é o sintoma de uma crise sindical diversa daquela que marcou a década de 1990.

⁵²¹ SEPE. XI Congresso do SEPE/RJ. Rio de Janeiro, 9 a 11 de junho de 2005, p. 50.

CAPÍTULO III

ANDES: DO *NOVO SINDICALISMO* À RUPTURA COM A CUT

III.1 A CONSOLIDAÇÃO DO MOVIMENTO: DA ANDES AO ANDES

III. 1.1 A GREVE DE 1980 E A FUNDAÇÃO DA ANDES: "Éramos colegas; hoje somos companheiros de lutas"

A entidade nacional dos professores da Educação Superior nasce, conforme tratamos no primeiro capítulo, marcada por duas características fundamentais, a primeira de ampla organização pela base, ou seja, das ADs que se multiplicavam pelo território nacional e, a segunda, pelas disputas em torno da concepção sindical que a materializaria enquanto ferramenta organizativa dos docentes.

Os Encontros Nacionais de Associações Docentes (ENADs), a Coordenação Nacional de Associações Docentes e os Conselhos Nacionais de Associações Docentes (CONADs) foram os instrumentos organizativos que construíram a entidade nacional, fundada em 1981, em Campinas. Os debates em torno da configuração jurídica das universidades, de sua autonomia e de sua democracia, bem como da defasagem salarial resultante da política de arrocho da ditadura, dentre outras bandeiras unificaram as ADs que se organizavam por locais de trabalho.

A participação crescente das ADs, a partir do I ENAD realizado em São Paulo, em fevereiro de 1979, culminou no fortalecimento da organização docente através da criação da Coordenação Nacional de Associações de Docentes, em setembro do mesmo ano, em Salvador⁵²².

Na fundação e no processo de definição dos rumos da nova entidade, certamente, a greve das Universidades Federais Autárquicas, em 1980, funcionou como relevante campo empírico das estratégias de luta. A primeira greve nacional dos

⁵²² Estiveram presentes nesta reunião 31 Associações de Professores Universitários, quais sejam: ADUFPA-Federal do Pará, APRUMA-Federal do Maranhão, ADURN-Federal do Rio Grande do Norte, ADUFPb-CG- Federal de Campina Grande, Paraíba, ADUFPb-JP-Federal de João Pessoa, Paraíba, ADUFEPE-Federal de Pernambuco, APUB-Federal da Bahia, APRUNI-Professores Universitários de Ilhéus e Itabuna, ADUFES-Federal do Espírito Santo, ADUFRJ-Federal do Rio de Janeiro, ADPUC-Católica do Rio de Janeiro, ADUFF-Federal Fluminense, ADUR-RJ-Federal Rural do Rio de Janeiro, AD-UNI-RIO-Corpo Docente da Universidade do Rio de Janeiro, ADFOC-Docentes, Pesquisadores e Tecnologistas da Fundação Osvaldo Cruz, APUBH-Universitários de Belo Horizonte, APES-JF-Ensino Superior de Juiz de Fora, APUC-GO Católica de Goiás, ADUF-GO-Federal de Goiás, ADUNB-Universidade de Brasília,-ADUFMT-Federal de Mato Grosso, ADUSP-Universidade de São Paulo, APROPUC-Católica de São Paulo, ADUFSCAR – Federal de São Carlos, ADUNESP - Docentes da Universidade Estadual Paulista, ADEPMEscola Paulista de Medicina, APUFPR-Federal do Paraná, APUFSC- Federal de Santa Catarina, ADUFRGS-Federal do Rio Grande do Sul, APUSM-Professores Universitários de Santa Maria, ADUSINOS-Universidade do Vale do Rio dos Sinos. (Cf. DONATONI, 1999, p. 148).

docentes das IFES Autárquicas foi ao mesmo tempo produto e estímulo ao processo de consolidação do movimento docente do Ensino Superior, cujo debate interno estava polarizado entre a forma de uma organização científico-acadêmica e a forma sindical, conforme discutiremos à frente.

As razões que deram origem à greve – então não permitida legalmente aos servidores públicos - contudo, vinham sendo discutidas, pelo menos, desde o ano anterior.

O *Relatório Final sobre Mobilização Política*, aprovado na plenária de setembro de 1979, em Salvador, reafirmava os eixos de lutas definidos no IENAD: 1) pelo ensino público e gratuito em todos os níveis; 2) pela democratização da Universidade; 3) por melhores salários e condições de trabalho; 4) contra o controle ideológico da Universidade - desdobrando-os em propostas de mobilizações. Desta forma, o movimento apontava para a necessidade de intensificação das lutas salariais e trabalhistas; para uma campanha nacional pela reintegração automática e imediata de professores afastados por atos de exceção; para a luta contra os Anteprojetos do governo federal de regulamentação das Autarquias de Regime Especial, de reestruturação da carreira de Magistério Superior e de escolha e nomeação de dirigentes universitários; para a realização de uma campanha nacional pelo ensino público e gratuito, com profundo debate em torno do financiamento; pela extinção das Assessorias de Segurança e Informações (AESI) nas Instituições de Ensino Superior (IES); e, por fim, o fortalecimento dos debates para a construção de um projeto alternativo do Ensino Superior⁵²³.

Outros encontros regionais de ADs ocorreram ao longo de 1979 e 1980, conforme registram os primeiros Boletins da ADs, importante veículo de comunicação no movimento docente superior no território nacional.

As tentativas de destruição de um movimento contestatório à ditadura no interior das universidades eram denunciadas pelas ADs e, mais tarde, ganhavam visibilidade através do livro da ADUSP “O Controle Ideológico na USP (1964-1978)”⁵²⁴. O livro denunciou a ação da Polícia Política no interior da universidade, as relações entre a reitoria e a ditadura através, principalmente, da Assessoria de Informações (AESI), ligada à Divisão de Segurança e Informação do MEC, o controle dos órgãos de

⁵²³ BOLETIM Nacional das Associações de Docentes. Edição Relativa à Reunião Extraordinária das Associações de Docentes Universitários. Rio de Janeiro, setembro de 1979.

⁵²⁴ ADUSP. O Controle Ideológico na USP: 1964-1978. São Paulo: ADUSP, 2004.

segurança aos contratos de professores, a apreensão de materiais de eventos acadêmicos e o afastamento de docentes pelo AI-5.

O quadro nacional de crise do “milagre econômico” e a expansão dos movimentos da classe trabalhadora e populares demonstrava o esgotamento do padrão produtivo vigente e do modelo de dominação política. Para MENDONÇA e FONTES, “a conjuntura pós-74 inaugurou-se sob o signo da busca: de uma nova forma de dominação e de novas alternativas para a economia”⁵²⁵.

Como vimos, ao final da década de 1970, o projeto de distensão lenta, gradual e segura da ditadura foi marcado “por idas e vindas, enquanto o aparente patrocínio do Estado encobria a pressão das reivindicações sociais. A cada avanço das manifestações populares, correspondiam recuos extremamente autoritários”⁵²⁶.

Com efeito, Florestan Fernandes, pensando nos anos seguintes, destaca que se a Nova República representou esta nova forma de dominação, ela não rompeu com a ditadura, mas antes, contornou-a e prolongou-a, representando uma garantia da permanência das forças que compunham o bloco dominante no aparato de poder, pois “uma ditadura em crise, que logra determinar o que vem depois, assegurando a seus pares e a seus aliados uma *transição* e conferindo-lhe um teor especificamente *político*, é uma ditadura semi-gloriosa, que amarga uma derrota com sabor de vitória”⁵²⁷.

No contexto de lutas pelos rumos do país, a pauta da organização dos docentes universitários deu-se em torno das lutas pela redemocratização da sociedade e da universidade - pauta comum aos movimentos dos trabalhadores e populares - e não exclusivamente por melhores condições de trabalho e salário, estas esgarçadas pela política econômica da ditadura civil-militar, em crise no governo do general Ernesto Geisel⁵²⁸, que gerou profundo arrocho salarial. Segundo destacam MENDONÇA e FONTES:

A década de 1970 pode ainda ser caracterizada como o período no qual dilapidou-se, sem a menor preocupação com sua reposição, a mercadoria mais fundamental

⁵²⁵ MENDONÇA, Sonia Regina, FONTES, Virgínia Maria. História do Brasil Recente 1964-1992. São Paulo, Ática: 2004, p. 52.

⁵²⁶ Idem, Ibidem, p. 74.

⁵²⁷ FERNANDES, Florestan. Nova República? Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1986: p.11.

⁵²⁸ Ernesto Geisel chefiou o Comando Militar de Brasília (1961), Chefe do Gabinete Militar da Presidência da República (1961 e 1964-1967), Ministro do Superior Tribunal Militar (1967-1969), presidente da Petrobras (1969-1973) e Presidente da República da ditadura (1974-1979). Cf. COUTINHO, Amélia, GUIDO, Maria Cristina. Verbete Ernesto Geisel. In: ABREU, Alzira Alves de *et AL* (coords.). Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro Pós-1930. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/> Acesso em 10/03/2011.

para o processo de trabalho e, conseqüentemente, para a acumulação de capital – a força de trabalho.

A bancarrota do “milagre” não podia ser superada por nova ampliação do arrocho salarial. No ano de 1974 o salário mínimo chegou a seu nível mais baixo, representando em termos reais pouco mais da metade do valor estabelecido em 1940.⁵²⁹

Soma-se à luta do movimento docente pela redemocratização da sociedade e à luta econômica o enfrentamento à política educacional e de reestruturação da carreira do magistério superior do governo ditatorial, através do conjunto de projetos, que ficou conhecido como Pacote Portela⁵³⁰. Assim, as ADs organizaram-se contra as medidas do MEC, encaminhadas pelo ministro Eduardo Mattos Portella.

Em setembro de 1980, a Coordenação Nacional de ADs organizou a *Semana Nacional de Luta e Mobilização*, da qual participaram as ADS em greve. Com as paralisações o movimento docente reafirmava a luta pela democratização da universidade e maiores recursos. Porém,

antes mesmo dessa proposta de paralisação, nos dias 11, 12 e 13 de junho de 1980, as Universidades Federais Autárquicas de Alagoas, Goiás, Fluminense, Bahia, Juiz de Fora, Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Santa Catarina e Santa Maria e a Escola Paulista de Medicina, já haviam paralisado as suas atividades, exigindo o atendimento das reivindicações dos professores, cuja paralisação é seguida pelas Universidades do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Norte e Paraíba⁵³¹.

Os impasses nas negociações com o governo culminaram na primeira greve nacional do movimento docente, mesmo que a unificação das ADs, através da Coordenação Nacional, ainda estivesse dando seus passos iniciais.

Em novembro de 1980, a UFGO entrou em greve por tempo indeterminado, desencadeando uma polêmica nacional e sendo seguida por outras ADs. A Coordenação Nacional de ADs propôs a realização de assembleias gerais em todo o país para uma decisão em torno da deflagração da greve. A pauta da greve estava construída sobre as bandeiras do movimento, aliando as reivindicações econômicas àquelas relacionadas à

⁵²⁹ Idem, Ibidem, p.67.

⁵³⁰ Eduardo Matos Portela, Ministro da Educação e Cultura no governo do general João Batista Figueiredo.

⁵³¹ DONATONI (1999, p.153).

educação como direito social, tais como: 48% de reajuste, plano de carreira, revogação da lei de nomeação de reitores e o crescimento das verbas para a educação, até chegar a 12% do orçamento federal⁵³².

Com a queda do ministro Eduardo Portela, assumiu o ministério o general Rubem Ludwig. Apesar das dificuldades de negociação com o governo, o movimento obteve conquistas relacionadas à carreira docente, à reposição parcial de perdas salariais e reenquadramento dos docentes.

A primeira experiência de greve dos docentes abriu uma série de avaliações. Para a ADUFEPE⁵³³ a greve, que durou de 16/11 a 11/12/1980, conseguiu a unidade por intermédio da luta contra o aviltamento salarial entre os docentes, mais do que pelo discurso classista e anti-ditadura, para quem “a greve foi apenas um ponto de inflexão deste movimento, dada a sua própria heterogeneidade típica de classe média intelectualizada”⁵³⁴.

Para o professor da UFSC Lino Fernando, em avaliação do movimento apresentada ao Congresso Nacional dos Professores Universitários, dois meses após o fim da greve:

a greve foi o último recurso e única forma de pressão de que dispunham os professores. Bastou o início da greve em Goiás para que o movimento grevista se deflagra-se, a nível nacional, de maneira espontânea, mas nunca impensada como alguns quiseram crer.

Segundo o documento em tela, havia divergências, no interior do movimento, se a greve deveria ocorrer em novembro ou no ano seguinte. Vencida a primeira proposta, o comando de greve⁵³³ foi criado para dar uma direção nacional ao movimento. Contudo, os seguintes problemas foram apontados: representantes da greve que não se identificavam com as greves; falha na comunicação entre o Comando Nacional de Greve (CNG) e os Comandos Locais de Greve (CLG); a fragmentação entre professores em tempo parcial e integral. No que diz respeito às relações do movimento com a comunidade, para buscar uma identificação entre as reivindicações do movimento com os interesses da população, as bandeiras mais gerais deveriam ter sido encaminhadas de

⁵³² AVALIAÇÃO do Movimento de 1980. Associação dos Docentes da Universidade Federal de Alagoas (ADUFAL), 12/02/1981.

⁵³³ ADUFEPE. Avaliação do Movimento de 1980- Proposta da ADUFEPE. Recife, 16/02/1981.

⁵³⁴ Idem, Ibidem, p.1.

forma mais clara⁵³⁵. Tal fato teria impedido um maior apoio externo ao movimento. Por outro lado, os reitores afirmavam reconhecer as reivindicações, mas não apoiaram a greve.

O Relatório Final do I Congresso, realizado em Florianópolis, em 1982, também registrou divergências existentes no interior do movimento, sobretudo com relação ao final da greve:

enquanto alguns entendem que o acúmulo de forças durante a greve permitia uma continuação da mesma na tentativa de atendimento mais completo da pauta, a maioria parece acreditar que a greve terminou no momento oportuno: momento de reaglutinar forças para luta sobre a reestruturação ou momento em que não havia mais condições de continuação. Ainda quanto à forma do término da greve, surgiram críticas à atuação do Comando Nacional, seja por se considerar ter a saída da greve, seja por não ter se posicionado politicamente em momentos em que se julgou que teria sido necessário esse posicionamento⁵³⁶.

Ainda que os congressistas tenham avaliado o avanço organizativo do movimento ao enfrentar a política de arrocho salarial da ditadura, a incipiente relação do movimento docente com o conjunto das organizações da classe trabalhadora deveria ser enfrentada:

Em termos organizacionais, comentou-se a atuação principalmente da diretoria, em relação ao encaminhamento da questão salarial que, segundo os que davam uma importância maior a este item da pauta, teria sido atrasado, à falta de participação da entidade nas lutas pela democracia no país e, segundo os que viam um tom exageradamente corporativista no tratamento da questão salarial, à pouca articulação com outros setores da sociedade civil e à tímida participação em eventos como a CONCLAT. Enfatizou-se a necessidade de maior politização do movimento, com explicitação de posições e encaminhamento de documentos políticos às bases⁵³⁷.

A avaliação do CNG⁵³⁸ aponta que a greve nacional representou um desembocar lógico da luta do movimento, sobretudo frente às ameaças do pacote Portela e que

⁵³⁵ Idem, Ibidem, p.8-9.

⁵³⁶ ANDES. Relatório Final do I Congresso. Florianópolis, 01 a 05 de fevereiro de 1982: p.4.

⁵³⁷ Idem, Ibidem, p.34.

⁵³⁸ CNG ANDES. Reflexões Preliminares sobre as greves dos Docentes da IES Federais Autárquicas em 1980 e 1981. Brasília, 17 de dezembro de 1982.

apesar de ter ocorrido em uma conjuntura adversa, a unidade e coesão do movimento, duramente conquistada, demonstraram a força do movimento culminando com a queda do ministro Portela. Quanto às reivindicações e ganhos do movimento, o CNG avaliou:

A conjuntura por um lado e, por outro, a posição relativamente “forte” do novo ministro na estrutura de poder, aliadas à conhecida intransigência do sistema, definiram uma “solução” que atendia parcialmente as reivindicações salariais e de carreira (reestruturação da carreira do magistério superior, via decreto-lei) sem, no entanto, haveremos logrado conquistas concretas com relação às demais reivindicações. Obviamente, estas conquistas tiveram um papel fundamental no sentido de consolidação do movimento. Ao lado disso, as soluções dadas trouxeram no seu bojo, aspectos que apontavam para uma tentativa de dividir o movimento (atendimento a apenas um segmento dos colaboradores, o não enquadramento dos visitantes, enquadramento automático, etc.). Não obstante, os ganhos políticos e as distorções incorporadas colocaram para o movimento novas perspectivas de luta. Um grande saldo foi, sem dúvida, subsidiar o encaminhamento do movimento de forma mais segura, na direção da constituição nacional – a ANDES⁵³⁹.

Durante a 32ª Reunião Anual da SBPC, as ADs definiram a pauta de ações da Coordenação Nacional de Luta no Encontro Extraordinário de Associações Docentes, no Rio de Janeiro, e a participação no I Congresso dos Profissionais da Educação que ocorreria no mesmo ano, em São Paulo. Nesse momento, todo o movimento docente, de 1º, 2º e 3º graus, encontrava-se discutindo a construção de suas respectivas entidades nacionais de representação sindical o que configurava significativa efervescência do debate político-educacional.

No ENExAD⁵⁴⁰, ocorrido em 1980, no Rio de Janeiro, ganhou centralidade o tema “Formas de Organização das ADs em nível nacional”⁵⁴¹, com a participação de um número recorde de entidades, 49 ADs. O Encontro definiu como prioridade a construção de uma entidade nacional, através da convocação de um congresso nacional, e de uma proposta de pauta unificada dos diversos setores institucionais⁵⁴².

⁵³⁹ Idem, Ibidem, p. 2.

⁵⁴⁰ Encontro Nacional Extraordinário de Associações Docentes.

⁵⁴¹ BOLETIM Nacional das Associações de Docentes. Edição Prévia do II Encontro Nacional das Associações de Docentes Universitários. João Pessoa, 25 a 29 de fevereiro de 1980.

⁵⁴² BOLETIM Nacional das Associações de Docentes, nº 4. Rio de Janeiro, julho de 1980.

O Congresso Nacional de Docentes Universitários foi convocado para o ano seguinte, de 17 a 20 de fevereiro de 1981, na cidade de Campinas, com o objetivo de fundar a entidade nacional.

A Associação nacional dos Docentes do Ensino Superior - a ANDES- foi, então, fundada em 19 de fevereiro de 1981, em Campinas, após a realização do III ENAD, durante o I CNDU. Com a participação de 317 delegados inscritos, 67 ADs e Comissão pró-ADs foi aprovado o Estatuto provisório.

A deliberação do plenário do Congresso Nacional de Docentes Universitários no dia 19 de fevereiro quando cerca de 300 delegados, representando mais de 30.000 professores, fundaram a ANDES e inscreve-se entre as decisões históricas⁵⁴³.

O BOLETIM nº 1 da ANDES⁵⁴⁴ resgatou a frase do documento de avaliação da greve do CNG para destacar o avanço organizativo do movimento ao fundar a entidade nacional: *Éramos colegas; hoje somos companheiros de lutas.*

A sede instalou-se provisoriamente em Florianópolis até que a entidade realizasse o seu primeiro Congresso, deliberasse sobre o Estatuto e convocasse eleições diretas para a diretoria.

Para compreendermos o caráter das divergências na construção da primeira experiência de greve de amplitude nacional devemos associá-las à disputa no interior do movimento quanto ao caráter da entidade nacional.

Tal debate estava polarizado, por um lado, pelo grupo que defendia que a ANDES deveria ser uma entidade sindical, e, por outro lado, pelo grupo que defendia que ela deveria construir-se como entidade científico-acadêmica⁵⁴⁵, nos moldes da SBPC⁵⁴⁶. Tais posicionamentos ficaram explícitos em diversos documentos de dirigentes da entidade, dos quais destacamos os seguintes trechos de entrevistas de seus primeiros presidentes, representantes dessas diferentes correntes.

⁵⁴³ ANDES. A Criação da ANDES - histórico, avaliação e encaminhamentos de lutas. ANDES, Campinas, 1981.

⁵⁴⁴ ANDES. Boletim da Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior, ano I, nº 1, abril de 1981.

⁵⁴⁵ De acordo com Navarro (2001), a primeira corrente, pró-sindicato, correspondia a cerca de 70% do movimento e contava com militantes ligados ao PT e simpatizantes. Já a segunda corrente, minoritária, contava com militantes do PCB, PCdoB e MR-8.

⁵⁴⁶ A Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) influenciou o processo de organização do movimento docente universitário. Em um primeiro momento, pelo seu caráter científico, mas politizada pelo clima de combate à ditadura, chegou a ser polo aglutinador dos professores, que ali se reuniam para discutir a universidade e, de forma paralela, encontravam-se nas ADs. A sua força inclusive pode ser percebida, tanto por ter sediado o encontro de várias ADs, pela primeira vez, para a discussão de uma entidade nacional quanto pelo fato que havia ADs que a defendiam como modelo da nova entidade.

Para Osvaldo de Oliveira Maciel, o presidente da direção provisória da ANDES⁵⁴⁷, estas posições estavam presentes nas avaliações da greve:

Estabeleceu-se um confronto, até certo ponto superficial, entre os que tinham se empenhado na greve em 1980, caracterizados como “combativos”, e aqueles que quiseram transferi-la para 1981, taxados de “vacilantes” ou “não combativos”⁵⁴⁸.

Para Osvaldo de Oliveira Maciel, embora houvesse consenso em torno das lutas gerais, centradas no combate à ditadura civil-militar, no período de fundação da ANDES, como a questão democrática e a defesa da educação pública,

o mesmo não ocorria quanto às concepções acerca do caráter sindical da entidade a ser criada. Ao contrário, havia mesmo uma acentuada divergência entre os defensores de uma estrutura federativa – tipo entidade de entidades – e os que a ela se opunham, propondo uma Associação Nacional que rompesse com as características do sindicalismo oficial, fortemente identificado com as práticas fisiológicas e clientelistas do peleguismo sindical⁵⁴⁹.

Segundo Luiz Pinguelli Rosa:

A concepção sindical certamente era puxada mais pelo grupo que apoiava o Maciel e a concepção de entidade mais como uma associação, nos moldes da Associação Brasileira de Física – aliás, uma das razões pelas quais eu fui parar no movimento docente foi a minha participação como secretário nessa entidade e como membro do conselho da SBPC – uma concepção de atitude contra a ditadura, que era o papel que essas entidades cumpriam naquele momento⁵⁵⁰.

⁵⁴⁷ Diretoria provisória 1981-1982: Presidente: OSVALDO DE OLIVEIRA MACIEL; 1º Vice-Presidente: AGAMENON ALMEIDA; 2º Vice-Presidente: LAURINDO LEAL FILHO; Secretário Geral: LUIZ PINGUELLI ROSA; 1º Secretário: NEWTON LIMA NETO; 2º Secretário: FLÁVIO VALENTE; 1º Tesoureiro: MINDÉ BADAUY DE MENEZES; 2º Tesoureiro: FRANCISCO JOSÉ DA COSTA ALVES; Vice-Presidente Regional Norte: CARLOS ALBERTO TOMÁZ, Vice-Presidente Regional NE I: AMUNDSON PORTELA DE H. CAVALCANTI; Vice-Presidente Regional NE II: RUBENS PINTO LYRA; Vice-Presidente Regional NE III: ARLINDO DOS SANTOS RAPOSO; Vice-Presidente Regional Centro Oeste: MARCO ANTÔNIO SPERB LEITE; Vice-Presidente Regional Leste: RENATO ORTIZ; Vice-Presidente Regional Rio: JOÃO FERREIRA DA SILVA FILHO; Vice-Presidente Regional São Paulo: CARLOS EDUARDO MALHADO BALDIJÃO; Vice-Presidente Regional Sul: SÉRGIO JOÃO DA FONSECA PIRES; Suplente: KEINE.

⁵⁴⁸ MACIEL, 1992, p. 3.

⁵⁴⁹ Idem, Ibidem, p.3.

⁵⁵⁰ ROSA, Luiz Pinguelli. Memória do Movimento Docente. In: UNIVERSIDADE E SOCIEDADE, nº 11, 1996, p. 143.

As forças políticas que sustentavam as diferentes concepções sindicais são mapeadas a seguir, quando Pinguelli trata do Congresso de fundação da entidade:

Em Campinas, onde foi fundada a Andes, eu era candidato à presidência, apoiado por um grupo grande, que eu poderia dizer que representava o que veio a ser parte do PT- a chamada Articulação do PT. Não que a Andes fosse partidarizada. Mas muitas das pessoas que se destacaram ao longo de sua atuação no movimento, se identificavam com essa corrente do partido. Outras correntes mais à esquerda participavam – como a Convergência Socialista, a Democracia Socialista, o PC do B e outros partidos e grupos que formavam uma esquerda mais radical do movimento e sua articulação resultou na eleição do professor Osvaldo Maciel.⁵⁵¹

A demarcação das correntes políticas no interior da ANDES não seria algo preciso, como podemos notar. Para NAVARRO, anteriormente citada, o PT estaria exclusivamente dentro da corrente pró-sindicato, porém Pinguelli, quadro da corrente pró-entidade científica, afirma a sua filiação no PT. Por outro lado, PINGUELLI afirma que o PCdoB estaria na corrente pró-sindicato, informação divergente em Navarro⁵⁵².

Contudo, imprecisões de composição das forças políticas à parte, duas posições muito claras estavam em disputa pelos rumos do movimento docente nacional, a de uma entidade sindical e a de uma sociedade científica.

Maciel avalia que a experiência da greve foi decisiva no primeiro processo eleitoral:

Pesou o fato da ADUFRJ ter sido uma das ADs que defenderam a greve em 1981 e ter aderido mais tardiamente à greve, em 1980. Por outro lado, a postulação vinha embasada nas credenciais exibidas pelo professor Pinguelli como militante, cientista e líder de uma AD importante, que realizara, em julho/80, um ENAD Extraordinário, com participação maciça das ADs e, sobretudo, com um expressivo saldo político e organizativo, rumo à fundação da ANDES.

A meu favor, pesava o fato de liderar uma AD que, em virtude de sua contribuição política, de sua organização e de sua estrutura material, tinha presença marcante a nível nacional. Fora, inclusive, escolhida para ser a Secretaria Executiva da CNDA

⁵⁵¹ Idem, Ibidem.

⁵⁵² Quanto ao PCdoB, a hipótese mais provável é que estivesse junto com as demais organizações comunistas, como estava organizada no debate entre a fundação da CUT e da CGT, conforme indicou Márcio Oliveira, dirigente do ANDES, em entrevista concedida em 2011, à autora.

cabendo-me, por isso, o cargo de secretário nacional⁵⁵³.

A votação em plenária do CNDU, cargo a cargo, elegeu Maciel presidente. Contudo, a composição da diretoria da ANDES incorporou Pinguelli como Secretário Geral, com a retirada estratégica de Newton Lima Neto da disputa pelo cargo. Assim,

Isso evitou uma divisão desnecessária das forças do MD, que poderia, talvez, gerar oposição a uma diretoria que precisava nascer forte e representativa para travar os combates que se desenhavam no horizonte político-sindical de 1981/1982⁵⁵⁴.

O CNDU definiu como lutas gerais a pauta da greve de 1980:

1) a participação na campanha nacional pela democratização do país, lutando pela revogação da lei de segurança nacional, por liberdade e autonomia sindical, direito de greve, unificação do movimento dos professores e sua integração na luta de todos os trabalhadores, desmantelamento do aparelho repressivo, eleições diretas em todos os níveis e revogação do Estatuto dos estrangeiros; 2) campanha nacional pela defesa e ampliação do ensino público e destinação de 12% do orçamento da União e 25% dos orçamentos estaduais e municipais para a educação⁵⁵⁵.

No congresso de fundação da ANDES, além das análises sobre a primeira greve nacional da categoria, a questão da filiação a uma central sindical também provocou diferentes posições entre as correntes acima referidas, que se expressaram, de um lado, na defesa de participação da construção de uma central sindical unitária e em um caminho paralelo aos demais sindicatos de trabalhadores, de outro lado.

Duas importantes propostas, a de contribuição financeira para a criação de uma Central Única dos Trabalhadores e a de convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte (ANC), foram rejeitadas por ampla maioria dos delegados⁵⁵⁶.

Tais disputas presentes no interior da ANDES não eram especificidades dessa entidade. Nesse momento, nos encontros intersindicais realizados com o objetivo de construir uma central nacional de trabalhadores, havia uma clara cisão no movimento. Se ambos tinham como objetivo o combate à ditadura civil-militar, os caminhos buscados mostraram-se inconciliáveis. De um lado, a “Unidade sindical”, composta por sindicalistas ligados ao PCB, PC do B, MR-8, indicava a permanência nos moldes da

⁵⁵³ MACIEL, 1992, p. 3.

⁵⁵⁴ Idem, Ibidem, p.4.

⁵⁵⁵ Idem, Ibidem, p.5.

⁵⁵⁶ Idem, Ibidem.

estrutura sindical oficial. Por outro lado, os chamados sindicalistas “autênticos” e os representantes das oposições sindicais, afirmavam a necessidade de construir um sindicalismo autônomo do Estado, alicerçado nas bases.

Em meio à polarização do movimento sindical nacional, em 1981, os debates se fortalecem no interior da ANDES, que participou da 1ª Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras (CONCLAT).

A ANDES integrou a comissão pró-CUT, estratégia definida pelo Congresso Nacional da Classe Trabalhadora (CONCLAT) de 1981. Porém, as divergências no seio do movimento sindical levaram ao adiamento do CONCLAT de 1982, para quando estava prevista a criação da CUT e acabaram por resultar na realização de outro CONCLAT, em 1983, na cidade de São Bernardo do Campo, quando a Central Única dos Trabalhadores foi criada, apenas pelas entidades do campo dos “autênticos” e oposições. A “Unidade Sindical” acabaria por realizar, em aliança com os dirigentes sindicais mais conformados à estrutura e à ditadura, um outro Encontro que resultaria na criação da CONCLAT (Coordenação das Classes Trabalhadoras, embrião da CGT). A posição da Andes foi de participação nos dois espaços, em busca de uma unificação dos dois blocos presentes no movimento sindical de oposição à ditadura militar.

O debate em torno da polarização do movimento sindical é amplamente tratado no *Caderno Andes*, número 5, intitulado *A ANDES e a questão sindical*⁵⁵⁷. Nele, fica clara a proposta da direção da ANDES de participar dos dois CONCLATs para defender a unidade do movimento – os setores de Praia Grande e São Bernardo – reconhecer ambos como instâncias de representação sindical nacional e participar como observador das reuniões promovidas. A ANDES empenhava-se na construção de uma nova forma organizativa sindical, baseada em instrumentos democráticos de funcionamento, aspectos incompatíveis, no entanto, com a visão institucional do modelo das confederações e federações defendida pelo setor de Praia Grande.

Nesse sentido, Inez Navarro afirma que o primeiro estatuto da ANDES empenhava-se largamente em assegurar um modelo singular de funcionamento de caráter democrático orgânico à sua base. O estatuto aprovado no I Congresso Nacional da ANDES e registrado no Cartório do 2º Ofício de Títulos e Documentos e Pessoas de Brasília:

Contém 11 capítulos, que abarcam 69 artigos: deste total, 8,7% destinam-se à

⁵⁵⁷ ANDES. A ANDES e a questão sindical. Cadernos da ANDES nº 5, Juiz de Fora, outubro de 1987.

especificação dos fins, sede e duração da entidade (capítulo 1) e dos seus objetivos e 7,2% se voltam para a aquisição e alienação e bens para a receita e despesa da entidade (capítulos VIII e XI, respectivamente). Os 84,1% restantes (do que não escapam as “disposições gerais e transitórias”) dedicam-se a conformar e precisar, com o máximo de detalhes, as instâncias de decisão da entidade, suas competências e atribuições, os processos constitutivos dessas instâncias e as formas e mecanismos de sua dinâmica de funcionamento⁵⁵⁸.

Com tal configuração, o estatuto do movimento docente pretendia garantir a sua autonomia político-ideológica e financeira e o detalhamento do funcionamento democrático de uma nova estrutura organizativa em oposição às práticas tradicionais do sindicalismo oficial, como por exemplo, a contribuição sindical obrigatória e a reeleição de diretores⁵⁵⁹.

O depoimento de Oswaldo Maciel confirma a avaliação da criação de um sindicato sob novas bases organizativas:

A Andes é o resultado da luta concreta dos professores... isso garantiu-lhe uma base sólida, a partir da qual pôde avançar no processo quase experimental, e por isso mais difícil, de construção de uma entidade livre, democrática, independente autêntica e legitimamente representativa dos docentes do ensino superior.⁵⁶⁰

Como instância da ANDES criou-se o Conselho Nacional de Associações de Docentes (CONAD), espaço equivalente ao ENAD. O I CONAD aconteceu em abril de 1981, na sede da APROPUC, em São Paulo, com representação das Universidades Particulares, das Fundações Federais, Autarquias Federais e Estaduais, totalizando a participação de 40 ADs⁵⁶¹. Neste momento, a ANDES também passou a se organizar em regionais.

A “Semana de Mobilização” repetiu-se em 1981, porém desta vez com a capacidade de mobilizar uma parcela mais significativa dos docentes no país, conforme DONATONI,

as reivindicações feitas pelos vários setores das Universidades estavam assim definidas: Fundações - envio ao Congresso do Projeto de Carreira Unificado para

⁵⁵⁸ NAVARRO, Ignez Pinto. ANDES-SN: Um sindicato de Intelectuais, História e Memória (1981-1994). Coleção Universidade e o Mundo do Trabalho. Cuiabá: ADUFMAT: 2001, p.214.

⁵⁵⁹ NAVARRO (2001, p. 214).

⁵⁶⁰ Idem, Ibidem.

⁵⁶¹ ANDES. Boletim da ANDES, nº 2, 1981, p. 6.

os docentes das IES Fundações Federais e exclusão das Fundações da Lei 6733; Autarquias - por 45% de reposição salarial a partir de março de 1981 e reajuste semestral a partir de setembro, enquadramento dos discriminados pelo projeto de carreira; Particulares – pela estabilidade de emprego durante o ano letivo; Estaduais - pelo reajuste semestral. Esta paralisação atingiu 24 Universidades e instituições isoladas e parcialmente outras 5, num total de 25 mil professores⁵⁶².

O atendimento parcial das demandas econômicas ao final da primeira greve nacional gerou uma nova greve em 1981, com a *participação* de 19 Universidades Autárquicas e Escolas Isoladas. Assim, bem próxima do ano anterior, a pauta de reivindicação exigia a reposição de 45% e reajuste semestral, o enquadramento dos professores colaboradores (discriminados pelo quadro de carreira do MEC), a reformulação do plano de carreira e a ampliação da verba da União para a educação – 12%.

Conforme destacamos, a reformulação da carreira do magistério superior, embora realizada sem o diálogo com a proposta do movimento docente e preservando distorções na versão apresentada foi considerada uma conquista da greve. Contudo o reajuste salarial – 23,4% - ficou aquém do reivindicado pelo movimento (45%)⁵⁶³ e corroído pela inflação do Governo militar de João Batista de Oliveira Figueiredo.

No documento de avaliação da greve encaminhado ao I CNDU, assinado por Lino Peres⁵⁶⁴, havia a estimativa de trinta mil professores em greve e a crítica a saída da greve por ter isolado os professores colaboradores e por considerar as conquistas insuficientes. O documento destacava que as reivindicações não eram puramente econômicas, mas políticas, e diziam respeito ao posicionamento dos trabalhadores da educação contra a ditadura militar e, nesse sentido, “a greve estava colocando a questão do poder na ordem do dia”⁵⁶⁵.

A proposta do MEC, além da reformulação da carreira que não foi colocada em negociação, revelava a política privatizante avançando para o espaço público através da:

transformação das Autarquias em Fundações, proposta do ensino pago nas escolas públicas e a *reforma gerencial* da Universidade, todas elas tendo como pano de fundo a crescente desobrigação do Estado para com a Educação e a conseqüente

⁵⁶² Idem, Ibidem, p. 174.

⁵⁶³ Segundo ANDES. Boletim da ANDES, ano II, março 1982, p. 3.

⁵⁶⁴ PERES, Lino Fernando Bragança. Uma Avaliação da Greve nacional dos Professores Universitários. UFSC, fevereiro/ 1981, p.12.

⁵⁶⁵ Idem, Ibidem, p.16-17.

consolidação do processo de privatização do Ensino Superior no país⁵⁶⁶ (grifo nosso).

Até então, como destaca NAVARRO, a expansão do ensino superior no Brasil, no contexto do “milagre”, havia se dado no setor privado:

Se, em 1968, as instituições de ensino superior (IES) públicas detinham 54,5% das matrículas na graduação, em 1971 as IES privadas já concentravam 55% dessas matrículas, índice que se elevou para 61,4% em 1974 e atingiu o seu ápice (64,3%) em 1980⁵⁶⁷.

Além do principal ganho da luta de impedir a transformação das Autarquias em Fundações, conforme a proposta original do MEC, o documento do CNG avaliou como outras conquistas da greve o enquadramento dos docentes admitidos após 31/12/1979, a emergência do debate sobre a reestruturação universitária, o atendimento parcial das reivindicações salariais, mas, sobretudo, a consolidação do movimento nacional e o aumento de sua base de apoio na sociedade⁵⁶⁸.

Segundo o CNG, se a vitória sobre o projeto privatizante mostrava-se incontestada, o mesmo não ocorreu com as reivindicações econômicas da categoria - ao receber uma reposição abaixo do percentual reivindicado, ao passo que a crise econômica acentuou a questão do arrocho salarial dos professores autárquicos e a reformulação da carreira não resolvera a questão. Seguiu, contudo, o ganho organizativo do movimento com a experiência da greve de vinte dias:

A manutenção da greve em todas as assembleias demonstra cabalmente a convicção de uma categoria na defesa de seus direitos, provoca um recuo da burocracia tecnocrata e repressiva, elimina as tentativas de utilização das administrações universitárias (através do CRUB) para conseguir o retorno às aulas de diversas formas e prepara o caminho para o entendimento, ainda que parcial, de uma das reivindicações. O sentimento de unidade e coerência do movimento agilidade do processo democrático, a força da organização diante do arbítrio, se consolidam⁵⁶⁹.

⁵⁶⁶ CNG ANDES. Documento Final do Comando Nacional de Greve. Brasília, 28/11/1981. p.2.

⁵⁶⁷ NAVARRO, Igeez Pinto. ANDES-SN: Um sindicato de Intelectuais, História e Memória (1981-1994). Coleção Universidade e o Mundo do Trabalho. Cuiabá: ADUFMAT: 2001, p.81.

⁵⁶⁸ CNG ANDES. Documento Final do Comando Nacional de Greve. Brasília, 28/11/1981. p.5.

⁵⁶⁹ Idem, Ibidem, p.4.

III.1.2 A Greve de 1982: O ano da Defesa do Ensino Público e Gratuito

O ano de 1982 representou um ponto de inflexão para o caráter público da universidade brasileira. Se o processo de privatização do ensino superior se dava, até então, pelo fortalecimento das empresas privadas de educação superior, o governo ditatorial resolveu estender o caráter privado ao espaço público, almejando inaugurar pela via da educação superior o desmonte da educação como obrigação do Estado e direito social, ainda que uma restrita parcela a ela tivesse acesso.

O I Congresso da entidade, ocorrido entre os dias 1º e 05 de fevereiro de 1982, trouxe avaliação fundamental do movimento nacional sobre as suas realizações, as análises da sociedade e da universidade na conjuntura de ofensiva privatizante do governo, apresentadas sob a forma de “Reestruturação da Universidade” e das lutas necessárias para aquele ano. Desta forma, os delegados interpretavam como principais objetivos do MEC contidos na proposta de Reformulação da Universidade:

I. Ampliar projeto de privatização do ensino e implantar definitivamente o ensino pago em todas as IES brasileiras. II. Ampliar e modernizar mecanismos de controle político da Universidade. III. Esfacelar o movimento docente, através da extinção das autarquias onde existe uma homogeneidade de condições de trabalho e uma relativa estabilidade, que facilitam a organização⁵⁷⁰.

Nesse sentido, a carta de Florianópolis⁵⁷¹, de 5 de fevereiro de 1982, documento sintético das principais lutas da conjuntura, se constituiu como base do manifesto da Campanha Nacional pelo Ensino Público e Gratuito⁵⁷² através do *slogan* 1982: ANO DE DEFESA DO ENINO PÚBLICO E GRATUITO! O conteúdo da carta demonstrava a centralidade do caráter público da universidade e da educação ameaçados:

Nós, professores do ensino superior, reunidos em Florianópolis, no 1º Congresso Nacional da ANDES, sentimos que a educação superior do Brasil se encontra em perigo juntamente com todo o sistema educacional brasileiro. Após contínua iniciativa contra os interesses sociais, vem o governo anunciar a implantação do ensino pago nas instituições de ensino superior públicas, agitando de maneira

⁵⁷⁰ ANDES. Relatório Final do I Congresso da ANDES. Florianópolis, 01-05/02/1982, p. 18-19.

⁵⁷¹ ANDES. Relatório Final do I Congresso da ANDES. Florianópolis, 01-05/02/1982, p. 57-58.

⁵⁷² Cf. MACIEL (1992, p. 13).

estranha a bandeira da justiça social como finalidade última para essa medida⁵⁷³.

Para a ANDES, a universidade, como patrimônio de gerações, necessitava ser repensada, porém em direção diametralmente oposta a da mercantilização:

Estamos conscientes de imperfeições crônicas e conjunturais da Universidade no exercício de suas responsabilidades. Muitas dessas deficiências foram multiplicadas pela própria política do governo descomprometida com as necessidades da Nação e comprometida com as exigências dos setores econômicos e sociais privilegiados. Na área do ensino superior, essa política se caracteriza pela insuficiência de verbas, baixa remuneração dos docentes, redução dos incentivos ao desenvolvimento da ciência e da pesquisa, culminando agora na tentativa de anular importantes conquistas sociais. Esta anulação se faz por vários caminhos. Um deles, acenando com mais vigor, é o da instituição de pagamento nas escolas públicas. Ora a educação não é bem privado e sim público. O desenvolvimento científico, a produção tecnológico e cultural e a formação social e política de uma Nação não podem ser comparados com a produção de bens materiais numa sociedade de consumo. Sendo assim, a responsabilidade pela sua manutenção há de ser socializada e dividida por toda sociedade, pois é ela que se torna a destinatária soberana da produção dos bens sociais. Instituir o ensino pago numa Universidade pública ou em qualquer nível de ensino é inverter a própria função da escola pública, transformando-a numa simples empresa prestadora de serviços contra pagamento. Tal fato agride a consciência dos brasileiros⁵⁷⁴.

A perda do caráter público da educação representaria o aumento da seletividade e, portanto, da discriminação de classe aos discentes, incidindo sobre a função social da educação ao torná-la legalmente um privilégio, bem como sobre a soberania do país e da sua produção científica ao:

colocar a Universidade à cata de recursos financeiros junto à órgãos e instituições que detêm hoje a riqueza da Nação. Em conseqüência, as grandes corporações industriais, comerciais e financeiras tornar-se-ão proprietárias do destino da educação, da cultura e da ciência no Brasil é difícil de delinear, já que os prejuízos serão debitados à nossa história futura⁵⁷⁵.

⁵⁷³ Idem, Ibidem, p.57.

⁵⁷⁴ Idem, Ibidem.

⁵⁷⁵ Idem, Ibidem, p. 58.

O texto que Moacyr Gadotti apresentou ao congresso afirmava que a atual “reestruturação da universidade é a maneira que o MEC encontrou para fazer uma reforma dentro da reforma, guardando, no entanto, a sua essência”⁵⁷⁶. Para o autor os objetivos políticos da proposta de “institucionalização do ensino superior oficial pago”, conforme o Parecer do Conselho Federal de Educação⁵⁷⁷, de relatoria da histórica defensora do ensino pago Esther de Figueiredo Ferraz⁵⁷⁸, poderiam ser sintetizados em dois: a ampliação do controle tecno-burocrático de todo o ensino superior e a implantação gradativa do ensino pago associada à diminuição dos investimentos do Estado na educação⁵⁷⁹.

O processo de reestruturação da universidade aberto pelo general Rubem Ludwig, então ministro da educação, estabeleceu um prazo de dezoito dias para que a comunidade universitária apresentasse a sua proposta. Tal prazo, dilatado pela greve de 1981⁵⁸⁰, gerou um intenso debate e formulação que teve início no I Congresso.

Dessa forma, o I Congresso deliberou que fosse construído um documento de proposta para a universidade do ponto de vista de seus trabalhadores para servir de base ao próximo CONAD:

devemos reunir as propostas que o movimento acumulou durante sua história, organizá-las, traduzi-las, aprofundá-las e apresentá-las à sociedade, não como um projeto pronto de uma universidade alternativa, mas sim como um elenco de propostas, através das quais, em nossa luta do dia-a-dia, vamos construindo, ao lado de outros setores, uma nova universidade⁵⁸¹.

O movimento docente extrapolava, assim, a primeira proposta de pensar a relação dos trabalhadores com a universidade, tal como havia se dado na experiência de

⁵⁷⁶ GADOTTI, Moacyr. Reestruturação da Universidade: Autonomia versus ensino pago (idéias para um debate). In: ANDES. Relatório Final do I Congresso da ANDES. Florianópolis, 01-05/02/1982.

⁵⁷⁷ “Vantagens e Desvantagens da Institucionalização do Ensino Superior Oficial Pago”, In Documenta nº 249 (Separata), Brasília, ago. 1981. Apud. GADOTTI, Moacyr. Reestruturação da Universidade: Autonomia versus ensino pago (idéias para um debate). In: ANDES. Relatório Final do I Congresso da ANDES. Florianópolis, 01-05/02/1982, p. 45.

⁵⁷⁸ Em agosto do mesmo ano, Esther de Figueiredo Ferraz seria conduzida ao cargo de ministra da educação do governo de João Batista de Oliveira Figueiredo, tornando-se a primeira mulher a ocupar o cargo de ministra no Brasil.

⁵⁷⁹ GADOTTI, Moacyr. Reestruturação da Universidade: Autonomia versus ensino pago (idéias para um debate). In: ANDES. Relatório Final do I Congresso da ANDES. Florianópolis, 01-05/02/1982, p. 45.

⁵⁸⁰ CNG ANDES. Histórico da Greve de 1982, realizado pelo Comando Nacional de Greve. Brasília, 17/12/82.

⁵⁸¹ ANDES. Relatório Final do I Congresso da ANDES. Florianópolis, 01-05/02/1982, p. 19.

formulação de um projeto de Carreira do Magistério da ANDES para as IES, construída no III CONAD.

A primeira eleição, por voto direto na base, para a direção da ANDES ocorreu após o I Congresso, quando, segundo Maciel, duas correntes começaram a se articular convocando reuniões para a construção de um programa, mas chegaram a um entendimento em prol da unidade do movimento, “sem abrir mão das divergências”⁵⁸². Certamente, o discurso da unidade política é uma constante nos documentos da ANDES e de suas publicações, adquirindo, por vezes, um caráter de fetichismo sindical.

Podemos, contudo, perceber que em alguns momentos esta sobrevalorização da unidade na direção, como elemento prioritário das relações internas do movimento docente, é questionada como no documento *O I Congresso: um momento decisivo*, assinado pela força majoritária do movimento que fora identificada como a “ala sindical”,

O MD [movimento docente] acertou ao constituir no Congresso de Campinas uma diretoria que carregasse as diferentes posições e lideranças nacionais de expressão real no movimento. No entanto, errou ao confundir a unidade, vital ainda hoje, com debate claro e aberto diante do conjunto dos professores, que é a base necessária de um movimento democrático⁵⁸³.

Tal posicionamento, segundo os autores, teria prejudicado a avaliação da primeira greve e demais encaminhamentos das lutas sindicais:

A criação da ANDES, marcada pelo signo da democracia e da mobilização, foi, no entanto, permeada por essa confusão quando, para resguardar a possibilidade de composição unitária da diretoria o movimento se absteve de fazer o balanço da greve das autárquicas. Situação agravada quando, premido pelo tempo, o Congresso elegeu uma diretoria, mas não lhe definiu um plano de lutas. Essa confusão permanece quando a diretoria da ANDES implementa a discussão da pauta da CONCLAT e, em consequência, o II CONAD / Salvador é considerado a definir uma participação quase que formal no mais importante evento sindical do país nas últimas décadas. Limitando-se a defender tão somente questões específicas da categoria, absteve-se de participar da construção da entidade nacional dos

⁵⁸² MACIEL (1992).

⁵⁸³ ANDES. Relatório Final do I Congresso. Florianópolis, 01 a 05 de fevereiro de 1982, p.70.

trabalhadores⁵⁸⁴.

A chapa unitária⁵⁸⁵, construída após o debate entre as duas correntes, foi eleita por 12.998 de um universo de 26.552 associados aptos a votar⁵⁸⁶. Na visão de Luís Pinguelli Rosa, o presidente eleito da ANDES:

Acredito que a ANDES terá êxito no encaminhamento das lutas dos professores e vejo a diretoria atual como uma continuação da anterior naquilo que é essencial. Ela surge de uma composição de duas concepções que debateram democraticamente dentro do movimento. De Florianópolis, no Congresso da ANDES, ao de Natal, durante o CONAD, essas tendências caminharam de uma salutar divergência, democraticamente válida, para uma composição em torno de uma unidade em face daquilo que nos une, que é a luta pela democratização da Universidade, por sua autonomia, pelo ensino público e gratuito em todos os níveis, pelo aumento de verbas para a educação. Enfim, por aquilo que o governo falsamente defende, porém sempre combate⁵⁸⁷.

O processo denominado por Pinguelli como superação das divergências e composição da unidade da categoria deu origem a uma corrente sindical, chamada ANDES Autônoma e Democrática (ANDES-AD) que revelaria, ao longo da história da entidade uma experiência *sui generis*⁵⁸⁸.

⁵⁸⁴ Idem, Ibidem.

⁵⁸⁵ Boletim Nacional da ANDES. Jun, 1982.

Diretoria eleita para o biênio 1982-1984: Presidente: LUIZ PINGUELLI ROSA; 1º Vice-Presidente: FLÁVIO L. S. VALENTE; 2º Vice-Presidente: ALOÍZIO MERCADANTE OLIVA; Suplente da Presidência: RUBENS PINTO LYRA; Secretário Geral: NEWTON LIMA NETO; 1º Secretário: RAUL GUENTHER; 2º Secretário: UBIRAJARA DORES REBOUÇAS; Suplente da Secretaria: WOLFGANG LEO MAAR; 1º Tesoureiro: MARCO ANTÔNIO SPERB LEITE; 2º Tesoureiro: MARIA JOSÉ F. RIBEIRO; Suplente da Tesouraria: MOEMA SOARES DE CASTRO; Vice-Presidente Regional Norte: ZULEIDE PAMPLONA XIMENES PONTE; Suplente da Regional Norte: MALENA TORINO; Vice-Presidente Regional NE I: AGAMENON TAVARES DE ALMEIDA; Suplente da Regional NE I: MARIA DELTA MARTINS; Vice-Presidente Regional NE II: SEBASTIÃO ALVES CARNEIRO; Suplente da Regional NE II: SÔNIA MARQUES; Vice-Presidente Regional NE III: ILKA DIAS BICHARA; Suplente da Regional NE III: LENILDA D. SILVA; Vice-Presidente Centro Oeste: SADI DAL ROSSO; Suplente da Regional Centro-Oeste: JOSÉ AVELNIO DA SILVA; Vice-Presidente Regional Leste: ROBERTO BORGES MARTINS; Suplente da Regional Leste: EUGÊNIA CÉLIA RAIZER; Vice-Presidente Regional Rio: ALEXANDRE MAGALHÃES; Suplente da Regional Rio: JOEL THEODÓSIO; Vice-Presidente Regional São Paulo: CARLOS MARTINS; Suplente da Regional São Paulo: EDMUNDO FERNANDES DIAS; Vice-Presidente Regional Sul: EMANUEL JOSÉ APPEL; Suplente da Regional Sul: RENATO DE OLIVEIRA.

⁵⁸⁶ MACIEL, 1992, p. 14.

⁵⁸⁷ ANDES. Boletim Nacional da ANDES, Jun. 1982, p.3.

⁵⁸⁸ A corrente sindical ANDES-AD, existente somente no interior do ANDES, construiu-se como uma força política acima dos partidos políticos que a integravam, mas na relação com estes. Se, nas primeiras diretorias havia a dificuldade de mapear o peso de cada partido na composição das diretorias, com a consolidação da corrente sindical ANDES-SN essa relação ganhou outro patamar, pois em várias

O debate em torno da identidade da ANDES seguiu polêmico no contexto de organização da classe trabalhadora no país. A ANDES, ao discutir a sua concepção sindical, aprovou a participação nos ENCLATs⁵⁸⁹ e no CONCLAT a fim de colaborar para a construção de uma central única dos trabalhadores. Nesse momento discutia-se a articulação do movimento docente com os demais trabalhadores:

Compete ao MD, como parte interessada no processo de organização da classe trabalhadora, e no avanço das lutas democráticas se integrar plenamente a este processo⁵⁹⁰.

Contudo, o documento *A ANDES rumo ao CONCLAT* avaliou que a participação da ANDES foi bastante incipiente nos encontros do movimento sindical, em parte por causa do nível “incipiente de articulação do MD com o movimento trabalhador em geral” e, por outro lado, pela deliberação do CONAD de Salvador de que a ANDES se abstinhasse nas questões políticas, fato que “transformou nossos delegados durante grande parte do encontro em simples observadores”⁵⁹¹, avaliação que ia ao encontro do documento *O I Congresso: um momento decisivo*, anteriormente analisado.

A ANDES afirmava que frente à condição de classe dos professores cabia ao movimento docente assumir o seu papel dentro do processo de organização da classe trabalhadora, organizando o CONCLAT e fundando a CUT:

Precisamos entender que a articulação de nossa luta hoje, com o conjunto da classe trabalhadora, não é uma artificialidade ideológica espúria motivada por um desejo de identificação. Hoje, como resultado da política econômica e educacional do governo, somos trabalhadores do ensino, e grande parte de nossas reivindicações básicas, sejam elas de cunho profissional, sindical ou geral, só serão conquistadas no bojo da luta dos trabalhadores.⁵⁹²

O Boletim traz exemplos da situação objetiva dos docentes, fragmentados em sua forma de contratação e explorados pela política privatizante do governo ditatorial:

A ANDES congrega e representa docentes universitários com diferentes relações de trabalho, desde professores horistas em IES particulares e Fundações a docentes

circunstâncias os militantes partidários votariam contra as deliberações de seus próprios partidos para representarem as deliberações do movimento docente, como veremos.

⁵⁸⁹ Encontros Nacionais da Classe Trabalhadora.

⁵⁹⁰ A ANDES rumo ao CONCLAT. In: ANDES. Boletim Nacional da ANDES. Jun. 1982, p. 7.

⁵⁹¹ Idem, Ibidem.

⁵⁹² Idem, Ibidem.

em regime de dedicação exclusiva, funcionários públicos federais estatutários ou celetistas, passando por várias situações intermediárias. A política econômica e educacional do governo desde 1964, claramente privatizante, fez com que, hoje, mais de 50% dos professores do ensino superior tenham vínculos empregatícios com Instituições de Ensino Superior particulares.

Na quase totalidade das IES particulares os docentes são submetidos a péssimas condições de trabalho, a má remuneração, sem o mínimo de estabilidade, sem liberdade de organização, sem definição de carreira e sem as mínimas condições de desenvolver atividades de pesquisa. Na verdade, estes professores pagos por hora-aula, são transformados em “Bóias-frias” do ensino e sofrem um alto grau de exploração.

Como estava anunciado, ocorreu uma greve das IES Federais Autárquicas de dimensões ainda maiores que a de 1981 cuja pauta principal foi a luta contra a política de implantação do ensino pago nas universidades públicas e a correlata diminuição de recursos para o setor.

A greve ocorreu ao final de 1982 e teve a duração de 32 dias impulsionada também pelo cenário que se delineava pela política salarial do governo⁵⁹³ de redução de gastos públicos e política de arrocho salarial- conforme as indicações do FMI. A ANDES reivindicava, do ponto de vista das questões salariais, reposição de 23,8%; reajuste a partir de novembro de 1982, com base no IPC do período; reajuste semestral sem escalonamento, além da correção das distorções da carreira, contratação dos concursados e a reestruturação da universidade sob a ótica dos trabalhadores⁵⁹⁴.

As tentativas frustradas de abertura de negociação com a ministra da educação, Esther de Figueiredo Ferraz, levaram o movimento à paralisação do trabalho por tempo indeterminado, com a adesão de 35 mil professores⁵⁹⁵. A intransigência da ministra ficou em evidência tanto nas audiências - ao afirmar que a definição de níveis salariais não seria de competência do MEC, mas de cada IES, quanto no Seminário de Avaliação da Reforma Universitária do CFE, quando a ministra anunciou que a proposta de reformulação da carreira docente, enviada para a presidência da república, não seria discutida com a ANDES⁵⁹⁶. Da mesma forma, já havia ficado claro, em encontro com a

⁵⁹³ Perspectivas da política salarial do governo 09/12/82.

⁵⁹⁴ CNG ANDES. Histórico da Greve de 1982, realizado pelo Comando Nacional de Greve. Brasília, 17/12/82.

⁵⁹⁵ ANDES. Boletim Nacional da ANDES, nº11, Nov. 1982.

⁵⁹⁶ Idem, Ibidem.

ministra da educação, em Salvador, que as pré-condições para a reestruturação do MEC seriam baixadas por decreto apesar da ANDES ter encaminhado a “Proposta da ANDES para a UNIVERSIDADE Brasileira”⁵⁹⁷ aprovada no V CONAD, com o apoio da SBPC, OAB e ABI.

Os representantes destas entidades apresentaram proposições de reestruturação da universidade brasileira com base nos seguintes princípios:

1. manutenção e ampliação do ensino público e gratuito;
2. autonomia e funcionamento democrático da universidade com base em colegiados e cargos de direção eletivos;
3. estabelecimento de um padrão de qualidade para o ensino superior, estimulando a pesquisa e a criação intelectual nas universidades;
4. dotação de recursos públicos orçamentários suficientes para o ensino e a pesquisa nas universidades públicas;
5. criação de condições para adequação da universidade à realidade brasileira;
6. garantia do direito à liberdade de pensamento nas contratações e nomeações para a universidade, bem como no exercício das funções e atividades acadêmicas, princípios sobre os quais se estruturou a “Proposta das Associações de Docentes e da ANDES para a Universidade Brasileira”⁵⁹⁸.

Com os canais de negociação fechados formou-se o comando de greve e houve aumento expressivo da participação das ADs, alcançando 24 das 26 universidades federais autárquicas em greve.

Quando o MEC garantiu, através dos avisos ministeriais 473 e 474/ MEC⁵⁹⁹, ainda que de forma restrita, que encaminharia o processo de reestruturação como projeto de lei e não decreto-lei, o CNG avaliou que a unidade do movimento perdera a força. A repressão do governo, via reitores, foi outro elemento desestruturante da greve no interior do movimento:

os reitores tiveram uma longa reunião no MEC, com a presença de elementos ligados à órgãos de segurança (SNI), para tratar de medidas repressivas – uso da lei

⁵⁹⁷ ANDES. Proposta do ANDES-SN para a Universidade Brasileira. Cadernos do ANDES nº 2. Brasília, 3ª edição, outubro de 2003. O caderno nº 2 foi publicado originalmente em julho de 1986.

⁵⁹⁸ Idem, Ibidem, p.4.

⁵⁹⁹ Os avisos ministeriais “tratavam respectivamente da Administração Orçamentária e Financeira e Política de Pessoal, que atrelavam a mudança das IFES à implantação do ‘Orçamento Global’ que, na sua concepção, traduzia-se na definição de teto de gastos com pessoal, permitindo, assim, que cada universidade adotasse sua política salarial e o teto de gastos com OCC, obrigando a que cada uma das IFES procurasse suplementação orçamentária especialmente no setor privado, fortalecendo, dessa forma, o comprometimento da educação superior com o grande capital”. ANDES. Proposta do ANDES-SN para a Universidade Brasileira. Cadernos do ANDES nº 2. Brasília, 3ª edição, outubro de 2003, p.28.

de greve, recesso nas universidades, suspensão de pagamento, etc”⁶⁰⁰

A saída da greve em 17/12/82, quando outras ADs já haviam saído ou davam sinais de esgotamento, representou uma derrota nas reivindicações salariais e correção das distorções da carreira, bem como de contratação dos concursados, porém, mais uma vez foi possível através da greve fazer recuar a privatização do ensino nas IFES através da transformação das Universidades Autárquicas em Fundações. Através do projeto de Reestruturação Universitária o governo objetivava que cada IFES buscasse complementação financeira na iniciativa privada, conforme a análise do CNG dos “avisos secretos”, ou seja, dos avisos ministeriais nº 474 e 477⁶⁰¹.

Além desses aspectos, considerados os mais importantes saldos da greve, o CNG destacou como problemas a estagnação na construção de ADs, o retrocesso no setor das particulares; as dificuldades de comunicação entre as ADs e a ANDES e a situação financeira irregular. E, como pontos positivos, destacou a unidade da direção e a capacidade de elaborar a “Proposta da ANDES para a UNIVERSIDADE Brasileira”, no prazo adequado - que trouxe à ANDES o reconhecimento como interlocutora do debate educacional -, bem como o recuo do MEC na forma de condução - via decreto - do processo de reestruturação da universidade e nas formas de repressão, principalmente naquelas que contaram com a participação dos reitores.

Um balanço ao final positivo não indica que já se tenha derrotado, a nível estratégico, o governo, mas tão somente que se conseguiu perceber e enfrentar suas táticas e, que nesse processo, se conseguiu ampliar o espaço público do movimento e da entidade. Cabe estar atento às mudanças de táticas que já se indicam e discutir profundamente uma conclusão central das lutas de todo um período que se estende antes de 1982: na nova conjuntura econômica e política a própria resolução das reivindicações dos movimentos não será possível sem a concreta e efetiva aliança, não apenas com os outros segmentos da coletividade universitária, mas com o conjunto das forças democráticas, sindicais e populares⁶⁰².

Para o CNG, a greve de 1982 representou diferenças qualitativas das greves anteriores, ainda que as suas pautas fossem muito próximas:

⁶⁰⁰ CNG ANDES. Histórico da Greve de 1982, realizado pelo Comando Nacional de Greve. Brasília, 17/12/82, p. 4.

⁶⁰¹ Idem, Ibidem.

⁶⁰² ANDES. Boletim da ANDES, ano III, nº 12, março de 1983, p. 12.

Nos anos 80 e 81, as reivindicações, ainda que não formalmente priorizadas, apontavam para as questões salariais como básicas. [...] Já em 1982, as lutas anteriores do conjunto do movimento, o confronto cada vez mais aberto com o governo em torno da política educacional (fruto, inclusive, dessas lutas), as ameaças cada vez mais freqüentes do MEC à Universidade Pública, a conjuntura político-econômica nacional, etc., passaram a exigir do movimento posicionamentos mais objetivos e firmes⁶⁰³.

Nesse sentido, os movimentos docentes e estudantis configuraram-se como obstáculo ao projeto, já em curso ao longo da década de 1970, de expansão privatizante do Ensino Superior no país.

Cabe destacar que, frente à disputa pelos rumos da Educação Superior no país a qual se antagonizavam movimento docente e governo, o empresariado do Ensino Superior também apresentou a sua proposta de universidade, através do documento da Associação Brasileira das Mantenedoras (ABM), intitulado “Presença do setor privado frente ao novo modelo universitário do País”. Para a ABM a crise da universidade se apresentava como crise de mercado⁶⁰⁴. Para a ANDES, a ABM não era representativa das posições de todo o patronato ligado ao ensino superior brasileiro, mas frente à crise que atravessava o setor, buscava, com a sua proposta, hegemonizar as demais instituições mantenedoras⁶⁰⁵. Ao criticar a proposta da ANDES por ser antidemocrática e pouco produtiva, a ABM afirmava-se portadora de um projeto mais apto à realidade educacional, tendo como sinônimo de democracia a liberdade de mercado. Para a ANDES:

Dessa defesa de uma democracia totalmente abstraída da realidade social concreta, surge como corolário a necessidade de estimular a pluralidade, a autonomia, a descentralização, vistos metafísica e ideologicamente como valores em si. Assim, qualquer pluralidade de modelos educacionais se torna melhor que um modelo único; toda iniciativa autônoma e descentralizada se torna mais produtiva; a inexistência de qualquer fiscalização (ou a sua redução ao mínimo) se torna sinônimo de liberdade de criação⁶⁰⁶.

⁶⁰³ CNG ANDES. Reflexões preliminares sobre as greves dos docentes das IES Federais Autárquicas em 1980 e 1981.

⁶⁰⁴ Boletim da ANDES, nº13, mai. 1983.

⁶⁰⁵ Idem, Ibidem, p 6.

⁶⁰⁶ Idem, Ibidem.

Com o final da greve, o MEC apresentou o Programa de Avaliação da Reforma Universitária (PARU) como método de recondução da Reestruturação Universitária após a resistência nacional dos docentes. O PARU foi criado para avaliar a educação superior brasileira – universidades e instituições isoladas, públicas e privadas - e realizar propostas para a sua reestruturação, primeiro através de um Grupo de Trabalho de “especialistas” ao qual, posteriormente, se incorporou o CFE, formando a Comissão de Coordenação. A implementação da avaliação coube à CAPES⁶⁰⁷. A metodologia proposta pelo MEC/CFE/ CAPES previu a execução do PARU em quatro etapas e o debate em torno de seus estudos em âmbito nacional pela comunidade acadêmica e sociedade civil. Na avaliação da ANDES, através do andamento da primeira etapa do PARU, o estudo-base realizado por meio de questionários à comunidade acadêmica, era possível perceber que o PARU não pretendia realizar uma avaliação global da universidade, preterindo temas como condições de trabalho nas universidades, financiamento público e a política social e educacional do Estado⁶⁰⁸.

De acordo com a ANDES, a leitura do documento do MEC/SESu “Linhas Básicas da Programação da área de Educação para 1984” não deixava dúvidas acerca do propósito privatista, comum às sucessivas políticas do governo:

Contenção do ensino público e gratuito via crescimento zero, universidades de ensino e não de pesquisa, aumento da carga didática, desestímulo à capacitação dos docentes, salários reajustados abaixo da inflação, fechamento dos hospitais-escola e de restaurantes universitários, desativação de laboratórios, etc⁶⁰⁹.

Da mesma forma, o MEC, através do PARU, buscava omitir os problemas estruturais da universidade brasileira no processo de avaliação pois as suas verdadeiras causas revelariam que “a crise da universidade é crise de direção política, é ausência de um projeto voltado para o social”⁶¹⁰.

III.1.3 A ANDES, os Congressos da Classe Trabalhadora e a transição conservadora

⁶⁰⁷ ANDES. Boletim Nacional da ANDES, ano III, nº16, outubro de 1983.

⁶⁰⁸ Idem, Ibidem, p.3.

⁶⁰⁹ Idem, Ibidem.

⁶¹⁰ Idem, Ibidem.

A relação do movimento com o conjunto da classe trabalhadora seguia em pauta, seja pela participação na Greve Geral de 1983, seja através do debate em torno de um pertencimento mais orgânico às entidades da classe, a partir do posicionamento nos rumos dos CONCLATs. Com relação aos CONCLATs, o 8º CONAD definiu a posição da entidade no sindicalismo brasileiro a partir das seguintes ações: não votar na criação de uma central para não aprofundar a fratura dentro do movimento sindical, investir em um entendimento entre o CONCLAT de Praia Grande e o da CUT - reconhecendo ambas como entidades legítimas e representativas da classe trabalhadora e remeter ao III Congresso a deliberação em torno da filiação a uma central sindical.

Como ficou evidente através das deliberações acima, na ANDES havia a avaliação de que seria possível a unificação desses setores reunidos em torno dos dois CONCLATs:

Em dois congressos nacionais e vários CONAD's o movimento docente definiu como linhas mestras da política sindical da Andes a articulação permanente dos docentes com as demais categorias de trabalhadores no esforço de buscar o atendimento de suas reivindicações gerais – a nível salarial e trabalhista - e específicas – a ampliação do ensino público e gratuito etc. – e a luta pela unificação concreta e orgânica do movimento sindical a nível nacional através da criação de uma Central Unitária de Trabalhadores, democrática e independente em relação ao Estado e aos Patrões.

As greves de junho de 83, incluindo a greve geral do dia 21, demonstraram que a par de esforço de organização conjunta de todas as categorias que sofrem os efeitos da política econômica é necessário dar passos concretos rumo ao desatrelamento e à independência dos organismos sindicais do Ministério do Trabalho.⁶¹¹

No entanto, o embate em torno dos dois blocos de sindicalistas não se resolveria no III Congresso da ANDES. Apesar da participação da ANDES na CONCLAT de São Bernardo, que fundou a CUT, os delegados deliberaram pela não filiação à CUT, com o argumento que se segue:

Não há condições de o III Congresso decidir pela filiação da ANDES à CUT ou à CONCLAT, já que não há ainda suficientes informações e posicionamentos das

⁶¹¹ Boletim Nacional da ANDES, nº18, mar. 1984.

bases para que tal filiação correspondesse às aspirações delas⁶¹².

Se a inserção do movimento docente no movimento sindical estava marcado pela polarização política entre os grupos dos chamados “sindicalistas autênticos”, das oposições sindicais e do grupo da “unidade sindical”, conforme tratamos acima, NAVARRO destaca mais um elemento que se soma àquele para a compreensão dessa relação:

As fragilidades das relações estabelecidas pela ANDES com o “novo sindicalismo” têm como cerne a natureza e as especificidades do trabalho docente, que explicam, em grande parte, por que a categoria, apesar de massificada e assalariada, tem resistências a se assumir como parte das classes trabalhadoras – e, pois, encontra dificuldades de integrar harmonicamente a dimensão acadêmica e a sindical – e também porque as demais categorias de trabalhadores sindicalizados a percebem e a assimilam de modo diferenciado⁶¹³.

Ainda que autora sobrevalorize o aspecto identitário - que tinha papel significativo no debate, frente às diferentes propostas sindicais das esquerdas brasileiras, certamente podemos apreender que a construção da identidade sindical do MD passou por reveses que, de forma alguma, podem ser considerados exclusivos do movimento docente, tal como a superação da fase econômico-corporativa⁶¹⁴. Ao mesmo tempo aquilo que seria a centralidade/ especificidade desse movimento, a educação como direito público, funcionou como elo entre os setores mais organizados da classe e o movimento docente.

Esta orientação política da direção majoritária⁶¹⁵ da ANDES, de inserção nas lutas mais amplas da classe trabalhadora, permitiu que a entidade tivesse grande

⁶¹² Idem, *Ibidem*.

⁶¹³ NAVARRO, 2001, p. 290.

⁶¹⁴ GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Vol. 3 (Caderno 13). Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2000, p. 41.

⁶¹⁵ Gestão 1984/1986: Presidente: MARIA JOSÉ FÉRES RIBEIRO; 1º Vice-Presidente: CARLOS ALBERTO FERREIRA MARTINS; 2º Vice-Presidente: WOLFGANG LEO MAAR; Secretário Geral: RAUL GUENTHER; 1º Secretário: SYDNEY SÉRGIO FERNANDES SOLIS; 2º Secretário: EMMANUEL JOSÉ APPEL; 1º Tesoureiro: BENEDITO TADEU CÉSAR; 2º Tesoureiro: JOSÉ GABRIELLI DE AZEVEDO; Vice-Presidente Regional Norte: JOSÉ RIBAMAR BESSA FREIRE; Vice-Presidente Regional NE I: ANTÔNIO C. B. MEDEIROS; Vice-Presidente Regional NE II: WAGNER BRAGA BATISTA; Vice-Presidente Regional NE III: IRACY SILVA PICANÇO; Vice-Presidente Regional Centro-Oeste: ROSÂNGELA ^a P. R. AS SILVA; Vice-Presidente Regional Leste: MÁRCIO ANTÔNIO DE OLIVEIRA; Vice-Presidente Regional Rio: ANTÔNIO CONSTANTINO DE CAMPOS; Vice-Presidente Regional São Paulo: NADER WAFÆ; Vice-Presidente Regional Sul: ANAMARIA BECK; Suplente da Presidência: SADI DAL ROSSO; Suplente da Secretaria: PEDRO ANTÔNIO CECATO; Suplente da Tesouraria: ARLINDO DOS SANTOS RAPOSO; Suplente da Vice-

participação no movimento pelas eleições diretas para a presidência da república. Juntamente com o PMDB, PT, PDT, PTB, um grupo Pró-Diretas do PDS, a CUT, a CONCLAT, a OAB, a ABI e a UNE, a ANDES participou do Comitê Nacional Pró-Diretas, criado em fevereiro de 1984 e encarregado de coordenar a campanha pelas Diretas Já⁶¹⁶.

O III Congresso afirmava que a crise nacional atingia níveis inéditos e insuportáveis para a classe trabalhadora do país:

O caráter dependente do desenvolvimento do capitalismo no Brasil aprofundou-se a partir do golpe militar de 1964, com repercussões em todos os setores da vida nacional, entre eles o da Educação. O modelo econômico e a política desde (então) adotados conduziram o país à falência, penalizando fundamentalmente os trabalhadores com o arrocho salarial. A recessão econômica, a inflação e o desemprego daí resultantes atingem níveis que ameaçam, cada vez mais, a sobrevivência de amplas parcelas do povo brasileiro. Os sucessivos acordos com o FMI golpeiam acentuadamente a soberania do país, submetendo-o aos interesses do capital financeiro internacional⁶¹⁷.

Na conjuntura de enfrentamento aberto à política de “transição pelo alto”, o movimento docente afirmou a sua posição antagônica ao Colégio Eleitoral e em defesa da redemocratização da sociedade através do restabelecimento das eleições diretas:

O povo exige eleições livres e diretas porque não reconhece legitimidade ao atual Colégio Eleitoral. Quer eleições realmente livres, sem a tutela dos generais, irrestrita liberdade de expressão e organização política, com direito de coligação partidária, sem Lei de Segurança Nacional e sem qualquer casuísmo. A luta em defesa das eleições livres e diretas deve desencadear um processo de discussão e mobilização capaz de conduzir ao questionamento do modelo econômico do governo, abrindo perspectivas de organização e ação dos mais diversos segmentos sociais, apontando assim para alternativas globais que visam por termo ao regime

Presidência Regional São Paulo: ARI VICENTE FERNANDO; Suplente da Vice-Presidência Regional Leste: ELIANE BRÍGIDA DE MARAIS FALCÃO; Suplente da Vice-Presidência Leste: EUGÊNIA CÉLIA RAIZER; Suplente da Vice-Presidência Regional Centro-Oeste: PEDRO MURIETA S. NETO; Suplente da Vice-Presidência Regional Sul: LUIZ AFONSO MONTINI; Suplente da Vice-Presidência Regional Norte: JOAQUINA BARATA TEIXEIRA; Suplente da Vice-Presidência Regional Nordeste III: JOSÉ JERÔNIMO DE MORAIS; Suplente da Vice-Presidência Regional NE II: JOSÉ DA R. FURTADO FILHO; Suplente da Vice-Presidência Regional NE I: SÔNIA MARQUES.

⁶¹⁶ Idem, Ibidem.

⁶¹⁷ ANDES. Relatório Final do III Congresso. Piracicaba, 13 a 18 de fevereiro de 1984: p.27.

militar⁶¹⁸.

Nesse contexto ocorreu a mais longa greve e de maior confronto com o governo até então, cuja duração estendeu-se de 15 de maio a 07 de agosto, reunindo docentes das instituições federais de ensino superior autárquicas e fundacionais. Como reivindicações da ANDES, temos as que se seguem: Reposição salarial de 64,8%, retroativa a janeiro de 1984; Reajuste semestral igual a 100% do INPC; Verbas para o pleno funcionamento das IES Federais Autárquicas.

O Dia Nacional de Luta em Defesa da Universidade, 28 de junho de 1984, foi uma das atividades que deu maior visibilidade às bandeiras do movimento greve, obtendo assim maior apoio da comunidade. Uma nota conjunta dos comandos nacionais de greve dos docentes das IES federais autárquicas, dos servidores das IES e dos médicos residentes afirmava:

A greve nacional dos 35.000 docentes, dos 50.000 servidores que trabalham nas instituições de Ensino Superior e dos 8.000 médicos residentes é um brado de protesto pelo descaso do governo pelas condições de vida da maioria da população, em particular no tocante à educação e saúde⁶¹⁹.

O CNG avaliou que a greve contou com ampla participação dos docentes, apoio crescente da opinião pública e de entidades através de moções de solidariedade enviadas por CPB, SINPRO-DF, CUT, União Nacional dos Servidores Públicos, CONTAG, Instituto de Arquitetos do Brasil, dentre outras. A participação dos servidores técnico-administrativos aumentou a articulação da greve em inúmeras universidades.

O MEC colocou o movimento na ilegalidade, recorrendo à legislação repressiva, em 1º de agosto, cortou o salário dos professores grevistas.

A discussão em torno da interrupção da greve tornou-se inevitável, tanto pelas medidas coercitivas do governo, quanto pela proposta do MEC de abrir negociações a partir de uma comissão do CRUB, mas também pela saída da greve das fundações e dos servidores técnico-administrativos. Por sua vez, o congresso nacional, lócus da pressão grevista, estava voltado para o processo sucessório⁶²⁰. Contrariamente à avaliação do CNG - que não admitia a representação do CRUB nas negociações com o MEC, mas

⁶¹⁸ Idem, Ibidem.

⁶¹⁹ ANDES. Nota Conjunta dos Comandos Nacionais de Greve dos Docentes das IES Federais autárquicas, dos Servidores das IES Federais Autárquicas e dos Médicos Residentes. Brasília, junho de 1984.

⁶²⁰ ANDES CNG. Indicativo do CNG às Assembléias Gerais. Brasília, 14 de agosto de 1984.

em acordo com as AGs que apontavam as dificuldades internas de sustentação da greve o movimento deliberou pela volta às aulas, definindo a continuidade da pauta através de outras formas reivindicativas.

Das reivindicações que deram origem à greve, reposição de 64,8%, piso de três salários mínimos para os servidores - docentes e servidores técnico-administrativos- e mais verbas para as IFES, nenhuma delas foi contemplada. O ganho político da greve continuava sendo o de consolidação da ANDES enquanto direção do movimento, em nível crescente de confronto com o Estado.

A transição política em curso apoiada pelos militares derrotou as lutas pelas “Diretas Já” e deu-se a partir da eleição indireta, via Colégio Eleitoral. Desta forma, a eleição indireta polarizada entre Paulo Maluf (PDF) e Tancredo Neves (PMDB) também explicitava as divergências no interior do movimento docente organicamente vinculadas às concepções dos partidos políticos de esquerda, mais especificamente entre as forças políticas contrárias ao Colégio Eleitoral, e aquelas que julgavam fundamental “escolher” entre os candidatos, no caso apoiando Tancredo Neves para evitar a eleição de Paulo Maluf. Se no primeiro grupo, o PT possuía táticas e estratégias heterogêneas, mas criticava a transição conservadora, o segundo, aquele do CONCLAT que deu origem a CGT, operava politicamente ainda mais aderido à ordem burguesa, participando de suas instâncias de funcionamento e na perspectiva de reformas do sistema político, com amplo leque de alianças.

As críticas à transição conservadora possuíam mais força dentro do movimento, conforme a análise de conjuntura do V Congresso:

Desde o CONAD de Cuiabá e especialmente no Congresso de Vitória se apontava que o discurso liberalizante, para além da dimensão retórica, indicava o reconhecimento da enorme pressão social pela democratização – sintetizada na Campanha pelas Diretas - e da necessidade de algum nível de atendimento a essa pressão, que garantisse ao novo governo o mínimo de legitimidade necessária para levar a cabo o projeto de uma transição conservadora⁶²¹.

Vista por Florestan Fernandes como a continuidade do projeto político da ditadura de desenvolvimento do capitalismo, o advento da “Nova República”

⁶²¹ ANDES. Relatório Final do V Congresso da ANDES. Salvador, 10 a 24 de janeiro de 1986, p.2.

demonstrou a capacidade da burguesia e dos militares em manter um projeto de dominação sobre a classe trabalhadora, via abertura do regime⁶²².

As lutas do ano seguinte, que contaram com a participação da FASUBRA, federação que reunia as entidades representativas dos servidores técnico-administrativos das Universidades, mostrariam que a greve de 1984 não havia sido totalmente fracassada.

As conquistas salariais da greve de 1985, como reajuste de 75% e liberação de 60 bilhões de cruzeiros para as IFES foram interpretadas, pelo CNG, como vitória não só da paralisação das atividades naquele ano, mas do movimento de 1984. Desta vez, restou ao MEC a negociação com o CNG, assumindo o compromisso de criação do Plano de Cargos e Salários que não ocorreu naquele ano.

III.1.4 Explicitação das divergências na Andes: disputa eleitoral e convergência crítica à CUT

Aquelas divergências quanto ao processo de transição do regime brasileiro e a Nova República converteram-se na primeira disputa eleitoral da entidade⁶²³, em 1986, ainda que os opositoristas do governo Sarney representassem a maioria na direção da entidade.

Parte significativa do debate eleitoral girou em torno do posicionamento do movimento sobre o Decreto Lei 2283 (27/02/1986) e 2284 (10/03/1986), referentes ao conjunto de medidas adotadas pelo governo federal para a implantação do Plano Cruzado I. Grosso modo, A CHAPA 1: *ANDES Autônoma e Democrática* realizava uma análise opositorista ao governo e exigia mudanças no texto do decreto, e a CHAPA 2: *ANDES, Hoje – Em Defesa da Universidade* – apoiava às medidas governamentais, embora criticasse o uso da forma decreto lei:

admitimos que o governo tenha optado pela emissão de decretos-lei, no esforço de implantar uma reforma econômica, menos injusta e, sobretudo, mais estável. A análise do conteúdo do decreto-lei 2283 nos leva, em primeiro lugar, a ver contempladas, pelo menos parcialmente, importantes metas pelas quais vem

⁶²² Ver FERNANDES, Florestan. Nova República? Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1986.

⁶²³ Boletim da ANDES, abril, 1986.

lutando as forças populares organizadas na nação”⁶²⁴.

A direção eleita⁶²⁵ através da Chapa 1 foi composta por militantes sindicais do Partido dos Trabalhadores ou que com ele guardavam alguma proximidade. Na Chapa 2 estavam organizados aqueles militantes e partidos que orbitavam em torno da CGT⁶²⁶, em particular o PCdoB. Com este resultado eleitoral, as divergências políticas explicitaram-se e abriram-se maiores possibilidades de vinculação da ANDES à CUT.

O debate em torno do processo constituinte começou a se ampliar. Com a derrota da campanha pelas “Diretas já” a principal estratégia dos movimentos sociais em busca da democratização do país foi a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte, livre e soberana, com ampla participação social, em oposição ao novo rearranjo dominante:

A partir dos primeiros meses do ano formaram – se, em nível regional e estadual, e posteriormente nacional, os comitês Pró – Constituinte. Ao mesmo tempo o empenho da Aliança Democrática na postergação da data de convocação da Constituinte para 1986, na sua associação com o Congresso Nacional e na sua determinação a partir de uma “Comissão Constituinte de Alto Nível”. Identificada com clareza esta posição dos setores de apoio ao governo, articula – se a sociedade e, em São Paulo, numa ação conjunta com a OAB com a presença de dezenas de entidades, sindicatos, parlamentares e personalidades, é lida a “CARTA DOS BRASILEIROS AO CONGRESSO NACIONAL E A PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA”, propondo a convocação de uma ANC independente do Congresso

⁶²⁴ Boletim da ANDES, abril, 1986.

⁶²⁵ Gestão 1986/1988: Presidente: Newton Lima Neto (ADUFSCAR), Primeiro vice-presidente: Sydney Sérgio F. Solis (ADUSU), Segundo vice-presidente: Luís Pompeu de Campos (APUBH), Suplente de Presidência: Oswaldo de Oliveira Maciel (APUFSC), Secretário Geral: Márcio Antônio de Oliveira (APEES), Primeiro Secretário: Antônio Ibanez Ruiz (ADUnB), Segundo Secretário: Pedro Antônio Cecato (ADUFPB-JP), Suplente Secretaria: Marco Antônio Nascimento Pereira (APUFSC), Primeiro Tesoureiro: Ari Vicente Fernandes (APROPUC-C), Segundo Tesoureiro: Renato de Oliveira (ADUFRGS), Suplente Tesouraria: Ildeo Castro Moreira (ADUFRJ), Vice-Presidências Regionais: Norte: Silvério Almeida Tundes (ADUA), Suplente Norte: Prof^a. Zélia Amador de Deus (ADUFPA), Nordeste I: Antônio de Pádua Rodrigues (ADUFPI), Suplente Nordeste I: Prof. José da Rocha Furtado F^o (ADUFC), Nordeste II: Rubens Pinto Lyra (ADUFPB-JP), Suplente Nordeste II: Prof^a. Maria Bernadete de Oliveira (ADURN), Nordeste III: Sofia Olzewski Filha (APUB), Suplente Nordeste III: Prof^a. Rita de Cássia Silva Olivieri (ADUFS), Leste: Benedito Tadeu César (ADUFES), Suplente Leste: Prof. Tarcísio Ferreira (APUBH), Rio de Janeiro: Miríam L. Cardoso (ADUFF), Suplente Rio de Janeiro: Prof^a. Cibeli Reynaud (ADUNIRIO), São Paulo: Sílvia Helena S. Borelli (APROPUC-SP), Suplente São Paulo: Prof. Francisco Miraglia (ADUSP), Centro-Oeste: Sidney Valadares Pimentel (ADUFG), Suplente Centro-Oeste: Prof. José Francisco Vianna (ADUFEMS), Sul: Aníbal Sanchez Moura (ADUEM), Suplente Sul: Prof. José Gonçalves Medeiros (APUFSC), Rio Grande do Sul: Florismar Oliveira Thomas (ADUFPEL), Suplente Rio Grande do Sul: Prof. Edson Nunes de Morais (APUSM).

⁶²⁶ Segundo Navarro (2001, p. 403), a Chapa 2 retomou a defesa da concepção de uma "ANDES acadêmica" que visava demarcar a diferença entre o movimento docente do ensino superior e a CUT.

e sustentada a partir da maciça participação, através de Conselhos Constituintes Populares Municipais e Regionais. Desencadeia – se uma campanha de publicidade com a proposta “Constituinte sem povo não cria nada de novo”⁶²⁷.

Dessa forma, o V Congresso afirmava a necessidade de o processo constituinte ser conduzido pela sociedade civil, principalmente pelos movimentos sociais, em contraposição à proposta governamental de construção da “Comissão Constituinte de Alto Nível” formada por especialistas, para esvaziar as pressões sociais no debate em torno da constituição brasileira. Assim, para a ANDES, o processo Constituinte expressava as contradições e limites do projeto político da Aliança Democrática, bem como o aparato de sustentação do governo:

Inicialmente utilizado como pretexto par(a) o adiamento do processo (de) democratização, postergando a remoção do chamado entulho autoritário, a Constituinte chega à sua convocação diminuída pela Comissão, descaracterizada pela concessão de poderes constituintes ao Congresso Nacional, diluída pela indefinição de um prazo para os seus trabalhos e tutelada pela permanência de um Presidente da República que, além da ilegitimidade de seu mandato preserva à sua disposição todo o arsenal sobrevivente dos instrumentos de exceção⁶²⁸.

A ANDES debatia não só o Estado e os rumos do país, mas o movimento sindical e a sua estrutura, propondo um Fórum Nacional Unitário para definir a posição do movimento sindical sobre a legislação trabalhista e sindical. Para tal a articulação de uma Campanha Nacional para exigir do governo o fim da lei anti-greve e a sindicalização dos servidores públicos tornava-se uma prioridade.

A consolidação da ANDES como direção nacional do movimento docente, a inserção nos debates da Nova República, contra o pacto social delineado, e no processo constituinte, assim como a proposição no campo da política educacional e a crítica à estrutura sindical oficial colocavam a entidade em um patamar de lutas que ultrapassava os seus limites econômico-corporativos⁶²⁹.

⁶²⁷ ANDES. Relatório Final do V Congresso. Salvador, 10 a 24 de janeiro de 1986, p.6.

⁶²⁸ Idem, Ibidem, p.4-5.

⁶²⁹ Ao refletir sobre as relações de força no processo de construção da hegemonia, GRAMSCI apresentou a distinção entre uma primeira correlação de forças de tipo social, mais ligada às estruturas, e outra de caráter político, que corresponderia aos diversos momentos históricos da consciência política coletiva: "O primeiro e mais elementar é o econômico-corporativo: um comerciante sente que deve ser solidário com outro comerciante, um fabricante com outro fabricante, etc., mas o comerciante não se sente ainda solidário com o fabricante; isto é, sente-se a unidade homogênea do grupo profissional e o dever de organizá-la, mas não ainda a unidade do grupo social mais amplo. Um segundo momento é aquele em que

Ao final de 1986, formou-se, por iniciativa da ANDES⁶³⁰, o Fórum Nacional da Educação na Constituinte - posteriormente transformar-se-ia no Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública - composto, além da ANDES, pelas seguintes entidades nacionais: ANDE, ANPAE, ANPEd, CPB, CEDES, CGT, CUT, FASUBRA, FENOE, OAB, SBPC, SEAF, UBES e UNE.

A bandeira do movimento dos docentes das federais, ao longo do ano de 1986, foi *Universidades Federais na luta por: Verbas, Carreira Única e Isonomia*, já⁶³¹. Contudo, as lutas pela isonomia salarial e carreira única do magistério superior, que já eram encampadas pela Coordenação Nacional de ADs, portanto antes da criação da ANDES,

não tiveram força suficiente para obrigar o governo a cumprir sua promessa. Tiveram-na porém para impedir a implantação do piso isonômico, no interior da proposta governamental de reforma da universidade. Dessa forma, os docentes da IES federais tiveram uma meia-vitória, combinada com uma meia derrota⁶³².

Com efeito, o MEC mostrou que a questão isonômica não estava contida em seu projeto de reestruturação da universidade, nem aquela referente à isonomia salarial, tampouco à equidade de recursos às IES. A disposição do MEC em transferir verbas, de forma desigual às universidades, até mesmo às empresas de ensino superior, já havia sido duramente criticadas pela ANDES no Programa Universidade Nova (PNU), proposto pelo ministro Marco Maciel. O PNU, ao ensaiar a distribuição de recursos através de uma espécie de edital já afrontava a autonomia das universidades (financeira e de produção científica) e tratava a questão das verbas para o Ensino Superior, via financiamento de projetos com verbas da Emenda Calmon, na direção de uma *universidade do conhecimento*. De acordo com a avaliação do XIV CONAD:

se atinge a consciência da solidariedade de interesse entre todos os membros do grupo social, mas ainda no campo meramente econômico. Já se põe neste momento a questão do Estado, mas apenas no terreno da obtenção de uma igualdade político-jurídica com os grupos dominantes, já que se reivindica o direito de participar da legislação e da administração e mesmo de modificá-las, de reformá-las, mas nos quadros fundamentais existentes. Um terceiro momento é aquele em que se adquire a consciência de que os próprios interesses corporativos, em seu desenvolvimento atual e futuro, superam o círculo corporativo, de grupo meramente econômico, e podem e devem tornar-se os interesses de outros grupos subordinados" (GRAMSCI, 2000, v.3, p.41).

⁶³⁰ No Relatório Final do XIII CONAD, ocorrido em São Paulo em junho de 1986, há a proposta de uma plataforma educacional da ANDES e das ADS para a constituinte convocar entidades ligadas à educação, além da CUT e CGT para a "criação de um Fórum Nacional de Educação, Ciência e Tecnologia na Constituinte, a ser instalado em outubro/86, com o objetivo de aprovar uma plataforma consensual e encaminhamentos unitários visando intervir na Constituinte. Sugestões de entidades a serem convidadas: SBPC, ANDE, CPB, UNE, OAB, ANPEd, FASUBRA, CEDES, sociedades científicas e entidades representativas da sociedade civil. (ANDES, 1986, p.4).

⁶³¹ ANDES. Boletim da ANDES, nº 26, ago de 1986.

⁶³² ANDES. Boletim da ANDES, nº 28, dez/1986, p. 4.

Analisando a concepção que enformava o PNU, a ANDES concluiu, e denunciou publicamente, que o Programa caminhava para constituir um novo instrumento para o clientelismo político - por meio da destinação de recursos com base em critérios ignorados pela comunidade universitária - e um mecanismo de reforço à privatização do sistema universitário - por meio da injeção de recursos nos cofres das mantenedoras da rede particular⁶³³.

Sem o acesso e o controle do uso de tais recursos o movimento docente via no PNU, além da transferência de verbas às empresas privadas, “a determinação com que o governo procura avançar em sua política de privatização da geração do conhecimento no Brasil”⁶³⁴.

Para Navarro, dentro da proposta do governo de Reestruturação da Universidade, a ANDES mobilizou-se através três eixos fundamentais, o combate ao Projeto GERES, a crítica às propostas de avaliação institucional e do trabalho docente e a proposição de uma plataforma dos docentes para a nova Constituição⁶³⁵.

O Grupo Executivo para a Reestruturação do Ensino Superior (GERES)⁶³⁶ viria tentar realizar o objetivo do Estado nas Universidades Públicas, o de modernização pelo mercado, na compreensão da ANDES:

O principal [objetivo] é a subordinação da universidade à lógica do mercado, o que é obtido com a dependência crescente de recursos obtidos junto a órgãos financiadores e mediante venda de serviços; com a integração com a comunidade, entendida predominantemente como venda de serviços a quem queira e possa pagá-los; com a competência de cada IES e docente medida por sua capacidade de produzir serviços vendáveis⁶³⁷.

O relatório do GERES, curiosamente, afirmava haver duas propostas em disputa pela universidade brasileira, a da *universidade alinhada com as forças populares* e a da *universidade do conhecimento*, e “identificando-se com a segunda tendência, o GERES batia de frente na *Proposta das ADs e da ANDES para a Universidade Brasileira*”⁶³⁸.

A concepção de universidade defendida no Relatório do GERES questionava os

⁶³³ ANDES. Relatório Final do XIV CONAD. Curitiba, 2 a 5 de outubro de 1986.

⁶³⁴ Idem, Ibidem.

⁶³⁵ NAVARRO, 1991, p. 466.

⁶³⁶ Criado em março de 1986, pelo MEC, a fim de construir um projeto para a universidade, como parte integrante do projeto de Reestruturação da Educação Superior Brasileira.

⁶³⁷ ANDES. Boletim da ANDES, nº 28, dez /1986.

⁶³⁸ NAVARRO, 2001, p. 468.

efeitos da indissociabilidade entre ensino e pesquisa prevista na Lei nº 5540/68 – que reconhecia como princípio apenas para as universidades – e adotava a autonomia como único critério definidor de uma instituição universitária, cabendo aos estabelecimentos isolados de ensino superior comprovar a sua competência, através de mecanismos de avaliação especificados no projeto, para adquirir o estatuto de universidade. Com esta proposição, o GERES acentuava a divisão já existente entre as universidades e os estabelecimentos isolados de ensino superior, levando à criação e/ou manutenção de centros de excelência e à proliferação de IES, públicas e privadas, destinadas apenas ao ensino – ou os colégios de ensino superior⁶³⁹.

Delineava-se, assim, um projeto de universidade dual legitimado pela avaliação institucional realizada pelo MEC/SESU. No caso da isonomia salarial o GERES,

defendia um “piso salarial isonômico”, a partir do qual se admitiam diferenciações salariais “em função dos valores e critérios do mérito, desempenho, localização”, prevendo-se a concessão de incentivos salariais decorrentes do desempenho funcional e da permanência na universidade que, considerando a titulação do servidor, atendessem ainda às condições locais de mercado de trabalho e custo de vida. Desta forma, além de recusar a pleiteada isonomia entre IES autárquicas e fundacionais, o governo legalizava a desigualdade de salários entre as diversas universidades e entre as diferentes unidades de cada instituição.⁶⁴⁰

Frente ao contexto de avanço da proposta privatizante e fragmentária das Instituições Públicas do Ensino Superior, nomeada pelo GERES como *Universidade do Conhecimento*, e da deterioração das condições salariais e objetivas de trabalho dos docentes, o movimento docente realizou uma nova greve no ano de 1987, desta vez, de 44 dias, iniciada em 25/03 e encerrada em 07/05.

O Boletim da ANDES, de maio de 1987, informou que “das 47 IES que formam a rede, apenas duas escolas federais não participaram: Diamantina e CEFET-MG, ambas com ADs não vinculadas à ANDES”⁶⁴¹, significando a participação de “49.800 dos 50 mil docentes da Rede Federal de Ensino Superior”⁶⁴².

Somaram-se às lutas docentes das IFES as greves das estaduais da Bahia -UNEB e UESB- por dois meses, bem como das universidades particulares. No Rio de Janeiro,

⁶³⁹ NAVARRO, 2001, p. 468.

⁶⁴⁰ NAVARRO, 2001, p. 469.

⁶⁴¹ ANDES. Boletim da ANDES, nº 30, maio de 1987, p.2.

⁶⁴² Idem, Ibidem.

Fruto da maior mobilização dos últimos 10 anos e da ação conjunta do SINPRO, ANDES e ADs, a campanha salarial do Rio obteve resultados relevantes por ocasião do julgamento no TRT. A greve de mais de 20 dias com adesão maciça de professores dos três graus de ensino, foi julgada legal.⁶⁴³

No entanto, a participação de parcela dos demais setores, como as estaduais da Bahia e particulares não significaram a unificação do movimento, mas seria colocada como meta da entidade:

O objetivo a médio e longo prazo do movimento docente organizado através da ANDES é a unificação nacional da Campanha do setor das IES Particulares – a exemplo do setor das IES Federais⁶⁴⁴.

A política da Nova República, a qual a direção do movimento docente se opôs, reduzia o financiamento da universidade pública e injetava verbas para a expansão da rede privada, cedendo espaço ao capital privado. Delineava-se, assim, o avanço do quadro de desobrigação do Estado com a manutenção dos serviços públicos essenciais:

A universidade pública brasileira ao longo desse período, lenta e progressivamente destruída, através de vários mecanismos: a constante diminuição de verbas públicas a ela destinadas; a falta de garantia de condições de trabalho que possibilitem atividades de pesquisa, ensino de bom nível; a inexistência de uma carreira única que esteja voltada para o aperfeiçoamento científico e profissional, impossibilidade legal de ampliação de seus quadros de docentes (...) a diminuição de salários, em termos reais, crescente evasão de quadros qualificados arduamente formados⁶⁴⁵.

A postura sistemática do MEC de recusa no atendimento das reivindicações docentes e de negociações, na figura do ministro Bornhausen, sofreu a pressão maciça do movimento:

Como resultado direto da força e unidade da greve, o movimento docente conseguiu isolar politicamente o MEC, no momento preciso em que este encerrava as negociações, recuava da contra-proposta, não atendia nenhuma reivindicação e

⁶⁴³ ANDES. Boletim da ANDES, nº30, maio de 1987.

⁶⁴⁴ Idem, Ibidem.

⁶⁴⁵ Documento final de avaliação do Comando Nacional de Greve, (07-05-1987), p. 1.

se preparava para iniciar um processo de punição aos grevistas⁶⁴⁶.

Reafirmada a pauta de reivindicações, o movimento conquistou o apoio de parlamentares federais - que pressionaram o ministro a retomar as negociações, do CRUB, que, além de apoiar as reivindicações, negou-se oficialmente a encaminhar qualquer forma de punição, da FASUBRA, que iniciou o processo de deflagração da greve dos funcionários e das entidades estudantis, que se contrapuseram a responsabilização dos docentes pela perda de aulas⁶⁴⁷.

A amplitude do apoio que o movimento conquistou impediu que, desta vez, a greve fosse colocada na ilegalidade e que o MEC avançasse em seu projeto. Para o CNG a contraproposta do governo trouxe avanços, embora permeada de insuficiências em parte da pauta reivindicatória.

Com relação aos avanços, o CNG destacou a recuperação parcial dos salários de professores e funcionários, ainda que sujeita à deterioração da política econômica inflacionária do governo, a implantação da isonomia – eliminando a situação de remunerações diferenciadas pelo mesmo trabalho, o estímulo à progressão na carreira, a valorização e ampliação da DE, o incentivo à capacitação docente e o aumento- ainda insatisfatório- das verbas de custeio das universidades.

Contudo, restavam os seguintes problemas na negociação com o MEC: a recusa do MEC de participação da ANDES na comissão de construção do novo plano de carreira, aumento insuficiente das verbas de custeio e falta de mecanismos de controle e fiscalização de sua aplicação pela comunidade universitária, a falta de garantias quanto à concessão da aposentadoria integral, a não autorização de novas contratações com exigência de abertura de novas turmas noturnas aumentando, assim, o quantitativo de alunos por professor e o não e enquadramento dos professores de 1º e 2º graus na carreira do magistério superior⁶⁴⁸.

Sem dúvida, a conquista parcial da pauta de reivindicações representou grande vitória do movimento sobre a política de reestruturação universitária pela lógica do mercado e, até mesmo, das condições de salário e de trabalho dos trabalhadores.

⁶⁴⁶ ANDES CNG. A Greve dos Docentes das Universidades Federais em Defesa da Universidade Pública e Gratuita – (25/03 – 06/05/87). Brasília, 07/05/1987, p. 2.

⁶⁴⁷ Idem, Ibidem.

⁶⁴⁸ Idem, Ibidem.

Diante desse quadro o movimento suspendeu a greve, que durou de 25 de março a 06 de maio de 1987, embora fosse clara a divisão do movimento em torno da contraproposta apresentada pelo MEC:

Pela primeira vez desde o início da greve, não houve uma posição unânime por parte das AGs. Isto refletia o fato de que, dessa vez, o ministério cedia parcialmente a uma parte de nossa pauta, associado à progressiva agudização da crise econômica e política, levou a que um considerável número de AGs – aproximadamente o mesmo das que propunham a continuidade – indicassem a suspensão da greve⁶⁴⁹.

Ademais, setores que apoiaram a greve, como o CRUB e a FASUBRA, davam sinais que não estavam mais dispostos a fazê-lo, conduzindo o CNG ao encerramento da greve para não perder a unidade:

Os docentes chegaram majoritariamente à conclusão de que a greve atingira, naquele momento, o seu apogeu, o seu máximo de força. A luta pela universidade pública e gratuita de modo algum poderia se esgotar com a atual greve, uma vez que permanecem no MEC e no governo uma concepção e uma política voltadas contra ela, a favor da privatização da produção do saber no país⁶⁵⁰.

Tal avaliação, em momento de grande acúmulo de forças, interferiu significativamente nos resultados antes apontados da greve, evitando retrocessos ao movimento.

Na avaliação da diretoria da ADUnB⁶⁵¹ a greve significou uma denúncia ampla das práticas da “velha” e da “nova” repúblicas de destruição da universidade pública, durante a instalação do Congresso Constituinte. Ao mesmo tempo, a AD demonstrava que havia incertezas se a greve conseguiria ser construída nacionalmente.

A AD que deflagrou a greve julgou insuficiente a articulação entre a greve nacional e o Fórum Nacional da Educação na Constituinte⁶⁵². E, como vitória, a ampliação do movimento, que pela primeira vez, foi capaz de realizar uma greve conjunta de todo o setor de IES federais:

Fomos apoiados por amplos setores da sociedade civil: alunos, funcionários,

⁶⁴⁹ Idem, Ibidem, p.3.

⁶⁵⁰ Idem, Ibidem.

⁶⁵¹ ADUnB. Avaliação da Greve, 13-05-1987.

⁶⁵² Idem, Ibidem, p. 2.

parlamentares, sindicatos e associações, partidos políticos, segmentos não organizados da sociedade civil, entidades científicas e de pesquisa. O peso desse apoio ficou vivamente expresso no evento em que nada menos do que 28 parlamentares se dirigiram ao ministro da educação, forçando a reabertura das negociações, truculentamente encerradas pelo ministério. Nesse evento o suporte dos reitores foi igualmente decisivo. Não restou outra saída ao Ministério do que retroceder e atender em condições mais favoráveis as reivindicações dos docentes, chegando o presidente da república a autorizar pessoalmente a proposta do MEC⁶⁵³.

O documento da ADUnB é encerrado com uma reflexão cara ao movimento docente, a reposição ou não de aulas. Alvo de tensionamentos ao final da greve entre o movimento e o MEC, a questão da reposição de aulas era analisada à luz de suas possíveis consequências no futuro das negociações. Assim, a AD indicou como propostas o cancelamento do semestre, a reprogramação curricular e a reposição parcial para debate na base do movimento.

A efervescência em torno da greve levou a ANDES a planejar o *Seminário Greve como instrumento de luta: questões organizativas e política*, em agosto de 1987, a fim de reconstituir e analisar a memória das greves do MD nos setores estadual, particular e federal⁶⁵⁴.

Lutas como o “Dia Nacional de Paralisação” ocorreram para denunciar o processo de relegar, à segundo plano, as reivindicações sociais no processo da Constituinte⁶⁵⁵.

No setor das Estaduais, ações da ADFURRN, ADUEM, ADCESP, ADUFS, ADUSB, ADUSP, ADUEL e ADUNICAMP fortaleciam a oposição às respectivas variações nos estados da política geral do governo. Nas Particulares, a luta dava-se em torno da criação de comitês de defesa ao direito de organização e expressão, bem como a definição de estratégias políticas e de um plano de carreira.

Após a conquista docente da Isonomia Salarial, nos marcos do Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos (PUCRCE), com a greve (lei 7596 de 10/04/1987), o MEC criou a Gratificação Individual de Produtividade de Ensino

⁶⁵³ Idem, Ibidem, p. 2.

⁶⁵⁴ Conforme Ofício Circular (nº012/21/08/1987) de convocação às ADs, encaminhado pela Regional Rio de Janeiro.

⁶⁵⁵ ANDES. Boletim da ANDES, nº 32, set/1987.

(GRIPE) a ser implantada nas IFES, através do Decreto nº96.664, de 23/07/1987, como forma de retomar o projeto GERES.

A primeira avaliação do decreto, realizada pela ADUFPB, lançou o “Manifesto aos Docentes”⁶⁵⁶ avaliando a conjuntura e, particularmente, os efeitos do projeto do governo, a GRIPE.

Segundo o documento, a GRIPE representava um ataque à indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão nas Universidades, ao estabelecer o adicional de 20% para os docentes com 14 horas-aula por semana, reduzindo a universidade à escolas de 3º grau; baseava-se em procedimentos clientelistas para a concessão de turmas aos docentes; e atacava a unidade do movimento docente, pois cada universidade deveria decidir sobre a adesão à gratificação em seus colegiados.

Para o presidente da ANDES, Newton Lima Neto,

através da GRIPE, procede-se a uma racionalização de recursos através de um investimento menor (20% de incremento salarial para aqueles que se propõem a ministradores de aulas), contornando assim o grave problema da oferta repesada de disciplinas nas IFES que vem ocorrendo em função da sistemática proibição de contratação de pessoal, cuja revogação foi um dos eixos da greve nacional realizada pelos docentes do ensino superior no 1º semestre deste ano⁶⁵⁷.

Nessa direção, o *Manifesto contra a GRIPE*⁶⁵⁸ propunha aos colegiados das universidades a recusa à adoção da GRIPE e do regime de 40h semanais sem Dedicção Exclusiva, bem como a exigência de que os 20%, fossem incorporados aos salários de todos os docentes das IFES, em nome da isonomia plena.

Nesse momento, o debate em torno da especificidade do trabalho intelectual ganhou a centralidade no interior do movimento pela proposta de avaliação do trabalho docente. No entanto, a problemática vinha sendo discutida, desde o 6º Congresso, no que tocava o debate sindical de filiação à CUT, uma vez que a identidade de trabalhador intelectual era um dos aspectos que obstaculizava a filiação à CUT⁶⁵⁹, na avaliação da direção da ANDES, ao buscar uma resposta às dificuldades de decisão sobre a filiação a uma central:

⁶⁵⁶ ADUFPb. Manifesto aos Docentes. João Pessoa, 06/08/1987.

⁶⁵⁷ NETO, Newton Lima. O Movimento Docente e a GRIPE. São Carlos, 15/08/1987.

⁶⁵⁸ ANDES. Boletim da ANDES, ano VII, nº 32, setembro/ 1987, p.6.

⁶⁵⁹ Cabe destacar que, no processo de disputa de filiação a uma central sindical, delegados que defendiam pessoalmente a filiação à CUT votaram de acordo com as deliberações de suas AGs, em muitos casos contrárias a filiação à CUT, conforme as declarações de voto de Congressos e CONADs.

Por um lado acreditamos que falta clareza ao conjunto dos docentes de seu caráter de trabalhador intelectual e das implicações que esta condição traz na sua relação com o conjunto dos trabalhadores. Como conseqüência desta falta de compreensão as ADS, na prática, não mantêm relações construtivas e ativas com o conjunto do movimento sindical. Neste semi-isolamento, cronogramas de debates sobre sindicalismo, especificamente sobre Centrais Sindicais e filiação a uma delas não conseguem atrair os docentes em número significativo nem são eficientes para levar com clareza a uma decisão. Acreditamos que na medida em que as Ads se engajarem ativamente nas instâncias sindicais regionais serão criadas condições para se estabelecerem debates concretos sobre o movimento sindical e as diferenças existentes entre as duas Centrais⁶⁶⁰.

Com relação ao primeiro ponto, a ANDES organizou dois seminários nacionais sobre avaliação da Universidade e definiu a pauta das lutas necessárias a nova conjuntura do país e contrárias ao projeto de Reestruturação da Universidade - em suas sucessivas aparições, posteriormente sintetizadas no VII Congresso da entidade, em 1988.

Com relação ao debate sindical, a greve geral de agosto de 1987, recolocou, na experiência das lutas concretas, a necessidade da inserção do movimento docente nas organizações de classe dos demais trabalhadores. Nesse sentido a circular da ANDES, de 05 de agosto de 1987, encaminhada ao conjunto das ADs, reafirma:

a necessidade de integrarmos as lutas mais específicas nas lutas gerais da população trabalhadora, definindo como eixos fundamentais da greve a luta contra o arrocho salarial, a sangria da dívida externa e a subserviência ao FMI e banqueiros internacionais; a luta pelas propostas populares na Constituinte, em particular o Ensino Público e Gratuito, e eleições diretas para presidente com um programa mínimo de avanço da democracia social, econômica e política, pautado pelas reivindicações históricas dos trabalhadores brasileiros⁶⁶¹.

Para tal,

por deliberação das Centrais, a greve do dia 20 deve envolver não só o movimento sindical, mas também outros segmentos progressistas do movimento popular: estudantes, donas de casa, organizações de bairros e moradores, partidos

⁶⁶⁰ ANDES. Relatório Final do VI Congresso. Goiânia, 25 a 31 de janeiro de 1982, p.56.

⁶⁶¹ ANDES. Circular nº 023/1987. São Paulo, 5 de agosto de 1987, p.1.

políticos⁶⁶².

De fato, o movimento buscava avançar no indicativo, realizado no início do ano, na ocasião do 6º Congresso, de filiação à CUT por entender que “hoje a ANDES identifica-se em grande parte com o conjunto de práticas, bandeiras e análise política da Central Única dos Trabalhadores”⁶⁶³.

Os setores mais próximos à CGT, no entanto, questionaram a deliberação congressual e classificaram como manobra, partidarização e aparelhamento político o indicativo realizado nas instâncias de decisões coletivas da entidade.⁶⁶⁴

O distanciamento da ANDES da CGT, a outra possibilidade de filiação analisada pela base do movimento, no entanto, dizia respeito ao apoio da CGT à Nova República e ao Pacto Social, a ida ao Colégio Eleitoral, à Constituinte Congressual e ao Plano Cruzado. Nesse sentido, não restavam mais dúvidas quanto à cisão do movimento sindical e esta concepção enfraquecera-se no interior do sindicato, desde a primeira disputa eleitoral da entidade.

III.1.5 O ANDES, um sindicato nacional combativo e cutista

O ano de 1988 seria marcado por debates relacionados à organização interna do movimento docente, como a filiação à CUT e às organizações internacionais, bem como por aqueles que mobilizavam o conjunto da sociedade, a Constituinte, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e a chamada transição democrática.

As deliberações do 7º Congresso apontavam essa pauta ampliada: luta cotidiana na constituinte, na campanha salarial, nas eleições diretas em 1988 e na reestruturação e democratização da universidade e da política educacional em geral⁶⁶⁵. Para o encaminhamento de tais lutas, a ANDES estava organizada no Fórum Nacional em Defesa do Ensino Público e Gratuito na Constituinte e na coordenação da Frente Nacional de Entidades Democráticas, Sindicais e Populares em Defesa dos Direitos do Povo na Constituição, esta última, composta por cerca de trezentas entidades de todo o país, objetivava contrapor-se aos conservadores organizados no “Centrão”.

⁶⁶² Idem, Ibidem.

⁶⁶³ Idem, Ibidem.

⁶⁶⁴ Idem, Ibidem.

⁶⁶⁵ Boletim da ANDES, nº 35, abril, 1988, p.03.

Durante a gestão de 1988-1990⁶⁶⁶, cujo presidente foi Sadi Dal Rosso, da ADUnB, o movimento debateu a filiação à CUT, a transformação da associação em sindicato e o significado de tais opções.

A elaboração do *Caderno ANDES n° 5: A questão sindical*, “instruiu a rodada nacional de assembléias sobre a questão sindical no final de novembro de 1987”⁶⁶⁷ garantindo que o debate em torno da filiação ocorresse e que, em janeiro de 1988, o movimento deliberasse pelo indicativo de filiação à CUT, remetendo ampla discussão à base do MD para deliberação final deste indicativo no 8º Congresso da ANDES; pela prioridade da participação da ANDES nos eventos da CUT e o estreitamento das ligações entre as duas entidades, através da participação de delegação da ANDES no Congresso nacional da CUT a ser realizado em agosto/88⁶⁶⁸.

O 7º congresso também teve como indicativo a filiação à FISE e/ou CMOPE⁶⁶⁹. O debate em torno dessas filiações estendeu-se pelos grupos mistos do congresso, sendo determinante para a filiação às entidades internacionais as experiências de apoio das mesmas às mobilizações da ANDES.

Aprovada pelo Congresso Constituinte a possibilidade de organização dos servidores públicos enquanto sindicato a entidade convocou o 2º Congresso Extraordinário para debater e decidir pela forma de organização da entidade.

O indicativo aprovado pelo XVIII CONAD de criação do Sindicato Nacional dos Docentes das IES não foi o único apresentado ao 2º Congresso Extraordinário.

⁶⁶⁶ Diretoria eleita em chapa unitária. Gestão 1988/1990: Presidente: Sadi Dal-Rosso (UNB), Primeiro vice-presidente: Carlos Eduardo Malhado Baldijão (USP), Segundo vice-presidente: Maria da Glória Ribeiro da Silva (USU), Suplente de Presidência: Tanira Margarete Piascentini (UFSC), Secretário Geral: Sílvio Frank Alem (UFPB/JP), Primeiro Secretário: Vanderli Fava de Oliveira (UFJF), Segundo Secretário: Márcia Serôa (UFAM), Suplente de Secretaria: Carlos Peraro Filho (UFPa), Primeiro Tesoureiro: Marco Antônio Sperl de Faria (UNIMEP), Segundo Tesoureiro: Eliane Novato Silva (UFNG), Suplente Tesouraria: Maria Clóris Magalhães Almeida (UFRRJ), Vice-Presidências Regionais: Norte: Mário Cardoso (UFPa), Suplente Norte: Humsilka Maria ° de Amorim (AFRo), Nordeste I: Yacy Mendonça de Almeida (UFC), Suplente Nordeste I: José Neuburgo de Oliveira (UFPi), Nordeste II: Maria Luiza Martins Aléssio (UFPe), Suplente Nordeste II: Vera Lúcia do Amaral e Silva (UFPb-JP), Nordeste III: Dan Oliveira Santana (UEBa), Suplente Nordeste III: Gilsa Luiza da Mota Gomes (UFS), Centro-Oeste: Nicanor Palhares Sá (UFMAT), Suplente centro-Oeste: Nicanor Palhares Sá (UFMAT), Leste: Fábio Corrêa Dutra (UFES), Suplente Leste: Edilamar Rezende (UFU), Rio de Janeiro: Jorge Máximo de Souza (UFRJ), Suplente Rio de Janeiro: Deise Mancebo (UERJ), São Paulo: Pedro Paulo R. Monteleone (EPM), Suplente São Paulo: Edmundo Fernandes Dias (UNICAMP), Sul: Marcos de Toledo Tito (UEL), Suplente Sul: Luís Carlos Pinheiro M. Filho (UFSC), Rio Grande do Sul: Luiz Paiva Carapeto (UFPel), Suplente Rio Grande do Sul: Marino Ledur (PUC-RS).

⁶⁶⁷ Idem, *Ibidem*.

⁶⁶⁸ ANDES. Relatório Final do VII Congresso. Juiz de Fora, 24 a 30 de janeiro de 1988, p.48.

⁶⁶⁹ Federação Internacional Sindical de Ensino e Confederação Mundial de Organizações de Profissionais de Ensino, respectivamente.

Havia três posições em disputa, a apresentada pela ADUFF e ADUFS-BA, a da ADUFRJ e a do XVIII CONAD.

A ADUFF e ADUFS-BA defendiam a “transformação da ANDES em Sindicato dos Trabalhadores nas Instituições de Ensino Superior (SINTIES), visando, no próximo passo, a constituição de um Sindicato dos Trabalhadores na Educação”⁶⁷⁰. As ADs argumentavam que a luta pela transformação da sociedade brasileira não se restringia ao movimento docente. Este, por sua vez, deveria superar o corporativismo e o elitismo e buscar uma articulação mais sólida com o conjunto dos trabalhadores, ultrapassando os limites da categoria profissional⁶⁷¹.

Já a ADUFRJ apresentou a proposta de adiamento da decisão em torno da sindicalização, a fim de ampliar a discussão na base com a participação dos SINPROs.

A proposta do CONAD, *Direito de Sindicalização do Funcionalismo Público – Uma Proposta para a ANDES*, argumentava que a sindicalização poderia unificar os docentes do ensino superior:

A nível interno, apesar das dificuldades encontradas, a ANDES já conseguiu avanços importantes como a unificação do movimento das Autarquias e Fundações Federais e o crescimento e aprofundamento na organização do setor das estaduais. No setor das particulares, as dificuldades de organização ainda são grandes, em função da repressão existente, da inexistência da carreira docente e da contratação por regime de tempo de trabalho, entre outros. Ademais, não sendo a ANDES um sindicato, os professores do ensino privado, por imposição de lei, filiam-se aos sindicatos de professores de 1º e 2º graus da rede privada, com base municipal ou regional, obstaculizando uma atuação unificada⁶⁷².

O CONAD defendia a criação do Sindicato Nacional dos Docentes do Ensino Superior, Público e Privado em oposição ao sindicalismo corporativo brasileiro, sem caráter federativo e com ampla democracia interna. Nesse sentido, o sindicato manteria as instâncias de deliberações e as formas de representação da ANDES, as Assembleias de base (ADs), os CONADs e o Congresso, assim como a representação de base para o Congresso.

⁶⁷⁰ ANDES. Relatório Final do II Congresso Extraordinário. Rio de Janeiro, 25 a 27 de novembro de 1989, p.55.

⁶⁷¹ Idem, Ibidem.

⁶⁷² Idem, Ibidem, p 57.

O CONAD já havia discutido a proposta da ADUFF e ADUFS-BA e contrapunha-se a ideia de uma unidade de interesses entre os docentes e os funcionários:

a nível nacional houve cinco greves docentes e quatro de funcionários e nenhuma delas foi unitária. A dinâmica dos dois movimentos é distinta da mesma forma que suas especificidades. Não descartamos a possibilidade de vinculação orgânica dos dois movimentos no futuro, mas consideramos que o fato de termos nos organizado em entidades distintas em cada Universidade (excetuando Maringá) e a nível nacional não foi gratuito. Isto aconteceu em função de uma série de fatores que decorrem de uma postura com forte conteúdo elitista da Universidade que não se supera pelo simples direito à sindicalização⁶⁷³.

Discutida nos Grupos Mistos a proposta de criação do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior através da transformação da Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior (ANDES) foi aprovada com mais de 80% de votos favoráveis: 187 votos a favor, 23 contrários e 12 abstenções⁶⁷⁴.

No VIII Congresso, os delegados afirmavam que a criação do sindicato nacional ratificava a sua estrutura democrática e autônoma:

Criado após um exaustivo e democrático processo de discussão e deliberação, o novo sindicato já está devidamente registrado em Cartório e tem sua documentação depositada no Ministério do Trabalho desde o dia 21 de dezembro de 1988. Possui a ANDES-SN uma estrutura extremamente democrática. Caso único no sindicalismo brasileiro, as Ads Seções Sindicais elegerão suas diretorias, terão seus próprios regimentos, definirão seus órgãos colegiados; têm como instância máxima suas Assembléias e mantêm seu patrimônio. É, além disso, a Seção Sindical que delega (ou não) à diretoria da ANDES-SN o direito de negociações em seu nome (e não ao contrário, como é usual)⁶⁷⁵.

A filiação à CUT, no VIII Congresso, concluía uma fase do debate da sindicalização do movimento docente e manifestava a sua vinculação ao conjunto da classe trabalhadora organizada:

Construída a partir da experiência concreta da luta democrática e profissional,

⁶⁷³ ANDES. Relatório Final do II Congresso Extraordinário. Rio de Janeiro, 25 a 27 de novembro de 1989, p.62.

⁶⁷⁴ Idem, Ibidem, p. 29.

⁶⁷⁵ Idem, Ibidem, p. 54.

estruturada horizontalmente a partir dos locais de trabalho, a ANDES-SINDICATO NACIONAL ultrapassa os limites do corporativismo. Não reconhece no patrão e na disciplina do capital, público e privado, o elemento de sua estruturação. Não se limita a apenas tentar vender em melhores condições a força de seu trabalho universitário, nem coloca como único horizonte as condições do exercício da profissão. É seu projeto construir, com os demais setores populares e democráticos, uma proposta e uma prática de educação nacional voltada para os interesses da maioria da população⁶⁷⁶.

A conjuntura nacional anunciava as dificuldades e a necessidade do recrudescimento das lutas com a crise do governo Sarney, após os planos econômicos, em particular, o Plano Verão:

A classe trabalhadora brasileira não aceitou o engodo do Pacto Social; a partir da acumulação de forças iniciada no setor público, ainda em 1988, a mobilização ganhou a adesão de segmentos massivos da população na greve geral de março. Governo e patrões tiveram de admitir discutir não apenas uma futura política salarial, mas a reposição de perdas salariais derivadas do Plano Verão. O fato do governo mais uma vez curvar-se às exigências patronais no que diz respeito a esta questão, mostra quanto de luta têm ainda os trabalhadores que enfrentar⁶⁷⁷.

A Greve Geral, de 14 e 15 de março, com adesão total das IFES, demonstraria a insatisfação da classe trabalhadora com os rumos do país.

Diante do quadro que se configurava novo indicativo de greve não tardaria a ocorrer. Em 12 de junho de 1989, o movimento entraria em nova fase de confronto com o governo, contando com 38 IFES em greve, movimento estudantil (UNE) em greve em 17 IFES e a paralisação de funcionários em 43 delas⁶⁷⁸.

A pauta exigia reivindicações anteriores do movimento docente, tais como, verbas para as IFES; verbas para o sistema de ciência e tecnologia; melhorias salariais; aposentadoria integral; contratação de professores e plano único de carreira para os professores de 1º, 2º e 3º graus das IFES.

Com a participação de setores mais amplos da comunidade universitária, o *Movimento Nacional em Defesa da Educação Pública, Ciência e Tecnologia* colocou

⁶⁷⁶ ANDES. Relatório Final do VIII Congresso. São Paulo, 14 a 18 de fevereiro 1989, p.55.

⁶⁷⁷ Idem., Ibidem.

⁶⁷⁸ Boletim Extra da ANDES, n° 40, maio de 1989.

nas ruas, através de caravanas, atos públicos e sessão especial de educação na câmara dos deputados a resistência às fundações de apoio às IFES, ao projeto GERES e à demarcação de centros de excelência no interior dos sistemas público superior.

A atuação da UNE foi considerada, tanto nas avaliações do CNG da ANDES, quanto do CNG da UNE, uma importante novidade da greve, pois “foi a primeira vez, desde o advento da Nova República, que a UNE, foi para a mesa de negociações com o MEC não numa posição de aliada (como em 1985 e 1986), mas numa posição de independência política e de combatividade⁶⁷⁹”.

O apoio parlamentar, materializado através de 300 assinaturas do abaixo-assinado do movimento unificado, fez com que o MEC abrisse uma rodada de negociações através da Secretaria de Ensino Superior (SESu). Como resultado das negociações foi obtido: mais verbas, contratação de 760 professores, ampliação do adicional de titulação sobre o salário - que representou pequena conquista na questão salarial. O movimento encerrou a greve nesse quadro.

Na contramão da discussão supracitada da criação de um sindicato unificado dos trabalhadores das IFES, a articulação com a FASUBRA foi considerada um avanço da interrelação entre docentes e técnico-administrativos, colocando a luta pela universidade pública em patamar superior dado o aprofundamento das lutas dos servidores públicos federais⁶⁸⁰.

III.1.6 Da ANDES ao ANDES: considerações sobre a década de 1980

A década de 1980 foi extremamente profícua ao movimento docente do ensino superior. As mobilizações - na forma de paralisações e de greves - cresceram, muitas ADs foram fundadas⁶⁸¹, outros ENADs e CONADs foram sediados em diferentes

⁶⁷⁹ UNE. Greve nas Federais: Elementos para uma avaliação. CNG da UNE. 1989, p. 05.

⁶⁸⁰ ANDES. Greve de 1989 – Setor das Federais: Contra a Destruição da Universidade Pública. Brasília, s/d, p. 5.

⁶⁸¹ Por exemplo, a ADUFERPE- Associação dos Docentes da Universidade Federal Rural de Pernambuco, APROFURG- Associação dos Professores da Universidade do Rio Grande do Sul, ADUEL- Associação dos Docentes da Universidade Estadual de Londrina/PR; ADUCSAL- Associação dos Docentes da Universidade Católica de Salvador/BA; APUD -Associação dos Professores de Diamantina/MG, 1983; ADUNIR- Associação Docente da Universidade Federal de Rondônia/RO; ADUA -Associação dos Docentes da Universidade do Amazonas; ADUC- Associação dos Docentes Universitários de Cascavel/PR; APUC – Associação dos Professores da Universidade Católica do Paraná, 1983; ADFOP- Associação dos Docentes da Universidade Federal de Ouro Preto; ADUI –Associação dos Docentes da Universidade de Ijuí; ADFUNREI- Associação dos Docentes da Fundação Ensino Superior

estados, com ampliação da participação, até que a luta em torno da regulamentação do direito de sindicalização dos servidores públicos foi vitoriosa e o direito, garantido na Constituição da República de 1988, possibilitou o debate e a transformação da ANDES em sindicato nacional, pelo movimento docente.

Com efeito, o processo de sindicalização do movimento docente do ensino superior levou o ANDES a filiação à CUT, no ano seguinte, durante o VIII Congresso Nacional.

Para a filiação à CUT em 1989, a direção do movimento docente enfrentou os dilemas de uma organização ciosa de sua combatividade e funcionamento democrático, mas também a questão da identidade na base do trabalho intelectual. Tal fato demonstra que a entidade não estava alheia à organização da classe trabalhadora brasileira, como vimos, mas que a sua identidade de classe estava sendo forjada nos debates e embates internos à entidade e, também, na participação dos CONCLATs.

Em poucas palavras, a ANDES refletia, nesse momento, sobre a sua identificação com as classes trabalhadoras, se de solidariedade ou de pertencimento.

Ao final de década de 1980, o agora ANDES-SN apresentava-se sob a forma-sindicato e organizado dentro da maior e mais combativa central sindical de trabalhadores do país - a CUT. Para a entidade, a identidade com a classe trabalhadora estava construída, sob um novo patamar da luta sindical e política, materializada através dessa filiação.

O combate ao conjunto de políticas que compuseram a proposta de privatização da universidade brasileira via Reestruturação da Universidade foi o polo aglutinador dos docentes em nível nacional. A partir de tal experiência, o movimento avançou organizativamente e politicamente na direção de uma entidade que não só dispensava a tutela do Estado, mas o combatia, inclusive formulando políticas para a universidade e a educação.

Nesse sentido, o movimento docente conquistou a isonomia, impediu - momentaneamente - o avanço dos projetos privatistas e inscreveu, na Constituição de 1988, os artigos da gratuidade, da autonomia e da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

de São João del Rey; ADCEFET-MG – Associação dos Docentes do CEFET-MG, 1988; ADUNEMAT- Associação dos Docentes da FCEC de Cáceres/MT. (Cf. DONATONI, 1999, p. 167).

III.2 DAS POLÍTICAS NEOLIBERAIS À REORGANIZAÇÃO DA CLASSE

O ANDES e as políticas neoliberais:

Da mesma forma que o recorte temporal da pesquisa, em seu período inicial, não coincidiu exatamente com a demarcação de calendário da década de 1980, mas circunscreveu-se aos anos de 1979 a 1989, um novo período foi aberto, para o movimento docente, com a vitória dos setores dominantes, expressa na eleição de Fernando Collor e a derrocada do programa democrático-popular organizado em torno da campanha de Luiz Inácio Lula da Silva. De tal forma que podemos afirmar que a etapa neoliberal tem início no ano de 1990.

Ao final da década de 1980, o ANDES havia se construído como entidade sindical de novo tipo, através de um longo processo de articulação das lutas específicas, de grande capacidade de formulação no que se refere às políticas educacionais, bem como em relação ao debate em torno da organização da classe trabalhadora. No manifesto de filiação à CUT, os docentes militantes do ANDES assumiam plenamente a sua condição de trabalhadores⁶⁸². O processo eleitoral para a Diretoria do ANDES⁶⁸³, em 1990, assegurou a vitória da corrente sindical ANDES Autônoma e Democrática (ANDES-AD)⁶⁸⁴.

A relação do ANDES com a FASUBRA também começou a se alterar, de tal maneira que, na década seguinte, a de 1990, a maioria das greves teve início unificado das categorias de servidores públicos das IFES. Cabe destacar que a polêmica com a FASUBRA não passava apenas pelos aspectos anteriormente expostos pela ADUFF e ADUFS-BA, de elitismo dos docentes, mas também pelo caráter sindical daquela entidade que, ao optar pelo sindicato de base local e a federação nacional, se construiu

⁶⁸² Cf. ANDES-SN. Boletim do ANDES, nº 39. 1989.

⁶⁸³ Composição da diretoria para o biênio 1990-1992: Presidente: CARLOS EDUARDO MALHADO BALDIJÃO; 1º Vice-Presidente: PAULO MARCOS BORGES RIZZO; 2º Vice-Presidente: MARCO ANTÔNIO SPERL DE FARIA; Suplente da Vice-Presidência: NATANAEL ROHR DA SILVA; Secretário Geral: LUIZ PAIVA CARAPETO; 1º Secretário: EDILIMAR REZENDE; 2º Secretário: ROBERTO LOPES DE ABREU; Suplente da Secretaria: ROSEMARY CONTI; 1º Tesoureiro: SYLVIO QUEZADO DE MAGALHÃES; 2º Tesoureiro: EDNA VALIM; Suplente de Tesouraria: DAN OLIVEIRA SANTANA. Ver a composição completa da diretoria nos anexos.

⁶⁸⁴ Na década de 1990 a corrente reunia majoritariamente os militantes do PT e da corrente Convergência Socialista, que em 1994, funda o Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU). Além de integrar a corrente sindical militantes "independentes".

em torno do modelo da estrutura sindical oficial, ainda que não a integrasse juridicamente⁶⁸⁵.

Na Plenária dos Servidores Públicos Federais (SPFs), ocorrida no Rio de Janeiro, em novembro de 1990, o movimento afirmava:

Pela primeira vez os docentes das IFES estão patrocinando uma campanha salarial unificada. A unificação dos Servidores Federais nesta campanha é fundamental para o enfrentamento com o governo Collor. Esta unificação exige, em primeiro lugar a unidade interna nas universidades entre docentes e servidores combinando a luta com as exigências de verbas e autonomia⁶⁸⁶.

Os SPFs ampliaram a sua atuação conjunta através do Comando de Servidores Públicos Federais, composto por ANDES-SN, FASUBRA, FENASPS⁶⁸⁷, AFI-Ipea⁶⁸⁸, CSPB⁶⁸⁹, na luta pelo Regime Jurídico Único (RJU).

A vitória da aprovação do projeto de lei nº 4058/89, sobre o RJU, na Câmara dos Deputados, por unanimidade, e, no senado, por acordo, seria uma exceção neste novo período, cujas conquistas seriam alvo de posteriores ataques governamentais:

O projeto aprovado garante entre outros pontos aposentadoria integral, estabilidade, representação sindical, negociação coletiva, ajuizamento individual e de toda a categoria junto à justiça do trabalho, licença-prêmio (por assiduidade) de 3 meses a cada 5 anos⁶⁹⁰.

Como pauta de reivindicações da campanha salarial da data-base de 1991 permanecia as lutas por autonomia, verbas, salários, contratações, carreira, aumento de vagas nas IFES e democratização da universidade⁶⁹¹.

No campo das reivindicações específicas, o avanço das conquistas trabalhistas na educação superior – tais como a aprovação no Congresso Nacional da Medida

⁶⁸⁵ A hegemonia da estrutura sindical oficial transpunha mesmo a configuração jurídica das entidades, uma vez que mesmo as entidades que não poderiam legalmente organizar-se sob a forma sindical, tinham naquele modelo a sua referência organizacional. A Federação de Sindicatos de Trabalhadores das Universidades Brasileiras (FASUBRA-Sindical) foi fundada em 19 de dezembro de 1978 sob a denominação de "FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES DE SERVIDORES DAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS".

⁶⁸⁶ ANDES-SN. INFORMA ANDES, nº1, novembro de 1990, p.1.

⁶⁸⁷ Federação Nacional dos Sindicatos de Trabalhadores em Saúde, Trabalho, Previdência e Assistência Social.

⁶⁸⁸ Associação dos Funcionários do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

⁶⁸⁹ Confederação dos Servidores Públicos do Brasil.

⁶⁹⁰ Idem, Ibidem, p. 4.

⁶⁹¹ ANDES-SN. Informa Andes, nº 1, novembro de 1990.

Provisória nº268, assegurando férias de 45 dias, aos docentes das IFES, extinção da GRIPE, manutenção do abono pecuniário e modificações na estrutura das funções comissionadas – rapidamente receberiam, por parte do governo de Collor, propostas de revisão constitucional. Com efeito, a equipe econômica do governo, que já havia iniciado o ataque ao funcionalismo público colocando em “disponibilidade” um contingente significativo de servidores federais (medida que por conta da resistência da comunidade interna não foi estendida às Instituições Federais de Ensino Superior), propôs a antecipação da reforma constitucional para o ano de 1992. Um dos ajustes constitucionais no setor público, pretendido pelo ministério da economia, visava a introdução do ensino pago nas universidades. A privatização, segundo o discurso governamental, permitiria um salto na educação básica, uma vez que “hoje quase 80% dos recursos para Educação são consumidos pelas universidades”⁶⁹². Outro ponto destacado pelo governo referia-se à estabilidade do servidor como fator impeditivo da modernização da máquina administrativa⁶⁹³.

As lutas em torno, primeiro, da constituinte e, depois, da LDB, organizadas pelo Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública (FNDEP), configuraram-se como polo aglutinador de diversos setores para a formulação de um projeto de educação alternativo àquele privatista e interessado - na acepção gramsciana - do Capital, acima destacado. Em um primeiro momento da disputa por projetos antagônicos de educação, o FNDEP garantiu que o projeto de elaboração coletiva não fosse descartado pelo Congresso Nacional. Contudo, a relatora, deputada Sandra Cavalcanti, histórica representante do conservadorismo no Congresso Nacional, apresentou parecer contrário a muitas das posições defendidas pela ANDES-SN e pelo Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública no processo de tramitação da LDB⁶⁹⁴.

De fato, a política privatista para a educação superior ganharia corpo e agilidade, através da elaboração, pelo ministro Carlos Chiarelli, da proposta “*Uma nova política para o Ensino Superior*” que integrava o “Projeto de Reestruturação Nacional”. Em especial, o lócus da reforma eram os artigos 206 e 207 da Constituição Federal, que versavam sobre a autonomia universitária. Através da PEC-56/91 o governo pretendia criar uma nova figura jurídica, com autonomia financeira e de recursos humanos, inclusive para contratação de servidores fora do RJU. Esboçavam-se assim, com pouco

⁶⁹² ANDES. Informa Andes, nº 3, dezembro de 1990, p.4.

⁶⁹³ Idem, Ibidem.

⁶⁹⁴ ANDES. Informa Andes, nº 3, dezembro de 1990, p.2.

mais de dois anos da aprovação da Constituição de 1988 e de três anos da conquista da isonomia, um conjunto de propostas destinadas a por fim tanto às conquistas de plano de carreiras e salários da categoria, quanto de garantias do caráter público das Universidades. A década de 1990 assistiria a muitas outras investidas governamentais com o mesmo sentido. Em torno delas se deram as maiores lutas docentes naquele período.

III.2.1 A Greve dos 100 dias contra a privatização da universidade pública

A necessidade de unificação dos servidores federais colocou-se como um ponto nodal na defesa dos serviços públicos e contra o desmonte do Estado pela política neoliberal. Contudo, desta necessidade premente surgiu um balanço do movimento docente sobre o caráter da relação com os demais servidores, a partir da criação da Confederação Democrática dos Servidores Federais (CONDSEF), que ocorreu no final de agosto de 90 e reacendeu o debate sobre a estrutura sindical, em particular no interior da CUT⁶⁹⁵.

A proposta de uma entidade intermediária entre o ANDES e a CUT, mais próxima do modelo confederativo da estrutura oficial, era combatida:

A conquista do direito de sindicalização dos servidores públicos na Constituição a partir de 1988 possibilitou o surgimento de diversos sindicatos dentre eles a ANDES-SN. As formas de organizar estes sindicatos (que categorias englobar, tamanho de base, etc) foram debatidas já em 88 e a ANDES definiu sua proposta em respeito a liberdade e autonomia sindicais que significa o direito dos trabalhadores se organizarem livremente, isto é, de acordo com sua vontade, e em consonância com a estrutura sindical definida pelo III CONCUR que se contrapõe a existência de federações e confederações estruturando os departamentos⁶⁹⁶.

O teor dos debates trazia à tona um posicionamento do ANDES à esquerda daquele que passaria a ser dominante no interior da CUT, que ganharia contornos cada vez mais intensos ao longo da década de 1990. Também no Congresso de Curitiba, após debate desde a fundação, o ANDES filia-se às entidades internacionais, Federação Internacional de Sindicato de Educadores (FISE), Confederação Mundial de

⁶⁹⁵ ANDES. Relatório Final do X Congresso. Curitiba, 18 a 23 de fevereiro de 1991, p. 104.

⁶⁹⁶ Idem, Ibidem.

Organizações de Profissionais de Ensino (CMOPE) e à Confederação de Educadores da América (CEA)⁶⁹⁷. Para o ANDES,

ao longo desses anos fomos discutindo e amadurecendo a necessidade de nos engajar nas lutas sindicais de todos os trabalhadores – a nossa filiação à CUT é prova cabal disso – e em particular nas lutas dos educadores em busca de uma escola comprometida com o desenvolvimento independente dos povos em busca de uma sociedade mais justa⁶⁹⁸.

A conjuntura de internacionalização da política neoliberal justificava a decisão congressual:

hoje, quando se observa a escalada da ideologia neoliberal no mundo, promovemos eventos com significativa participação de sindicatos docentes da América Latina recebendo relatos que nos dizem que a situação nesses países é igual à vivida no Brasil. Participamos de congressos e reuniões promovidas pelas centrais sindicais de educadores e não poderíamos ficar à margem desse luta, em busca de ideais idênticos aos nossos, empreendida pelos sindicatos de educadores do mundo⁶⁹⁹.

Nesse processo de consolidação de uma postura sindical classista, o ANDES posicionou-se a favor da CUT congregar os seus sindicatos através da organização pela base e não através da criação de uma estrutura legal com imposto sindical⁷⁰⁰ e pela retirada imediata da CUT, por intermédio do Departamento Nacional de Trabalhadores em Educação (DNTE), do Plano Nacional de Alfabetização e Cidadania (PNAC) do governo Collor.

Nessa direção, o texto de Política Educacional do X Congresso afirmava que a postura de colaboração da CUT com a política focalizada do governo colocaria em questão a sua autonomia em relação ao Estado, quando o papel de uma central sindical deveria ser:

refletindo sobre a situação educacional das classes trabalhadoras, formular uma proposta clara que contemple as reivindicações e necessidades de educação desse

⁶⁹⁷ ANDES. Informa ANDES, Extra. Brasília, 13 de março de 1991.

⁶⁹⁸ Idem, Ibidem, p.1.

⁶⁹⁹ Idem, Ibidem, p.1.

⁷⁰⁰ O ANDES-SN lançou a Campanha Nacional pela Extinção do Imposto Sindical, de acordo com as deliberações do VIII Congresso de lutar pela revogação do imposto sindical; recolher o imposto sindical e realizar a devolução à base, uma vez que o pagamento compulsório havia sido alvo de disputa judicial. Em causa aberta pela CONTEE, com o apoio de outros sindicatos, o STJ deu ganho de causa a ANDES-SN como a representação sindical dos docentes do ensino superior.

segmento da sociedade. E, com base nessa proposta, exercer sobre o Estado sua força de pressão para que ele, atendendo às reivindicações nela contidas, cumpra com o seu dever de oferecer a todos uma escola pública de qualidade⁷⁰¹.

Ao mesmo tempo, o ANDES encaminhou ao FNDEP a sua posição contrária à participação do DNTE/CUT na política de Collor e solicitou daquele um posicionamento público. Tais divergências com relação a determinadas deliberações da CUT revelariam a preocupação com os rumos da Central, em particular com o DNTE.

O Editorial do Boletim Informativo do ANDES⁷⁰², *Com 10 anos MD enfrenta luta difícil*, demonstraria o que a edição do Plano Collor II e o anúncio de medidas específicas para o serviço público significavam para a classe trabalhadora: “vive-se no país um clima de terror em que os trabalhadores enquanto contabilizam seus prejuízos são ameaçados de perdas ainda maiores. O futuro é incerto”⁷⁰³.

Em abril de 1991, foi realizado um segundo CONAD Extraordinário visando debater e combater o “Projeto de Reconstrução Nacional” e à “Proposta de uma Nova Política para o Ensino Superior”. No relatório final do CONAD, podemos verificar a dupla dimensão da política governamental de privatização para a educação que, por um lado se expressava na expansão da educação privada e, por outro, na privatização da educação pública:

Se o texto do MEC não pode ser chamado de Nova Política para o Ensino Superior não significa que o governo não tenha uma política para a Educação. Sua política está expressa no Projeto de Reconstrução Nacional. O MEC busca, na forma e no conteúdo, aplicar a política geral do governo que o leva a, por exemplo, omitir-se em relação à rede privada de ensino, deixando-a intocada nos seus interesses e abrindo possibilidades para sua maior expansão e consolidação no 3º grau. Ainda que o projeto afirme que “... as entidades particulares têm de merecer, fazer jus à delegação que recebem do estado de se apresentarem como agências de difusão do conhecimento humanístico-técnico-científico e de outorga de graus acadêmicos”, recusa-se o governo em tratá-lo como concessão do estado e exercer uma fiscalização efetiva para garantir sua qualidade. É importante ressaltar que o projeto para o ensino superior no país segue o receituário da Banco Mundial que, em recente visita de monitoramento, reiterou a tese do sistema educacional com base no ensino superior pago, projeto este que se tenta implementar no conjunto

⁷⁰¹ ANDES. Informa Andes. Extra X Congresso, 13 de março de 1991, p.6.

⁷⁰² ANDES. Informa ANDES, nº 4. Brasília, 05 de fevereiro de 1991, p.1.

⁷⁰³ Idem, Ibidem.

dos países da América Latina, como se fosse símbolo da modernidade. Não é. Na parte do planeta onde se observa um maior desenvolvimento econômico, científico, tecnológico, político e social a história, [é] bem diferente⁷⁰⁴.

Associadas à conjuntura adversa à classe trabalhadora - amplamente analisada nas publicações do sindicato como uma integração do país subordinada à ordem capitalista internacional - as lutas contrárias à política educacional de Collor culminaram na greve de maior duração, até aquele momento, da história do sindicato. As mobilizações que tiveram início com um Ato em Defesa da Universidade Pública e Gratuita, no Congresso Nacional, pela agilização da tramitação da LDB e o chamado à construção de GREVE GERAL para 22 e 23 de maio contra proposta do MEC de “Nova Política para o Ensino Superior”⁷⁰⁵.

O movimento docente posicionava-se contra o desrespeito do governo federal ao processo de tramitação da LDB e o pacote de medidas idealizadas pela política governamental para atingir as IFES, tais como a proposta de pagamento dos cursos, através de mensalidades ou de prestação de serviços – *serviço civil obrigatório* – pelos egressos das IFES com o suposto fim de restituição à sociedade do custo de seu ensino; a criação de um exame de qualificação profissional, para avaliar as IFES e desta forma definir os recursos financeiros a serem destinados a cada instituição e “autonomia” financeira das IFES, visando a captação de recursos na iniciativa privada. ANDES, FASUBRA e UNE divulgaram o *Manifesto contra a proposta do MEC e em defesa da LDB* denunciando o caráter privatista das propostas do governo.

Nesse sentido, a greve de 1991, além de uma greve contra o arrocho salarial e condições de trabalho, foi, antes de tudo, uma greve contra a privatização da Universidade Pública Brasileira e demais serviços públicos.⁷⁰⁶

O quadro reincidente de tentativas de negociação, sem sucesso, com o MEC e de deterioração dos salários e das condições de trabalho, devido ao não repasse de verbas para materiais de custeio das universidades, fez com que, nos seus primeiros dias, 32 das 48 ADs decidissem pela greve e com que esta contasse com a adesão dos demais servidores das IFES.

Ademais, a proposta de reestruturação da tabela salarial dos servidores das IFES, encaminhada ao MEC em 1990, foi negada pelo Ministério da Economia, que buscava

⁷⁰⁴ ANDES. Relatório Final do II CONAD Extraordinário. Brasília, 11 a 13 de abril de 1991, p. 26.

⁷⁰⁵ ANDES. Informa ANDES, nº7. Brasília, 20 de maio de 1991, p.3.

⁷⁰⁶ ANDES. Informa ANDES, nº8. Brasília, 5 de junho de 1991.

excluir parte dos SPF da política salarial, com a MP 296 que pretendia privilegiar diplomatas, militares e outros setores ligados diretamente ao governo.

Tal acontecimento detonou a greve, cuja perspectiva já estava colocada pelos docentes desde o X Congresso e contou com a articulação com os demais servidores públicos federais, unidade evidenciada na greve geral de maio. Cabe destacar que tal greve geral convocada pela CUT, não conseguiu a mobilização geral dos trabalhadores e configurou-se como um movimento concentrado no serviço público.

Contudo, após a aprovação da PL 1.390 (transformado em Lei 8.216), os demais servidores públicos federais saíram da greve. Dessa forma, o movimento grevista entrou em uma nova fase, em que apenas os docentes mantiveram a greve, até a aprovação do PL 1811/91 (transformado em Lei 8243), mobilizando, por mais de um mês, os docentes de 49 universidades.

Com a queda do Ministro da Educação Chiarelli, em agosto, assumiu José Goldemberg, que imediatamente acenou com a proposta da criação de uma comissão de negociação entre MEC/ SAF/ ECONOMIA/ ANDES-SN e realizou o pagamento do salário de julho, sustado por seu antecessor.

Tais medidas não resultaram no final da greve, conforme esperado pelo MEC, o que obrigou o governo a apresentar uma proposta ao movimento aos quase três meses de greve. No intervalo de seis dias, o MEC apresentou ao CNG/ANDES-SN três comunicados, ou seja, três propostas para o fim da greve.

O Comunicado nº1 atacava a estrutura do Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos de Magistério Superior Federal (PUCRCE), já desrespeitado desde 1987. As AGs rejeitaram a proposta por não incorporar a regência de classe para docentes de 1º e 2º graus e unificar os níveis de professor auxiliar.

O MEC, através do *Comunicado nº 2*, apresentou a proposta de incorporação da regência e manutenção do nível dos professores auxiliares, tomada como insuficiente pelo movimento. Na sequência, o MEC, através do *Comunicado Final*⁷⁰⁷, interrompeu as tentativas de negociações e suspendeu o pagamento dos salários referentes ao mês de agosto, condicionando o pagamento deste ao retorno das aulas. Como medida preventiva, o MEC estabeleceu um prazo, após o término da greve, para a edição de um PL e propôs a formação de uma comissão para discutir as questões relativas aos docentes de 1º e 2º graus.

⁷⁰⁷ CNG/ANDES-SN. TELEX 076 CNG/ANDES-SN, 04-09-91, p.2.

Com a garantia judicial do repasse das verbas do pagamento de agosto para todas as universidades, o movimento reverteu alguns indicativos de saída de greve e deu prolongamento à greve.

Frente ao ocorrido, o MEC anunciou um Projeto de Lei, cujo conteúdo concedia reajuste de 20 a 30% para os professores universitários, correção do regime de D.E. e de titulação, porém restavam excluídos os docentes de 1º e 2º graus.

A postura autoritária do novo ministro Goldemberg, que mostraria identificação com a gestão anterior em seus métodos, teve como reposta a continuidade da greve, conforme apontava o quadro nacional apresentado pelas 47 AGs realizadas nos dias 4 e 5 de setembro⁷⁰⁸, pela formalização de um protocolo assinado por MEC, SAF, Ministério da Economia e da Justiça com o ANDES comprometendo-se com a pauta de reivindicação do movimento. Nesse sentido, o CNG apresentava a proposta de radicalização do movimento:

A postura de endurecimento do MEC nas negociações, a repressão através do não pagamento dos salários e a determinação do corte de ponto, a possível pressão dos Reitores são elementos que intensificam a correlação de forças neste momento, desafiando-nos a uma mudança do caráter de nossa greve. É preciso revitalizá-la, torná-la mais agressiva. Temos que ocupar novos espaços na mídia, mantendo a opinião pública do nosso lado e responsabilizando o MEC pela destruição da Universidade Pública. Temos que criar fatos políticos e manifestações de rua, como também buscar a ampliação do apoio de lideranças políticas e das entidades das sociedades civis⁷⁰⁹.

Com a apresentação de um novo PL (78/91, aprovado por unanimidade na câmara), ainda que este não fosse o cenário buscado pelo movimento grevista, o CNG indicou a saída unitária da greve para 20-09, quando 43 universidades retornaram às atividades.

O PL representou a recuperação parcial de perdas salariais, mas os ganhos salariais não se estenderam ao segmento de 1º e 2º graus. Esse processo teve como desdobramento a proposta de formação da "comissão de 90 dias" para tratar prioritariamente das questões de 1º e 2º graus.

⁷⁰⁸ CNG ANDES-SN. Telex 078 CNG/ANDES-SN. Brasília, 06/09/1991.

⁷⁰⁹ Idem, Ibidem, p.3.

A greve que contou no seu primeiro momento com a participação de servidores do IBAMA, LBA, CENTEC, UFBA, MEC, DENTEL, SUNAB, dentre outros, não pode ser considerada uma greve geral dos servidores públicos, porém demonstrou que as diferentes categorias possuíam uma pauta em comum: o combate ao desmonte do Estado.

As avaliações do CNG e de outros CLGs, como o da ADURN⁷¹⁰ e da UFSM⁷¹¹, apontaram a greve como vitoriosa em muitos aspectos, tais como os ganhos econômicos através da aprovação do PL 78/91, a consolidação do ANDES – através da manutenção da greve mesmo após a saída dos demais servidores públicos – e a luta pela Concessão de liminar pelo Superior Tribunal de Justiça garantindo o pagamento dos salários retidos pelo MEC.

Contudo, ao final do ano, o GT de Verbas do ANDES-SN⁷¹², através do texto “Ganhos da greve dos 100 dias, ladeira abaixo”, demonstrava a efemeridade das conquistas corporativas, em particular daquela conquista salarial em um contexto de ascenso da política neoliberal no país. A política de recessão havia corroído drasticamente, via inflação, os reajustes salariais obtidos com a luta.

Nesse sentido, avaliava tais conquistas:

A recuperação, em julho/91, da estrutura da tabela definida pelo PUCRCE e, principalmente, os percentuais para titulação e DE obtidos em setembro de 91, provocaram uma nítida diferenciação de ganhos entre categorias.

Não há como negar que os ganhos foram expressivos, especialmente diante de um governo intransigente e que na prática vem sistematicamente inviabilizando qualquer política salarial, não apenas para o funcionalismo federal, mas para o conjunto dos trabalhadores. No valor de referência conseguiu-se 82,16% e no topo, 164,05%, portanto um ajuste médio de 123%⁷¹³.

A partir da análise de tabelas de salários dos diferentes níveis da carreira, o GT concluiu:

No valor de referência (Aux -1, 20 h) e 1º e 2º graus, já em out/91 o poder

⁷¹⁰ CLG ADURN. Avaliação do CLG. Natal, 04-09-91, p.1-2.

⁷¹¹ CLG UFSM. Greve de Conquistas. Santa Maria, 24-09-91.

⁷¹² ADUSP /ANDES-SN/ GT-Verbas. Ganhos da greve dos 100 dias, ladeira abaixo. São Paulo, 22/11/1991.

⁷¹³ Idem, Ibidem.

aquisitivo conquistado pela greve estava corroído pela inflação. Para o Aux -1, DE, ocorre o mesmo a partir do mês de Nov/91, enquanto o Adj-1, DE, Mestre conseguiu mais meio mês de folga e o Adj-4, DE, Doutor, em dez/91 também já deverá estar com o mesmo poder aquisitivo de quando a greve começou. A situação é dramática. Mais de 100 dias de luta e as conquistas escapam-nos por entre os dedos⁷¹⁴.

III.2.2 Neoliberalismo e Crise sindical: O ANDES na contracorrente da ideologia da conciliação de classes

A autonomia universitária, como núcleo a ser destruído pela política privatista, sofreria um novo ataque, no ano de 1992, através do Projeto de Lei nº 119/92, de autoria do deputado federal Ubiratan Aguiar (PMDB-CE). No referido PL, em paralelo à tramitação da LDB, objetivava-se a criação de parceria das IFES com a iniciativa privada, viabilizando até mesmo a complementação salarial dos professores, mesmo daqueles em regime de DE. Apresentado à Câmara, posteriormente, o PL recebeu o substitutivo de deputado federal Florestan Fernandes (PT-SP), cuja versão foi construída na comissão da “Agenda Autonomia de 1994” do MEC, e contou com a participação do ANDES-SN, CRUB, ABRUEM, FASUBRA, ANDIFES.

Em junho de 1992, durante o XXIV CONAD, tomou posse a nova Diretoria da ANDES SN⁷¹⁵, novamente composta pela corrente sindical ANDES AD. Este CONAD discutiu a representação do ANDES nas IES e o desvio hierárquico de sindicatos cutistas, mais uma vez, trazendo a questão da concepção sindical pela contestação em curso dos SINPROs e da CONTEE⁷¹⁶ à representação do ANDES:

A nova estrutura que se propõe para a CUT - firmada em federações e confederações - possibilita a afirmação de um sindicalismo de feições corporativistas. Se à época da criação da CONTEE, a ANDES-SN, que tem representação no DNTE, não desenvolveu uma política mais agressiva contra mais um desvio no campo cutista, cabe hoje uma intervenção do nosso Sindicato na CUT para combater uma proposta que contraria a prática sindical da ANDES-

⁷¹⁴ Idem, Ibidem, p. 1.

⁷¹⁵ Composição da Diretoria para o biênio de 1992-1994: Presidente: MÁRCIO ANTÔNIO DE OLIVEIRA; 1º Vice –Presidente: PAULO MARCOS BORGES RIZZO; 2º Vice-Presidente: AMÉRICO ADLAI FRANCO SANSIGOLO KERR; 3º Vice-presidente: EDMUNDO FERNANDES DIAS; Secretário Geral: SILVIO FRANK ALLEN; 1º Secretário: VALTER DE ALMEIDA FREITAS; 2º Secretário: ANGELA MARIA FERREIRA TYGEL; 3º Secretário: MARIA DE FÁTIMA FELIX ROSAR; 1º Tesoureiro: ROBERTO LOPES DE ABREU; 2º Tesoureiro: AGAMENON TAVARES DE ALMEIDA; 3º Tesoureiro: JOANA NEVES. Ver a composição completa da diretoria nos anexos.

⁷¹⁶ Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino.

SN⁷¹⁷.

Com as tentativas de desmonte e/ou domesticação das organizações da classe trabalhadora, conforme a ofensiva que se dava no cenário internacional, o projeto neoliberal no Brasil alcançou novo patamar nessa direção com a fundação da Força Sindical.

A crise sindical nos países centrais do capitalismo no contexto da queda do muro de Berlim – *caracterizado como o fim da história* -, o esgotamento da política do Estado de Bem-Estar-Social e do padrão de acumulação fordista/ taylorista impactaram a organização sindical brasileira, conforme discutimos anteriormente.

Certamente, tal impacto não pode ser tomado de forma inexorável. A adesão da CUT à institucionalidade foi combatida, desde a sua origem, por setores da classe trabalhadora, como por exemplo, o ANDES.

A força que a corrente Articulação Sindical logrou no interior da CUT, em um contexto de ascensão da política neoliberal, assegurou que a maior central dos trabalhadores caminhasse na direção da política de colaboração de classes, conforme sintetiza FRANÇA:

A CUT que, em suas origens, chegou a defender o socialismo em seus documentos e apresentava uma postura que tinha como norte o referencial da luta de classes, adentrou os anos 1990 se definindo gradativamente pela defesa de concepções liberais e pela valorização da cidadania em detrimento da luta de classes. Assim – a partir da dinâmica imposta pela corrente majoritária dessa central, a Articulação-, surgem novos termos, como sindicalismo propositivo e sindicalismo cidadão, novas propostas para o país, como desenvolvimento com distribuição de renda e novos slogans, como cidadania para todos. Tudo isso dentro de uma concepção que considerava que o direito a ter direitos pudesse suplantar a desigualdade entre capital e trabalho e, até mesmo igualar esses personagens distintos⁷¹⁸.

No XXIV CONAD, o ANDES voltou a discutir a questão das concepções sindicais visando combater, a partir de uma intervenção maior na instâncias da CUT, a forma de organização verticalizada de federações e confederação que ganhava cada vez mais espaço no interior da Central:

⁷¹⁷ ANDES-SN. Relatório Final do XXIV CONAD. Fortaleza, 22 a 27/junho/1992, p.116.

⁷¹⁸ FRANÇA, Teones Pimenta. Mundo do Trabalho e Sindicalismo no Brasil (1988-2000). Uma análise sobre as principais causas da crise sindical. Niterói, 2005, p.346.

A proposta sindical da ANDES-SN recusa a forma verticalizada de federações e confederações. Preocupa-nos, portanto, fundamentalmente, as tendências atuais vivenciadas no campo da Central e que indicam não apenas o crescimento da incorporação de federações e confederações anteriores ao surgimento da CUT bem como o nascimento dessas federações já no próprio seio da CUT, como a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino (CONTEE)⁷¹⁹.

No bojo desta forma organizativa, o Departamento Nacional de Trabalhadores em Educação (DNTE), por exemplo, organizado sem os limites de categoria poderia ser extinto. NAVARRO destaca que a despeito das debilidades de inserção do ANDES na Central, “a entidade conseguiu levantar questões nodais e polêmicas, que podem ter aguçado as tensões e discordâncias geradas me torno da ‘negociação em todos os espaços possíveis’ que dividiam as ‘tendências políticas’ atuantes na Central”⁷²⁰. E que, se por um lado, o discurso da direção nacional da CUT, através de Meneguelli, ainda trazia um conteúdo combativo, por outro lado, naquele mesmo ano de 1992, Vicente Paulo da Silva, *o Vicentinho*, apontava na direção de um “sindicato como sujeito social”.

é imperdoável a miopia dos companheiros de certas correntes na própria CUT, que se apegam aos padrões do passado para defender táticas quase idênticas às adotadas quinze anos atrás, como se a classe trabalhadora estivesse dispensada de estudar as mudanças ocorridas, para adaptar-se a elas. As greves continuam ocorrendo e vão continuar ocorrendo por décadas e décadas, mesmo diante de governos democráticos e populares. São indispensáveis no conflito da sociedade capitalista e valem como escolas de conscientização política. Mas não passa de tolice imatura a postura de alguns que seguem enxergando a greve como única arma à disposição de uma determinada categoria profissional ou do próprio movimento sindical em seu conjunto. Nesse sentido, temos insistido na idéia de que o sindicato precisa existir, hoje, numa crise tão ampla e profunda como a vivida pelo Brasil, como verdadeiro ser social: um sindicato como sujeito social, que luta, mas luta pensando que é capaz de conversar e, sempre que necessário, senta em mesas de negociação com os mais repelentes adversários, sem medo de ser tragado ou perder a

⁷¹⁹ ANDES-SN. Relatório Final do XXIV CONAD. Fortaleza, 22 a 27/junho/1992, p.131.

⁷²⁰ NAVARRO, Ignez Pinto. ANDES-SN: Um sindicato de Intelectuais, História e Memória (1981-1994). Coleção Universidade e o Mundo do Trabalho. Cuiabá: ADUFMAT: 2001, p.617.

identidade pelo simples fato de conversar⁷²¹.

Mais que um debate teórico, a conjuntura de crise do governo Collor - marcada por denúncias de corrupção, de altas taxas inflacionárias, de desemprego e de desmantelamento dos serviços públicos e das estatais e deterioração das condições de vida da população - exigia, na visão do movimento docente, das lutas do conjunto da classe trabalhadora, da qual a CUT era o seu principal instrumento- a construção de *uma saída popular para crise*, conforme debatido no III CONAD Extraordinário, em novembro de 1992.

O ANDES-SN já havia, desde o ano anterior, indicado pelo Impeachment de Collor, e ratificava esta opção:

O "impeachment" pode fazer avançar o princípio democrático que orienta a representação popular. Este princípio não transfere o direito ilimitado de decidir em nome do povo, mas o de respeitar permanentemente a sua vontade. O "impeachment" pode importar no restabelecimento do princípio de respeito à vontade da maioria. Temos clareza que não cabe ao MD encaminhar isoladamente estas ou outras soluções. Mas também temos certeza de que se o movimento democrático de nosso país rearticular-se rapidamente, saberá assegurar um destino que signifique a afirmação do princípio de soberania popular⁷²².

Ao mesmo tempo, a pauta específica da educação apontava para a necessidade de construção do Sistema Nacional de Educação e para a aprovação do Projeto Jorge Hage, que contava com reivindicações do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública. No ano seguinte, o projeto de LDB de autoria do senador Darcy Ribeiro, apoiado pelos senadores Maurício Correa e Marco Maciel substituiria o de Jorge Hage.

O *impeachment de Collor*, como as avaliações do ANDES já apontavam, não significou a derrota do projeto de ajuste do Estado visando à expansão do capital no país. Mais uma vez, os setores da classe dominante conseguiram assegurar a continuidade da pauta neoliberal, através da *solução pelo alto* que conduzia o vice-presidente de Collor, Itamar Franco, ao cargo de presidente da República.

⁷²¹ SILVA, Vicente Paulo. Uma perspectiva otimista para o movimento sindical. *Universidade e Sociedade*, nº4, novembro de 1992. Apud NAVARRO, Ignez Pinto. ANDES-SN: Um sindicato de Intelectuais, História e Memória (1981-1994). Coleção Universidade e o Mundo do Trabalho. Cuiabá: ADUFMAT: 2001, p.620.

⁷²² ANDES. Relatório Final do XXIII CONAD - CONSELHO DO ANDES-SINDICATO NACIONAL. Maceió - AL, 12 a 16 de novembro de 1991, p.52.

Para o ANDES, a reversão dessa correlação de forças continuava passando pela capacidade de enfrentamento dos trabalhadores e de suas organizações, em particular, da CUT:

O movimento sindical deve passar a uma postura mais ativa. A CUT não pode ficar presa nas tenazes de uma tática governamental que busca a realização de uma política anti-social e neoliberal. Não somos "sócios dessa jornada", porque os sócios pagam a conta, ainda que diferencialmente, e nós pagaremos a maior parte, a pesada conta da dívida desse governo. À CUT, e ao movimento sindical nela organizado, cabe atuar no sentido de combater a política neoliberal. Sabemos que mais de dez anos de recessão (nacional e internacional) têm levado os trabalhadores a uma posição defensiva. Sabemos que o neoliberalismo tem como ponto essencial a quebra das organizações sindicais e a fragmentação de suas lutas, o que tem levado (ainda que não necessariamente) ao aparecimento de um discurso conservador no interior da Central⁷²³.

A filiação da CUT à Confederação Internacional de Organizações Sindicais Livres (CIOSL), combatida pelo ANDES-SN, era mais um elemento da integração passiva da Central à ordem capitalista:

A progressiva perda do horizonte classista tem caminhado lado a lado com um processo de institucionalização, tornado factível pela ausência de referências internacionais de combate ao capitalismo. Isso é claramente demonstrado pela falta de alternativas para a CUT devido ao monopólio efetivo da CIOSL. E, no campo do sindicalismo dos educadores, pela fusão SPIE-CMOPE. Cabe à ANDES-SN e às suas seções sindicais atuar com o conjunto do movimento sindical cutista, buscando unificar nossas lutas e dar-lhes efetividade e força, até aqui não suficientemente alcançadas para reverter a tendência aqui mencionada⁷²⁴.

Em 1993, os servidores públicos federais conseguiram realizar uma greve unificada de fato, com o apoio dos estudantes. A pauta emergencial de definição de uma política salarial e isonomia salarial entre os três poderes da união e de enfrentamento ao desmantelamento sistemático do setor público garantiu ampla adesão ao movimento.

Vencida a questão da pertinência de uma mobilização em torno de uma pauta específica ou unitária, a paralisação atingiu 43 ADs.

⁷²³ ANDES-SN. Relatório do XII Congresso do ANDES-SN, Manaus, 28 de fevereiro a 5 de março de 1993, p.51.

⁷²⁴ Idem, Ibidem.

A greve, que durou 31 dias, configurou-se como uma relevante experiência, amplamente avaliada pelo ANDES, CNG e CLGs, revelando o conteúdo das possibilidades e limites de um movimento heterogêneo, conforme podemos verificar abaixo:

As experiências grevistas realizadas nos dois últimos anos foram de articulação de movimentos que não haviam concretizado a ação unitária no grau atingido atualmente⁷²⁵.

No decorrer do enfrentamento, a proposta acenada pelo governo de 85% de reajuste e da possibilidade de construção de uma política salarial foi interpretada, por grande parte dos SPFs, assim:

[o] momento era de recuar, ou seja, que as propostas do governo eram ganhos e que não era possível obter outros, salvaguardando o poder de mobilização para oportunidades vindouras como por exemplo quando da revisão constitucional⁷²⁶.

De tal avaliação divergia a maioria das ADs. O CNG ao posicionar-se contrário a ela, na Plenária de Brasília, assistiu ao término do movimento unificado. Nesse sentido, a ASPUV-Ssind apontava a relevância de uma profunda avaliação da greve unificada:

é preciso analisar e discutir melhor essa unidade com os SPFs. As diferentes categorias possuem características e necessidades distintas; os sindicatos possuem estruturas e concepções diferentes, com diferentes mecanismos de consulta às bases e diferentes formas de luta. A unidade dos SPFs será sempre uma unidade na diversidade; tornando-se sempre necessária a compreensão das especificidades de cada categoria⁷²⁷.

Ficaria evidente nas avaliações posteriores que a concepção sindical das entidades integrantes do Comando Nacional de Greve Unificado (CNGU) colidiu com os métodos de decisão do CNG/ANDES-SN. Dessa forma, o CNGU criou um descompasso que, na prática, significou uma maior velocidade de decisão no CNGU que o CNG-ANDES-SN não acompanhou, devido ao mecanismo de consulta às bases, mais lento e democrático.

A mesma plenária dos SPFs que classificou de inaceitável a proposta política salarial apresentada pelo governo, contraditoriamente, determinou o fim da greve dos

⁷²⁵ ANDES. INFORMANDES Extra. Junho de 1993, p.1.

⁷²⁶ ASPUV. Avaliação da greve. Viçosa, 23/06/1993, p.1.

⁷²⁷ ASPUV. Avaliação da greve. Viçosa, 23/06/1993, p.1.

funcionários⁷²⁸. CLGs como o de ASPUV e da UFF criticaram a saída da greve. Para o CLG de Viçosa, ao final da greve “o sentimento de frustração tomou conta e avalia-se que foi sem ganhos concretos”⁷²⁹. Para a ADUFF a plenária dos SPFs:

indicou a suspensão da greve num momento decisivo e no qual não estavam assumidos plenamente compromissos por parte do governo, possibilitando inclusive que houvesse recuo nas propostas com as quais o governo havia sinalizado⁷³⁰.

Mesmo considerando que a principal reivindicação, uma política salarial com reajuste mensal, não foi atendida, a ADUFF, que valorizava o caráter unificado da greve, avaliava como saldo positivo do movimento “a concessão do reajuste de 85%, a liberação do FGTS para várias categorias de servidores e anistia aos sindicalistas punidos no Governo Collor”⁷³¹.

A vitória parcial do movimento unificado - pois não foi garantida a isonomia com os poderes legislativo e judiciário - contra a política de desmonte do funcionalismo público, não contou com a presença pública mais ostensiva da CUT:

sabemos que a presença da CUT é fundamental para que nossas lutas sejam viabilizadas. Entretanto, avaliamos que a presença da nossa Central nem sempre vem se dando a contento. Na greve dos SPFs, fato político de incontestável importância, não vimos nem ouvimos o presidente da Central, uma só vez, se manifestar com relação ao nosso movimento⁷³².

Naquele ano, mais uma batalha interna da CUT ocorreu em torno da polêmica da transformação dos departamentos em confederações, no II Congresso do DNTE CUT que contou com a representação de “mais de um milhão de trabalhadores em educação, um dos maiores ramos no interior da CUT, 250 delegados de entidades de base nacionais, como CNTE, FASUBRA, CONTEE, SINASEFE, ANDEF E ANDES-SN⁷³³. Os delegados rejeitaram a proposta de uma organização vertical da CUT e decidiram pela manutenção do DNTE/CUT.

Em conjuntura mais conturbada, de novo plano econômico e de eleições presidenciais, a greve de 1994 seria uma continuidade da anterior, pelo menos no que diz

⁷²⁸ ANDES. INFORMANDES Extra. Junho de 1993, p.1.

⁷²⁹ ASPUV. Avaliação da greve. Viçosa, 23/06/1993, p.1.

⁷³⁰ ADUFF. Garantindo a unidade com os SPFs. Niterói. 22/06/1993, p.2.

⁷³¹ Idem, Ibidem.

⁷³² Idem, Ibidem.

⁷³³ ANDES. INFORMANDES. Agosto de 1993, p.8.

respeito à pauta de recomposição salarial dos servidores públicos e na complexa busca de ação unificada destes. Problemas novos, contudo, ganhariam espaço.

Podemos destacar como principais pontos da pauta unificada o combate ao arrocho salarial, a conquista da isonomia entre os três poderes - e entre as IFES - e o combate ao novo plano político-econômico. O quadro de arrocho salarial era composto pela proposta de Reforma Fiscal do governo para compor o Fundo Social de Emergência – aumento de impostos e rebaixamento de verbas para saúde e educação no Orçamento da União de 1994 e 1995- a revogação da política salarial, conquista da greve anterior e a conversão dos salários em URV e o seu congelamento na implantação da nova moeda, o Real.

A questão dos métodos de decisão utilizados no seio do movimento colocou-se desde o período de mobilização para a greve, expressando as diferentes avaliações sobre as condições em que o movimento docente aderiu à greve do funcionalismo. Para setores mais críticos das greves unificadas, a entrada em greve fora precipitada:

no espaço de uma semana o setor mudou de posição; passou da necessidade de construir a greve antes e como condição para a sua deflagração, para a posição de que a Greve já era uma realidade e deveria ser consolidada. Ainda nesta reunião ficou claro que estávamos aderindo a uma greve dos SPFs, já em curso, cujo principal eixo de reivindicação era a **derrubada do Plano FHC2**⁷³⁴.

Ainda que não se restrinja a este aspecto, as especificidades no tempo de construção da greve nas diversas entidades dos SPFs, não permitiu que as divergências internas do movimento docente chegassem a um acordo, indicando que as avaliações para a entrada na greve foram insuficientes. Algumas ADs deflagraram greve antes mesmo da deliberação do setor e muitas não se convenceram de sua eficácia naquele contexto, inclusive em ADs em que as diretorias apostavam na sua realização.

Para a ADUFSCar, apesar de reconhecer que não faltavam motivos para a deflagração da greve, havia a avaliação de que a edição de um novo Plano Econômico criava expectativa por parte da sociedade, o que tornaria desfavorável a greve:

Não víamos também nenhuma possibilidade concreta de, através da greve, conseguirmos alterações no plano FHC2. O plano se configurava naquele momento, e vale observar que se configura ainda hoje, como o principal fator de viabilização da candidatura à Presidência da República, do seu tutor, o próprio Fernando Henrique Cardoso, e seu projeto de continuidade da política neoliberal.

⁷³⁴ De acordo com: ADUFSCar SSind. Avaliação da Greve de 1994. 17-06-1994, p. 2.

Não acreditávamos também, naquele momento, que a Greve, como fato político em si, conseguiria reverter a disposição do Governo em não alterar o Plano⁷³⁵.

O peso que o debate eleitoral polarizado entre a proposta de um governo democrático-popular e as forças reacionárias teve para o movimento docente, explícito desde o congresso de 1994, fica evidente na avaliação de setores do movimento, que já começavam a esboçar uma dissociação entre luta sindical e luta política – com críticas ao horizonte de politização classista das lutas sindicais – assim como resistiam às mobilizações conjuntas dos SPFs (talvez num eco do debate da década anterior sobre o modelo sindical, contraposto a um associativismo docente que destaca-se suas especificidades em relação ao conjunto da classe). Como se vê a seguir, numa avaliação que claramente delimitava terreno em relação à direção nacional do sindicato:

A diretoria da Andes-SN acertava ao mostrar em seu documento que barrar o plano FHC 2 era barrar a política neoliberal e a revisão constitucional; errava apenas em duas questões: primeiro no instrumento de luta contra um plano econômico de cunho neoliberal, a greve dos SPFs e, em segundo lugar, ao creditar aos SPFs a possibilidade de derrubada de um plano e de uma política neoliberal, que ao nosso ver só poderiam ser derrubados de outra forma, fundamentalmente nas eleições de 3 de outubro, com a vitória do Lula⁷³⁶.

A greve não obteve ganho econômico, foi encerrada em contexto de ameaças progressivas do governo, tais como tentativa de tornar o movimento ilegal e a ele aplicar retaliações, como corte de salário, abertura de inquéritos administrativos e demissões. Tal resultado seria uma prévia da truculência neoliberal desencadeada aos movimentos grevistas a partir de então.

Cabe destacar, uma conquista (embora, como se constataria depois, temporária) atribuída à greve:

A greve nacional, que contou com a participação dos docentes das universidades federais, fortaleceu a luta pela LDB. Revigorado pelo movimento, o Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, do qual a ANDES faz parte, conseguiu resgatar o PLC 101/93, que corria o risco de ir para a lata do lixo, por obra e graça do senador Darcy Ribeiro, autor do famigerado substitutivo Darcy/MEC⁷³⁷.

⁷³⁵ ADUFSCar SSind. Avaliação da Greve de 1994. 17-06-1994, p.3.

⁷³⁶ Idem, Ibidem.

⁷³⁷ ANDES. INFORMANDES. Maio de 1995.

Na avaliação da ADUR-RJ⁷³⁸ “a greve se deu de forma confusa, hesitante e dividida”. Para compreender tal derrota, a entidade deveria buscar não só as causas externas, mas também as internas. Nesse sentido, a ADUR-RJ, delimitando-se tanto da linha dominante na direção nacional, como das avaliações dos setores oposicionistas mais moderados, criticava a direção do ANDES por sua postura derrotista no início da greve, atribuindo à burocracia da corrente hegemônica a falta de dinamismo e à tendência oposicionista uma prática anti-democrática. A AD levantava como hipótese que havia na base do movimento docente professores convencidos da validade do plano FHC, e até mesmo que parte dos docentes seria simpatizante do PSDB. Por fim, a AD questionava o pensamento presente no movimento de que a greve poderia prejudicar a eleição de um governo democrático-popular⁷³⁹ e destacava que a desmobilização daquela greve já poderia ser consequência do desgaste das últimas greves.

Para enfrentar os problemas internos, a ADUR-RJ apresentava as propostas de criar alternativas de luta, sem que isso invalidasse a alternativa extrema da greve e atacar a questão da quebra da isonomia entre as IFES, através de ganhos jurídicos, responsáveis pela quebra da unidade dos docentes⁷⁴⁰.

Imediatamente após o final da greve, a sétima diretoria do ANDES tomou posse no XXVIII CONAD, que tem como presidente Luiz Henrique Schuch⁷⁴¹. O processo de construção da chapa da corrente ANDES AD enfrentou críticas, desde o XIII Congresso de Viçosa, em grande parte por integrantes da chapa “ANDES Hoje” que concorreu às eleições de 1986 e foi derrotada.

Como crítica ao Fórum da “ANDES AD” para constituição da chapa, este setor, identificado como “ANDES PLURAL” lançou o Manifesto de Viçosa:

Exatamente, nesse momento, quando o mais importante para nós deve ser a unidade democrática e uma ação politicamente aglutinadora de todas as forças do MD, o que assistimos no Congresso de Viçosa - e que o processo eleitoral da ANDES-SN nos dá o melhor exemplo - é uma ação excludente, antidemocrática, cupulista e autoritária, implementada pela tendência Articulação Andes Autônoma

⁷³⁸ ADUR-RJ. A greve de 94. Itaguaí, 17-06-1994.

⁷³⁹ Idem, Ibidem.

⁷⁴⁰ Idem Ibidem, p.4-5.

⁷⁴¹ Direção eleita para o biênio 1994-1996: Presidente: LUIZ HENRIQUE SCHUCH; 1º Vice-Presidente: ANAMARIA BECK; 2º Vice-Presidente: SÉRGIO ARMANDO DINIZ GUERRA; 3º Vice-Presidente: FERNANDO MOLINOS PIRES FILHO; Secretário Geral: EDMUNDO FERNANDES DIAS; 1º Secretário: LUIZ PAIVA CARAPETO; 2º Secretário: JOSEVALDO PESSOA DA CUNHA; 3º Secretário: GÉRIA MARIA MONTANARI FRANCO; 1º Tesoureiro: AGAMENON TAVARES DE ALMEIDA; 2º Tesoureiro: MARIA CRISTINA DE MORAES; 3º Tesoureiro: SOLANGE BRETAS. Ver a composição completa da diretoria nos anexos.

e Democrática. Denunciamos e protestamos contra a ação desta tendência que sob o pretexto de hegemonia pretende implementar na ANDES-SN um processo de homogenia, monopolismo e cupulismo sindical⁷⁴².

A ANDES PLURAL, dessa forma, rearticulava-se a partir da crítica à corrente política que dirigia o sindicato.

III.2.3 O Movimento Docente nos anos FHC

No ano de 1995, com o início do governo de Fernando Henrique Cardoso, teve um início uma nova etapa de ataque à educação e, em particular à autonomia universitária, a fim de acabar com o RJU, a carreira única, o regime de Dedicção Exclusiva e transformar as IFES em Organizações Sociais, através da alteração do artigo 207 da Constituição Federal.

O Plano Diretor da Reforma do Estado, sob o discurso de modernização, investiu em um novo modelo de administração que, na essência, significava a abertura das IFES ao mercado. Essa política tomou materialidade com a PEC 173/95.

O quadro da Reforma Administrativa, como não podia deixar de ser, atingia a todo o funcionalismo.

Nos primeiros meses de 1995 deu-se início a construção da Greve Nacional dos SPF e Trabalhadores das Estatais.

Pela primeira vez surgiu no setor das federais do ANDES a proposta de greve por tempo determinado, porém sem obter a maioria, deliberou-se, na plenária do ANDES⁷⁴³, pelo indicativo de greve no dia 9 de maio, assim noticiava o INFORMANDES:

pela primeira vez, na história recente do Brasil, foi deflagrada a greve nacional unificada dos SPF e dos trabalhadores das estatais, a partir de 03-05-1995. Avaliando o momento conjuntural e a dimensão política apontada pela CUT, os docentes das IFES decidiram pela sua participação a partir de 09-05-95⁷⁴⁴.

Além da pauta geral, como a manutenção dos monopólios estatais e dos direitos sociais dos trabalhadores, a greve dos docentes possuía reivindicações específicas como a aprovação imediata da LDB e o enfrentamento á política de privatização nas universidades. Em outras palavras, a Greve do ANDES buscava alterar a correlação de forças no processo

⁷⁴² ANDES-SN. Manifesto de Viçosa. Relatório Final do XXVIII CONAD. Recife, 30 de junho a 4 de julho de 1994.

⁷⁴³ Relatório da Reunião do setor dos docentes das IFES ANDES- Brasília, 28 e 29 de abril de 1995.

⁷⁴⁴ ANDES. INFORMANDES. Maio de 1995.

de tramitação da LDB, para barrar o projeto de Darcy Ribeiro – que caminhava para a sua conclusão em uma direção antagonista àquela buscada pelo FNDEP⁷⁴⁵. O movimento avaliava que o FNDEP, mesmo diante da força do governo, e o envolvimento direto do ministro Paulo Renato, tem obtido ganhos na LDB democrática, tais como: o resgate do PL 101-93 e a prorrogação da votação do substitutivo Darcy Ribeiro.

A não generalização da greve para o conjunto do funcionalismo e, especialmente, a debilidade organizativa do movimento docente, nas IFES, podia ser percebida através dos números apresentados nos *faxes* do CNG. Em 10 de maio, a Coordenação do Setor das IFES/ANDES-SN⁷⁴⁶ apresentava o seguinte quadro geral de adesão à greve: 90% dos petroleiros (45.000), 85% dos ferroviários (40.000), 60% dos funcionários das universidades (61.000) e cerca de 20% dos professores (10.000). Ainda que o fax nº 29/95 da Coordenação do setor dos Docentes das IFEs, de 23 de maio, apontasse para um crescimento da greve, a participação dos docentes não atingiu o nível de adesão de greves anteriores.

Diante desse quadro, o CNG/ANDES-SN reunido em 24/05 considerou que:

com apenas algumas AD's-S.Sind. em greve é inviável a continuidade da mesma. Essa greve foi atípica em relação às greves anteriores do Setor das Federais da ANDES-SN. Houve uma constante oscilação do movimento, com ADs SSind ora entrando ora saindo da greve, o que tem sido verificado como uma característica da Greve Unificada dos Trabalhadores em Estatais e no Serviço Público. Isso tanto impossibilitou a permanência de um número mais significativo de delegados e observadores no CNG/ANDES-SN, bem como prejudicou a interação mais efetiva deste comando com a base nacional. Porém, apesar de todos os percalços, o movimento foi oportuno e importante⁷⁴⁷.

Outro aspecto que prejudicou a unidade da greve foi, segundo o CNG:

o fato de várias ADs SSind apenas terem comunicado ao CNG/ANDES-SN posições já definitivas: ou que tinham uma data de saída ou que já haviam saído da greve, contrariando a dinâmica histórica do MD⁷⁴⁸.

⁷⁴⁵ ANDES. INFORMANDES. Maio de 1995.

⁷⁴⁶ ANDES. FAX nº 026/95.

⁷⁴⁷ FAX 007/CNG/ANDES-SN/95 – Brasília, 24-05-95.

⁷⁴⁸ Idem, Ibidem.

Considerada uma greve eminentemente política, as diferentes avaliações da greve apontaram as suas limitações fundamentais. Havia, entretanto, aspectos positivos levantados em alguns balanços.

Para a ADUFF, valorizando a unidade dos servidores federais como única forma de alterar a correlação de forças na queda de braços com o Executivo, em tempos de “Reforma do Estado”:

as greves dos servidores públicos federais - 91, 93 e 94 –e, sobretudo, a construção da greve unificada dos trabalhadores do serviço público federal e das estatais caminha, ainda que com debilidades político-organizativas, na direção da concretização desse projeto. Sem dúvida ainda não se conseguiu construir o nível de unidade e mobilização suficiente ao enfrentamento mas com certeza acumulamos forças para os embates que se farão necessários e contribuimos para a explicitação da existência dos dois projetos antagônicos para a sociedade brasileira⁷⁴⁹.

O destaque positivo realizado pela ADUFF sobre as greves da primeira metade da década de 1990 não esgotava a análise da última greve como continuidade daquelas, mas, antes, colocava a necessidade de reflexões para o conjunto do movimento docente, considerando o baixo nível de adesão ao movimento e ao CNG/ANDES-SN e a saída desorganizada das ADs:

A primeira delas seria sobre a evidência de divergências quanto a estratégia de intervenção sindical mais adequada neste momento. Enquanto uma linha de ação estaria, por conta de uma análise de correlação de forças que considera este momento desfavorável, mais próxima de uma intervenção propositiva que tende a priorizar o embate no campo da institucionalidade, uma outra, da qual partilhamos, trabalha com a necessidade de se aprofundar e explicitar através das lutas do movimento sindical e dos movimentos populares, o confronto e o embate com o projeto hegemônico vitorioso nas últimas eleições⁷⁵⁰.

A segunda questão, relacionada à anterior, dizia respeito à relação das direções sindicais com suas bases, pois:

enquanto parte das direções encaminham as deliberações dos fóruns da ANDES no

⁷⁴⁹ ADUFF. A ANDES e a Greve Unificada dos Trabalhadores das Estatais e do Serviço Público Federal: A Vingança do Real. Niterói, 01 de agosto de 1995, p.2.

⁷⁵⁰ Idem, Ibidem.

sentido do fortalecimento das lutas e da concepção de um sindicato nacional, outras não o fazem, em nome de uma visão de autonomia que consideramos equivocada⁷⁵¹.

Para a ADUFPR os principais problemas da greve guardavam relação com o vanguardismo das direções, pois apostou-se em uma greve que fugia da motivação corporativista e o apoio da população ao novo governo pelo controle da inflação, legitimado pelo voto popular. Ademais, importantes ADs, como UFRJ, UFMG, UFRS e São Carlos, ficaram de fora da greve, enfraquecendo o movimento:

O Comando Nacional, em momentos cruciais como aquele que decretou a saída da greve, esteve a cargo de apenas três AD's. Vale ressaltar a saída antecipada e sem discussão nacional de cinco ADs. Isso demonstra o descompasso e a desmobilização nacional. A própria diretoria da ANDES mostrou-se confusa nos encaminhamentos políticos, sem dúvida refletindo os problemas que ocorrem em muitas AD's⁷⁵².

No que dizia respeito às lutas do FNDEP, o movimento unificado, por sua vez, não encampou suficientemente a luta:

Com exceção do setor de Educação, mobilizado para esse assunto, até por dever de ofício, o restante da UFPR (outros oito setores) praticamente desconhecia as propostas da LDB, ignorando tanto os conteúdos do substitutivo Cid Saboya quanto o do Darcy Ribeiro⁷⁵³.

Para aquela AD, não havia resultados positivos na greve:

A não construção da greve nas bases (houve sim uma construção burocrática da greve; uma série de papéis circulando sem serem debatidos), a imensidão da pauta (se levada à risca, era uma greve *ad infinitum*), a oportunidade de se decretar uma greve política e a ambigüidade de FHC (legitimado pelo voto, mas sem compromisso social), tudo isso nos desautoriza falarmos em greve vitoriosa. Por outro lado, o conjunto dos SPFs não dialogou com os professores e vice-versa⁷⁵⁴.

A negatividade da maioria das avaliações daquele movimento reflete uma derrota bem mais ampla da classe trabalhadora naquela conjuntura. A Greve Unificada dos

⁷⁵¹ Idem, Ibidem.

⁷⁵² ADUFPR. Avaliação da greve na UFPR- julho de 1995.

⁷⁵³ ADUFPR. Avaliação da greve na UFPR- julho de 1995.

⁷⁵⁴ Idem, Ibidem, p.5.

Trabalhadores em Estatais e no Serviço Público não representou uma derrota apenas para os docentes das IFES. Ela representou um verdadeiro massacre para o conjunto dos servidores e, em particular, para os petroleiros, setor que aderiu em massa ao movimento e foi o último a sair da greve⁷⁵⁵.

Dias antes do início da greve nacional, o presidente Fernando Henrique Cardoso assinou o decreto 1.480/95 estabelecendo punições para os servidores públicos que participassem de paralisações, caminho aberto para a tentativa de aniquilar as mobilizações e preparar o terreno para a demissão dos trabalhadores do setor público. No moldes da experiência de massacre dos mineiros por Margareth Thatcher, Fernando Henrique reprimiu de forma brutal os petroleiros, como exemplo para o conjunto da classe, almejando desestimular futuras greves. De fato, durante a greve, o governo anunciou a demissão de dezenas de petroleiros, mesmo que protegidos legalmente pelo exercício de mandatos sindicais.

Fortalecido com a derrota da greve, o governo avançou com o projeto do Ministério da Administração e Reforma do Estado (MARE), cujo modelo para as universidades, proposto pelo ministro Bresser Pereira, colocava a universidade “à beira da privatização”⁷⁵⁶. O governo deixava a cargo de cada universidade a aceitação do projeto do MARE.

O I Encontro nacional Unificado ANDES-SN, FASUBRA Sindical e UNE, realizado em outubro de 95, em Brasília, foi contrário à PEC 233/95, produto da reforma do Estado, que atingia diretamente a autonomia nas IFES. A PEC 233-a/95 deu origem, no ano seguinte, à PEC 370-A/96. Dentre outras medidas, a legislação visava abrir a possibilidade de acabar com a gratuidade total do ensino nos estabelecimentos oficiais do ensino superior. Como consequência da proposta, as instituições públicas passariam a cobrar pelos cursos de pós-graduação e de especialização, atividades de extensão dentre outros serviços.

O Setor das federais do ANDES-SN, frente ao quadro de desmonte da educação superior pública e do sistema de pesquisa científica e tecnológica, de ameaça aos direitos dos SPFs, notadamente a ameaça à estabilidade no emprego e à aposentadoria integral e de

⁷⁵⁵ O Tribunal Superior do Trabalho julgou a greve dos petroleiros abusiva e determinou multas de 100 mil reais por dia à Federação Única dos Petroleiros (FUP) e aos sindicatos. Foram demitidos 73 trabalhadores, dentre eles dirigentes sindicais, outros mil trabalhadores foram punidos com suspensões e os salários de maio foram cortados. O movimento resistiu à truculência do governo por 32 dias, inclusive com a ocupação da Refinaria Presidente Bernardes- Cubatão (RPBC). O Exército ocupou as refinarias de Paraná (REPAR), Paulínia (REPLAN), Mauá (RECAP) e São José dos Campos (REVAP). Após o final da greve, os sindicatos e a FUP tiveram suas contas bloqueadas, o repasse das mensalidades retido e os bens penhorados. Cada um dos 20 sindicatos que participaram do movimento recebeu multas de R\$ 2,1 milhões. Conforme o texto de avaliação da greve de 1995 da FUP, disponível em: http://www.fup.org.br/greve_1995.htm.

⁷⁵⁶ ANDES. INFORMANDES. Agosto de 1995.

16 meses sem reajuste salarial – as perdas do ano anterior chegavam a 46,19% - decidiu entrar em greve por tempo indeterminado em 16/04/1996.

Em 15/04/1996, de 43 ADs, apenas 3 haviam rejeitado o indicativo de greve⁷⁵⁷. A greve, novamente unificada dos servidores públicos, contou no CNUG, além do ANDES-SN e FASUBRA com FENASPS, FENAJUFE, SINASEFE⁷⁵⁸.

Na nota à imprensa, divulgada pela FASUBRA Sindical, UNE e ANDES-SN, categorias que estavam no interior das universidades atingidas diretamente pelo processo de deterioração da educação pública, destacavam que as reivindicações da greve - além da defesa dos serviços públicos e de direitos elementares dos servidores - incorporavam a pauta específica da educação superior:

O conjunto de iniciativas que o governo vem desencadeando, o golpe contra a LDB discutida com a sociedade, a reforma da educação via PEC 233, o exame nacional de curso (provão), a destruição do ensino tecnológico público, a redução orçamentária, a reposição de vagas nas IFES, bem como a reposição salarial de 46,19% na data base de janeiro que não houve⁷⁵⁹.

O CNG/ ANDES-SN manteria a greve, com a adesão de 45 ADs, mesmo após a saída de outras categorias do funcionalismo, juntamente com a FASUBRA (esta por mais um curto período), contra as propostas de reforma constitucional:

A força gerada durante essa greve, no setor da educação, e a compreensão de que, se neste momento o governo não fosse enfrentado, criar-se-iam todas as condições para que seu projeto tivesse curso, levaram o MD a assumir uma greve específica que, sem perder a perspectiva de enfrentamento político mais geral, debruça-se sobre as questões que dizem respeito à educação. Assim, ao não renunciar à continuidade da luta e às suas reivindicações, mantendo-se em greve, o MD permanece na vanguarda de enfrentamento político⁷⁶⁰.

Com o resultado das AGs, o CNG considerava que o movimento ganhou visibilidade, que o governo ao realizar ameaças de corte de ponto, tentando impor limites prévios, buscava ganhar tempo em questões como autonomia universitária e LDB, bem

⁷⁵⁷ ANDES/ Coordenação do Setor das IFES. Ofício Circular nº 122/96. Brasília, 15 de abril de 1996.

⁷⁵⁸ Respectivamente, Federação Nacional dos Sindicatos de Trabalhadores em Saúde, Trabalho, Previdência e Assistência Social, Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário Federal e Ministério Público da União e Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Técnica e Tecnológica.

⁷⁵⁹ ADURN. Boletim de Greve, nº 10.07-05-96.

⁷⁶⁰ FAX 016 CNG/ANDES-SN. Brasília, 27 de maio de 1996.

como esvaziar o movimento propondo conversações a longo prazo. Nesse sentido, a greve deveria ser radicalizada para ampliar a visibilidade e o apoio da sociedade, para tal encaminhava medidas como o tensionamento da realização de vestibulares e formaturas, a participação na greve geral, convocada pela CUT, a realização de atos no aeroporto de Brasília, para pressionar os parlamentares e o envio de cartas às universidades em que FHC ministrou aulas, bem como as que lhe concederam títulos honoríficos⁷⁶¹.

Passadas duas semanas, no quadro da greve, em 12/06/1996, já era possível perceber que várias ADs apontavam para a saída unificada da greve, com um recuo tático do governo na implementação das reformas: 19 ADs deliberaram pela continuidade da greve e 16 pela saída unificada, sendo que algumas ADs já haviam saído da greve⁷⁶².

A posição majoritária do CNG foi de continuidade da greve afirmando que o “movimento reforçou ao longo de 58 dias de luta, sua posição de não se curvar às exigências do MEC”⁷⁶³. O caminho da interlocução com os parlamentares para pressionarem pela abertura de negociação efetiva com o ministro Paulo Renato foi considerado pelo CNG como necessário, porém limitado.

A APUFPR que entrou em greve pela pauta unificada, declarava apreensão com a capacidade de mobilização e a continuidade da greve e foi uma das ADs que propôs a saída da greve, em momento tomado como de impasse com o governo:

aos poucos fomos ficando isolados, com a saída dos servidores em geral, dos servidores das Universidades (FASUBRA) e dos acordos da ANDIFES com o MEC. Não tivemos a sensibilidade para perceber que permanecer em greve significava nosso isolamento e o fortalecimento do governo. Concomitantemente, parte das ADs em greve começou a se retirar ou a fazer indicativos de saída. O governo sabia disso e passou a recrudescer, simplesmente fechando as portas para quaisquer negociações⁷⁶⁴.

Em conformidade com a proposta acima, a AD indicava que os ganhos parciais da greve, até aquele momento, não se ampliariam para a negociação salarial, em particular, sobre a carreira e a incorporação da GAE. Para a APUFPR as conquistas circunscreviam-se à denúncia das reformas neoliberais de FHC contra os investimentos sociais na educação, à retomada da capacidade de mobilização da categoria, à desobstrução de verbas para as universidades com o repasse do governo de 301 milhões para custeio e investimento; à

⁷⁶¹ Idem, Ibidem, p. 4.

⁷⁶² FAX 024 CNG/ANDES-SN. Brasília, 13 de junho de 1996.

⁷⁶³ Idem, Ibidem.

⁷⁶⁴ APUFPR-SSind. Direção da APUFPR-SSind indica saída da greve. Curitiba, 13-06-1996.

solicitação do MEC ao MARE de um o estudo de reposição das vagas dos docentes e, por fim, ao recuo do governo em relação à alteração do artigo 207 da Constituição⁷⁶⁵.

Já o CLG da ADUA destacava outro fator de enfraquecimento da greve, a posição da CUT:

A CUT, a central sindical mais avançada na luta dos trabalhadores, embarcando no pacote ideológico do Estado, praticamente alinou-se ao discurso dos privilégios, na luta contra a reforma da previdência. Confundiu conquistas com privilégios e contribuiu para o de[s]censo do movimento de resistência, ao não compreender e reconhecer como ali[a]das as áreas distintas da esfera do trabalho. Nutriu-se do preconceito da “natureza improdutiva” do trabalho no setor público, e quase fechou com a ótica do governo. Incoerentemente, em momento posterior, convoca a greve geral para o dia 14 de junho, deixando um rastro de problemas não resolvidos. Como a Greve geral pode ser construída, depois da desconstrução das alianças, expressa no comportamento público do presidente da CUT?⁷⁶⁶

O posicionamento crítico do Sindicato Nacional em relação aos rumos da central à qual estava filiado só fazia crescer naquela conjuntura. Afinal, no início do ano de 1996, o presidente da CUT, Vicentinho, havia aceitado sentar-se à mesa do chamado “acordo da previdência”, que abriu caminho para a aprovação da contrarreforma previdenciária no Congresso. Na ocasião, Vicentinho fez várias declarações depreciativas em relação ao funcionalismo público.⁷⁶⁷ Tais críticas ganhariam maior peso, adiante, com a rejeição pelo Sindicato Nacional à concepção de *sindicato orgânico* da direção majoritária da CUT, expresso no *Manifesto do ANDES ao VI CONCUR*:

Os delegados do ANDES-SN chamam todos os delegados, favoráveis a um sindicalismo classista de oposição a FHC e seus projetos, à luta pela construção da greve geral e por um sindicato democrático e de base (“contra o sindicato orgânico”), e à constituição de um bloco contra o perigoso rumo adotado pela maioria da direção da Central. Devemos, portanto, lutar intransigentemente em defesa da independência de classe, contra qualquer política de “pacto social”, e pela saída da CUT do Conselho Nacional do Trabalho e instituições assemelhadas. Além disso, a CUT deve reafirmar uma posição internacionalista ativa, solidarizando-se e unificando-se com todos os trabalhadores do mundo inteiro, particularmente com os da América Latina, em primeiro lugar com os

⁷⁶⁵ Idem, Ibidem, p.2.

⁷⁶⁶ CLG /ADUA-SSind. Avaliação da Greve. Manaus, 27-05-1996.

⁷⁶⁷ Sobre o episódio, ver por exemplo, FRANÇA (2005) e MATTOS (2002).

trabalhadores do MERCOSUL que protagonizam grandes lutas contra o desemprego, pela previdência social solidária, pelo salário, em defesa das conquistas sociais e da educação pública e gratuita. Entretanto, isto se torna incompatível com a filiação da CUT à CIOSL, que representa em nível internacional a política de colaboração de classes e de adaptação ao Capital⁷⁶⁸.

Voltando à greve, sem a capacidade de levar o movimento adiante, o CNG, a partir da decisão das AGs, tornou pública a suspensão da greve com a cobrança ao MEC e à SESU de abertura de um canal de interlocução com o governo, bem como a reinstalação da Comissão Nacional de Mobilização (CNM)⁷⁶⁹.

O CNG/ANDES-SN apresentou uma proposta de radicalização, durante o período em que a greve docente estivesse suspensa; a fim de pressionar o governo. A proposta consistia na realização de uma greve de fome, intitulada *Greve de Fome pela Universidade Pública que Morre à Míngua*, a ser discutida pelas ADS⁷⁷⁰. A proposta radicalizada para um final de greve não obteve apoio da base do movimento.

O movimento não mantinha muitas expectativas de negociações efetivas na audiência pública do Coordenação Nacional dos Servidores Federais (CNESEF) com Bresser Pereira para discutir uma proposta de reajuste aos servidores e a reforma administrativa do Estado⁷⁷¹.

Para o CNG a greve não havia sido encerrada, mas interrompida⁷⁷² e teria prestado um importante serviço:

A sociedade depois disso, não mais ignora o desmonte da Universidade Pública, coloca-se no bojo de um projeto privatizante, que segue o receituário de políticas internacionais e que objetiva transformar a educação superior em mercadoria, somente acessível aos que podem pagar por ela num sistema comercial que floresce protegido à sombra do descaso do governo com o ensino público⁷⁷³.

⁷⁶⁸ ANDES. INFORMANDES. Ano VIII, nº 59M, setembro de 1997.

⁷⁶⁹ Criada por deliberação do XIV Congresso, em 1995, e reafirmada no Congresso de 1996, a CNM havia sido suspensa com a instalação do CNG. A CNM não possuía caráter deliberativo.

⁷⁷⁰ FAX 026ª. CNG/ANDES-SN. Brasília, 22 de junho de 1996.

⁷⁷¹ FAX 026ª. CNG/ANDES-SN. Brasília, 22 de junho de 1996.

⁷⁷² Idem, Ibidem, p.6.

⁷⁷³ Idem, Ibidem.

Ao final da greve houve a transição de diretoria do ANDES-SN⁷⁷⁴, mais uma vez a corrente sindical ANDES Autônoma e Democrática, organizada em uma chapa única, estava à frente da entidade.

A única greve ocorrida nesta gestão, já em seu final, seria a greve mais atribulada da história do sindicato, *a greve de 104 dias* (31/03 a 13/07/1998), cuja responsabilidade fundamental sobre os problemas de método e de concepção sindical recaiu sobre a gestão que a sucedeu.

Desde dezembro de 1995, o ANDES-SN solicitava a abertura de negociação em torno da pauta de reivindicação do movimento que incluía, dentre outros pontos, a revisão salarial dos docentes, questões referentes à verbas para as IFES e autonomia e democracia nas universidades. Sem negociações com o ministro Paulo Renato, as questões educacionais também não encontravam resposta nas negociações com o MARE e a área econômica.

O conjunto de políticas do governo que buscavam uma “reinterpretação” para o conceito de autonomia universitária, através da fragmentação das IFES e aprofundamento da dualidade estrutural, agora no Ensino Superior, através da cisão entre Instituições de Ensino e Centros de Excelência, ganharia novo status com o Programa de Incentivo à Docência (PID) do MEC.

Quando o governo anunciou a criação do Programa de Incentivo à Docência (PID), que remanejava verbas de bolsas de estudo e pesquisa e atingia a isonomia, propondo formas precárias de complementação salarial que diferenciavam as remunerações na carreira docente e aprofundando a fragmentação no interior das IFES, o movimento declarou estado de greve, exigindo um aumento emergencial linear, reivindicação sufocada desde a mobilização nacional anterior⁷⁷⁵.

Após a pressão do sindicato que contou com o apoio de parlamentares o Ministro recebeu o ANDES-SN, porém:

Deixou claro que não é do interesse do governo conceder reajuste salarial aos servidores públicos federais, alegando que as dificuldades para isso decorriam da crise fiscal e da necessidade de garantir a estabilidade da moeda. Instado a responder se iria encaminhar essa reivindicação para o governo, reafirmou: “eu sou

⁷⁷⁴ Diretoria eleita para o biênio 1996-1998: Presidente: MARIA CRISTINA DE MORAIS; 1º Vice-Presidente: FERNANDO MOLINOS PIRES FILHO; 2º Vice-Presidente: Heitor Gaudenci Junior; 3º Vice-Presidente: ALMIR SERRA MARTINS MENEZES FILHO; Secretário Geral: MÁRCIO ANTÔNIO DE OLIVEIRA; 1º Secretário: LUIZ PAIVA CARAPETO; 2º Secretário: GÉRIA MARIA MONTANARI FRANCO; 3º Secretário: LAFAIETE SANTOS NEVES; 1º Tesoureiro: SOLANGE BRETAS; 2º Tesoureiro: Antônio de Pádua Rodrigues; 3º Tesoureiro: Rubens Freire Ribeiro. Ver a composição completa da diretoria nos anexos.

⁷⁷⁵ ANDES-SN. OF CIRC. Nº 062/98. Convocatória para a reunião do setor das IFES. Brasília, 23 de março de 1998.

o governo”, declarando que não se comprometeria em defender, junto a outras instâncias do poder, o reajuste emergencial de 48,65% para os docentes⁷⁷⁶.

A PEC 370-A reunia o conjunto da política do governo contra a qual se posicionava o movimento docente: a ameaça do caráter público das instituições federais, com a desresponsabilização do Estado pelo seu financiamento, a fragmentação da carreira docente, a alteração do regime de trabalho, extinguindo o RJU e a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Para a reversão desse quadro, o movimento nacional tinha como pauta da greve o imediato atendimento das seguintes reivindicações: reajuste salarial emergencial de 48,65%, a não-redução dos quadros funcionais das universidades e a ampliação de vagas e abertura de concursos e, por fim, a retirada do PID⁷⁷⁷.

Nos dias 18 e 19 de março, a “greve de alerta”, com a duração de dois dias, contou com ampla adesão das ADs e serviu como medida do movimento para a deflagração da greve ao final de março. Em meados de abril o quadro da greve apontava para 41 IFES em greve por tempo indeterminado, 3 em greve por tempo determinado ou realizando paralisações, 1 com deliberação de greve por tempo determinado, 3 com indicativo de greve, 2 com posição de rejeição à greve (ADUFMS e ADFMTM) e 7 com situação indefinidas⁷⁷⁸.

Ao completar um mês, a greve atingia 49 IFES paralisadas, após ter começado com 21 delas. A disputa eleitoral ocorreu no bojo da greve e resultou na vitória da chapa oposicionista, cuja campanha se baseou em uma proposta de reformulação da prática sindical⁷⁷⁹. A composição da chapa vitoriosa combinava setores dissidentes da ANDES AD com a tradicional oposição identificada como "ANDES Plural", cujo núcleo central era constituído por militantes do PCdoB. Materializava-se, no interior do Sindicato, a disputa de correntes que havia alguns anos dividia a CUT, com o apoio do setor majoritário na direção da central, a chapa oposicionista venceu o pleito. Na disputa eleitoral, segundo Oswaldo Coggiola, professor da USP e dirigente da ADUSP, a chapa oposicionista:

fez campanha com argumentos do tipo “queremos influir no sindicalismo brasileiro com a nossa especificidade de professores, trabalhadores intelectuais” (como se cada categoria não tivesse a sua especificidade, sendo o dever do movimento

⁷⁷⁶ Idem, *Ibidem*, p.3.

⁷⁷⁷ Idem, *Ibidem*, p. 5.

⁷⁷⁸ ANDES. Quadro da Greve Nacional dos Docentes das Instituições Federais de Ensino Superior. Brasília, 16-04-1998.

⁷⁷⁹ Conforme ANDES-SN. INFORMANDES. O Processo Eleitoral e o Sindicato Nacional. Brasília, maio de 1996.

sindical uni-las para além delas) ou o de “somos docentes, integralmente ligados à vida acadêmica” (como se os outros fossem “agitadores profissionais” alheios à categoria!). A escassa discussão eleitoral -compreensível no meio da greve- fez com que pouco se conhecesse a posição da chapa 2 de crítica “à reivindicação de reajuste no piso salarial dos docentes, sabendo de antemão que tal proposta é inaceitável do ponto de vista governamental” o que revela toda uma concepção da luta sindical (reivindicar só o aceitável pelo governo)⁷⁸⁰.

Estava cindida a direção do movimento, posto que a diretoria anterior possuía significativa participação no CNG e a diretoria eleita atuava na crítica ao funcionamento do CNG e posicionando-se, como diretoria eleita, com status de negociadora com o Estado, ainda que sem o respaldo das assembleias de base da categoria.

Nesse momento, o governo, através do ministro Paulo Renato, encaminhou uma postura mais repressiva ao movimento, prescrevendo aos reitores que cortassem os salários dos docentes em greve. Com a recusa dos reitores em fazê-lo, o governo recebeu em audiência o ANDES, na verdade, para informar que só negociaria com o final da greve. Em seguida, o ministro anunciou que se não houvesse por parte dos reitores a indicação dos grevistas, os salários seriam indiscriminadamente cortados.

Como a os reitores não entregaram ao MEC a lista dos grevistas, 11 IFES passaram a relação das categorias que estavam trabalhando, sem a listagem nominal, Paulo Renato ameaçou exonerar os reitores⁷⁸¹.

A posição do MEC de reter os salários e não negociar o aumento linear (48,65%) , mas de oferecer uma gratificação com valor variável em função do nível de titulação, posição na carreira e regime de trabalho consolidou o conflito com o ANDES e a FASUBRA que se recusaram a receber reajuste que excluísse os aposentados.

Em tentativa de promover o refluxo da greve sem o atendimento das reivindicações, Paulo Renato apresentou uma reformulação do PID II (Medida Provisória nº1657), a Gratificação de Estímulo à Docência (GED), estendendo as gratificações de 22% para 55% para docentes sem titulação de mestrado e doutorado, e concedendo 60% da gratificação os inativos.

O impasse em torno da GED *versus* o aumento salarial linear e do corte de salários – o que apesar das ameaças não havia ocorrido antes - foi tomado pelo CNG como momento necessário de radicalização da luta. A tentativa de construção de Um Projeto de Lei

⁷⁸⁰ COGGIOLA, Osvaldo. A crise universitária no Brasil e a Greve das Universidades Federais. In: ANDES. Relatório do IV CONAD Extraordinário. São Paulo, 12 a 14 de setembro de 1998, p.92.

⁷⁸¹ ANDES. INFORMANDES nº 82 - junho de 1998.

negociado entre o MEC e o ANDES, mediada pela ação do deputado Ivan Valente (PT) não obteve êxito, em grande medida pelo papel desempenhado pela direção eleita, que desautorizava o Comando de Greve, negociando em paralelo a este de forma a aceitar as propostas do governo. Assim, o MEC enviou o projeto da GED ao Congresso Nacional.

A posição de realização de uma greve de fome foi consolidada no dia 15 de junho de 1998⁷⁸², com um grupo de 14 professores universitários federais, em Brasília. Inicialmente reivindicando o pagamento do salário do mês de maio, tornou-se uma luta pela retirada do projeto de gratificação o congresso. Os docentes vestiam camisetas brancas com a frase: “Privo-me da comida porque me tiraram a voz, o salário e o respeito”.

Nos primeiros dias a greve de fome despertou a desfaçatez do ministro Paulo Renato que teria afirmado, segundo o jornal da entidade, que “eles passaram dez dias engordando e agora precisa[va]m gastar calorias acumuladas”⁷⁸³.

Mais três professores aderiram à greve de fome no dia 18/06/98, cuja duração estendeu-se por duas semanas. Os deputados federais do bloco de oposição (PT, PCdoB, PPS, PDT e PSTU) obstruíram a votação do PL do MEC que concedia gratificações salariais aos docentes, deixando de fora os professores do 1º e 2º graus e servidores, inviabilizando o quórum para a votação.

As buscas de solução ao impasse geraram diferentes propostas, desde aquela apresentada pelas AGs, na base do movimento, às salvacionistas - externas ao movimento, e antidemocráticas, de autoria da direção da entidade, recém empossada.

A primeira proposta, apresentada ainda em maio, foi da ANDIFES que, em reunião com membros da Frente Parlamentar em Defesa da Ciência e da Tecnologia Nacionais, apresentou proposta para saída de greve, como se estivesse autorizada a fazê-lo, com as seguintes diretrizes:

1) valorização da titulação; 2) valorização dos docentes ativos; 3) inclusão dos docentes inativos mesmo que de forma diferenciada dos ativos; 4) compromisso de elaboração de uma agenda para construção de uma nova carreira...". Traduzindo objetivamente esta proposta, a ANDIFES publicou informe em 28/05/98, em que trazia pontos que se alicerçavam na criação de gratificação vinculada à atividade docente. Além disso, introduziu como baliza o tratamento diferenciado de aposentados e pensionistas⁷⁸⁴.

⁷⁸² PROFESSORES INICIAM GREVE DE FOME. Diário de Cuiabá. Cuiabá, 16-06-1998.

⁷⁸³ INFORMANDES. Ano IX, nº 82M. JUNHO DE 1998, p.2.

⁷⁸⁴ ANDES. Relatório do IV CONAD Extraordinário. São Paulo, 12 a 14 de setembro de 1998, p.120.

O CNG: encaminhou uma proposta de substitutivo ao PL nº 4603/98 que, aprovado pela base nas AGs, visava recuar no montante de verbas reivindicado, mas não nos princípios de isonomia e de combate à lógica da produtividade⁷⁸⁵, atacados pela GED.

O CNG criticava o caráter excludente da GED, dos professores de 1º e 2º graus, aposentados e dos professores afastados para formação, além de sobrevalorizar as atividades de sala de aula em detrimento das demais, como a pesquisa e a extensão.

Coerente a tais princípios, o CNG refez os cálculos considerando os recursos propostos pelo governo para implementar a GED e demonstrou que o impacto financeiro de sua proposta era menor que as anteriormente apresentadas e bem próxima a do MEC. Assim, o impacto orçamentário mensal projetado pelo substitutivo do ANDES representava R\$ 42.790.250,44, enquanto o do MEC, através da PL 4605/98, correspondia a R\$ 42.314.061,44⁷⁸⁶.

Enquanto o CNG lutava para que o substitutivo proposto pela base do movimento fosse aceito no Congresso Nacional, um grupo de professores apresentou a sua proposta ao relator do PL-GED, com algumas reformulações deste. Tal proposta exposta no manifesto produzido pelo "Grupo de Defesa da Universidade Pública", reunidos na UFRJ, contou com o apoio da nova diretoria que julgou tal ação construtiva⁷⁸⁷. Ao analisar o manifesto, Coggiola, afirmou que ele:

consegue a façanha de sequer mencionar a greve em curso, e de referir-se a ela, pudicamente, como “a recente crise em nossas universidades federais”. Quanto às questões mais gerais, propõe a limitação da dedicação exclusiva (“privilégio a ser concedido apenas a quem o justifique”) assim como da estabilidade (“não aconselhável logo nos primeiros escalões”) chegando a propor, para resolver o “problema do passivo previdenciário”, o “recurso a fontes internacionais” (?). Para salvar a universidade, seria necessário “unir esforços no combate ao desinteresse persistente da área econômica manifestado ao longo de vários governos sucessivos, à alienação da empresa e da sociedade, e ao predomínio de vantagens corporativas, desvinculadas do mérito e dos valores acadêmicos”[...]. Acontece que o espantinho do “corporativismo” é o cavalo de batalha contra o movimento docente do governo FHC (que sequer é mencionado no manifesto).

⁷⁸⁵ ANDES. INFORMANDES, nº 82, p.6.

⁷⁸⁶ Idem, Ibidem.

⁷⁸⁷ COGGIOLA, Osvaldo. A crise universitária no Brasil e a Greve das Universidades Federais. In: ANDES. Relatório do IV CONAD Extraordinário. São Paulo, 12 a 14 de setembro de 1998, p.86.

A posse da nova diretoria, sob a presidência de Renato de Oliveira (ADURGS), no XXXVI CONAD, em 26/06/1998⁷⁸⁸, significou uma mudança de rumo na greve, ao interpor-se entre as negociações do CNG com o Congresso Nacional, levando-a ao encerramento em uma semana.

A postura da recém-empossada direção foi alvo de inúmeras críticas de ADS, expressas nas avaliações que tiveram lugar no IV CONAD Extraordinário, convocado a partir de pressão das bases e através das Seções Sindicais, a fim de discutir a questão da democracia interna⁷⁸⁹.

Os professores da Universidade Federal de Goiás elaboraram uma moção de repúdio à recém empossada diretoria do ANDES pela forma que a mesma encaminhou as negociações junto ao Congresso, desconsiderando o CNG como instância constituída democraticamente pelo MD para conduzir a greve:

A diretoria tentou destituir o CNG, utilizando um argumento legalista que consta em documento de 01-07-98, buscou desmoralizar o CNG através de declarações de imprensa. A diretoria realizou negociações paralelas com o MEC, a Câmara dos deputados e o presidente do senado, Antonio Carlos Magalhães, como consta documento assinado pela própria diretoria, adotando uma postura de aceitação do projeto do MEC⁷⁹⁰.

O denso documento elaborado pela ADUFF e apresentado ao IV CONADEx trouxe a dimensão das ações empreendidas para o conjunto do movimento daquela diretoria. Há que se destacar o texto “Trabalho Intelectual, produção do conhecimento e Universidade: Elementos para uma análise crítica”, como elemento de combate teórico-político à lógica do trabalho docente, na forma de trabalho intelectual, como sustentação de uma política conservadora de ação sindical.

⁷⁸⁸ GESTÃO "GANHAR A ANDES PARA NÃO PERDER A UNIVERSIDADE": Presidente: RENATO DE OLIVEIRA; 1º Vice Presidente: DALTON MELO MACAMBIRA; 2º Vice Presidente: ANIBAL SANCHES MOURA; 3º Vice Presidente: FRANCISCO JAIME BEZERRA MENDONÇA; Secretário Geral: OSMAR DE OLIVEIRA MARCHESE; 1ª Secretária: CIOMARA MARIA PÉREZ NUNES; 2ª Secretária: CLAUDET COELHO GUEDES; 3º Secretário: MILTON DIVINO MUNIZ; 1º Tesoureiro: MÁRCIO FLORENTINO PEREIRA; 2º Tesoureiro: AURÉLIO GONÇALVES DE LACERDA; 3ª Tesoureira: OTÁVIA FERNANDES DE SOUZA RODRIGUES. Ver a composição completa da diretoria nos anexos.

⁷⁸⁹ O CNG/ANDES-SN elaborou um levantamento das ADs que solicitaram convocação de CONAD Extraordinário, conforme Comunicado nº 71:1. APROFURG; 2. ADUC – Cajazeiras; 3. APES-JF; 4. ADUFAC; 5. ADUFMT; 6. ADUFERPE; 7. ADUFPB/PATOS; 8. ADUFPA; 9. ADUFEPE; 10. APRUMA; 11. APUFPR; 12. ADUFF; 13. ADUnB; 14. ADUFAC; 15. ADUFRGS; 16. ADFUNREI; 17. ADUFPB; 18. ASPUV; 19. SEDUFSM; 20. SINDCEFET/MG; 22. ADUFU; 23. SINDOCEFET/PR; 24. ADUFRJ; 25. APUFSC; 26. ADUFPEL; 27. ADUnB; 28. APUB; 29. ADURRJ; 30. ADUR-RJ.

⁷⁹⁰ ADUFG. Moção de Repúdio à Diretoria do ANDES-SN: ADUFG. Goiânia, 07-07-98.

Logo na introdução, a AD desmistifica o caráter intelectual do trabalho, tomado como abstração:

Produzir uma análise sobre trabalho intelectual pode não passar de um exercício de metafísica se não o considerarmos enquanto atividade prática que envolve não só o gasto de energia física humana, mas que tem na sua consecução a conjunção de múltiplas determinações que abrangem desde as condições histórico-sociais em que é realizado até os influxos político-ideológicos que o envolvem. Assim, há que se considerar, quando nos referimos ao trabalho intelectual, como se articulam as determinações que cercam essa atividade para que ultrapassemos os limites da mera abstração e possamos compreendê-la enquanto processo real, na sua concretude⁷⁹¹.

Certamente, ao tratarmos do trabalho docente, temos que destacar a inegável predominância do que ficou social e culturalmente demarcado como trabalho intelectual. Contudo o seu caráter intelectual, tomado como fetiche, hegemonicamente trabalhado na produção científica, desde os estudos transversais sobre o trabalho imaterial até aqueles que analisam o sindicalismo docente, contribuíram para justificar e propor um caráter reformista aos trabalhadores da educação.⁷⁹²

Para o CNG, dissolvido em 13-07-1998, os principais problemas cometidos pela direção do ANDES-SN contra as instâncias democráticas da entidade diziam respeito a:

1) Suspensão da reunião do CNG do dia 01/07/98: alegando que o CNG não era uma instância prevista ou regulamentada nos estatutos do ANDES-SN;

2) O ofício da direção ao presidente do senado Antônio Carlos Magalhães: enquanto 51 docentes, delegados e observadores do CNG, lutavam pela aprovação do PL 4.605-B/98 do MD, como substitutivo ao PL/GED do MEC, a diretoria recém-eleita, através de ofício assinado pelo presidente do ANDES-SN, solicitou ao presidente do Senado a aprovação do PL do governo, negociando um período para o término da greve sem o conhecimento prévio da categoria;

3) A participação do ANDES-SN na comissão MEC/GED: a diretoria, a despeito da decisão da base, decidiu participar da comissão proposta pelo MEC para a elaboração de critérios de avaliação da GED;

⁷⁹¹ ANDES. Relatório do IV CONAD Extraordinário. São Paulo, 12 a 14 de setembro de 1998, p.100.

⁷⁹² O debate em torno da temática será objeto do capítulo quarto.

4) A filiação do ANDES-SN ao MOSAP⁷⁹³ e criação da encarregatura de assuntos educacionais *ad referendum* do Congresso do Sindicato: mais uma vez, decisões sobre a estrutura interna da entidade não passaram pelas instâncias deliberativas⁷⁹⁴.

Dentre outras questões como a falta de transparência e consistência nas informações publicizadas; não encaminhamento das deliberações da reunião do setor das IFES nos fóruns pertinentes; o tratamento dado às solicitações das ADs de convocação de um CONAD Extraordinário e a apresentação de textos individuais ao CONAD e não da diretoria; a proposta de um desconto compulsório de 1% sobre a GED; a não participação do presidente do ANDES na plenária dos SPFs, espaço em que ele teria que defender o não apoio da categoria à candidatura Lula; e, por fim, o tratamento ofensivo e anti-democrático dado a membros da base ao elaborarem críticas à ação da diretoria e, aquela que seria a tônica do INFORMANDES, a utilização da imprensa do ANDES para atacar as instâncias democráticas do movimento e divulgar opiniões individuais de diretores⁷⁹⁵. A utilização da imprensa sindical para fins de disputa eleitoral esteve presente desde o primeiro INFORMANDES da diretoria de Renato Oliveira cujo editorial trazia críticas às direções anteriores sobre o que seria a vocação da entidade:

a trajetória recente da Andes, no entanto, não honrou aquelas premissas. Diversos fatores, cuja complexidade escapa ao alcance desta apresentação, contribuíram para a descaracterização da vocação inicial da associação, convertida num sindicalismo transformado em fim em si mesmo e que, nos últimos anos, aliava o radicalismo discursivo com o imobilismo e o afastamento das 'bases' que pretensamente representava.⁷⁹⁶ (Grifo nosso)

Não apenas a utilização do artigo "a" para referir-se ao ANDES, e a referência a uma "vocação" associativa original vinculada a especificidade e superioridade dos trabalho intelectual, mas o conjunto de ações implementadas revelariam que a disputa em torno da concepção sindical da entidade estava na pauta da condução do movimento docente.

⁷⁹³ Movimento dos Servidores Públicos Aposentados e Pensionistas.

⁷⁹⁴ COMUNICADO CNG-ANDES/SN N°71, DE 13/07/98) *In*: ANDES. Relatório do IV CONAD Extraordinário. São Paulo, 12 a 14 de setembro de 1998, p.123-127.

⁷⁹⁵ *Idem*, *Ibidem*.

⁷⁹⁶ ANDES. INFORMANDES. Edição Especial, julho de 1998.

O resultado do movimento, portanto, muito distante das suas propostas originais, foi a implantação de uma gratificação variável aos salários, que quebrava a paridade entre ativos e inativos, assim como a isonomia entre as remunerações nos mesmos níveis da carreira, a partir de uma avaliação de desempenho balizada por critérios produtivistas. Na avaliação da greve, elaborada pelo CNG, ficava evidente que na questão salarial os ganhos não foram isonômicos, de tal maneira que a lógica do mercado ganhava materialidade no interior das IFES:

A trajetória do movimento grevista, desde seu início com o PID até a aprovação da GED, mostra que a lei aprovada não traz muita diferença em relação ao que propunha o governo originalmente. Em ambos, no PID pelas bolsas e na GED pela gratificação, deixou-se de lado a possibilidade de um reajuste geral e isonômico para todos os docentes das IFES. A rigor, apenas os professores efetivos de 3º grau terão algum resultado financeiro, com tratamento diferenciado para aposentados e pensionistas, já que sinalização de concessão de bolsas provisórias para os professores de 1º e 2º graus das IFES, no momento, só pode ser considerada em exercícios conjeturais. Além disso, à medida que a concessão de bolsas jamais foi entendida como possibilidade de ganho financeiro, ela tem a pronta rejeição do MD⁷⁹⁷.

Embora, na aparência a GED seja uma reformulação do PID, apresenta um elemento novo, a vinculação da remuneração à produtividade:

No limite, a GED traz um elemento agravante em relação ao PID: introduz, no trabalho docente, a remuneração vinculada à produtividade, nos 60 pontos possíveis na avaliação qualitativa. Isto vem ao encontro do projeto de universidade negociado pelo MEC, por imposição do Banco Mundial em seu projeto para educação em países subdesenvolvidos⁷⁹⁸.

A diretoria do Andes, eleita pela maioria dos votos, contou também com apoio e defesa de algumas ADs e de filiados. A Associação dos Docentes da Universidade Estadual da Paraíba (ADUEPB), por exemplo, participou do debate pós-greva elaborando uma moção de apoio à Diretoria do ANDES-SN⁷⁹⁹.

⁷⁹⁷ CNG/ANDES-SN. Balanço Geral da Greve e Encaminhamentos de Luta. In: ANDES. Relatório do IV CONAD Extraordinário. São Paulo, 12 a 14 de setembro de 1998, p.121.

⁷⁹⁸ Idem, Ibidem.

⁷⁹⁹ ADUEPB. Moção de Apoio à Diretoria do ANDES-SN: ADUEPB. Campina Grande, 02-07-98.

Em outro documento, *Carta Aberta aos Diretores e aos Sindicalizados da ANDES-SN*⁸⁰⁰, as análises das intervenções no MEC e no Congresso conduzidas pela diretoria do ANDES e que resultaram na suspensão da segunda mais longa greve da categoria trariam os argumentos básicos utilizados pela base da diretoria.

Em primeiro lugar, a intervenção na negociação se justificaria pelo “tudo ou nada”, pois para este grupo, ou se aceitaria a proposta do governo ou não se conquistaria nenhuma reivindicação ao final da greve⁸⁰¹.

O autor da Carta, Antônio Guedes Rangel Júnior, reivindicava-se um dos protagonistas do que se caracterizou como um “movimento plural de oposição à orientação majoritária na ANDES-SN”⁸⁰². Para ele, as críticas à ação da diretoria ao final da greve não passavam de uma prática divisionista de um grupo - até então hegemônico na direção da entidade cujas “orientações esquerdizantes, transitam vertiginosamente entre o imobilismo burocrático e o aventureirismo mais vanguardista e falacioso”⁸⁰³ - que perdeu as eleições, demonstrando que a base queria experimentar a alternância de poder.

Com menos adjetivos pejorativos, mas concorde no conteúdo, e equivocado no método de publicização⁸⁰⁴, o texto de Dalton Melo Macambira – 1º vice-presidente nacional do ANDES-SN critica a corrente ANDES-AD:

O grupo político que comandou a ANDES nos últimos 12 anos (ANDES-AD), parte do pressuposto que o movimento sindical se constitui no pólo aglutinador da sociedade na luta pela transformação social. Na frente de todo esse processo estaria um sindicato de intelectuais capaz de iluminar o caminho e conduzir os demais sindicatos para a construção da nova sociedade que se ergueria sobre os escombros da sociedade capitalista em crise (permanente)⁸⁰⁵.

Macambira atribui tal postura às supostas frações anarquistas e trotskistas presentes no interior da corrente que conduziram a entidade a uma postura de enfrentamento:

A direção anterior, que controlava o CNG, partia do pressuposto que sindicato não tem que negociar, mas impor ao governo a sua proposta, isto é, entregar ao governo

⁸⁰⁰ RANGEL Jr., Antônio Guedes. *Carta Aberta aos Diretores e aos Sindicalizados da ANDES-SN*, 09/07/1998.

⁸⁰¹ Idem, *Ibidem*.

⁸⁰² Idem, *Ibidem*.

⁸⁰³ Idem, *Ibidem*, p.2.

⁸⁰⁴ MACAMBIRA, Dalton Melo. *A Greve e a Nova Diretoria*. 25/08/1998. O texto de autoria individual foi divulgado na lista de sindicalizados do sindicato, configurando o uso da lista de e-mails da entidade para a divulgação de uma avaliação particular. O texto obteve críticas e solicitações de esclarecimento à direção nacional pelo conteúdo privado veiculado e críticas no IV CONAD Extraordinário.

⁸⁰⁵ MACAMBIRA, Dalton Melo. *A Greve e a Nova Diretoria*. 25/08/1998, p.1.

uma pauta de reivindicações e entrar em greve, mantendo o movimento paredista até que o governo atenda toda a pauta⁸⁰⁶.

E, para combater a concepção sindical acima a nova diretoria justifica a necessidade de abrir negociações com o governo e “evitar o pior”:

Quando a nova diretoria tomou posse (26/06) já estávamos há mais de 90 dias em greve, com o movimento já bastante enfraquecido. Foi nesse momento que o CNG resolveu apresentar uma proposta alternativa, mas já era tarde. O governo tinha mobilizado sua base de apoio parlamentar na Câmara para aprovar a Gratificação de Atividade Acadêmica (GED) com mudanças cosméticas sugeridas pelos reitores, garantia dos aposentados receberem 60% da gratificação, comissão MEC/ANDES/ANDIFES para definir os critérios da avaliação (para que os professores da ativa possam atingir 100% da gratificação) e a promessa do ministro de conceber bolsas para os professores de 1º e 2º graus. O prazo da lei eleitoral que proibia aumento na remuneração dos servidores terminava no dia 3 de julho. Às vésperas desse limite a GED chegou ao senado, com o seu presidente ameaçando não colocar em votação se a greve não terminasse. Reconhecendo que a GED não era uma boa proposta, conhecendo a truculência do Sr. ACM e a ameaça de sairmos da greve sem nada (como preferia a diretoria anterior e o CNG), a nova diretoria do ANDES decidiu evitar o pior⁸⁰⁷.

Ao reduzir o movimento docente à sua militância e a sua atuação apenas à dimensão sindical, a então direção hegemônica do ANDES (ANDES AD), segundo Macambira, teria afastado “a” ANDES da academia. Sendo assim, explicitava o projeto político do grupo a que pertencia de abrir-se à ação institucional:

Em relação ao executivo, parlamento e poder judiciário, nossa postura sindical não cabe preconceitos. A atuação no terreno institucional é uma necessidade, sobretudo porque devemos buscar sempre a negociação e, quando for o caso, a greve como instrumentos legítimos do movimento sindical para defender os interesses dos trabalhadores⁸⁰⁸.

A crise no interior do ANDES, sem precedentes na história da entidade, foi amplamente debatida no IV CONAD Extraordinário durante a avaliação da greve e o debate

⁸⁰⁶ Idem, Ibidem.

⁸⁰⁷ Idem, Ibidem.

⁸⁰⁸ Idem, Ibidem, p.2.

sobre a democracia interna, princípio edificador da entidade. Como resultado desse processo, os delegados aprovaram a seguinte crítica à Direção:

O IV CONAD Extraordinário critica a Diretoria da ANDES-SN por ter cometido grave erro ao romper com a prática consuetudinária - base do direito a partir da vida orgânica das instituições - que confere legitimidade aos setores e comandos de greve, expressos da livre manifestação das seções sindicais, que indicam seus membros e apontam as diretrizes a serem seguidas⁸⁰⁹.

O referido CONAD também exigiu a reparação das decisões unilaterais da diretoria, anteriormente enumeradas, tais como a retirada da mesa de negociação com o MEC.

Na greve de 1998 não estava em jogo apenas a questão salarial, da luta pelo rebaixamento do trabalho docente nas IFES, mas ataques de maior amplitude, tanto por parte do governo e de sua política de filiação da educação ao mercado – tal qual o projeto de Reforma do Estado, iniciado com Bresser Pereira- quanto de forças políticas internas ao movimento coadunadas à concepção do sindicato orgânico.

O tripé da política de Paulo Renato ensino pago, autonomia financeira das universidades e pagamento por produtividade representava o investimento do governo na transformação do Estado sob o paradigma da administração pública gerencial, baseada nos conceito de eficiência do capital⁸¹⁰.

Para SILVA Jr e SGUISSARDI; o esforço de realização da reforma do Estado tem início em 1990 no governo Collor, porém recrudescer com Fernando Henrique Cardoso, a partir de 1995, e é “no âmbito dessa reforma que se pode, sob muitos aspectos, situar a estratégia e as ações oficiais de reforma da educação superior no país”⁸¹¹.

A disputa em torno da concepção sindical do ANDES-SN se estenderia, após a greve de 1998. Nos eventos nacionais do sindicato (Conads e Congressos) nos anos seguintes, a polarização foi bastante acirrada, com a oposição à diretoria aprovando muitas de suas propostas, nem sempre implementadas pelos dirigentes. No ano de 2000, em meio a nova greve, o processo eleitoral da entidade seria disputado por duas chapas, a Chapa 1 “ANDES para uma Nova Universidade” ligada à diretoria vigente e a Chapa 2 “ANDES-AD (Autônoma e Democrática)”, agora da oposição.

⁸⁰⁹ ANDES. Relatório do IV CONAD Extraordinário. São Paulo, 12 a 14 de setembro de 1998, p 31.

⁸¹⁰ BRASIL, MARE. Plano Diretor da Reforma do Estado. Brasília: 1995, p.7.

⁸¹¹ SILVA Jr, João dos Reis; SGUISSARDI, Valdemar Novas faces da Educação Superior no Brasil. 2 ed. São Paulo: Cortez; Bragança paulista, SP: 2001, p. 27.

Foi vitoriosa a chapa montada pela corrente sindical ANDES-AD, cujo candidato à presidência era Roberto Leher (UFRJ), derrotando a chapa da situação, encabeçada por Milton Muniz (UFSC)⁸¹².

Com a posse da diretoria eleita⁸¹³ a corrente sindical ANDES-AD retomava a direção da entidade. Certamente esta vitória eleitoral representava a opção pela retomada da concepção sindical e combativa na condução do movimento docente. A greve, que teve início em 24 de maio, durou 87 dias e teve como pontos centrais de pauta a defesa do serviço público e, novamente, a reivindicação de um reajuste linear, desta vez de 63,8%.

Após 17 dias da deflagração de mais uma greve unificada dos SPFs contra o ajuste neoliberal do Estado, em particular a ameaça de alteração da previdência⁸¹⁴, 3 ADs aderiram ao movimento, sendo seguidas por mais 33 ADs. Contudo, acontecendo quase que simultaneamente à disputa eleitoral e não desejada pela diretoria que se despediria em seguida, a greve teve várias fragilidades, o que se revelava, por exemplo, na baixa participação de delegados e observadores no CNG. Segundo as avaliações do CNG, apenas 50% das Seções sindicais mantiveram a regularidade na condução do movimento. Tal fato demonstraria, conforme a avaliação da direção do ANDES-SN, que a política capitalista neoliberal logrou mais uma vitória, além da domesticação das organizações combativas da classe trabalhadora:

A dificuldade em construir a greve, bem como a adesão parcial no quadro das 53 Seções Sindicais e no interior das universidades que a ela aderiram, tornaram mais visível a situação de degradação da universidade em sua dimensão pública,

⁸¹² Os resultados proclamados pela Comissão Eleitoral Central, da eleição ocorrida em 23 e 24 de maio de 2000 foram: Chapa 2 “ANDES-AD (Autônoma e Democrática)”: 13.304 votos; Chapa 1 “ANDES para uma Nova Universidade”: 10.494 votos; Votos em branco: 779 e Nulos: 409. Cf: ANDES-SN. RELATÓRIO FINAL DO 40º CONAD – Conselho da ANDES - Sindicato Nacional. Brasília, 22 a 24 de junho de 2000, p.8-9.

⁸¹³ Diretoria eleita para o biênio 2000-2002 - ANDES-AD (AUTÔNOMA E DEMOCRÁTICA). Posse: 22/6/2000: Presidente: ROBERTO LEHER; 1º Vice-Presidente: FERNANDO MOLINOS PIRES FILHO; 2º Vice-Presidente: MARIA LIA SILVA E REIS-ADUCSal S.Sind, 3º Vice-Presidente: MARINA BARBOSA PINTO- ADUFF S. Sind; Secretário Geral: EDMUNDO FERNANDES DIAS-ADUNICAMP, 1ª Secretária: LENA LÚCIA ESPÍNDOLA RODRIGUES FIGUEIRÊDO – ADUFC S.Sind., 2ª Secretária: ANA LÚCIA BARBOSA FARIA-SINDCEFET., 3ª Secretária: CLÁUDIA GONÇALVES DE LIMA-ASDUERJ., 1º Tesoureiro: JOSÉ DOMINGUES DE GODOI FILHO-ADUFMAT S.Sind., 2º Tesoureiro: ANTONIO LUIZ DE ANDRADE – ADUNESP S.Sind., 3ª Tesoureira: CELI ZULKE TAFFAREL – APUB S. Sind. Ver a composição completa da diretoria nos anexos.

⁸¹⁴ A Reforma Administrativa do Estado definiu que, através de lei complementar, seria instituída o regime de previdência complementar da União, Estados, Distrito Federal e Municípios. Nesse sentido o governo apresentou o PL 09/99 à Câmara dos Deputados, em regime de urgência, visando transformar o direito trabalhista do servidor em mercadoria a ser disputada pelo mercado da previdência privada.

decorrente do processo de privatização interna, bem como seu papel político. Cursos pagos (em especial no manancial das pós-graduações *lato sensu* e de formação de professores por meio de convênios com prefeituras financiadas pelo Fundef), consultorias e convênios, reúnem hoje um conjunto significativo de docentes que se opõem, não apenas às greves, mas, cada vez mais, ao próprio projeto de *universidade pública, gratuita, de qualidade e socialmente referenciada* que, ao longo dos anos 80, unificou a comunidade universitária em luta contra a ditadura e a transição pelo alto⁸¹⁵.

A avaliação sobre a forma que a privatização havia avançado no interior da universidade revelava que se as políticas diretas de privatização do ensino público, tais como a implantação de mensalidades, a quebra da isonomia dos trabalhadores e ataques aos direitos trabalhistas, bem como a destruição da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, encontraram a resistência coletiva dos trabalhadores das IFES, através das greves da década de 1980 e 1990. No entanto, tais políticas encontraram outros caminhos, cujos efeitos seriam sentidos em médio e longo prazo. A forma jurídica da fundação de apoio, de direito privado, foi decisiva nessa direção⁸¹⁶.

A desresponsabilização financeira do Estado com as IFES abriu um espaço incontestado para a iniciativa privada. Essa infiltração privatista no seio das IFES parece ter sido encarada por muitos trabalhadores, particularmente pelos docentes, como a única solução para a crise das universidades. Os problemas da greve, contudo, não se restringiram à adesão dos trabalhadores à lógica gerencial e de ressignificação da noção de público nas universidades.

No que diz respeito à ação organizada da classe, a ação da CUT não pôde deixar de ser considerada como partícipe na fragmentação e no enfraquecimento do movimento grevista, em uma etapa crucial do embate entre projetos antagônicos de estado, de serviço público e sociedade entre os SPFs e o governo de Fernando Henrique Cardoso.⁸¹⁷

E, no aspecto interno do ANDES-SN, as ações da diretoria 1998-2000 ainda trariam repercussões ao movimento docente, como:

O não encaminhamento sistemático de resoluções dos fóruns democráticos e

⁸¹⁵ ANDES. Considerações sobre o movimento dos SPFs e do Setor das Federais. Brasília, 04-08-2000, p.3.

⁸¹⁶ A esse respeito ver: ANDES-SN. Universidade Pública X Fundações ditas de apoio: Educação não é mercadoria. Brasília, s/d.

⁸¹⁷ Idem, Ibidem, p.3.

deliberativos do movimento docente (CONAD e Congresso), pela diretoria do biênio 1998-2000. Exemplos recentes são a não protocolização da Atualização da Pauta Específica de Reivindicações do ANDES-SN junto ao MEC (Congresso de Juiz de Fora) e a não implementação das deliberações referentes às ações integradas com a FASUBRA, o SINASEFE e a UNE (CONADs e Congressos do período 1998-2000)⁸¹⁸.

Frente ao quadro exposto de conjuntura adversa, o balanço da greve, realizado pelo CNG, não considerava que havia ocorrido vitória econômica, tampouco a reversão do processo de reforma do Estado, na perspectiva neoliberal⁸¹⁹, tal como se podia notar através da proposta de “emprego público”, o que demonstrava a necessidade de fortalecimento da unidade dos SPFs e a ampliação das lutas .

O saldo positivo da greve restringia-se ao desgaste do governo FHC e a maior participação da comunidade acadêmica, como, por exemplo, o funcionamento do CNG dos estudantes, e o avanço da concepção de defesa dos serviços públicos, como bem público, ou seja, do conjunto da classe trabalhadora⁸²⁰.

Durante a greve dos SPFs, as universidades estaduais paulistas e a Universidade do Estado do Mato Grosso (UNEMAT) também estiveram em greve por quase dois meses, além da pauta salarial, a greve combateu a política de desmonte das universidades públicas.

As lutas contra a destruição do RJU, através da lógica do emprego público e aquelas contrárias à Reforma da Previdência marcariam a próxima década, aprofundando, no decorrer dos anos seguintes, as divergências com os novos rumos tomados pela CUT de encaminhar ações propositivas a fim de atenuar os impactos – tomados como inevitáveis – do neoliberalismo.

No XX Congresso, o ANDES debateu a fundo os temas da Previdência Social e da organização sindical. O Sindicato Nacional combateu a postura negociadora da CUT frente à reforma previdenciária de Fernando Henrique Cardoso, conforme o texto apresentado pela diretoria ao congresso:

A constatação de que o neoliberalismo produziu estragos também na CUT tornou-se patente quando Vicente Paulo da Silva, representando a Articulação Sindical,

⁸¹⁸ Idem, Ibidem, p.5.

⁸¹⁹ CNG. A Greve dos Servidores Públicos Federais e a Participação dos Docentes- Um primeiro balanço. Brasília, 17/07/2000.

⁸²⁰ ANDES. Considerações sobre o movimento dos SPFs e do Setor das Federais. Brasília, 04-08-2000, p.1.

inseriu a CUT na “negociação” da reforma da previdência, admitindo a mudança na Constituição Federal e suspendendo a campanha, já esboçada, contra essa reforma, sustando, com isso, a eclosão de um movimento que a greve geral francesa de novembro/dezembro de 1995 atestara como de imensa repercussão e apoio popular. Naquele momento, a CUT funcionou como força supletiva do capital⁸²¹.

Para a direção do ANDES, o avanço do capital sobre a previdência social pública, através do crescimento dos fundos de pensão, representava um ataque sobre um direito que deveria ser inalienável aos trabalhadores, o de uma “aposentadoria ativa e criadora”:

as possibilidades emancipatórias da aposentadoria, construídas pela solidariedade social edificada nas lutas seculares dos trabalhadores e pela ampliação da vida produtiva, se chocam com as necessidades do capital. Os fundos de aposentadoria são reivindicados pelo capital rentista, contra o trabalho. Por isso, a inflexão da CUT significou uma guinada, de fato, radical, impondo a todos os trabalhadores a árdua tarefa de reconstrução da própria civilização, atingida pela barbárie do capital⁸²².

Em decorrência da avaliação, em sua maioria oriunda do chamado “Bloco de Esquerda da CUT”⁸²³, de que não se deveria negociar, mas impedir a tramitação da Reforma da Previdência, em 22 de agosto de 2001 teve início a greve dos SPFs em torno de 5 eixos comuns, a saber, “incorporação das gratificações; reposição das perdas salariais; concurso público no RJU; Não à PEC 136 –paridade entre ativos e aposentados; defesa dos direitos sindicais⁸²⁴”.

Com a força da greve desta que foi a maior e mais coesa da entidade e a pressão parlamentar em um mês o MEC recebeu os CNGs do ANDES-SN, da FASUBRA, SINASEFE e UNE, deliberando pela instalação de uma comissão de estudo da pauta do movimento a fim de abrir negociações. De forma repentina, entretanto, o ministro Paulo Renato rompeu o início de negociação, em reunião com a ANDIFES, quando solicitou o corte do pagamento do mês de setembro nas IFES.

⁸²¹ ANDES-SN. RELATÓRIO FINAL DO 20º CONGRESSO DO ANDES-Sindicato Nacional. Rio de Janeiro, 15 a 21 de fevereiro de 2001, p.130.

⁸²² Idem, Ibidem, p. 137.

⁸²³ Idem, Ibidem, p. 138.

⁸²⁴ CNG. Avaliação de conjuntura: intensificar a mobilização para garantir negociações. Brasília, (s/d).

O ANDES impetrou, na justiça, mandado pelo pagamento dos salários. No primeiro dia de outubro foi concedida uma liminar pelo STJ a favor do sindicato e em três dias a mesma foi suspensa sob a alegação de que não havia lei específica sobre greve no funcionalismo federal. O ministro do Supremo Tribunal Federal, Ilmar Galvão (professor universitário aposentado) acatou o argumento do procurador Geral da União de que a greve representava “grave ameaça à ordem pública e à sociedade”⁸²⁵.

O CNG denunciava a intransigência do governo na condução da greve e as formas de desqualificação do movimento frente à sociedade, tais como o pagamento de notas em jornais atacando a greve dos SPFs⁸²⁶, responsabilizando o governo pelo impasse da greve:

O governo, que compromete a maior fatia do orçamento com o pagamento dos juros e do principal das dívidas interna e externa, possui recursos para atender às reivindicações. Os parlamentares das comissões de educação e orçamento da câmara constataram existência de mais de R\$ 1 bilhão de recursos destinados à educação no orçamento de 2001 que não foram gastos. A decisão do governo de não negociar as nossas reivindicações é, portanto, política – não financeira. É, também, política a decisão de suspender os pagamentos”⁸²⁷.

E pelas consequências do prolongamento da greve:

é o MEC, na figura do ministro Paulo Renato, em sua intransigência, o responsável pelo prolongamento da greve e suas consequências sobre o semestre letivo e o vestibular. É justamente como garantia do direito de todos, inclusive dos estudantes da rede federal de ensino médio, também em greve – a um ensino superior público, gratuito e de qualidade, que o Comando Nacional de Greve do ANDES-SN está indicando às Assembleias de docentes o adiamento dos concursos de vestibular⁸²⁸.

Com 52 ADs em greve, em 20/10/1998, surgiu a polêmica sobre a negociação com o MEC, se a mesma deveria ocorrer ou não com os salários suspensos: 17 apontavam para as negociações com o MEC, mesmo sem o pagamento do salário de setembro e 15 indicaram que o pagamento era condição para o restabelecimento das negociações. Nesse momento, a maioria das ADs rejeitou a proposta de reajuste de 30%

⁸²⁵ Idem, Ibidem, p.1

⁸²⁶ Idem, Ibidem, p. 2.

⁸²⁷ CNG ANDES-SN. Fortalecimento da greve é a resposta do movimento á intransigência do governo. Brasília, 05-10-01, p.4.

⁸²⁸ Idem, Ibidem, p.5.

na GED/GID⁸²⁹ proposta pelo MEC⁸³⁰. Deliberado pela retomada das negociações mesmo sem o pagamento dos salários, o CNG afirma que se tratava de uma decisão tática:

As Assembleias Gerais indicaram claramente que, taticamente, a questão do pagamento dos salários de setembro na deveria ser condicionante no processo de negociação. Isto não significa – no entendimento da base - que estamos fragilizados; muito pelo contrário: a **percepção** foi de que, mesmo sem o restabelecimento de condições democráticas para interlocução, a fragilização de Paulo Renato nos é favorável. **Está claro que o governo tem premência de solucionar a greve**⁸³¹.

A rodada de Assembleias Gerais indicadas pelo CNG-ANDES-SN reafirmou os princípios da entidade: contrários à lógica produtivista e à quebra da isonomia.

A indicação das AGs também reafirma a postura que o MD teve contra a GED desde a sua origem, durante a greve de 1998, quando a diretoria do Andes-sn (gestão 98-00), recém-empossada, negociou com o governo o fim da greve em troca da aprovação da lei da GED, apesar da rejeição por parte da maioria da categoria⁸³².

O CNG avaliava que havia a possibilidade de saída da greve da FASUBRA, com a vitória parcial, mas que a greve docente seguia forte e contava com a solidariedade da população⁸³³:

Estamos fazendo a história da maior e mais forte greve do MD nos 21 anos do ANDES-SN, notadamente num momento de forte embate e enfrentamento de projetos societários com FHC⁸³⁴.

O governo recuou na tentativa de implantação do projeto de emprego público (contratação dos docentes via CLT) e avançou nas negociações, chegando mesmo a aprovar, na mesa de negociações, um acordo com o movimento. Entretanto, a

⁸²⁹ GID: Gratificação de Incentivo à Docência, para os docentes da carreira de 1º e 2º graus.

⁸³⁰ CNG ANDES-SN. Reflexões profundas, ações concretas. Brasília, 20/10/2001.

⁸³¹ Idem, Ibidem, p.1.

⁸³² Idem, Ibidem P.2.

⁸³³ Em enquête nacional realizada pela rádio CBN, em 18-10, 95% das pessoas consideraram a greve justa. (Idem, Ibidem, p.3.). A greve permaneceu diariamente na mídia nacional, com destaque às condições materiais das IFES. O Sindicato teve espaço para apresentar suas propostas em praticamente todos os veículos de comunicação, incluindo reportagens quase que diárias nos principais telejornais.

⁸³⁴ Idem, Ibidem, p.3.

liderança do governo no Congresso desautorizou o MEC, negando tramitação à proposta. Por isso, em 8/11/01, divulgou o Ofício 13971/2001-MEC/SESu, alegando não possuir verbas para o cumprimento das negociações em andamento com o movimento:

diante da impossibilidade, manifestada pelos parlamentares, no último dia 30 de outubro, de garantia dos recursos no montante de R\$ 363,5 milhões de reais, necessários para a cobertura dos custos envolvidos nas propostas de melhoria dos vencimentos dos professores das IFE, o MEC, o ANDES-SN e o SINASEFE não puderam firmar o Termo de Acordo resultante do longo processo de negociação, transcorrido nos dois últimos meses de setembro e outubro, com vistas à finalização da greve do segmento docente⁸³⁵.

Nesse sentido o MEC apresentava a proposta de, com as verbas asseguradas pelos parlamentares, de R\$ 100 milhões e pelo ministro, R\$ 150 milhões - remanejados de diversos projetos do MEC: 1) reajuste de 34% na GED e na GID a todos os docentes das IFE; 2) extensão de 60% do valor máximo atribuído por meio da GID aos inativos e pensionistas do magistério de 1º e 2º graus; 3) garantia de contratação via RJU; 4) Abertura de 2000 novas vagas para concursos além das 2000 já autorizadas; 5) Abertura de mesa de discussão, sob a coordenação da ANDIFES para os seguintes temas: carreira docente na IFE; Avaliação docente das IFE, Titularidade na carreira de magistério de 1 e 2 graus; recomposição do quadro funcional, financiamento das IFE, auxílio alimentação e assistência a saúde, hospitais universitários. Por fim, o MEC comprometia-se com a liberação do salário de outubro assim que o ANDES e o SINASEFE apresentassem o indicativo de saída de greve com data marcada, bem como o compromisso de reposição das aulas do segundo semestre de 2001.⁸³⁶

Com a resistência do movimento grevista – que manteve-se em greve em todas as IFES, de forma absolutamente unificada – ao rebaixamento do montante de verbas destinado ao cumprimento do acordo, o MEC foi derrotado e disponibilizou R\$320 milhões para o Orçamento, a serem destinados exclusivamente aos acréscimos às remunerações dos servidores ativos, aposentados e pensionistas.

No Termo de Acordo assinado entre o MEC, ANDES-SN e SINASEFE, em 29 de novembro de 2001, o MEC comprometia-se a 1) encaminhar para a casa Civil da

⁸³⁵ MEC/SESu. Ofício nº 13.971/2001 – MEC/SESu. Brasília, 08/11/2001.

⁸³⁶ Idem, Ibidem, p. 1-2.

presidência da República, Projeto de Lei, baseado em acordo fechado no Congresso Nacional entre as partes; 2) acréscimo de remuneração aos docentes ativos, aposentados e pensionistas; 3) manter a contratação dos docentes das IFES no RJU, por meio de concurso público, 4) definir metas de realização de concurso público, a partir de 2002, além das 2000 vagas já autorizadas; 5) a estender o termo firmado aos servidores técnico-administrativos da Educação Básica e Profissional e 6) participar de mesas de negociação com o ANDES-SN e o SINASEFE, coordenadas pela ANDIFES e CONCEFET a fim de tratar de pontos de pauta referentes à carreira, benefícios aos servidores e financiamento das IFES, dentre outros. Em contrapartida, comprometiam-se ANDES e SINASEFE a realizarem a proposta de saída da greve às respectivas AGs, bem como garantir a reposição de aulas de todo aquele semestre.

Com a assinatura do PL 5805/01, que assegurava grande parte das reivindicações dos docentes, a greve de 109 dias foi considerada vitoriosa. Dentre as principais vitórias destacam-se a derrota do projeto de emprego público – que quebraria a previdência social pública e a isonomia e a paridade dos docentes a partir de gratificações produtivistas, a equiparação da gratificação dos professores de 1º e 2º com a dos docentes das IFES, a inclusão dos aposentados e pensionistas com 60% da GID, a abertura de novas vagas em concursos no RJU e, do ponto de vista do projeto neoliberal para a educação, a greve pode ter contribuído para a inviabilização da candidatura de Paulo Renato à presidência da república⁸³⁷.

As conquistas inscritas no Termo de Acordo e no PL, contudo, não seriam garantidas de forma automática, ao que o ANDES indicava, para o ano de 2002, a permanência da luta pela incorporação de gratificações, o combate ao pacote antigreve do governo e o fortalecimento das finanças de greve da entidade e a atualização da pauta de reivindicação dos SPFs para a Campanha Salarial de 2002⁸³⁸.

Na eleição da entidade em 2002, a confrontação em torno dos grupos que continuavam a disputar a direção do movimento teve como resultado a recondução da corrente ANDES-AD para o biênio 2002-2004⁸³⁹. A Chapa 1 “ANDES-AD – Autônoma

⁸³⁷ Conforme a avaliação dos professores da UFBA: Petry Lordelo, Silvana Rosso, Elis Braga, Solange Lacks, Alaor Bastos, Roberto Colavolpe, Amália Catharina, Cristhina Paraíso, Caio Marambaia, Marcio Munduruca e Celi Tafarel. Salvador, 12/12/2001.

⁸³⁸ Conforme os seguintes documentos: ANDES-SN. Documento elaborado a partir das indicações apontadas pelo setor das federais. Brasília, março de 2002 e ANDES-SN. Campanha Salarial 2002 – Pauta de Reivindicação dos SPFs no Cotidiano das IFE. Brasília, maio de 2002.

⁸³⁹ Diretoria eleita para o biênio 2002-2004: ANDES-AD (AUTÔNOMA E DEMOCRÁTICA): LUIZ CARLOS GONÇALVES LUCAS – ADUFPel S.Sind, 1º Vice-Presidente: JOSÉ DOMINGUES DE GODOI FILHO – ADUFMAT S.Sind, 2º Vice-Presidente: OSVALDO COGGIOLA – ADUSP S.Sind. 3ª

e Democrática” recebeu 11.733 votos e a Chapa 2 “ Uma nova ANDES é possível: Plural e de Luta”, 7.447⁸⁴⁰.

O primeiro sucesso expressivo do movimento docente na luta contra o governo FHC, com os resultados da greve de 2001, assim como a ampliação dos descontentamentos da categoria docente com os rumos da política educacional brasileira – no bojo do crescimento da oposição às políticas neoliberais na segunda gestão do governo do PSDB-PFL – ajudam a entender tanto a vitória significativa daquela chapa, quanto o clima de expectativa da categoria (e da maioria da população brasileira) com a vitória eleitoral da candidatura Lula, em 2002.

III.2.4 O Governo Lula e a contrarreforma da previdência

O impacto dos primeiros meses do governo Lula sobre a categoria seria avassalador. A crise aberta em 2003 não apenas para o ANDES, mas para o conjunto da classe trabalhadora, teve como principal causa a Reforma da Previdência proposta pelo presidente da república eleito com amplo apoio popular e do movimento sindical, Luís Inácio Lula da Silva (PT). Em seus primeiros meses de governo, o PT colocou em pauta no Congresso reformas contrárias aos direitos conquistados pelos trabalhadores nas lutas das últimas décadas no Brasil, a maioria delas conduzidas pelo próprio partido.

A greve de 2003 representou um marco na luta do ANDES-SN, abrindo um novo ciclo de organização interna e da classe trabalhadora de uma forma mais ampla.

A paralisação do trabalho, que durou 59 dias, foi derrotada em sua pauta central: a Reforma da Previdência Pública. A PEC 040 buscava alterar a paridade através do rebaixamento no valor das pensões, aumentar o tempo de contribuição e estabelecer o teto de dez salários mínimos para a aposentadoria, além de ampliar o espaço para a previdência complementar privada.

A proposta original da reforma visava acabar com a aposentadoria integral de todos. Porém, diante da pressão social (até mesmo a CUT que não apoiou o movimento

Vice-Presidente: MARIA LIA SILVA E REIS – ADUCSal S.Sind. Secretária Geral: CELI ZULKE TAFFAREL – APUB S. Sind. 1ª Secretária: ANA LÚCIA BARBOSA FARIA – SINDCEFET – MG 2º Secretário: MARLON FREIRE DE MELO – ADUFEPE SSind. 3ª Secretária: MARIA CRISTINA MIRANDA DA SILVA – ADUFRJ S. Sind. 1º Tesoureiro: JOSÉ VITÓRIO ZAGO – ADUNICAMP. 2º Tesoureiro: ANTÔNIO LUIZ DE ANDRADE – ADUNESP S.Sind. 3º Tesoureiro: ALMIR SERRA MARTINS MENEZES FILHO – ADURN S.Sind. Ver a composição completa da diretoria nos anexos.

⁸⁴⁰ Fonte: ANDES. Relatório Final do 44º CONAD – Conselho do ANDES - Sindicato Nacional. Florianópolis - SC, 21 a 23 de junho de 2002, p. 8.

grevista ameaçou aderir à mobilização), o governo manteve a aposentadoria integral e a paridade para os atuais servidores, retirando-a para os novos.

Para o CNGU dos SPFs, não havia recuo significativo na proposta do governo, pois os representantes do governo “acenam para a manutenção da integralidade da aposentadoria dos atuais servidores, mas desde que estes aceitem trabalhar mais 7 anos além do previsto na legislação atual para se aposentarem”⁸⁴¹, e aos servidores futuros não seriam garantidos o direito à aposentadoria integral e à paridade:

praticamente todo o restante da PEC 40 permanece como proposto originalmente, com o teto e o fim da paridade para a aposentadoria dos futuros servidores e a redução do valor do benefício pago na aposentadoria proporcional. Mantém-se a taxaço dos aposentados, a reduço do valor das pensões, e a regulamentação dos fundos de pensão apontando para a privatização da previdência social⁸⁴².

Ao mesmo tempo, universidades estaduais estavam em greve por direitos reivindicados no período da ditadura civil-militar, como a democratização da universidade⁸⁴³.

Houve ainda mais duas greves no primeiro mandato de Luís Inácio Lula da Silva, a de 2004⁸⁴⁴ contra a Reforma Universitária e a de 2005 pela defesa da universidade pública e contra a precarização do trabalho docente. Contudo, a experiência da classe trabalhadora e, em particular, dos servidores públicos, com o ímpeto petista em ganhar a confiança dos setores empresariais do capital, via retirada de direitos trabalhistas e do posicionamento da CUT frente à Reforma da Previdência provocaram uma cisão indelével no campo da organização sindical brasileira.

⁸⁴¹ CNGU. Nota do Comando Nacional Unificado de Greve à Imprensa. Brasília, 16 de julho de 2003.

⁸⁴² Idem, Ibidem, p.2.

⁸⁴³ A Universidade Regional do Cariri (URCA) estava em greve por ter o governo do Ceará ferido a autonomia universitária ao escolher o 2º lugar da eleição para reitor e nomear o interventor André Herzog, bem como pela denúncia da truculência policial ao invadir a universidade para impedir os protestos. Encontravam-se também em greve a Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, no campus de Vitória da Conquista, além da Universidade do Estado da Bahia (UNEB).

⁸⁴⁴ Diretoria Eleita para o biênio 2004 – 2006: ANDES AUTÔNOMA E DEMOCRÁTICA Posse: 17/6/2004 .Presidente: MARINA BARBOSA PINTO - ADUFF S.Sind., 1º Vice-Presidente: PAULO MARCOS BORGES RIZZO - APUFSC S.Sind., 2º Vice-Presidente: OSVALDO COGGIOLA - ADUSP S.Sind., 3º Vice-Presidente: MARIA INÊS CORRÊA MARQUES - APUB S.Sind. e ADUCSAL S.Sind., Secretário Geral: MÁRCIO ANTÔNIO DE OLIVEIRA - APES-JF S.Sind., 1ª secretária: MILENA MARTINEZ - APUFPR - S.Sind., 2ª Secretária: CÉRES MARIA RAMIRES TORRES - ADUFPEL S.Sind., 3º Secretário: EDMUNDO FERNANDES DIAS – ADUNICAMP, 1º Tesoureiro: ANTÔNIO DE PÁDUA BOSI - ADUNIOESTE S.Sind., 2ª Tesoureira: ZENILDE MOREIRA BORGES DE MORAIS - ADUFERPE S.Sind., 3ª Tesoureira: EDNA MARIA MAGALHÃES DO NASCIMENTO - ADUFP S.Sind. Ver a composição completa da diretoria nos anexos.

Nesse sentido, a crise do sindicalismo cutista embora não tenha início com o governo Lula, aprofunda-se durante o seu primeiro mandato, levando uma sequência de sindicatos combativos à ruptura com a Central, como de fato, ocorreu com o ANDES-SN.

Seria um equívoco atribuir exclusivamente às mudanças ocorridas no interior da CUT à chegada de Luís Inácio Lula da Silva à presidência da república, conforme demonstramos ao longo da análise. Contudo, a relação orgânica entre o Partido dos Trabalhadores e a Central Única dos Trabalhadores resultou em ações convergentes entre as duas esferas político- organizativas da classe trabalhadora e colaborou decisivamente para a vitória eleitoral de Lula através de um programa político para o país muito diverso daquele apresentado em 1989.

A eleição de 1989 representou um ponto de inflexão na história brasileira recente e na história da organização dos trabalhadores. A burguesia logrou grandes avanços seja no campo da vitória eleitoral neoliberal, com a eleição de Fernando Collor de Mello, seja no fortalecimento de sua incursão no seio sindical brasileiro, através do duelo entre a Força Sindical, nova central sindical criada pelo governo, e a CUT.

Ainda que a CUT tivesse importantes divergências internas desde a sua fundação, na década de 1980, atuou em uma perspectiva classista contra o capital, dirigiu greves gerais, atuou em importantes lutas e defendeu a autonomia da classe trabalhadora. Contudo, pelo menos desde o III Congresso da CUT (III CONCURT), realizado em Belo Horizonte, em 1988, considerado o último congresso “de massas” da central, as resoluções congressuais caminharam no sentido de diminuir a participação da base e a democracia interna nos fóruns da entidade.

Conforme discutimos anteriormente, Teones França (2005) analisa o processo de transformação da CUT em um “sindicalismo orgânico”, de negociação e conciliação entre Capital e Trabalho. Como aspectos importantes são destacados, pelo autor, as alterações nas resoluções congressuais, já citadas; a filiação da CUT à CIOSL, em 1992 -combatida pelo ANDES-SN- uma confederação internacional atuante como braço do imperialismo norte-americano, a aproximação de centrais sindicais européias social-democratas; e, por fim, a disposição da Central em negociar com o capital e participar dos chamados fóruns tripartites. Com relação a estes dois últimos aspectos, são emblemáticas as experiências de negociações realizadas entre o sindicato dos metalúrgicos do ABC paulista e as montadoras frente às ameaças de demissão que impuseram uma pauta de perdas de direitos desses trabalhadores e o “acordo da

previdência”, em 1996, quando o presidente da CUT, Vicente Paulo da Silva, aceitou negociar a proposta do sistema previdenciário com o governo de Fernando Henrique Cardoso, que substituiu o modelo da “aposentaria por tempo de serviço” pelo da “aposentadoria por tempo de contribuição”.

Diante dessas opções, a CUT abandonou a perspectiva originária, ainda que não consensual, de constituir-se sob novas bases organizativas, herança do *Novo Sindicalismo*, em oposição à estrutura sindical e, cada vez mais, tornou-se parte integrante desta.

Para MATTOS:

Já em 1996 a direção da CUT demonstrava disposição para negociar reformas neoliberais que retiravam direitos de determinados setores da classe trabalhadora. Sob o governo de Lula da Silva, porém ocorreu um salto de qualidade, pois a CUT deixou de negociar “o menos pior” nas (contra) reformas apresentadas pelo governo e passou a ser ela também co-formuladora das propostas, como no caso da PEC 369⁸⁴⁵.

As convergências entre a ação da CUT e o *transformismo* do PT são, como dissemos inicialmente, anteriores à chegada de Lula à presidência da república. Eurelino Coelho (2005), defendeu a tese de que o conceito gramsciano de transformismo explicaria o processo histórico de deslocamento do PT no terreno da luta da classes, antes um partido de massas e combativo a uma “esquerda do capital”. Tal processo que teve como protagonista o campo majoritário do PT, a corrente denominada “Articulação”, preparou o terreno para que os maiores instrumentos históricos construídos pela classe trabalhadora no Brasil, a CUT e o PT, se tornassem mais palatáveis ao Capital, e aos seus representantes, a burguesia.

Chegado o momento histórico de um governo nacional nas mãos do Partido dos Trabalhadores, este já não era o PT da década de 1980, do programa Democrático-Popular. Para autores críticos da esquerda, como Ruy Braga, Álvaro Bianchi e Kátia Lima, para citar apenas esses, o Partido dos Trabalhadores apresentava-se agora dentro do programa da “Terceira Via” ou “Social-Liberalismo”⁸⁴⁶.

Kátia Lima, ao analisar a obra de Antony Giddens, afirma que o sociólogo britânico, assessor de Tony Blair, anunciando uma alternativa ao neoliberalismo e ao

⁸⁴⁵ MATTOS, Marcelo Badaró. Reorganizando em meio ao refluxo: Ensaios de intervenção sobre a classe trabalhadora no Brasil atual. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2009, p.165.

⁸⁴⁶ BIANCHI, Álvaro e BRAGA, RUY (2003) e LIMA, Kátia (2004).

socialismo, representado pela social-democracia, tendo em vista o insucesso de ambos. Para a autora,

É neste quadro político mais amplo, negando tanto o socialismo revolucionário e a possibilidade de construção da sociedade socialista, como as reformas sociais presentes no *welfare state*, que a “terceira via” afirma que o socialismo morreu ⁸⁴⁷.

Dessa forma, a proposta da “Terceira via” seria viabilizar a reforma do capitalismo, ou seja, a reconstrução da social democracia sob bases mais flexíveis⁸⁴⁸, uma vez que não estaria mais no horizonte a ruptura com a sociedade burguesa, restando o caminho do pacto social. Os efeitos práticos dessa política, além da domesticação da classe trabalhadora e de suas organizações, seria a de uma profunda reforma no Estado, rompendo os limites entre a esfera pública e privada, na forma do amalgamado setor “público não estatal”, espaço privilegiado de atuação da sociedade civil. Em outras palavras, a coesão entre o mercado, o Estado e a sociedade civil garantiria a reprodução ampliada da sociabilidade burguesa, uma vez que a luta de classes não seria nada além de um anacronismo, para essa ideologia.

Lula chegou ao poder apoiado por partidos de esquerda e de direita e logo demonstrou como governaria, ou seja, através da manutenção da política econômica de cariz neoliberal e da tentativa de ganhar a credibilidade do capital financeiro, mas também do agronegócio. Porém, a ação mais aparentemente contraditória de um governo eleito pelos trabalhadores da cidade e do campo - mas não só – para mostrar a sua capacidade de governar ao encontro dos interesses capitalistas foi a de prosseguir com as reformas neoliberais no Estado, particularmente, aquelas condizentes com a subtração de direitos da classe trabalhadora. Assim, em 2003, sem preâmbulos, o governo Lula elegeu como prioridade a contra-reforma da previdência, já que o governo Fernando Henrique Cardoso não obteve o ritmo e o êxito esperado no setor público.

O papel da CUT naquele momento de conflito aberto entre os interesses da classe trabalhadora e o do PT, de administrar o Estado pela agenda neoliberal, foi o de colaboração. Se a CUT já vinha se transformando em uma central negociadora, dentro

⁸⁴⁷ LIMA, Kátia. “Terceira Via” ou Social-liberalismo: bases para a refundação do projeto burguês de sociabilidade. In Revista Universidade e Sociedade. Nº34. Brasília: Sindicato nacional dos Docentes das Instituições do Ensino Superior – ANDES-SN, 2004, p. 13.

⁸⁴⁸ A esse respeito ver “A terceira via: reflexões sobre o impasse político atual e o futuro da social-democracia, de Anthony Giddens (2000). Na obra, o autor reduz a tradição socialista à experiência stalinista e ao seu colapso, para anunciar a morte do socialismo e a necessidade de uma alternativa entre o *welfare state*, a esquerda existente, e o neoliberalismo, a direita.

dos marcos da ordem capitalista, não seria em nada contraditório “negociar” com o governo do PT. Assim, a CUT participou do Conselho Econômico e Social (CDES), criado pelo governo Lula para assessorar, mas, sobretudo legitimar as contra-reformas através da *participação da sociedade civil*, lócus de diferentes interesses, em desigualdade de condições.

Frente ao avanço da contra-reforma previdenciária, os servidores públicos entraram em greve e a CUT se opôs ao movimento. O auge da ruptura da CUT com os trabalhadores havia se dado nesse cenário.

III.2.5 A Ruptura do ANDES com a CUT

No 24º Congresso do ANDES-SN ocorreu a desfiliação da CUT. Tal processo de debate sobre a relação do ANDES-SN com a CUT teve início antes, com a luta da classe trabalhadora pela retirada da PEC 40, projeto de contra-reforma previdenciária do governo Lula.

O Caderno ANDES, nº 21, afirma que a decisão pela desfiliação da CUT:

firme e consciente foi movida pelas evidências que projetavam para um futuro próximo a mudança de comportamento da CUT que, já em diversos momentos, fizera opção pelas políticas do governo⁸⁴⁹.

Assim, a entidade destaca quatro principais evidências desse distanciamento da CUT dos princípios da independência, da autonomia, da liberdade de organização e do classismo: 1) a adesão à concepção da unicidade sindical; 2) a realização da CUT, em conjunto com os setores governistas do MST, da UNE e da Central dos Movimentos Sociais, de uma manifestação em apoio ao governo Lula frente às denúncias de corrupção e pela mudança da política econômica; 3) a nomeação do presidente da CUT para o Ministério do Trabalho; 4) o apoio da CUT, em parceria com o MEC, à criação do PROIFES⁸⁵⁰.

Ainda que as mudanças na direção classista da CUT tenham sido objeto de análise do ANDES ao longo da década de 1990, e mesmo de 1980 é, a partir do 46º CONAD, ocorrido em Vitória (ES), em junho de 2003, que, apesar de contraditoriamente reconhecer a CUT como a sua legítima representante, se acentuam

⁸⁴⁹ Crise Política e Organização dos Trabalhadores. Cadernos do ANDES nº 21, Brasília, novembro de 2005, p.5.

⁸⁵⁰ Idem, Ibidem.

as divergências com a Central. Nesse CONAD, o ANDES-SN explicita as suas contrariedades quanto às deliberações do CONCUR sobre a reforma da previdência e a participação da CUT nos fóruns propostos pelo governo federal. Na *Carta de Vitória*, o sindicato estabelece como tarefa do movimento, e da CUT em particular, o apoio à greve, convocada para 8 de julho, pela retirada da PEC 40. Após a hesitação da CUT no apoio à greve dos servidores públicos federais, sendo mesmo inicialmente contrária ao movimento, o debate ganhou uma maior dimensão nos fóruns democráticos da categoria.

De outubro a novembro de 2003, o 47º CONAD, ocorrido em NATAL (RN), ao mesmo tempo em que deliberou “que as seções sindicais discutam a relação do movimento sindical com a CUT” (2003:85), realizou mais um chamado à Central:

A Central Única dos Trabalhadores está chamada a desempenhar seu papel historicamente afirmado de defesa das reivindicações dos trabalhadores. Assim, decidimos não participar de fóruns do governo que, pretensamente tripartites, constroem falsos consensos entre trabalhadores, capital e governo. Se os fóruns tripartites, em governos anteriores, configuravam-se como desvantajosos, colocando patrões e governos contra os trabalhadores, hoje nos confrontamos com o agravante de que os organismos de luta estão sendo cooptados para desempenharem papel de coadjuvantes no aprofundamento de políticas destruidoras de direitos⁸⁵¹.

Porém, a dependência da CUT ao Estado e a sua vinculação à base de apoio do governo petista não regrediram. Ainda que a dependência financeira às verbas do FAT tenham diminuído no início do governo Lula, a dependência do Estado cresceu, tanto em formas de financiamento, quanto na integração à estrutura sindical.

A experiência da classe trabalhadora com a CUT no enfrentamento aos ataques aos seus direitos e as propostas da contra-reforma sindical, trabalhista e universitária mostraria que este instrumento dos trabalhadores, construído na década de 1980, esgotara-se no seu caráter autônomo e classista.

Diante desse quadro, em Salvador, reuniram-se os delegados do 23º Congresso do ANDES-SN, em março de 2004, que aprovam as resoluções de continuidade da luta

⁸⁵¹ ANDES. Relatório Final do 47º Conselho do ANDES-SN, Natal, novembro de 2003, p. 55.

contra as políticas neoliberais do governo Lula⁸⁵² e reafirmam a resolução do CONAD anterior de que as seções sindicais

discutam a relação do ANDES-SN com a CUT, podendo deliberar sobre a situação do ANDES-SN em relação à Central no 24º CONGRESSO ou em Congresso Extraordinário⁸⁵³

Para se chegar à resolução acima, os Textos de Resolução, amplamente debatidos no interior dos Grupos de Trabalho desse congresso, particularmente o de Política e Formação Sindical, analisaram a viabilidade da condução das lutas necessárias pela CUT.

A forma cautelosa com a qual o ANDES-SN conduziu o debate pela desfiliação à CUT de 2004 a 2005, deu-se mais, em nossa avaliação, frente aos grandes desafios da reorganização da classe na construção de novos instrumentos e no respeito à democracia interna da entidade, do que pela dúvida com relação à capacidade da CUT em defender os interesses da classe trabalhadora, uma vez que inúmeras avaliações da descaracterização da CUT, no cenário de ofensiva do capital, estão presentes em todos os referidos fóruns⁸⁵⁴. A exemplo dessa avaliação temos a *Carta de Aracaju* fruto dos debates do 48º CONAD, em 2004, que destacava a opção do governo federal em manter e aprofundar a política econômica dos governos anteriores, seja na sustentação do superávit primário, seja na retirada de direitos dos trabalhadores, sendo que para tal, empenhou-se na desorganização das organizações da classe trabalhadora que:

Para tornar tudo isso possível, faz-se necessário, ao governo, destruir a organização livre dos trabalhadores. Esse é o real significado da reforma sindical que o governo, com a colaboração da direção majoritária da CUT e das demais centrais, busca impor às classes trabalhadoras. A eliminação da liberdade e autonomia sindicais torna-se cada vez mais uma necessidade para que a acumulação capitalista se realize com um máximo de eficácia. A precarização do trabalho, os bancos de horas, a demissão imotivada são mecanismos clássicos que, se passar a reforma, terão campo livre para ampliar a repressão sobre as condições de vida e de

⁸⁵² ANDES-SN. Relatório Final do 23º Congresso do ANDES-SN. Salvador – BA, 4 a 9 de março de 2004, p.121.

⁸⁵³ Idem, Ibidem, p.164.

⁸⁵⁴ Apesar da referência aos intensos debates internos deixar transparecer a obviedade das diferentes posições quanto a CUT, cabe afirmar, mesmo correndo o risco de redundância, que havia nos cadernos de textos dos referidos congressos, correntes defensoras da recuperação da CUT enquanto instrumento de luta dos trabalhadores. Contudo, não seria possível analisar, nesse espaço, todos os argumentos presentes em cada uma das teses.

trabalho das classes trabalhadoras. A pretexto de dar legalidade às centrais, subtraem-se os direitos dos sindicatos de base. Cria-se a possibilidade da imposição, por lei, do sindicato orgânico, proposta que a direção majoritária da CUT jamais conseguiu fazer implementar pela base das categorias que representa. Com esse mecanismo, as direções das centrais tornam-se mediadoras da relação estado-patronato-classe trabalhadora com a vantagem de não necessitar consultar suas próprias bases⁸⁵⁵.

Sendo assim, o 49º CONAD, ocorrido em Brasília, em novembro de 2004, repudiou as ações governamentais que vinculadas ao receituário dos organismos internacionais, a política de contra-reforma do Estado, através, por exemplo, da Política de Parceria Público-Privada e indicou às seções sindicais a discussão sobre a desfiliação da CUT, por considerar que:

a Central há muito se desviou dos princípios que orientam a sua criação e que está hoje atrelada ao governo, gestando uma política contrária aos interesses dos trabalhadores. Foi assim na aprovação da reforma da Previdência, tem sido assim nas investidas contra os servidores públicos e, agora, culmina com a reforma sindical⁸⁵⁶.

E, como alternativa de reorganização do movimento docente para combater as contra-reformas:

buscar a inserção nas lutas dos trabalhadores, juntamente com os movimentos combativos e classistas, ao exemplo da Conlutas, contra as reformas, que têm uma única matriz - a dos dominantes⁸⁵⁷.

Nesse CONAD, a diretoria do ANDES-SN divulgou um dossiê com informações sobre o processo de ingerência no movimento sindical docente por parte do Governo Lula. Tratava-se das reuniões de criação do PROIFES (Fórum dos Professores das Instituições Federais do Ensino Superior), das quais participaram Tarso Genro e Fernando Haddad e professores de universidades federais que disputaram e perderam a eleição do ANDES, em 2004⁸⁵⁸. Com o apoio ainda do campo majoritário da CUT, a

⁸⁵⁵ Idem, Ibidem, p.58.

⁸⁵⁶ . Idem, Ibidem, p. 47-48.

⁸⁵⁷ Idem, Ibidem.

⁸⁵⁸ Segundo os resultados divulgados pela Comissão Eleitoral Central da eleição ocorrida em 18 e 19 de maio de 2004: a Chapa 3 - “ANDES-AD – Autônoma e Democrática” recebeu 11.413 e a Chapa 2 – Uma Nova ANDES é Possível: Plural e de Luta: 10.537 votos. A Chapa 1 “Educação e Revolução” registrada

criação de uma entidade sem representação de base seria mais uma página esdrúxula do processo em curso de quebra dos movimentos combativos⁸⁵⁹.

O discurso de abertura do 24º Congresso do ANDES-SN, proferido pela presidente da entidade, Marina Barbosa Pinto, caracterizava a expectativa do movimento classista quanto às deliberações do sindicato nacional dos docentes:

Este Congresso é muito importante para a vida do nosso sindicato porque tem a tarefa de tomar grandes decisões e porque as atenções estão voltadas para as nossas deliberações. As atenções de todos os setores, tanto os nossos aliados quanto os nossos adversários e, também, os nossos inimigos. As decisões tomadas aqui não têm conseqüências só para os docentes do ANDES Sindicato Nacional, mas têm rebatimento no movimento social e sindical do nosso país⁸⁶⁰.

De fato, o processo de ruptura com a CUT por parte de setores do sindicalismo brasileiro dava seus passos iniciais e a desfiliação de um sindicato nacional, com o histórico combativo do ANDES, poderia representar mais acúmulo de forças na discussão sobre os rumos do movimento e na retomada das lutas, em um contexto de refluxo.

Certamente o método de condução do debate na base do ANDES, que se estendeu do 47º ao 49º CONAD e culminou na desfiliação da CUT no 24º Congresso, demonstrava a fragilidade dos argumentos da representante da CUT, Lúcia Reis, que afirmou, também na mesa de abertura, que “o Sindicato, que tanto tempo levou discutindo a filiação à CUT, agora votava a desfiliação de maneira apressada. Opinou, ainda, que essa decisão foi discutida e votada em assembléias esvaziadas, sem maiores reflexões.”⁸⁶¹

Escapa ao objetivo desse texto a análise do conjunto das teses apresentadas no 24º Congresso, no entanto, as propostas de resoluções sobre a política sindical, TRs, para votação na plenária do *Tema III – Políticas sociais: educacional, financiamento, carreira docente, sindical, Ciência e Tecnologia, Comunicação, Agrária, Seguridade*

provisoriamente no 23º CONGRESSO do ANDES-SN, não cumpriu com as exigências previstas nos incisos 2 e 3 do art. 6º do Regimento Eleitoral, não tendo obtido o registro definitivo. Fonte: ANDES-SN. Relatório Final do 48º CONAD – Conselho do ANDES-Sindicato Nacional. Aracaju, SE, 17 a 20 de junho de 2004, p.239.

⁸⁵⁹ Ver sobre a criação do PROIFES a publicação: ADUNICAMP (2004): Governo Lula institui o neopeleguismo sindical: O ataque ao ANDES-SN. Campinas, 2004.

⁸⁶⁰ ANDES (2005, p.14).

⁸⁶¹ ANDES (2005, p.14).

Social, Relações Internacionais e Etnia, Gênero e Classe, compõem as diferentes avaliações acerca da relação com a CUT⁸⁶². Entretanto, no espaço de votação, realizado a partir do trabalho dos grupos mistos⁸⁶³, na Plenária final do Tema III, que podemos perceber a correlação de forças amplamente majoritária à ruptura do ANDES-SN com a CUT. No debate ocorrido em torno da primeira proposta, a TR-25- *Relação com a CUT e a Luta em defesa da liberdade e da autonomia sindicais* -, da tese da Diretoria do ANDES-SN, a desfiliação foi aprovada por todos os onze grupos responsáveis pelo trabalho de análise do eixo de política sindical, sendo que alguns propuseram modificações ao texto original. Em seguida, ocorreu a definição em torno dos desdobramentos dessa desfiliação.

As deliberações do 24º Congresso, referentes ao eixo de I – Política sindical, Tema III, podem ser assim resumidas: 1) desfiliação da CUT; 2) participação na construção de um polo de resistência sindical às reformas do governo Lula e na defesa de um movimento sindical autônomo e classista; 3) participação em fóruns da CNESF e CONLUTAS⁸⁶⁴, dentre outros fóruns de luta; 4) continuidade do debate e organização nas seções sindicais de novos instrumentos de luta da classe trabalhadora e participação do calendário da CONLUTAS contra as reformas e a reflexão, nas bases, da relação com esta entidade; 5) realização de seminário de discussão sobre concepção sindical, balanço da experiência da CUT e propostas de alternativas organizativas – em articulação com a Conlutas, incorporando outros setores que não aderiram à Conlutas, bem como reunindo aqueles setores da esquerda da CUT que assumiram a luta contra as políticas governamentais⁸⁶⁵.

A desfiliação da CUT significava não uma decisão a ser comemorada pelo conjunto dos professores militantes do ANDES-SN e de suas entidades de base, mas o

⁸⁶² No eixo “Política Sindical” foram apresentadas as seguintes propostas de resolução: TR 25 – Relação com a CUT e a luta em defesa da liberdade e da autonomia sindicais; TR 26 – As reformas sindical e trabalhista e a CUT; TR 27 - Ficar ou sair da CUT - uma questão que vai além da crítica à sua direção ; TR 28 - Não à desfiliação da CUT; TR 42 – Defesa da CUT contra esta reforma sindical e contra a divisão; TR 43 - Permanência ativa na CUT; TR 44 - Desfiliação da CUT e o sexo dos anjos; TR 45 – O FST e o ANDES; TR 46 – Unicidade sindical: uma antecipação do futuro; TR 55 - A construção de alternativas para a unidade dos trabalhadores na luta em defesa de seus direitos; TR 61 - O ANDES-SN e a CUT: contribuição da ADUFF-SSind ao debate do XXIV Congresso; TR 62 - O ANDES-SN e a Coordenação Nacional de Lutas.

⁸⁶³ Grosso modo, de acordo com o regimento do congresso, os grupos mistos, compostos por delegados, observadores, diretores do ANDES e convidados, debatem e selecionam as propostas que possuem alguma representatividade para a apreciação da plenária final do tema.

⁸⁶⁴ Respectivamente, Coordenação Nacional de Entidades de Servidores Federais e Coordenação Nacional de Lutas.

⁸⁶⁵ ANDES-SN. Relatório Final do 24º Congresso do ANDES-Sindicato Nacional. Curitiba - PR, 24 de fevereiro a 1º de março de 2005, p.150-151.

desafio de buscar a unificação das lutas fragmentadas, capaz de reunir um espectro maior de lutas que a dos trabalhadores formais.

Nesse sentido, o seminário “Perspectivas de Reorganização da Classe Trabalhadora”- organizado pela ADUFF-SSind e pelo ANDES-SN - avaliava que foram corretas as deliberações dos encontros nacionais que indicaram a participação em diferentes espaços de reorganização da classe, visando à sua unificação:

o sindicato deve estar presente em todos os espaços, fóruns e movimentos em que a reorganização dos que estão dispostos a lutar se processa, visando sua unificação nas lutas concretas para barrar as contra-reformas, formando um novo pólo de lutadores(as). Só esta unidade nas lutas pode fazer avançar o processo de reorganização da classe, superando as limitações da fase atual, decorrentes do sectarismo de alguns setores, bem como das dificuldades das novas experiências organizativas em reunirem de fato as bases do movimento sindical e popular⁸⁶⁶.

A participação em encontros da CONLUTAS, da Assembleia Popular de Esquerda, da Assembleia Popular e da Intersindical fez parte da tática do ANDES-SN de busca de caminhos para a reorganização da classe trabalhadora, pautando a necessidade de uma organização capaz de superar o caráter sindical presente na tradição cutista.

Frente às entidades alternativas de reorganização da classe e considerando as suas inúmeras limitações de representatividade, o ANDES-SN decidiu filiar-se à CONLUTAS⁸⁶⁷ e permanecer na busca de um processo de unificação do conjunto de trabalhadores e setores populares pautados na luta contra o governo Lula e as contra-reformas e, sobretudo, pelo horizonte socialista. Ou seja, embora o ANDES-SN tenha reconhecido a CONLUTAS como principal instrumento de reorganização da classe e ter deliberado por sua filiação no 51º CONAD, pautou a sua ação na busca de um encontro unificado desses setores, a fim de construir um instrumento organizativo capaz de dar respostas ao desafio contemporâneo de ofensiva do capital e refluxo do movimento.

⁸⁶⁶ ADUFF-SSIND e ANDES-SN. Seminário Perspectivas de Reorganização da Classe Trabalhadora. Niterói, 2006, p. 5.

⁸⁶⁷ Em 2006, no CONAT, a CONLUTAS é fundada como uma coordenação de lutas do movimento sindical, estudantil e popular.

O Significado dessa ruptura

Nos trinta anos de história do ANDES não houve cenário de lutas fáceis. Entretanto, do ponto de vista organizativo do conjunto da classe trabalhadora brasileira, a década de 1980 representou uma retomada das lutas com ascensão do movimento grevista e combativo. Esse ciclo, contudo, foi fechado nos anos de 1990, com a ofensiva neoliberal, as transformações no mundo do trabalho e o processo de reconfiguração dos instrumentos de luta dos trabalhadores.

Se parecia que a ofensiva neoliberal estava desgastada e que não lograria mais vitórias no início dos anos 2000, a ascensão do PT à presidência da república configuraria um novo desenho da luta de classes, no Brasil. As mudanças ocorridas, desde a década anterior, na CUT e o no PT abriram uma crise de direção no seio do movimento sindical em conjuntura de ataque aos direitos trabalhistas, para o avanço da exploração do capital sobre o trabalho, mediado pelo Estado.

O PT e governo Lula tiveram papel singular na desorganização da classe trabalhadora.

Não somente para o ANDES-SN, mas para o conjunto do movimento de tradição combativa, colocou-se a questão: “O que fazer?”. Sem qualquer garantia de acerto, esses movimentos iniciaram um processo de ruptura com o instrumento de luta que construíram, a CUT, mas que não mais representava os seus interesses. A dissidência da CUT, porém, foi reduzida frente às expectativas desses setores mais combativos.

Algumas experiências alternativas de organização da classe se constituíram e o desafio de unificá-las, é ainda hoje premente, depois do processo inconcluso de unificação da CONLUTAS e da INTERSINDICAL, ocorrido no CONCLAT de 2010. Aliás, tal linha de unificação entre os setores de esquerda de oposição às políticas do governo Lula, foi defendida pelo ANDES nos debates sobre a reorganização da classe.

A identidade do ANDES-SN foi construída na materialidade das lutas acima referidas, na oposição à estrutura sindical tutelada pelo Estado e em busca da autonomia e independência organizativa. Tais princípios foram objeto de disputas já na fundação da entidade ao definir e construir a sua prática sindical. Ao mesmo tempo, estava em questão a identidade dos professores com a classe trabalhadora. Porém, se durante esse processo de formação de uma identidade os professores pretendiam se aproximar das lutas da classe trabalhadora, o processo de ruptura com a CUT- mas não somente nesse caso - demonstra que, após trinta anos, o ANDES-SN não se questiona se integra a

classe trabalhadora, mas como, sendo sua parte integrante, pode colaborar para a sua reorganização.

Além do necessário debate sobre as políticas educacionais - das quais são resultantes as propostas concretas de construção de outro modelo de Universidade⁸⁶⁸ - e as lutas específicas da categoria⁸⁶⁹, o ANDES se construiu como um sindicato de intervenção nas lutas mais gerais da sociedade. Os princípios classistas de autonomia e ampla democracia pela base, disputados na sua origem, foram reafirmados pelo ANDES-SN e pelas Associações Docentes quando romperam com a CUT. A trajetória combativa do ANDES à estrutura sindical opõe-se aos rumos tomados pela CUT e à tentativa de reedição do sindicalismo “de carimbo”, pelo governo petista, através do PROIFES.

⁸⁶⁸ Publicada, na íntegra, no Caderno ANDES, nº 2: “Uma Proposta para a Universidade Brasileira”.

⁸⁶⁹ Não foi possível abordar, nos limites desse texto, as análises das políticas educacionais na contra-reforma do Estado tampouco o grau de fragmentação no próprio movimento docente, seja pela diferenciação entre Educação Básica e Educação Superior, seja pela separação dos sindicatos por categoria profissional, como por exemplo, funcionários e docentes.

CAPÍTULO IV

A NATUREZA SÓCIO-HISTÓRICA DO TRABALHO DOCENTE

Os trabalhadores, objeto de nossa análise, são vinculados a uma atividade específica inserida no mundo do trabalho contemporâneo, a educação formal. Como vimos, se as lutas dos trabalhadores da educação não se restringiram às especificidades de seu trabalho, em muito estiveram atravessadas e determinadas por elas.

O lugar social ocupado pelos professores⁸⁷⁰ só pode ser compreendido a partir de, pelo menos, duas vertentes principais que aqui serão apresentadas de forma separada, mas que compõem a totalidade da condição docente.

A primeira é a natureza deste trabalho, não como algo imutável, mas na sua dimensão sócio-histórica. Assim, abordaremos as transformações contemporâneas ocorridas nesta atividade laboral, mais especificamente, nos processos de trabalho docente, tanto da educação básica, quanto da educação superior.

A segunda vertente é a inserção desses trabalhadores na luta de classes e, portanto, de sua própria condição de classe. As experiências organizativas destes trabalhadores, analisadas nos capítulos anteriores, nos permitem pensar sobre a sua configuração de classe, de forma mais detida.

IV.1 Interfaces entre trabalho e educação

O fenômeno educativo já existia nas comunidades primitivas, entendidas como aquelas em que inexistia a propriedade privada dos meios e instrumentos de produção e a produção de excedentes e, portanto, não possuindo a divisão em classes sociais. A educação era, portanto, de responsabilidade do coletivo formado por homens e mulheres, numa experiência essencialmente prática de vivência no grupo, logo sem a materialização de um espaço escolar⁸⁷¹.

Até o surgimento de um novo modo de produção, esse ideal pedagógico de adaptar a criança aos interesses e necessidades da comunidade respondeu à realidade de uma sociedade sem classes, cujos

fins da educação derivam da estrutura homogênea do ambiente social, identificam-

⁸⁷⁰ Trataremos especificamente do trabalho docente por duas razões. Em primeiro lugar, ele foi o alvo principal, como vimos nos capítulos anteriores, do processo de Reforma da Educação e, em segundo lugar, por ser esses trabalhadores comuns aos dois sindicatos analisados. Ainda que o SEPE-RJ reúna o conjunto dos trabalhadores da educação e o debate destes como educadores tenha ganhado espaço no interior do sindicato, esse é ainda um campo que carece de maior investigação.

⁸⁷¹ PONCE (1996, p.21).

se com os interesses comuns do grupo, e se realizam igualmente em todos os seus membros, de modo espontâneo e integral: *espontâneo* na medida em que não existia nenhuma instituição destinada a inculcá-los, *integral* no sentido que cada membro da tribo incorporava mais ou menos bem tudo o que na referida comunidade era possível receber e explorar⁸⁷² (Grifos no original.)

É com a mudança na forma de produção e de apropriação do excedente social que a educação passa a ser controlada por uma determinada classe social. Aquela classe que detinha os meios de produção material começou também a exercer o controle sobre os meios de produção espiritual, ou seja, “certos conhecimentos passaram a ser requeridos para o desempenho de determinadas funções, conhecimentos esses que os seus detentores começaram a apreciar como fonte de domínio”⁸⁷³. Assim, a educação tornou-se privilégio das classes dominantes já na etapa pré-capitalista.

Não é nosso objeto a análise de largo período da história da educação, cuja transição da etapa pré-capitalista à capitalista, significou certamente uma multiplicidade complexa do fazer educativo⁸⁷⁴. Mas sim, pretendemos demarcar que a educação, assim como o Estado, possui um caráter de classe.

A necessidade de ampliação da educação surgiu com o advento do capitalismo, mais precisamente, na transição da manufatura à grande indústria. Etapa esta em que a educação, ou parcela do saber construído socialmente, se colocava como condição para adaptação da classe operária emergente ao novo modelo produtivo⁸⁷⁵.

A escola, instituição que por excelência desenvolve a função social de transmitir o conhecimento produzido pela humanidade às novas gerações, consolidou uma estrutura dual com organizações diferentes para as diferentes classes sociais, Manacorda demonstrou a dualidade estrutural da educação na análise da história da educação contemporânea. Para usarmos os termos de Gramsci poderíamos falar em uma escola para formar dirigentes e outra para os dirigidos⁸⁷⁶.

Contudo, a natureza da escola e da produção de bens materiais não é equivalente. Partindo deste pressuposto, ao realizar a análise sobre a Teoria do Capital

⁸⁷² Idem, *Ibidem*.

⁸⁷³ Idem, *Ibidem*, p. 26.

⁸⁷⁴ Sobre a história da educação ver Mario Alighiero Manacorda (1989): *História da Educação: da Antiguidade aos nossos dias*. E sobre as transformações no processo de trabalho docente, Samira Saad Pulchério Lancillotti (2008), *A Constituição Histórica do Processo de Trabalho Docente*.

⁸⁷⁵ ROMANELLI (1989) analisa como se deu esse processo no Brasil, a partir da década de 1930.

⁸⁷⁶ GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Vol. 2 (Caderno 12). Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2000.

Humano, Frigotto (1989) definiu a relação entre a educação e a estrutura econômico-social como uma prática mediata, em oposição às análises mecanicistas da relação educação / produção material:

A prática educativa escolar se articula com a prática social fundamental – a produção da existência – de forma mediata e, enquanto uma prática social que se efetiva no interior da sociedade capitalista – cindida em classes, portanto – é uma prática contraditória que engendra interesses antagônicos⁸⁷⁷.

A escola, de natureza diversa da produção, mas não externa a ela, dada a configuração da luta de classes apresenta maior ou menor funcionalidade ao capital naquilo que lhe interessa mais diretamente, a preparação de novos trabalhadores. Para tal o Estado cumpre papel importante.

Ao tratar da questão do "homem coletivo" ou do "conformismo social", Gramsci destaca a tarefa educativa do Estado, cujo fim:

é sempre o de criar novos e mais elevados tipos de civilização, de adequar a "civilização" e a moralidade das mais amplas massas populares às necessidades do contínuo desenvolvimento do aparelho econômico de produção e, portanto, de elaborar também fisicamente tipos novos de humanidade⁸⁷⁸.

Dentro desse amplo processo educativo, a educação formal tem sido constantemente disputada pelo capital a fim de reduzi-la à esfera da conformação social. Com efeito, observamos que a escola, na vigência da atual expressão política do capital que é o neoliberalismo, é o único direito social que se expande⁸⁷⁹.

Cabe também destacar mais uma interface entre a produção e as escolas formais, que embora esta última esteja situada no cerne da primeira, ou seja, não produza diretamente mercadorias, se aproxima, de certa forma, de algumas de suas esferas de reprodução. BRAVERMAN chama atenção para um desses aspectos:

Não podemos desdenhar o impacto econômico imediato do sistema escolar ampliado. Não apenas o dilatamento do limite de escolaridade limita o aumento do desemprego reconhecido, como também fornece emprego para uma considerável

⁸⁷⁷ FRIGOTTO, 1989, p. 214.

⁸⁷⁸ GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Vol. 3 (Caderno 13). Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2000, p. 23.

⁸⁷⁹ Este direito considerado universal, a educação, tem se apresentado no neoliberalismo através de um duplo movimento, de precarização das condições de trabalho e de expansão quantitativa de vagas.

massa de professores, administradores, trabalhadores em construção e serviços e etc. Ademais, a educação tornou-se uma área imensamente lucrativa de acumulação do capital para a indústria de construção, para os fornecedores de todos os tipos, e para uma multidão de empresas subsidiárias⁸⁸⁰.

Esses e outros aspectos, aos quais FRIGOTTO (1989) denominou de “produtividade da escola improdutiva”, demonstram que a escola pública tem um papel no processo de valorização do capital, tornando-se um meio de acumulação para determinados ramos da economia.

O exposto acima nos leva a afirmar que embora a escola não produza mercadorias, as relações sociais capitalistas - e sua lógica organizativa - se estenderam a todas as atividades sociais existentes, inclusive à escola de uma forma peculiar. Ao analisar a crise da escola italiana do início do século XX, Gramsci afirmava que "a crise do programa e da organização escolar, isto é, da orientação geral de uma política de formação dos modernos quadros intelectuais, é em grande parte um aspecto e uma complexificação da crise orgânica mais ampla e geral".⁸⁸¹

No entanto, mesmo a escola dualista, como todo fenômeno social, é permeada pela consolidação das relações sociais presentes no conjunto da sociedade, ou seja, pela luta de classes, o que possibilita à classe trabalhadora um espaço de formação cujos objetivos se podem ser arquitetados externamente a ela, não podem ter os seus resultados garantidos.

Dessa forma, a escola não foi convertida em ferramenta⁸⁸² do capital, embora seja esse uma distopia capitalista -ainda que assim não se apresente-, mas é atravessada pelas relações de classe da mesma ordem daquelas que marcam a sociedade contemporânea, ou seja, “não é da natureza da escola ser capitalista, senão que por ser o modo de produção social da existência predominantemente capitalista, tende a mediar os interesses do capital”.⁸⁸³

Portanto, esse permanente movimento do capital em buscar a transformação da educação em mercadoria, formar novos trabalhadores de acordo com as suas

⁸⁸⁰ BRAVERMAN, 1987, p. 372.

⁸⁸¹ GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Vol. 2 (Caderno 12). Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2000, p. 33.

⁸⁸² Embora haja escolas criadas exclusivamente para fins de reprodução da força de trabalho que tratam especificamente da educação profissional, sistema S ou ainda sindicatos/centrais sindicais que oferecem cursos de qualificação profissional, não estamos tratando dessa modalidade educativa, estamos nos referindo a escola regular, pública, dita universal.

⁸⁸³ FRIGOTTO, 1989, p. 223.

necessidades produtivas efêmeras e expropriar o conhecimento daqueles que conduzem o processo educativo, os professores⁸⁸⁴, resulta na explicitação da luta de classes no terreno da formação, em particular da educação formal.

Assim, não estamos tratando de um espaço abstrato de vinculação dos trabalhadores da educação, mas de uma escola inserida no processo de expansão e consolidação do sistema sociometabólico do capital, como nos diria Mészáros (2002).

Ao buscar as relações da escola com a totalidade social pretendemos entender o contexto onde se desenvolve o trabalho do professor, a fim de avançar na compreensão da reestruturação do seu processo de trabalho e da sua natureza sócio-histórica, ou seja, das características que definem o caráter contemporâneo do professor enquanto trabalhador.

IV.2 AS ESPECIFICIDADES DO TRABALHO DOCENTE

Há elementos determinantes para a análise do trabalho docente, sem os quais, quaisquer análises tornar-se-iam desvinculadas da materialidade da produção da vida. Dessa forma, os limites impostos pela inserção destes trabalhadores no sistema de assalariamento devem constituir um ponto de partida para a análise, ainda que não seja o ponto de chegada, uma vez que a esta primeira determinação somam-se inúmeras mediações que configuram a especificidade deste trabalho.

Os trabalhadores da educação são trabalhadores assalariados em sua totalidade, sem a propriedade dos meios de produção, submetidos a um crescente processo de perda do controle do processo de trabalho e de flexibilização nas suas formas de contratação, conforme apontado anteriormente nas lutas dos docentes contra as políticas educacionais.

Das constatações acima, podemos tirar algumas consequências, a saber, o professor deve vender sua força de trabalho ao Estado – ainda seu maior empregador⁸⁸⁵

⁸⁸⁴ Esse processo ocorre de maneiras diversas, de acordo com a formação histórica em questão. Ao longo de quase três décadas das lutas dos trabalhadores da educação analisadas nos capítulos anteriores, esse processo de tentativa de controle do capital sobre a educação ficou evidente. A título de esclarecimento ver o texto "O PREAL e o Trabalho Docente: a proposta dos empresários para a educação através do PREAL, um estudo sobre o GT Profissão Docente", produzido por grupo de trabalho que analisa as orientações do PREAL para o Trabalho Docente, coordenado por Aparecida Tiradentes: disponível em: <http://aparecidatiradentes.blogspot.com/2010/09/o-preal-e-o-trabalho-docente.html>. Acesso em 05/12/2010.

- ou à empresa de serviços educacionais privada e, portanto, possuir o conhecimento específico de sua área não basta para que exerça sua profissão, ou seja, o conhecimento não é o único instrumento necessário e, por vezes, até mesmo inconciliável com o grau de objetivação do trabalho. Fora da instituição escolar não há o exercício da docência e a isso soma-se que o professor não pode mais desenvolver a tarefa educativa isoladamente⁸⁸⁶.

Com relação ao controle do processo de trabalho podemos apontar que há uma divisão do trabalho no interior das instituições educacionais que adquire caráter diferenciado na Educação Básica e na Educação Superior. Tal fragmentação expressa-se na transposição de recursos de administração empresarial para a gestão escolar, na fragmentação e no controle da prática pedagógica e na centralização dos planejamentos através de mecanismos externos de controle e de avaliação⁸⁸⁷. No caso da Educação Básica, o distanciamento entre concepção e execução evidencia-se quando observado o papel dos especialistas (supervisores, orientadores, administradores), exaustivamente analisados pelos críticos da pedagogia tecnicista.

Ainda que não possamos concordar que antes da pedagogia tecnicista havia plena autonomia ao trabalho docente, Hypólito destaca o papel da pedagogia tecnicista no controle do trabalho docente:

A escola transitou de um modelo tradicional, que se caracterizava pela autonomia do professor em relação ao ensino e à organização escolar e por processos burocráticos praticamente inexistentes, para um modelo técnico-burocrático, caracterizado pela redução da autonomia do professor em relação ao ensino e à organização da escola – divisão de tarefas, formas de controle, hierarquização⁸⁸⁸.

Em outras palavras, a autonomia restrita do professor e, em alguns casos, já inexistente apresenta-se como característica mítica que, supostamente, seria capaz de afastar o professor tanto da alienação quanto da subsunção à lógica do capital.

⁸⁸⁵ Na cômputo geral, essa força de trabalho está empregada pelo Estado. Na Educação Superior, contudo, há a inversão dessa relação, pois as políticas privatistas para o Ensino Superior garantiram a expansão do setor privado.

⁸⁸⁶ O trabalho educativo formal é desenvolvido pelo conjunto de trabalhadores da educação, não apenas pelos professores, mas demais funcionários do setor.

⁸⁸⁷ Citaremos apenas as avaliações atuais que compõem o Sistema de Avaliação da Educação Básica do MEC: SAEB e Prova Brasil, além da avaliação de alfabetização, a Provinha Brasil; SINAES que engloba o ENADE, além da avaliação dos programas de pós-graduação, implementadas pela CAPES.

⁸⁸⁸ HYPÓLITO, 1991, p.4.

Dessa forma, a condição de trabalhador que desempenha uma função predominantemente intelectual, em qualquer profissão, não é autônoma na sociedade de classes.

A expropriação do conhecimento do trabalhador e a subsunção ao Capital ocorrem para o conjunto da classe trabalhadora nas suas condições gerais de existência e não apenas relacionadas às condições de trabalho. E, o trabalho passa a ser socialmente definido pelo Capital e não pela atividade específica do trabalhador.

Para Gramsci, no trabalho de formulação do conceito de intelectual orgânico, nesse ponto consiste o equívoco dos intelectuais, qual seja, o da sua plena autonomia, "os intelectuais acreditam ser "independentes, autônomos, dotados de características próprias"⁸⁸⁹. Gramsci afirma que essa acepção traz consequências ao campo ideológico e político e desmarca a função do trabalho intelectual como resultado da divisão técnica e social do trabalho:

O erro metodológico mais difundido, ao que me parece, é ter buscado este critério de distinção no que é intrínseco às atividades intelectuais, em vez de buscá-lo no conjunto do sistema de relações na qual estas atividades (e, portanto, os grupos que a personificam) se encontram no conjunto geral das relações sociais⁸⁹⁰.

Desta forma, compreendida enquanto fenômeno social, a autonomia do trabalhador pode possuir diferentes graus, sendo que a sua manifestação, em maior ou menor escalas, será expressão conjuntural da produção material e das relações sociais correspondentes. A tese da autonomia inalienável do trabalho docente, defendida em diversos textos acadêmicos e discursos de resistência, apresenta-se, cada vez mais, com escassos respaldos empíricos.

O professor não planeja e executa o seu trabalho de forma livre. Há limites para tal. Portanto, cabe discutir quais são as condições de planejamento e execução das propostas pedagógicas. A questão que se coloca é: qual seria o limite dessa liberdade? Então caímos em situação similar àquela que Marx se refere sobre a dupla liberdade do trabalhador de vender a sua força de trabalho e ser livre da propriedade dos meios e instrumentos de produção. Poderíamos fazer uma analogia dizendo que o professor possui uma dupla autonomia, que se expressa por um lado, pela autonomia de exercer sua criatividade *sem tempo* para o planejamento dada a intensificação de sua jornada de

⁸⁸⁹ GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Vol. 2 (Caderno 12). Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2000, p. 17.

⁸⁹⁰ Idem, *Ibidem*, p.18.

trabalho e, por outro lado, a autonomia de planejar aulas adequando-as às exigências externas das instituições educacionais e do Estado, além das condições materiais para a sua realização.

Portanto, como apreender a natureza sócio-histórica deste trabalho? Em outras palavras, quais são as suas especificidades?

Marx analisou o trabalho assalariado no capitalismo, o que significa que ele estava preocupado com a compreensão do conjunto organizativo do modo de produção e não apenas com o trabalho específico da indústria. Dessa forma, a análise do trabalho docente através das categorias marxianas não significa uma transposição mecânica da análise do trabalho produtivo *stricto sensu* para a escola, mas permite a sua problematização além daquilo que se mostra imediatamente, dos fios visíveis e invisíveis que envolvem tais trabalhadores ao conjunto das relações sociais capitalistas. Por isso, a seguir, nos apoiaremos em tais categorias para tentar avançar na compreensão do trabalho docente.

IV.2.1 Trabalho produtivo e trabalho improdutivo

Para Marx, “um trabalho de idêntico conteúdo pode ser produtivo ou improdutivo” (s/d: 115), sendo possível concluir que as categorias de **trabalho produtivo e trabalho improdutivo** não advêm da natureza de um trabalho específico, mas sim da forma de apropriação do resultado do trabalho. Assim, o professor pode, numa circunstância, ser definido como trabalhador improdutivo e, noutra, como trabalhador produtivo, quando sua característica fundamental é a capacidade de gerar mais-valia.

Para tanto, Marx utiliza como exemplo fora da produção material o caso das relações sociais sob as quais o trabalho do professor está submetido: “para o empresário do estabelecimento, podem ser meros assalariados [...] Embora eles não sejam trabalhadores produtivos em relação aos alunos, assumem essa qualidade perante o empresário⁸⁹¹.”

Frente ao exposto, as categorias de trabalho produtivo e improdutivo nos permitem compreender que se o professor, dada a sua vinculação trabalhista, estabelece

⁸⁹¹ MARX (1980, p. 404).

uma relação capitalista *stricto sensu* se vende a sua força de trabalho para uma empresa capitalista ou *lato sensu* se a vende para o Estado capitalista.

Porém, a forma de exploração do trabalho, no segundo caso, do Estado, complexificou-se, ao caminhar em direção a um processo de reestruturação do aparelho máquina estatal ao modelo gerencial comum da iniciativa privada. Esse movimento, analisado nos capítulos anteriores de Reforma do Estado no Brasil, a partir da década de 1990, caminhou na construção de organizações públicas não-estatais e, nesse sentido, amalgamou, em um estágio ainda não suficientemente investigado, as relações sociais entre o setor público e privado.

IV.2.2 – Trabalho Imaterial

O trabalho docente é um trabalho imaterial. Entretanto, ao partir também deste pressuposto, Saviani (1987) afirma que “a produção não material não está diretamente vinculada ao modo de capitalista de produção”⁸⁹². Tal perspectiva vem sendo contestada por parte da produção marxista contemporânea. Por exemplo, para AMORIM (2009) tais atividades são compreendidas como parte constitutiva do processo de valorização do capital e não podem ser confundidas com um processo de retomada do controle da produção pelos trabalhadores. Ou seja, não indicam “uma contradição intransponível entre a lógica de universalização dos produtos imateriais e a mercadoria”⁸⁹³

Saviani diz ainda, fazendo referência a Marx, que “pela própria natureza da coisa, isto é, em razão da característica específica inerente ao ato pedagógico, o modo de produção não se dá, aí, senão em algumas esferas”⁸⁹⁴.

Vejamos o próprio Marx, em *Teorias da Mais-Valia*, tratar das características do trabalho imaterial no contexto do século XIX:

A produção imaterial, mesmo quando se dedica apenas à troca, isto é, produz mercadorias, pode ser de duas espécies:

1. Resulta em mercadorias, valores de uso, que possuem uma forma autônoma, distinta dos produtores e consumidores, quer dizer, podem existir e circular no intervalo entre produção e consumo como mercadorias vendáveis, tais como livros,

⁸⁹² SAVIANI, 1987, p. 80.

⁸⁹³ AMORIM, 2009, p. 122.

⁸⁹⁴ SAVIANI, 1987, p. 81.

quadros, em suma, todos os produtos artísticos que se distinguem do desempenho do artista executante. A produção capitalista aí só é aplicável de maneira muito restrita. [...]

2. A produção é inseparável do ato de produzir, como sucede com todos os artistas executantes, oradores, atores, professores, médicos, padres, etc. Também aí o modo de produção capitalista só se verifica em extensão reduzida e, em virtude da natureza dessa atividade, só pode estender-se a algumas esferas⁸⁹⁵.

No caso dos professores, podemos dizer que as duas formas de realização do trabalho imaterial já estão postas na atual realidade educacional, embora Marx tenha localizado os professores no segundo exemplo, naquela conjuntura. A não separação entre produção e consumo existe nas instituições educacionais presenciais e ainda é maioria na atualidade, no entanto, também são crescentes e diversificadas as formas de objetivação do trabalho docente que, alicerçadas na lógica produtivista, transformam o ensino em mercadoria⁸⁹⁶. Além disso, a expansão da educação à distância é uma tendência incontestável, cuja objetivação do trabalho atinge um nível de objetivação nunca antes visto⁸⁹⁷. A produção se separa do ato do consumo nessa modalidade de ensino, o modo de produção retira da escola suas características pré-capitalistas e se aplica em sua inteireza, sem perder de vista, que o número de alunos na EAD ainda seja bem menor que na educação presencial.

O processo de trabalho dos professores não se resume mais ao segundo caso apontado por Marx, tal processo se complexificou e as relações sociais sofreram alterações e mediações importantes. Por sua vez, as mediações presentes na realização deste trabalho se não aumentaram o controle sobre o processo educativo em si, determinam sobremaneira o seu alcance, objetivos e resultados. Tais aspectos nos levam a afirmar que aumentou o grau de subsunção desse trabalhador ao Capital.

⁸⁹⁵ MARX (1980, p. 404).

⁸⁹⁶ Quanto mais elevado o nível de ensino, maior força ganha essa tendência. A respeito da mercantilização na Educação Superior, ver RODRIGUES (2007). Sobre o crescimento da Educação à Distância (EAD) ver LANCILLOTTI (2008).

⁸⁹⁷ A educação a distância, em expansão hoje, representa a parcela da educação que pode ser despreendida, em seu conjunto, do trabalho docente presencial, seja na educação superior ou ainda na educação profissional. O trabalho cada vez mais assume uma forma genérica, por que o trabalho está objetivado. A própria denominação professor é substituída pela de tutor. Tutor e professor desempenham a mesma função, em muitos casos, a qualificação exigida é a mesma, desta forma, o capital recorre a esta nomenclatura de forma pejorativa, não se tratando apenas de demérito moral, mas de seu par articulado, qual seja, de um menor pagamento ao tutor/professor que trabalha nesta área. Tal fato nos leva a crer que essa modalidade de ensino tem funcionado como laboratório da objetivação da educação.

Para seguirmos com a análise devemos ter claro não só a relação direta que o trabalho imaterial tem, para Marx, com o trabalho dito improdutivo, mas principalmente com o trabalho dito intelectual.

IV.2.3 – Trabalho Intelectual e a subsunção do trabalho ao Capital

Sabemos que também não é possível definir a natureza de qualquer trabalho através da separação entre *trabalho intelectual e manual*. Definir a profissão docente como intelectualizada simplesmente tem sido uma forma de “resistência” encontrada por muitos autores contra a ofensiva capitalista de desqualificação, como se a condição intrínseca de trabalho intelectual dos professores afastasse completamente a possibilidade de objetivação do seu trabalho, conforme discutimos.

Para GRAMSCI (2000), embora em determinadas funções sociais incidam graus diferentes de elaboração intelectual e esforço muscular-nervoso, não “há atividade humana da qual se possa excluir toda intervenção intelectual, não se pode separar o *homo faber do homo sapiens*”⁸⁹⁸

As tentativas de separação entre concepção e execução na divisão de trabalho na produção obtêm, no máximo, uma prevalência ou do trabalho manual ou do trabalho intelectual numa dada atividade, nunca a eliminação de uma das esferas que compõem a unidade humana.

A tendência a uma perda progressiva do controle sobre o processo de trabalho, que tratamos acima, por parte do trabalho docente deve ser melhor compreendida nos termos da análise marxiana.

Deste modo, vejamos como Marx analisou historicamente a perda do controle sobre o processo de trabalho na transição entre o sistema feudal e o capitalista. Segundo ele, a sociedade passou por dois estágios anteriores à industrialização, o artesanato e a manufatura.

No primeiro estágio, o artesanato, o trabalhador possuía o controle sobre seu processo de trabalho, decidia como fazê-lo e o executava, ou seja, havia um processo unificado de concepção e execução, ainda que tais decisões estivessem, de certa forma, condicionadas externamente, ou seja, relacionadas às necessidades daqueles para os

⁸⁹⁸ GRAMSCI, 2000, vol. II, 52-3.

quais tais produtos se transformariam em bens de uso ou de troca, pois aqui a circulação dos produtos também era de responsabilidade do produtor artesão.

No segundo estágio, ao qual poderíamos chamar de etapa de transição, a manufatura, o controle do processo de trabalho ainda estava nas mãos de quem o executava, todavia os meios de produção não lhe pertenciam. Enfim, aquele artesão não decidia mais quanto e o que produzir, mas lhe restava o domínio sob a maneira de produzir ainda que o instrumento peculiar capital não lhe pertencesse. Este estágio foi chamado por MARX de subsunção formal, através dos exemplos:

Quando o camponês, que outrora era independente e que produzia para si mesmo, se transforma num jornaleiro que trabalha para um agricultor, quando a estruturação hierárquica característica do modo de produção corporativo se eclipsa perante a simples antítese de um capitalista que obriga os artesãos convertidos em assalariados a trabalhar para ele; quando o dono de escravos emprega como assalariados os seus ex-escravos, etc.; temos que processos de produção socialmente determinados de outro modo se transformaram no processo de produção do capital⁸⁹⁹

Desta forma, no estágio da subsunção formal o processo de trabalho não se altera significativamente, ou seja, possui características preexistentes. Já na forma especificamente capitalista, a subsunção real, o processo de trabalho está nas mãos do capitalista e na forma em que este organiza a cadeia produtiva. Ao produtor/trabalhador assalariado “não depende de seu arbítrio fornecer trabalho desta ou daquela qualidade: toda a empresa corporativa está organizada para que se forneça uma qualidade determinada”⁹⁰⁰. Marx afirma ainda que há uma modificação fundamental na relação de hegemonia e subordinação neste momento, “o mestre agora já não é capitalista por ser mestre; é mestre porque é capitalista” (s/d:100).

Recorremos ao esquema trifásico como síntese histórica das mudanças de modo de produção e, internamente, ao próprio padrão produtivo capaz de elucidar as diferentes capacidades de controle sobre o processo de trabalho para compreender quais características estão atualmente presentes no trabalho docente e como as mesmas se apresentam.

⁸⁹⁹ MARX, s/d, p. 88.

⁹⁰⁰ MARX, s/d., p. 99.

A partir do exposto acima, podemos afirmar que o trabalho docente não encontra-se mais na etapa de **subsunção formal**, uma vez que o professor não é mais um mestre-escola, não é empregador de si mesmo, não possui o controle total de seu processo de trabalho, tampouco os meios e o conjunto dos instrumentos de produção. Só lhe restou o conhecimento parcial de sua área de atuação, alvo de constantes disputas, um conhecimento não patenteado⁹⁰¹, que está à disposição da sociedade de diversas formas.

Marx não via os estágios de subsunção formal e real como independentes, mas como faces do movimento de desenvolvimento capitalista. As categorias não são estáticas, as formas de subsunção podem ser criadas e recriadas em uma dada circunstância histórica, portanto, são categorias de análise dinâmicas⁹⁰².

Por defendermos que a categoria docente não mais se encontra subsumida apenas formalmente ao capital, discordamos da conclusão de CAÇÃO (2001) ao afirmar que ao:

trabalho docente, por sua natureza e especificidade, não se aplicaria senão de forma limitada, o modo de produção capitalista, sendo-lhe impossível sofrer completo processo de objetivação, controle e parcelarização, consideramos a subsunção formal do trabalho docente ao capital, no sentido específico que Marx confere a esse conceito, uma categoria profícua de análise⁹⁰³.

Cabe destacar que um importante diferencial de análise é que não entendemos o conhecimento como meio de produção e - não mais- como ferramenta imprescindível de trabalho. Aliás, para o Capital avançar na proposta de mercantilização da educação, a massa dos trabalhadores docentes não deve ser capaz de produzir conhecimento, tampouco exercitá-lo livremente.

O profissional da educação para realizar o seu trabalho precisa tornar-se um trabalhador assalariado, vender a sua força de trabalho no “mercado educacional”, seja essa venda efetivada para entes públicos ou privados. É nesse sentido que afirmamos que ao professor o domínio dos fundamentos do trabalho não lhe garante a existência

⁹⁰¹ Dentre as complexificações da sociedade contemporânea, podemos destacar a própria mercantilização e exercício da propriedade privada sobre o conhecimento através das patentes.

⁹⁰² A própria análise da transição do fordismo para a acumulação flexível, nos possibilita notar que este grau de subsunção pode tanto ter um caráter crescente, quanto decrescente de subsunção. Se o fordismo se configurou como padrão de acumulação que intensificou o grau de subsunção dos trabalhadores ao capital, a acumulação flexível, como a própria denominação anuncia, é capaz de conviver com diferentes formas de produção.

⁹⁰³ CAÇÃO, 2001, p. 194-5.

enquanto trabalhador individual, e que, portanto, deve tornar-se um “trabalhador coletivo”, deve subsumir-se às relações sociais capitalistas.

Dessa forma, temos como meios e instrumentos de produção da educação as instituições educacionais, sejam oriundas das redes municipais, estaduais, federais ou privadas em qualquer uma das modalidades de ensino⁹⁰⁴ e a posse do conhecimento, na forma de controle sobre o processo de trabalho, não é mais condição para o exercício do trabalho⁹⁰⁵. Do contrário, se o conhecimento do professor (ou de qualquer ofício) pudesse ser considerado como meio de produção – então – engrossaríamos a Teoria do Capital Humano, para a qual, o conhecimento de uma pessoa é o **seu** capital.

Tentamos proceder tal análise não em termos absolutos, mas como processo, chegando, então, a conclusão que o trabalho docente encontra-se na fase transitória entre a *subsunção formal* e a *subsunção real* dos processos de trabalho, onde a primeira etapa já foi superada e a segunda não se completou.

Essa é a tendência que observamos a partir da pesquisa, ou seja, a de um processo crescente de perda de autonomia do trabalho docente, de transformações essenciais em sua forma, o que nos leva a concluir que, o trabalho docente tende a uma subsunção real ao capital. Na falta de uma nomenclatura melhor, poderíamos definir este estágio como uma *subsunção proto-real do trabalho docente ao capital*. Como vimos, tal processo ocorre com a mediação do Estado de classe.

A escola não pode, atualmente, ser definida, no seu conjunto, como um serviço de vendas de mercadorias *stricto sensu*, sendo um equívoco tratar o trabalho docente como subsumido realmente ao capital. A forma da EAD, apesar da expansão, não se configurou como expressão hegemônica da educação formal. Contudo, há características peculiares da subsunção real que podem ser percebidas no trabalho docente:

⁹⁰⁴ Não é possível precisar o número de docentes em cada uma das redes educacionais. O Censo dos Profissionais do Magistério, realizado pelo INEP/MEC, em 2003, que nos permite visualizar amplo quadro dos docentes no país, utiliza o conceito “Funções docentes” em suas análises, ou seja, cada professor pode exercer várias funções docentes e ser contado mais de uma vez nas análises censitárias. Esta é a realidade dos docentes, em geral, não possuem uma única vinculação. É possível afirmar que os trabalhadores da educação estão majoritariamente vinculados à Educação Pública, mesmo que possuam vínculos em empresas educacionais é bastante provável que estes exerçam a complementaridade salarial na primeira rede. Na Educação Superior é comum encontramos dois tipos de situação, professores estatutários, em regime de dedicação exclusiva nas universidades públicas e, docentes de empresas privadas educacionais, também vinculados à Educação Básica Pública. (BRASIL, 2006).

⁹⁰⁵ Professores que possuem escolas são professores? É possível a esta categoria, trabalhar em sua profissão fora das escolas, tenham elas as características que tiverem? As respostas a estas questões são negativas. As aulas particulares são em um número tão insignificante que podem ser desconsideradas para efeito de análise e também só existem em função da existência das escolas regulares.

Com o desenvolvimento da subordinação real do trabalho ao capital ou do modo de produção especificamente capitalista não é o operário individual que se converte no agente (*Funktionar*. Al.) real do processo de trabalho no seu conjunto mas sim uma capacidade de trabalho socialmente combinada⁹⁰⁶.

Como afirmamos anteriormente o professor já não desenvolve sua atividade profissional senão coletivamente e empregado pelo capital, ou seja, sob a forma de *trabalho socialmente combinado*, disto decorre que o conhecimento é fragmentado em especialidades e diversas capacidades de trabalho são associadas de forma desigual.

Por que, então, o grau de subsunção não chegou ao seu limite? Tal resposta não é de simples formulação. A formação humana não é campo isento de disputas, interesses e usos como tentamos demonstrar. É certo tomarmos como chave explicativa a luta de classes. Os trabalhadores, em particular aqueles da educação, atuaram nesta correlação de forças resistindo às investidas do capital.

Em síntese, poderíamos afirmar que a etapa de acumulação flexível acentuou mudanças há tempos em curso no interior da escola, apontando que o resultado provisório dessa disputa nos espaços público e privado - muitas vezes amalgamados pelas políticas estatais- tem sido a expressão da hegemonia do capital.

O quadro supracitado gerou transformações para o conjunto destes trabalhadores, seja no que diz respeito ao exercício do trabalho em si, como em sua forma de se reconhecer nele e atuar coletivamente, ou seja, na sua configuração de classe e, portanto, no seu lugar social.

IV.3 TRANSFORMAÇÕES CONTEMPORÂNEAS NO MUNDO DO TRABALHO E NO PROCESSO DE TRABALHO DOCENTE

IV.3.1 Breves Considerações sobre as alterações no padrão produtivo

O modo de produção capitalista estava organizado de maneira a promover com a valorização do capital através do padrão de acumulação fordista até que a crise de 1973 evidenciou a necessidade de criação de novos métodos de expansão que garantissem a funcionalidade e a reprodução sociometabólica do capital (MÉSZÁROS, 2002).

⁹⁰⁶ MARX, s/d, p. 110.

Esse padrão, contemporâneo à bipolarização política criada por Estados Unidos e União Soviética, concedia pequenos benefícios à classe trabalhadora a fim de arrefecer a luta de classes, colocando-se como par antagônico ao comunismo. O chamado Estado de Bem-Estar-Social, viabilizado pelo crescimento econômico de países centrais do sistema, conseguiu sustentar por certo período uma política de pleno emprego e direitos sociais que os trabalhadores nunca haviam experimentado e, segundo ANTUNES,

ofereceu a ilusão de que o sistema de metabolismo social do capital pudesse ser efetiva, duradoura e definitivamente controlado, regulado e fundado num compromisso entre capital e trabalho mediado pelo Estado⁹⁰⁷.

Porém, esse conjunto de aspectos não almejava somente a acomodação do movimento sindical e a difusão da crença de um “capitalismo humanizado”, mas, certamente, propiciar a ampliação do consumo de massas para uma produção excedente, sendo esse o paliativo encontrado para o controle da crise de superprodução e do desemprego estrutural.

O processo de esgotamento das possibilidades de expansão do capital sob o padrão taylorista-fordista-keynesiano chegou ao auge em 1973, na Europa, quando houve uma diminuição nas taxas de crescimento somada à elevação inflacionária em um contexto de avançado desenvolvimento tecnológico e intensificação da resistência proletária.

Tal período de recessão exigiu do capitalismo uma resposta à queda de suas taxas de lucro, fazendo-se urgente a reestruturação da produção a fim de superar mais uma crise, aumentar a produtividade e intensificar a exploração da força de trabalho.

A rigidez do Fordismo expressa na produção em série, no controle do tempo de trabalho, na especialização dos trabalhadores, na fragmentação causada pela dicotomia entre trabalho manual e intelectual, na simplificação e desqualificação causadas pela repetição de tarefas - possíveis graças ao alto nível de especialização da maquinaria - tornou-se incompatível com as expectativas traçadas para esta nova etapa do desenvolvimento capitalista.

A figura do Estado interventor e seu arcabouço político e ideológico, assim como as conquistas trabalhistas, também se tornaram obstáculos ao novo momento econômico e desfavoráveis na correlação de forças entre capital e trabalho. Estava posta

⁹⁰⁷ ANTUNES, 1999, p. 38.

a necessidade de reestruturar a produção, assim como a maneira de pensar a sociedade, com vistas a manter certo patamar de estabilidade, garantindo a hegemonia do capital na sociedade.

Segundo ANTUNES, “a denominada crise do fordismo e do keynesianismo era a expressão fenomênica de um quadro crítico mais complexo. Ela exprimia, em seu significado mais profundo, uma crise estrutural do capital”⁹⁰⁸. O objetivo da reestruturação não era atacar a essência do modo de produção e sim revestir de “novidades” a produção e a acumulação privadas de um sistema instável que gera no seu crescimento crises cíclicas e que, portanto, necessitava otimizar seus resultados.

Para tal, não era suficiente só reformar as bases produtivas utilizando a apropriação do desenvolvimento científico e tecnológico, mas também alterar as relações sociais, principalmente intensificando a intervenção do Estado em favor do mercado e buscando o convencimento da classe trabalhadora à sua lógica.

A atual etapa do desenvolvimento capitalista, marcada pela expansão do capital financeiro, pôde reorganizar a produção de forma mais flexível para lidar com sua instabilidade sistêmica. Sendo assim, a reação do capital à crise foi reorganizar o processo produtivo, gerando uma alteração no padrão de acumulação, aliando a isto novos ou ressignificados mecanismos de *subsunção*, *controle* e *cooptação* da classe trabalhadora.

Em meio a rupturas e continuidades, uma nova forma flexibilizada de gerir a produção foi constituída para favorecer a recomposição da expansão capitalista, através da emergência de novos setores da produção, flexibilização e desregulamentação do mundo do trabalho e mercantilização de direitos sociais.

Diverso do padrão anterior, baseado na produção de grandes lotes de mercadorias padronizadas, o Toyotismo⁹⁰⁹, pode ser caracterizado basicamente pelos seguintes traços apontados por ANTUNES (1999, p. 230): produção voltada à demanda do consumo; heterogeneidade e diversidade na produção; trabalho operário em equipe e flexibilidade nas funções, visando à intensificação da exploração sobre a força de trabalho; melhor aproveitamento do tempo, estoque mínimo e terceirização de parte da produção.

⁹⁰⁸ ANTUNES (1999, p. 31)

⁹⁰⁹ A principal referência do padrão de acumulação flexível, assim como do padrão anterior, é originária da fábrica automobilística, desta vez baseada na experiência da Toyota.

Mesclando-se a outras formas de produção, o toyotismo, apresentou-se como a face da reestruturação produtiva. Tal característica de adequação da forma de produção à realidade encontrada em uma dada região é típica da acumulação flexível. De um modo geral, nos países latino-americanos, o neoliberalismo abriu as economias nacionais ao capital transnacional através de privatizações, acentuou a desnacionalização e desindustrialização e reservou-lhes o papel de consumidores de tecnologia e montadores de produtos.

Esse quadro geral da reestruturação produtiva, que escapa aos limites do texto aprofundar, interferiu no debate educacional, em particular, na educação profissional. Essa intervenção não se deu sem mediações, mas como vimos, naquela relação entre trabalho e educação no contexto das relações sociais capitalistas. Ou seja, nesse ponto, situa-se a ofensiva do capital na área educacional, demarcando os interesses de classe em torno da formação humana.

Com o objetivo de intensificar a exploração dos trabalhadores, o capital recompôs o processo produtivo de forma a não alterar a subordinação do trabalho ao capital, mas camuflando-a, mantendo, portanto, a alienação do produto. Em outras palavras, no padrão de produção flexível, um restrito número de trabalhadores industriais é chamado, na maioria dos casos, a uma *desalienação ilusória* do processo de trabalho, participando de maior parte das etapas da produção, ou pelo menos de um conjunto delas, sentindo-se responsável, colaborador, sócio, comprometido subjetivamente com seu espaço de trabalho. Entendemos que, desta forma, o capital construiu uma nova proposta de conformação, cooptando através do ilusório e parcial controle dos processos de trabalho, a subjetividade dos trabalhadores, impondo o autocontrole dos trabalhadores através do trabalho em equipe, além, do redirecionamento interessado de sua formação – qualificação – e da interferência na sua relação com as entidades sindicais.

Para RUMMERT, o capital reformula categorias explicativas da realidade a fim de fundamentar um novo projeto identificatório que seja capaz de disputar a forma de pensar e agir dos trabalhadores. Para tanto, RUMMERT destaca como as características interrelacionadas mais relevantes deste processo de consolidação de hegemonia as seguintes: 1 - A ênfase no individualismo, substituição dos conflitos estruturais pelos interpessoais. 2 - A construção simbólica de “culpados” fora da esfera macropolítica. 3 - Hiperdimensionamento do mérito segundo a lógica do mercado. 4- Atribuição de caráter superlativo ao presente, ou seja, o simulacro do a-historicismo. 5- A valorização

da descontinuidade dos processos vividos na sociedade e dos projetos, individuais e coletivos, de inserção na vida socioeconômica. (empregabilidade). 6- O apelo à competitividade. 7-A lógica mercantil como regente, determinante e explicativa da realidade⁹¹⁰.

A autora afirma ainda que tais elementos do projeto identificatório neoliberal coexistem com valores de projetos passados e que sua apreensão não é uniforme no interior da sociedade. Tal ideologia que perpassa o mundo do trabalho e também outros espaços das relações sociais não recebe adesão automática dos trabalhadores, mas antes se configura como espaço de disputa hegemônica e como tal apresenta a conjugação daqueles que são seus elementos estruturantes, o convencimento e a coerção.

Com relação à coerção implementada a partir das transformações na base material destacam-se, segundo ANTUNES (1999), como as principais mutações na composição da classe trabalhadora: diversidade, heterogeneidade e complexidade da classe; divisão sexual do trabalho; crescimento no setor de serviços e emergência do terceiro setor e formas de trabalho doméstico e, por último, transnacionalização do capital e do mundo do trabalho.

Sobre o quadro de trabalhadores na economia formal, há “uma tendência frequente à redução do proletariado industrial, fabril, tradicional, manual, estável e especializado”⁹¹¹, ao passo que o número de trabalhadores precarizados, terceirizados, subcontratados expandiu como parte integrante do próprio modelo produtivo. O contingente feminino aumentou nos trabalhos precários e de menor qualificação, acentuando a exploração de classe e de gênero sobre esta parcela da força de trabalho.

Outra característica marcante é o crescimento do setor de serviços sob a lógica do capital e do chamado terceiro setor que, ao se apresentar como alternativa a ineficácia do Estado, se propõe como alternativa ao desemprego estrutural através de uma lógica dita diversa da lógica mercantil, mas que não é

real alternativa transformadora da lógica do capital e de seu mercado [...] essas atividades cumprem um papel de funcionalidade em relação ao sistema, que hoje não quer ter nenhuma preocupação pública e social com os desempregados.⁹¹²

⁹¹⁰ RUMMERT, 2000, p. 59-62.

⁹¹¹ ANTUNES, 1999, p. 104.

⁹¹² ANTUNES, 1999, p. 113.

A última característica apontada nos estudos de Antunes, a transnacionalização do capital e do mundo do trabalho, interliga, de alguma forma, trabalhadores de diversas partes do mundo através da globalização do processo produtivo.

Esse projeto societário do capital que elabora novas formas de gestão e organização da produção e, conseqüentemente, do trabalho, se expande sob o fetiche de uma lógica que se pretende modernizadora da organização de qualquer espaço social e de sua força de trabalho - mesmo àqueles não diretamente vinculados à produção de mercadorias -, sobretudo por ser uma lógica baseada na fartura de um exército laboral de reserva.

Obviamente, tais transformações contemporâneas no mundo do trabalho significaram uma contrarreforma às lutas dos trabalhadores e principalmente às suas organizações sindicais⁹¹³, resultando na busca de maior controle sobre o mundo do trabalho. Frente ao quadro exposto, podemos afirmar que o conjunto das relações sociais avançou no processo de **subsunção do trabalho ao Capital**.

Dentro desse processo, o trabalho docente também foi submetido ao movimento de subsunção ao Capital.

IV.3.2 Transformações contemporâneas no Trabalho Docente

É possível traçarmos linhas gerais das transformações ocorridas no exercício do trabalho docente. Porém, certamente não corremos nenhum risco em afirmar que seja na Educação Básica, seja na Educação Superior, o quantitativo de professores cresceu expressivamente e que o trabalho docente foi marcado pelos processos de intensificação da jornada, flexibilização das formas de contratação e competitividade quanto aos seus resultados, principalmente ao longo das últimas duas décadas.

No que tange às formas de flexibilização da contratação da força de trabalho, podemos afirmar que houve uma ampliação da base docente sob formas de crescente precarização, mesmo com as resistências ao desmonte do RJU e à flexibilização das formas de contratação.

Com relação à realidade da Educação Básica no Rio de Janeiro, um dos *loci* de nossa pesquisa, se antes existia a figura do *professor efetivo* como regra, esse agora

⁹¹³ Tais repercussões no interior das organizações sindicais foram tratadas nos capítulos sobre o SEPE e o ANDES.

compartilha espaço com outras formas de contratação. Portanto podemos destacar três formas predominantes de contratação na rede pública, no Rio de Janeiro: o *professor efetivo*, o *professor temporário* e o *professor precarizado*. O professor efetivo é o servidor público, concursado, estável, estatutário; já o professor temporário é aquele profissional contratado por tempo determinado sob o regime da CLT, em substituição ao incompleto quadro efetivo; e, por fim, o professor precarizado é aquele que - sendo servidor efetivo ou temporário da rede de ensino – tem a ampliação de carga horária, via contrato provisório – contrato este que lhe subtrai praticamente todos os direitos trabalhistas (estatutário ou celetista), como licença médica, férias, 13º salário.

Este último caso é amplamente difundido na maior parte dos municípios e estados, transformando-se na principal forma de ampliação da jornada de trabalho dos docentes.

Não muito usual, mas presente em algumas realidades, são as terceirizações-extrajurídicas de professores realizadas pela comunidade escolar que reúne fundos para pagamento de profissionais ou ainda contam com recursos de empresas que fazem doações financeiras às escolas públicas.

As diferenças contratuais acabam por interferir nas lutas reivindicativas dos docentes. A fragmentação da categoria docente dá-se pelas diferentes formas de contratos de trabalho em exercício numa mesma instituição ou rede educacional, ou de um mesmo trabalhador em locais de trabalho diferentes.

Mas talvez o aspecto que tenha prevalência dentre os demais seja mesmo o da intensificação do trabalho docente. Sobre este ponto podemos destacar a ampliação das responsabilidades do exercício da profissão docente tanto na Educação Básica, quanto na Superior. Ou seja, as múltiplas funções que precisam ser desempenhadas no interior das instituições educacionais, tanto no que se refere à ocupação do vazio gerado pela política neoliberal de diminuição de serviços públicos - quadro de escassez de funcionários em todas as áreas – quanto no que diz respeito às demandas pedagógicas e externas de avaliação e captação de recursos.

Na Educação Superior, espaço em que a função docente foi garantida através das lutas pela unidade entre ensino, pesquisa e extensão de serviços à comunidade, a diminuição do quantitativo de funcionários, o aumento da relação docente-discente, em especial a partir do governo Lula, e a vinculação de verbas aos resultados obtidos no

campo da pesquisa⁹¹⁴, e a concorrência de editais, reduziram a atuação docente à esfera da competitividade.

A asfixia financeira do sistema educacional pelas políticas neoliberais resultou em precárias condições objetivas de trabalho, realidade da maioria absoluta das redes públicas e universidades brasileiras, e abriu espaço para a diversificação do financiamento da educação pública, tais como incentivos às parcerias com o mercado e vinculação de verbas aos produtos gerados na relação entre o conhecimento e a sua mercantilização.

A existência das fundações privadas no ensino superior, dirigidas por empresas privadas, é a ponta do processo de subsunção do trabalho docente ao Capital, que ao determinar - em parceria com os editais de órgãos de pesquisa governamentais- que tipo de conhecimento deve receber estímulo e financiamento, acabam por desmontar a autonomia das universidades.

Os aspectos acima levantados como a reestruturação do processo de trabalho, a implementação de novas formas de contratação e de critérios de avaliações de desempenho e produtividade⁹¹⁵, que destroem a paridade entre profissionais em exercício e aposentados, são responsáveis pelo aumento da subsunção dos trabalhadores da educação frente ao capital, da alienação no trabalho e, portanto, do grau de competitividade intra-classe.

IV.2.3 Proletarização e inserção de classe dos trabalhadores da educação

Diante do analisado até aqui, temos elementos para o debate sobre a inserção de classe dos trabalhadores da educação, seja pela história das entidades analisadas, seja pelo processo de alteração no processo de trabalho docente.

Tratar da condição de classe de qualquer grupo social é, simultaneamente, tratar dos conceitos indissociáveis de classe social e de luta de classes. Uma classe social não é uma abstração, um conceito formal cujo reflexo deriva, de forma mecânica, das relações de produção, mas antes, resultado de um processo histórico de luta movido por interesses antagônicos de sujeitos num contexto determinado, como afirmam os autores de *A Ideologia Alemã*:

⁹¹⁴ Ver os dados sistematizados em SGUISSARDI e SILVA Jr (2009), principalmente o terceiro capítulo.

⁹¹⁵ No estado do Rio de Janeiro temos os exemplos do programa Nova escola, a esse respeito ver NAJJAR (2004) e a diminuição do tempo de aula a fim de aumentar a “produtividade” do professor.

Os indivíduos isolados só formam uma classe na medida em que têm que manter uma luta comum contra outra classe; no restante, eles mesmos defrontam-se uns com os outros na concorrência. Por outro lado, a classe autonomiza-se em face dos indivíduos, de sorte que estes últimos encontram suas condições de vida preestabelecidas e tem, assim, sua posição na vida e seu desenvolvimento pessoal determinados pela classe, tornam-se subsumidos a ela. Trata-se do mesmo fenômeno que o da subordinação dos indivíduos isolados à divisão do trabalho, e tal fenômeno não pode ser suprimido se não se supera a propriedade privada e o próprio trabalho⁹¹⁶.

Portanto, a partir desta perspectiva teórica, qualquer análise da condição de classe pressupõe a análise da luta de classes.

No entanto, este não tem sido o único caminho seguido pela produção teórica acerca do sindicalismo docente e a inserção de classe dos professores. Para WOOD, “teoricamente, existem apenas duas formas de pensar em classe: como um local estrutural ou como uma relação social”⁹¹⁷. A primeira concepção não é exclusividade de correntes externas ao marxismo, “se a segunda concepção é especificamente marxista, a primeira cobre um espectro mais amplo que vai da sociologia clássica até algumas variedades de marxismo”⁹¹⁸.

É nesta bifurcação teórica e política que está situado nosso debate com a bibliografia marxista sobre o pertencimento de classe dos professores e a sua prática sindical. À tal corrente teórica consolidada nas análises sobre o movimento sindical brasileiro pretendemos propor um caminho alternativo.

Em uma das primeiras passagens do *Manifesto Comunista*, Marx e Engels apontam a centralidade da luta entre as classes na história e os papéis protagonistas da classe que tem sua força de trabalho explorada na produção, o proletariado, e da classe que detém a propriedade dos meios de produção e o seu produto.

Toda a sociedade se divide, cada vez mais, em dois grandes campos inimigos, em duas grandes classes diretamente opostas: a burguesia e o proletariado⁹¹⁹.

Para os autores de *O Manifesto Comunista*, estavam, desta forma, demarcadas as classes fundamentais no capitalismo, bem como a posição relacional das demais classes

⁹¹⁶ MARX e ENGELS (1987, p. 84).

⁹¹⁷ WOOD, 2003, p.73.

⁹¹⁸ Idem, Ibidem.

⁹¹⁹ MARX e ENGELS, 1998, p. 8.

sociais tais como os camponeses, os pequenos proprietários, que comporiam as classes médias, além do lumpen-proletariado.

Definidas as classes fundamentais como motor da história, colocam-se outras questões, tais como, quais são os integrantes destas classes, qual o papel das classes médias no capitalismo e que elementos definem a vinculação a uma determinada classe, bem como as condições específicas das relações sociais adquiridas num dado contexto histórico.

Correntes da tradição marxista divergem sobre a tendência do movimento das classes médias em direção às classes fundamentais e o papel que desempenham na organização da classe trabalhadora, se tal movimento seria invariavelmente determinado, bem como quais características definiriam os integrantes dessa classe intermediária.

Para efeito deste trabalho, é no debate sobre as classes médias produzido pelo estruturalismo marxista que devemos focar, pois tal corrente afirma ser nesse lugar da estrutura social que se situam os professores. Uma ideia comum a esses autores é a de que os assalariados não-manuais distinguem-se ideologicamente e, por consequência, politicamente da classe operária.

POULANTZAS (1985) denomina esta classe intermediária que se difere da classe operária como “nova pequena burguesia”. Para o autor, os “assalariados não-manuais” que integram esta nova classe não poderiam ter sua inserção de classe analisada a partir de critérios exclusivamente econômicos e sim de um conjunto de fatores característicos que definiriam sua prática político-ideológica, tais como o caráter improdutivo do trabalho, o controle sobre outros trabalhadores (função de direção) e o exercício de trabalho intelectual, ou seja, tais elementos demarcariam limites ideológicos entre o trabalhador intelectual, ou não-manual e o trabalhador manual. No trabalho do autor destaca-se o conceito restrito de classe operária e o papel da ideologia na delimitação e *alocação* das classes sociais. Talvez o problema central possa ser resumido pela compreensão do autor que as classes *já estão* constituídas ou possuem uma estrutura social global.

No Brasil, temos o trabalho de SAES que trata da inserção de classe dos trabalhadores não-manuais a partir do conceito restrito de classe operária de POULANTZAS. SAES (1978), no entanto, discorda do conceito de nova pequena burguesia que unifica a pequena burguesia e os assalariados não-manuais em uma mesma classe. Para SAES há diferenças entre esses segmentos sociais, sendo que a

ideologia meritocrática configura-se como ponto de distinção entre os interesses dos assalariados não-manuais dos trabalhadores-manuais -classe operária tradicional- bem como dos interesses dos primeiros com a pequena burguesia.

BOITO (2004) partilha desta última interpretação e baseado na diferenciação entre trabalhadores assalariados manuais e não-manuais, assim define a especificidade do sindicalismo de classe média:

é movido por interesses, valores e concepções distintos daqueles que, tipicamente, movem a ação do trabalhador assalariado manual quando esse se organiza sindicalmente⁹²⁰.

Tal filiação teórica afirma que o sindicalismo de classe média, do qual fariam parte os professores é fundamentado na ideologia meritocrática, ou seja, nos dons e méritos pessoais, ou ainda de uma dada profissão. Para o autor,

tal sindicalismo induz a uma identificação coletiva restrita, fechada no universo da profissão, sendo refratário, por esse motivo, à politização da luta sindical. Cada um desses sindicatos profissionais procura difundir uma imagem dos méritos especiais da profissão que representa⁹²¹.

Como exemplo deste tipo de sindicalismo BOITO recorre ao sindicalismo docente:

O mérito da profissão é, no mais das vezes, afirmado por oposição ao suposto demérito de outras profissões ou do trabalho manual: a professora, cuja dignidade de fato é negada pelo Estado capitalista, mas que procura afirmá-la protestando por ganhar menos que uma empregada doméstica; o professor que, vitimado pelo mesmo Estado, e com o mesmo objetivo e motivação, compara o seu salário ao do motorista de ônibus ou ao do vendedor ambulante⁹²².

Este é o ponto que nos interessa sobremaneira, pois tem como centro a organização política coletiva deste trabalhador. Segundo esta abordagem os professores integram a classe média e comungam de sua ideologia e forma organizativa de caráter político-ideológico individualista e reformista.

⁹²⁰ BOITO, 2004, p. 3.

⁹²¹ Idem, Ibidem, p.25.

⁹²² Idem, Ibidem, p. 24.

Outro trabalho relevante é o de TRÓPIA (2007) *A inserção de classe dos assalariados não-manuais* que sistematiza o debate e apresenta os limites políticos a que está submetida a classe média, cujo objetivo anunciado é perceber as contribuições do estruturalismo marxista para a compreensão das contradições e limites da organização coletiva docente.

Frente a esta rápida apresentação de trabalhos da corrente estruturalista marxista, podemos observar que se o trabalho fundador de POULANTZAS afirma ter o mérito de não reduzir a análise de classe a economia, parece cair em outro erro tão incompatível frente ao materialismo histórico, qual seja, tomar as classes em situação inexorável. No caso de SAES, a ideologia coloca-se como condição originária das especificidades do processo de trabalho, pressuposto do determinismo.

É necessário assinalar os limites teóricos dessas interpretações. As análises que partem de parâmetros pré-determinados e modelos esquemáticos do real não levam em consideração o processo histórico de formação da classe trabalhadora e as experiências vividas por grupos de trabalhadores no embate da luta de classes.

A crítica ao economicismo parece, neste caso, significar a desconexão dos aspectos sociais, econômicos e históricos, excluindo a dialética da metáfora da base e superestrutura criada por Marx. Em última instância, o estruturalismo adquire um discurso paradoxal, pois o aspecto econômico, antes criticado, é prevalente na análise de classes, pois é dele que deriva uma forma específica de ideologia. Nesse ponto da argumentação, a ideologia brota de um tipo particular de processo de trabalho, adquire uma forma estática e sem relações com a totalidade social no seu movimento histórico, resultando desconsiderados os processos complexos de alienação e hegemonia para a análise das manifestações da consciência de classe.

A complexidade que as relações sociais contemporâneas adquiriram sob o modo de produção capitalista não nos permite tomar como ponto de partida e de chegada a separação entre trabalhadores manuais e trabalhadores não-manuais como elemento determinante da inserção de classe. Em outras palavras, a unidade da classe pode se dar mesmo na diversidade do processo de trabalho.

Em *A miséria da Teoria* ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser, E. P. THOMPSON nos apresenta uma veemente crítica aos equívocos da tradição marxista estruturalista, tais como o a-historicismo e por consequência, o determinismo.

Este é o foco da crítica de THOMPSON:

Não vejo a classe como uma “estrutura”, nem mesmo como uma “categoria”, mas como algo que ocorre efetivamente (e cuja ocorrência pode ser demonstrada) nas relações humanas. Ademais, a noção de classe traz consigo a noção de relação histórica⁹²³.

Em outro texto – Algumas observações sobre classe e “falsa consciência”⁹²⁴ – THOMPSON sistematiza alguns de seus desacordos aos usos do conceito classe social por marxistas e não-marxistas, das quais destacamos sua crítica ao modo idealizado de pensar a classe:

Os assalariados não se comportam de modo condizente com sua com sua condição proletária, ou mesmo alguns deles, quando interrogados, não sabem definir-se ou afirmam pertencer ao “estrato médio”. Ou, ainda mais, classe é aquilo que a classe diz supor representar em uma resposta a um questionário. Mais uma vez, classe como categoria histórica, em seu comportamento através do tempo, resulta excluída.

Portanto, não estamos fazendo uma crítica inaugural a tal corrente marxista, mas debatendo tal concepção frente à análise do sindicalismo docente.

A organização sindical dos trabalhadores analisada ao longo desse trabalho nos permite considerar, através das experiências de luta, o complexo e contraditório movimento da construção de uma identidade de classe e das formas de manifestação de consciência, que não podem ser tomadas como acabadas, concluídas.

A história das lutas dos trabalhadores da educação demonstrou o terreno de disputas em que se deu a busca de uma identidade de classe, através do seu posicionamento na luta de classes e do processo de proletarização da categoria.

Na obra “Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX”, aqui utilizada como referência, Braverman analisa os processos de trabalho dentro do setor de serviços, especialmente o trabalho nos escritórios, apontando que a classe média clássica – em especial os trabalhadores de escritórios - sofreu um processo de proletarização na medida em que foi perdendo suas qualificações e, conseqüentemente, o domínio sobre seu processo de trabalho. O que antes era chamado de classe trabalhadora ou classe operária, dado o nível de alargamento das relações produtivas capitalistas começou a estabelecer grandes similitudes à “velha classe média”, uma vez

⁹²³ THOMPSON, 1987, p. 9.

⁹²⁴ As Peculiaridades dos Ingleses e Outros Artigos, 2007.

que o capitalismo colocou todos na condição de vendedores da mercadoria força de trabalho:

As camadas médias do emprego: como a classe trabalhadora, ela não possui qualquer independência econômica ou ocupacional; é empregada pelo capital e afiliados, não possui acesso algum ao processo de trabalho ou meios de produção fora do emprego, e deve renovar seus trabalhos para o capital incessantemente a fim de subsistir.⁹²⁵ (Grifos nossos).

No trabalho docente o processo de expropriação do conhecimento configurou-se como a forma específica da proletarização docente, mais que a própria condição econômica, pois esta última é mais intensa para os professores da rede pública da Educação Básica⁹²⁶ que da Educação Superior Pública.

A Educação Infantil, o Ensino Fundamental, a Educação de Jovens e Adultos, o Ensino Médio, a Educação Profissional e a Educação Superior, possuem, de fato, aspectos em comum, no entanto, o caráter multifacetado da Educação no Brasil - perceptível facilmente pela inexistência de um sistema nacional de educação - fragmenta concretamente as modalidades e os níveis de ensino, seja nas políticas públicas, no financiamento, na obrigatoriedade, enfim, no lugar social de cada um frente à dualidade estrutural da educação. Há ainda a cisão fundamental entre o caráter público e o privado da educação e todas as suas derivações – comunitária, confessional, filantrópica - que acarretam condições diferentes de trabalho para o professor.

Desta forma, ao tratamos do trabalhador da Educação Básica, que embora possua pontos convergentes com a condição docente em geral, percebemos que sobre ele incide um nível mais elevado de exploração se comparado, por exemplo, com os trabalhadores da Educação Superior, tanto no que diz respeito à base salarial, quanto à jornada de trabalho e às possibilidades de formação. Isso quer dizer que os professores estão submetidos a relações sociais e econômicas diversas no bojo da sociedade e que a categoria não é um recorte homogêneo.

Pelos argumentos acima expostos, a fim de compreendermos a condição de classe dos trabalhadores da educação, tomamos o conceito ampliado de classe

⁹²⁵ BRAVERMAN, 1987, p. 341.

⁹²⁶ Ainda que a proletarização dos trabalhadores da Educação Básica talvez tenha se dado de forma articulada e simultânea à ascensão individual de cada professor. Ou seja, a categoria que foi perdendo o "status social" ao longo das últimas décadas era formada por uma determinada classe social, provavelmente classe média, e as novas gerações que começaram a compor esta categoria sejam de setores da classe trabalhadora mais explorada. (SILVEIRA, 2002, p. 39).

trabalhadora de ANTUNES quando afirma que a “classe trabalhadora compreende não somente os trabalhadores ou trabalhadoras manuais diretos, mas incorpora a totalidade do trabalho social, a totalidade do trabalho coletivo que vende sua força de trabalho como mercadoria em troca de salário”⁹²⁷.

Portanto,

a moderna classe trabalhadora também inclui os trabalhadores improdutivos, aqueles cujas formas de trabalho são utilizadas como serviço, seja para uso público ou capitalista, e que não se constituem como elemento diretamente produtivo no processo de valorização do capital⁹²⁸.

Nesse sentido, entendemos que a maioria dos professores integra a classe trabalhadora contemporânea, na complexidade e heterogeneidade que a fragmentação do mundo do trabalho apresenta, pelo processo de proletarização, fundado principalmente na expropriação do conhecimento, e, sobretudo, pelo posicionamento na luta de classes no Brasil contemporâneo, aqui analisado.

Em síntese, o complexo e contraditório processo de aproximação dos trabalhadores da educação à classe trabalhadora revela que a identificação e a consciência de classes não é um processo mecânico, vinculado ao lugar que a profissão ocupa na estrutura social, tampouco individual, mas antes, é produto de sua luta.

⁹²⁷ ANTUNES, 2005, p. 50.

⁹²⁸ Idem, Ibidem, p.60.

Considerações finais

Objetivamos com a pesquisa sobre o sindicalismo docente analisar o processo de formação desses trabalhadores enquanto classe, a partir de suas lutas. Nesse sentido, podemos afirmar que a partir de greves, como as seminais de 1979, no CEP, e de 1980, nas Associações Docentes do Ensino Superior - que dariam origem à ANDES -, o movimento docente se consolidou como força política no cenário brasileiro ao longo da década de 1980.

O movimento docente não teve início nas décadas de 1970 e 1980, porém um conjunto de determinações garantiu que, nesse período - o da eclosão do *Novo Sindicalismo*-, ele se constituísse como uma nova força política no cenário da luta de classes, no Brasil. Determinações tais como: a expansão do ensino público e dessa força de trabalho; as próprias experiências organizativas docentes anteriores ao *Novo Sindicalismo*, assim como a convergência entre as lutas pela democratização do ensino na tradição dos movimentos operários e as lutas corporativas dos professores.

O longo processo de construção de entidades nacionais em questão revelou o caráter fragmentado da educação brasileira que nunca consolidou um sistema nacional de educação e não avançou na unificação sindical, conforme vimos⁹²⁹.

O direito à sindicalização dos servidores públicos somente foi conquistado na Constituição de 1988, contudo algumas entidades de docentes e de trabalhadores da educação, embora, juridicamente, não fossem entidades sindicais, funcionavam com nítido caráter sindical. Nesse sentido, o CEP⁹³⁰ assumiu mais rapidamente que a ANDES⁹³¹ a identidade de entidade representativa da classe trabalhadora.

O debate em torno da identidade de classe perpassou a organização docente, nas suas práticas sindicais, congressos, publicações, relacionamento com os partidos

⁹²⁹Ainda hoje tem lugar a pluralidade de organizações nacionais dos trabalhadores da educação, demonstrando a fragmentação sindical do setor da educação, por exemplo, além do ANDES-SN, poderíamos destacar ainda a FASUBRA-Sindical, que representa servidores técnico-administrativos das IFES e IEES; o SINASEFE, Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica e Profissional, a CONTEE Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino e Educação (vinculada aos empregados do setor privado) e a CNTE - Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, da Educação Básica (fundamentalmente a pública). Por sua vez, a miríade de entidades estaduais da educação básica pública não está, em seu conjunto, organizada na CNTE, como o SEPE que se desfilou desta por razões análogas àquelas da desfiliação da CUT.

⁹³⁰Trajetória da entidade: Sociedade Estadual dos Professores (SEP-1977), Centro Estadual dos Professores (CEP-1979), Campanha Estadual dos Professores (CEP-1981), Centro Estadual dos Profissionais de Educação (CEPE-1986), Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação (SEPE-1988).

⁹³¹Trajetória da entidade: Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior ("a" ANDES- 1981) e Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições do Ensino Superior ("o" ANDES-SN: 1988).

políticos e com as centrais sindicais nacionais e internacionais. Tanto no SEPE quanto no ANDES a especificidade do trabalho docente, cuja divisão técnica e social do trabalho atribui uma preponderância do trabalho intelectual, mostrou-se relevante no processo de reflexão/construção de uma identidade de classe.

Quanto ao CEP, podemos afirmar que a entidade não só avançou no processo de unificação com os demais setores dos trabalhadores da educação, tais como serventes, merendeiras e funcionários administrativos, em 1987, como permitiu que a filiação à CUT, realizada em 1986, e o processo de sindicalização da entidade transcorresse de forma menos polêmica que no ANDES. As forças que apostavam no elitismo dos docentes, enraizadas na direção do CEP, foram derrotadas no congresso que ampliou a base social do sindicato, derrubando assim a própria diretoria, em 1987.

No movimento docente do Ensino Superior, a perspectiva do caráter associativista, de organização sob um modelo de sociedade científica foi derrotada ao longo da década de 1980, mas não completamente superada. Primeiramente a entidade transformou-se em sindicato, em 1988, para, em seguida, filiar-se à CUT. O ANDES permaneceu como uma entidade exclusivamente de docentes.

O SEPE e o ANDES participaram das disputas em torno da reorganização da classe trabalhadora, que ao final da ditadura civil-militar estava polarizado entre os setores que fundariam a CUT e aqueles que fundariam a CGT. As entidades sindicais também posicionaram-se na disputa macropolítica da transição da ditadura civil-militar à democracia burguesa por eleições diretas para todos os níveis, estratégia que estava por trás da cisão no movimento sindical brasileiro.

O SEPE e o ANDES trabalharam na construção da CUT, mesmo antes do debate sobre a filiação à Central estar concluído, atuando particularmente no DNTE e, posteriormente, no combate ao processo de vinculação da entidade à estrutura sindical oficial, realizando propostas para uma gestão democrática e independente do Estado, contrária às transformações ocorridas a partir do III CONCUT que culminaram na formulação de um "sindicalismo orgânico".

Na década de 1980, as greves do SEPE realizadas nas redes estadual fluminense e municipal carioca de educação, com prevalência na rede estadual, além de funcionarem como experiência de fortalecimento da organização da categoria, enfrentaram as políticas de arrocho salarial e de expansão da educação sem atender as necessidades da população e dos trabalhadores vinculados à ela. Às mobilizações dos trabalhadores, o Estado respondeu com medidas repressivas, tais como o recurso à Lei

de Segurança Nacional, prisão de lideranças, cassação da entidade e repressão policial às manifestações públicas, com poucas tentativas efetivas de negociação com a categoria. O SEPE derrotou posições mais colaboracionistas presentes na direção da entidade até 1986 e voltou a realizar grandes greves, mesmo contra o governo do PDT, de Leonel Brizola, que buscava ser identificado com os setores populares e de esquerda, e à seu projeto de educação. Os trabalhadores da educação, unificados a outros servidores públicos, combateram as políticas de inspiração neoliberal de reestruturação do Estado, após a decretação da falência, também por um governo pedetista, da administração municipal do Rio de Janeiro, assim como participaram e construíram as greves gerais convocadas pela CUT. Resultaram dessas lutas conquistas salariais e a implantação de um plano de carreira aos trabalhadores da educação.

A reunião das experiências organizativas anteriores ao CEP possibilitou que a organização dos profissionais da educação atingisse um novo patamar na luta de classes. Tal processo não ocorreu sem contradições, marcado por profunda disputa política, entretanto, a entidade adquiriu um caráter de massa que até então não existia no interior do movimento docente, cuja expansão do ensino trouxe as condições materiais para uma nova forma de inserção desta categoria na luta de classes.

A ANDES transformou-se em sindicato nacional ao final da década de 1980. Construída a partir de ampla organização por local de trabalho, as ADs, a ANDES apresentou uma prática original de organização interna, cujos princípios de democracia e independência embasaram as lutas pela redemocratização da universidade e da sociedade. A entidade apresentou profícua capacidade de formulação em torno dos projetos de educação, através de uma proposta do movimento para a universidade pública brasileira e da educação na constituinte, atuando, por exemplo, na construção do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública. Podemos dizer que o combate ao conjunto de políticas que compuseram a proposta de privatização da universidade brasileira via projeto do Estado de "Reestruturação da Universidade" foi o polo aglutinador dos docentes em nível nacional.

A vitória de Fernando Collor de Mello, em 1989, significou a derrota de um projeto político para o país vinculado, em grande parte, às organizações da classe trabalhadora e, por consequência, a ascensão da reforma do Estado, via política neoliberal. O acúmulo organizativo da classe trabalhadora, ao longo da década de 1980, através da construção do Partido dos Trabalhadores e da maior central sindical do país,

a CUT, sofreria os ataques da política neoliberal e da reestruturação em curso no mundo do trabalho, assim como sentiria os efeitos do fim da URSS.

Contudo, esses sindicatos docentes, que surgiram em meio à onda do *Novo Sindicalismo*, nos anos 1980, ao contrário da maioria das entidades sindicais daquela onda, atravessaram os anos 1990 e 2000 realizando lutas que enfrentaram com resistência singular o projeto capitalista de Reforma do Estado e de conversão da educação em mercadoria.

No processo de luta de classes, as greves adquiriram centralidade e impuseram ao Estado um recuo, ora maior, ora menor, em relação às propostas de Reforma do Estado, na lógica de gestão empresarial, alteração do regime de contratação da força de trabalho e privatização do espaço público. No campo da educação, podemos afirmar que a política educacional visou atender às orientações de organismos multilaterais internacionais para conformar um novo tipo humano adequado ao mercado de trabalho ou, nas palavras de Gramsci, combater a tarefa educativa e formativa do Estado "de adequar a 'civilização' e a moralidade das mais amplas massa populares às necessidades do contínuo desenvolvimento do aparelho econômico de produção e, portanto, de elaborar também fisicamente tipos novos de humanidade"⁹³².

No SEPE, as lutas empreendidas na década de 1990 combateram a reestruturação do Estado - que era envidada através da redução do funcionalismo público, através de programas de demissão voluntária, da não realização de concursos públicos e da terceirização dos funcionários, além de implantação de pacotes pedagógicos e da implantação de avaliações e gratificações por produtividade. O movimento avançou na análise das propostas educacionais do estado do Rio de Janeiro, organizou o primeiro congresso de educação e definiu a sua proposta de educação para a sociedade, fundada na concepção gramsciana de Escola Unitária.

Ainda que o recurso às greves tenha sido superior ao do conjunto da sindicalismo brasileiro, o movimento não passou à margem da crise sindical. O SEPE discutiu o esgotamento político das extensas greves, a questão da burocratização no interior da entidade e as dificuldades no enfrentamento ao conjunto das políticas neoliberais. A crise na entidade, contudo, ganhou novos contornos com a posse do PT no governo do estado, em 2002, e no governo federal, em 2003. As forças políticas

⁹³² GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Vol. 3 (Caderno 13). Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2000, p. 23.

organizadas na direção colegiada e proporcional do SEPE que apoiavam tais governos buscaram frear a postura combativa e autônoma do sindicato.

O ANDES realizou a maioria das greves da década de 1990 com setores do funcionalismo público federal. Tais experiências apontaram os limites da unificação das lutas contra a Reforma do Estado, mas também para a necessidade da ampliação das forças para o enfrentamento da política neoliberal que visava privatizar estatais, flexibilizar as formas de contratação dos servidores públicos, extinguindo o RJU e estabelecer a lógica empresarial como modelo de administração pública. As lutas do ANDES conseguiram reduzir parte considerável da política privatista nas IFES, contudo na política geral da Educação, como nas disputas em torno da LDB e, posteriormente, do PNE, as derrotas foram incontestes. A crise sindical fez-se sentir no interior do ANDES e a concepção de que os sindicatos deveriam adotar uma prática negociadora com o Estado teve o seu lugar com a vitória, em 1998, da oposição à corrente ANDES-AD, que dirigira o sindicato desde a sua fundação.

Tanto no SEPE quanto no ANDES, as lutas da década de 1990 tiveram um caráter mais defensivo, inclusive como resultado da transformação do sindicalismo brasileiro, da qual a moderação da CUT e a sua participação em fóruns de negociação com o Capital e o Estado mostraram-se os sintomas mais relevantes. As conquistas do movimento restringiram-se ao recuo parcial das políticas propostas pelo próprio governo que visavam, em última instância, amalgamar a esfera pública à iniciativa privada. Nesse sentido, o Plano Diretor de Reforma Administrativa do Estado, do ministro Bresser Pereira, apontava para um processo de "publicização" de serviços como educação, produção científica, saúde e cultura que, subsidiados pelo Estado, deveriam ser administrados por setores privados.

Como resultado das políticas estatais para a educação ao longo das décadas de 1980 e 1990, houve um processo de intensificação heterônoma do trabalho docente que, significou o avanço de uma forma específica de proletarização docente. Para avançar nesse processo de conversão da educação em mercadoria, o Capital e o Estado precisaram combater os trabalhadores vinculados a elas e as suas organização classistas.

O processo de subsunção do trabalho ao Capital, contudo, não se deu apenas no campo educacional, mas arrastou o conjunto do mundo do trabalho. Assim, aumentou o grau de subsunção dos trabalhadores ao Capital, seja na atividade específica de seu trabalho, seja nas condições gerais da existência. Os professores, trabalhadores coletivos, foram perdendo a autonomia e o controle de seu processo de trabalho,

subjugados à avaliações externas, ao aligeiramento da formação docente, à flexibilização das formas de contratação e às vinculações salariais à gratificações e produtividade, no caso do Ensino Superior, via editais.

Os passos na direção da subsunção real do trabalho docente ao capital foram dados em todos os níveis de ensino, mas repercutiram de forma diferente, dada a sua estratégia diferenciada de implantação e de proximidade com a formação para o trabalho. No caso das universidades o interesse capitalista é mais direto, pois possibilita a preparação de um profissional coadunado às necessidades imediatas da produção.

A relação do trabalho com o Estado complexificou-se, ao caminhar em direção a um processo de reestruturação do aparelho estatal ao modelo gerencial, próprio da iniciativa privada. Esse movimento, analisado nos capítulos anteriores, de Reforma do Estado no Brasil, a partir da década de 1990, caminhou na construção de organizações públicas não-estatais e, nesse sentido, amalgamou, em um estágio ainda não suficientemente investigado, as relações sociais entre o setor público e o privado. Portanto, aqui temos um problema de investigação em aberto.

No campo da luta sindical as mudanças empreendidas na postura da CUT foram emblemáticas, das quais destacam-se as experiências de negociações realizadas entre o sindicato dos metalúrgicos do ABC paulista e as montadoras frente às ameaças de demissão que impuseram uma pauta de perdas de direitos desses trabalhadores e o “acordo da previdência”, em 1996, quando o presidente da CUT, Vicente Paulo da Silva, negociou a reforma da previdência com o governo de Fernando Henrique Cardoso, que substituiu o modelo da aposentadoria "por tempo de serviço" pelo da aposentadoria “por tempo de contribuição”.

Diante dessas opções, a CUT abandonou a perspectiva originária, ainda que não consensual, de constituir-se sob novas bases organizativas, herança do *Novo Sindicalismo* em oposição à estrutura sindical e, cada vez mais, tornou-se parte integrante desta.

Se parecia que a ofensiva neoliberal estava desgastada e que não lograria mais vitórias no início dos anos 2000, a ascensão do PT à presidência da república configurou um novo realinhamento da luta de classes, no Brasil. As mudanças ocorridas, desde a década anterior, na CUT e o no PT, colocaram o movimento sindical combativo sem direção e representação nacional, nos momentos de ataque aos direitos trabalhistas, para o avanço da exploração do capital sobre o trabalho, mediado pelo Estado.

A contrarreforma da previdência realizada pelo governo Lula, em 2003, representou um ponto de inflexão para os movimentos combativos da classe trabalhadora. O papel da CUT no momento de conflito aberto entre os interesses da classe trabalhadora e o do PT, de administrar o Estado pela agenda neoliberal, foi o de colaboração. Se a CUT já vinha se transformando em uma central negociadora, dentro dos marcos da ordem capitalista, não seria em nada contraditório “negociar” com o governo do PT. Assim, a CUT participou do Conselho Econômico e Social (CDES), criado pelo governo Lula para assessorar, mas, sobretudo legitimar as contrarreformas. O processo de ruptura com a CUT, tanto do ANDES, quanto do SEPE, teve início nesse momento.

A experiência da classe trabalhadora com a CUT, no enfrentamento aos ataques aos seus direitos e às propostas de contrarreformas sindical, trabalhista e universitária mostraria que este instrumento dos trabalhadores, construído na década de 1980, esgotara-se no seu caráter autônomo e classista.

No SEPE, esse processo gerou uma crise sem precedentes. O descompasso temporal entre as avaliações críticas à CUT e a desfiliação à Central revelou a fragmentação do debate e as intensas disputas de partidos e correntes organizadas no interior do movimento. Se, por um lado, o peso que a direção petista tradicionalmente teve no SEPE contribuiu para a extensão desse processo, também é possível afirmarmos que a unidade construída pelas correntes que formaram o PSOL, em torno da oposição de esquerda ao governo Lula e ao PT, não teve correspondente em uma posição sindical unitária, nem entre si, nem com os demais setores dirigentes críticos ao PT e à CUT. A fragmentação na direção do SEPE foi o resultado de um realinhamento e uma fragmentação das forças políticas organizadas, revelando uma crise sindical diversa daquela que marcou a década de 1990.

Dessa forma, a desfiliação do SEPE da CUT mostrou o resultado da experiência da categoria com o governo de Luís Inácio Lula da Silva e com a CUT e, sobretudo, que a crise aberta não era específica do SEPE, mas do conjunto das organizações classistas. O processo de reorganização da classe através da construção e da consolidação de uma alternativa à CUT permaneceu em aberto no interior do SEPE. O SEPE não tomou uma posição unitária com relação ao debate de reorganização da classe, mantendo contribuição financeira à CONLUTAS e à INTERSINDICAL. No último congresso, realizado em maio de 2011, houve o retorno de propostas regressivas, que embora não

tenham sido vitoriosas, pautaram toda a discussão interna, tais como a proposta de eleição majoritária para a direção do SEPE e a refiliação à CUT e à CNTE.

O fechamento de um ciclo cutista no SEPE, antes de significar uma solução para a crise sindical dos trabalhadores em educação, em particular, e da classe trabalhadora, em geral, representa ainda a necessidade de avançar no processo de reorganização das lutas.

No ANDES, a corrente majoritária no movimento, a ANDES-AD, garantiu que o processo de desfiliação à CUT resultasse em uma clara inserção na reorganização da classe trabalhadora no Brasil. A desfiliação da CUT não significou uma decisão a ser comemorada pelo conjunto dos professores militantes do ANDES-SN e de suas entidades de base. A participação em encontros da CONLUTAS, da Assembleia Popular de Esquerda, da Assembleia Popular e da Intersindical fez parte da tática do ANDES-SN de buscar caminhos para a reorganização da classe trabalhadora, pautando a necessidade de uma organização capaz de superar o caráter sindical presente na tradição cutista. Frente às entidades alternativas de reorganização da classe e considerando as suas inúmeras limitações de representatividade, o ANDES-SN decidiu filiar-se à CONLUTAS⁹³³ e permanecer na busca de um processo de unificação do conjunto de trabalhadores e setores populares pautados na luta contra o governo Lula e as contrarreformas e, sobretudo, pelo horizonte socialista.

Contudo, o impacto desse movimento do ANDES na reorganização da classe e das transformações no processo de trabalho docente nas universidades, através da privatização interna, deve ser analisado com maior profundidade para a compreensão do processo de cisão na base do movimento que ocorreu desde então, o que caracteriza um distanciamento entre a direção e a base. Afora a greve de 2003 que enfrentou a contrarreforma da previdência e uma greve com menor força em 2005, o ANDES não conseguiu realizar mais greves no governo Lula. A explicação para o abandono da greve como instrumento não está na cooptação da direção sindical, como ocorreu com a maioria dos sindicatos do funcionalismo, mas na eficiência da política petista para a Universidade que deixou de implantar o projeto privatista pelo estrangulamento da rede pública e o fez pela expansão, somada a uma política de reajuste salarial no segundo mandato. As dificuldades de mobilização resultam, portanto, de um quadro de crise geral da esquerda associado ao convencimento da maioria dos docentes, capturados pelo

⁹³³ Em 2006, no CONAT, a CONLUTAS é fundada como uma coordenação de lutas do movimento sindical, estudantil e popular.

canto da sereia produtivista⁹³⁴, que culminaram no crescimento de uma entidade sindical governista, de forte apelo à ideologia academicista, que vem cindindo o sindicato na base, o PROIFES.

Com relação aos caminhos diferentes tomados pelo SEPE e pelo ANDES no processo de reorganização da classe cabe demarcar a dinâmica política interna das entidades. No SEPE, a direção colegiada é composta por proporcionalidade e os partidos políticos e demais forças políticas - representados por um amplo espectro das organizações políticas de esquerda e centro - possuem uma intervenção muito mais direta que no ANDES.

No ANDES, a corrente sindical ANDES-AD, organizada exclusivamente no interior da entidade, materializou certo intervalo, ainda que variável, entre a referência partidária e a atuação sindical. Durante a maior parte da história do ANDES a polarização deu-se entre o PT (e suas correntes) e os partidos comunistas (PCB e PCdoB) e, posteriormente, surgiu o PSTU compondo a direção da entidade.

No caso do ANDES, a maior homogeneidade política da direção nacional foi acompanhada de uma fragmentação mais radical nas bases das ADs e do surgimento do PROIFES.

A tese consolidada na produção acadêmica, de viés estruturalista, de que o sindicalismo docente é conservador e corporativo foi refutada com a análise das entidades aqui analisadas, construídas em oposição à estrutura sindical oficial. Ao construir-se enquanto classe, as referidas entidades docentes participaram organicamente dos mais profundos debates e embates da organização da classe trabalhadora no Brasil, em particular, de suas organizações sindicais, desde os CONCLATS, na década de 1980, até o debate de reorganização da classe e construção de alternativas à CUT, a partir do governo de Luís Inácio Lula da Silva e da adesão da CUT à política da colaboração com o Estado e o Capital.

A construção de uma identidade de trabalhadores da educação, forjada nessas lutas de quase três décadas, em oposição a de profissional, presente majoritariamente nas experiências anteriores demonstra que o movimento docente não se questiona se integra a classe trabalhadora, mas como, sendo sua parte integrante, pode colaborar para a sua reorganização.

⁹³⁴ TREIN, Eunice. RODRIGUES, José. O canto de sereia do produtivismo científico: o mal-estar na Academia e o fetichismo do conhecimento-mercadoria. *Universidade e Sociedade*. vol. XX, n.47, fev., 2011.

Certamente, ainda há muitos dilemas a serem enfrentados pelo movimento docente para o avanço e fortalecimento de suas lutas. A questão de gênero, ainda que não apareça como especificidade da organização docente, na pauta das entidades analisadas, foi um processo que precisou ser enfrentado para a passagem do associativismo ao sindicalismo. A classe trabalhadora, composta pela luta também das mulheres, tem no sindicalismo docente uma importante experiência de construção de mulheres enquanto dirigentes. Ainda que não devidamente explícita, a história da luta da emancipação das mulheres, tem na construção do sindicalismo docente combativo, uma página relevante.

O desafio de unificação das lutas no setor da educação permanece tão urgente quanto no período anterior ao *Novo Sindicalismo*, no interior da categoria, mas também na sua ampliação para o conjunto da classe. Se, por um lado, o SEPE reuniu o conjunto dos trabalhadores da educação, por outro lado, os docentes possuem maior destaque na direção da entidade. Já o ANDES que se construiu na disputa com setores que possuíam uma visão do professor como um trabalhador "especial", permanece como um sindicato de docentes e não há o horizonte de um debate em torno da unificação com os servidores técnico-administrativos.

O papel dos sindicatos analisados foi intenso na organização geral da classe trabalhadora, mas o inverso não ocorreu. A classe trabalhadora, através de suas inúmeras entidades, participou de forma pontual das lutas do campo da educação. Ao tratarmos da história da educação da classe trabalhadora no Brasil, nas últimas três décadas, ficou em evidência essa ausência. Mesmo frente aos múltiplos problemas que acarretaram a destituição do direito à educação dos filhos da classe trabalhadora, as alianças entre o setor educacional e os demais trabalhadores não se mostrou sólida. As lutas pela educação pública, sob o controle dos trabalhadores e financiada pelo Estado, devem ser ampliadas.

As entidades analisadas comprovam que os docentes mais que uma relação de solidariedade com as lutas da classe trabalhadora, fazem parte de sua história, não pela especificidade de seu trabalho, mas pelas suas lutas. Isso não quer dizer que os trabalhadores da educação sejam homogêneos em sua forma de intervenção na realidade e na luta de classes, tampouco que encaixam-se em um determinado nível de manifestação da consciência de classe.

Como resultado da ação crítica às políticas educacionais, em muitas circunstâncias foram os trabalhadores da educação, organizados sob a forma sindical,

que impediram o avanço das mais agressivas políticas de privatização da educação e domesticação da sua força de trabalho, a serviço do Capital.

Ora com maior, ora com menor grau de aprofundamento, ambos os sindicatos formularam propostas e projetos vinculados aos *interesses históricos da classe trabalhadora* para a educação, mas também buscaram materializar uma direção contra-hegemônica à sociedade de classes.

Porém, frente à ofensiva do Capital, nas suas dimensões materiais e ideológicas - tal como se apresentam nas teorias que anunciam o fim da luta de classes, da esquerda e da direita e do socialismo - se coloca para o conjunto da classe a tarefa histórica de reversão do atual quadro de fragmentação e desmonte das suas organizações. Os limites das atuais organizações da classe são ainda muito grandes e, portanto, é necessário avançar na construção de instrumentos de lutas mais orgânicos àqueles que sofrem a exploração e a expropriação capitalista, capazes de colocar em pauta, através de lutas concretas, a superação desta forma societária.

A emancipação social, contudo, não será obra de uma categoria profissional, tampouco as lutas pela educação unitária são exclusividade daquela. A forma sindical, aqui analisada, é limitada para a tarefa histórica de destruição da sociedade de classes. Mesmo a luta pela construção de uma educação emancipadora não terá seus resultados efetivados em uma sociedade mutiladora, como a sociedade capitalista.

A plenitude da formação humana - a formação omnilateral, tal qual inscrita nas propostas socialistas, objeto utópico da educação, não pode se dar sob as relações sociais capitalistas. O limite da educação, das lutas sindicais e mesmo das lutas políticas são, pois, os limites da sociedade de classes que tem como objetivo a limitação humana para a existência da mercadoria, fetiche que promete a completude.

Dessa forma, o desafio de reorganização da classe trabalhadora internacional a fim de subverter a lógica da produção e apropriação dos bens materiais apresenta-se como tarefa inadiável em tempos em que a barbárie apresenta-se como ponto final da história, portanto, como realidade inexorável.

Chegamos à conclusão desse momento da pesquisa tomados pela reflexão proposta por Benjamin:

Articular o passado historicamente não significa conhecê-lo 'tal como ele propriamente foi". Significa apoderar-se de uma lembrança tal como ela lampeja num instante de perigo. Importa ao materialismo histórico capturar uma imagem do

passado como ela inesperadamente se coloca para o sujeito histórico no instante do perigo. O perigo ameaça tanto o conteúdo dado da tradição quanto os seus destinatários. Para ambos o perigo é o único e o mesmo: deixar-se transformar em instrumento da classe dominante. Em cada época é preciso tentar arrancar a transmissão da tradição ao conformismo que está na iminência de subjugar-la. Pois o Messias não vem somente como redentor; ele vem como vencedor do Anticristo. O dom de atear ao passado a centelha da esperança pertence somente àquele historiador que está perpassado pela convicção de que também os mortos não estarão seguros diante do inimigo, se ele for vitorioso. E esse inimigo não tem cessado de vencer⁹³⁵.

A atual crise que vive a classe trabalhadora - no Brasil e no mundo -, revela mais um momento de perigo.

Os limites das organizações da classe trabalhadora que construímos na história do capitalismo estiveram aquém das nossas tarefas históricas, portanto, é necessário avançar na construção de lutas revolucionárias capazes de colocar fim ao cortejo triunfal dos vencedores.

⁹³⁵ TESE VI- "Sobre o Conceito de História" de Walter Benjamim. In: LÖWY, Michael, 1938. *Walter Benjamin: aviso de incêndio: Uma leitura das teses "Sobre o conceito de História"*. São Paulo: Boitempo, 2005.

Bibliografia

- ANDES. *A Criação da ANDES- histórico, avaliação e encaminhamentos de lutas*. ANDES, Campinas, 1981.
- ANDES. *Documento final de avaliação do Comando Nacional de Greve*. 1982.
- . *Documento final de avaliação do Comando Nacional de Greve*. Brasília, 1987.
- . *Relatório Final do 8º Congresso do ANDES-SN*, São Paulo, fevereiro de 1989.
- . *Relatório Final do 24º Conselho Nacional do ANDES-SN*, Fortaleza, junho de 1992.
- . *Relatório Final do 26º Conselho Nacional do ANDES-SN*, Natal, junho-julho de 1993.
- ANDES-SN. *Relatório Final do 46º Conselho do ANDES-SN*, Vitória, junho de 2003.
- . *Relatório Final do 47º Conselho do ANDES-SN*, Natal, novembro de 2003.
- . *Relatório do 23º Congresso do ANDES-SN*, Salvador, março de 2004.
- . *Relatório Final do 48º Conselho do ANDES-SN*, Aracaju, junho de 2004.
- . *Relatório Final do 49º Conselho do ANDES-SN*, Brasília, novembro de 2004.
- . *Relatório do 24º Congresso do ANDES-SN*, Curitiba, março de 2005.
- ADUFF-SSIND e ANDES-SN. *Seminário Perspectivas de Reorganização da Classe Trabalhadora*. Niterói, 2006.
- ADUnB. *Avaliação da Greve*. Brasília, 1987.
- ADUNICAMP. *Caderno Especial ADUNICAMP*. Governo Lula institui o neopeleguismo sindical: O ataque ao ANDES-SN. Campinas, 2004.
- ANDRADE, Teresa Ventura de. *A União dos Professores do Rio de Janeiro: Um capítulo da história da organização docente (1948-1979)*. Niterói: UFF, 2001. (Dissertação de mestrado em educação)
- AMORIM, Henrique. *Trabalho Imaterial: Marx e o debate contemporâneo*. São Paulo: Annablume; FAPESP, 2009. (Crítica contemporânea)
- ANTUNES, Ricardo. *O novo sindicalismo no Brasil*. Campinas: Pontes, 1995.
- . *Adeus ao trabalho?: Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. São Paulo: Cortez-EdUnicamp, 1995.
- . *Os sentidos do trabalho: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 1999.
- APPLE, Michael. *Trabalho docente e textos: economia política das relações de classe e de gênero em educação*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.
- ARROYO, Miguel G. Operários e educadores se identificam: que rumos tomará a educação brasileira? *Educação & Sociedade*. Revista Quadrimestral de Ciências da Educação. São Paulo: CEDES/Cortez/Autores Associados, vol. II, nº 5, 1980.
- BALDIJÃO, Eduardo Malhado. *Os desafios do movimento docente nos dez anos da ANDES- Sindicato Nacional*. In: UNIVERSIDADE E SOCIEDADE, v. I, nº 1, fevereiro de 1991.

- BATALHA, Claudio Henrique de Moraes. *O Movimento Operário na Primeira República*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- BATALHA, Claudio Henrique de Moraes (Org.). *Dicionário do Movimento Operário: Rio de Janeiro do século XIX aos anos 1920, militantes e organizações*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009.
- BIANCHI, Álvaro e BRAGA, RUY. Capitalismo patrimonial nos trópicos! Terceira via e Governo Lula. In: *Universidade e Sociedade*. nº31. Brasília: Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições do Ensino Superior – ANDES-SN, 2003.
- BOITO Jr, Armando. *Política neoliberal e sindicalismo no Brasil* São Paulo, Xamã, 1999.
- . Classe média e sindicalismo. *Primeira Versão*. Campinas: IFCH-UNICAMP, nº 1/2/3, 2004.
- BORGES, Angélica; LEMOS, Daniel Cavalcanti de Albuquerque. Os legítimos representantes da classe: os jornais e a organização dos professores públicos primários no século XIX. In: *Anais do Seminário Associativismo e Sindicalismo Docente no Brasil*, Rio de Janeiro: 2009.
- BOTTOMORE, Tom (org.). *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais*. Brasília: MEC/ SEF, 1997.
- . *Sinopse do Censo dos Profissionais do Magistério da Educação Básica 2003*. Brasília, DF. MEC- INEP, 2006.
- . *Estatísticas dos Professores no Brasil*. Brasília, DF. MEC-INEP, 2003.
- . *Censo Escolar: Sinopse Estatística da Educação Básica 2003*. Brasília, DF. MEC- INEP, 2004
- . *Censo da educação superior: sinopse estatística 2005*. Brasília, DF. MEC- INEP, 2007.
- . *Sinopse Estatística da Educação Básica 2007*. Brasília, DF. MEC- INEP, 2008.
- . *Estudo Exploratório sobre o professor brasileiro: com base nos resultados do Censo Escolar da Educação Básica 2007*. Brasília, DF. MEC-INEP, 2009.
- BRASIL, MARE. Plano Diretor da Reforma do Estado. Brasília: 1995.
- BRAVERMAN, Harry. *Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.
- CAÇÃO, Maria Izaura. *Jornada de trabalho docente: delineamento histórico da organização do trabalho do magistério público estadual paulista*. Campinas, UNICAMP, 2001. (tese de doutorado).
- CANESIN, Maria Tereza. *Um protagonista em busca de interlocução: Um resgate da história do movimento de professores da rede pública de 1º e 2º graus em Goiás, na conjuntura 1979/1989*. São Paulo: PUC-SP, 1993 (Tese de Doutorado).
- CARDOSO, Sergio R. P.; TAMBARA, Elomar; ALMEIDA, Jezabel B. *Associação Sul Riograndense de Professores: uma associação de ajuda mútua docente no Rio*

- Grande do Sul*. In: Anais do Seminário Associativismo e Sindicalismo Docente no Brasil, Rio de Janeiro: 2009.
- CATTANI, Denice Barbara. *Educadores à meia-luz: um estudo sobre a Revista de Ensino da Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo (1902 – 1919)*. São Paulo: Universidade de São Paulo: 1989. (tese de doutorado)
- COELHO, Eurelino. *Uma esquerda para o capital: Crise do marxismo e mudanças nos projetos políticos dos grupos dirigentes do PT (1979-1998)*. 2005. 549 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005.
- COELHO, Ricardo B. Marques. *O Sindicato dos Professores e os Estabelecimentos de Ensino no Rio de Janeiro: 1931-1950*. Niterói, 1988. (dissertação de mestrado)
- CRUZ, Hélvia Leite. *Condições de construção histórica do sindicalismo docente de educação básica*. Brasília, UnB: 2008. (Tese de doutorado em sociologia).
- CUNHA, Luis Antônio. *O Ensino de ofícios nos primórdios da industrialização*. São Paulo. Editora UNESP, Brasília, DF: FLACSO, 2000.
- . *Crise e reforma do sistema universitário* (debate), Novos Estudos CEBRAP (São Paulo), no 46, novembro, 1996.
- . *A Universidade crítica: o ensino superior na República Populista*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1983.
- . *A Universidade reformada: O golpe de 1964 e a modernização do ensino superior*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988
- . *A Universidade temporã: da Colônia à Era de Vargas*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1986.
- . *Educação, Estado e democracia no Brasil*. 6ª ed. São Paulo: Cortez; Niterói, RJ: Editora da UFF; Brasília, DF : FLACSO do Brasil, 2009.
- DAL ROSSO, Sadi. Condições estruturais de emergência do associativismo e sindicalismo do setor de educação – Leitura a partir de dados censitários brasileiros. In: *Anais do Seminário Associativismo e Sindicalismo Docente no Brasil*, Rio de Janeiro: 2009.
- DAL ROSSO, Sadi; LUCIO, Magda de Lima. O Sindicalismo Tardio da Educação Básica no Brasil. *Revista Universidade e Sociedade*. Brasília, DF, ano XIV, nº 33, 2004.
- DAVIES, Nicholas. *O FUNDEF e o orçamento da educação: desvendando a caixa preta*. Campinas, SP: Autores Associados, 1999.
- DAVIES, Nicholas. *Verbas da Educação: o legal X o real*. Niterói: EdUFF, 2000.
- DICIONÁRIO Histórico-Biográfico Brasileiro. Rio de Janeiro: CPDOC- FGV 2001. <http://www.fgv.br/CPDOC/BUSCA/Busca/BuscaConsultar.aspx>.
- DIEDERICHS, Arminda Raquel Mourão. *Movimento de Professores de primeiro e segundo graus: uma análise crítica*. Manaus, Un-Amazonas, 1992. (dissertação de mestrado).
- DONATONI, Alaíde Rita. *Trajetória do movimento docente do ensino superior: um resgate histórico da origem e desenvolvimento da ANDES*. Campinas, SP: 1999. (tese de doutorado em educação).

- DREIFUSS, René Armand. *1964.:A conquista do Estado: Ação Política, Poder e Golpe de Classe*. Petrópolis: Vozes, 2006.
- ENGELS, Friedrich. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.
- ENGELS, Fredrich. Introdução à Guerra Civil na França, de Karl Marx (1981). In: MARX, Karl. *A Guerra Civil na França*; seleção de textos, tradução e notas Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2011.
- ENGUIITA, Mariano F. A ambigüidade da docência: entre o profissionalismo e a proletarização. *Teoria & Educação*. Porto Alegre: Pannonica, nº 4, 1991.
- ESTADO convoca às salas de aulas os professores sem turma. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 03-08-79
- FANTINATTI, Márcia. *O movimento docente na universidade pública: contribuição ao estudo do perfil e da ideologia do sindicalismo de classe média*. Campinas, SP: Alínea, 2001.
- FERNANDES, Florestan. *Nova República?* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986.
- FERREIRA Jr, Amarílio. *Sindicalismo e Proletarização: a saga dos Professores Brasileiros*. São Paulo: USP, 1998. (Tese de Doutorado em História Social).
- FIGUEIREDO, Lorene. *Reforma Neoliberal na Educação e crise no movimento sindical no Estado de Minas Gerais: Os limites do reformismo*. Niterói, UFF: 2006. (Dissertação de mestrado em educação).
- FRANÇA, Teones Pimenta de. *Mundo do trabalho e sindicalismo no Brasil (1988-2000): Uma análise sobre as principais causas da crise sindical*. Niterói: UFF, 2005. (tese de doutorado).
- FREITAS, Valter de Almeida. *Sindicato ANDES Nacional e a organização dos professores do setor privado de ensino superior*. In: UNIVERSIDADE E SOCIEDADE, v. II, nº 3, julho de 1992.
- FRIEDMAN, Milton; FRIEDMAN, Rose. *Capitalismo e liberdade*. Artenova, 1977.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. *A produtividade da escola improdutiva: um (re)exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista*. (3ª ed.). São Paulo: Cortez, 1989.
- GIDDENS, Anthony. *A terceira via: reflexões sobre o impasse político atual e o futuro atual e o futuro da social-democracia*. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- GOMES, Ângela Maria de Castro. *A Invenção do Trabalhismo*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.
- GORZ, André. *Adeus ao proletariado: para além do socialismo*. Rio de Janeiro: Forense, 1982.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere: Vol. II e Vol. III*: Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere: Vol. V*: Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- HARVEY, David. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança*

- cultural. (12ª ed.). São Paulo: Loyola, 2003.
- HYPOLITO, Álvaro. Processo de trabalho na escola: algumas categorias para análise. *Teoria & Educação*. Porto Alegre: Pannonica, nº 4, 1991.
- . *Trabalho Docente, Classe social e Relações de Gênero*. Campinas: Papirus, 1997.
- IANNI, Octavio. *O colapso do populismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.
- LANCILLOTTI, Samira Saad Pulcherio. *A Constituição histórica do Trabalho Docente*. Campinas: UNICAMP, 2008. (tese de doutorado)
- LEMOS, Daniel Cavalcanti A. *O Discurso da Ordem: O movimento associativista docente na Corte Imperial*. Rio de Janeiro: UERJ, 2006. (Dissertação de mestrado em educação).
- . Esquecidos e mal pagos. *Revista de História da Biblioteca Nacional*. Número 32, maio de 2008.
- . Professor Reis e o Associativismo Docente no Brasil e em Portugal. In: *Anais do IX Congresso Iberoamericano de História da Educação Latino Americana (CIEHLA)*, Rio de Janeiro, 2009.
- LIMA, Kátia Regina de Souza. Organismos Internacionais: O Capital em busca de novos campos de exploração. In: NEVES, Lúcia Maria Wanderley (org.). *O empresariamento da educação: novos contornos do ensino superior no Brasil dos anos 1990*. São Paulo: Xamã, 2002.
- . “Terceira Via” ou Social-liberalismo: bases para a refundação do projeto burguês de sociabilidade. In: *Revista Universidade e Sociedade*, nº 34. Brasília: Sindicato nacional dos Docentes das Instituições do Ensino Superior – ANDES-SN, 2004.
- LÖWY, Michael. *Walter Benjamin: aviso de incêndio. Uma leitura das teses "Sobre o conceito de História"*. São Paulo: Boitempo, 2005.
- LUGLI, Rosário Genta. *Um estudo sobre o CPP (Centro do Professorado Paulista e o movimento de organização dos professores (1964-1990))*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1997. (Dissertação de mestrado em educação).
- MACIEL, Osvaldo de Oliveira. Trabalhando a Luta, Construindo a História (I). In: *Universidade e Sociedade*, v. I, nº 1, fevereiro de 1991.
- . Trabalhando a Luta, Construindo a História (II). In: *Universidade e Sociedade*, v. II, nº 4, dezembro de 1992.
- MANACORDA, Mario Alighiero. *História da Educação: da Antiguidade aos nossos dias*. Campinas: Cortez/ Autores Associados, 1989.
- . *Marx e a pedagogia moderna*. São Paulo: Cortez, 1991.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. (6ª ed.). São Paulo: Hucitec, 1987.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Textos sobre Educação e Ensino* (2ª ed.) São Paulo: Moraes, 1992
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*; prólogo de José

- Paulo Netto. São Paulo: Cortez, 1998.
- MASCARENHAS, Ângela Cristina Belém. *Desafiando o Leviatã: Sindicalismo no setor público*. Campinas: Alíneas, 2000.
- MASSON, Máximo Augusto Campos. *Magistério e Sindicalismo: a trajetória do Centro de Professores do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1988.
- MATTOS, Marcelo Badaró. *Novos e Velhos sindicalismos no Rio de Janeiro (1955–1988)*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1998.
- . *Trabalhadores e Sindicatos no Brasil*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2002.
- . (coord.) *Greves e repressão policial ao sindicalismo carioca*. Rio de Janeiro: APERJ / FAPERJ, 2003.
- . *Os trabalhadores e o golpe de 1964*. História e Luta de Classes, Rio de Janeiro, nº1, abril de 2005.
- . *Escravidados e livres: experiências comuns na formação da classe trabalhadora carioca*. Rio de Janeiro: Bom Texto: 2008.
- . *Reorganizando em meio ao refluxo: Ensaio de intervenção sobre a classe trabalhadora no Brasil atual*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2009.
- MENDONÇA, Sonia Regina de. *Estado e Economia no Brasil: opções de desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Graal, 1985.
- MENDONÇA, Sonia Regina, FONTES, Virgínia Maria. História do Brasil Recente 1964-1992. São Paulo, Ática: 2004, p. 52.
- MÉSZÁROS, István. *Para Além do Capital: rumo a uma teoria da transição*. São Paulo/ Campinas: Boitempo/ EdUNICAMP, 2002.
- MIGNOT, Ana Crystina Vanancio. CIEP - Centro Integrado de Educação Pública – Alternativa para a qualidade de ensino ou nova investida do populismo na educação? *Em Aberto*. Brasília, ano 8, nº 44, 1989.
- MIRANDA, Kênia A. *A Organização dos trabalhadores em educação no capitalismo neoliberal: O pensamento pedagógico do SEPE, do SINPRO e da UPPE*. Niterói: UFF, 2005. (Dissertação de mestrado)
- NAJJAR, Jorge Nassin Vieira. *A disputa pela qualidade da escola: uma análise do programa Nova Escola do Estado do Rio de Janeiro*. São Paulo, 2004. (tese doutorado).
- NAVARRO, Ignez Pinto. *ANDES-SN: Um sindicato de intelectuais*. Mato Grosso: ADUFMT, 2001.
- NOGUEIRA, Arnaldo J. F. Mazzei. Emergência e crise do novo sindicalismo no setor público brasileiro. In: RODRIGUES, Iram Jacome (Org.) *O Novo Sindicalismo vinte anos depois*. Petrópolis (RJ): Vozes, 1999.
- NOGUEIRA, Claudia Mazzei. *A feminização no mundo do trabalho: entre a emancipação e a precarização*. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.
- NOSELLA, Paolo. *A Escola de Gramsci*. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1992.
- OLIVEIRA, Dalila Andrade. A reestruturação do trabalho docente: precarização e flexibilização. *Educação e Sociedade*. Vol. 25, nº 89, p.1127-1144, Set./Dez., 2004.
- OLIVEIRA, Francisco de. O surgimento do antivalor. *Os direitos do antivalor: a*

- economia política da hegemonia imperfeita. Petrópolis: Vozes, 1998.
- OLIVEIRA, Iolanda de . Espaço Docente, Representações e Trajetórias. In: Oliveira, Iolanda de (Org.). *Cor e Magistério*. Rio de Janeiro: Quartet; Niterói, RJ: Eduff, 2006.
- PERETE, Leila Angélica e OLIVEIRA, Vera Regina Rodrigues de. *Reconstrução Histórica do SEPE*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1989. (mimeo)
- PERROT, Michelle. *Workers on strike*. France, 1871-1890. New Haven, Yale Univ. Press, 1987.
- PISTRAK, M. *Fundamentos da escola do trabalho*. São Paulo: Expressão Popular, 2000.
- PONCE, Aníbal. *Educação e luta de classes*. (15ª ed.). São Paulo: Cortez, 1996.
- POULANTZAS, Nicos. *As classes sociais no capitalismo de hoje*. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.
- RESES, Erlando. *De vocação para profissão: Organização Sindical e Identidade Social do Professor*. Brasília: UnB: 2008. (Tese de doutorado em Sociologia).
- RIDENTI, Marcelo. *Professores e Ativistas da Esfera Pública*. São Paulo: Cortez, 1995.
- ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. *História da educação no Brasil (1930/1973)*. (11ª ed.). Petrópolis: Vozes, 1989.
- ROSA, Luiz Pinguelli. Memória do Movimento Docente. In: *Universidade e Sociedade*, nº 11, 1996.
- RODRIGUES, José. *A Educação Politécnica no Brasil*. Niterói: EDUFF, 1998.
- . *Os empresários e a Educação Superior*. Campinas, SP: Autores Associados, 2007.
- RUMMERT, Sonia Maria. *Educação e identidade dos trabalhadores: as concepções do capital e do trabalho*. São Paulo: Xamã; Niterói: Intertexto, 2000.
- . Entidades representativas dos interesses do trabalho: expressão da hegemonia do capital? *TrabalhoNecessário*. Revista Eletrônica do NEDDATE. Niterói: UFF, nº 3, 2005. Disponível em: <www.uff.br/trabalhonecessario/SoniaTN3.htm>, acesso em: 2/07/2005.
- SAVIANI, Dermeval. *Trabalhadores em educação e crise na universidade. Ensino público e algumas falas sobre universidade*. (4ª ed.). São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1987.
- . *Da nova LDB ao novo plano nacional de educação: por uma outra política educacional*. Campinas, SP: Autores Associados, 1998.
- . *Escola e Democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre a educação política*. 36ª edição. Campinas, SP: Autores Associados, 2003.
- . *História das Ideias Pedagógicas no Brasil*. Campinas, SP: Autores Associados, 2007.
- SGUISSARDI, Valdemar. SILVA Jr., João dos Reis. *Trabalho Intensificado nas Federais: pós-graduação e produtivismo acadêmico*. São Paulo: Xamã, 2009.

- SILVA Jr, João dos Reis; SGUISSARDI, Valdemar *Novas faces da Educação Superior no Brasil*. 2 ed. São Paulo: Cortez; Bragança paulista, SP: 2001.
- SILVEIRA, Marta Lima Moraes. *Entre Gregos e Troianos*. As relações entre o SEPE/RJ e a categoria de profissionais de Educação do Estado do Rio de Janeiro. Niterói: UFF, 2002. (Dissertação de mestrado em educação)
- THOMPSON, E. P. *A miséria da Teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro, Zahar Editores.(s/d).
- . *A formação da classe operária inglesa*. (3ª ed.). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, vol. 1.
- . *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. (2ªed.) Campinas: Editora Unicamp, 2007.
- TOLEDO, Cecília. *Mulheres: O Gênero nos une, a classe nos divide*. São Paulo: Xamã, 2001.
- TREIN, Eunice. RODRIGUES, José. O canto de sereia do produtivismo científico: o mal-estar na Academia e o fetichismo do conhecimento-mercadoria. *Universidade e Sociedade*. vol. XX, n.47, fev., 2011.
- TRÓPIA, Patrícia. A inserção de classe dos assalariados não-manuais: um debate com a bibliografia marxista sobre a classe média. In: *ANPED: 30 anos de pesquisa e compromisso social*. Anais da 30ª Reunião Anual da ANPED, Caxambu, 2007.
- UNE. *Greve nas Federais: Elementos para uma avaliação*. CNG da UNE. 1989.
- VENTURA, Jaqueline Pereira. *Educação de Jovens e Adultos ou Educação da Classe Trabalhadora? Concepções em disputa na contemporaneidade brasileira*. Universidade Federal Fluminense, Faculdade de Educação. Niterói, 2008. Tese de Doutorado.
- VIANNA, Cláudia Pereira. *Os nós do “nós”*: Crise e perspectivas da ação coletiva docente em São Paulo. São Paulo: Xamã, 1999.
- . A Produção acadêmica sobre organização docente: ação coletiva e relações de gênero. In: *Educação & Sociedade*, nº 77, 2001.
- WEFFORT, Francisco Correia. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.
- WOOD, Ellen Meiksins. *Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico*. São Paulo: Boitempo, 1995

PERIÓDICOS:

ANDES:

- ANDES. *Boletim Nacional* – números 01 a 37 (abr. 1981 – Nov. 1988)
- ANDES-SN. *Boletim Nacional* – números 38 a 45 (dez. 1988 – mai. 1990)
- ANDES-SN. *Boletim – Informa ANDES* – números 1 a 11 (nov. 1990 – dez. 1991)
- ANDES-SN. *Boletim – InformAndes* – (fev. 1992 a nov. 1994).
- ANDES. *Cadernos ANDES nº 1*. (2ª ed. atualizada). Juiz de Fora, 1988.

- . *Cadernos ANDES nº 2*. Proposta das Associações Docentes e da ANDES para a Universidade Brasileira. (Reedição atualizada). Juiz de Fora, julho de 1986.
- . *Cadernos ANDES nº 4*. Plataforma dos docentes para a Constituinte. Brasília, 1987.
- . *Cadernos ANDES nº 5 - A ANDES e a questão sindical*. Juiz de Fora, out. 1987.
- . *Cadernos ANDES nº 21*. Crise Política e Organização dos Trabalhadores. Brasília, novembro de 2005.
- . *CONAD - Relatório Final*. I a II, 1981 a 2004.
- . *Congresso Nacional: Relatório Final*. I a XXIV, 1982 a 2005.
- ANDES-SN. *Universidade e Sociedade*. nº. 1 a 47, 1991 a 2011.

JORNAIS:

- A Notícia*. 1998.
- Folha de São Paulo*. 1988.
- Folha Dirigida*. 1998
- Jornal do Brasil*. 1978 a 2003.
- Jornal dos Sports*. 1997.
- O Dia*. 1988 a 1998.
- O Fluminense*. 1988 a 1995.
- O Globo*. 1978 a 2003.
- O Povo*. 1998.
- Tribuna da Imprensa*. 1979 a 1998
- Última Hora*. 1978 a 1992

SEPE:

- SEPE. *Boletim do SEPE*. 1989 a 2005.
- . *Conselho de Classe*. Rio de Janeiro, 1990 a 2003.
- CEP, CEPE, SEPE. *Atas de Assembleia*. 1979 a 2003.
- CEP, CEPE, SEPE. *Cadernos de Teses*. 1986 a 2005.

Anexos

Panorama fotográfico: SEP-CEP-CEPE-SEPE



Foto 1 - 1º Encontro SEP (1978) Fonte SEPE-RJ / sem identificação de autoria



Foto 2 - 1ª Caminhada CEP (1979) Fonte SEPE-RJ: Arquivo Memória do Jornal do Brasil



Foto 3 - Ato litúrgico CEP (1979) Fonte SEPE-RJ: Arquivo Memória do Jornal do Brasil



Foto 4 - Passeata Centro do Rio de Janeiro CEP (1979) Fonte SEPE-RJ: Memória do Jornal do Brasil



Foto 5 - Assembleia Geral CEP (1984)) Fonte SEPE/RJ /Autoria: Renê Faria



Foto 6 - Assembleia Geral CEP (1984) com a presença de Brizola Fonte SEPE-RJ: Memória do Jornal do Brasil



Foto 7 - Assembleia Geral CEP (1984) Fonte SEPE-RJ: Memória do Jornal do Brasil



Foto 8 - Assembleia Geral CEP Maracanãzinho 15 mil grevistas (1986) Fonte SEPE-RJ: Arquivo Memória do Jornal do Brasil



Foto 9 - Assembleia Geral CEPE anfiteatro da UERJ (1987) Fonte SEPE: Arquivo Memória do Jornal do Brasil



Foto 10 - Tropa de choque impede passeata (1988) Fonte SEPE-RJ: Memória do Jornal do Brasil



Foto 11 - Vigília próxima ao Palácio Guanabara (1988) Fonte SEPE-RJ: Memória do Jornal do Brasil



Foto 12 - Assembleia Geral SEPE, UERJ (1991) Fonte SEPE/RJ /Autoria Everaldo Carneiro

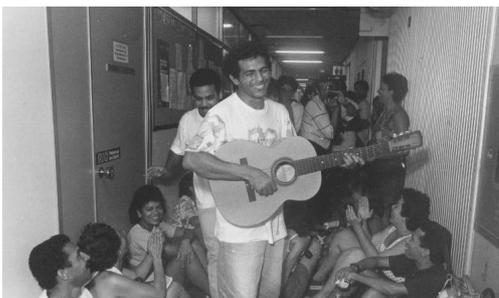


Foto 13 - Ocupação da SME-Rio (1992)) Fonte SEPE-RJ /Autoria: Everaldo Carneiro



Foto 14 - Passeata Fora Collor (1992)) Fonte SEPE-RJ /sem identificação de autoria



Foto 15 - Greve governo Marcelo Alencar (1993) Fonte: SEPE-RJ Agencia Prisma / Autoria: Jorge Nunes



Foto 16 - Brizolossauo no Ato do Largo do Machado (1993) Fonte SEPE-RJ / sem identificação de autoria



Foto 17 - Greve de Funcionários Administrativos (1995) Fonte SEPE-RJ / Autoria Ricardo Ferreira



Foto 18 - Encontro de Funcionários Administrativos (1996) Agencia Prisma / Autoria: Jorge Nunes



Foto 19 - Ocupação ALERJ (1998) Fonte SEPE/RJ Foto Jorge Nunes



Foto 20 - Assembleia Estadual SEPE / Concha Acústica, UERJ (2000) Fonte SEPE-RJ Agencia Prisma / Autoria: Rafael Gonzaga



Foto 21 - Vigília Palácio Guanabara (2000) Fonte SEPE-RJ / Autoria: Rafael Gonzaga



Foto 222 - Passeata ao Palácio Guanabara recebida pela Tropa de Choque / Governo garotinho (2001)
Fonte SEPE-RJ / sem identificação de autoria



Foto 233 - Acampamento no Palácio Guanabara (2002) Fonte SEPE-RJ / Autoria Samuel Tosta



Foto 244 - Manifestação Enterro Simbólico governador Garotinho (2002) Fonte SEPE-RJ / Aatoria Samuel Tosta



Foto 255 - Marcha Basta de Violência na Educação (2003) Fonte SEPE-RJ / Aatoria: Rafael Gonzaga

Panorama fotográfico: da ANDES ao ANDES-SN



Foto 26 - ANDES - Greve das Federais 1989



Foto 27 - ANDES - Greve das Federais 1989



Foto 28 - Entrega do Registro do ANDES 1990



Foto 29 - ANDES - GREVE das Federais 1991



Foto 30 Showmício durante a greve 07-08-1991



Foto 31 - Comissão Geral de Negociação SPFs 1991 -Autoria: Ronaldo Barroso



Foto 32 - Enterro simbólico de FHC - Passeata 2001- Autoria: Ronaldo Barroso

ANEXOS CHAPAS CONCORRENTES À DIREÇÃO DO SEPE-RJ / Eleições 1999, 2001 e 2003

- Eleições de 1999

DEFENDA SEU SINDICATO SEPE, SEMPRE SEPE !

Em 1998 o País viveu um processo de eleições gerais em que o governo FHC conseguiu, com utilização do dinheiro público e muitas promessas, garantir sua reeleição. Entretanto, esse governo começa fraco, sem legitimidade e sem capacidade de reunir as condições necessárias para superar a crise que ele tanto tentou esconder. O resultado é mais desemprego, mais miséria, mais exclusão. Não é por acaso que o movimento FORA FHC vai ganhando força.

No Rio de Janeiro o novo governo dá sinais de que está disposto a seguir a lógica da política econômica imposta pelo governo FHC: enviou o projeto Rio Previdência, aprovado sem discussão com o funcionalismo estadual; a não contratação de

todos os concursados; a falta de uma proposta de política salarial que mostre sua intenção de investir no funcionalismo e qualificar os serviços oferecidos à população.

Mas não temos problemas só com o governo estadual. A política neoliberal se espalha em todos os níveis. O governo municipal do Rio, também aprova suas mudanças na previdência, contra os servidores, é claro. O Prefeito de Duque de Caxias informa que não está disposto a conceder nenhum reajuste. Ou seja, FHC faz escola. A ordem é diminuir o tamanho do Estado, reduzindo os serviços públicos prestados à população.

Esses fatos dão a dimensão da luta que tem envolvido todos nós.

Não faltam motivos. Defenda seu sindicato.

As situação é de crise. Uma crise que atende a se agravar nos próximos anos e que exigirá de nós muita luta e responsabilidade. Mais do que nunca temos clareza do papel fundamental que o SEPE tem a cumprir na organização da categoria e dos demais trabalhadores por condições dignas de vida. Mais do que nunca precisamos de um SEPE forte e atuante e é com essa certeza que estamos apresentando nossa chapa à categoria. Uma chapa que traz a experiência de companheiras(os) que integram o sindicato desde a sua fundação.

Uma chapa que combina a maturidade e renovação. Maturidade daqueles que conhecem nosso sindicato – que sabem ousar sem mergulhar em propostas aventureiras – com a renovação necessária para que o sindicato absorva as propostas e demandas.

Uma chapa que é verdadeiramente estadual. Em sua composição, desde a Coordenação Geral e passando pelas várias secretarias, temos companheiras(os) da rede municipal do Rio, das redes municipais do interior e grande Rio e da rede estadual, espalhados pelos diversos municípios do estado. Esta representatividade é fruto de um trabalho de base há muito consolidado, que reflete o esforço feito pela atual gestão. Ampliamos a representatividade do sindicato, fundando núcleos em cidades como Angra dos Reis, Maricá, Teresópolis, Itaperuna, Itaocara, Porciúncula, Mendes, Resende, Pinheiral e Parati. Enquanto outros sindicatos perdem base pressionados por problemas estruturais, o SEPE cresce porque cada vez mais os profissionais de educação compreendem a necessidade de fortalecer seu principal instrumento de luta.

Nossa chapa é representativa dos diversos setores da categoria.

Representamos a consolidação do trabalho de aposentados, de funcionários administrativos, orientadores e supervisores educacionais. Representamos o esforço do sindicato em criar a Secretaria de Saúde do SEPE, pois entendemos que saúde e educação públicas são inseparáveis. Representamos também o trabalho da Secretaria de Gênero, Anti-Racismo e Orientação Sexual, um trabalho que extrapola as lutas corporativas e procura atender às demandas vivenciadas nas escolas e na sociedade.

Continuaremos à frente da luta de aposentados e funcionários integrando os animadores culturais, trabalho que serve de referência a nível nacional, enquanto organização desses setores. Uma chapa que representa a combatividade. Nela estão companheiras(os) que participaram da Greve de 79, das bombas do Moreira, da greve da falência do município do Rio, da campanha da banana, da campanha do Brizolassauro, da greve dos demitidos do governo Brizola, da greve dos funcionários dos CIEPs, das ocupações e vigílias no Largo do Machado, na porta dos palácios do governo, no plenário da ALERJ, das marchas e aulas públicas em defesa da educação.

A história de nossas vidas se confunde com a história do SEPE.

Uma história que continuamos a escrever, pois ainda há muito a ser feito. Além de organizar os núcleos pelo interior do estado e regionais da capital, temos que criar as estruturas necessárias para atender às constantes demandas da categoria. Sede do SEPE com fax computadores

veículos, etc. Isto não é um sonho, é um objetivo alcançável. Basta compromisso e vontade política.

Um outro desafio neste próximo biênio é o de dinamizar o nosso departamento jurídico para que os advogados estejam presentes em todas as regiões: Norte, Noroeste, Serrana, Médio-Paraíba, Baixada Litorânea, Grande Rio, Capital, Baía da Ilha Grande e Sul do Estado. Um departamento jurídico descentralizado capaz de atender a todos os filiados. Precisamos também aumentar nossa inserção nas escolas elegendo o representante do SEPE e criando o Conselho de Representantes de Escolas. Estes são alguns dos nossos objetivos.

Um SEPE presente nas lutas sempre, presente no dia-a-dia das escolas. Um SEPE combativo, organizador e implementador das reivindicações históricas de nossa categoria. Um SEPE que, além de dirigir as lutas da rede estadual, tenha competência de organizar as diversas redes municipais, trazendo para nossa entidade milhares e milhares de professores, supervisores, orientadores, merendeiras, inspetores de alunos, serventes, animadores culturais e aposentados. Um SEPE capaz de se manter firme, resistindo às investidas daqueles que o querem submisso, atrelado aos interesses contrários aos da categoria.

Nas eleições de 28 de junho a 2 de julho, mais uma vez, DEFENDA SEU SINDICATO. SEPE, SEMPRE SEPE!

COORDENAÇÃO GERAL

Daniilo Serafim	Valença
Guilhermina Luzia da Rocha	Regional IV
Roberto Simões	Regional III
Soneli Antunes	D. Caxias/Aposentada
Talita Vidal	Regional I

COORDENAÇÃO DA CAPITAL

Andrea Fernandes	Regional I
Inalda Pimentel	Regional VII
Lândia Tavares	Regional II
Joaquim Ferreira	Regional IV
Paulo Romão	Regional III

COORDENAÇÃO DO GRANDE RIO

Robson Trajano	Regional IV
Liliani Pontes	Niterói
José Carlos Lopes	S. J. Meriti

COORDENAÇÃO DO INTERIOR

Ivânia Ribeiro	Macaé
Sibila do Amaral	Três Rios
Angela Barbosa	Aposentada
José Leão	Campos
Paulo Cesar Rimes	Itaboraí
Marco Antonio Monteiro	Itaocara
Roberto de Paula	C. de Macacu
	Cabo Frio

SECRETARIA DE APOSENTADOS

Nair Schocair	Volta Redonda
Inaura Corrêa	Aposentada
Maria Regina Francisco	Regional III
	Aposentada
	Regional II
	Aposentada

SECRETARIA DE FUNCIONÁRIOS

Antonio Alves (Toninho)	D. de Caxias
Waldir do Nascimento	Valença
Carlos Eduardo Giglio	Volta Redonda
Augusto Ferreira	Regional I

SECRETARIA DE ORGANIZAÇÃO

Rogério Alimandro	Regional I
Marisa Gonzaga	D. de Caxias

SECRETARIA DE IMPRENSA

Wilton Porciúncula	Regional I
Adriana Freitas	S. J. de Meriti
Dione Lins	Regional VII

SECRETARIA DE FINANÇAS

Eró Garcia	Regional I / S.J. Meriti
Gesa Linhares	Regional VIII
Haroldo Teixeira	Aposentada
	Regional III

SECRETARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS

Maria da Penha	Itaguaí
Antonio Claudio (Toinho)	Regional I
Herminia D'Acampora	Regional II

SECRETARIA DE ASSUNTOS EDUCACIONAIS

Bluma Salomão	Regional I
Maria Angélica Coutinho	Regional III
Cássia Nascimento	B. do Pirai

SECRETARIA DE CULTURA E FORMAÇÃO

Alexandre Batista	Barra Mansa
Rosaldo Peixoto	Regional II

SECRETARIA DE GÊNERO, ANTI-RACISMO E ORIENTAÇÃO

SEXUAL	
Isolda Lima	Cabo Frio
Silvia Rejane	Barra do Pirai

SECRETARIA DE SAÚDE

Dodora	Volta Redonda
Marise Pinto	D. de Caxias
Eva de Jesus	Regional V

SUPLENTE

Maria Ribamar	Regional III
---------------	--------------

Anaite Cardoso	Regional VII
----------------	--------------

Vera Freitas	Aposentada
	Regional V

Sérgio Paulo	Aposentada
Ruth Figueiredo	Regional IX

Valdir Vicente	Rio Bonito
Laura Castilho	Aposentada
	Nova Iguaçu
	Regional II

Alix Brantes	Aposentada
	Regional I

Carlos Gusmão	Aposentada
Maria José (Zezé)	Regional IV

Jorge Ferreira	Niterói
José Eloy	Seropédica

Eliêia Oliveira	Paracambi
	Porciúncula

Mais uma vez,
defenda seu sindicato.
Sepe, sempre Sepe!

CHAPA 1

Manifesto

Chapa 2 Oposição, Democracia e Luta no Sepe

A CHAPA OPOSIÇÃO, DEMOCRACIA E LUTA nasceu do movimento dos profissionais da Educação, que vem sofrendo com o processo de burocratização da maioria da direção do SEPE. O afastamento da base, o excesso de centralização nas decisões, a fragilidade da nossa entidade no cotidiano escolar, a ausência de uma proposta pedagógica alternativa que interfira nos projetos de desmonte da escola pública, aplicados por vários governos e o crescente desrespeito à democracia no sindicato, já vinham se verificando ao longo desta gestão.

A condução da última greve do Estado e a implementação de métodos de financiamento e de administração sindical estranhas às tradições do movimento dos trabalhadores e do Sepe, foram outros fatores que definiram o surgimento do movimento de oposição.

ESTE MOVIMENTO começou a tomar corpo a partir de alguns momentos que marcaram a atual gestão de nosso sindicato. A greve da rede estadual, em 98, foi um deles. Naquele momento, a maioria da direção, muitas vezes, deixou de encaminhar ou sequer participar de atividades votadas em assembleia, o que fere a democracia que construímos no SEPE, na qual a direção deve cumprir o que é decidido pela base.

OUTRO MOMENTO de muita polêmica se deu em torno da administração do plano de saúde para a categoria. A postura do setor

majoritário da direção do sindicato acabou criando condições para a formação de uma empresa privada, chamada **Conceito**. Naquele momento, apontávamos para a viabilidade da administração direta do plano de saúde, o que seria mais econômico e vantajoso para a categoria.

A SITUAÇÃO da rede municipal do Rio de Janeiro também expressa o afastamento do Sepe das escolas e a ausência de propostas da direção do sindicato para os problemas que se acumulam. Em relação aos projetos pedagógicos, aplicados pela Secretaria Municipal de Educação, e aos ataques sofridos nestes últimos meses, que significam perdas salariais concretas para a categoria, o Sepe apenas tratou de "apagar incêndios". Não teve como prioridade a organização da categoria para resistir ao que estava por vir.

O SEPE PRECISA readquirir confiança junto aos profissionais da Educação, que querem voltar a ver o sindicato como o seu instrumento de luta, defendendo seus interesses de classe e contribuindo para a transformação da nossa sociedade.

PRECISAMOS de um sindicato forte, que se some às mobilizações contra o pagamento da dívida externa e pelo fim do governo de FHC, responsáveis pela situação de exclusão e de empobrecimento dos trabalhadores brasileiros. Uma entidade que seja uma referência de combatividade, demo-

cracia e transparência para todo o estado do Rio.

ALERTAMOS À CATEGORIA que a chapa 2 Oposição, Democracia e Luta defende um sindicato crítico e independente de qualquer governo. Somos um movimento que constrói o Sepe cotidianamente, participando do sindicato e dos fóruns do movimento dos profissionais da educação há muitos anos. Não nascemos de qualquer construção artificial em gabinetes, e também não somos uma "aventura oportunista", conforme alguns insistem em dizer.

O QUE VAMOS APRESENTAR em nossos materiais de campanha reflete a situação com a qual convivemos dia-a-dia em nossas escolas. Estamos diante de um desafio: resgatar a credibilidade e fortalecer o Sepe, para impedir a destruição da educação pública em nosso Estado e em nosso país. Para isso, nosso sindicato precisa mudar de rumo.

A CHAPA 2 OPOSIÇÃO, DEMOCRACIA E LUTA convida você e aos companheiros de sua escola a participar ativamente da campanha eleitoral para a renovação da diretoria do SEPE.

Entre em contato com a
chapa 2 Oposição,
Democracia e
Luta pelos telefones:
254-4380
460-3030
(codigos: 821284/821286
569-8273)

Leia e discuta as propostas, organize debates com as chapas

**ESTES SÃO OS
COMPANHEIROS
DE LUTA DA**

Chapa 2 *Oposição, Democracia e Luta no Sepe*

COORDENAÇÃO GERAL

Gualberto (Pitéu) - Ciep M. de Andrade - Capital
Izabel Cristina - EM Maria I. Bivar - Capital
Marco Túlio - EM Marc Ferrez - Capital
Beatriz (Bia) - Ciep Pablo Neruda - S. Gonçalo
Maristela - EM Ordem e Progresso - Capital

COORDENAÇÃO DA CAPITAL

Claudio - Reg. 5 - Capital
Eduardo Henrique - Reg. 2 - Capital
Mônica Lins - Reg. 8 - Capital
Paulo Labre - Reg. 6 - Capital
Vera Nepomuceno - Reg. 2 - Capital

COORDENAÇÃO DO GRANDE RIO

Alayr - S. Gonçalo
Almir Fernandes - Duque de Caxias
Lourdes - Itaboraí

COORDENAÇÃO DO INTERIOR

Claudio (Rução) - Volta Redonda
Janete - Barra Mansa
Pedro - Volta Redonda
Marquinho - Niterói
Reinaldo - Angra dos Reis
Renato Gonçalves - Campos
Wanderly - Itaboraí

SECRETARIA DOS APOSENTADOS

Marcia Boechat Ramos - Itaboraí
Odecyr Nolasco - Reg. 3 - Capital
Valdir de Almeida Porto - S. Gonçalo

SECRETARIA DE FUNCIONÁRIOS

Corina - Duque de Caxias
Ivan Calaça - São Gonçalo
Jalmir - Reg. 2 - Capital
Shirley Vieira - Reg. 2 - Capital

SECRETARIA DE ORGANIZAÇÃO

Alex Sandro Lequinho - Niterói
Mariana de Paula - Volta Redonda

SECRETARIA DE IMPRENSA

Eliane Ramos - Reg. 3 - Capital
Simone Viana - Reg. 8 - Capital
Theonis - Niterói

SECRETARIA DE FINANÇAS

Humberto - Capital
Patrícia - S. Gonçalo
Américo - Angra dos Reis

SECRETARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS

Afonso Celso - Reg. 1 - Capital
Denise Mendes - Niterói
Vera Guedes - Reg. 3 - Capital

SECRETARIA DE ASSUNTOS EDUCACIONAIS

Edna Félix - Reg. 3 - Capital
Lidia Megumi - Reg. 6 - Capital
Mara Regina - Reg. 8 - Capital

SECRETARIA DE CULTURA E FORMAÇÃO

Carlos Victor - Reg. 3 - Capital
Solange Bergami - Duque de Caxias

SECRETARIA DE GÊNERO, ANTI-RACISMO E ORIENTAÇÃO SEXUAL

Dayse Oliveira - S. Gonçalo
Dilcéa Batista - Niterói

SECRETARIA DE SAÚDE

Luis Fernando - Duque de Caxias
Margarete - Niterói
Cica - Reg. 8 - Capital

SUPLENTES

Elisabete - Reg. 3 - Capital
Élson Simões - Reg. 2 - Capital
Luiz Carlos (Barba) - Niterói
Iara Augusto - Reg. 5 - Capital
Marcos Andrade - S. Gonçalo
Maria Antônia - Itaboraí
Maria José - S. Gonçalo
Maria Paulina - Reg. 3 - Capital
Suzana Elias - Reg. 8 - Capital
Rosilene - Reg. 4 - Capital
Vânia Tavares - Angra dos Reis

**LEIA E DISCUTA
AS PROPOSTAS,
ORGANIZE
DEBATES
COM AS CHAPAS**



**Entre em contato com a
chapa 2 Oposição,
Democracia e
Luta pelos telefones:**

254-4380

460-3030

(codigos: 821284/821286

569-8273

• ELEIÇÕES 2001

SEPE/RJ – SINDICATO ESTADUAL DOS PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO

Eleições 2001

NOMINATA DA CHAPA 01 - “Juntos na luta fazemos o SEPE mais forte!”

COORDENAÇÃO GERAL:

1. ALCEBÍADES TEIXEIRA FILHO (BID)
2. GUILHERMINA LUZIA DA ROCHA
3. VERA LÚCIA NEPOMUCENO
4. GUALBERTO I. DE O.TINOCO (PITÉU)
5. ROBERTO ALVES SIMÕES

COORDENAÇÃO DA CAPITAL:

1. SÉRGIO PAULO A. FILHO
2. BLUMA SALOMÃO
3. GUARACY ANTUNES DE FREITAS
4. MARISTELA ÁVILA ABREU
5. ALBANO TEIXEIRA

COORDENAÇÃO DO GRANDE RIO:

1. MARTA DE MORAES LIMA SILVEIRA
2. MARIA APARECIDA ANBROZINO
3. TEONES PIMENTA DE FRANÇA

COORDENAÇÃO DO INTERIOR:

1. PAULO CÉSAR RIMES
2. DANILO GARCIA SERAFIM
3. ANGELA M.^a BARBOSA DE SOUZA
4. BENEDITO DIMAS DE OLIVEIRA
5. MARIANA DE PAULA CAETANO
6. PEDRO NEY MAXIMIANO ALVES
7. KÊNIA APARECIDA MIRANDA

SECRETARIA DE FINANÇAS:

1. MARIA ANGÉLICA DA G. C. COUTINHO
2. MARGARETH MARIA MARTINS
3. DAYSE OLIVEIRA GOMES

SECRETARIA DE ORGANIZAÇÃO:

1. ROBSON LOPES TRAJANO
2. ELIANE RAMOS DA ROCHA

SECRETARIA DE IMPRENSA:

1. DIONE SOUZA LINS
2. LILIAM PONTES DA SILVA
3. EDNA DE OLIVEIRA FÉLIX

SECRETARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS:

1. ANTÔNIO C.DE ANDRADE (TOINHO)
2. DAVID SALVADOR
3. SIMONE GUTERREZ

SECRETARIA DE ASSUNTOS EDUCACIONAIS:

1. MARLENE DA S. MAIA BARBOSA
2. HUMBERTO DOS SANTOS
3. ISABEL LOPEZ ARAGÃO

SECRETARIA DE CULTURA E FORMAÇÃO:

1. ROSALDO BEZERRA PEIXOTO
2. MARIA DE RIBAMAR P. MOURA

SECRETARIA DE GÊNERO, ANTI-RACISMO E OPÇÕES:

1. INALDA ALICE PIMENTEL DO COUTO
2. ALEX SANDRO TRENTINO

SECRETARIA DE SAÚDE:

1. PAULO CÉSAR ROMÃO DA SILVA
2. LUÍZA TEREZA CAVALCANTI
3. LUIS SÉRGIO BARBOSA CÉSAR

SECRETARIA DE FUNCIONÁRIOS:

1. ROBERTO DE PAULA
2. AUGUSTO FERREIRA
3. DULCINÉIA LIMA PEREIRA
4. MARTIN PAULO DA ROSA

SECRETARIA DE APOSENTADOS:

1. VERA LÚCIA FREITAS
2. ALIX BRANTES
3. VERA LÚCIA GUEDES

SUPLENTES:

1. ELILÉIA OLIVEIRA DE CASTILHO
2. CÁSSIA ESTELINA DE M. NASCIMENTO
3. MARIA APARECIDA (ITAPERUNA)
4. MÁRIO SÉRGIO MARTINS
5. IVÂNIA RIBEIRO
6. ANDREA DA PAIXÃO FERNANDES
7. SÍLVIA REJANE V. SOBRINHO DE SOUZA
8. MARIA JOSÉ R. DE CARVALHO
9. MARCOS CÉSAR CARVALHO
10. EDUARDO GIARDINI TAVARES
11. JANETE CRUZ M. NEVES
12. MÁRCIA MACEDO LOPES

SEPE/RJ – SINDICATO ESTADUAL DOS PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO
Eleições 2001

NOMINATA DA CHAPA 02 - “SEPE de LUTA e DEMOCRACIA se faz com a CATEGORIA”

COORDENAÇÃO GERAL:

1. GESA LINHARES CORREA
2. MARIA BEATRIZ LUGÃO RIOS
3. WILTON PORCIÚNCULA ALVES
4. JALMIR GOMES R. DA SILVA
5. SONELI ANTUNES ARLDT

COORDENAÇÃO DA CAPITAL:

1. EUGÊNIO MARIA DE A. ALMEIDA
2. MARIA DE FÁTIMA SOARES DA SILVA
3. SIMONE VIANA BEZERRA DE LIMA
4. DIRCE DE JESUS PEREIRA
5. KÁTIA MARIA V. DA SILVA NICÁCIO

COORDENAÇÃO DO GRANDE RIO:

1. ELIANA APARECIDA PINTO CUNHA
2. MARISA GONZAGA DA SILVA
3. MARIA IZABEL BASTOS

COORDENAÇÃO DO INTERIOR:

1. WANDERLY DE JESUS GONÇALVES
2. ALDRACIR CASANOVA (CICA)
3. DELMA MARIA MÉDICI
4. LEDA TEIXEIRA
5. MARIA DAS DORES P. MOTTA (DODORA)
6. EVA M. DE PAULA B. CARDOSO
7. ADRIANO JOSÉ DOS SANTOS

SECRETARIA DE FINANÇAS:

1. ADELAIDE CAVALCANTI SANTANA
2. PATRÍCIA MESQUITA MOTA
3. MARIA ANTÔNIA DE O. NOVAES

SECRETARIA DE ORGANIZAÇÃO:

1. MARIA JOSÉ F. DE MELLO (ZEZÉ)
2. WEECE VASCONCELLOS BORGES

SECRETARIA DE IMPRENSA:

1. ALAYR RODRIGUES P. FILHA
2. ANTÔNIO CARLOS LOPES DIAS
3. MARIA DE LOURDES DE O. MONTEIRO

SECRETARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS:

1. ANDRÉA DE ARAÚJO CASSA
2. VALQUÍRIA DAMIÃO DOS S. QUARESMA

3. NAIR DA SILVA SCHOCAIR

SECRETARIA DE ASSUNTOS EDUCACIONAIS:

1. VIVIANE VILELA FERREIRA
2. FÁTIMA BITENCOURT DAVID
3. ANA MARIA A. QUINTANILHA

SECRETARIA DE CULTURA E FORMAÇÃO:

1. CARLOS EDUARDO GIGLIO
2. JORGE LUÍS FERREIRA

SECRETARIA DE GÊNERO, ANTI-RACISMO E OPÇÕES:

1. ALEXANDRE BATISTA DA SILVA
2. MARIZE DE OLIVEIRA PINTO

SECRETARIA DE SAÚDE:

1. SIBILA DO AMARAL OLIVEIRA
2. LEONTINA PEREIRA ALVES
3. ELZA FÁTIMA DA SILVA NEGRÃO

SECRETARIA DE FUNCIONÁRIOS:

1. AUGUSTUS M. A. DA PAIXÃO (GUTO)
2. ANTÔNIO ALVES FILHO
3. IVAN CALAÇA
4. ROSELY DIAS SANTANA

SECRETARIA DE APOSENTADOS:

1. JOSÉ MUNIZ NAVEGANTES
2. DYLSA BEZERRA DE CASTILHO
3. LAURA LÁZARO DE CASTILHO

SUPLENTE:

1. RICARDO M. DE SOUZA
2. ENILDO JOSÉ DOS SANTOS
3. JOSÉ ROBERTO DE SOUZA
4. LUIS BARBOSA DE ABREU
5. LECI CARVALHO E SILVA
6. CLEUZA DE ALMEIDA
7. MARIA PAULINA CORDEIRO
8. INAURA CORRÊA E SILVA
9. VALÉRIA REPISO
10. GLEICIMAR GONÇALVES DE LIMA
11. MARCOS AURÉLIO R. GANDRA
12. JORGE LUÍS DE OLIVEIRA

SEPE/RJ – SINDICATO ESTADUAL DOS PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO
Eleições 2001
NOMINATA DA CHAPA 03 - “Oposição Muda SEPE”

COORDENAÇÃO GERAL:

1. ADEÍLSON TELES
2. GREYCE KELLY
3. MESSIAS DOS SANTOS
4. TATIANA BORGES
5. VAGNER DOS SANTOS

COORDENAÇÃO DA CAPITAL:

1. SANDRA DOS SANTOS
2. CLÁUDIO LACERDA
3. HELOÍSA VIEIRA
4. MÔNICA MONTE
5. ALBERTO VIEIRA

COORDENAÇÃO DO GRANDE RIO:

1. ARMANDO DE LIMA
2. GUSTAVO LOPES
3. ROSA NEVES

COORDENAÇÃO DO INTERIOR:

1. ODISSÉIA PINTO
2. JOÃO FERREIRA
3. ROBSON TERRA
4. NEUSA MARIA ESTRELLA
5. MARCIO FIDÉLIS
6. AMARO SÉRGIO AZAVEDO
7. SANDRA MARIA BERTAGNONI

SECRETARIA DE FINANÇAS:

1. CLÁUDIA LIMA
2. CREUZA DOS SANTOS
3. RAFAEL BARROS FILHO

SECRETARIA DE ORGANIZAÇÃO:

1. PEDRO PAULO DE FARIAS
2. ELIANA FERES

SECRETARIA DE IMPRENSA:

1. ALSANI DA SILVA
2. NORMA DA COSTA
3. MARCIO FRANCO XAVIER

SECRETARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS:

1. FÁBIO SIQUEIRA
2. JANE FREITAS

3. PAULO CÉSAR SOUZA

SECRETARIA DE ASSUNTOS EDUCACIONAIS:

1. GERÔNIMO SILVA
2. ISABELA PINTO
3. JOSÉ CARLOS DA COSTA

SECRETARIA DE CULTURA E FORMAÇÃO:

1. CARLOS HENRIQUE DE FARIAS
2. ORLANDO GUILLHON

SECRETARIA DE GÊNERO, ANTI-RACISMO E OPÇÕES:

1. SUZETE DOS SANTOS
2. SARA DOS SANTOS

SECRETARIA DE SAÚDE:

1. ALEX TEIXEIRA
2. KÁTIA CARDOSO
3. MÁRCIA PEDRA

SECRETARIA DE FUNCIONÁRIOS:

1. JOSÉ GILBERTO DUARTE
2. CARLOS ALBERTO PIMENTEL
3. WALTER CECCHETO
4. JORGE MACHADO

SECRETARIA DE APOSENTADOS:

1. REGINA PAULA
2. YACYRA MEIRA
3. NELITA CUNHA DE OLIVEIRA

SUPLENTES:

1. EDUARDO PEIXOTO
2. VERA VASCONCELOS
3. PEDRO MIRANDA
4. ODETE DUARTE
5. RENATA LÚCIA RIBEIRO
6. DEISE DA COSTA
7. ANDREA DOS SANTOS
8. ELON VIANA
9. MARCINIA MARQUES
10. JUVENIL OSWALDO MARQUES
11. MARISA MORAES
12. MARIA REGINA BOTELHO

**SEPE/RJ – SINDICATO ESTADUAL DOS PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO
Eleições 2001**

NOMINATA DA CHAPA 04 - “Renovar, Democratizar, Fortalecer o SEPE – no Chão da Escola”

COORDENAÇÃO GERAL:

1. ANA CLÁUDIA NERY
2. CÉSAR LEMOS
3. IZABEL CRISTINA COSTA
4. MARCO TÚLIO PAOLINO
5. RENATO GONÇALVES

COORDENAÇÃO DA CAPITAL:

1. ANGELINA S. CORREIA
2. ÉLSON SIMÕES
3. LÍDIA MEIGUMI
4. MAURO SALES
5. SANDRA TELES

COORDENAÇÃO DO GRANDE RIO:

1. CILDA SALES
2. FERNANDO ESTEBAN
3. VALÉRIA FERREIRA

COORDENAÇÃO DO INTERIOR:

1. AMÉRICO HOMEM DA R. FILHO
2. MARTA CAMPOS
3. JOAQUIM FERREIRA FILHO
4. DIONÉA SANTOS DE MELO
5. REGINALDO JOSÉ PERDIGÃO
6. ELIANE PEREIRA
7. ROSANE FERREIRA

SECRETARIA DE FINANÇAS:

1. CLÁUDIO MONTEIRO
2. CARLOS VICTOR
3. LUCIANA RIVAS

SECRETARIA DE ORGANIZAÇÃO:

1. AFONSO CELSO TEIXEIRA
2. MARIA DA PENHA

SECRETARIA DE IMPRENSA:

1. EDUARDO HENRIQUE
2. CLÁUDIO PAOLINO
3. RACHEL

SECRETARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS:

1. ELIANE FIÚZA
2. CLÉA MARIANA

3. CLÁUDIA MARIA PINTO

SECRETARIA DE ASSUNTOS EDUCACIONAIS:

1. VANISE DUTRA
2. MÔNICA PEREGRINO
3. LÚCIA DE FÁTIMA

SECRETARIA DE CULTURA E FORMAÇÃO:

1. MERGULHÃO
2. GEOVÂNIA ARRUDA

**SECRETARIA DE GÊNERO, ANTI-RACISMO E
OPÇÕES:**

1. DAYSE MEDEIROS
2. EMÍLIA PIRES MOTA

SECRETARIA DE SAÚDE:

1. REINALDO DINIZ
2. PAULO LABRE
3. SUSANA GUTIERREZ

SECRETARIA DE FUNCIONÁRIOS:

1. JOSÉ CARDOSO
2. LEA GOMES
3. ROSÂNGELA RODRIGUES
4. GISELDA BARBOSA

SECRETARIA DE APOSENTADOS:

1. DIVA BORGES
2. SÍLVIO TEIXEIRA
3. ULIANOV PEDROSA

SUPLENTE:

1. CLÁUDIA MONTALVÃO
2. SÉRGIO MONTALVÃO
3. MARIA ELIZABETE
4. SHIRLEY BRITO
5. JOÃO CARLOS BATISTA
6. ANGELO A. DUARTE
7. REGINA COELHO
8. LEDA PEREIRA PAULO
9. CARLOS ALBERTO “ARAFAT”
10. ALEXANDRE BENEVIDES
11. EDUARDO AFONSO
12. REGINA LÚCIA DA SILVA



**Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação do Rio de Janeiro
ELEIÇÕES 2003**

**NOMINATA DA CHAPA 1 PARA DIRETORIA ESTADUAL
“SEPE QUE TE QUERO SEMPRE FORTE – O SEPE SOMOS
TODOS NÓS, NOSSA FORÇA E NOSSA VOZ”**

COORDENAÇÃO-GERAL

- . ÂNGELA BARBOSA (Campos)
- . DANILO SERAFIM (Valença)
- . GUILHERMINA ROCHA (Rio/Reg. II)
- . PAULO ROMÃO (Belford Roxo)
- . SÉRGIO AURNHEIMER (Rio/Reg. IX)

COORDENAÇÃO DA CAPITAL

- . ARMINDO (Reg. VII)
- . BLUMA SALOMÃO (Reg. I)
- . LILA OLIVEIRA (Reg. I)
- . LUCIANA MELLO (Reg. II)
- . WÍRIA CHRISTIANE (Reg. VI)

COORDENAÇÃO DO GRANDE RIO

- . DULCE DA SILVA (Itaguaí)
- . NILZA CHAIN (Belford Roxo)
- . FERNANDO LINHARES (Niterói)

COORDENAÇÃO DO INTERIOR

- . CLÁUDIA PEREIRA (S. A. Pádua)
- . CLÁUDIA TELLES (Valença)
- . CARLOS SANTA FÉ (Campos)
- . ELILÉIA OLIVEIRA (Porciúncula)
- . M^ª APARECIDA “Cidinha” (Itaperuna)
- . MÁRIO SÉRGIO (Cachoeiras de Macacu)
- . MARLENE MAIA (Conceição de Macabu)

SECRETARIA DE FINANÇAS

- . REGINA CÉLIA (S.J. Meriti)
- . REGINA CLÁUDIA (Rio/Reg. IX)
- . ROGÉRIO ALIMANDRO (Rio/Reg. I)

SECRETARIA DE ORGANIZAÇÃO

- . EDNA (Rio/Reg. V)
- . ELIAS DA SILVA (Rio/Reg. VII)

SECRETARIA DE IMPRENSA

- . LÂNDIA (Rio/Reg. V)
- . ELZILÉIA DIAS (Itaperuna)
- . EVA DE JESUS (Rio - Reg. V)

SEC. DE ASSUNTOS EDUCACIONAIS

- . ANTÔNIO CLAUDIO “TOINHO”(Rio/Reg. I)
- . ERONEI LEITE (Rio das Ostras)
- . MARCELO SAYÃO (Rio/Reg. I)

SECRETARIA DE CULTURA E FORMAÇÃO

- . VALÉRIA DOS SANTOS (Duque de Caxias)
- . ROSALDO PEIXOTO (Rio/Reg. II)

SEC. DE GÊNERO, ANTI-RACISMO E OPÇÕES

- . JEFFERSON LIMA (Rio/Reg. VI)
- . ÂNGELA SANTIAGO (Conceição de Macabu)

SECRETARIA DE SAÚDE

- . AUGUSTO FERREIRA (Rio/Reg. I)
- . RAMON (Belford Roxo)
- . TELMA LUZEMI (Rio/Reg. I)

SECRETARIA DE FUNCIONÁRIOS

- . DULCINEIA (Rio/Reg. VII)
- . DENISE GUTERRES (Rio/Reg. II)
- . ROBERTO DE PAULO (Cabo Frio)
- . VALDIR VICENTE (Nova Iguaçu)

SECRETARIA DE APOSENTADOS

- . MARIA REGINA FRANCISCO (Rio/Reg. II)
- . SANDRA LEITE PINTO (Valença)
- . VERA FREITAS (Rio/Reg. V)

SUPLENTES

- . MARTA FERREIRA (Itaguaí)
- . JOSIMEIRE MENDES (Nova Iguaçu)
- . GILDA (Porciúncula)
- . PAULA FIGUEIRA (Valença)
- . EVANDRO (Belford Roxo)
- . ROBERTO ADÃO (Rio/Reg. I)
- . ADOLFO WAGNER (Rio/Reg. III)
- . JOACY (Rio/Reg. V)
- . NÍSIA (Belford Roxo)
- . MARIA ANGÉLICA (Rio/Reg. III)
- . SELMA DO CARMO (Belford Roxo)
- . BISMARCK PEREIRA (S. J. de Meriti)



Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação do Rio de Janeiro
ELEIÇÕES 2003
NOMINATA DA CHAPA 2 PARA DIRETORIA ESTADUAL
“SEPE DE LUTA E DEMOCRACIA
SE FAZ COM A CATEGORIA”

COORDENAÇÃO-GERAL

- . GESA LINHARES CORRÊA (Rio/Aposentada)
- . M^{te} DAS DORES P. MOTTA “Dobra” (V. Redonda)
- . JALMIR DA SILVA (Rio/Reg. II - Funcionário)
- . WILTON PORCIÚNCULA (Rio/Reg. I)
- . MARISA GONZAGA (Duque de Caxias)

COORDENAÇÃO DA CAPITAL

- . MÁRCIO C. DE MAGALHÃES (Reg. II)
- . M^{te} DE FÁTIMA DOS S. PEREIRA (Reg. I)
- . MARILDA D. DA ROCHA (Reg. IV - Funcionária)
- . RICARDO MARTINS DE SOUZA (Reg. I)
- . JOEL MARQUES (Reg. VIII)

COORDENAÇÃO DO GRANDE RIO

- . JÚLIO CESAR DE S. MACHADO (Nilópolis)
- . M^{te} JOSÉ F. DE MELLO “Zezé” (Niterói)
- . WANDERLY DE J. GONÇALVES (Niterói)

COORDENAÇÃO DO INTERIOR

- . LUIZA HELENA G. GOMIDE (Reg. Lagos)
- . SIDNEY S. DE M. E SILVA (N. Friburgo)
- . CARLOS PLETSCHE (Vassouras)
- . PAULO VIEIRA DE S. BRAGA (B. Pirai)
- . MARCO AURÉLIO GANDRA (Pirai – “Mineiro”)
- . LUÍS BARBOSA DE ABREU (Resende)
- . ALTAIR DE ARAÚJO ROHEME (Itaocara)

SECRETARIA DE FINANÇAS

- . JORGE LUÍS FERREIRA (Itaguaí)
- . ALCIBERTO ABRANTES (Niterói – “Sati”)
- . LÁSARO V. DOS SANTOS (D. Caxias)

SECRETARIA DE ORGANIZAÇÃO

- . ANA M^{te} DE A. QUINTANILHA (S. Gonçalo)
- . CARLOS CARDOSO (Rio/Reg. VIII)

SECRETARIA DE IMPRENSA

- . MARIA IZABEL B. ROCHA (S.J. Meriti)
- . ENILDO SANTOS (Reg. Costa do Sol)
- . GISELE LINHARES CORRÊA (Rio/Reg. III)

SEC. DE ASSUNTOS EDUCACIONAIS

- . FATIMA BITENCOURT DAVID (D. Caxias)
- . NYNA DE SOUZA BRETAS (Niterói)
- . ROSELY DE F. DIAS SANTANA (Pirai)

SECRETARIA DE CULTURA E FORMAÇÃO

- . M^{te} BEATRIZ LUGÃO “Bia” (S. Gonçalo)
- . ADRIANO JOSÉ DOS SANTOS (Itatiaia)

SEC. DE GÊNERO, ANTI-RACISMO E OPÇÕES

- . IVANETE CONCEIÇÃO DA SILVA (D. Caxias)
- . MARIZE DE OLIVEIRA PINTO (D. Caxias)

SECRETARIA DE SAÚDE

- . ANETE S. TRINDADE (Rio/Reg. IV - Funcionária)
- . AVANIR CARVALHO PONTES (Niterói)
- . INAURA CORRÊA DA SILVA (Rio/Aposentada)

SECRETARIA DE FUNCIONÁRIOS

- . M^{te} JOSINEVES (Rio/Reg. VIII - Aposentada)
- . CARLOS GIGLIO (V. Redonda – Anim. Cultural)
- . MARIA TAVARES (Itaguaí - Funcionária)
- . EDUARDO SOARES (S. Gonçalo - Funcionário)

SECRETARIA DE APOSENTADOS

- . M^{te} ANTÔNIA NOVAES (Itaboraí - Aposentada)
- . SIBILA OLIVEIRA (Três Rios - Aposentada)
- . JOSÉ NAVEGANTES (Rio/Reg. VIII - Aposentado)

SUPLENTES

- . AUGUSTUS M. A. DAPAXÃO “Guto” (Rio/Reg. IV)
- . MARIA ISABEL DOS S. BAPTISTA (Tanguá)
- . ALBEA REGINA DE SOUZA (Mesquita)
- . JOSÉ CARLOS F. NETTO (Reg. Costa do Sol)
- . DELMA MARIA MÉDICI (Lagos)
- . GLEICIMAR G. DE LIMA (S. Gonçalo)
- . ADAILTON SANTANA (Pinheiral)
- . HILLER SOARES SANTANA (Rio/Reg. I)
- . ANA SHIRLEY L. ISIDORO (Cantagalo)
- . VIVIANE VILELA FERREIRA (Itaguaí)
- . GIOVANNI MARIO MARTINS (S.A. Pádua)
- . LEILA DA SILVA XAVIER (Nilópolis)



Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação do Rio de Janeiro
ELEIÇÕES 2003

NOMINATA DA CHAPA 3 PARA DIRETORIA ESTADUAL “MUDA SEPE”

COORDENAÇÃO-GERAL

- . GREICE KELLY F. DE ALMEIDA (Rio)
- . ODISSÉIA DE C. A. PINTO (Campos)
- . SUZETE PAIVA DOS SANTOS (Rio)
- . WALTER CECCHETO FILHO (Rio)
- . ROBSON LOPES TRAJANO (Rio)

COORDENAÇÃO DA CAPITAL

- . MÁRCIO FRANCO X. VIEIRA (Rio)
- . SÍLVIA REJANE V. S. DE SOUZA (Rio)
- . LUÍS ROBERTO F. VILLELA (Rio)
- . HELOÍSA DA SILVA VIEIRA (Rio)
- . OSWALDO LUÍS C. TELES (Rio)

COORDENAÇÃO DO GRANDE RIO

- . RAMAO FIGUEIRA GUTIERREZ (D.Caxias)
- . LÚCIO FLÁVIO BITARÃES (N.Iguaçu)
- . DIALLAS COELHO FILHO (D.Caxias)

COORDENAÇÃO DO INTERIOR

- . SIGMAR PEREIRA DE PINHO (Itaocara)
- . ODETE P. DA ROCHA DUARTE (Campos)
- . AMARO SÉRGIO DA S. AZEVEDO (Rio)
- . ROBSON TERRA SILVA (L. do Muriaé)
- . LETÍCIA DI RISIO PINHEIRO (Vassouras)
- . MÁRIO DE SOUZA FIDELIS (Macaé)
- . JOÃO G. DE ANDRADE (Itaperuna)

SECRETARIA DE FINANÇAS

- . ADEILSON RIBEIRO TELLES (N.Iguaçu)
- . JOSIMAR DE O. COELHO “Pena” (Rio)
- . MARIA CRISTINA P. DA SILVA (N.Iguaçu)

SECRETARIA DE ORGANIZAÇÃO

- . SANDRA M^a DE M. BERTAGNONI (B.Piraí)
- . WAGNER DESIDÉRIO BANDEIRA (Rio)

SECRETARIA DE IMPRENSA

- . LUIS AMAURI P. DE SOUZA (Rio)
- . NILSON CONCEIÇÃO (Rio)
- . FÁBIO GUSTAVO V. SIQUEIRA (Campos)

SEC. DE ASSUNTOS EDUCACIONAIS

- . MÁRCIO DE SOUZA SOARES (Campos)
- . NORMA DIAS DA COSTA (Campos)
- . JOANA D'ARC DA S. VAZ (Belford Roxo)

SECRETARIA DE CULTURA E FORMAÇÃO

- . MARIA SÔNIA MELO SOUZA (B. Piraí)
- . SANDRA R. COUTINHO DOS SANTOS (Rio)

SEC. DE GÊNERO, ANTI-RACISMO E OPÇÕES

- . ROSA FERREIRA NEVES (Mesquita)
- . MARIA DA GLÓRIA V. GARCIA (Rio)

SECRETARIA DE SAÚDE

- . CARMEN LÚCIA DE A. MARQUES (B. Roxo)
- . ROSANA DAMINELLI (D. Caxias)
- . ROSÂNGELA M. DOS SANTOS (Rio)

SECRETARIA DE FUNCIONÁRIOS

- . CREUZA MARIA DOS SANTOS (B. Piraí)
- . JÚLIO L. FERREIRA SOARES (Campos)
- . GILSON BENEDICTO ROSA (Rio)
- . LÚCIO MAURO RODRIGUES (Japeri)

SECRETARIA DE APOSENTADOS

- . GILBERTO LEITE NORONHA (Rio)
- . DEUSEDINA PEREIRA DE SOUZA (Rio)
- . EDNA MARIA NUNES “Edinha” (D.Caxias)

SUPLENTE

- . VALÉRIADASILVAAZEVEDO (Rio)
- . ISABEL REGINA G. X. DE SOUZA (Niterói)
- . ELIANA MONTEIRO FERES (Campos)
- . AUGUSTO C. DE A. R. FERNANDES (Itaocara)
- . LILIAN MONTEIRO COUTINHO (Campos)
- . NELITA CUNHA DE OLIVEIRA (C. de Macacu)
- . ELIANE PELLUCHI
- . MARIÂNGELA DE OLIVEIRA DINIZ (Rio)
- . MÁRCIA GONÇALVES PEDRA (Rio)
- . MARIA REGINA BOTELHO (Rio)
- . FERNANDO MONTEIRO DE AVELAR (Rio)



Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação do Rio de Janeiro
ELEIÇÕES 2003

**NOMINATA DA CHAPA 4 PARA DIRETORIA ESTADUAL
“UM OUTRO SEPE É POSSÍVEL NO CHÃO DA ESCOLA –
OPOSIÇÃO E LUTA”**

COORDENAÇÃO-GERAL

- . MARCO TULIO PAOLINO (Rio/Reg. III)
- . IZABEL CRISTINA (Rio/Reg. III)
- . ELSON SIMÕES (Rio/Reg. III)
- . DIONÉA EDILMA DE MELO (Petrópolis)
- . MARTA DE M. L. SILVEIRA (S.J. Meriti)

COORDENAÇÃO DA CAPITAL

- . AFONSO CELSO TEIXEIRA (Rio/Reg. I)
- . ANGELINA SONIA CORREIA (Rio/Reg. III)
- . CLÁUDIO M. DE ANDRADE (Rio/Reg. V)
- . SÉRGIO ALMEIDA SILVA (Rio/Reg. IV)
- . LÍDIA MEGUMI SAIKI (Rio/Reg. VI)

COORDENAÇÃO DO GRANDE RIO

- . NADIR DE CASTRO F. COELHO (S.J. Meriti)
- . FRANCISCA C. S. DE SOUZA (D. Caxias)
- . MARIA PAULA P. DA SILVA (N. Iguaçu)

COORDENAÇÃO DO INTERIOR

- . EDIVA QUEIROZ (Rio/Reg. I - Maricá)
- . KÁTIA S. RENNO CORRÊA (Maricá)
- . EDENILSO LOPES TEBALDI (Petrópolis)
- . RENATO G. DOS SANTOS (Campos)
- . RONALDO M. DE MELO (Teresópolis)
- . VALÉRIA FERREIRA (S.J. Meriti)
- . WILLIAMS BATISTA DA VEIGA (Nilópolis)

SECRETARIA DE FINANÇAS

- . MÁRIO LA FAYETTE C. LYRA (Rio/Reg. I)
- . PAULO GOMES COUTINHO (Rio/Reg. VIII)
- . RONALDO TORRES BRAGA (S.J. Meriti)

SECRETARIA DE ORGANIZAÇÃO

- . ELZA F. DA SILVA NEGRÃO (Rio/Reg. IV)
- . JOSÉ C. MAYRINK DA COSTA (Rio/Reg. II)

SECRETARIA DE IMPRENSA

- . CARLOS ARAFAT (Rio/Reg. III e Reg. IV)
- . MARIA DA PENHA R. DA SILVA (Rio/Reg. III)
- . CONCEIÇÃO D. VASCONCELOS (S.J. Meriti)

SEC. DE ASSUNTOS EDUCACIONAIS

- . ALESSANDRA SOBREIRA (Rio/Reg. VIII e Reg. V)
- . JOAQUIM ALVES F. FILHO (Rio/Reg. IV)
- . MÁRCIA DOS PASSOS NEVES (Rio/Reg. III)

SECRETARIA DE CULTURA E FORMAÇÃO

- . DAYSE MEDEIROS MORAES (Rio/Reg. IV)
- . JOÃO ALVES DUARTE (Rio/Reg. IV)

SEC. DE GÊNERO, ANTI-RACISMO E OPÇÕES

- . DEMARTONE SILVA GOMES (Rio/Reg. V)
- . RENATA LÚCIA BAPTISTA (Nilópolis)

SECRETARIA DE SAÚDE

- . CLAUDIO MARCIO PAOLINO (Rio/Reg. III)
- . EDUARDO H. DE ALMEIDA (Rio/Reg. II e Reg. IV)
- . EMÍLIA MARIA P. MOTA (Rio/Reg. V)

SECRETARIA DE FUNCIONÁRIOS

- . ANGELA REGINA M. ROCHA (Rio/Reg. III)
- . LEA GOMES MORAIS (Rio/Reg. III)
- . REGINA L. DA SILVA LISBOA (Rio/Reg. III)
- . ELIZETE RAMOS LEITE (Rio/Reg. III)

SECRETARIA DE APOSENTADOS

- . JOSÉ FERREIRA COSTA (Niterói)
- . REGINA C. C. PEREIRA (Rio/Reg. V)
- . TEREZA OLIVEIRA DA SILVA (Rio/Reg. IV)

SUPLENTES

- . ANA MARIA SIMÕES DE PAMA (Rio/Reg. VIII)
- . ANA JÚLIA REGADAS MAIA (Rio/Reg. III)
- . GERALDA DA SILVA (Belford Roxo e N. Iguaçu)
- . LEDA CASTRO (Rio/Reg. IX e Reg. V)
- . MARIA DE LURDES CONCEIÇÃO (Rio/Reg. II)
- . MAURÍCIO VIEIRA DA SILVA (Rio/Reg. III)
- . MAURO VICENTE SALES (Rio/Reg. I)
- . MARIA E. G. VASCONCELOS (Rio/Reg. III)
- . SHIRLEY BRITO (Rio/Reg. V e Reg. IX)
- . ROSÂNGELA M. CAMPOS RODRIGUES (Rio/Reg. II)
- . VANISE C. DE A. DUTRA GOMES (D. Caxias)
- . WLADIMIR DOLIVEIRA (Rio/Reg. V e Reg. IX)



Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação do Rio de Janeiro
ELEIÇÕES 2003

NOMINATA DA CHAPA 5 PARA DIRETORIA ESTADUAL “SEPE PARA TODOS”

COORDENAÇÃO-GERAL

- . ROSANA MARIA DO N. M. SKINNER
- . JOSÉ MESSIAS DOS SANTOS
- . ROSANA DO AMARAL GUIMARÃES
- . SOLANGE BERGAMI
- . VERA L. ALVARENGA DE OLIVEIRA

COORDENAÇÃO DA CAPITAL

- . VALDECI BORGES
- . EVALDO BARBOSA DA SILVA
- . MURILO PESTANA DO AMARAL
- . PAULO CÉZAR DE SOUZA
- . GILZA DE J. LOPES

COORDENAÇÃO DO GRANDE RIO

- . KESIA SOARES DE FARIAS
- . MARIA LÚCIA M. DA SILVA
- . NOÊMIA LUCIA DA SILVA LAGE

COORDENAÇÃO DO INTERIOR

- . IEDA MORAES DA SILVA
- . MARIA CELIA DAVI DA CRUZ
- . NEUZA MARIA FONSECA ESTRELA
- . ALAN MIRANDA NOVAES
- . SHIRLEI MARCHI TORTURELLA
- . DEUSCÉLIA FRAGA AZEVEDO COSTA
- . LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA COELHO

SECRETARIA DE FINANÇAS

- . ANTÔNIO DE S. FORTUNA
- . HUMBERTO JOSÉ DA SILVA
- . JOSÉ R. DE F. SILVA

SECRETARIA DE ORGANIZAÇÃO

- . SANDRA A. DE S. GUIMARÃES
- . LUCELANGE K. DE MORAES

SECRETARIA DE IMPRENSA

- . ANGELA CZAUKI AMARAL

SEC. DE ASSUNTOS EDUCACIONAIS

- . ARMINDA DO CARMO DOMINGOS SANTOS
- . EDIR TEREZA DOS REIS
- . NEILA DE SOUZA AZEVEDO SPÍNDOLA

SECRETARIA DE CULTURA E FORMAÇÃO

- . PAULO CÉSAR SILVA
- . MARGARIDA MARIA DIAS COELHO

SEC. DE GÊNERO, ANTI-RACISMO E OPÇÕES

- . GILDETE S. CARNEIRO
- . GILBERTO DE SOUZA E SILVA

SECRETARIA DE SAÚDE

- . CARLOS A. DE S. FERREIRA PIMENTEL
- . CARLOS R. CELESTINO
- . DAMARIS DAS N. DE S. CARDOSO

SECRETARIA DE FUNCIONÁRIOS

- . MARLENE BRAGA DE OLIVEIRA SOUTO
- . ANA BEATRIZ SANT'ANA TAVARES
- . MILTON LUIZ CARDOSO TORRES
- . ALECSO ANDRÉ LOURENÇO

SECRETARIA DE APOSENTADOS

- . ANA LÚCIA FONSECA DE LIMA
- . SANDRA APARECIDA DE S. GUIMARÃES
- . NICE MARIA DE A. LIMA E SOUZA

SUPLENTES

- . GLAUDINETES DIAS
- . PAULO R. DA S. DIAS
- . AMOS DE O. FORMIGA
- . ARI J. SAMPAIO DE AZEREDO
- . MARLI I. DA SILVA
- . SÉRGIO M. DE DEUS JÚNIOR
- . GÍLSON TORRES OLIVA
- . ROBERTO SERRANO HENRIQUE
- . NOÉ GOMES FILHO



Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação do Rio de Janeiro
ELEIÇÕES 2003

**NOMINATA DA CHAPA 6 PARA DIRETORIA ESTADUAL
“OPOSIÇÃO:
SEPE DE LUTA COM INDEPENDÊNCIA, CONTRA A REFORMA
DA PREVIDÊNCIA”**

COORDENAÇÃO-GERAL

- . GUALBERTO I. DE O. TINOCO “Pitéu”
- . VERA LÚCIA DA COSTA NEPOMUCENO
- . FLORINDA MOREIRA LOMBARDI
- . ROBERTO ALVES SIMÕES
- . RONEI DE AGUIAR CARVALHO

COORDENAÇÃO DA CAPITAL

- . MARA REGINA ALVES DE ANDRADE
- . ALBANO LUIZ FRANCISCO TEIXEIRA
- . JOSÉ CARLOS PEIXOTO DE CAMPOS
- . CARLOS EDUARDO MARTINS DA SILVA
- . MÁRIO FRANKLIN DE LIMA JÚNIOR

COORDENAÇÃO DO GRANDE RIO

- . LILIAN PONTES DA SILVA
- . ROBERTO FERREIRA BAETA
- . RICARDO FELIPE DA SILVA

COORDENAÇÃO DO INTERIOR

- . LUIZ GONZAGA SALARINI
- . MARIANA DE PAULA CAETANO
- . PEDRO NEY MAXIMINIANO ALVES
- . REGINA CELI PEREIRA PEREIRA
- . ISABEL LOPES ARAGÃO
- . CLÁUDIO LUÍS ANDRADE E SILVA
- . DAVID SALVADOR

SECRETARIA DE FINANÇAS

- . HUMBERTO DOS SANTOS
- . TEONES PIMENTA DE FRANÇA
- . THEMIS DE FARIAS NASCIMENTO

SECRETARIA DE ORGANIZAÇÃO

- . MARISTELA DE ÁVILA ABREU
- . WALDEMIRO LUÍS DE CASTRO

SECRETARIA DE IMPRENSA

- . EDNA OLIVEIRA FÉLIX
- . ALEX SANDRO DA SILVA TRENTINO
- . LUIZ SÉRGIO BARBOSA CÉZAR

SEC. DE ASSUNTOS EDUCACIONAIS

- . JOSEMAR PINHEIRO DE CARVALHO
- . RENATA GEOVANA DE ALMEIDA MARTINS
- . HAROLDO LUIZ CARVALHO TEIXEIRA

SECRETARIA DE CULTURA E FORMAÇÃO

- . CRISTIANO DA SILVA BORGES
- . LEONARDO DA SILVA COREICHA

SEC. DE GÊNERO, ANTI-RACISMO E OPÇÕES

- . DEYSE OLIVEIRA GOMES
- . MÔNICA CAETANO GONÇALVES

SECRETARIA DE SAÚDE

- . DANIELLE BARROSO CALDAS
- . JANETE CRUZ MAXIMINIANO ALVES
- . MARGARETE MARIA MARTINS

SECRETARIA DE FUNCIONÁRIOS

- . LUIZ CARLOS DA SILVA LIMA
- . PAULO CÉSAR DE SOUZA
- . ALEXANDRE DE AZEVEDO
- . CARLOS ALBERTO DE OLIVEIRA DA SILVA

SECRETARIA DE APOSENTADOS

- . MARIA CECÍLIA VASCONCELOS GUIMARÃES
- . VERA LÚCIA GUEDES
- . SIMONE BASTOS GUTERREZ

SUPLENTES

- . EDUARDO GIARDINI TAVARES
- . DANILO SALGADO DE CARVALHO
- . JORGE LUIZ DUARTE
- . MARIA ELISA WILDHAGEN GUIMARÃES
- . MARCELLO DE ABREU HERDY
- . DENISE DOS SANTOS PÔNCIO
- . MARIA CRISTINA ANDRADE AGRA
- . MIRIAN VIANA DE OLIVEIRA
- . LÍGIA MARIA ALVES BIZARRIA
- . CARMÉLIA DE MATTOS GONÇALVES
- . MARIA JOSÉ RODRIGUES CARVALHO

DIRETORIAS ANDES- COMPOSIÇÃO COMPLETA

ANDES-SN: DIRETORIAS

DIRETORIA E PERÍODO	MEMBROS
1981-1982 Posse: 20/2/1981	Presidente: OSVALDO DE OLIVEIRA MACIEL; 1º Vice-Presidente: AGAMENON ALMEIDA; 2º Vice-Presidente: LAURINDO LEAL FILHO; Secretário Geral: LUIZ PINGUELLI ROSA; 1º Secretário: NEWTON LIMA NETO; 2º Secretário: FLÁVIO VALENTE; 1º Tesoureiro: MINDÉ BADAUY DE MENEZES; 2º Tesoureiro: FRANCISCO JOSÉ DA COSTA ALVES; Vice-Presidente Regional Norte: CARLOS ALBERTO TOMÁZ; Vice-Presidente Regional NE I: AMUNDSON PORTELA DE H. CAVALCANTI; Vice-Presidente Regional NE II: RUBENS PINTO LYRA; Vice-Presidente Regional NE III: ARLINDO DOS SANTOS RAPOSO; Vice-Presidente Regional Centro Oeste: MARCO ANTÔNIO SPERB LEITE; Vice-Presidente Regional Leste: RENATO ORTIZ; Vice-Presidente Regional Rio: JOÃO FERREIRA DA SILVA FILHO; Vice-Presidente Regional São Paulo: CARLOS EDUARDO MALHADO BALDIJÃO; Vice-Presidente Regional Sul: SÉRGIO JOÃO DA FONSECA PIRES; Suplente: KEINE.

DIRETORIA E PERÍODO	MEMBROS
1982-1984 Posse: 9/6/1982	Presidente: LUIZ PINGUELLI ROSA; 1º Vice-Presidente: FLÁVIO L. S. VALENTE; 2º Vice-Presidente: ALOÍZIO MERCADANTE OLIVA; Suplente da Presidência: RUBENS PINTO LYRA; Secretário Geral: NEWTON LIMA NETO; 1º Secretário: RAUL GUENTHER; 2º Secretário: UBIRAJARA DORES REBOUÇAS; Suplente da Secretaria: WOLFGANG LEO MAAR; 1º Tesoureiro: MARCO ANTÔNIO SPERB LEITE; 2º Tesoureiro: MARIA JOSÉ F. RIBEIRO; Suplente da Tesouraria: MOEMA SOARES DE CASTRO; Vice-Presidente Regional Norte: ZULEIDE PAMPLONA XIMENES PONTE; Suplente da Regional Norte: MALENA TORINO; Vice-Presidente Regional NE I: AGAMENON TAVARES DE ALMEIDA; Suplente da Regional NE I: MARIA DELTA MARTINS; Vice-Presidente Regional NE II: SEBASTIÃO ALVES CARNEIRO; Suplente da Regional NE II: SÔNIA MARQUES; Vice-Presidente Regional NE III: ILKA DIAS BICHARA; Suplente da Regional NE III: LENILDA D. SILVA; Vice-Presidente Centro Oeste: SADI DAL ROSSO; Suplente da Regional Centro-Oeste: JOSÉ AVELNIO DA SILVA; Vice-Presidente Regional Leste: ROBERTO BORGES MARTINS; Suplente da Regional Leste: EUGÊNIA CÉLIA RAIZER; Vice-Presidente Regional Rio: ALEXANDRE MAGALHÃES; Suplente da Regional Rio: JOEL THEODÓSIO; Vice-Presidente Regional São Paulo: CARLOS MARTINS; Suplente da Regional São Paulo: EDMUNDO FERNANDES DIAS; Vice-Presidente Regional Sul: EMANUEL JOSÉ APPEL; Suplente da Regional Sul: RENATO DE OLIVEIRA.

DIRETORIA E PERÍODO	MEMBROS
1984-1986 Posse: 21/6/1984	Presidente: MARIA JOSÉ FÉRES RIBEIRO; 1º Vice-Presidente: CARLOS ALBERTO FERREIRA MARTINS; 2º Vice-Presidente: WOLFGANG LEO MAAR; Secretário Geral: RAUL GUENTHER; 1º Secretário: SYDNEY SÉRGIO FERNANDES SOLIS; 2º Secretário: EMMANUEL JOSÉ APPEL; 1º Tesoureiro: BENEDITO TADEU CÉSAR; 2º Tesoureiro: JOSÉ GABRIELLI DE AZEVEDO; Vice-Presidente Regional Norte: JOSÉ RIBAMAR BESSA FREIRE; Vice-Presidente Regional NE I: ANTÔNIO C. B. MEDEIROS; Vice-Presidente Regional NE II: WAGNER BRAGA BATISTA; Vice-Presidente Regional NE III: IRACY SILVA PICANÇO; Vice-Presidente Regional Centro-Oeste: ROSÂNGELA P. R. AS SILVA; Vice-Presidente Regional Leste: MÁRCIO ANTÔNIO DE OLIVEIRA; Vice-Presidente Regional Rio: ANTÔNIO CONSTANTINO DE CAMPOS; Vice-Presidente Regional São Paulo: NADER WAFEE; Vice-Presidente Regional Sul: ANAMARIA BECK; Suplente da Presidência: SADI DAL ROSSO; Suplente da Secretaria: PEDRO ANTÔNIO CECATO; Suplente da Tesouraria: ARLINDO DOS SANTOS RAPOSO; Suplente da Vice-Presidência Regional São Paulo: ARI VICENTE FERNANDO; Suplente da Vice-Presidência Regional Leste: ELIANE BRÍGIDA DE MARAIS FALCÃO; Suplente da Vice-Presidência Leste: EUGÊNIA CÉLIA RAIZER; Suplente da Vice-Presidência Regional Centro-Oeste: PEDRO MURIETA S. NETO; Suplente da Vice-Presidência Regional Sul: LUIZ AFONSO MONTINI; Suplente da Vice-Presidência Regional Norte: JOAQUINA BARATA TEIXEIRA; Suplente da Vice-Presidência Regional Nordeste III: JOSÉ JERÔNIMO DE MORAIS; Suplente da Vice-Presidência Regional NE II: JOSÉ DA R. FURTADO FILHO; Suplente da Vice-Presidência Regional NE I: SÔNIA MARQUES.

DIRETORIA E PERÍODO	MEMBROS
1986-1988 Posse: 21/6/1986	Presidente: NEWTON LIMA NETO; 1º Vice-Presidente: SYDNEY SERGIO F. SOLIS; 2º Vice-Presidente: LUIZ POMPEU DE CAMPOS; Suplente da Presidência: OSVALDO DE OLIVEIRA MACIEL; Secretário Geral: MÁRCIO ANTÔNIO DE OLIVEIRA; 1º Secretário: ANTÔNIO IBÁÑEZ RUIZ; 2º Secretário: PEDRO ANTÔNIO CECATO (FALECIDO); Suplente da Secretaria: MARCO ANTÔNIO N. PEREIRA; 1º Tesoureiro: ARI VICENTE FERNANDES; 2º Tesoureiro: RENATO DE OLIVEIRA; Suplente da Tesouraria: ILDEU CASTRO MOREIRA; Vice-Presidente Regional Norte: SILVÉRIO DE ALMEIDA TUNDIS; Suplente da Vice-Presidência Regional Norte: ZÉLIA AMADOR DE DEUS; Vice-Presidente Regional NE I: ANTÔNIO DE PÁDUA RODRIGUES; Suplente da Vice-Presidência Regional NE I: JOSÉ DA ROCHA FURTADO FILHO; Vice-Presidente Regional NE II: RUBENS PINTO LYRA; Suplente da Vice-Presidência Regional NE II: MARIA BERNADETE F. OLIVEIRA; Vice-Presidente Regional NE III: SOFIA OLSZEWSKI FILHA; Suplente da Vice-Presidência Regional NE III: RITA DE CÁSSIA SILVA OLIVEIARI; Vice-Presidente Regional Centro-Oeste: SIDNEY VALADARES PIMENTEL; Suplente da Vice-Presidência Centro-Oeste: JOSÉ FRANCISCO VIANNA; Vice-Presidente Regional Rio: MIRIAM LIMOIRO CARDOSO; Suplente da Vice-Presidência Regional Rio: CIBELI REYNAUD; Vice-Presidente Regional Leste: BENEDITO TADEU CÉSAR; Suplente da Vice-Presidência Regional Leste: TARCÍSIO FERREIRA; Vice-Presidente Regional São Paulo:

	SILVIA HELENA SIMÕES BORELLI; Suplente da Vice-Presidência Regional São Paulo: FRANCISCO MIRÁGLIA; Vice-Presidente Regional Sul: ANÍBAL SANCHEZ MOURA; Suplente da Vice-Presidência Regional Sul: JOSÉ GONÇALVES MEDEIROS; Vice-Presidente Regional Rio Grande do Sul: FLORISMAR OLIVEIRA THOMAZ; Suplente da Vice-Presidência Regional Rio Grande do Sul: EDSON NUNES DE MORAIS.
--	---

DIRETORIA E PERÍODO	MEMBROS
1988-1990 AUTÔNOMA E DEMOCRÁTICA A Posse: 2/6/1988	Presidente: SADI DAL ROSSO; 1º Vice-Presidente: CARLOS EDUARDO MALHADO BALDIJÃO; 2º Vice Presidente: MARIA DA GLÓRIA RIBEIRO DA SILVA; Suplente da Presidência: TANIRA MARGARETE PIACENTINI; Secretário Geral: SILVIO FRANK ALEM (falecido); 1º Secretário: VANDERLI FAVA DE OLIVEIRA; 2º Secretário: MÁRCIA SEROA DA MOTTA BRANDÃO; Suplente da Secretaria: CARLOS PERARO FILHO (falecido); 1º Tesoureiro: MARCO ANTÔNIO SPERL DE FARIA; 2º Tesoureiro: ELIANE NOVATO SILVA; Suplente da Tesouraria: MARIA CLÓRIS MAGALHÃES ALMEIDA; Vice Presidente Regional Norte: MÁRIO ANDRADE CARDOSO; Suplente da Vice-Presidência Regional Norte: HUMSILKA MARIA O. DE AMORIM; Vice-Presidente Regional NE I: YACY MEDONÇA DE ALMEIDA; Suplente da Vice-Presidência Regional NE I: JOSÉ NEUBURGO DE OLIVEIRA; Vice-Presidente Regional NE II: MARIA LUIZA MARTINS ALÉSSIO; Suplente da Vice-Presidência Regional NE II: VERA LÁUCIA DO AMARAL E SILVA; Vice-Presidente Regional NE III: DAN OLIVEIRA SANTANA; Suplente da Vice-Presidência Regional NE III: GILSA LUISA DA MOTA GOMES; Vice-Presidente Regional Centro Oeste: NICANORA PALHARES SÁ; Suplente da Vice-Presidência Regional Centro Oeste: SYLVIO QUEZADO DE MAGALHÃES; Vice-Presidente Regional Leste: FÁBIO CORRÊA DUTRA; Suplente da Vice-Presidência Regional Leste: EDILAMAR REZENDE; Vice-Presidente Regional Rio: JORGE MÁXIMO DE SOUZA; Suplente da Vice-Presidência Regional Rio: DEISE MANCEBO; Vice-Presidente Regional São Paulo: PEDRO PAULO ROQUE MONTELEONE; Suplente da Vice-Presidência Regional São Paulo: EDMUNDO FERNANDES DIAS; Vice-Presidente Regional Sul: MARCOS DE TOLEDO TITO; Suplente da Vice-Presidência da Regional Sul: LUIS CARLOS PINHEIRO MACHADO FILHO; Vice-Presidente Regional Rio Grande do Sul: LUIZ PAIVA CARAPETO; Suplente da Vice-Presidência Regional Rio Grande do Sul: MARINO LEDUR.

DIRETORIA E PERÍODO	MEMBROS
1990-1992 AUTÔNOMA E DEMOCRÁTICA CA Posse: 30/5/1990	Presidente: CARLOS EDUARDO MALHADO BALDIJÃO; 1º Vice-Presidente: PAULO MARCOS BORGES RIZZO; 2º Vice-Presidente: MARCO ANTÔNIO SPERL DE FARIA; Suplente da Vice-Presidência: NATANAEL ROHR DA SILVA; Secretário Geral: LUIZ PAIVA CARAPETO; 1º Secretário: EDILIMAR REZENDE; 2º Secretário: ROBERTO LOPES DE ABREU Suplente da Secretaria: ROSEMARY CONTI; 1º Tesoureiro: SYLVIO QUEZADO DE MAGALHÃES; 2º Tesoureiro: EDNA VALIM; Suplente de Tesouraria: DAN OLIVEIRA SANTANA; Vice-Presidente da Regional Rio Grande do Sul: LEDA CARMEM WULFF GOBETTI; Suplente da Vice-Presidência Regional Rio GS: VALTER DE ALMEIDA FREITAS; Secretária da Regional RS: MARIA ANTONIETA LAVORATTI; Suplente da Secretaria Regional RS: BERENICE CORSETTI; Tesouraria da Regional RS: MARINO LEDUR; Suplente da Tesouraria da Regional RS: JOSÉ PLÍNIO GUIMARÃES FACHEL; Vice-Presidente Regional Sul: MILENA MARIA COSTA MARTINEZ; Suplente de Vice Presidente Regional Sul: ZELMA FRANCISCA TORRES TOMAZI; Secretaria da Regional Sul: DOROTI MARINS; Suplente da Secretaria da Regional Sul: LUIZ CARLOS BRUSCHI; Tesouraria da Regional Sul: MARCO AURÉLIO DA ROS; Suplente da Tesouraria da Regional Sul: BERENICE QUINZANI JORDÃO; Vice-Presidente Regional São Paulo: AMÉRICO ADLAI FRANCO SANSIGOLO KERR; Suplente da Vice-Presidência Regional São Paulo: LÚCIA HELENA LODI; Secretaria da Regional São Paulo: GÉRIA MARIA MONTANARI FRANCO; Suplente da Secretaria da Regional São Paulo: EDUARDO COTECCHIA RIBEIRO; Tesouraria da Regional São Paulo: TANIA MARIA ALKMIM; Suplente da Tesouraria Regional São Paulo: LINEU CARLOS MAFFEZOLI; Vice Presidente Regional Rio: MARIA DA GLÓRIA RIBEIRO DA SILVA; Suplente de Vice-Presidente Regional Rio: ALICE HELGA WERNER; Secretaria Regional Rio: INDIA MARIA BORBA; Suplente da Secretaria da Regional Rio: JOICE G. PASSOS; Tesouraria da Regional Rio: SILVIO AUGUSTO MEHRY; Suplente da Tesouraria Regional Rio: FRANCISCO BERNARDO KARAN; Vice-presidente Regional Leste: ELIAS ANTÔNIO JORGE; Suplente da Vice-Presidência da Regional Leste: MARIA IGNEZ PFISTER; Secretaria Regional Leste: PAULO ROBERTO BASSOLI; Suplente da Secretaria Regional Leste: JOSÉ ASTOLFO LOPES DE SOUZA; Tesouraria Regional Leste: BENJAMIM DE ALMEIDA MENDES; Suplente da Tesouraria Regional Leste: SOLANGE BRETAS; Vice-presidente Regional Centro Oeste: IZAIAS PEREIRA DA COSTA; Suplente da Vice-Presidência da Regional Centro Oeste: NIVALDO ANTÔNIO NOGUEIRA DAVID; Vice-Presidente Regional Norte: EDILZA JOANA NEVES; Suplente da Vice-Presidente Regional Norte: NOVAL BENAION MELLO; Vice-Presidente Regional NE I: RAIMUNDO MOACIR FEITOSA; Suplente da Vice-Presidência Regional NE I: MARIA HERCILIA MOTA COLEHO; Secretaria da Regional NE I: ACÁCIO SALVADOR VÉRAS E SILVA; Suplente de Secretaria da Regional NE I: ELIZABETH MARIA BEZERRA COELHO; Tesouraria da Regional NEI: FRANCISCO LAERTE JUVÊNIO MAGALHÃES; Suplente da Tesouraria da Regional NE I: CIRO NOGUEIRA FILHO; Vice-Presidente Regional NE II: SEMADA RIBEIRO; Suplente de Vice-Presidente Regional NE II: MARIA CRISTINA DE MORAIS; Secretaria Regional NE II: ZENILDE MOREIRA DE MORAIS; Suplente da Secretaria Regional NE II: LEONCIO CAMINO RODRIGUES LARRAIN; Tesouraria da Regional NE II: ROBERTO DE ARAUJO FARIA; Suplente de Tesouraria da Regional NE II: MARIA DO SOCORRO XAVIER BATISTA; Vice-Presidente Regional NE III: JOSÉ DE SOUZA LEÃO; Suplente de Vice-Presidente Regional NE III: PASQUALINO ROMANO MAGNAVITA; Secretaria da

	Regional NE III: RÔMULO ANDRADE ROCHA; Suplente da Secretaria Regional NEIII: ARIVALDO MONTALVÃO FILHO; Tesouraria da Regional NE III: ERINALVA MEDEIROS FERREIRA; Suplente da Tesouraria da Regional N EIII: ROSSINE CERQUEIRA DA CRUZ.
--	---

DIRETORIA E PERÍODO	MEMBROS
1992-1994 AUTÔNOMA E DEMOCRÁTICA Posse: 22/6/1992	Presidente: MÁRCIO ANTÔNIO DE OLIVEIRA; 1º Vice –Presidente: PAULO MARCOS BORGES RIZZO; 2º Vice-Presidente: AMÉRICO ADLAI FRANCO SANSIGOLO KERR; 3º Vice-presidente: EDMUNDO FERNANDES DIAS; Secretário Geral: SILVIO FRANK ALLEN; 1º Secretário: VALTER DE ALMEIDA FREITAS; 2º Secretário: ANGELA MARIA FERREIRA TYGEL; 3º Secretário: MARIA DE FÁTIMA FELIX ROSAR; 1º Tesoureiro: ROBERTO LOPES DE ABREU; 2º Tesoureiro: AGAMENON TAVARES DE ALMEIDA; 3º Tesoureiro: JOANA NEVES; 1º Vice-Presidente Regional Norte: CLOMODIR MONTEIRO DA SILVA; 2º Vice-Presidente Regional Norte: ADILSON SIQUEIRA DE ANDRADE; 1º Vice-Presidente Regional NEI: DALTON MELO MACAMBIRA; 2º Vice-Presidente Regional NE I: MARIA DULCE SOUSA CASTELO; 1º Secretário Regional NE I: MARIA HERCÍLIA MOTA COELHO; 2º Secretário Regional NE I: CÂNDIDO AUGUSTO MEDEIROS JÚNIOR; 1º Tesoureiro Regional NE I: FRANCISCO LAERTE JUVÊNCIO MAGALHÃES; 2º Tesoureiro Regional NE I: SANDRA REGINA RODRIGUES DOS SANTOS; 1º Vice-Presidente Regional NEII: JOSEVALDO PESSOA DA CUNHA; 2º Vice-Presidente Regional NE II: SEMADA RIBEIRO ALVES DE AZEVEDO; 1º Secretário Regional NE II: ALEXANDRE ANTÔNIO GILI NÁDER; 2º Secretário Regional NE II: ROMERO ANTÔNIO MOURA LEITE; 1º Tesoureiro Regional NEII: LINDEMBERG MEDEIROS DE ARAÚJO; 2º Tesoureiro Regional NE II: MARIA DO CARMOS CORREIA LIMA; 1º Vice-Presidente Regional NE III: SOFIA OLSEZEWSKI FILHA; 2º Vice-Presidente Regional NE III: ANTÔNIO PONCIANO BEZERRA; 1º Secretário Regional NE III: EVELINE CORREIA GONÇALVES; 2º Secretário Regional NE III: EUDARDO UBIRAJARA RODRIGUES BATISTA; 1º Tesoureiro Regional NE III: SÉRGIO ARMANDO DINIZ GUERRA; 2º Tesoureiro Regional NEIII: RICARDO COELHO DE BARROS; 1º Vice-Presidente Regional Planalto: PEDRO MURRIETA SANTOS NETO; 2º Vice-Presidente Regional Planalto: VICENTE DE PAULA FALEIROS; 1º Vice-Presidente Regional Pantanal: EDWARD BERTHOLINE DE CASTRO; 2º Vice-Presidente Regional Pantanal: NALDSON RAMOS DA COSTA; 1º Vice-Presidente Regional Leste: DOMINGOS ANTÔNIO GIROLETTI; 2º Vice-Presidente Regional Leste: MARIA JOSÉ VIEIRA FÉRES; 1º Secretário Regional Leste: LÚCIA DE MACEDO SOARES POLI; 2º Secretário Regional Leste: EDSON PEREIRA CARSDOSO 1º Tesoureiro Regional Leste: JOSÉ ANTÔNIO ARMANELLI; 2º Tesoureiro Regional Leste: ANTÔNIO LIBÉRIO DE BORBA; 1º Vice-Presidente Regional Rio: JOANIR PEREIRA PASSOS; 2º Vice-Presidente Regional Rio: LUIZ CARLOS SOARES; 1º Secretário Regional Rio: JÚLIO CÉZAR VAZ DA SILVA; 2º Secretário Regional Rio: FREDERICO JOSÉ FALCÃO; 1º Tesoureiro Regional Rio: CELSO DE ALMEIDA E SILVA; 2º Tesoureiro Regional Rio: JOSÉ CARLOS XAVIER DA SILVA; 1º Vice-Presidente Regional São Paulo: LÚCIA HELENA LODI; 2º Vice-Presidente Regional São Paulo: FLÁVIO WOLF DE AGUIAR; 1º Secretário Regional São Paulo: SÉRGIO MANCINI NICOLAU; 2º Secretário Regional São Paulo: CARLOS ALBERTO OLIVIERI; 1º Tesoureiro Regional São Paulo: LUIZ CARLOS DE ALMEIDA; 2º Tesoureiro Regional São Paulo: GISLANE CECÍLIA DE OLIVEIRA CERVENY; 1º Vice-Presidente Regional Sul: ANAMARIA BECK; 2º Vice-Presidente Regional Sul: HIDEO ARAKI; 1º Secretário Regional Sul: ALBERTINA DUTRA SILVA; 2º Secretário Regional Sul: MARIA JOSEFINA POLLI KAWAKMURA; 1º Tesoureiro Regional Sul: EWERTON VIEIRA MACHADO; 2º Tesoureiro Regional Sul: JOÃO BATISTA MARTINS; 1º Vice-Presidente Regional Rio Grande do Sul: MARIA ADÉLIA PINHAL DE CARLOS; 2º Vice-Presidente Regional Rio Grande do Sul: PEDRO RABELO COELHO; 1º Secretário Regional Rio Grande do Sul: LEDA CARMEM WULFF GOBETTI; 1º Tesoureiro Regional Rio Grande do Sul: DORILDA GROLI; 2º Tesoureiro Regional Rio Grande do Sul: MARIA FANI SCHEIBEL.

DIRETORIA E PERÍODO	MEMBROS
1994-1996 AUTÔNOMA E DEMOCRÁTICA Posse: 30/6/1994	Presidente: LUIZ HENRIQUE SCHUCH ; 1º Vice-Presidente: ANAMARIA BECK; 2º Vice-Presidente: SÉRGIO ARMANDO DINIZ GUERRA; 3º Vice-Presidente: FERNANDO MOLINOS PIRES FILHO; Secretário Geral: EDMUNDO FERNANDES DIAS; 1º Secretário: LUIZ PAIVA CARAPETO; 2º Secretário: JOSEVALDO PESSOA DA CUNHA; 3º Secretário: GÉRIA MARIA MONTANARI FRANCO; 1º Tesoureiro: AGAMENON TAVARES DE ALMEIDA; 2º Tesoureiro: MARIA CRISTINA DE MORAES; 3º Tesoureiro: SOLANGE BRETAS; 1º Vice-Presidente Regional Norte: RAFFAELE AMAZONAS NOVELLINO; 2º Vice-Presidente Regional Norte: SOLANGE CALCAGNO GALVÃO; 1º Secretário Regional Norte: CARLOS LUIZ F. DA SILVA; 2º Secretário Regional: BENEDITA MARIA GOMES ESTEVES; 1º Tesoureiro Regional Norte: ANTÔNIO CARLOS WITKOSKI; 2º Tesoureiro Regional Norte: FLAVIO BATISTA SIMÃO; 1º Vice-Presidente Regional Nordeste I: FRANCISCO JOSÉ PINHEIRO; 2º Vice-Presidente Regional Nordeste I: ANTÔNIO DE PÁDUA RODRIGUES; 1º Secretário Regional Nordeste I: ÉVILA BRITO RIBEIRO; 2º Secretário Regional Nordeste I: CANDIDO AUGUSTO MEDEIROS JÚNIOR; 1º Tesoureiro Regional Nordeste I: YACI MENDONÇA DE ALMEIDA; 2º Tesoureiro Regional Nordeste I: ANA FERNANDES DA SILVA; 1º Vice-Presidente Regional Nordeste II: RUBENS FREIRE RIBEIRO; 2º Vice-Presidente Regional Nordeste II: FRANCISCO JOSÉ DE ARRUDA FILHO; 1º Secretário Regional Nordeste II: IBIRACI MARIA FERNANDES ROCHA; 2º Secretário Regional Nordeste II: MARÍLIA VIANA; 1º Tesoureiro Regional Nordeste II: LUIZ MANOEL DOMINGUES DO NASCIMENTO; 2º Tesoureiro Regional Nordeste II: EXPEDITO BARACHO JUNIOR; 1º Vice-

	<p>Presidente Regional Nordeste III: ANTÔNIO PONCIANO BEZERRA; 2º Vice-Presidente Regional Nordeste III: NILDON CARLOS SANTOS PITOMBO; 1º Secretário Regional Nordeste III: ELDA VIEIRA TRAMM; 2º Secretário Regional Nordeste III: ANTONIO PASSOS LIMA FILHO; 1º Tesoureiro Regional Nordeste III: TEREZINHA MARIA BARROS SANTOS; 2º Tesoureiro Regional Nordeste III: NILZO LIMA JÚNIOR; 1º Vice-Presidente Regional Leste: EVANDRO FERREIRA PASSOS; 2º Vice-Presidente Regional Leste: ANTÔNIO LIBÉRIO DE BORBA; 1º Secretário Regional Leste: ZÉLIA JUDITH LÓSS; 2º Secretário Regional Leste: MURILO CÁSSIO OLAVIER FAHEL; 1º Tesoureiro Regional Leste: JOSÉ ANTÔNIO ARMANELLI; 2º Tesoureiro Regional Leste: FREDERICO DA SILVA REIS; 1º Vice-Presidente Regional Planalto: PERPÉTUA DO SOCORRO DE MELLO; 2º Vice-Presidente Regional Planalto: MARIA ZOREIDE BRITTO MAIA; 1º Secretário Regional Planalto: MARIA JOSÉ DA SILVA; 2º Secretário Regional Planalto: ROZI MENDES DE MELO A. FILHA; 1º Tesoureiro Regional Planalto: ENOCH JOSÉ DA MOTA; 2º Tesoureiro Regional Planalto: MARIA AUXILIADORA CEZAR; 1º Vice-Presidente Regional Pantanal: HERMANO JOSÉ HONÓRIO DE MELO; 2º Vice-Presidente Regional Pantanal: TOMÁS DE AQUINO SILVEIRA BOAVENTURA; 1º Secretário Regional Pantanal: JOSÉ ANTÔNIO MENONI; 2º Secretário Regional Pantanal: MARIA DE SOUZA RODRIGUES; 1º Tesoureiro Regional Pantanal: PAULO RICARDO DA SILVA ROSA; 2º Tesoureiro Regional Pantanal: DIRCEU GASEL; 1º Vice-Presidente Regional Rio de Janeiro: MARGARIDA CARVALHO DE SANTANA; 2º Vice-Presidente Regional Rio de Janeiro: ROSANNE EVANGELISTA DIAS; 1º Secretário Regional Rio de Janeiro: LUIZ CARLOS SOARES; 2º Secretário Regional Rio de Janeiro: SÉRGIO GUIMARÃES LIMA; 1º Tesoureiro Regional Rio de Janeiro: IRLETE BRAGA DA TRINDADE; 2º Tesoureiro Regional Rio de Janeiro: RHONEDS ALDORA R. PENZ; 1º Vice-Presidente Regional São Paulo: SUELI MAZZILLI; 2º Vice-Presidente Regional São Paulo: MARIA VALÉRIA BARBOSA VERÍSSIMO; 1º Secretário Regional São Paulo: MARCOS NASCIMENTO MAGALHÃES; 2º Secretário Regional São Paulo: ELIAS BASILE TAMBOURGI; 1º Tesoureiro Regional São Paulo: CARLOS ALBERTO OLIVIERI; 2º Tesoureiro Regional São Paulo: SÔNIA REGINA PEREIRA; 1º Vice-Presidente Regional Sul: HIDEO ARAKI; 2º Vice-Presidente Regional Sul: MARIA DA GRAÇA NÓBREGA BOLLMANN; 1º Secretário Regional Sul: JOSÉ MÁRIO ANGELI; 2º Secretário Regional Sul: MARCOS CESAR DANHONI NEVES; 1º Tesoureiro Regional Sul: MARIA LUIZA REIS; 2º Tesoureiro Regional Sul: REGINA MARIA IGNARRA; 1º Vice-Presidente Regional Rio Grande do Sul: JOÃO CARLOS BRAHM COUSIN; 2º Vice-Presidente Regional Rio Grande do Sul: MAURO AUGUSTO B. DEL PINO; 1º Secretário Regional Rio Grande do Sul: MÉRIS ROSANE SILVA; 2º Secretário Regional Rio Grande do Sul: MARIA ANTONIETA DALL'IGNA; 1º Tesoureiro Regional Rio Grande do Sul: EDSON LUIZ LINDNER; 2º Tesoureiro Regional Rio Grande do Sul: VALÉRIO DE PATTA PILLAR</p>
--	--

DIRETORIA E PERÍODO	MEMBROS
<p>1996-1998 AUTÔNOMA E DEMOCRÁTICA Posse: 28/6/1996</p>	<p>Presidente: MARIA CRISTINA DE MORAIS; 1º Vice-Presidente: FERNANDO MOLINOS PIRES FILHO; 2º Vice-Presidente: HEITOR GAUDENCI JUNIOR; 3º Vice-Presidente: ALMIR SERRA MARTINS MENEZES FILHO; Secretário Geral: MÁRCIO ANTÔNIO DE OLIVEIRA; 1º Secretário: LUIZ PAIVA CARAPETO; 2º Secretário: GÉRIA MARIA MONTANARI FRANCO; 3º Secretário: LAFAIETE SANTOS NEVES; 1º Tesoureiro: SOLANGE BRETAS; 2º Tesoureiro: ANTÔNIO DE PÁDUA RODRIGUES; 3º Tesoureiro: RUBENS FREIRE RIBEIRO; 1º Vice-Presidente Norte: SOLANGE CALCAGNO GALVÃO; 2º Vice-Presidente Norte: GRAUBEN JOSÉ ALVES DE ASSIS; 1º Secretário Regional Norte: CLEIDE SIZO; 2º Secretário Regional Norte: CARLOS LUIS FERREIRA DA SILVA; 1º Tesoureiro Regional Norte: ARMANDO DOS SANTOS ALVES FILHO; 2º Tesoureiro Regional Norte: RAFFAELE AMAZONAS NOVELLINO; 1º Vice-Presidente Regional Nordeste I: CIRO NOGUEIRA FILHO; 2º Vice-Presidente Regional Nordeste I: MARIA CÉLIA LEAL E SILVA; 1º Secretário Regional Nordeste I: SANDOVAL RIBEIRO SENA; 2º Secretário Regional Nordeste I: CRISTIANO MATIAS NETO; 1º Tesoureiro Regional Nordeste I: YACY MENDONÇA DE ALMEIDA; 2º Tesoureiro Regional Nordeste I: MARIA DO SOCORRO C. MACHADO; 1º Vice-Presidente Regional Nordeste II: FRANCISCO JOSÉ DE ARRUDA FILHO; 2º Vice-Presidente Regional Nordeste II: ARGUS VASCONCELOS DE ALMEIDA; 1º Secretário Regional Nordeste II: IBIRACI MARIA FERNANDES ROCHA; 2º Secretário Regional Nordeste II: MARIA BERNARDETE DA NÓBREGA; 1º Tesoureiro Regional Nordeste II: LUÍS MANUEL D. DO NASCIMENTO; 2º Tesoureiro Regional Nordeste II: MARIA DA SALETE BARBOSA DE FARIAS; 1º Vice-Presidente Nordeste III: MARIA LIA DO PERPETUO DO SOCORRO S. E REIS; 2º Vice-Presidente Nordeste III: LUIZ ALBERTO DOS SANTOS; 1º Secretário Regional Nordeste III: ELDA VIEIRA TRAMM; 2º Secretário Regional Nordeste III: NILDON CARLOS SANTOS PITOMBO; 1º Tesoureiro Regional Nordeste III: TEREZINHA MARIA BARROS SANTOS; 2º Tesoureiro Regional Nordeste III: EDUARDO UBIRAJARA RODRIGUES BATISTA; 1º Vice-Presidente Regional Leste: JACQUELINE DE BLASI; 2º Vice-Presidente Regional Leste: LUIZ FERNANDO DE CARVALHO; 1º Secretário Regional Leste: ARMANDO CHAVES CORRÊA; 2º Secretário Regional Leste: VÂNIA MARIA LOSADA MOREIRA; 1º Tesoureiro Regional Leste: LIZIA MARIA PORTO RAMOS; 2º Tesoureiro Regional Leste: WILSON GUILHERME ACÁCIO; 1º Vice-Presidente Regional Planalto: MIRIAM BIANCA AMARAL RIBEIRO; 2º Vice-Presidente Regional Planalto: ELIANE MARTINS DE FREITAS; 1º Secretário Regional Planalto: LAURINDO ELIAS PEDROSA; 2º Secretário Regional Planalto: WAGNER DE MELO FERREIRA; 1º Tesoureiro Regional Planalto: ENOCH JOSÉ DA MATA; 2º Tesoureiro Regional Planalto: MARIA DA CONCEIÇÃO SILVA; 1º Vice-Presidente Regional Pantanal: ROBERTO BOAVENTURA DA SILVA SÁ; 2º Vice-Presidente Regional Pantanal: HERMANO JOSÉ HONÓRIO DE MELO; 1º Secretário Regional Pantanal: IRENILDA ANGELA DOS SANTOS; 2º Secretário Regional Pantanal: RENATO GOMES NOGUEIRA; 1º Tesoureiro Regional Pantanal: PIO PENA FILHO; 2º Tesoureiro Regional Pantanal: ORDÁLIA ALVES DE ALMEIDA; 1º Vice-Presidente Regional Rio de Janeiro: MARGARIDA CARVALHO DE SANTANA; 2º Vice-</p>

	<p>Presidente Regional Rio de Janeiro: IRLETE BRAGA DA TRINDADE; 1º Secretário Regional Rio de Janeiro: JOSÉ GLAUCO RIBEIRO TOSTES; 2º Secretário Regional Rio de Janeiro: ROBERTO HOUAISS; 1º Tesoureiro Regional Rio de Janeiro: MARCOS PEIXOTO; 2º Tesoureiro Regional Rio de Janeiro: VERA MARIA ROCHA REBELO PINTO. 1º Vice-Presidente Regional São Paulo: ZILDO GALLO; 2º Vice-Presidente Regional São Paulo: PAULO MARTINS; 1º Secretário Regional São Paulo: GILBERTO LOPES TEIXEIRA; 2º Secretário Regional São Paulo: RONALDO SCHUBERT SOUTO; 1º Tesoureiro Regional São Paulo: OSWALDO ALVES MORA; 2º Tesoureiro Regional São Paulo: CLAUDINEY LOURENÇO. 1º Vice-Presidente Regional Sul: MARIA DA GRAÇA NÓBREGA BOLLMANN; 2º Vice-Presidente Regional Sul: MARIA LUIZA DOMINGUES; 1º Secretário Regional Sul: MARIA SUELY SOARES LEONART; 2º Secretário Regional Sul: RICARDO TRISKA; 1º Tesoureiro Regional: OGLACIR CARDOSO; 2º Tesoureiro Regional Sul: SANDRA REGINA DE OLIVEIRA GARCIA. 1º Vice-Presidente Regional Rio Grande do Sul: MÉRÍ ROSANE SILVA; 2º Vice-Presidente Regional Rio Grande do Sul: DENISE M. BUSSOLETT; 1º Secretário Regional Rio Grande do Sul: LUÍS FERNANDO MINASI; 2º Secretário Regional Rio Grande do Sul: WALCIR B. V. CORVELLO; 1º Tesoureiro Regional Rio Grande do Sul: CARLOS ALBERTO OLIVEIRA DA SILVA; 2º Tesoureiro Regional Rio Grande do Sul: MARIA LETÍCIA M. FERREIRA.</p>
--	---

DIRETORIA E PERÍODO	MEMBROS
<p>1998-2000 GANHAR A ANDES PARA NÃO PERDER A UNIVERSIDADE Posse: 26/6/1998</p>	<p>Presidente: RENATO DE OLIVEIRA; 1º Vice Presidente: DALTON MELO MACAMBIRA; 2º Vice Presidente: ANIBAL SANCHES MOURA; 3º Vice Presidente: FRANCISCO JAIME BEZERRA MENDONÇA; Secretário Geral: OSMAR DE OLIVEIRA MARCHESE; 1ª Secretária: CIOMARA MARIA PÉREZ NUNES; 2ª Secretária: CLAUDET COELHO GUEDES; 3º Secretário: MILTON DIVINO MUNIZ; 1º Tesoureiro: MÁRCIO FLORENTINO PEREIRA; 2º Tesoureiro: AURÉLIO GONÇALVES DE LACERDA; 3º Tesoureira: OTÁVIA FERNANDES DE SOUZA RODRIGUES; 1º Vice Presidente Regional RS: LÍGIA MARIA ÁVILA; 2º Vice Presidente Regional RS: MÁRIO LUIZ DAME WREGE; 1º Secretário Regional RS: CLÁUDIO SCHERER; 2º Secretário Regional RS: ERNESTO LUIZ GOMES ALQUATI; 1º Tesoureiro Regional RS: DIOGE ALCENO KONRAD; 2º Tesoureiro Regional RS: BEATRIZ ANA LONER; 1º Vice Presidente Regional Sul: JOSÉ ROBERTO BRAGA PORTELLA; 2º Vice Presidente Regional Sul: ANAMARIA BECK; 1ª Secretária Regional Sul: EDNA GARCIA MACIEL FIOD; 2ª Secretária Regional Sul: MARY STELA MÜLLER; 1ª Tesoureira Regional Sul: NAIR FILHA MORO; 2º Tesoureiro Regional Sul: DENISE MARIA MAIA; 1º Vice Presidente Regional São Paulo: JOSÉ LÚCIO MARTINS MACHADO; 2º Vice Presidente Regional São Paulo: RENATO DAGNINO; 1ª Secretária Regional São Paulo: ADELAIDE JOSÉ; 2ª Secretária Regional São Paulo: LUIZ ALFREDO CHINALI; 1º Tesoureiro Regional São Paulo: ANTÔNIO LUIZ CALDAS JÚNIOR; 2º Tesoureiro Regional São Paulo: ROLF DIETER ILLG; 1º Vice Presidente Regional Rio: EDUARDO GONÇALVES SERRA; 2º Vice Presidente Regional Rio: CELSO DE ALMEIDA E SILVA; 1ª Secretária Regional Rio: MARIA CÉLIA ELIAS SENRA; 2º Secretário Regional Rio: ROBERTO LOPES DE ABREU; 1º Tesoureiro Regional Rio: ALEX PINA DE ALMEIDA; 2º Tesoureiro Regional Rio: LUCI MOBILIO GOMES PINTO; 1º Vice Presidente Regional Leste: JOSÉ EUSTÁQUIO DINIZ ALVES; 2º Vice Presidente Regional Leste: EUCLÍDES HONÓRIO DE ARAÚJO; 1º Secretário Regional Leste: HÉLCIO QUEIROZ BRAGA; 2º Secretário Regional Leste: LÚCIO FLÁVIO FERREIRA COSTA; 1ª Tesoureira Regional Leste: VALQUIRIA ROCHA DAHER; 2º Tesoureiro Regional Leste: PAULO AUGUSTO MOREIRA CAMARGOS; 1º Vice Presidente Regional Planalto: BENÍCIO VIERO SCHMIDT; 2º Vice Presidente Regional Planalto: MARCO ANTÔNIO SPERB LEITE; 1º Secretário Regional Planalto: MARCELO GUINA FERREIRA; 2ª Secretária Regional Planalto: MARIA DE LOURDES TEODORO; 1º Tesoureiro Regional Planalto: VANILTO CAMILO DE SOUZA; 2ª Tesoureira Regional Planalto: LADY SAKAI; 1º Vice Presidente Regional Pantanal: LUIZ CARLOS DE FREITAS; 2º Vice Presidente Regional Pantanal: VILMA LÚCIA DE MORAES COUTO ALBIZZATI; 1º Secretário Regional Pantanal: LAURO BULATY; 2º Secretário Regional Pantanal: ACIR FONSECA MONTECCHI; 1º Tesoureiro Regional Pantanal: JORGE AZAMBUJA GUTIERREZ SILVA; 2º Tesoureiro Regional Pantanal: BENEDITO ZACARIAS DA SILVA; 1º Vice Presidente Regional NE III: ROBÉRIO MARCELO RODRIGUES RIBEIRO; 2º Vice Presidente Regional NE III: ANTÔNIO PASSOS LIMA FILHO; 1ª Secretária Regional NE III: IVANÊ DANTAS COIMBRA; 2º Secretário Regional NE III: CRESO COTRIM COELHO; 1ª Tesoureira Regional NE III: SILVIA MARIA LEITE DE ALMEIDA; 2ª Tesoureira Regional NE III: MARIA APARECIDA BATISTA DE OLIVEIRA; 1º Vice Presidente Regional NE II: MARIA AUXILIADORA LEAL CAMPOS; 2º Vice Presidente Regional NE II: MARCUS VINÍCIUS BASTOS SILVA; 1º Secretário Regional Ne II: MAURINO MEDEIROS DE SANTANA; 2º Secretário Regional NE II: FRANCISCO PAULO DA SILVA; 1º Tesoureiro Regional NE II: JOSÉ CRISTOVÃO DE ANDRADE; 2ª Tesoureira Regional Ne II: SELMA BEZERRA DE SOUZA E SILVA; 1º Vice Presidente Regional NE I: HELENA SERRA AZUL MONTEIRO; 2º Vice Presidente Regional NE I: MÁRIO ÂNGELO DE MENESES SOUZA; 1ª Secretária Regional NE I: MARIA DE FÁTIMA DE OLIVEIRA LIMA; 2º Secretário Regional NE I: HELDER MACHADO PASSOS; 1ª Tesoureira Regional NE I: HELENA SELMA AZEVEDO; 2ª Tesoureira Regional NE I: MARIA DAS DORES P. CORRÊA; 1º Vice Presidente Regional Norte: FERNANDO ARTHUR DE FREITAS NEVES; 2º Vice Presidente Regional Norte: FRANCILENE DOS SANTOS RODRIGUES; 1º Secretário Regional Norte: RICARDO JOSÉ TORQUATO DE PAIVA; 2ª Secretária Regional Norte: MOEMA PINHEIRO DE SOUZA; 1º Tesoureiro Regional Norte: ORLANDO TADEU LIMA DE SOUZA; 2º Tesoureiro Regional Norte: MANOEL CARLOS NERI DA SILVA;</p>
DIRETORIA E PERÍODO	MEMBROS
2000 – 2002	<p>Presidente: ROBERTO LEHER; 1º Vice-Presidente: FERNANDO MOLINOS PIRES FILHO; 2º Vice-Presidente: MARIA LIA SILVA E REIS-ADUCSal S.Sind, 3º Vice-Presidente: MARINA BARBOSA</p>

<p align="center">ANDES-AD (AUTÔNOMA E DEMOCRÁTICA) Posse: 22/6/2000</p>	<p>PINTO– ADUFF S. Sind; Secretário Geral: EDMUNDO FERNANDES DIAS–ADUNICAMP, 1ª Secretária: LENA LÚCIA ESPÍNDOLA RODRIGUES FIGUEIRÊDO – ADUFF S.Sind., 2ª Secretária: ANA LÚCIA BARBOSA FÁRIA–SINDCEFET., 3ª Secretária: CLÁUDIA GONÇALVES DE LIMA–ASDUERJ., 1º Tesoureiro: JOSÉ DOMINGUES DE GODOI FILHO–ADUFMAT S.Sind., 2º Tesoureiro: ANTONIO LUIZ DE ANDRADE – ADUNESP S.Sind., 3ª Tesoureira: CELI ZULKE TAFFAREL – APUB S. Sind., 1ª Vice-Presidente Regional Norte: VERA LUCIA JACOB CHAVES – ADUFPA S. Sind., 2º Vice-Presidente Regional Norte: ANTÔNIO JOSÉ VALE DA COSTA – ADUA S.Sind., 1ª Secretária Regional Norte: BERENICE CARVALHO – ADUA – S. Sind., 2º Secretário Regional Norte: HENRIQUE DOS SANTOS PEREIRA – ADUA S.Sind., 1ª Tesoureira Regional Norte: SOLANGE CALCAGNO GALVÃO – ADUFPA S.Sind., 2º Tesoureiro Regional Norte: ARNÓBIO AMANAJÁS TOCANTINS NETO – ADFCAP S. Sind; 1º Vice-Presidente Regional Ne I: FRANCI GOMES CARDOSO – APRUMA S.Sind ; 2º Vice-Presidente Regional Ne I: ANTÔNIO DE PÁDUA RODRIGUES – ADUFPI; 1ª Secretária Regional Ne I: MARIA DULCE SOUZA CASTELO – ADUFC S.Sind; 2ª Secretária Regional Ne I: SILVANA MARTINS DE ARAUJO – APRUMA S.Sind; 1º Tesoureiro Regional Ne I: IBERÊ GUIMARÃES AGUIAR – ADUFC S.Sind; 2ª Tesoureira Regional Ne I: MARIA DA CONCEIÇÃO LOBATO MUNIZ - APRUMA S.Sind; 1ª Vice-Presidente Regional Ne II: MARIA ELISABETE DE ALMEIDA – ADUFPB-JP S.Sind; 2ª Vice-Presidente Regional Ne II: MARIA MARIETA DOS SANTOS KOIKE – ADUFEPE S.Sind; 1º Secretário Regional Ne II: ALMIR SERRA MARTINS MENEZES FILHO – ADURN S.Sind; 2º Secretário Regional Ne II: GERALDO MARQUES CARNEIRO – ADFURRN S.Sind; 1º Tesoureiro Regional Ne II: EXPEDITO BARACHO JÚNIOR – ADUFERPE S.Sind; 2º Tesoureiro Regional Ne II: JOSEVALDO PESSOA DA CUNHA – ADUFPB CG S.Sind; 1º Vice-Presidente Regional Ne III: RUI BELÉM DE ARAÚJO – ADUFS S.Sind; 2º Vice-Presidente Regional Ne III: MARIA CRISTINA DA ROCHA MENDES – ADUFAL S.Sind; 1º Secretário Regional Ne III: ANTÔNIO PONCIANO BEZERRA – ADUFS S.Sind; 2º Secretário Regional Ne III: CARLOS ZACARIAS FIGUEIRÔA DE SENA JÚNIOR – ADUNEB S.Sind; 1º Tesoureiro Regional Ne III: JOÃO PEREIRA LEITE – ADUCSAL S.Sind/APUB S.Sind; 2º Tesoureiro Regional Ne III: OSANÁ MACEDO REIS – APUNI S.Sind; 1ª Vice-Presidente Regional Leste: ANGELA M. S. FERREIRA – ASPUV S.Sind; 2º Vice-Presidente Regional Leste: VALTER PIRES PEREIRA – ADUFES S.Sind; 1º Secretário Regional Leste: JAIRO JUSTINO DA S. FILHO – SINDCEFET-MG; 2º Secretário Regional Leste: EUNICE MARIA GODINHO MORANDO – APESJF S.Sind; 1ª Tesoureira Regional Leste: VERA LÚCIA TOMÁZ FRÓES – APUBH S.Sind; 2º Tesoureiro Regional Leste: JOSÉ MONSERRAT NETO – ASPESAL; 1º Vice-Presidente Regional Planalto: CLÁUDIO LOPES MAIA – ADCAC S.Sind; 2º Vice-Presidente Regional Planalto: FERNANDO MASCARENHAS ALVES – ADUFG S.Sind; 1º Secretário Regional Planalto: MARCUS JARY NASCIMENTO – ADCAC S.Sind; 2ª Secretária Regional Planalto: NÁDIA MARIA FARIAS VAZ - SESDUNIANA S. Sind; 1º Tesoureiro Regional Planalto: ALCIR HORÁCIO DA SILVA – ADUFG S.Sind; 2º Tesoureiro Regional Planalto: ANDRÉ LUIZ DOS SANTOS – ADCAJ S.Sind; 1º Vice-Presidente Regional Pantanal: CARLOS ROBERTO SANCHES – ADUFMAT S.Sind; 2º Vice-Presidente Regional Pantanal: MÁRIO LUIZ ALVES – ADOURADOS-S.Sind.; 1º Secretário Regional Pantanal: SÉRGIO SEBASTIÃO NÉGRI – ADUFMAT-Roo S.Sind; 2º Secretário Regional Pantanal: MARINA EVARISTO WENCESLAU – ADUEMS S.Sind; 1º Tesoureiro Regional Pantanal: CARLOS ALBERTO COSTA ANDRADE – ADUFMAT S.Sind; 2º Tesoureiro Regional Pantanal: CLÁUDIO FREIRE DE SOUZA – ADOURADOS-S.Sind.; 1º Vice-Presidente Regional SP: JOSÉ VITÓRIO ZAGO – ADUNICAMP; 2ª Vice-Presidente Regional SP: MARÍLIA LEITE WASHINGTON – ADUFSCar S.Sind.1º Secretário Regional SP: JOÃO ZANETIC – ADUSP S.Sind; 2ª Secretária Regional SP: GIANE SANT’ANA ALVES DE OLIVEIRA – ADUNIMEP S.Sind; 1ª Tesoureira Regional SP: ROSEMARIE ANDREAZZA – ADEPM; 2º TESOUREIRO REGIONAL SP: VANDEÍ PINTO DA SILVA – ADUNESP S. Sind; 1º Vice-Presidente Regional RJ: MARCELO BADARÓ MATTOS – ADUFF S.Sind., 2ª Vice-Presidente Regional RJ: MARIA CRISTINA MIRANDA DA SILVA – ADUFRJ S. Sind; 1ª Secretária Regional RJ: GELTA TEREZINHA RAMOS XAVIER – ADUFF S.Sind; 2º Secretário Regional RJ: JOSÉ EUSTÁCHIO BRUNO – ASDUERJ; 1º Tesoureiro Regional RJ: FREDERICO JOSÉ FALCÃO – ADUR RJ S. Sind; 2º Tesoureiro Regional RJ: DELSON LIMA FILHO – ADUR RJ S.Sind; 1ª Vice-Presidente Regional Sul: MARIA DA GRAÇA NÓBREGA BOLLMANN – APUFSC S.Sind; 2º Vice-Presidente Regional Sul: LUIZ ALLAN KUNZLE – SINDOCEFET PR S. Sind; 1ª Secretária Regional Sul: MARIA SUELY SOARES LEONART – APUFPR S.Sind; 2º Secretário Regional Sul: FÁBIO LUIZ LOPES DA SILVA – APUFSC S.Sind; 1º Tesoureiro Regional Sul: JOÃO FRANCISCO RICARDO KASTNER NEGRÃO – APUFPR S. Sind; 2º Tesoureiro Regional Sul: ADELINO CARLOS MACCARINI – SINDOCEFET PR/Pato Branco; 1º Vice-Presidente Regional RS: LUIZ CARLOS GONÇALVES LUCAS – ADUFPEL S.Sind ; 2º Vice-Presidente Regional RS: ADRIANO SEVERO FIGUEIRÓ – SEDUFMS S.Sind; 1º Secretário Regional RS: LUIS FERNANDO MINASI – APROFURG S.Sind; 2ª Secretária Regional RS: LAURA SOUZA FONSECA – ADUFRGS – S.Sind; 1º Tesoureiro Regional RS: FERNANDO ROSA NASCIMENTO – ADUFRGS S.Sind; 2ª Tesoureira Regional RS: ELAINE DA SILVA NEVES – ADUFPel S.Sind;</p>
--	--

DIRETORIA E PERÍODO	MEMBROS
<p align="center">2002 – 2004 ANDES-AD (AUTÔNOMA E DEMOCRÁTICA) Posse: 21/6/2002</p>	<p>Presidente: LUIZ CARLOS GONÇALVES LUCAS – ADUFPel S.Sind, 1º Vice-Presidente: JOSÉ DOMINGUES DE GODOI FILHO – ADUFMAT S.Sind, 2º Vice-Presidente: OSVALDO COGGIOLA – ADUSP S.Sind. 3ª Vice-Presidente: MARIA LIA SILVA E REIS – ADUCSal S.Sind. Secretária Geral: CELI ZULKE TAFFAREL – APUB S. Sind. 1ª Secretária: ANA LÚCIA BARBOSA FÁRIA – SINDCEFET – MG 2º Secretário: MARLON FREIRE DE MELO – ADUFEPE S.Sind. 3ª Secretária: MARIA CRISTINA MIRANDA DA SILVA – ADUFRJ S. Sind. 1º Tesoureiro: JOSÉ VITÓRIO ZAGO – ADUNICAMP. 2º Tesoureiro: ANTÔNIO LUIZ DE ANDRADE – ADUNESP S.Sind. 3º Tesoureiro: ALMIR SERRA MARTINS MENEZES FILHO – ADURN S.Sind. REGIONAL NORTE I: 1º Vice-Presidente: ANTÔNIO JOSÉ VALE DA COSTA – ADUA S.Sind.; 2º Vice-Presidente: JORGE LUIZ</p>

COIMBRA DE OLIVEIRA – ADUNIR S.Sind.;1º **Secretária:** JANARI RUI NEGREIROS – SESDUFRR; 2º **Secretária:** ELOÍSA WINTER NASCIMENTO – ADUFAC S.Sind.;1º **Tesoureiro:** WELTON YUDI ODA – ADUA S.Sind.; 2º **Tesoureiro:** EDILSON LOBO DO NASCIMENTO – ADUNIR S.Sind.

REGIONAL NORTE II: 1º **Vice-Presidente:** VERA LUCIA JACOB CHAVES – ADUFPA S. Sind.;2º **Vice-Presidente:** ADÉLIA BENEDITA COELHO DOS SANTOS – ADFCAP S.Sind.;1º **Secretária:** ANA ROSA PEIXOTO DE BRITO – ADUFPA S.Sind.;2º **Secretária:** TEREZINHA DE JESUS AMARAL TORRES – ADUFPA S.Sind.;1º **Tesoureiro:** BENEDITO GOMES SANTOS FILHO – ADFCAP S.Sind.; 2º **Tesoureiro:** ARTHUR LEANDRO DE MORAES MAROJA – SINDUFAP.

REGIONAL NORDESTE I: 1º **Vice-Presidente:** JOSÉ EUDES BAIMA BEZERRA – VPR NEI; 2º **Vice-Presidente:** ROSILDA SILVA DIAS – APRUMA S.Sind.;1º **Secretário:** JOSÉ ALÉXIS BEZERRA LEITE – ADUFPI S.Sind.; 2º **Secretária:** MARIA CÉLIA LEAL E SILVA – ADCESP S.Sind.;1º **Tesoureiro:** FRANCISCO ANTÔNIO LOIOLA – ADUFC S.Sind.; 2º **Tesoureira:** MARIA DA CONCEIÇÃO LOBATO MUNIZ – APRUMA S.Sind. **REGIONAL NORDESTE II:** 1º **Vice-Presidente:** JOSEVALDO PESSOA DA CUNHA – ADUFPB-CG S.Sind. 2º **Vice-Presidente:** ZENILDE M. B. DE MORAIS – ADUFERPE S.Sind.; 1º **Secretária:** IBIRACI MARIA FERNANDES ROCHA – ADURN S.Sind.; 2º **Secretária:** MARIA LUIZA MARTINS ALÉSSIO – ADUFEPE S.Sind.; 1º **Tesoureiro:** RUBENS FREIRE RIBEIRO - ADUFPB-JP S.Sind.; 2º **Tesoureiro:** EMANUEL PEREIRA BRAZ – ADFURRN S.Sind. **REGIONAL NORDESTE III:** 1º **Vice-Presidente:** MARIA CRISTINA DA ROCHA MENDES – ADUFAL S.Sind.; 2º **Vice-Presidente:** ANTÔNIO PONCIANO BEZERRA – ADUFS S.Sind.;1º **Secretária:** CLAUDETE SALES SAMPAIO - ADUFS S.Sind.;2º **Secretária:** FERDINAND MARTINS DA SILVA – ADUSC S.Sind.;1º **Tesoureira:** TEREZINHA MARIA BARROS SANTOS - ADUCSAL S.Sind.; 2º **Tesoureiro:** HARMENSZ VAN RIN MORAIS DE ASSIS – APUNI S.Sind.

REGIONAL PLANALTO: 1º **Vice-Presidente:** ALCIR HORÁCIO DA SILVA – ADUFG S.Sind.; 2º **vice-presidente:** ANA CARLA DIAS CARVALHO – ADCAC S.Sind.; 1º **Secretária:** ALEJANDRA LEONOR PASCUAL - ADUnB S. Sind.; 2º **Secretário:** ENOCH JOSÉ DA MATA – ADUFG S.Sind.; 1º **Tesoureira:** SÍLVIA ROSA SILVA ZANOLLA - ADUFG S.Sind.; 2º **Tesoureira:** ZILDA DE FÁTIMA MARIANO - ADCAJ S.Sind.; **REGIONAL PANTANAL:** 1º **Vice-Presidente:** CARLOS ROBERTO SANCHES – ADUFMAT S.Sind.; 2º **Vice-Presidente:** MÁRIO LUIZ ALVES – ADourados S. Sind.;1º **Secretário:** AQUILES LAZZAROTTO - ADUFMAT S.Sind.; 2º **Secretário:** Hermano J. H. De Melo – ADUFMS S.Sind.;1º **Tesoureiro:** PEDRO DE ASSIS E SILVA FILHO - ADUFMAT S.Sind.;2º **Tesoureiro:** ODIVAL FACENDA - ADUEMS S. Sind. **REGIONAL LESTE:** 1º **Vice-Presidente:** ELISABETH ORLETTI - ADUFES S.Sind.; 2º **Vice-Presidente:** ANGELA M. S. FERREIRA – ASPUV S.Sind.;1º **secretária:** MARIA ROSIMARY SOARES DOS SANTOS – APUBH S.Sind.; 2º **Secretária:** EUNICE MARIA GODINHO MORANDO – APESJF S.Sind.; 1º **Tesoureiro:** GILBERTO MARQUES PEREIRA - SINDCEFET-MG; 2º **Tesoureiro:** VALTER PIRES PEREIRA – ADUFES S.Sind.

REGIONAL RIO DE JANEIRO: 1º **Vice-Presidente:** JANETE LUZIA LEITE – ADUFRJ S.Sind.; 2º **Vice-Presidente:** CLÁUDIA MARCH FROTA SOUZA - ADUFF S.Sind.; 1º **Secretário:** MARCELO CASTANHEIRA FERREIRA – ADUNIRIO S.Sind.; 2º **Secretário:** JOSÉ EUSTÁCHIO BRUNO – ASDUERJ; 1º **Tesoureiro:** FREDERICO JOSÉ FALCÃO – ADUR RJ S. Sind.; 2º **Tesoureira:** GELTA TEREZINHA RAMOS XAVIER – ADUFF S.Sind. **REGIONAL SÃO PAULO:** 1º **Vice-Presidente:** MARÍLIA LEITE WASHINGTON – ADUFSCar S.Sind.; 2º **vice-presidente:** ELISALDO L. A CARLINI – ADUNIFESP S.Sind.; 1º **Secretário:** MARCO ANTONIO SPERL DE FARIA - ADUNIMEP S.Sind.; 2º **Secretária:** ANA MARIA RAMOS ESTEVÃO - ADUNESP S. Sind.; 1º **Tesoureiro:** ADOLPHO HENGELTRAUB – ADUNICAMP; 2º **Tesoureiro:** RUBENS BARBOSA DE CAMARGO – ADUSP S.Sind. **REGIONAL SUL:** 1º **Vice-Presidente:** ANTONIO DE PÁDUA BOSI – ADUNIOESTE S.Sind.; 2º **Vice-Presidente:** JOÃO FRANCISCO RICARDO K. NEGRÃO – APUFPR S.Sind.; 1º **Secretário:** LUIZ ALLAN KUNZLE – SINDOCEFET-PR; 2º **Secretário:** EVARISTO COLMAN – ADUEL; 1º **Tesoureiro:** ADILSON GIL TAVARES – SINDOCEFET-PR; 2º **Tesoureiro:** CÁSSIO JOAQUIM MOLETTA – APUFPR S.Sind. **REGIONAL RIO GRANDE DO SUL:** 1º **Vice-Presidente:** CERES MARIA RAMIRES TORRES – ADUFPEL S.Sind.; 2º **Vice-Presidente:** LEDA CARMEN WULFF GOBETTI - ADUFRGS S.Sind.; 1º **Secretário:** FRANCISCO CARLOS DUARTE VITÓRIA - ADUFFPel S.Sind.; 2º **Secretária:** REJANE TEREZINHA PEREIRA DOS SANTOS – SEDUFMS; 1º **Tesoureiro:** ÂNGELO F. MAFFISSONI – APROFURG S.Sind.; 2º **Tesoureiro:** NELTON LUIS DRESCH – ADUFRGS S.Sind.

DIRETORIA E PERÍODO	MEMBROS
<p style="text-align: center;">2004 – 2006</p> <p style="text-align: center;">ANDES AUTÔNOMA E DEMOCRÁTICA Posse: 17/6/2004</p>	<p>Presidente: MARINA BARBOSA PINTO - ADUFF S.Sind., 1º Vice-Presidente: PAULO MARCOS BORGES RIZZO - APUFSC S.Sind., 2º Vice-Presidente: OSVALDO COGGIOLA - ADUSP S.Sind., 3º Vice-Presidente: MARIA INÊS CORRÊA MARQUES - APUB S.Sind. e ADUCSAL S.Sind., Secretário Geral: MÁRCIO ANTÔNIO DE OLIVEIRA - APES-JF S.Sind., 1ª secretária: MILENA MARTINEZ - APUFPR - S.Sind., 2ª Secretária: CÉRES MARIA RAMIRES TORRES - ADUFPEL S.Sind., 3º Secretário: EDMUNDO FERNANDES DIAS - ADUNICAMP, 1º Tesoureiro: ANTÔNIO DE PÁDUA BOSI - ADUNIOESTE S.Sind., 2ª Tesoureira: ZENILDE MOREIRA BORGES DE MORAIS - ADUFERPE S.Sind., 3ª Tesoureira: EDNA MARIA MAGALHÃES DO NASCIMENTO - ADUFPI S.Sind., REGIONAL NORTE I: 1º Vice-Presidente: JORGE LUIZ COIMBRA DE OLIVEIRA - ADUNIR S.Sind., 2º Vice-Presidente: FRANCISCO JACOB PAIVA DA SILVA - ADUA S.Sind., 1ª Secretária: NAZIRA CORREIA CAMELY - ADUFAC S.Sind., 2º Secretário: FRANCISCO DE PAULA BRITO - SEDUF-RR, 1º Tesoureiro: CARLOS LUIS FERREIRA DA SILVA - ADUNIR S.Sind., 2ª Tesoureira: ANA CRISTINA FERNANDES MARTINS - ADUA S.Sind. REGIONAL NORTE II: 1ª Vice-Presidente: SUELENE LEITE PAVÃO - ADUFPA S.Sind., 2ª Vice-Presidente: MARINALVA SILVA OLIVEIRA - SINDUFAP, 1º Secretário: PAULO DE JESUS SANTOS - ADFCAP S.Sind., 2ª Secretária: OLGAÍSES CABRAL MAUÉS - ADUFPA S.Sind., 1º Tesoureiro: BENEDITO GOMES SANTOS FILHO - ADFCAP S.Sind., 2ª Tesoureira: SANDRA BERNADETE MOREIRA - ADUFPA S.Sind. REGIONAL NORDESTE I: 1ª vice-presidente: ROSILDA SILVA DIAS - APRUMA S.Sind., 2ª Vice-Presidente: MARIA DO CÉU DE LIMA - ADUFC S.Sind., 1º Secretário: ANTÔNIO DE PÁDUA RODRIGUES - ADUFPI S.Sind., 2º Secretário: EMMANOEL LIMA FERREIRA - SINDURCA, 1º Tesoureiro: JOSÉ MENEZES GOMES - APRUMA S.Sind., 2º Tesoureiro: NOUGA CARDOSO BATISTA - ADCESP S.Sind. REGIONAL NORDESTE II: 1ª Vice-Presidente: IBIRACI MARIA FERNANDES ROCHA - ADURN S.Sind., 2º Vice-Presidente: LEVY PAES BARRETO - ADUFERPE S.Sind., 1ª Secretária: SIMONE SETTE LOPES - ADUFEPE S.Sind., 2º Secretário: CARLOS AUGUSTO DE AMORIM CARDOSO - ADUFPB S.Sind., 1º Tesoureiro: RUBENS FREIRE RIBEIRO - ADUFPB S.Sind., 2º Tesoureiro: GERALDO MARQUES CARNEIRO - ADFURRN S.Sind. REGIONAL NORDESTE III: 1ª Vice-Presidente: ZÓZINA MARIA ROCHA DE ALMEIDA - ADUNEB S.Sind., 2ª Vice-Presidente: TEREZINHA MARIA BARROS SANTOS - ADUCSAL S.Sind., 1ª Secretária: CLAUDETE SALES SAMPAIO - ADUFS-SE S.Sind., 2ª secretário: JORGE LUIZ BEZERRA NÓVOA - APUB S.Sind., 1ª Tesoureira: WÂNIA SOUZA ANDRADE - ADUCSAL S.Sind., 2º Tesoureiro: JOSELITO BRITO DE ALMEIDA - ADUNEB S.Sind. REGIONAL PLANALTO: 1º Vice-Presidente: ENOCH JOSÉ DA MATA - ADUFG S.Sind., 2º Vice-Presidente: MARIA ABÁDIA DA SILVA - ADUNB S.Sind., 1ª Secretária: MARIA DO CARMO MORALES PINHEIRO - ADCAC S.Sind., 2º Secretário: HELDER BARBOSA PAULINO - ADCAJ S.Sind., 1ª Tesoureira: GENE MARIA VIEIRA LYRA SILVA - ADUFG S.Sind., 2ª Tesoureira: GRACIELA NORA DOZ DE CARVALHO - ADUNB S.Sind. REGIONAL PANTANAL: 1º Vice-Presidente: CLÁUDIO FREIRE DE SOUZA - ADourados S.Sind., 2º Vice-Presidente: ANTÔNIO GONÇALVES VICENTE (TATI) - ADUFMAT-Roo S.Sind., 1º Secretário: AGUINALDO LENINE ALVES - ADUEMS S.Sind., 2ª Secretária: IVA FERREIRA GONÇALVES - ADUFMAT S.Sind., 1º Tesoureiro: PEDRO DE ASSIS E SILVA FILHO - ADUFMAT S.Sind., 2º Tesoureiro: JOSÉ LUIZ FINOCCHIO - ADUFMS S.Sind. REGIONAL LESTE: 1ª Vice-Presidente: MARIA ROSIMARY SOARES DOS SANTOS - APUBH S.Sind., 2ª Vice-Presidente: GILBERTO MARQUES PEREIRA - SINDCEFET-MG, 1º Secretário: ALOÍZIO SOARES FERREIRA - ASPUV S.Sind., 2ª Secretária: MARISTELA NASCIMENTO DUARTE - ADFUNREI S.Sind., 1ª Tesoureira: RANAH MANEZENCO SILVA - ASPUV S.Sind., 2º Tesoureiro: ROBERTO ALVES BRAGA JR. - ADUFLA S.Sind. REGIONAL RIO DE JANEIRO: 1º Vice-Presidente: PAULO ANTONIO CRESCIULO DE ALMEIDA - ADUFF S.Sind., 2º Vice-Presidente: ROBERTO LEHER - ADUFRJ S.Sind., 1ª Secretária: SONIA LÚCIO RODRIGUES DE LIMA - ADUFF S.Sind., 2º Secretário: WILSON PAES DE MACEDO - ASDUERJ, 1º Tesoureiro: RÔMULO GARCIA DE ANDRADE - ADUR-RJ S.Sind., 2º Tesoureiro: Carlos ALBERTO LIMA - ADUNI-RIO S.Sind. REGIONAL SÃO PAULO: 1ª Vice-Presidente: ANA MARIA RAMOS ESTÊVÃO - ADUNESP S.Sind., 2ª vice-presidente: IOLE ILÍADA LOPES - SR SP, 1º Secretário: ITAMAR FERREIRA - ADUNICAMP, 2ª Secretária: LÍRIA MARIA BETTIOL - APESFUNEC S.Sind., 1º Tesoureiro: NYLSON GOMES DA SILVEIRA FILHO - ADUNIFESP S.Sind., 2º Tesoureiro: CARLOS ALBERTO OLIVIERI - ADUFSCar S.Sind. REGIONAL SUL: 1º Vice-Presidente: HÉLVIO ALEXANDRE MARIANO - ADUNICENTRO S.Sind., 2º Vice-Presidente: EDSON DOMINGOS FAGUNDES - SINDOCEFET-PR, 1ª Secretária: MARIA DA GRAÇA N. BOLLMANN - APUFSC - S.Sind., 2º Secretário: GERALDO PEREIRA BARBOSA -SR Sul, 1º Tesoureiro: ADILSON GIL TAVARES - SINDOCEFET-PR, 2ª Tesoureira: SANDRA MARA ALESSI MUNTSCHE - APUFPR S.Sind. REGIONAL RIO GRANDE DO SUL: 1º Vice-Presidente: LUIZ HENRIQUE SCHUCH - ADUFPeL S.Sind., 2º Vice-Presidente: HUGO GOMES BLOIS FILHO - SEDUFSM, 1ª Secretária: LORENA ALMEIDA GILL - ADUFPeL S.Sind., 2ª Secretária: REJANE TEREZINHA PEREIRA DOS SANTOS - SEDUFSM, 1º Tesoureiro: ÂNGELO F. MAFFISSONI - APROFURG S.Sind., 2º Tesoureiro: LUIS EDUARDO DE SOUZA ROBAINA - SEDUFSM.</p>

Fonte: Arquivos do ANDES-SN / Site do ANDES-SN: <http://antigo.andes.org.br/historia.htm>